

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

EMILIO DONIZETE PRIMOLAN

**DO CATOLICISMO CONSERVADOR AO CONCÍLIO VATICANO II:
A TRANSIÇÃO DO CATOLICISMO NAS DIOCESES
DE BOTUCATU/BAURU (1948-1970)**

**FRANCA
2011**

EMILIO DONIZETE PRIMOLAN

**DO CATOLICISMO CONSERVADOR AO CONCÍLIO VATICANO II:
A TRANSIÇÃO DO CATOLICISMO NAS DIOCESES
DE BOTUCATU/BAURU (1948-1970)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura. Orientador: Prof. Dr. Ivan A. Manoel

**FRANCA
2011**

Primolan, Emilio Donizete

Do Catolicismo conservador ao Concílio Vaticano II : a transição do Catolicismo nas Dioceses de Botucatu/Bauru (1948-1970) / Emilio Donizete Primolan. –Franca : [s.n.], 2011
348 f.

Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Ivan Aparecido Manoel

1. Igreja Católica – Concílio Vaticano II. 2. Catolicismo – História – Brasil. 3. Renovação católica. I. Título

CDD – 282.0981

EMILIO DONIZETE PRIMOLAN

**DO CATOLICISMO CONSERVADOR AO CONCÍLIO VATICANO II:
A TRANSIÇÃO DO CATOLICISMO NAS DIOCESES
DE BOTUCATU/BAURU (1948-1970)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História. Área de Concentração: História e Cultura.
Orientador: Prof. Dr. Ivan A. Manoel

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Dr. Ivan A. Manoel – Unesp – Franca -

1º Examinador: _____
Dr.(a)

2º Examinador: _____
Dr.(a)

3º Examinador: _____
Dr.(a)

4º Examinador: _____
Dr.(a)

Franca, _____ de _____ de 2011.

A Gabriel e Heloisa,
que me concederam a feliz
ventura da paternidade.

AGRADECIMENTOS

Apesar do isolamento na elaboração de uma pesquisa acadêmica, sem a participação e colaboração preciosa de vários profissionais e amigos, ela não se concretiza. Deixo aqui registrado, com muito desvelo, minha gratidão a algumas pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram para que esse trabalho se tornasse realidade.

Às incansáveis batalhadoras na preservação e catalogação dos documentos da História de Bauru e Região, do Núcleo de Pesquisa de História (NUPHIS), da Universidade do Sagrado Coração de Jesus, Prof.^a Terezinha Santarosa Zanlochi e Márcia Nava. Gratíssimo pela disponibilidade e atenção no fornecimento de grande parte dos documentos utilizados nesta pesquisa. À Terezinha, minha enorme gratidão por dispor de seu arquivo pessoal que me poupou tempo de busca em outros arquivos. Às funcionárias e estagiárias que me atenderam com tanta presteza, meu muito obrigado.

Aos funcionários do Bispado de Bauru que me cederam seus espaços de trabalho para que eu pudesse fazer a pesquisa, particularmente à Irmã Clara Maria, que me confiou os documentos do Bispado, meus sinceros agradecimentos.

Meus agradecimentos ao Padre Carlos que me forneceu os preciosos originais do diário do Mons. Ramires, embora não utilizado na tese, foi-me de grande valia para a construção da história do período estudado.

Aos meus amigos de magistério, que gentilmente aceitaram o desafio de ler os originais desta tese e, com suas críticas, contribuíram para definir os rumos definitivos deste trabalho: Profs. Dr. Herman Vos e Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto meu muito obrigado. Particularmente ao Prof. Herman Vos agradeço de coração a tradução do resumo em duas línguas.

Sou grato o Padre Darcy de Almeida Pinto pelas duas manhãs que dispôs para conversar sobre o tema desta tese e fornecer uma preciosa entrevista.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Hélio Requena, que gentilmente se ofereceu para ler e corrigir o texto.

Não acredito em acaso. Os encontros possuem significados que extrapolam os limites da razão. Tive a oportunidade ímpar de ser orientado por duas vezes pelo estimado Prof. Ivan Manoel. Serei eternamente grato por ter acreditado no meu trabalho e por me ter aberto as portas da pós-graduação, por duas vezes, para a aventura intelectual em busca do saber e, particularmente, para a busca do sentido da História. Ainda mais a de uma instituição que acredita que a História não se limita ao tempo do homem! Obrigado é pouco!

PRIMOLAN, Emílio Donizete. **Do catolicismo conservador ao Concílio Vaticano II: a transição do catolicismo nas dioceses de Botucatu/Bauru (1948-1970)**. 2011. 347 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2011.

RESUMO

Esta tese tem o objetivo de estudar a transição do catolicismo conservador para o catolicismo renovado consolidado no Concílio Vaticano II (1962-1965). O processo de transição partiu da necessidade histórica de se estabelecer um diálogo entre a Igreja e o mundo moderno, do qual a Igreja havia se afastado desde o século XIX. Embora o Vaticano II tenha consolidado reformas doutrinárias e pastorais, estas já vinham se desenvolvendo desde o início da década de 1950. Este estudo está embasado no conceito de autocompreensão da Igreja. Este determina a missão que a Igreja deve priorizar em determinados contextos históricos. A partir de pesquisa documental original produzida por membros do clero e do laicato, foram discutidos os conflitos, contradições e impasses inerentes ao processo de transição ocorrido nas dioceses de Botucatu e de Bauru, região noroeste do Estado de São Paulo, no período de 1948 a 1970. Constatou-se a existência de quatro autocompreensões de Igreja que se sucederam ou coexistiram em uma convivência precária ou em franco conflito. As contradições evidenciadas por esses conflitos colocaram dificuldades para a implantação plena de uma Igreja conforme tinha sido desenhada pelo Vaticano II.

Palavras-chave: Catolicismo. Autocompreensão da Igreja. Vaticano II. Transição.

PRIMOLAN, Emílio Donizete. From the conservative Catholicism to the Second Vatican Council: a transition of Catholicism in the diocese of Botucatu/Bauru (1948-1970). 2011. 347 p. Thesis (doctorate) – Faculty of Humanities and Social Sciences, University of São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

ABSTRACT

The objective of this thesis is to study the transition from a conservative Catholicism to a renewed Catholicism consolidated during the Second Vatican Council (1962-1965). The transition process originated from the historical necessity to establish a dialogue between the Church and the modern world, from which the Church had distanced itself in the nineteenth century. Although Vatican II consolidated doctrinal and pastoral reforms, these were already being introduced since the beginning of the fifties. This study is based on the concept of self comprehension of the Church. This determines which mission the Church has to prioritize in certain historical contexts. The analysis of original documents written by members of the clergy and laypeople revealed the conflicts, contradictions and impasses inherent to the transition process that occurred in the dioceses of Botucatu and Bauru, situated in the north-western part of the State of São Paulo, during the period 1948-1970. The analysis of the documents revealed four different self comprehensions of the Church during the period. These succeeded each other or had a precarious coexistence and at times were openly in conflict with each other. The contradictions revealed by these conflicts made the full implementation of the program as designed by the Second Vatican Council difficult.

Passwords: Catholicism. Self comprehension of the Church. Vatican II. Transition.

PRIMOLAN, Emílio Donizete. Du Catholicisme conservateur au Council Vatican Deux : une transition du Catholicisme aux diocèses de Botucatu/Bauru (1948-1970). 2011. 347 p. Thèse de doctorat – Faculté de Sciences Humaines e Sociales, Université de l'Etat de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

RÉSUMÉ

L'Objectif de cette thèse est d'étudier la transition d'un Catholicisme conservateur vers un Catholicisme renouvelé durant le Council Vatican Deux (1962-1965). Le procès de transition a ses origines dans la nécessité historique d'établir un dialogue entre l'Église et le monde moderne. Ce dialogue avait été interrompu pendant le dix-neuvième siècle. Si bien que le Vatican II a consolidé les reformes doctrinaires et pastorales, ceux-ci avaient déjà été introduits depuis le début des années cinquante. Cette étude est basée sur le concept de l'auto compréhension de l'Église. Celle-ci détermine à quelle mission l'Église doit donner sa priorité dans un contexte historique bien déterminé. L'analyse des documents originaux écrits par membres du clergé et par des laïques a révélé les conflits, les contradictions e impasses inhérents au procès de transition qui a eu lieu dans les diocèses de Botucatu et Bauru, situés dans la région nord occidentale de l'Etat de São Paulo, pendant la période de 1948 a 1970. L'analyse des documents originaux a révélé quatre différents tipos d'auto compréhensions de l'Église pendant la période. Ceux-ci se succédaient ou coexistaient d'une façon précaire ou conflictuelle. Les contradictions révélées par ces conflits mettaient des difficultés a l'implantation pleine du programme tel qu'il fut désigné par le Council.

Mots clés : Catholicisme. Auto compréhension de l'Église. Vatican II. Transition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PRÓDROMOS DO AGGIORNAMENTO (1948-1958)	27
2.1 Movimento por um mundo melhor.....	29
2.2 Reforma agrária: conosco, sem nós ou contra nós.....	36
2.3 Ação Católica	51
2.3.1 A JOC(<i>Juventude Operária Católica</i>);JUC(<i>Juventude Universitária Católica</i>).	60
2.4 Igreja e política: o bom católico é bom brasileiro e vice-versa.....	69
2.5 D. Henrique: na vanguarda das mudanças	76
2.6 A renovação paroquial, bíblica, litúrgica e catequética	88
3 AÇÃO SOCIAL OU UTOPIA DA DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA (1956-1962)	104
3.1 Círculo Operário Bauruense: (re)cristianização do mundo do trabalho ..	111
3.2 Escolas católicas	116
3.3 Cruzada Pastores de Belém	125
4 O NOVO BISPADO DE BAURU E A RENOVAÇÃO CONCILIAR (1958-1964)	132
4.1 Novos ares trazidos pelo Concilio Vaticano II	138
4.2 Urgência de renovação: Plano de Emergência	155
4.3 O novo bispado de Bauru no espírito da renovação da Igreja.....	167
4.4 Um novo laicato para a comunidade paroquial	180
4.5 O momento histórico: pessimismo <i>versus</i> otimismo	190
4.6 A redescoberta do mandamento maior: o amor	199
4.7 Primeiros impasses na renovação	204
5 O GOVERNO DE D. VICENTI ZIONI: IMPASSES NA MUDANÇA (1964-1969)	214
5.1 O alívio trazido pelo golpe militar de 1º de abril	219
5.2 Perfil doutrinário e pastoral de D. Vicente M. Zioni	226
5.3 D. Zioni e o laicato	240
5.4 Seminários, mosteiro e religiosas	249
5.5 Côn. Ramires de Lucena: no reverso da história?	255
6 AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES DAS MUDANÇAS (1968-1970)	265
6.1 A igreja se fez povo na arquidiocese de Botucatu	278
6.2 A reação do clero de Botucatu à posse de D. Zioni	289
6.3 Nomeação de D. Padin para Bauru: acomodando situações	303
6.4 D. Pedro Paulo Koop: compromisso com a promoção humana.....	315
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	318
REFERÊNCIAS	326

1 INTRODUÇÃO

À primeira vista, pode parecer redundante o propósito de se estudar a história da Igreja Católica situada em uma área geográfica específica, as dioceses de Botucatu e de Bauru, região centro-oeste do interior do Estado de São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960, ao se considerar a universalidade do catolicismo centralizado na figura do Papa quanto às suas orientações doutrinárias e políticas.

Neste sentido, não bastariam os estudos sobre as orientações doutrinárias e políticas emanadas de Roma e aplicadas em todas as dioceses pelos membros do clero? De outro modo: não seriam suficientes os estudos e pesquisas realizadas sobre o catolicismo do ponto de vista generalizante? Ou, ao contrário, haveria dentro desta pretensa unidade universal identidades locais que desafinam em relação ao conjunto da instituição eclesiástica? Quais as reações e comportamentos do clero, bispos e padres, ao se submeterem aos condicionamentos históricos, políticos, sociais e culturais nas diversas instâncias geográficas em que se divide a Igreja: dioceses e paróquias? Os membros da hierarquia, com suas preferências políticas, ideológicas, sociais e espirituais, conseguiriam manter-se em unidade de ação política concreta, instigados que são pelas exigências e limites de suas diferentes realidades históricas? Qual a abrangência e os limites das mudanças e da renovação introduzidas numa instituição bimilenar que tende a manter suas tradições construídas em épocas históricas tão distintas? A radicalização da renovação e mudança levada a efeito por alguns setores do clero e do laicato na Igreja, na década de 1960, teria extrapolado os limites da ortodoxia? Teria a hierarquia reconhecido, depois do Concílio Vaticano II, que se a renovação proposta fosse levada a efeito poderia colocar em risco a sobrevivência da instituição na medida em que se formavam diversas e contraditórias autocompreensões da Igreja? A tentativa de elucidação destas questões compõe as preocupações centrais desta pesquisa.

O propósito deste estudo é o de discutir a suplantação da autocompreensão da Igreja ultramontana (1800-1950)¹ por aquela consolidada a partir do Concílio

¹ Esta se constituiu desde inícios do século XIX como reação ao mundo originado da Revolução Francesa e Revolução Industrial, o mundo denominado de moderno. Este foi combatido pela Igreja ultramontana enquanto se estabeleceu sobre as balizas do materialismo, racionalismo, liberalismo e socialismo. Caracterizou-se por um retorno ao modelo de catolicismo da Idade Média, a uma espiritualidade individual e uma volta da Igreja

Vaticano II (1962-1965) definida, *grosso modo*, como “povo de Deus”, e em suas adaptações à América Latina, consolidadas na Conferência de Medellín (1968).

Neste estudo, a Igreja é abordada como uma instituição que possui seus objetivos e fins como outra qualquer. Entretanto, se a missão da Igreja é a da salvação da humanidade para além do plano histórico, a perspectiva teológica não deve ser desprezada. Neste particular, Ela difere das outras instituições. A Igreja, para cumprir sua missão, precisou mudar aspectos da instituição relativos à cultura de um passado que tinham sido conservados, mas, com a evolução histórica, tornaram-se extemporâneos. À medida que a Igreja despertou para ler os “sinais dos tempos” pôde iniciar um movimento de adaptação ao mundo em mudança e às exigências do homem moderno.²

Por outro lado, esse estudo aborda a instituição não como caráter único, mas busca analisar os conflitos existentes entre as diversas autocompreensões da Igreja. Embora o objetivo geral da Igreja seja o de salvar a humanidade, como organização institucional pode adotar objetivos instrumentais conflitantes entre as diversas autocompreensões adotadas.³ Estudar os avanços e os limites das mudanças ocorridas na Igreja com vistas à adaptação ao mundo moderno é o que se buscará nesta tese.

Este estudo fundamenta-se no conceito de autocompreensão da Igreja entendido

[...] como “tipos ideais”, ou seja, “construções mentais” ou “imagens mentais” para cuja elaboração se faz necessário, exagerando elementos específicos da realidade, selecionar características dela e as ligar entre si num quadro mental relativamente homogêneo.⁴

O conceito “autocompreensão da Igreja”, como destaca Ivan Manoel, serve também de “alerta metodológico” a evidenciar a existência de diversas concepções ou modelos de Igreja ao longo de seus mais de 2 mil anos de existência, que se

para dentro de si mesma. A identificação cronológica é apenas referencial. WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no séc. XIX**. São Paulo: Ática, 1987. p. 2. Cf. MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da história**. Maringá: Eduem, 2004. Neste texto, os termos ultramontanismo, conservadorismo e tradicionalismo serão empregados como sinônimos representativos da autocompreensão de Igreja que predominou até inícios da década de 1930. Nesta doutrina, a Igreja é composta apenas pelo clero: Papa, Bispos, Sacerdotes, religiosos e religiosas. Prevalecem os aspectos jurídicos e hierárquicos sobre os de ordem pastoral.

² HOUTART, François. **A undécima hora**. São Paulo: Herder, 1969. p. 6-7.

³ Cf. MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 18. Ao contrário da abordagem de diversos outros estudos, para Mainwaring “não existem interesses objetivos que uma Igreja seja obrigada a adotar. Dentro da Igreja há muitas visões conflitantes como legítimos interesses da instituição e como alcança-los. Dependendo do modelo que se tenha da Igreja, a adoção de um determinado propósito pode ser visto como absolutamente essencial ou como errôneo”. MAINWARING, 1989. p.19.

⁴ WERNET, 1987, p. 12.

sucederam ou coexistiram durante determinado tempo. Assim, pode-se falar de uma autocompreensão das Igrejas Paulinas, Iluminista, Ultramontana ou do Vaticano II.⁵

Deste modo

[...] é possível perceber que, em cada um destes momentos, houve uma Igreja diferente das anteriores e das posteriores, autoconferindo-se tarefas, obrigações e papéis sociais bastante específicos, e, para isso, ordenava-se internamente de modo também bastante específico.⁶

Além disso, Manoel insiste que a abordagem metodológica da autocompreensão, por ser “tipo ideal” apresenta “certa fixidez” como se as estruturas historicamente construídas não sofressem mudanças. Constatou-se em diversos estudos sobre o ultramontanismo a ocorrência de certas mudanças dentro da própria autocompreensão.⁷ Estas revelaram certos limites dessa abordagem quanto às mudanças existentes dentro da mesma autocompreensão e, particularmente, na passagem de uma para outra. Propõe o mesmo autor, como alternativa, pensar num tipo de transição entre uma autocompreensão e outra. Pois, essas transições

[...] não são tratadas de modo pleno e convincente quando se trata da passagem para a Igreja Ultramontana e muito menos desta para a Igreja pós-conciliar. A Igreja após o Concílio Vaticano II aparece com uma nova estrutura, o que, por certo, acaba provocando uma indagação: por que e como?”.⁸

Por outro lado, os estudos elaborados a partir do conceito de autocompreensão terminam por generalizar suas conclusões como se todas as regiões, dioceses ou mesmo paróquias, pudessem ser contempladas dentro das caracterizações gerais abordadas pelos “tipos ideais”. Como sugere Manoel,⁹ porém, sem a pretensão de resolver definitivamente o problema, a presente tese propõe-se a contribuir com a discussão da transição do ultramontanismo à Igreja surgida do Vaticano II e, em processo de adaptação à América Latina, situada numa região específica: as dioceses de Botucatu e de Bauru, no interior do Estado de São Paulo.

Enfrentado o problema por esta perspectiva, buscar-se-á discuti-lo em duas frentes: a abordagem situada numa região determinada e a passagem de uma

⁵ O Concílio Vaticano II será referido neste trabalho ora como “Vaticano II” ora como “Concílio”.

⁶ MANOEL, 2004, p. 9.

⁷ A primeira motivação para a realização desta tese surgiu durante a defesa da dissertação do mestrado, quando se questionou se a utilização da expressão “catolicismo romanizado” seria adequadamente bem empregada para designar o catolicismo existente depois de 1930.

⁸ MANOEL, Ivan A. A esquerdização do catolicismo brasileiro. In: **Estudo de História**. Franca, UNESP, v. 7, n. 1, 2000. p. 143. Cf. MANOEL, 2004, p.10-12.

⁹ MNAOEL, 2000, p. 141.

autocompreensão para a outra. Ou, como se pretende demonstrar, o surgimento de uma nova autocompreensão da Igreja consolidada a partir do Vaticano II que suplantaria a Igreja ultramontana. Na América Latina, os desdobramentos do Concílio permitiram a formação de diversas autocompreensões de Igreja que coexistiram de maneira conflituosa e contraditória.

Apesar da emergência de uma nova autocompreensão da Igreja a partir da sua aproximação ao mundo moderno durante o papado de João XXIII (1958-1962), o catolicismo

[...] continuou a manter muitos costumes, crenças e práticas tradicionais. Emergiram novas propostas, dentro da Igreja, mas as ideias antigas têm revelado uma marcante resistência que conduz a uma curiosa mistura do tradicional com o novo, do radical, do liberal, do conservador e do reacionário.¹⁰

Esta “curiosa mistura” pode ser constatada nas décadas de 1950 e 1960 nas dioceses estudadas. Pois, nem todos os membros do clero tomaram iniciativas para fazer mudanças ou, os que se colocaram em sintonia com as mudanças, nem sempre as fizeram no mesmo ritmo. Inclusive, dentro de uma mesma diocese coexistiram membros do clero que adotaram uma autocompreensão de Igreja radical ou revolucionária e se propuseram a atuar para a transformação do sistema social e econômico, e outros, mantiveram a autocompreensão ultramontana no modelo anti-modernista do Papa Pio X (1903-1914) com a recusa da renovação introduzida pelo Vaticano II.

Essa diversidade de autocompreensões existentes nessa fase de transição torna relevante este estudo a fim de se confirmar, ou não, as generalizações feitas por pesquisas em âmbito mais gerais como, por exemplo, falar de catolicismo brasileiro como se não houvesse variação no discurso e nas práticas pastorais em

¹⁰ MAINWARING, 1989, p. 10. Ao abordar as mudanças ocorridas nas posições doutrinárias e pastorais dos bispos que se tornaram mais favoráveis ao empenho da Igreja em direção à mudança social, Azzi expõe que, “[...] especialmente após 1946, a Igreja passa a aceitar parcialmente os novos padrões liberais e democráticos. A partir dos anos 50, começa a haver por parte da igreja do Brasil maior sensibilidade pelo problema social. No governo de Juscelino K. uma parte da hierarquia eclesiástica tenta mesmo alinhar-se ao lado do governo em prol de reformas sociais”. AZZI, Rioldo. A teologia no Brasil: considerações históricas. In: PELAES, Augustin Churruca et al. **História da teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981. p. 39. Também Lustosa afirma que na segunda metade da década de 1950, em termos de Brasil, “a ação social católica sofre processo de conscientização política, facilmente detectável e consegue, em nível de práxis, teto razoável de articulação e de realização. [...] embora, em planos bem diversificados de ideologia e de objetivos apresentem conforme as regiões, as lideranças e outros fatores, propostas e programas que vêm uns marcados com tintas fortes de neocapitalismo, outros com as soluções reformistas, outros enfim com os esquemas revolucionários”. LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja católica no Brasil república**. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 153.

âmbito regional.¹¹

Sem a pretensão de se esgotar todas as possibilidades, é possível identificar quatro autocompreensões distintas nas duas décadas na Igreja latino-americana, cada uma delas exercendo a hegemonia em certos períodos, mas coexistindo de forma ambígua, e, por vezes, conflituosa. Cada autocompreensão entendia de maneira específica a missão a ser exercida pela Igreja em seu contexto histórico: tanto em relação à política, às classes sociais e à política interna da Igreja. Estes quatro tipos de Igreja podem ser identificados na região e período abordados por esta pesquisa, quais sejam: conservadora, social-cristã, socialmente engajada com o movimento popular e politicamente engajada.

O modelo de análise aqui adotado foi adaptado de Pablo Richard. Seguindo este autor,

os quatro tipos de prática eclesial não devem ser considerados como constituindo uma tipologia rígida ou estruturalmente estável. A realidade é muito complexa, elástica e dinâmica. Nossa classificação deve ser usada como um modelo de análise para a interpretação da realidade, e não como uma estrutura estática e invariável.¹²

A autocompreensão da Igreja **conservadora** manteve a estratégia política da neocristandade usando o poder público para manter seus privilégios em aliança com oligarquias e partidos conservadores; aliou-se ao regime militar e com os setores sociais a ele vinculados quando recuperou parte de seu espaço social e político que havia perdido; forneceu legitimação ao Estado autoritário tanto pelo discurso como por atos pela capacidade do mesmo para impor “ordem” e “disciplina”.

Internamente, a igreja conservadora é autoritária, dogmática, fechada a toda mudança social, política e religiosa. Centra-se sobre o passado, é repetitiva, preocupada com problemas morais ou familiares. A preocupação social está ausente. É ritualista, formal, sacramentalista, recusou o Vaticano II. Os conflitos de ordem social e política são vistos como a luta entre o bem e o mal, a verdade e o erro. É dogmaticamente antimarxista. É avessa a toda participação democrática ou promoção popular.¹³

A autocompreensão da Igreja **social-cristã** está mais ligada ao nacional

¹¹ MANOEL, Ivan A. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980): notas prévias para uma pesquisa. **Estudos de História**. Franca, Unesp, v. 7, n.1, 2000. p. 135-148. passim.

¹² RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 204.

¹³ Ibid., p. 205-206. Cf. MAINWARING, 1989, p. 56-57. Este autor identifica na década de 1950 três modelos de Igreja: tradicionalista, modernizadora conservadora e reformista. Na década de 1960 surgiria a quarta: a Igreja popular. Esta teria se consolidado nos inícios da década de 1970. Ibid., passim.

desenvolvimentismo, à industrialização e à democracia representativa entre 1945 e 1960, tem influência sobre a classe média e setores populares mais atrasados. Durante o regime militar, ela aparece associada aos setores sociais da burguesia não hegemônicos. Oferece uma legitimação condicional ao regime militar à defesa dos direitos humanos e da redemocratização. O regime militar é aceito enquanto controla o movimento de massa, despolitiza o país e se opõe ao marxismo.

Quanto ao papel social e político, a Igreja social-cristã divide-se em três tendências diversas, de acordo com o tipo de relação que manteve com os regimes militares, segundo Richard: uma de direita, outra de centro e uma terceira de esquerda. A primeira legitima o Estado autoritário de forma crítica; faz um discurso genérico e a-histórico e não oferece risco ao regime. A segunda, apesar de legitimar o regime militar, faz o papel de mediadora ou intercessora dos perseguidos e reprimidos junto ao sistema político. Esta posição gera conflitos entre a Igreja e o Estado. Pois defende o nível de vida das massas, a falta de liberdade e participação. Na terceira tendência, a Igreja exerce a função de parapartidária no interior da oposição burguesa à ditadura. Defronta-se com a ideologia da segurança nacional e pressiona para liberalização e democratização do regime militar. Entretanto, sua conotação antimarxista não a faz pensar em um sistema social alternativo ao capitalismo. De modo geral, a igreja social cristã é reformista, democrata-cristã e voltada para a pastoral.¹⁴

A autocompreensão da Igreja **socialmente engajada com o movimento popular** se consolida a partir da experiência do Estado autoritário, porém, não o legitima. Não oferece uma alternativa de sociedade. É uma Igreja vacilante. Rejeita os papéis exercidos pela Igreja social-cristã. Ela se quer autenticamente apolítica. Recusa o processo de politização da Igreja social-cristã. Define sua missão voltada para os meios populares: camponeses, operários e camadas médias desfavorecidas; está engajada nas organizações e lutas populares. Tem uma percepção da luta de classes. Internamente, busca um retorno às fontes, às origens primitivas do cristianismo; pretende-se evangélica e profética; nasce a partir de uma releitura do evangelho no contexto da opressão-libertação. Afasta-se do movimento popular organizado e consciente, esquerdizante; não faz uma opção de classe; distancia-se de uma possível politização prática ou teórica. Dependendo do

¹⁴ RICHARD, 1982, p. 205-209. Cf. MAINWARING, 1989, p. 57.

contexto, volta-se para a direita ou para a esquerda. Essa autocompreensão se vê como Igreja progressista, populista e operária.¹⁵

A autocompreensão da Igreja **politicamente engajada** adere a um projeto alternativo de sociedade ao capitalismo dominante, mas mantém sua identidade própria como Igreja e uma autonomia relativa. Ela mantém sua especificidade de comunidade sacramental e de fé; faz uma opção consciente de classe em sua práxis; realiza uma convergência entre a radicalidade do engajamento político e a radicalidade das exigências da fé. Perante a Igreja social-cristã, esta é denúncia da aliança daquela com as classes dominantes e com o regime autoritário.¹⁶

Até 1968, a região abrangida pela arquidiocese de Botucatu fora administrada por D. Henrique Golland Trindade que, por sua formação franciscana, possuía uma afinidade com os pobres, priorizava a pastoral rural e as periferias urbanas sem descuidar da classe média; adotou, até 1958, a autocompreensão da Igreja social cristã. Entre 1959 e 1964, passou a apoiar o movimento popular em conjunto com o clero arquidiocesano, adotando uma autocompreensão de Igreja socialmente engajada. Depois de 1965, em coerência com a linha adotada anteriormente e, em função do golpe militar de 1964, os membros do clero arquidiocesano adotaram a autocompreensão da Igreja politicamente engajada elaborando um discurso de crítica ao sistema capitalista e fez opção pelas classes subalternas.

Entretanto, o arcebispo já idoso e instigado pela classe média local não acompanhou a posição adotada pelos seus sacerdotes e iniciou-se um período de três anos de relações conflituosas com seu clero; defendeu a permanência da autocompreensão da Igreja social cristã; quis paralisar ou reverter um processo que, pela sua coerência evolutiva, em consonância com o espírito do Vaticano II e com os textos preparativos da Conferência de Medellín, tinha atingido tal nível de desenvolvimento impossível de ser contido naturalmente em virtude da força histórica desencadeada.

Entre 1964 e 1968, o arcebispo dividiria o governo da região com D. Vicente M. Zioni, como primeiro bispo de Bauru. Este adotou, no reverso do processo histórico da igreja local, a autocompreensão conservadora da Igreja. Do Concílio, trouxe para a Diocese de Bauru apenas as formalidades jurídicas e aspectos

¹⁵ RICHARD, 1982, p. 217-219.

¹⁶ *Ibid.*, p. 221-222. Esta autocompreensão encontrava-se em gestação quando ocorreu o conflito dos padres de Botucatu com a alta hierarquia e será discutida no cap. 6.

periféricos dos textos produzidos pelos bispos no Vaticano. Em 1968, D. Zioni foi elevado a arcebispo de Botucatu. Contudo, ele foi recusado pelo clero local que abandonou a arquidiocese em massa. Este fato resultou num conflito inédito de autocompreensões da Igreja com repercussão internacional e com efeitos significativos sobre o encaminhamento da renovação conciliar no que se refere à disciplina hierárquica da Igreja e à pastoral.

Ao se pretender estudar um processo de mudança de uma autocompreensão de Igreja para outra, torna-se impossível evitar determinados limites como aquele de destacar alguns “tipos ideais” dentre os disponíveis de forma que o estudo se torne um tanto abrangente e genérico para evidenciar a visão do conjunto do processo de transição. Este procedimento metodológico tem a vantagem, entretanto, de abrir pistas para que outros trabalhos venham a ser elaborados a fim de aprofundar e esclarecer detalhes e eventos particulares dentro do todo abordado.

A delimitação deste estudo da Igreja envolvendo as dioceses de Botucatu e Bauru se deve ao estreito vínculo existente entre as mesmas: constituíram uma unidade desde 1908 quando fora criada a diocese de Botucatu. Portanto, possuíam uma longa história em conjunto, com as mesmas orientações doutrinárias e o mesmo clero. Por outro lado, essas dioceses formaram um pivô de conflitos internos à Igreja e com a sociedade que merecem as mais diversas reflexões históricas pela sua repercussão social, neste período estudado.¹⁷

Quanto à delimitação cronológica, internamente, nas dioceses estudadas, o período que se inicia em 1948 marca o início do episcopado de D. Henrique G. Trindade como bispo de Botucatu, com uma série de iniciativas reformistas tanto da Igreja quanto da sociedade. Em 1958, tornou-se arcebispo e renunciou à função em 1968. No mesmo ato da aceitação da sua renúncia, foi escolhido para seu sucessor, D. Vicente Marchetti Zioni, o qual tomou posse somente um ano depois, em 1969, sob a proteção do exército. O recorte em 1970 se justifica com a vinda do bispo progressista D. Cândido Padin a Bauru, iniciando a introdução do Concílio na diocese, como parte dos dilemas enfrentados pela hierarquia católica após o

¹⁷ Existe uma obra originada de uma dissertação de mestrado que abordou de forma detalhada o conflito. Foi utilizada como fonte em algumas partes desta tese. Cf. ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. **Padres rebeldes? O caso de Botucatu.** Aparecida: Santuário, 1996.

Vaticano II.

Externamente, no âmbito da Igreja universal, depois da Segunda Guerra mundial, iniciou-se um intenso movimento para a retomada da liderança da Igreja em termos de influenciar a política e expandir a doutrina católica num mundo em transformação. No que tange ao Brasil, 1950 se constituiu num marco importante do início da presença da Igreja no campo social. No outro polo, os anos de 1968-1970 marcaram um período de crise profunda da Igreja em consequência das divergências na aplicação das decisões do Concílio Vaticano II, quando a hierarquia romana decidiu impor limites ao que considerava exagero e passou a controlar as experiências novas de Igreja.

Em 1968, realizou-se a Conferência Episcopal dos Bispos da América Latina, em Medellín, na Colômbia, com o intuito de adaptar o Vaticano II à realidade ao continente. Entretanto, mesmo com a presença de Paulo VI solicitando parcimônia nas decisões da conferência episcopal e com a exclusão dos teólogos mais radicais da participação da mesma, houve avanços significativos que consolidaram as experiências inovadoras anteriores de Igreja e criou condições para avanços no campo da teologia, das práticas pastorais e para o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base. Portanto, o recorte cronológico não deve ser considerado de forma rígida, mas como marco indicativo limitante dentro do qual se processou a pesquisa.

Ao se estudar a Igreja situada numa região específica, não se trata propriamente de uma história regional, pois a Igreja local não dispõe de autonomia absoluta para sua organização. Ela existe como parcela da Igreja nacional (CNBB) e universal (papado). Entretanto, esta pesquisa considera que as dioceses mesmo estando vinculadas e, de certo modo dependentes de instâncias superiores, possuem autonomia relativa na forma de se organizar tanto administrativa quanto pastoralmente, adotando a autocompreensão da Igreja de acordo com o perfil do bispo ou admitida por ele. O tom da ação concreta na diocese é fornecido pelo poder episcopal. Por sua vez, depende, em grande medida, do perfil do clero a serviço da diocese e das organizações e lideranças leigas. Embora se constata um grande número de estudos que focalizam mudanças na “Igreja do Brasil” como um todo, de

fato aquelas se dão ou não pela ação concreta no âmbito das dioceses.¹⁸

Se existe a influência da Igreja de Roma sobre as Igrejas locais, as dioceses, estas, por sua vez, a partir de experiências específicas, de certo modo, também influenciam nos rumos e nas tomadas de decisão da Igreja nacional ou universal. Experiências locais bem sucedidas passam a ser aplicadas em outras unidades da Igreja. Esta troca de experiência entre membros do clero, em termos de Brasil, tornou-se mais comum a partir de 1962 quando se consolidou a prática da “pastoral de conjunto”, proposta pelo Plano de Emergência.

A Igreja como instituição também sofre a influência da sociedade na qual está situada. As mudanças sociais que se sucedem nos diversos momentos históricos influenciam na determinação das tarefas a serem executadas num certo período de tempo e num determinado local. A partir do final da década de 1950 a Igreja passou a considerar a realidade social e econômica local das paróquias e dioceses como ponto de partida para a elaboração de seus planos de pastoral. Deste modo, as mudanças sociais e econômicas passaram a condicionar as práticas pastorais. Por sua vez, neste estudo, também se considera que a Igreja exerce influência sobre a sociedade a partir dos valores e da visão de mundo por ela disseminados por meio de sua doutrina e de suas práticas.

Externamente, a Igreja como instituição, sofreu a pressão de fatores originados da ciência e tecnologia. Internamente, as mudanças foram institucionalizadas pelo Concílio Vaticano II enfatizando valores como a participação, colegialidade, liberdade, responsabilidade pessoal.¹⁹

A região abrangida por este estudo passava, nas décadas de 1950 e 1960, por um processo de urbanização em consequência da crise da agricultura e da adoção, pelo governo brasileiro, do modelo de desenvolvimento industrial.²⁰ Deste modo, o catolicismo tradicional habituado com as relações sociais rurais se defrontou com as transformações urbanas dos costumes e dos problemas sociais

¹⁸ De acordo com Bruneau, “embora seja interessante, e muitas vezes elucidativo, focalizar a Igreja nacional para observar os processos de mudança, não se pode esquecer que o nível decisivo da ação é, na Igreja católica, a diocese. [...] não existem “Igrejas nacionais”; [...] o que existe é mais um aglomerado de dioceses dentro de um país, cada uma delas encabeçada por um bispo. [...] O bispo sempre foi autoridade máxima na diocese, igreja local, responsável apenas perante o Papa, e continua sendo a figura-chave a despeito do importante papel atribuído às conferências episcopais. [...] Qualquer bispo pode, sem dúvida nenhuma, concordar, num conclave nacional, com as declarações mais avançadas, mas a implementação delas é outra questão”. BRUNEAU, Thomas. **Religião e politização no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1979. p. 121.

¹⁹ HOUTART, 1969, p. 5.

²⁰ GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 362-369.

que se desencadearam. Estas transformações passaram a exigir mudanças nas formas de abordagem e de enfrentamento das questões sociais, políticas, econômicas e morais e a adequação dos meios para a consecução dos objetivos de salvação do homem.

O caráter humano da Igreja a torna adaptável às diversas realidades históricas com suas características peculiares de organização e ação, embora unificada em bases dogmática e doutrinária. Como instituição humana está sujeita aos condicionamentos a que se submetem qualquer organização e instituição sociopolítica. Nesta perspectiva, se justifica o estudo circunscrito em âmbito diocesano na tentativa de desvendar as especificidades que identificam os avanços, permanências e retrocessos das práticas políticas e doutrinárias da hierarquia católica numa época caracterizada por intenso processo de profundas transformações em diversos campos, as quais a Igreja procurou acompanhar e se adequar e sobre o mesmo processo intentou exercer um papel de liderança.

As bases filosóficas, teológicas e históricas para o entendimento das origens do processo de renovação e mudança na Igreja, no período estudado, podem ser encontradas em alguns estudos de intelectuais católicos, padres e leigos que, por sua vez, exerceram forte influência sobre o pensamento e as práticas pastorais dos movimentos e associações católicas. Estes intelectuais, a partir da década de 1930, navegando nos limites da ortodoxia ou extrapolando-a, desenvolveram estudos críticos e combativos, direta ou indiretamente, à doutrina ultramontana do catolicismo conservador, questionando, inclusive, a validade de alguns dogmas. Os conceitos fundamentais que desenvolveram, na tarefa da construção de uma nova interpretação do mundo moderno sob o viés de uma nova leitura bíblica, motivados por uma releitura do marxismo e da filosofia existencialista, demonstraram que entre a visão cristã de mundo e a visão moderna, embora distintas, não existia separatividade nem oposição, mas uma convergência dentro do plano geral da História e da História da Salvação.²¹

²¹ Alguns autores franceses exerceram influência significativa tanto entre os militantes da Ação Católica quanto entre os sacerdotes assessores e outros membros do clero os quais não só estudaram, mas também publicaram seus textos para reflexão dos militantes. Entre os de origem francesa pode-se citar: CHARDIN, Pierre Teilhard de. **O fenômeno humano**. 3. ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1970; CHARDIN, Pierre Teilhard de. **Homem, mundo e Deus**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. Chardin defende a teoria da evolução demonstrando a compatibilidade entre fé e ciência. Para ele o articulador da evolução é o próprio homem como centro do universo. Caberia ao cristão a tarefa de conduzir a evolução universal para sua realização no Cristo cósmico; MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1964. Este autor

A seguir foi feito o levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido e o período abordado. Foram coletados documentos em jornais católicos e leigos e documentos de arquivos das cúrias de Bauru e Botucatu; coletaram-se informações em livros tombo de paróquias, da diocese de Bauru e de Botucatu, do seminário diocesano e do Círculo Operário Católico e das associações católicas de Bauru. Na etapa seguinte, os documentos foram organizados por temas, lidos, selecionados e fichados. Enfim, o texto passou a ser elaborado no intento de demonstrar o processo de transição do catolicismo tradicional para aquele consolidado pelo Vaticano II. Dentre as fontes originais empíricas utilizadas, a principal foi o jornal católico “A Fé”, produzido na cidade de Bauru, mas divulgado numa ampla região em seu entorno. O conteúdo desse jornal, que existiu de 1931 até 1969, não é meramente informativo, mas doutrinário. Visava, principalmente, a criar uma mentalidade de Igreja de acordo com a autocompreensão adotada pelo clero em cada período de sua existência. Sua leitura permitiu visualizar a passagem da Igreja ultramontana para a Igreja do Vaticano II na perspectiva do clero local.

As fontes que forneceram as orientações para a elaboração do arcabouço teórico, já consolidado e aplicado em grande número de pesquisas nas últimas duas décadas, são os textos de Augustin Wernet, **A Igreja paulista no século XIX**, de 1987, o qual definiu e empregou o conceito de autocompreensão da Igreja. O emprego do mesmo referencial com alguns avanços em sua aplicação evidenciando sua importância metodológica, mas também seus limites, encontra-se na obra de Ivan A. Manoel, **O pêndulo da História**, 2004. Essas obras, entretanto, foram elaboradas dentro do referencial da autocompreensão ultramontana. Para elaborar o quadro geral de referências dessa tese que trata da transição ultramontana para o

refletiu sobre uma nova concepção de pessoa como atividade de “auto-criação”, de “comunicação”, “sujeito de dignidade”, de “compromisso” que teria uma influência muito forte no movimento de Ação Católica e no partido Democrata Cristão; MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral: uma nova visão da ordem cristã**. 4. ed. São Paulo: Dominus, 1962. Ao introduzir a noção de um “ideal histórico de uma nova cristandade” como projeto político e social a ser construído pelos homens sob a inspiração do cristianismo, indicou ao universo cristão que a felicidade humana deveria ter sua construção iniciada já neste mundo e apenas concluída em outro plano. Cabia à atuação dos cristãos o início da construção do Reino de Deus já neste mundo. Autores brasileiros: FRANCA, Leonel. **A crise do mundo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio: 1942. Leonel França escrevendo no final da década de 1930, embora ainda situe o medievo como paradigma de civilização cristã, influenciado pela fenomenologia e pelo humanismo e personalismo de Maritain e Mounier, seus contemporâneos, enfatiza em sua obra temas como “a dignidade humana”, e a relação entre o “cristianismo e a ciência” e o “cristianismo e o trabalho” e “cultura”. Apesar do pessimismo e caráter apologético de sua obra, ofereceu suporte para uma visão de mundo cristã mais otimista depois da Segunda Guerra; LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Ontologia e história**. São Paulo: duas Cidades, 1968. Lima Vaz introduz o conceito de “consciência histórica” argumentando que a realidade é histórica e cabe ao homem cristão tornar-se protagonista da mesma. Exerceu influência direta sobre o movimento de Ação Católica, particularmente sobre a juventude estudantil.

Vaticano II, esta pesquisa valeu-se de um artigo de Ivan A. Manoel, A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980): notas prévias para uma pesquisa, publicado em 2000, na **Revista de História** da Unesp de Franca. Este trabalho apontou para a necessidade de que se fizessem pesquisas para discutir, dentro do referencial analítico das autocompreensões da Igreja, a questão da transição. É o que intenta esta pesquisa.

Entretanto, para montar o quadro analítico geral desta tese, utilizou-se também da obra de Pablo Richard, **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**, de 1981, a qual esboçou os tipos de Igreja que teriam acontecido na América Latina, embora sua obra não se fundamente propriamente no referencial da autocompreensão da Igreja. Desse esboço, formulou-se o quadro analítico que embasa esta pesquisa. A bibliografia complementar utilizada é ampla. Utilizou-se tanto de obras produzidas por autores católicos clérigos ou leigos, bem como por especialistas brasileiros e estrangeiros que pesquisaram sobre a Igreja do Brasil.

A mudança que vinha se operando no interior da Igreja, de certa forma, desde o pontificado de Leão XIII, ganhou novo *status* a partir do final da Segunda Guerra mundial. Em seus documentos, os papas, até então, sempre tinham defendido a doutrina católica que condenava tanto as soluções liberais quanto as socialistas para a questão social. Com a derrocada do liberalismo, desencadeada a partir da Primeira Guerra Mundial, emergiram as doutrinas totalitárias do fascismo e do nazismo, com vigor aparentemente suficiente para a redenção do mundo da “crise” em que se encontrava. Na efetivação destas doutrinas, a hierarquia acreditou ter encontrado a solução para a questão social. A versão brasileira dessas doutrinas foi o integralismo, com o qual se identificaram e, ao mesmo se filiaram membros ilustres do clero brasileiro na década de 1930.

Naquele período, essas doutrinas políticas apareciam como a solução que mais se identificava com os modelos de exercício do poder eclesiástico: centralizado, hierárquico, corporativo e autoritário. Por outro lado, representavam uma alternativa viável para refrear a revolução socialista que encontraria maior espaço para sua organização e ação junto às massas em regimes democráticos de governo. Ressalte-se ainda que, nas experiências concretas, as nações comunistas, por suas características anti-religiosas e materialistas, descartavam a Igreja do processo político-social, ou mesmo a extinguíam, como ocorreu em muitos casos.

Com a derrota dos países do eixo, na Segunda Guerra, para os países

aliados, defensores dos regimes políticos democráticos, o cenário mundial passou por uma reestruturação. Abria-se um momento oportuno na história para uma possível ascensão e supremacia da Igreja no cenário internacional com uma mudança política significativa: a ação política no espaço democrático.

No período do pós-guerra, a democracia que tinha sido sempre descartada pelo “perigo” que representava por possibilitar a ascensão das massas no campo da política, tornava-se então interessante para a Igreja sob alguns aspectos: permitia sua existência legal; gozava de liberdade de ação em função do pluralismo religioso característico de regimes políticos liberais; abria-se uma oportunidade para o catolicismo, enfim, comprovar que tinha a solução para as contradições do mundo moderno, como a hierarquia tinha pregado desde fins do século XIX; era favorecida pela postura política do estado liberal burguês de combate ao comunismo no ocidente; a sobrevivência do catolicismo a tantos reveses históricos, dos quais tinha saído sempre renovado, o tornaria suficientemente forte para os embates contra as forças contrárias e até a superação delas.

Como desdobramento, a defesa do regime político democrático pela hierarquia colocava em cheque a estrutura hierárquica e clerical da Igreja. As outras frentes políticas em luta, para tornar suas doutrinas hegemônicas se valiam da organização popular de partidos políticos, sindicatos, ligas e mesmo de associações internacionais. A Igreja ficaria em desvantagem e fora do terreno de combate se continuasse a restringir sua ação política aos membros da hierarquia dentro de suas paróquias e dioceses de forma isolada, se limitasse sua ação exclusivamente ao clero no campo da política partidária e, internamente, na pregação dominical aos fiéis na missa e pela catequese.

A presença individual de católicos nas organizações e ambientes laicos, incentivada pela hierarquia desde meados do séc. XIX, não tinha produzido os efeitos que a Igreja esperava; reconhecia, depois da Segunda Guerra, que não bastava a presença de um católico num partido para que o mesmo agisse em nome dos interesses da Igreja; não bastava que as classes médias estudassem em colégios católicos para que influenciassem os governos em favor da Igreja, votassem nos candidatos que Ela indicasse ou impedisse que se tornassem

comunistas;²² a força da imprensa católica era mínima perante a imprensa laica; restringir a ação do católico somente à oração e à recepção dos sacramentos, à conversão pessoal, era insuficiente para se contrapor ao laicismo em expansão; a mudança e conversão individual se tornavam pouco eficiente perante as pretensões da hierarquia de reformar a sociedade e exercer sua missão de salvação da humanidade; não bastavam mais as alianças e acordos com o poder estatal, pois as doutrinas adversas à Igreja passaram a ser difundidas no meio popular pelos novos meios de comunicação.

Surgia, assim, o momento da mudança mais drástica: a da convocação dos leigos para se organizarem e agir, difundiu-se a Ação Católica organizada. Esta proporcionou excepcionais condições para as mudanças na Igreja quando os leigos passaram a atuar em conjunto com os setores do clero que acreditavam na necessidade de mudanças na forma da Igreja exercer sua missão.

Inicialmente, com o Papa Pio X, a participação dos leigos era reclamada a fim de se poder enfrentar e solucionar particularmente a questão social.²³ Deste modo, o laicato católico foi convocado, naquele contexto, para uma ação individual dentro e, especialmente, fora do ambiente religioso.²⁴

Já o Papa Pio XI, no início da década de 1930, precisamente em 1932, em plena crise econômica mundial, identificou o que denominou de “crise religiosa e social da humanidade”, e a atribuiu às armações satânicas da irreligiosidade: “as bandeiras satânicas da guerra contra Deus e contra a religião em todos os povos e em todos os recantos da terra”.²⁵ A esta guerra perpetrada de fora contra a Igreja, Ela teria de defender-se sob o risco de ser aniquilada e extirpada. Embora reconhecesse que sempre tivessem existido “ímpios” que se colocaram contra Deus, eram poucos e isolados, negavam Deus em sua intimidade, em segredo. Porém,

hoje, ao contrário, o ateísmo invadiu grande parte do povo; com suas **organizações**, infiltra-se até nas escolas do povo, manifesta-se nos teatros; e para se propagar, lança mão de películas cinematográficas

²² Representativo dessa consciência entre o clero foi a publicação, na passagem da década de 1950 para a de 1960, de um livro de autoria de um sacerdote francês, no qual reconheceu o fracasso de certo tipo de cristandade em virtude uma evangelização inadequada ou inexistente, tomando como exemplo o caso de Simone de Beauvoir que, nascida e educada dentro da Igreja, tornara-se ateia. Cf. HENRY, A. M. **Simone de Beauvoir ou o malogro de uma cristandade**. São Paulo: Dominus, 1963.

²³ PIO X, papa. (1905) **Il Fermo proposito**. Petrópolis: Vozes, 1947. p. 11.

²⁴ Ibid., p. 5. Parece exagerada o emprego da expressão “articulação dos leigos católicos” para a Ação Católica antes de Pio XI como está colocado por: DALE, Romeu. **A ação católica brasileira**. São Paulo: Loyola, 1985. p. 10. Para Pio X “Mui fácil é descobrir a necessidade do **curso individual** a obra tão importante” referindo-se à Ação Católica. Ibid., p. 5.

²⁵ PIO XI, Papa (1932). **Caritate Christi compulsi**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1963. p. 6.

próprias, da vitrola e do rádio; em suas tipografias próprias imprime opúsculos em todas as línguas; promove exposições especiais e realiza comícios públicos; já formou **partidos políticos** próprios, criou **organizações econômicas e militares** próprias. Esse ateísmo **organizado e militante** trabalha incansável por meio de seus agitadores, com conferências e ilustrações, com todos os meios de propaganda culta e manifesta, em todas as classes sociais, em todos os caminhos, em todos os lares, procurando trazer o apoio moral até das Universidades à sua nefanda atividade, e prendendo os incautos nas malhas poderosas de sua força **organizadora**.²⁶

Se as forças adversárias se valiam de formas organizadas como um exército bem treinado e bem comandado, agindo em diversas frentes e com instrumentos modernos, a hierarquia não poderia mais continuar a limitar sua atuação de forma individualizada e a incentivar a prática de uma religião individualista e intimista.

O que chama a atenção do clero é o que ele identifica como: “apostasia das massas”, “apostasia coletiva” ou “apostasia organizada”. E, ainda, a “apostasia, sobretudo, das massas humildes e proletárias”.²⁷ Na perspectiva da hierarquia,

o remédio único para o mal, o único caminho que resta para reconduzir essas almas a Deus, é a **Ação Católica, e a Ação Católica especializada**. [...] E para isso **são convocados os leigos, à participação no apostolado hierárquico**. E, por esta participação da hierarquia eclesiástica, os leigos se tornam também continuadores da missão apostólica de Cristo.²⁸

Neste trabalho, ao estudar o processo de mudança da Igreja, utiliza-se a noção de que justamente a definição-missão do laicato sofreu um processo de mudança no período estudado. Inicialmente sua identidade foi caracterizada como “participação na missão da hierarquia”, ou seja, o leigo era definido e chamado a agir como extensão da hierarquia, a realizar as tarefas tidas como próprias da hierarquia as quais, por questão de exequibilidade, insuficiência numérica e padrões culturais, o clero não conseguia executar. A partir do Vaticano II, ao leigo foi atribuída uma missão própria em função de seu batismo.²⁹

²⁶ Ibid., p. 6-7. Obs: todos os grifos das citações literais sem indicação são do próprio autor da tese.

²⁷ ORTIZ, Carlos. **Ação Católica e jocismo**. Taubaté: Publicações S. C. J., 1937. p. 11. Referindo-se à chamada Intentona Comunista de 1935 escreve Padre Ortiz: “E o que é a internacional comunista, sua tática de conquista, seu poder de difusão e penetração, tudo isso já conhecemos de sobra, em horas de experiências bem amargas para nossa Pátria”. Ibid., p.11. Em 1903, ao publicar sua primeira encíclica, Pio X diagnostica na humanidade a “doença” do “abandono e apostasia” para com Deus. PIO X, papa (1903). **E supremi apostolatus**. Petrópolis: Vozes, 1952. p. 5.

²⁸ ORTIZ, op. cit., p. 18-19.

²⁹ Segundo o texto do Concílio, os leigos são os fiéis que “[...] pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e a seu modo feitos **partícipes do múnus sacerdotal**, profético e régio de Cristo de Cristo, **pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão** na Igreja e no mundo.” LUMEN GENTIUM, n. 29. In: Compêndio do Vaticano II. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 39-113. No mesmo

As filosofias modernas tinham difundido e orientado diversas doutrinas políticas que substituíram a hegemônica visão de mundo cristã que predominou até século XIX. Porém, não tinham conseguido concretizar, até meados do século XX, a construção do propalado mundo igualitário, fraterno e livre, fundamentando-se apenas na razão e na ciência, de acordo com o pensamento católico conservador. Diante da modernidade consolidada no séc. XIX, a atitude da Igreja foi a de negá-la e refugiar-se naquele tempo histórico que podia trazer-lhe conforto e segurança: a Idade Média.

No século XX, o catolicismo, amparado numa releitura dos fundamentos históricos da ação de Deus através do seu povo na Bíblia, reencontra suas raízes abandonadas durante séculos, para se lançar no risco da construção da história futura ao atribuir à Igreja o conceito de “novo povo de Deus”.³⁰

Apesar de alguns setores da Igreja, clero e leigos, terem entendido que não houvesse algum tipo de desvio de ortodoxia doutrinária católica e insistisse em aproximar-se da modernidade, Roma adotou posturas severas tanto no seu discurso quanto em ações disciplinares, ao reprimir o que julgava ser excesso, também após o Vaticano II.³¹

De fato, reconhece-se que o propalado conflito entre a Igreja e o mundo moderno não passou de conveniências e interesses que separaram o clero católico e os intelectuais anticlericais no século XIX, como pertinentemente expõe Manoel:

a tradição católica e mesmo outras vertentes não católicas do cristianismo, ao impregnarem toda cultura ocidental, consolidaram a ideia de evolução linear da história, o seu caráter universal e escatológico, de tal sorte que os pensadores não religiosos, desde o iluminismo, ao empregarem esses instrumentos conceituais e esse pressuposto, não estavam inovando, mas recuperando e laicizando uma tradição já milenar.³²

 documento, n. 33 lê-se: “O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvífica da igreja. A este apostolado todos são destinados pelo próprio Senhor através do batismo e da confirmação”.

³⁰ Cf. RATZINGER, Joseph. **O novo povo de Deus**. São Paulo: Paulinas, 1974. passim; KUNG, Hans. O papa comete um erro após o outro. **Isto é**, São Paulo, ano 32, n. 2049, 18 fev. 2009. p. 10. Segundo Hans Küng, o então teólogo Joseph Ratzinger um ano após o lançamento de seu livro “O novo povo de Deus” em 1968, abandonou, pouco a pouco, a concepção de Igreja do Vaticano II nele defendida e, mais tarde, como membro da Cúria Romana, passou cercear as adaptações do Vaticano II em toda a Igreja e todas as experiências de Igrejas autóctones.

³¹ Na encíclica “*Pascendi*” e no decreto “*Lamentabili*” de 1903, Pio X condenou o modernismo e conteve os ânimos revolucionários tanto do clero quanto do laicato. Pio X adotou medidas para dinamizar a organização interna da Igreja e estimular a vida litúrgica e sacramental numa atitude de isolamento ao pensamento moderno tido como incompatível com a doutrina tradicional da Igreja. Cf. CHARDIN, Pierre Teilhard de. **Homem, mundo e Deus**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 247; AZZI, Rioldo. **Ascensão ou decadência da Igreja**. São Paulo: Edameris, 1962. p. 286-287; AUBERT, Roger. **Nova história da igreja**. Petrópolis: Vozes, 1975. v. 1. p. 181-197.

³² MANOEL, 2004, p. 41.

Essa perspectiva, reconhecida pelos intelectuais católicos a partir da década de 1930, se constitui em fundamento para a renovação da visão cristã do homem, da história e da ação humana. Renovação que iria ter seu desfecho na convocação do Concílio Vaticano II em 1959 e, como desdobramento, o nascimento da Teologia da Libertação na América Latina, na década de 1960.

2 PRÓDROMOS DO AGGIORNAMENTO (1948-1958)

A elaboração deste capítulo do estudo sobre a transição do catolicismo romanizado para o do Vaticano II, nas décadas de 1950 e 1960, no interior paulista, mais precisamente na diocese de Botucatu, elevada à arquidiocese em 1958, e na diocese de Bauru, criada em 1964 em território desmembrado das dioceses de Botucatu e Lins, utiliza como fonte principal o jornal católico semanário “A Fé”, fundado em 15-11-1931 pelos Missionários do Sagrado Coração de Jesus (MSC). Inicialmente circulou como jornal da Congregação Mariana, para servir de instrumento de difusão da doutrina católica ultramontana e das atividades da paróquia do divino Espírito Santo de Bauru, única na cidade naquele período. Na sua primeira fase, que se estendeu de 1931 até 1940, constituiu-se de um tablóide de seis páginas, com publicação de artigos versando sobre aspectos doutrinários, morais e notícias das associações religiosas paroquiais; documentos e manifestações de membros da hierarquia desde o Papa, bispos, padres e também de leigos que produziam artigos para a imprensa católica em geral ou diretamente para esse jornal. Era supervisionado por um assistente eclesiástico, sacerdote membro da congregação dos MSC. Sua circulação estendia-se por um vasto número de paróquias da região noroeste do Estado de São Paulo.

Depois de uma interrupção de cerca de dez anos, em virtude das dificuldades econômicas provocadas pela Segunda Guerra em decorrência do encarecimento do papel, que era importado, ele renasceu em 1950 e se estendeu até 1969. Esta fase, a que nos interessa, se subdivide em duas outras subfases: de 1950 a 1964, como semanário católico de propriedade paroquial, da paróquia de Santa Terezinha de Bauru, mas com distribuição regional, sob a direção do Padre Pedro Paulo Koop (MSC) com o auxílio de alguns leigos do setor gráfico e jornalistas leigos católicos, na mesma linha editorial e gráfica anterior. A partir de meados de 1964, com a elevação de Bauru à categoria de Diocese, o jornal continuou sendo publicado até 1969, mas, então, como órgão diocesano e esteve sob a direção do primeiro bispo de Bauru, D. Vicente Marchetti Zioni, numa nova linha editorial.

Para esta pesquisa, interessa a análise dos artigos e reflexões sobre a doutrina católica não só no campo religioso, mas no político e social também. Por sua vez, o relato dos acontecimentos eclesiásticos e sociais, as notícias das práticas pastorais, indicativas do processo de mudança do catolicismo na região abordada,

será utilizado. Em função do período histórico estudado se constituir de uma fase de transição do catolicismo, há uma variação de posições políticas adotadas pela hierarquia católica e pelos leigos auxiliares do clero em termos sincrônicos entre os diversos agentes e, em termos diacrônicos, num mesmo agente católico. Ou seja, há posturas conflitantes entre os diversos agentes e contradições nas manifestações de um mesmo agente, variando do radicalismo crítico a posições conservadoras numa dança ao ritmo das influências e condições sociais determinantes. Isto, em função de tentar apontar soluções para os conflitos entre grupos sociais diversos e doutrinas de diferentes colorações e resguardar interesses do jornal e da instituição eclesiástica, numa época marcada por intenso confronto de ideias tanto no campo da política quanto no do religioso.

Na década de 1950 e início da década de 1960, o jornal difundiu orientações e práticas católicas que apontavam para a renovação do catolicismo em diferentes aspectos: ao difundir movimentos e associações católicas inovadoras; realizações práticas de projetos pastorais e sociais em favor dos pobres; doutrina e realizações da Ação Católica; atuação dos católicos nas eleições; ações para concretizar o Plano de Emergência da CNBB em 1962; orientações e ações para preparar a cidade Bauru para instalação da diocese; reflexões pastorais e doutrinárias antes do Concílio com o objetivo de gerar um clima de mudança na Igreja: durante, relatando e refletido sobre os acontecimentos e assuntos debatidos no plenário do Concílio e, depois do mesmo, apontando as mudanças conservadoras possíveis que interessavam para a nova diocese de Bauru, na perspectiva de D. Zioni.

Embora não houvesse, em princípio, nenhum interesse econômico direto do jornal, como ocorre nos jornais produzidos por empresa capitalista, havia uma dependência relativa da empresa TILIBRA que imprimiu o mesmo até 1964. Este vínculo, de alguma maneira e em algumas ocasiões interferiu na posição política e doutrinária difundida pelo jornal.¹

Padre Pedro Paulo Koop, depois eleito bispo de Lins em 1964, ao se justificar perante seus sucessores e ao bispo anterior que lhe cobrava o registro das atividades paroquiais no Livro Tombo, afirmou que a história da Paróquia de Santa Terezinha na qual trabalhou e mesmo a da cidade de Bauru, poderia ser encontrada no jornal “A Fé” do qual foi diretor e um dos redatores. Segundo Koop, o jornal

¹ Cf. cap. 3.

é **amplo e fiel registro de tudo** que se passou na paróquia e na cidade [...] Nele os pósteros encontrarão abundante material para recomposição, história comentada fiel, da vida espiritual de Bauru, não só da Igreja e paróquia de Santa Terezinha bem como de outras igrejas e paróquias.²

Neste capítulo demonstrar-se-á que as inovações pastorais introduzidas na Diocese de Botucatu refletem a passagem de uma autocompreensão conservadora de Igreja para uma Igreja socialmente engajada.

2.1 Movimento por um Mundo Melhor

Dentre as práticas inovadoras desse período, encontra-se o 'Movimento por um Mundo Melhor', fundado pelo Padre Ricardo Lombardi, na Itália, no início da década de 1950 oficialmente.

Padre Ricardo Lombardi, S.J., italiano, jornalista da revista “Civiltà Católica”, ministrou em várias partes da Itália, antes da Segunda Guerra, uma série de palestras que versavam sobre “as bases racionais do Cristianismo e pondo em comparação a incerteza da filosofia contemporânea e a certeza da fé tradicional”.³

Logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, retomou suas conferências as quais chamaram atenção de Pio XII. Este o designou para escrever um discurso que pronunciou em 10/02/1952 em Roma. A repercussão foi estupenda e deu ensejo ao início do chamado “Movimento por um Mundo Melhor”. Sua identidade diferenciava-se das organizações católicas tradicionais do catolicismo romanizado, pois se tratava de um movimento de apoio, reflexão, renovação, atualização das associações tradicionais, particularmente da Ação Católica, através de treinamento de seus líderes; constituía-se de um curso denominado de “Exercitações para um Mundo Melhor”; tinha duração aproximadamente de três meses, destinado ao clero e a leigos engajados nas atividades de apostolado, com o propósito de animá-los para uma ação positiva de conversão pessoal e social, e para fermentar os ambientes e transformá-los com o exemplo e ação cristã concreta.⁴

O Movimento para um Mundo Melhor, com suas exercitações,
tem como principais objetivos de ação:

² Livro Tombo da Paróquia de Santa Terezinha de Bauru. f. 9v, 4 set. 1964. **Arquivo da Paróquia.**

³ MONDOMIGLIORE. **Centro Mondomigliore.** Disponível em: < http://www.mondomigliore.it/mm/p.php?il_centro/pt>. Acesso em: 29 jan. 2009.

⁴ Ibid.

- servir uma **imagem sempre renovada da Igreja e da Sociedade**;
- fazer uma leitura permanente dos Sinais dos Tempos para poder servir o tipo de **conversão/renovação que Deus pede aqui e agora**;
- criar **estratégias que facilitem a mudança/conversão**;
- **renovar** continuamente a **mensagem, os métodos e os instrumentos** para servir à mudança desejada.⁵

Os propósitos do movimento evidenciam seu caráter de renovação não só da Igreja, mas também da sociedade; a conversão pessoal adequada à realidade social vivida que supõe sua inserção sempre atualizada; a elaboração de estratégias que possibilitassem a consecução dos objetivos propostos, ou seja, a racionalização e planejamento das ações e, contrariamente aos postulados do catolicismo tradicional, renovar continuamente os conteúdos e as formas de difusão da mensagem católica.

Em termos de Brasil, o Padre José Marins com uma equipe por ele comandada foi um dos principais divulgadores dos cursos Mundo Melhor, com a anuência e incentivo da CNBB. Segundo Marins,

a equipe de 15 de pessoas (sacerdotes-religiosas-leigos) aprovada pelo Episcopado, que percorreu o país por cinco anos, dando 1800 cursos, com bandeira de renovação, pastoral de conjunto (Mundo Melhor), foi responsável pelo nascimento de um clima geral de busca, de revisão comunitária, de questionamento e de união pastoral.⁶

Artigos escritos pelo Padre Lombardi, bem como notícias sobre suas atividades, foram frequentemente veiculados pelo jornal “A Fé”, revelando uma tendência renovadora tanto dos métodos quanto dos conteúdos da mensagem católica a ser divulgada. Nesses artigos, foram explicitadas, a partir de uma determinada leitura do mundo, as soluções católicas para os problemas enfrentados pela humanidade, norteadoras do significado do movimento do “MMM”, como ficou conhecido.

O sucesso do movimento pode ser creditado a dois fatores: por firmar sua fundamentação doutrinária nos documentos pontifícios e ao anseio por mudanças na Igreja, particularmente nas práticas pastorais, por parte do clero e dos leigos, que já se irradiavam desde a década de 1930. Padre Lombardi selecionou, dentre os textos

⁵ ANUÁRIO CATOLICO. **Agencia Eclésia**. Disponível em:

<http://www.agencia.ecclesia.pt/anuario/ficha_instituicao.asp?instituicaooid=6>. Acesso em: 29 jan. 2009

⁶ MARINS, José. Comunidades eclesiais de base na América Latina. In: Comunidades eclesiais de base. **Concilium**, n.104, 1975, p. 409. Para Marins, os cursos do Mundo Melhor podem ser considerados os motivadores tanto da elaboração do Plano de Emergência da CNBB em 1962, quanto do surgimento de Comunidades Eclesiais de Base, da renovação das paróquias e das escolas católicas já incentivadas pelo mesmo documento. *Ibid.*

emanados dos romanos pontífices, aqueles que enfocavam uma leitura do mundo que apontavam para algum tipo de exigência de mudança da Igreja e da necessidade de mudança da sociedade, para sanar os males dos tempos modernos. Incorporou essa mensagem à Ação Católica indicada e incentivada pelos últimos Papas, especialmente a partir de Pio XI. Desta atitude, resultou sua oficialidade e sucesso, com desdobramentos futuros imprevisíveis na época do seu lançamento.⁷

Logo na primeira página do jornal “A Fé”, na edição de seu relançamento, Padre Lombardi, ao situar “nosso momento na história”, revelou uma nova concepção da história. Ao contrário da pregação do retorno à Idade Média como tempo idealizado a ser revivido, segundo a doutrina católica ultramontana, reconhecia que, no momento presente “nós vivemos numa hora de trágico desmoronamento, [...] após uma evolução que durou séculos” do humanismo renascentista que prescindiu de Deus. “Nossa geração, porém, apresenta outra fisionomia, consoladora [...]: o **ciclo humano** se encontra em plena fase de desmoronamento, **já às portas um ciclo novo**”. A interpretação do novo ciclo histórico que se iniciaria para essa mesma geração decaída, de acordo com Padre Lombardi, “é a linha do retorno a Deus. Os homens queriam, sozinhos, reinar no mundo e dominá-lo... [...] Hoje chegaram à compreensão do seu fracasso patente e **querem retornar a Deus. Querem que Deus volte a eles. Deus voltará**”.⁸

Apesar de focar a temática tradicional da necessidade do retorno do mundo moderno a Deus e de Deus para ele, a história é encarada como algo novo a ser construído e essa construção obteria seu sucesso e seu sentido no reencontro do homem com Deus no momento histórico vivido, encarnado e não fora dele. O embate entre a Igreja e o mundo seria superado pela supremacia de Deus sobre mundo dos vivos, sob o governo da Igreja, sob o regime de uma nova cristandade.

A identificação e anseio da diocese de Botucatu com a renovação do catolicismo podem ser adequadamente dimensionados pela atitude de seu Bispo, D. Frei Henrique Golland Trindade, OFM, que convidara o Padre Lombardi para conferenciar em Botucatu⁹ a 27/09/1951, antes mesmo do lançamento oficial do

⁷ LOMBARDI, Ricardo. **Pio XII por um mundo melhor**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1958. passim.

⁸ Id. Nosso momento na história. **A Fé**, Bauru, 15 maio 1950. Os documentos do jornal “A Fé” sem menção do número de página significa que foram extraídos da primeira.

⁹ Padre Lombardi fez pregações, também, na arquidiocese de S. Paulo a convite do Arcebispo Cardeal Carlos

MMM que se daria no ano seguinte, em 1952, e dos cursos oficiais que se iniciaram a partir de 1956. Com explícito entusiasmo, o então bispo conclamava “todo o clero da diocese, com sua Ação Católica e as diretorias de suas associações” para a conferência da qual também participariam as religiosas e convidava todo homem de boa vontade “os operários e capitalistas, os ricos e os pobres”. Pois as palavras do pregador itinerante é “a palavra evangélica, profunda e simples, franca e sobrenatural, cheia de caridade e cheia de energia, palavra de eternidade e palavra de atualidade” que muitos ouviram “com esperanças de um mundo melhor. É a cruzada da Bondade, é a cruzada de Deus”.¹⁰ O chamado à participação de todos os segmentos sociais é próprio da Igreja social cristã. Esta não fazia opção de classe.

Esse tipo de evento propiciava a criação de um clima positivo em favor das mudanças das antigas estruturas mentais, organizacionais e estratégicas da Igreja. Lançavam-se as bases dinâmicas para a inserção das práticas religiosas na vida concreta. A Ação Católica que nascera com os objetivos de auxiliar a hierarquia tinha uma oportunidade para repensar as práticas conservadoras desempenhadas até então pelo catolicismo e descobrir, através da militância, a possibilidade de engajamento para a transformação social: construção de um mundo melhor.

Em 1953, logo depois do lançamento oficial do movimento, reapareceu no jornal os seus projetos e realizações, até então com título assaz significativo: *Cruzada da bondade*. Apesar de ser comum atribuírem o título de “cruzada”, imagem evocada da Idade Média como símbolo do combate dos cristãos contra os “infiéis”, encontra-se a utilização desta expressão em inúmeras iniciativas católicas no período que revela certa contradição com a nova mentalidade, mas que é própria de período de mudança. Mas, aos poucos, e conforme a renovação católica evoluía para ações de viés mais comunitário e ecumênico, o emprego do termo foi se tornando mais raro.¹¹

 Vasconcelos Motta, que se identificava com a renovação da Igreja. D. Henrique acenava que trilharia pelos mesmos caminhos da renovação do catolicismo. TRINDADE, Henrique G. Cruzada da bondade pregada pelo Padre Lombardi. *A Fé*, Bauru, 16 set. 1951.

¹⁰ TRINDADE, Henrique G. Padre Lombardi. *A Fé*, Bauru, 16 set. 1951.

¹¹ Na década de 1950, ainda era comum atribuir o título de “cruzada” a movimentos e ações organizadas desencadeadas com finalidade religiosa ou social. Mas, a partir do pontificado de João XXIII, essa expressão passou a ser revista. D. Helder Câmara criou no Rio Janeiro em 1956 a Cruzada de São Sebastião, uma entidade para realizar projeto de desfavelamento. Em audiência com João XXIII, recebeu a seguinte advertência, quanto ao nome cruzada: “Logo se percebe que o senhor não conhece o Oriente Médio! Se o senhor conhecesse o Oriente Médio, jamais utilizaria o termo ‘cruzada’ para seu trabalho de libertação dos pobres! Porque, apesar do que dizem muitas vezes os historiadores, essas malditas cruzadas abriram um fosso entre nós, católicos, e os muçulmanos muito difícil de ser superado...”. PILETTI, Nelson; PRAXEDES,

Como uma cruzada dos cristãos para difusão da doutrina católica dentro e fora da Igreja, não só o clero foi convocado, mas todo homem de boa vontade que queira contribuir para a salvação do mundo. De acordo com o jornal, “é um trabalho de penetração das **ideias de renovação**, em todo o mundo católico”.¹²

Ao reproduzir reportagem vinda de Porto Alegre, por ocasião da visita do Padre Lombardi para fazer a divulgação do movimento que liderava, o jornal esclareceu que a nova mensagem “não contém uma doutrina nova. É o espírito do Evangelho que requer aceitação renovada e integral em face das circunstâncias modernas”, e espera-se a solução dos problemas da salvação da humanidade, pois “pregamos uma **revolução**: uma que não tolera esta situação de incoerência. **Revolução** de fé e amor, para que se construa um mundo melhor”.¹³

O emprego da palavra revolução indica a intenção de uma renovação católica radical. A Segunda Guerra Mundial deixara uma brecha para a ação dos católicos ao se concluir que as ideologias liberal e socialista tradicionais, criticadas e rejeitadas pelos romanos pontífices sob o prisma doutrinário, não tinham trazido a solução para a paz mundial e a felicidade dos homens. Abria-se uma oportunidade para se demonstrar a eficácia da Doutrina Social da Igreja para a construção de um Mundo Melhor, a fim de recolocar a Igreja em lugar de destaque no cenário internacional, amparada em amplo apoio popular convocado para a militância.

Manoel, ao estudar o lançamento e execução do projeto doutrinário e político ultramontano, afirma que a Igreja católica

quando desenvolve uma vasta ação política mundial para consolidar esses preceitos doutrinários [do ultramontanismo], ela arrasta consigo forças incomensuráveis, provoca jogos de poder e desencadeia envolvimento que nem sempre pode controlar ou sequer prever os resultados.¹⁴

Nas suas devidas proporções, nas décadas de 1950 e 1960, o projeto de renovação então difundido trilharia por sendas não imaginadas quando do seu lançamento.¹⁵

Em 1954, em artigo de editorial, houve nova abordagem do projeto de mundo melhor. A justificativa para se lutar para a mudança partia de uma leitura negativista

Walter. **Dom Helder Câmara**: o profeta da paz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 212.

¹² CRUZADA da bondade. **A Fé**, 23 abr. 1953.

¹³ UMA REVOLUÇÃO para construir um mundo melhor. **A Fé**, Bauru, 20 set. 1953.

¹⁴ MANOEL, 2004, p. 133.

¹⁵ Este projeto será discutido nos capítulos seguintes.

do mundo vivido, mas que poderia ser diferente. Retoma o lema da recristianização tão destacado pelo ultramontanismo. Há um chamado a todas as pessoas para agirem enfatizando que “não imaginas o poder que tens em tuas mãos, para renovação do mundo”. E continuou a expor:

isso significa que depende da ação individual e indispensável de cada pessoa de bem, para esta maravilhosa transformação. [...] E, quando todos compreenderem e atribuírem a si esta responsabilidade e agirem como Cristóforos,¹⁶ já estaremos na aurora de **uma nova era**, deste tão almejado Mundo Melhor.¹⁷

Compreende-se que até meados da década de 1950 ainda persistia na mentalidade do jornalista católico a tradicional concepção da necessidade e suficiência da conversão e ação individual para a mudança da Igreja e do mundo. Porém, é significativo que a salvação do mundo já não dependia somente da oração e ação do clero, mas da ação de todos os simpatizantes da proposta.

Por ocasião da quaresma de 1958, o arcebispo D. Henrique, ao dirigir-se aos diocesanos, insistiu na ideia de transformar o mundo ao escrever: “demos a nossa colaboração dolorosa para a transformação verdadeira do mundo, angustiado e sem rumo, em um mundo melhor”.¹⁸

Um curso realizado, em Bauru, em 1958, ensejou a publicação de um novo artigo sobre o tema. Mirna Elias, uma das participantes de um dos cursos do Mundo Melhor, relatou que assumiu um “propósito: melhorar o mais possível o mundo, começando por nós mesmos”. Reafirmou os princípios colocados pelo fundador do movimento de reforma das pessoas e reforma do mundo. E advertiu:

comecemos antes que seja tarde. O necessário é simplesmente começar, pois o mundo, a humanidade, já estão preparados para receber, pelos apóstolos leigos, a vida de Cristo em seus ambientes, em seus lares e em seus corações.¹⁹

A importância representada pelo MMM (Movimento por um Mundo Melhor) como motivador da renovação se destacou por ocasião do lançamento do Plano de Pastoral de Emergência (PPE) da CNBB, nos dias 11 e 12 de agosto de 1962, no colégio Sion, em São Paulo. A reunião para a discussão do plano elaborado pelo secretário geral da CNBB, D. Helder Câmara, contou com a participação pessoal do arcebispo D. Trindade, de membros do clero, religiosas e alguns leigos. Os inícios

¹⁶ Movimento de fomento da vida cristã difundido a partir dos EUA após a Segunda Guerra.

¹⁷ UM MUNDO melhor. **A Fé**, Bauru, 20 jun. 1954.

¹⁸ TRINDADE, Henrique G. O sentido de uma semana. **A Fé**, Bauru, 2 mar. 1958.

¹⁹ MIRNA, Elias. Para um mundo melhor. **A Fé**, Bauru 12 out. 1958. , p. 6.

das atividades para reflexão e concretização do PPE previam que, antes da ação propriamente dita,

para janeiro [1963] será marcado o encontro regional de todas as dioceses sufragâneas, também aqui em Botucatu, prelados, sacerdotes, religiosos e leigos, possivelmente logo depois das exercitações do Mundo Melhor para o clero de toda Província Eclesiástica, e que já fazem parte do plano de emergência.²⁰

As exercitações foram previstas pelo PPE como motivação dos agentes envolvidos na ação para a renovação das paróquias. Destaque-se ainda que Botucatu tornou-se um centro regional irradiador dessa renovação como sede da província eclesiástica, liderado pelo arcebispo D. Henrique G. Trindade. Geravam-se as condições necessárias, antes mesmo do início do Concílio Vaticano II, para avanços significativos daquele processo de mudanças, acelerado depois da convocação do Concílio pelo Papa João XXIII, em janeiro 1959.

Até 1963, o curso do Mundo Melhor foi realizado nas paróquias da arquidiocese. O jornal “A Fé”, de 17/02/1963, anunciou o curso a ser ministrada na paróquia de Duartina, próxima a Bauru. Destinava-se para “rapazes e moças, nos dias de carnaval”. Era um curso aberto a todos os jovens, mas especialmente para os ‘moços’ das Congregações Marianas, para aproveitarem “a oportunidade única de tomar contato com os novos métodos de melhorar o mundo”.²¹

Os efeitos do curso do Mundo Melhor, segundo José Marins, dependia muito da receptividade e do ambiente da paróquia:

ora, o curso do MM é um simples instrumento para a ação apostólica. Pode obter frutos ou não. Ele está condicionado à preparação remota e próxima que se fez na paróquia. Depende da estrutura apostólica do vigário, de sua mentalidade e abertura, da organização já existente. De modo especial, vai depender de alguém que assuma a responsabilidade de aproveitar as energias suscitadas pelo curso e que faça atuar as resoluções tomadas pelos cursistas.²²

Em geral os cursos do MM tinham as seguintes finalidades: “1) criar um clima geral de renovação; 2) preparar melhor elementos líderes; 3) orientar os primeiros esforços de comunidade, no espírito do Corpo Místico de Cristo”.²³

A interpretação do mundo, na perspectiva do movimento, partiu, inicialmente,

²⁰ TRINDADE, Henrique G. Plano de emergência. *A Fé*, Bauru, 1 set. 1962.

²¹ CURSINHOS DO MUNDO MELHOR. *A Fé*, Bauru, 17 fev. 1963.

²² MARINS, 1964, p. 13. Cf. MARINS, José. **Curso do mundo melhor**. São Paulo: Melhoramentos, 1962. passim.

²³ MARINS, 1964, p. 13.

de uma atitude intelectual dos católicos de demonstrar, a partir da década de 1930, o fracasso do projeto racional da modernidade para a construção de mundo melhor de igualdade e fraternidade. Este projeto teria sido construído a partir do afastamento da humanidade em relação a Deus, no Renascimento. Entretanto, a ideia de fracasso na construção de um mundo melhor pela modernidade criaria as condições para uma nova era favorável ao retorno para Deus por intermédio da Igreja. Porém, ao necessitar e incentivar a participação ativa do laicato, particularmente através da Ação Católica, terminou por acelerar o processo de transição da Igreja para posições sociais e políticas progressistas. Assim sendo, esse movimento que nasceu nas entranhas do conservadorismo e evoluiu para posições mais progressistas é significativo do processo de transição do catolicismo.

2.2 Reforma agrária: conosco, sem nós ou contra nós

Na região escolhida para este estudo, o tema da reforma agrária foi se impondo à medida que as transformações econômicas foram modificando a organização social. O desenvolvimento da indústria e do comércio provocou um processo de urbanização com seus conseqüentes problemas sociais. Deste modo, apesar da atenção dada aos camponeses desde o início da década de 1950, da sua metade em diante a defesa da reforma agrária ocuparia um lugar de destaque. Essa prioridade é reveladora da mudança da Igreja na solução da questão fundiária, coerente com sua autocompreensão da Igreja social cristã.

Nada ou pouco foi feito para as categorias sociais populares pelo menos até a década 1950 em termos de Brasil e também na diocese de Botucatu. Afora a criação da sociedade de São Vicente de Paulo (vicentinos), na década de 1930, e o Círculo Operário Bauruense, em 1945, os pobres foram ignorados e ficaram à margem ou a reboque do que pensava e fazia a classe média, em termos regionais. Aos poucos, na primeira metade do século XX, até as práticas religiosas populares autônomas foram abandonadas e substituídas pelas práticas europeizadas impostas pelo clero e dominadas pela classe média, alvo principal da hierarquia para influenciar a sociedade no âmbito da política e da doutrina católica do ultramontanismo.²⁴

²⁴ PRIMOLAN, Emilio D. **A romanização do catolicismo na paróquia de Bauru (1909-1937)**. 200 f. 1993. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de História, Letras e Psicologia, Unesp, Assis, 1993. passim.

De acordo com Bruneau,²⁵ o estudo da Igreja no Brasil deve considerar a década de 1950 como o momento decisivo para a entrada da Igreja no Brasil nos caminhos da mudança social. Em função das agitações rurais e dos demagogos na área urbana, Ela tomou consciência do atraso das estruturas sociais e da injustiça. Se, por um lado, sua análise reflete o discurso e ações de alguns bispos, particularmente da região nordeste, por outro, deve-se reconhecer que tais posições doutrinárias, pastorais e sociais se difundiriam para outras dioceses e paróquias do Brasil no final da década de 1950, conforme avançou o processo de industrialização e urbanização.

Nesta perspectiva de mudança da Igreja no Brasil, pode-se citar o documento que, ao que parece, inaugurou a nova posição da Igreja em torno do social, particularmente no que diz respeito ao homem do campo. Assinado pelo bispo de Campanha, MG, D. Inocêncio, o qual, em 1950, ao caracterizar a situação do trabalhador rural, questionou: “merecem o nome de casa os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar de roupa os trapos de que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais?”²⁶

Esse tipo de questionamento apontava para uma mudança acentuada do discurso tradicional da Igreja que, até então, circunscrevia sua tarefa apenas aos aspectos religioso e moral do homem, com a salvação da alma. A partir do reconhecimento da existência corpórea do homem e sua necessidade de uma vida digna já neste mundo terreno, impunha-se a urgência da mudança social para a construção de uma sociedade mais justa.²⁷

Neste contexto, por sua vez, configuraram-se os cuidados para com o homem do campo, para os quais a Igreja não tinha tido ainda uma ação organizada em termos sociais. No mesmo documento, ao lembrar palavras de Pio XI²⁸ que considerava um escândalo a perda do operariado europeu no séc. XIX, D. Inocêncio

²⁵ BRUNEAU, Tomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. p. 150.

²⁶ ENGELKE, Inocêncio. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. In: CNBB. **Pastoral da terra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 44. Este texto foi publicado após a realização da 1ª Semana Ruralista da Ação Católica Brasileira realizada em Caxambu, diocese de Campanha, MG. Ao que parece o texto fora redigido por D. Helder Câmara, vice-assistente da Ação Católica Brasileira, articulador do encontro que reuniu bispos, padres, religiosas, professoras e fazendeiros. PILETTI; PRAXEDES, 2008, p.217.

²⁷ Cf. BRUNEAU, 1974, p. 150.

²⁸ “[...] escreve Pio XI ao Con. Cardijn, fundador da juventude operária belga: ‘O maior escândalo do séc. XIX foi ter a Igreja perdido a classe operária’”. ORTIZ, Carlos. **Ação Católica e jocrismo**. Taubaté: Publicações S. C. J., 1937. p. 10.

desenvolve o raciocínio afirmando: "já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural".²⁹

Para Richard, este documento de D. Engelke "define claramente o '*terminus a quo*' (a partir de onde) a Igreja começa seu processo de abertura no domínio social": a Igreja luta por uma reforma agrária sob a perspectiva patronal; na defensiva propõe uma reforma para se proteger do "sem nós" e do "contra nós" e a Igreja percebe que as mudanças sociais e políticas são irreversíveis. As mudanças se fariam com ou sem ela.³⁰

Dentre as questões que então chamavam a atenção do episcopado brasileiro em relação aos camponeses, destacavam-se a mobilização para a fixação do trabalhador rural no campo e, como solução principal, a reforma agrária. Na senda dos documentos emanados de Roma, o episcopado brasileiro, congregado em torno da CNBB, manifestou-se, em 1952, através de uma pastoral coletiva sobre "A Igreja ante os problemas atuais", no qual fez um apelo para que os camponeses não trocassem o campo pela cidade, mas, antes, exigissem seus direitos. Afirmou ainda que "a Igreja não tem o direito de ser indiferente à reforma agrária".³¹ Essa tomada de posição coletiva encorajou iniciativas individuais de diversos bispos em suas respectivas dioceses. É o caso de Botucatu através do seu bispo D. Henrique.

Dois anos depois da iniciativa pioneira de D. Engelke, e, em sintonia com as preocupações do episcopado nacional, realizou-se a "Semana Rural do Clero de Botucatu". A notícia do evento foi assim relatada pelo jornal "A Fé", em agosto de 1952:

pela primeira vez, no estado de São Paulo, realizou-se uma semana rural do clero, com o objetivo de focalizar, de maneira prática e eficiente, os problemas que afligem o nosso homem do campo. Tal realização repercutiu em todo o território brasileiro como mais uma chamada de alerta dada pela Igreja, em favor da massa de trabalhadores do meio rural. [...] saibam os poderes públicos acolher, prestigiar e aparelhar com todos os elementos essa nova mobilização de recursos para a CRUZADA DA REDENÇÃO DE NOSSO HOMEM RURAL, até hoje abandonado às resistências de sua fé, e junto ao qual estão chegando, cada vez mais próximas e fascinantes, as atrações de falsas miragens urbanas.³²

A diocese de Botucatu foi pioneira na implantação da renovação da Igreja no

²⁹ ENGELKE, 1977, p. 44.

³⁰ Richard, 1981, p. 148.

³¹ PASTORAL COLETIVA (1952). A Igreja ante os problemas atuais. **A Fé**, 1952. passim.

³² EXTRAORDINÁRIO êxito alcançou a semana rural do clero de Botucatu. **A Fé**, Bauru, 17 ago. 1952.

setor da pastoral rural, ao motivar o clero, as religiosas e os leigos, para a Ação Católica organizada em prol das comunidades rurais.

Em 15 de setembro de 1952, D. Henrique realizou outro projeto em atenção à pastoral rural. Sensibilizado com a situação social deprimente e abandono em que se encontravam os pobres, os doentes e, preocupado com a ausência do conhecimento da doutrina cristã, desejava que a Igreja tivesse uma presença mais efetiva no meio rural, em sintonia com o brado lançado em 1950, em Campanha, MG. Criou, então, uma congregação religiosa dedicada especialmente à atividade pastoral junto às comunidades rurais em auxílio ao trabalho do clero. Teve como co-fundadora sua irmã de sangue e religiosa Henriqueta Golland Trindade, da congregação da Divina Providência de Münster. Portanto, os

destinatários da missão das Servas do Senhor são os habitantes do campo e das periferias urbanas e as pessoas desamparadas em sua pobreza, doença ou velhice, a quem oferecemos evangelização, promoção humana e atendimento assistencial.³³

Em 1959, o arcebispo voltava a insistir junto ao clero para que se valesse mais do trabalho das religiosas da Congregação por ele criada. Pois, após sete anos de existência, tinha se estruturado e contava com número de religiosas para expandir suas atividades na diocese.

Por meio do jornal “A Fé”, ele justificou que as congregações religiosas surgem em certas circunstâncias para solução de problemas pontuais. E o problema que o angustiava era o rural. Reconhecia, outrossim, que a questão social rural era de ordem “espiritual e **material**”. Ou seja, se há o reconhecimento de que a questão envolve o material, que não se restringe mais ao campo religioso e moral, a solução não pode ser a mesma anteriormente apresentada pela Igreja: falta de religião. O que saltava aos olhos do arcebispo não era a existência da pobreza em si, mas que esta “toma aspectos particularmente dolorosos e humilhantes, no meio do luxo e ostentação e abundância e esbanjamento que se vê por toda parte, hoje em dia, até mesmo entre os chamados grandes cristãos, católicos pessoas da Igreja”.³⁴ Deste modo, o envolvimento da Igreja social cristã com as questões sociais possibilitou a tomada de consciência da existência da luta de classes que, evangelicamente, significava um escândalo inadmissível. Essa consciência permitiria que a Igreja

³³ CONGREGAÇÃO das Servas do Senhor. Disponível em: <<http://congregacaoservasdosenhlor.org.br>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

³⁴ TRINDADE, Henrique Golland. Servas do senhor. **A Fé**, Bauru, 25 out. 1959.

evoluísse para seu engajamento com o movimento social no período seguinte, no início da década de 1960.

De fato, com a urbanização, começou a surgir nas cidades uma classe média, a qual, em virtude da expansão das indústrias de consumo de massa, introduz um novo estilo de vida cuja base estava no consumo de supérfluos. Como em qualquer processo de introdução do capitalismo industrial, o êxodo rural, ao mesmo tempo forçado e atraído pela possibilidade de uma vida menos penosa que a do campo, começava a inchar as periferias das cidades tornando mais evidentes as contradições sociais que, de certa forma, eram mascaradas nas relações sociais existentes nas empresas rurais.

Neste contexto e sem compreender, ao que parece, satisfatoriamente o processo de mudança social em andamento, a preocupação da hierarquia se voltava para priorizar o atendimento do homem rural para promover sua dignidade e, ao mesmo tempo, convencê-lo a permanecer no campo.

O trabalho das Servas do Senhor, em primeiro plano, constituía-se de ações para a organização de comunidades cristãs:

as Servas do Senhor querem, em primeiro lugar, trabalhar no campo, ensinando o catecismo, visitando as famílias, transmitindo-lhes noções de higiene e arranjo doméstico, procurando mostrar-lhes, pelo exemplo e pela palavra, as verdadeiras alegrias da vida cristã e da vida rural, esforçando-se por fomentar a união entre todos, ao redor do altar de Cristo, e com eles cantando e rezando, elevando, assim, o nível de sua vida [...].³⁵

Aos poucos, passava-se a compreender que não bastariam o catecismo e a conversão pessoal para transformar a sociedade. A missão da nova congregação recebia uma outra função:

em segundo lugar, se ocuparão com os pobres e abandonados e doentes em domicílio que os há por toda parte. Visitarão as casas dos humildes, levando, quando possível, o pão e os meios materiais, e levando sempre, porque é possível, a esmola do amor de Cristo, na fé e na verdadeira fraternidade cristã.³⁶

Em maio de 1963, ao fazer um balanço do desenvolvimento da congregação na arquidiocese de Botucatu e dos serviços prestados à Igreja, declararam: “todos sabem como a zona rural é abandonada, até mesmo pela Igreja, talvez sem culpa de ninguém, mas por circunstâncias de outros tempos e, quem sabe, dos nossos

³⁵ TRINDADE, Henrique Golland. Servas do senhor. **A Fé**, Bauru, 25 out. 1959.

³⁶ Ibid.

tempos também”.³⁷ Embora outras congregações tivessem sido fundadas para o trabalho com camponeses, suas finalidades tinham sido desviadas para outros setores. Essa foi a razão aduzida para que o então bispo diocesano decidisse pela fundação de uma nova congregação religiosa feminina com finalidade principal de atendimento das populações do campo.³⁸

Em 1957, quando o debate sobre a reforma agrária se intensificava em âmbito nacional, o jornal “A Fé” manifestou seu apoio à mesma, alertando que seria bem vinda dentro dos critérios e orientações da hierarquia, ou seja, de acordo com a tradicional doutrina social católica. Naquele momento, o tema agitava a opinião pública, e o clero local tomou posição ao afirmar que

esse movimento revolucionário no bom sentido está tomando cada dia mais corpo, intensifica-se, avulta-se, agiganta-se. Aumenta o número de mentores das ideias de distribuição racional de terras devolutas e sementeiras assistidas pelos poderes públicos. O Brasil entraria numa fase de produção intensiva. Aumentariam os paióis e os silos. Haveria pão só nosso sobre as mesas. As turbas teriam sua independência econômica.³⁹

Em seguida, o jornal expôs que poderia ser solução em parte e revelou temor de que depois das terras públicas, terras de propriedades particulares também pudessem ser ocupadas, o que considerava “uma injustiça social” já que teriam sido conquistadas com suor dos “proprietários legítimos”. Ao rechaçar a solução comunista de erradicação da propriedade privada, lembrou os riscos dos excessos do Estado e o aniquilamento do indivíduo, numa referência ao sistema de poder em exercício nos países comunistas e capitalistas, respectivamente.

Significativa a utilização do termo “turba” referindo-se à população dos “sem-terra”, reveladora ainda do temor de perturbações sociais por parte das camadas mais pobres. Todavia, com distribuição de terras, que garantiria pão na mesa dos

³⁷ UMA CONGREGAÇÃO PARA A ZONA RURAL. *A Fé*, Bauru, 5 maio 1963.

³⁸ *Ibid.* “A primeira vestição de 5 candidatas das quais perseveraram 4, foi na festa da anunciação de 1953, portanto já faz 10 anos. No momento somos 49, entre professoras e noviças, estas, como todas que as precederam, com dois anos de noviciado. [...] temos já 7 casas, a começar pela casa principal de Botucatu [...]. Além disto, temos 2 pequenos hospitais, em cidades de zona rural, com irmãs diplomadas, um asilo para velhinhos e 2 escolas estaduais, em 2 fazendas, onde as Servas são professoras, como outras, recebendo o seu salário, mas fazendo um grande bem, não só às crianças, mas a todos os colonos [...]. E moramos em casas como a dos colonos [...]. Por zelosos párocos somos convidadas para visitas-missões, algumas das quais duram até duas semanas e mais, nas quais visitamos as famílias, os doentes, os não casados [...]. Já fizemos, nestes 10 anos, quase 50 destas visitas-missões, até mesmo em outras dioceses, e parece, com algum resultado. [...] O nosso hábito é simples, curto, fazenda-xadrez, cabelo à vista, ainda que com véu, tudo modesto, como deve ser a nossa vida e nosso apostolado, e podemos também andar sem hábito a critério dos superiores, quando necessário ou útil”. UMA CONGREGAÇÃO PARA A ZONA RURAL. *A Fé*, Bauru, 5 maio 1963.

³⁹ BRASIL brasileiro. *A Fé*, Bauru, 20 out. 1957.

pobres “desorganizados”, poderia ser afastada a ameaça da revolução socialista, um dos motivos da preocupação da Igreja com a reforma agrária. Enfatizou, a seguir, o que entendia como a solução para os problemas da questão agrária:

a solução do problema só pode ser cristã, porque somente o cristianismo possui a chave das liberdades humanas. A democracia só pode emanar do Evangelho – o mais gigantesco e soberbo livro do mundo. O pobre, enfim, só pode ser feliz dentro de independência disciplinada, produzindo e gozando seus frutos. [...] A questão do Brasil não é tanto a distribuição de terras. É mais de inércia. A preguiça é monstro que nos devora e empobrece.⁴⁰

A posição do clero local revelava os temores de uma organização autônoma dos trabalhadores do campo os quais deveriam, então, ser conduzidos e “disciplinados”, preferencialmente pela Igreja, por meio de suas associações, religiosas e de seus sindicatos “democráticos” católicos. Apesar de se ter iniciado uma orientação eclesial para a participação dos leigos em suas organizações, a tutela do clero é sempre reclamada como os autênticos representantes de Deus na terra.

Por outro lado, a reforma agrária deveria restringir-se às terras do Estado o que, na prática, seria um reforço do princípio da propriedade privada defendida nos documentos sociais emanados de Roma. Revelou, ainda, que, no final da década de 1950 persistia o preconceito segundo o qual a pobreza e miséria no campo seriam consequências da “preguiça” e não fruto de estruturas fundiárias e sociais injustas. Não se pode esquecer que os padres eram em grande parte europeus para os quais o povo, em sua maioria era analfabeto, vivia em meio às superstições. Os outros membros do clero tinham sido educados, geralmente, em seminários dirigidos por padres estrangeiros ou tinham estudado em Roma.

No ano seguinte à revolução cubana, 1960, e dez anos após o brado pela reforma agrária ter sido lançado por D. Elgelke, o mesmo foi repetido pelo arcebispo de Botucatu, em título de artigo no jornal “A Fé”:

é certo que todos os nossos bispos, que vivem a realidade brasileira, no ambiente universal, se preocupam com o problema e desejam todos uma revisão ou reforma agrária justa, de acordo com os ensinamentos tradicionais da Igreja. Este fato muito nos conforta e nos enche de esperança. Pode haver, porém, quem, com boa consciência e reta intenção, olhe mais para o homem do campo abastado (que, em geral, vive na cidade), legítimo dono, (mas nem sempre) de glebas grandes ou imensas, partes aproveitadas, parte

⁴⁰ BRASIL brasileiro. **A Fé**, Bauru, 20 out. 1957.

não, e quem se incline mais para o trabalhador humilde, não sempre, mas muitas vezes, em situação miserável ou quase infra-humana. [...] Queremos, portanto, apenas lembrar a triste realidade agrária que está aí, para quem a quiser ver, por quase toda parte, lembrar, também, o recente exemplo de Cuba que é uma terrível advertência para nós, confirmando, infelizmente, a palavra incisiva do saudoso bispo franciscano de Campanha, que serve de título para estas linhas.⁴¹

As palavras do arcebispo denotam sua adesão em direção à renovação das posturas da Igreja, neste caso, no que se refere à reforma agrária, ainda que fosse uma posição política de reforma conservadora, premido pela chegada da revolução e do comunismo na América Latina; entretanto, apenas uma década depois, reconheceu que a Igreja não poderia continuar ausente dos conflitos sociais.

A chamada revisão agrária, que se tentou introduzir no estado de São Paulo, foi apoiada também pela hierarquia local. A revisão criava uma taxa progressiva de acordo com as dimensões da propriedade para as terras produtivas e uma taxa mais elevada para as terras não cultivadas. Com os recursos, o governo compraria terras e as venderia aos trabalhadores rurais de maneira facilitada. Este sistema de distribuição de terras funcionaria como “autêntico ensaio” para “no futuro permitir uma política agrária mais sólida e alicerçada sobre bases científicas nascidas dessas primeiras”.⁴² Os bispos de São Paulo, na ocasião, publicaram uma declaração em apoio à revisão agrária do governo.⁴³

Entre 1959 e 1964, houve uma intensificação de ações e de discursos em favor da reforma agrária favorecendo uma aproximação maior da Igreja para com os camponeses. De um lado, o sucesso da revolução cubana e sua aproximação com Moscou e a adoção do sistema sócio-econômico socialista, forçou a hierarquia a reagir ao avanço de experiências radicais esquerdizantes internas, tais como: ligas camponesas no Nordeste; sindicatos comandados por lideranças comunistas; políticos simpatizantes das reformas com matizes revolucionários; os estudantes organizados em torno da UNE e mesmo grupos católicos mais radicais como a Juventude Universitária Católica e os dominicanos como frei Josaphat com seu jornal “Brasil urgente”.

⁴¹ TRINDADE, Henrique Golland. Conosco, sem nós ou contra nós a reforma agrária se fará. **A Fé**, Bauru, 18 dez. 1960.

⁴² CONHEÇA o sentido da “revisão agrária”. **A Fé**, Bauru, 12 fev. 1961. p. 4.

⁴³ DECLARAÇÃO DOS ARCEBISPOS e bispos presentes à reunião das províncias eclesiásticas de São Paulo. In: CNBB. **Pastoral da terra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas:1977. p. 103-112.

Esse panorama da conjuntura política daquele momento de um lado e, de outro, a publicação da encíclica *Mater et Magistra*, pelo Papa João XXIII, encorajou a Comissão Central da CNBB, reunida em outubro de 1961, a emitir um documento sobre a “Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro” no qual recomendou uma atuação mais intensa da Ação Católica no meio rural e reconheceu que os promotores da melhoria de vida dos camponeses deveriam ser eles próprios organizados. Em relação ao avanço dos comunistas no meio rural recomendou ações concretas dos bispos em suas dioceses e não mera defesa doutrinária.⁴⁴

Essa declaração da CNBB encorajou e ensejou a tomada de posição de bispos e leigos sobre a reforma agrária, bem como do jornal “A Fé”.⁴⁵

D. José Melhado⁴⁶ refletiu que a reforma agrária seria uma necessidade premente em virtude da situação “deprimida” em que se encontrava o homem do campo e, por isso, era atraído pelos encantos da cidade. Por sua tarefa de produtor de alimentos, expôs que, “importa, pois, fixar o lavrador no campo e proporcionar-lhe meios para produzir. Isto só se conseguirá se lhe garantirmos uma justa promoção social, técnica e econômica”. Sem leis sociais que lhe deem proteção “torna-se, por isso, o homem do campo, a presa fácil e dócil para os agitadores e extremistas que não perdem a oportunidade para promover agitações e exercitar ódios e revoltas”. Antes que caiam sob o domínio dos adversários “urge dar ao lavrador a assistência que ele merece e a que tem direito. A reforma agrária é imprescindível. Ela se impõe. Ela virá no âmbito nacional, como já veio no estadual”, referindo-se à “revisão agrária” paulista.

⁴⁴ A IGREJA E A SITUAÇÃO do meio rural brasileiro. In: CNBB. **Pastoral da terra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 121-127. Na senda da encíclica Papal, os bispos do Brasil reconheceram que a solução do problema agrário deveria ser encaminhada pelos próprios interessados: o homem do campo organizado como agente de sua história de forma autônoma.

⁴⁵ O jornal publicou o documento quase completo em 15 out. 1961.

⁴⁶ Bispo de Lorena desde meados 1960. Antes pertencera ao clero de Botucatu e exercia o paróquia na matriz de Bauru ao ser nomeado bispo. Cf. RUIZ, João Álvaro. Designado novo pároco da Matriz do Divino. **A Fé**, Bauru, 20 dez. 1959. Em artigo publicado no “A Fé”, em 1961, externou aos seus antigos companheiros do clero e fiéis, sua posição sobre o tema da reforma agrária. MELHADO, José. Solução ou agitação? **A Fé**, Bauru, 05 nov. 1961. p. 3. Por ocasião de seu jubileu sacerdotal, assim se referiu a ele o vigário decano de Bauru Padre Pedro Paulo Koop: “Imperturbável e ponderado, dotado de notável bom-senso e tato, ornado eminentemente das grandes virtudes da justiça e caridade, amante da pobreza e da simplicidade, despido de toda vaidade e egoísmo, desapegado ao extremo do mundo e de seus bens perecíveis, Monsenhor Melhado tem sido o tipo perfeito de um cura de almas, ótimo conselheiro de virtuoso e zeloso Arcebispo Metropolitano, amigo cordial e leal de seus irmãos no sacerdócio, a ponto de tornar-se o sacerdote mais querido e procurado do exemplar clero de Botucatu. Tendo-se destacado como braço direito de seu grande Arcebispo Metropolitano no governo da Arquidiocese, muito deve a mesma ao bom espírito e aos trabalhos infatigáveis de Monsenhor Melhado, quer na cura de almas, quer na formação do clero em exercício nos vários misteres sacerdotais, quer na preparação dos futuros Padres da Arquidiocese”. KOOP, Pedro Paulo. O jubileu sacerdotal de Monsenhor José Melhado de Campos. **A Fé**, Bauru, 09 ago. 1959. Não por acaso, tornou-se bispo no ano seguinte.

Sugeriu, ainda, D. Melhado, o encaminhamento reformista a ser tomado: “Importa, quanto possível, desproletarizar os camponeses, promovendo-os a pequenos proprietários do campo que cultivam”. Salientou que todos sairiam ganhando, inclusive o grande proprietário, que teria, nos infra-humanos camponeses, a ameaça maior contra sua propriedade. E concluiu: “ou procuramos dar uma solução pacífica, legal, harmoniosa, ou virá a agitação, a luta de classes, a prepotência do ódio e da revolta” que estaria ocorrendo naquele momento com invasões de propriedades no estado do Rio de Janeiro.⁴⁷

Naquele início de 1962, sob o título “Reforma Agrária ou Revolução”,⁴⁸ o jornal “A Fé”, na senda dos conflitos doutrinários difundidos pela imprensa e de ações radicais, apesar de apoiar a reforma agrária em consonância com a hierarquia católica, chamou atenção para os excessos cometidos para além da posição da doutrina social da Igreja.

Assim, lamentou a ocorrência de invasões de propriedades particulares em alguns estados do Brasil “por turbas atizadas por elementos subversivos”. Citou conteúdo de carta do Bispo de Campos, o conservador D. Castro Maier, lamentando a indiferença do governador quanto ao fato: “Não é só o silêncio das autoridades que coopera para a desordem. Também reformas e Projetos de Reformas que tramitam pelas nossas casas Legislativas de nítido caráter esquerdizante, colaboram para a criação desse clima de inquietação”.⁴⁹

Para o autor do artigo, esses projetos se equivocavam ao pretender resolver o problema com “taxação territorial” e distribuição de terras: “o que ocorre, realmente, é uma falta de assistência social, de instrução, de religião, de ajuda técnica e financeira”. Mesmo acreditando na necessidade da reforma, deveria ser evitada “qualquer reforma socializante”. Pois esta levaria a nação para a esquerda e atingiria as instituições da família e da propriedade. Desta maneira, “ao invés da solução dos reais problemas rurais, teríamos a revolução, o caos, instalado em todo

⁴⁷ MELHADO, José. Solução ou agitação? *A Fé*, Bauru, 05 nov. 1961. p. 03.

⁴⁸ CINTRA, Jorge do Amaral. Reforma Agrária ou Revolução? *A Fé*, Bauru, 04 fev. 1962. p. 4. Na realidade, fica patente a dificuldade de adoção de uma linha de pensamento convergente única. Pois este artigo de um leigo católico contraria justamente o documento dos bispos paulistas que apoiaram a revisão agrária paulista como desejável. Porém, no ano seguinte, publicam ideias de setores tradicionais da hierarquia que são mais comedidos em suas posições. Não pode ser vista como um retrocesso da posição do jornal, pois, na totalidade das publicações, não se nota nenhum tipo de retrocesso. Mas, pode-se atribuir uma falta de segurança em relação aos rumos a serem tomados o que pode ser compreensível num momento de transição.

⁴⁹ *Ibid.* p. 4.

país”.⁵⁰

Naquela altura dos acontecimentos, a própria hierarquia e os leigos começavam a adotar posições ideológicas contraditórias em relação à questão social. Enquanto parte da hierarquia e do clero tendia a continuar a oferecer apoio às mudanças e reformas populares emanadas do governo e de iniciativa da Igreja, com matiz esquerdizante, outros começaram a perceber que os limites admitidos pela doutrina social católica tradicional estavam sendo ultrapassados. Os primeiros se fiaram numa interpretação mais radical e renovada da encíclica *Mater et Magistra* para embasar seu posicionamento. Os outros viram na encíclica apenas uma confirmação da doutrina tradicional.

No início do mesmo ano de 1962, no contexto destes acontecimentos, foi criada a Associação dos Trabalhadores Rurais de Botucatu sob a liderança da hierarquia. Com presença do arcebispo na mesa diretora, estavam presentes membros do clero, autoridades e o “salão do Círculo Operário repleto de lavradores, colonos e pequenos proprietários”.⁵¹

A organização de associações católicas era uma resposta prática à expansão das organizações comunistas. Ao reunir os trabalhadores numa organização católica, a hierarquia adotava uma estratégia para controlar os camponeses e impedi-los, o quanto possível, de migrarem para os sindicatos de outras agremiações adversárias da Igreja.

Diante das polêmicas, inclusive entre membros do clero e leigos católicos, e acirramento cada vez maior em torno dos debates sobre a reforma agrária, no dia 11/02/1962, foi publicado artigo do Padre Pedro Paulo Koop,⁵² MSC, diretor do jornal. Dispôs-se a tomar posição e pretendia esclarecer, de vez, a posição da Igreja sobre o tema da reforma agrária e os acontecimentos daquele momento. Sem renunciar à fidelidade ao pensamento tradicional da Igreja, mas em sintonia com as novas diretrizes da hierarquia trazidas pela encíclica *Mater et Magistra* e pelas manifestações do episcopado nacional, naquele momento representado pela CNBB,

⁵⁰ CINTRA, Jorge do Amaral. Reforma Agrária ou Revolução? **A Fé**, Bauru, 4 fev. 1962. p. 4.

⁵¹ DO MONITOR diocesano. **A Fé**, Bauru, 4 fev. 1962.

⁵² Vigário decano de Bauru desde 1952, retomou e dirigiu o Jornal “A Fé”, entre 1950 e 1964, articulou junto ao poder local e junto à hierarquia a criação da diocese de Bauru. Entre 1960 e 1964, preparou a cidade para tornar-se sede de bispado, o que ocorreu no início de 1964. Em agosto do mesmo ano, foi eleito bispo de Lins – SP. Sagrado no início de setembro participou da sessão conciliar antes de tomar posse como bispo. Em Lins, introduziu não só as inovações, mas particularmente o espírito renovador do Concílio Vaticano II. Cf. cap. 6.

fez uma leitura, admitida por ele próprio, como “progressista”.⁵³ Passou a adotar, embora timidamente e sem muita convicção ainda, um novo vocabulário.

Padre Koop reconhecia que o sistema de terras na América Latina permanecia quase o mesmo desde a colônia, com metade da população habitando o campo, “enquanto 57% do total de terras é ocupado por 2% de propriedades”. Portanto, “daí a necessidade premente de uma reforma agrária, **progressista e adequada**, sem surtos de demagogia e sem abalos violentos, reforma executada dentro das normas que possam garantir o direito da propriedade privada e do bem comum”.⁵⁴ Além de um novo estatuto agrário na América Latina “que atenda aos anseios da população que trabalha nos campos, [...] há também urgente necessidade de uma educação que vise *ligar o homem*, a começar pela juventude, à *terra*”.⁵⁵ Expôs que o episcopado brasileiro exercia sua “missão educadora e pioneira” junto ao homem do campo e se dispunha a cooperar com os poderes públicos na efetivação da reforma.

Em seguida Padre Koop posicionou-se contra os críticos das ações e posições doutrinárias dos católicos: “A Igreja jamais se fixou em posição de ‘reacionária’”. Justificou que a doutrina social da Igreja, “em termos modernos, é **eminentemente trabalhista**”.⁵⁶ Esse texto é um retrato do exato momento da mudança de rumos ao tomar posição e tentar provar que a Igreja não se valia mais do alibi do retorno ao medievo para solução aos desvios do mundo moderno, mas se encaminhava para a adequação à modernidade e para a construção de uma história futura com suas incertezas e seus riscos.

No artigo também criticou o comunismo e o capitalismo, não mais com os argumentos tradicionais que os qualificavam simplesmente como ateus, mas como sistemas que teriam como fundamento apenas o econômico “como alicerce para construir uma sociedade humana”, o que seria impossível; pois, para Koop,

o ponto de partida para toda e qualquer consideração construtiva é o **homem**, a família, é a **pessoa humana** e sua **liberdade**, sua **dignidade** de criatura e filho de Deus. O fator econômico é subsidiário, e seu desenvolvimento quer agrário, quer industrial, deve estar a serviço e em função do homem e não vice-versa: o homem a serviço do econômico que resulta em escravidão.⁵⁷

⁵³ KOOP, Pedro Paulo. Reforma agrária. **A Fé**, Bauru, 11 fev. 1962.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid. (grifado no original)

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid. Pela primeira vez aparece no jornal essa posição doutrinária que se tornaria centro das reflexões e das

Propôs, ainda, que a doutrina do utilitarismo fosse substituída pela doutrina que considerasse a economia a serviço da “vida social, comunitária, familiar e pessoal”. E concluiu:

no Brasil, será impossível criar uma indústria florescente e sólida sem uma estrutura agrária, racional e justa. Não se poderá multiplicar as fábricas se não se multipliquem primeiro as terras, ou melhor: as posses da terra, tornando-a ambicionada e produtiva, porque possuída por muitos interessados em fazê-la produzir em mãos próprias. Só então poderá haver clima de paz, ordem social, tranquilidade e felicidade humana.⁵⁸

Koop mencionou que, ao viajar ao Rio de Janeiro para pregar retiro ao clero diocesano, conheceu vários jovens padres envolvidos com a sindicalização rural. Havia, entre eles, a confiança de que a Igreja seria capaz de se opor às frentes comunistas, como as ligas camponesas, em função de que as populações rurais, que “sempre conviveram com os padres”, seguiriam sua liderança e não outras.⁵⁹ A compreensão da Igreja que revela sugere que a mesma teria estado sempre ao lado do povo em sua história, o que, de fato, nem sempre teria ocorrido.⁶⁰

Naquela mesma edição do jornal, publicou-se um manifesto da Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo, também tomando posição em favor da reforma agrária. E um terceiro fato, que completou o clima que envolveu a tomada de posição pública de Koop, como representante da hierarquia local, consistiu numa série de palestras proferidas por frei Josaphat, em Botucatu e em Bauru, a convite do arcebispo D. Henrique, sobre a “*Mater et Magistra* e a Reforma Agrária”.⁶¹ Assim, pode-se afirmar que a iniciativa de mudança de posicionamento da Igreja local quanto à missão da Igreja no âmbito interno e externo, originou-se da hierarquia liderada pelo arcebispo, com o apoio de um grupo de sacerdotes, religiosas e leigos.

 lutas dos católicos durante e depois do vaticano II: a defesa da dignidade da pessoa humana (filhos de Deus); o direito à liberdade (teologia da libertação) e à justiça social (direitos humanos).

⁵⁸ KOOP, Pedro Paulo. Reforma agrária. **A Fé**, Bauru, 11 fev. 1962.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ A essa convicção parece mais apropriada a visão do Padre Júlio Maria que, no final do século XIX, constatou: “vivemos separados do povo; quase que o povo não nos conhece. Contentamo-nos com uma aristocracia de devotos; quase que a nossa aspiração se reduz a vermos os templos bem-enfeitados, um coro bem-ensaiado, e, no meio de luzes e flores, os nossos paramentos bem-reluzentes! Solenidades para os vivos e pompas fúnebres para os mortos – eis o melhor de nossa atividade”. MARIA, Júlio. **A Igreja e o povo**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983. p. 44.

⁶¹ KOOP, op. cit. Frei Carlos Josaphat, jovem padre dominicano, contribuiu para a difusão da Igreja renovada e mudança do catolicismo através de cursos, palestras e publicou o jornal “Brasil Urgente” entre março de 1963 e abril de 1964. Cf. BOTAS, Paulo César Loureiro. **A bênção de abril: memória e engajamento católico 1963-1964**. Petrópolis: Vozes 1983. passim.

A urgente necessidade da reforma agrária como realização da justiça foi defendida por Frei Beal: “já ninguém, em são juízo, nega a urgente necessidade de amparo à população rural, para que se ponha termo às grandes injustiças que ela vem sofrendo”.⁶² Depois de argumentar que os camponeses sempre serviram à nação sem reconhecimento pela sua imprescindível função, “a efetivação da reforma agrária é **dever de justiça** para com a classe rural”. E concluiu, referindo-se à ação das Ligas Camponesas e ao exemplo cubano, que a reforma deveria ser feita “dentro da lei sem atropelos e violências criminosas”.⁶³

O clima polêmico em torno da situação nacional que, ao mesmo tempo se confundia com o clima de mudança na Igreja, favorecia o debate em tempos de liberdade democrática. A ânsia por conhecer, através do estudo, do debate, de congressos e de semanas de estudos se intensificou. Naquele início de 1962, a presença de Padre Carlos Josaphat na 1ª Semana de Estudos e Debates sobre Assuntos Nacionais, levada a efeito em Bauru e em Botucatu, constituiu-se em momento decisivo da guinada do clero local para uma posição progressista em relação às reformas sociais e econômicas em geral, particularmente a agrária.

Dentre os conferencistas da semana, o que mais agradou foi a participação de Josaphat: “por seu bom senso, serenidade, presença de espírito e, principalmente, por dominar com perfeição o assunto de que coube tratar: a reforma agrária”.⁶⁴ Pelo fato da posição **progressista**, para não dizer radical sobre a reforma agrária, a justiça e outros temas, frei Josaphat era rotulado pelos conservadores de comunista. Koop se colocou em sua defesa, o que revelou que algo de novo estava acontecendo na Igreja local. E contemporizou:

implica má vontade e ignorância da genuína posição católica chamar ao Frei Carlos de comunista ou esquerdista. A posição católica não se mede por expressões localizadoras de esquerda e direita. Ela é simplesmente a posição da lei natural, da justiça, da verdade. [...] Um cristão católico e crente – um marxista comunista e ateu, muito bem podem concordar sobre vários pontos referentes à justiça natural social. Poderão até lutar, separadamente, pelos mesmos objetivos imediatos e práticos para obter a aplicação de certas medidas de inteira justiça e necessidade urgente, divergindo, embora radicalmente, na motivação, nos princípios e suas aplicações ulteriores. Ideologicamente, se opõem como água e fogo. O espigão divisor d'águas doutriniais não ocorre pela economia em si, mas pela

⁶² BEAL, Tarcísio. A reforma agrária e seus inimigos. **A Fé**, Bauru, 11 fev. 1962. p. 4,

⁶³ Ibid.

⁶⁴ KOOP, Pedro Paulo. Frei Carlos Josaphat, O. P. **A Fé**, Bauru, 18 fev. 1962. A conferência e os debates se prolongaram até meia noite e foi transmitida por uma rádio local.

concepção da relação existente entre os bens e o homem, entre o homem criatura e Deus criador.⁶⁵

Mesmo não se admitindo ainda a possibilidade de uma aliança política no campo da organização popular, houve o reconhecimento de que existiam problemas sociais, que eles têm de ser enfrentados pela Igreja à medida que ferem a dignidade humana. O tom do discurso se modificava: a admissão de que os comunistas e cristãos têm os mesmos objetivos nas conquistas sociais imediatas, colocavam a possibilidade, mesmo que remota, de um diálogo entre marxismo e catolicismo quanto a justiça social e econômica.⁶⁶ Porém, na prática, os campos de luta ainda se encontrariam separados pelas devidas trincheiras que os distinguiam quanto à realização final do homem e do mundo.

O tema da reforma agrária, tratado no debate, foi focado na perspectiva da urgência desta iniciativa. Que fosse uma reforma e não uma revolução como defendiam os demagogos, pensava o clero. Somente “os realmente interessados numa mudança da estrutura agrária, na renovação de métodos da exploração da terra, em sentido racional e social, estes procuram encarar o problema com objetividade, bom senso e energia”⁶⁷.

Estava programado para o dia 13/05/1962 um comício em Bauru e, em seguida, uma mesa redonda no canal de TV local, a TV Bauru, canal 2, sobre o tema da reforma agrária, com a presença do dep. Francisco Julião, fundador da Ligas Camponesas do nordeste e de representantes do clero e leigos católicos locais. O comício aconteceu com a presença de vários oradores em nome das Ligas Camponesas. Entretanto, apesar do comprometimento da presença do deputado para o debate na TV, houve uma decepção geral pela sua ausência sem justificativa. Para não perder a oportunidade, o diretor do programa sugeriu que os presentes, representantes do clero local e dos leigos, fizessem uma palestra sobre o tema.

⁶⁵ KOOP, Pedro Paulo. Frei Carlos Josaphat, O. P. **A Fé**, Bauru, 18 fev. 1962. “Entre um comunista que verifica uma injustiça social a proclama e a procura sanar – e – um católico que procuraria justificar e apoiar o injusto, não há dúvida temos que ficar com o primeiro em nome da Verdade e da Sinceridade, e desaproveitar o segundo, a pecar e gravemente contra seu próprio catolicismo. O comunista pode acertar no varejo, mas sempre erra, por má natureza e gravemente, no atacado”. Ibid.

⁶⁶ Quatro anos antes, o mesmo Padre Paulo, como era conhecido, lamentava certo “compromisso político” entre líderes comunistas e um grupo de políticos locais se perguntando, alertando os eleitores católicos: “Não são antagônicos comunismo e cristianismo? A negação um do outro? Filosofias contraditórias e irreconciliáveis? [...] Como é possível que políticos e seus adeptos, homens da lavoura, indústria e comércio afirmam poder servir a esses dois senhores ao mesmo tempo? [...] Como colaborar com quem considera o cristianismo o inimigo nº 1 da humanidade? Com quem diz que a emancipação do homem só se fará pelo aniquilamento total da ideia de Deus?” KOOP. Pedro Paulo. Meditação para eleitores. **A Fé**, Bauru, 7 set. 1958.

⁶⁷ Ibid.

Depois de iniciadas as exposições, apareceram dois representantes do deputado Julião. No calor do debate, confessaram-se adeptos do marxismo-leninismo, deixando claro para os debatedores católicos os rumos políticos que se tomariam no Brasil, caso prevalecesse os postulados das Ligas. Para o redator da reportagem, “eles, os comunistas, acusam o regime democrático e a ordem cristã de responsáveis pela desigualdade social, pela riqueza excessiva de uns, enquanto outros morrem de fome”. A resposta dos católicos foi colocada nestes termos:

esse fato é verdadeiro. Entretanto, não decorre nem dos postulados democráticos nem da doutrina cristã. É uma aberração, um fenômeno doloroso, um abuso das liberdades democráticas e da ordem hierárquica garantida pelo cristianismo. [...] a Igreja apresenta sua doutrina social baseada nas grandes encíclicas Papais, que se for de fato aplicada trará ao mundo aquela ordem que os comunistas postulam nas suas pregações. [...] [o comunismo] uma vez instalado no poder, estabelece uma ditadura monstruosa de sangue, fome, cárcere, assassinatos, delação que leva até ao delírio, à fome e ao desespero que serviram de pretexto para sua pregação. A cidade de Bauru teve a oportunidade, domingo, de ouvir a palavra televisionada dos doutrinadores cristãos e dos doutrinadores comunistas, os organizadores das Ligas Camponesas. *Qui potest capere, capiat*.⁶⁸

Do exame das discussões sobre a reforma agrária, pode-se avaliar o processo de evolução e dos limites das ideias católicas que, naquela altura dos acontecimentos era reformista em consonância com a autocompreensão da Igreja adotada.

2.3 Ação Católica

Na década de 1950, aos poucos, desenvolveu-se entre o laicato a consciência de um papel a desempenhar na construção da história humana. Essa consciência tenderia, com anuência e, mesmo com incentivo do clero mais progressista, a certa autonomia dos leigos em relação à hierarquia, e criaria as condições para constituição, no início da década de 1960, de uma Igreja socialmente engajada, com a missão de transformação pessoal e, principalmente, social.

⁶⁸ DEBATE na TV local sobre as “Ligas Camponesas”. **A Fé**, Bauru, 20 maio 1962. p. 3. Estavam presentes dois sacerdotes: Mons. Ângelo Ramires de Lucena; Padre Ildelfonso Sigrist e o leigo José Oswaldo Retz da Silva. Pelas ligas: prof. Delamare e Sr. Joaquim. O provável autor do artigo, Con. Ramires nem fez questão de divulgar o nome completo dos debatedores pelas Ligas Camponesas. O que deixou o Mons. Ramires pasmo ainda foi o fato do Sr. Joaquim ter promovido a vinda dos “comunistas” como político local filiado ao PDC. Cf. Livro tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 31, 18 maio 1964. **Arquivo da Paróquia**. Tradução livre da expressão latina: “quem puder compreender que compreenda”.

Na década de 1960, no Concílio Vaticano II, os leigos adquiriram oficialmente uma missão própria em função do batismo e do exercício do sacerdócio comum dele emanado.⁶⁹

As razões das origens e o significado político da Ação Católica caracterizado por Gramsci, nos seus “cadernos do cárcere”, é aquela adotada por esta pesquisa, no que se refere aos meios de luta e aos propósitos:

a Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião católica: de uma época em que ela, de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo e de uma sociedade em sua totalidade), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve dispor de um partido próprio. As diversas ordens religiosas representam a reação da Igreja (comunidade dos fiéis e comunidade do clero), a partir do alto ou a partir de baixo, contra as desagregações parciais da concepção de mundo [...]; a Ação Católica representa a reação contra a intensa apostasia de amplas massas, isto é, contra a superação de massa da concepção religiosa de mundo. Não mais a Igreja que estabelece o terreno e os meios de luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe é imposto pelos adversários ou pela indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo ao arsenal de seus adversários (a organização política de massa). A Igreja, portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia dos movimentos e das iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas apenas uma força subalterna.⁷⁰

A ideia da Ação Católica como um “partido” da Igreja se evidencia mais claramente após a Segunda Guerra quando a Igreja se viu em confronto com outras doutrinas políticas num ambiente de experiência democrática. Naquela conjuntura, a hierarquia admitiu as vantagens das práticas democráticas em seu discurso oficial. Para a realização de seus objetivos de disputa de espaço com seus concorrentes, intensificou suas energias na organização do laicato para poder enfrentar seus opositores em pé de igualdade em terreno, até então, praticamente estranho a ela.⁷¹

⁶⁹ Na Constituição Dogmática conciliar *Lumen Gentium*, reconhece-SE que “O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem na essência e não apenas em grau. Pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo”. *LUMEN GENTIUM* (constituição dogmática). In: COMPÊNDIO DO VATICANO II: constituições, decretos e declarações. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 50. Por sua vez, no decreto conciliar *Apostolicam Actuositatem*, ao definir a Igreja como “povo de Deus”, o Concílio “[...] volta-se de maneira solícita aos cristãos, cuja responsabilidade, **específica e absolutamente necessária**, na missão da Igreja já lembrou em outros documentos. [...] Os leigos, por sua vez, **participantes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo**, compartilham a missão de todo o povo de Deus na Igreja e no mundo”. *APOSTOLICAM ACTUOSITATEM*, (decreto conciliar). In: COMPÊNDIO DO VATICANO II: constituições, decretos e declarações. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 529; 531.

⁷⁰ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001. v. 4. p. 152-153.

⁷¹ Para muitos membros do clero, o ecumenismo apregoado na preparação do Concílio Vaticano II representava o sonho de reunificação do catolicismo mundial sob o controle de Roma, o que viabilizaria a hegemonia da doutrina católica no mundo cristão, numa retomada, em novos parâmetros, do ideal de uma nova cristandade. Deste modo, o campo de luta poderia ter sido invertido.

Essa interpretação é evidenciada quando o jornal “A Fé” anuncia, com toda pompa e orgulho, que no parlamento italiano havia mais de duzentos parlamentares representantes da Ação Católica. Estariam fazendo apostolado cristão,

vivendo a vida de homens imbuídos de um profundo sentimento de responsabilidade, eles testemunham com naturalidade e desassombro a sua fé e, em grande parte, são responsáveis pelas benéficas esperanças que sopram na Itália. [...] a ação política já está sofrendo, em proporções admiráveis, a influência da Ação Católica.⁷²

De maneira indireta, a eleição de acistas para o poder legislativo se constituía numa estratégia veladamente partidária eficaz sem os desgastes óbvios de um partido político oficial.

O esforço de combate ao mundo moderno, exigiu da Igreja, desde o século XIX, algum tipo de organização tanto de congregações religiosas para defesa e expansão da fé católica, quanto da fundação de associações religiosas leigas, entre outras iniciativas,⁷³ para a difusão do catolicismo romanizado.

Que diferenças podem ser identificadas entre as antigas associações e a Ação Católica? As primeiras promoviam a “**formação individual** de seus membros; já a Ação Católica tinha por natureza um fim social, procura a afirmação, difusão, atuação dos princípios católicos no campo individual, **familiar e social**”.⁷⁴

Uma segunda diferença consiste em que nas “associações piedosas, existe uma inteira autonomia uma das outras”. Têm como fim a santificação pessoal; elas não se organizam de forma coordenada. Já a Ação Católica “é um exército. [...] Num exército, tudo é hierarquizado, compacto e coordenado. E é este o segredo dos grandes triunfos”.⁷⁵ Ainda uma terceira diferença colocada por Ortiz “é que as associações piedosas são dispensáveis, podem extinguir-se ou desaparecer [...]. Ao passo que a Ação Católica, conforme Pio XI faz questão de frisar, é um apostolado necessário, insubstituível”.⁷⁶

Colocadas as finalidades e a necessidade da Ação Católica, pode-se dimensionar as mudanças nos rumos da Igreja que se processariam, a partir da

⁷² A AÇÃO CATÓLICA tem, no parlamento italiano, mais de 200 representantes. *A Fé*, Bauru, 12 fev. 1952.

⁷³ Por exemplo: Apostolado da Oração, para as senhoras casadas; Filhas de Maria, para moças; Liga Jesus, Maria, José para os homens casados; Congregação Mariana, para homens casados e solteiros adultos; Marianinhos, para moços adolescentes; e outras. Cf. PRIMOLAN, 1993, passim.

⁷⁴ ORTIZ, Carlos. *Ação católica e jocismo*. Taubaté: Publicações S. C. J., 1937. p. 22.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 23. E conclui ainda: “Tivemos ocasião de salientar que a apostasia social é hoje uma apostasia organizada. Assim, contra um inimigo compacto e organizado, só terá eficiência a AÇÃO CATÓLICA, com seu exército único, também compacto e organizado. *Ibid.*, p. 23.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 23-24.

Segunda Guerra, ao atrair o laicato e organizá-lo para a ação dentro e fora da Igreja, principalmente ao se considerar o caráter hierárquico e clerical da Igreja tradicional.

A obra fundamental a ser executada pela Ação Católica, sob o lema de **restaurar tudo em Cristo**,⁷⁷ tinha como propósito recristianizar “tudo! Nada escapa ao âmbito cristianizador da Ação Católica. Restaurar cada indivíduo, cada lar, todas as escolas e oficinas, todos os ambientes sociais”.⁷⁸

O programa de Ação Católica foi incentivado pela hierarquia a partir do início do século XX. Na Europa, alguns grupos se organizaram divididos em ramos, já na década de 1930, no pontificado de Pio XI. A estruturação da Ação Católica, no Brasil, e o lançamento de seus estatutos pela hierarquia, ocorreram em 1935.

Entretanto, a estruturação da Ação Católica, nos diversos ramos e em organizações próprias, separadas das outras associações tradicionais, nas paróquias e dioceses, apoiadas pela hierarquia, difundiu-se a partir do ano de 1950. Sua intensificação se dá a partir de 1952, com a fundação da CNBB, ao criar condições para o início uma ação conjunta e coordenada também do episcopado. Ou seja, a hierarquia passou a agir de forma organizada. Pautou-se pelo modelo de organização originada da ação católica e, ao mesmo tempo, ofereceu um modelo de organização que esperava dos movimentos e associações leigas.⁷⁹

Desde a retomada do jornal “A Fé”, em 1950, publicaram-se frequentes artigos enfocando a Ação Católica. Destacar-se-á, neste tópico, as ideias sobre a Ação Católica em geral, veiculadas principalmente pelo jornal.

De início, o objetivo do clero diocesano foi o de promover a instrução do leitor sobre o tema. Ao que parece, os católicos em geral ainda não estavam devidamente informados e orientados sobre a organização e tarefa da Ação Católica.⁸⁰ Deste modo, o jornal, no início da década de 1950, apresentou de forma didática instruções aos leitores sobre a Ação Católica com base nos ensinamentos dos

⁷⁷ Lançado por Pio X em 1903. PIO X, Papa. **E supremi apostolatus**. Petrópolis: Vozes, 1952. p.5.

⁷⁸ ORTIZ, 1937, p. 3.

⁷⁹ Até então, cada bispo cuidava de sua diocese com orientações emanadas de Roma “adaptadas” à realidade da América Latina em Concílios plenários, antecessores do CELAM e, no Brasil, através das pastorais coletivas. Entretanto, dentro de cada diocese o bispo era soberano em termos ação sem nenhum tipo de colegialidade e se organizava, com pouca variação, prestando conta de suas atividades a Roma a cada cinco anos, nas visitas *ad limina*.

⁸⁰ Não há registro específico sobre a organização e atuação da A.C. nas duas dioceses. Apenas notícias genéricas veiculadas pelo jornal “A Fé”. Segundo testemunhas, a documentação existente em 1964 foi confiscada por órgãos repressores da ditadura ou foi destruída pelos militantes para não cair nas mãos dos mesmos. Há referências indiretas nos documentos e testemunhas orais sobre a existência de grupos em pleno funcionamento.

documentos pontifícios e orientações do episcopado brasileiro.

O clero local, inicialmente, em 1950, tratou de definir “o que é a Ação Católica”. A expressão Ação Católica, em seu sentido mais geral, era, então, compreendida como “todas as atividades exercidas por católicos visando ao apostolado”.⁸¹ Dessa noção inicial, resultaria certa confusão. Pois qualquer católico poderia pensar que é praticante da mesma. Bastava fazer parte de alguma associação tradicional e realizar alguma tarefa vinculada à paróquia.

Explicitou que a Ação Católica podia ser encarada sob dois aspectos: na sua realidade concreta e na sua essência. Sob o primeiro aspecto, ela

constitui um organismo, uma instituição, um conjunto de organizações e obras. [...] A Ação Católica não é, pois, uma obra nova que se vem acrescentar às existentes, mas sim a coordenação das obras que preenchem certas condições e às quais ela pode inculcar o espírito que a caracteriza.⁸²

Essa noção não leva em consideração a especificidade atribuída à Ação Católica como organização católica com identidade e fins próprios e revela certa insegurança do autor do artigo sobre o tema. Ao que parece, o clero local tinha receio de melindrar as associações piedosas existentes ao englobar todos os grupos organizados para ação paroquial como Ação Católica.⁸³ Revelou, também, naquele momento, uma tendência de justificar que a Ação Católica existiu na Igreja desde sempre, e que, por isso, não mereceria uma atenção maior para sua organização específica, nos diversos ramos.⁸⁴

De acordo com a definição oferecida pelos documentos pontifícios, a Ação Católica foi entendida como a participação do apostolado hierárquico. Essa noção passou a nortear tanto a orientação quanto o controle da hierarquia sobre o movimento: “Fora disso, não existe nem Ação Católica, nem discussão viável”.⁸⁵

⁸¹ “Só há Ação Católica quando se trata de católicos leigos. Só há Ação Católica quando a ação tem por fim formal a pregação do reino de Deus. Enfim, só há Ação Católica quando essa ação apostólica dos leigos cristãos se organiza e se integra em Movimentos”. Cf. GARRONE, Monsenhor. **Ação Católica**: sua história, sua doutrina, seu panorama, seu destino. São Paulo: Flamboyant, 1960. p.13. A doutrinação sobre a Ação Católica ainda era incipiente naquele momento na região analisada.

⁸² O QUE É Ação Católica? **A Fé**, Bauru, 08 out. 1950.

⁸³ Ver: Ortiz, 1937; DALE, Romeu. **A Ação Católica brasileira**. São Paulo: Loyola, 1985.

⁸⁴ Depois das revoluções de 1848, o catolicismo necessitaria “ter um partido próprio para se defender e recuar o menos possível; não podem mais falar (extra-oficialmente, já que a Igreja jamais confessará a irrevogabilidade de tal estado de coisas) como se acreditassem ser a premissa necessária e universal de todo modo de pensar e de agir”. Esta a justificativa para a constituição da Ação Católica, segundo Gramsci. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001. v. 4. p. 147. Embora essas características possam ser identificadas no modo geral de organização e ação, não era ainda o caso da diocese de Botucatu no início da década de 1950.

⁸⁵ GARRONE, op. cit., p. 15.

No apostolado da Ação Católica, faziam-se três distinções: o espírito, a atividade e a obra. O primeiro consiste no “próprio espírito apostólico e missionário. [...] A hierarquia os convida à compartilhãõ (*sic*) de sua solicitude pastoral, de seu cuidado pelas almas que lhe foram confiadas”. Requer, também, “uma união íntima de pensamento e de coração com a hierarquia”. De acordo com o redator,

o que é novo no apostolado leigo da A.C. é que são oficialmente associados por seus pastores à missão mesma da hierarquia e que invés de agirem isoladamente, separadamente, a hierarquia apropriase de sua atividade para levar avante sua obra de evangelização e penetração na sociedade laicizada.⁸⁶

A concepção da hierarquia sobre o sentido da Ação Católica, naquele contexto, pressupunha a centralização da obra eclesiástica no clero. A relação entre clero e povo era compreendida, ainda, com separatividade e em bases de clientelismo: a Igreja tinha os sacramentos, a missa, as indulgências, os meios de salvação da alma à disposição dos leigos para usar quando necessitassem, mediante pagamento das espórtulas. Os membros das associações leigas tinham seus lugares reservados dentre os primeiros no recinto da igreja, representando simbolicamente sua precedência no reino dos céus. A linguagem utilizada denunciava, ainda, o não reconhecimento da necessidade da salvação da pessoa, mas unicamente da alma, naquele contexto.

Quanto às **atividades** do leigo pertencente à Ação Católica, poderiam ser realizadas somente quando convidado pela hierarquia para ser seu instrumento: “os leigos são a causa instrumental do apostolado hierárquico e a hierarquia a causa eficiente”.⁸⁷ O leigo só poderia participar se fosse convidado oficialmente a participar das organizações da Ação Católica. Eram considerados apenas como prolongamento dos braços da hierarquia.

A **obra** a ser executada dependeria de um triplo critério. Primeiro, da capacidade do agente. Principalmente da “aptidão sobrenatural do leigo na execução de tal ou tal missão, em virtude do caráter sagrado que neles imprimem o sacramento recebido”. Os sacramentos do batismo e da crisma conferem “obrigações apostólicas no serviço da Igreja e das almas”. Em segundo lugar, a Ação Católica, “não é uma ação diretora na ordem teórica, mas executora na ordem da prática”. No que se conclui pela dependência dos leigos como meros executores

⁸⁶ AÇÃO CATÓLICA: participação no apostolado hierárquico. **A Fé**, Bauru, 22 out. 1950.

⁸⁷ *Ibid.*

das ordens emanadas da hierarquia como categoria “pensante”. Por fim, que o campo de ação dos leigos era limitado ao próprio campo da hierarquia de acordo com as necessidades “das almas” e possibilidades pessoais.⁸⁸

Bournier, ao invocar a autoridade do Papa, fez uma convocação para os cristãos contribuírem para com a expansão da Igreja à qual ninguém deveria negar-se “porque cada cristão tem uma parcela de responsabilidade na expansão da Igreja. Ela depende, em certa medida, de cada um de nós”.⁸⁹ Justamente esse chamado à responsabilidade leiga na difusão da doutrina da Igreja, durante a década de 1950, resultaria na conquista de um espaço cada vez maior ao leigo dentro da Igreja. Ao mesmo tempo, aos poucos, aproximava a Igreja em relação ao povo, embora naquele momento apenas uma elite dos leigos tivesse acesso à atividade da hierarquia.

Ao se expor no jornal a importância da instrução religiosa como instrumento para erradicação da ignorância e da superstição nos meios populares, os cristãos foram convocados para essa tarefa através da Ação Católica, no sentido atribuído por Pio XI, e concluiu:

o verdadeiro sentido da vida católica, a prática vivificante da piedade cristã, a religião vivida e não sentida, só poderão florescer, dar frutos de vida eterna, onde maior for a cultura católica, maiores os conhecimentos religiosos e científicos. Os membros da Ação Católica muito poderão fazer neste sentido; a eles eu lembraria as palavras de Pio XI: o catecismo é a primeira de todas as obras da Ação Católica. São poucos, porém, os que estudam a religião. Há verdadeira negação para esta ciência mais necessária de todas. Poucos são aqueles que se entregam a este mister tão santo e apostólico da catequização, auxiliando os vigários na difusão do ensino do catecismo.⁹⁰

O sentido dado à Ação Católica, em 1954, ainda é aquele geral de recristianização da sociedade. Mas aparece o chamado para a vivência da religião, que indica uma tendência para se valorar o aspecto qualitativo das práticas religiosas, aqui incentivada pela dedicação do leigo à atividade da catequese. Para o clero, de modo geral as práticas religiosas populares e o saber popular eram caracterizados como supersticiosos. Havia, assim, um nítido distanciamento entre a religião do povo e aquela do clero intelectualizado, particularmente, neste caso, exacerbada pelo elemento da hierarquia de origem europeia e pouco ou nada

⁸⁸ AÇÃO CATÓLICA: participação no apostolado hierárquico. **A Fé**, Bauru, 22 out. 1950.

⁸⁹ BOURNIER, Martinho. Ouçamos o Apelo do Papa. **A Fé**, Bauru, 19 out. 1952. p. 4.

⁹⁰ INSTRUÇÃO Religiosa. **A Fé**, Bauru, 7 mar. 1954.

sensível à cultura popular local.

As concentrações de multidões convocadas pela hierarquia e planejadas em torno de certos eventos religiosos, seja no âmbito paroquial, diocesano, regional, nacional ou em Roma, constituíam-se, em parte, da estratégia para demonstração de poder político ainda dentro das coordenadas do catolicismo conservador e populista. Seus propósitos políticos, conscientes ou não, destinavam-se em parte a impressionar a sociedade; em parte, para demonstrar poder religioso frente às outras igrejas e seitas não católicas e, mesmo, demonstrar para as esquerdas um presumido controle sobre as massas e o possível convencimento da inviabilidade de uma revolução do tipo comunista nos países de população predominantemente católica. Revelavam, ainda, o princípio católico de que somente a Igreja detinha a receita para a solução dos problemas do mundo e era necessária para a salvação individual.

No Brasil, essa estratégia foi utilizada, particularmente, a partir da década de 1930, sob a liderança do Cardeal Leme que incentivou os cristãos a se manifestarem na rua, longe da sacristia, para recristianizar a sociedade. Neste sentido, foram tomadas medidas para incentivar as peregrinações, congressos eucarísticos, construção da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, proclamação da Virgem de Aparecida como padroeira do Brasil, em âmbito nacional.⁹¹ Estas iniciativas coincidiam com o período em que o Brasil se urbanizava e a política de Vargas apelava para as práticas populistas com a organização de grandes concentrações populares particularmente na comemoração do 1º de maio.

Um dos templos de Bauru, inaugurado em 1934, por influência da grande colônia portuguesa na cidade foi consagrado a N. Sra. de Fátima. No ano de 1957, Padre Pedro Paulo Koop, através de rádio local, pronunciou discurso sobre a comemoração dos 40 anos da aparição de Fátima, posteriormente publicado no jornal “A Fé”, em 1957, e organizou uma festiva comemoração; enalteceu, no discurso, a numerosa participação de fiéis no evento - cerca de 10 mil pessoas – e destacou a adesão e participação de autoridades e empresários locais que contribuíram com dinheiro e materiais para o evento. A forma apologética e autoritária com que se dirigiu ao público revelava, naquele momento de pré-

⁹¹ AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. **Síntese**, São Paulo, Loyola, n.12, p. 47-78, 1977. p. 50. Cf. PRIMOLAN, 1993, passim.

ecumenismo, as cores ultramontanas de catolicidade pública que deveria contagiar a cidade mais que as pessoas:

[...] o que a própria Bauru Católica praticou, com enorme participação, confirmou-nos mais uma vez a profunda convicção de que esta cidade privilegiada – apesar de todas as investidas heréticas, fanáticas ou sorratamente inimigas, apesar da atitude traiçoeira, relaxada e liberalista de tantos de seus filhos católicos – ainda permanece filha fiel da Santa Igreja Católica, da Santa Fé Apostólica Romana, que é a fé do Brasil, que é a Fé Brasileira.⁹²

Este fato remetia para a tradicional atitude em defesa do direito que a Igreja tradicional se atribuía de exclusividade sobre o povo brasileiro. Isto, em virtude das origens católicas do Brasil, por se considerar como integrante da única Igreja verdadeira e que detinha o único caminho para salvação das almas. Politicamente, os propósitos eram o de garantir o controle e influência exclusiva sobre a sociedade, particularmente, na segunda metade da década de 1950, sobre a classe média e classes populares.

D. Henrique se encontrava entre os bispos que acolheram em suas dioceses o movimento da Ação Católica, bem como incentivaram sua organização prática e pronunciaram e publicaram discursos doutrinando e animando as iniciativas dos leigos.⁹³ Além da Ação Católica, tratava com cuidado especial todas as associações e organizações católicas, tanto as tradicionais quanto as surgidas no contexto da década de 1950. Diversas destas últimas exerceram um papel decisivo na transição do catolicismo tradicional para o progressista. Nos 50 anos da diocese Botucatu, comemorado em 1958, o bispo relatou:

lembramos que recebem bênçãos especiais da diocese cinquentenária, não só as antigas associações religiosas que tanto bem espalharam e espalham ainda, mas, sobretudo as novas organizações, tão encomiadas pela Igreja, que tem métodos novos de trabalhos, heróicos às vezes: Legião de Maria, Cristóforos, Equipes de casais, a FAC, Movimento do Mundo Melhor, a JOC, a SAC, JEC e demais ramos da Ação Católica, entre as quais, é de justiça colocar os velhos e sempre novos Vicentinos que, sendo fiéis ao seu espírito, realizam uma das grandes missões da Igreja, em benefício dos filhos prediletos de Jesus, os nossos queridos pobres, os abandonados do mundo.⁹⁴

Em 1959, logo depois da convocação do Concílio pelo Papa João XXIII,

⁹² KOOP, Pedro Paulo. Bauru penitente aos Pés da Virgem Fatimense. **A Fé**, Bauru, 19 maio 1957.

⁹³ Em 1944, como bispo de Bonfim - Ba, publicou a sua 2ª pastoral sobre a Ação Católica: TRINDADE, Henrique Golland. **Ação Católica no sertão**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1944. Cf. DALE, 1985, p. 17.

⁹⁴ TRINDADE, Henrique Golland. **A Igreja somos nós, são as almas**. Petrópolis: Vozes, 1958. p. 7.

apareceu no “A Fé”, pela primeira vez como manchete e título de artigo, o termo leigo: “os leigos estão em primeira linha.” Entendia que a missão da Igreja residia no mandato de Jesus para anunciar o Evangelho e batizar todos os povos. Que Jesus poderia ter cumprido a missão sozinho, “mas, em seus planos divinos, quis associar os homens à obra redentora. Deus parece querer precisar de nós, homens”.⁹⁵ Essas primeiras reflexões deixam transparecer que a entrada dos leigos para a frente de combate da Igreja não se dava por mero capricho divino, acidentalmente. Passava-se a reconhecer que o leigo tinha uma missão própria e essencial.

Este raciocínio fica explícito quando, na seqüência, o autor do artigo fez questão de definir quem faz parte da Igreja: “Não só o Papa, os bispos e os padres são a Igreja. A Igreja é o conjunto de todos os fiéis unidos com o Papa”.⁹⁶ Iniciava-se o reconhecimento de que a Igreja não era constituída somente pelo clero, mas por todos os cristãos unidos à hierarquia.

2.3.1 A JOC (*Juventude Operária Católica*); JUC (*Juventude Universitária Católica*)

O discurso em torno da JOC (*Juventude Operária Católica*), advindo do próprio fundador ou da militância, apresentou-se muito mais definido, claro, objetivo e mais radical também já nos anos 1950. A JOC foi tomada como modelo de organização, ação e doutrina da Ação Católica. Não é sem razão que a JOC foi considerada o carro chefe da Ação Católica por diversos autores de estudos sobre a mesma. Isso se deve, aparentemente, por ser o setor que primeiro se organizou e, assim, acumulou experiência. Também, por se tratar de um movimento destinado aos jovens operários, teve a vantagem de obter para o catolicismo uma consciência social mais crítica e, a partir daí, pôde exercer sua influência nos outros setores da Ação Católica e, portanto, na transição para o catolicismo progressista.

As contribuições da JOC para as mudanças no catolicismo podem ser consideradas verdadeiramente revolucionárias. Primeiro porque trouxe inovações pedagógicas: esta “insistia para que partisse dos fatos da vida do jovem trabalhador, para analisá-los em suas causas e conseqüências” e examinar as implicações dessa análise para o “engajamento prático. A ação, o engajamento, a tomada de posição,

⁹⁵ NEOTTI, Clarêncio. Os leigos estão em primeira linha. *A Fé*, Bauru, 4 out. 1959.

⁹⁶ *Ibid.*

são essenciais ao método”. Depois porque trouxe implicações teológicas e políticas: chamava atenção de que o Reino de Deus estava presente na realidade humana. Cabia ao trabalhador envidar esforços para a construção do Reino.⁹⁷

Em reprodução de artigo de Joseph Cardijn, fundador da JOC, “A Fé”, em agosto de 1951, explicitou os objetivos do movimento de Ação Católica para o meio operário juvenil; definiu três finalidades para o movimento: recristianizar a vida diária dos jovens na família, no trabalho e na rua. Destacou-se que não visava apenas a “ensinar o jovem a ir à missa. É a própria vida que quer atingir”. Em segundo lugar, propunha a “recristianização do ambiente”. E o que denomina de “característica mais nova da Ação Católica: a transformação cristã do meio mediante apóstolos desse meio”. E, por último, “deve recristianizar as instituições que regem o meio: a legislação, a escola, o salário”.⁹⁸

Principiava-se, assim, a disseminar a ideia de que a relação entre a fé e vida cotidiana não deveria ser de ambiguidade, mas sim de unidade e fator de transformação da realidade social. Politicamente, a fé deveria levar ao exercício da reivindicação de direitos sociais:

chamo a atenção sobre o fato de que a JOC nunca separa a vida religiosa da vida temporal. O que ela quer não é ensinar a rezar, porém que os Jocistas se sirvam da oração para recristianizar a própria vida e o próprio ambiente. Não convém jamais separar o culto da vida. [...] enfim, a JOC é corpo representativo da juventude operária. Ela deve poder fazer todas as reivindicações junto das instituições privadas e públicas para defender e sustentar os jovens operários.⁹⁹

A Ação Católica adotou como mote a expansão do reinado de Cristo sobre o mundo todo e todo o mundo, adentrando todos os ambientes: fábricas, oficinas, escritórios e lares. Ou seja, a recristianização da sociedade. Na festa de Cristo Rei, introduzida por Pio XI, celebrada no mês de novembro, comemora-se o dia da Ação Católica. Através do jornal “A Fé”, o grupo da JOC, até então composto pela ala

⁹⁷ MARIAE, Servus. **Para entender a Igreja no Brasil**: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968). Petrópolis: Vozes, 1994. p. 65.

⁹⁸ CARDIJN, Joseph. O que é a JOC? **A Fé**, Bauru, 26 ago. 1951. p. 2. Ressalte-se que já havia um grupo de JOC, em Bauru, na Igreja de São Sebastião, em março de 1951. “A Juventude operária católica Feminina, está promovendo hoje, na Igreja de São Sebastião, em Vila Cárdea, uma festa de confraternização, a fim de levar os seus ideais de moça Operária Cristã, às suas colegas que ainda não ingressaram nas fileiras dessa associação que está se tornando, através dos ingentes esforços dos seus membros, um dos mais belos movimentos da Ação Católica Brasileira”. JOC. **A fé**, Bauru, mar. 1951. p. 4. Participou das comemorações do dia do trabalhador. CF. SOLENE comemoração do dia do trabalho. Bauru, **A Fé**, 29 abr. 1951. p. 4. CF. CARDIJN, Joseph. Os três fins da JOC. **A Fé**, Bauru, 11 nov. 1952. p. 3.

⁹⁹ O QUE É A JOC? **A Fé**, Bauru, 26 ago. 1951. p. 2.

feminina do operariado, demonstrando seu orgulho e missão, assim se manifestou: “Avante! Sempre avante! E a JOC neste cantinho de mundo, nesta distanciada Bauru, embora, modestamente, com seu fervor, poderá competir com as demais companheiras de apostolado de todo o Brasil”.¹⁰⁰

Pouco se menciona sobre a Ação Católica especializada no período abordado. Porém, em janeiro de 1954, foram divulgadas as conclusões de um encontro diocesano da JOC o que sinaliza sua existência organizada na diocese e a tolerância do clero diocesano em relação à organização do operariado católico.

As conclusões do encontro evidenciaram o tom reformista das preocupações de que se ocupava a organização diocesana, característico da Igreja social cristã. Lamentou-se a carência de organizações sindicais “adequadas”, a migração do campo para a cidade em virtude dos baixos salários e das dificuldades da vida no campo; reclamou dos patrões que não observavam a lei ao contratar operários por um determinado salário e pagar um outro menor, aproveitando-se das dificuldades dos jovens que não tinham opções no mercado de trabalho. E também,

constatou-se um afastamento considerável da prática religiosa, e ao mesmo tempo um alastramento do espiritismo e das superstições. Isto se explica pela falta de sacerdotes e de militantes auxiliares da Igreja, assim como pela falta de profundas convicções cristãs, por parte dos católicos.¹⁰¹

Apesar da orientação assistencialista da JOC local, discutiu-se no semanário “A Fé” alguns temas relativos à necessidade de organizações sindicais de orientação Católica e temas relativos à realidade sócio-econômica local. Apesar de aparecerem nas discussões os temas sociais e econômicos, mantinha-se a preocupação da hierarquia em relação à adesão à doutrina católica para a salvação das almas. A referência às “superstições” revela ainda a insensibilidade do clero às formas de pensar e de resolver problemas do dia a dia por parte dos jovens trabalhadores católicos, ou seja, havia dificuldade do clero para concretizar o ideal da JOC de superar a separação existente entre a fé e a vida concreta.

A 25 de agosto de 1957, efetivou-se uma peregrinação mundial da JOC para Roma. A Diocese de Botucatu foi representada, naquele evento, pelo jovem Carlos

¹⁰⁰ JOCISTAS de Bauru. **A Fé**, Bauru, 13 nov. 1953. p. 2.

¹⁰¹ ENCONTRO diocesano da JOC de Botucatu – 16, 17 e 18 de janeiro de 1954. **A Fé**, Bauru, 14 mar. 1954. p. 4.

Antonio Rosa,¹⁰² o que evidencia certo desenvolvimento e representatividade da organização local. Naquele encontro com o Papa, o jornal salientou a concentração de 30 mil jovens¹⁰³. Dava-se destaque aos números em função do impacto social e político do catolicismo no mundo, numa perspectiva de neocristandade.

Na oportunidade, destacou o jornal, que muitos jovens não conheciam a “doutrina libertadora” da Igreja, a única capaz de resolver a questão da opressão, da fome, do sofrimento, da educação dos jovens trabalhadores. Reconhecia que crescia, assustadoramente, o número de trabalhadores no mundo. Enfatizou que o fim do paganismo e o conhecimento da doutrina cristã seriam as soluções para os problemas sociais, resquícios do tom apologético do discurso conservador da Igreja.¹⁰⁴

Em meados do ano de 1960, o arcebispo de Botucatu colocou a JOC entre os três movimentos mais importantes da arquidiocese. O que o preocupava era a “situação material, moral e espiritual da mocidade operária, isto é, do jovem, rapaz ou moça, que vive com seu salário”.¹⁰⁵ A lembrança de que os jovens também tinham o direito a uma vida material digna significava um avanço considerável. Com certeza, o desemprego e a pobreza eram fatores determinantes para tornar o jovem uma presa dos comunistas no pensamento do clero.

A posição política de D. Henrique, naquele momento, era de um reformista neste campo de acordo com a autocompreensão da Igreja social cristã: “A JOC, movimento sério e cristão, quer unir o operário ao chefe; que se conheçam, se amem, se ajudem mutuamente”,¹⁰⁶ conforme a doutrina social reformista herdada desde o Papa Leão XIII.

Em fevereiro de 1961, o semanário “A Fé” reproduziu um manifesto divulgado a partir do Encontro Nacional de Empregadas Domésticas, coordenado pela liderança da JOC no qual já apareceram, com clareza, os passos dados pelo movimento para a mudança da Igreja.

O manifesto dirigido a toda a sociedade brasileira iniciava-se revelando que “o momento presente é marcado por uma tomada de consciência da classe operária.

¹⁰² A JOC de Botucatu em Roma. **A Fé**, Bauru, 11 ago. 1957.

¹⁰³ 30.000 JOVENS OPERÁRIOS: concentrados Na Praça de São Pedro em Roma. **A Fé**, Bauru, 1 set. 1957.

¹⁰⁴ 25 DE AGOSTO de 1957: peregrinação mundial da JOC. **A Fé**, Bauru, 28 jul. 1957.

¹⁰⁵ TRINDADE, Henrique G. três movimentos importantes. **A Fé**, 3 jul. 1960. D. Henrique acolheu em sua diocese o encontro da JOC da região Sul para o planejamento das ações para o ano seguinte.

¹⁰⁶ *Ibid.*

Esta deseja participar do progresso atual do mundo em todos os setores”.¹⁰⁷ A prática do método “ver, julgar e agir” criado por Cardijn conduzia o jocista ao desvelamento da realidade social e política em que vivia e, através da ação prática coletiva, era-lhe facultada a busca de soluções para as questões sociais do mundo do trabalho. Não bastava apenas aderir à moral e práticas sacramentais para que o mundo melhorasse. O cristão passou a ser visto como o prolongamento dos braços de Deus no mundo. Começou-se a compreender que a evolução da história dependia da ação humana e principalmente dos cristãos. Pois, de acordo com Richard “há um dualismo entre a Igreja e a história. A Igreja e os cristãos dão sentido à história, mas são os ‘outros’ que a fazem”.¹⁰⁸ Na segunda metade da década de 1950 a Igreja decide que os cristãos deveriam passar a ser agentes da história com mais razão que os outros.

Deste modo, o manifesto, “representando a maior parcela feminina no mundo do trabalho levantamos a nossa voz pedindo RESPEITO PELA DIGNIDADE HUMANA E DE FILHAS DE DEUS, PELA VALORIZAÇÃO DE NOSSA PROFISSÃO”.¹⁰⁹ O ponto de partida para as mudanças de concepção de Igreja e sua missão encontrava-se no reconhecimento da dignidade humana e da semelhança do homem com seu criador.¹¹⁰ Deste reconhecimento, se descortinavam as dimensões políticas e sociais das comunidades cristãs.

Em decorrência desses princípios, o manifesto lista uma série de reivindicações práticas, tais como: respeito e compreensão no ambiente de trabalho; alimentação sadia e normal; habitação conveniente; salário correspondente às necessidades; horário de trabalho que evite horas extras excessivas; férias anuais; possibilidade de frequentar cursos de alfabetização; a profissão deveria ser considerada como qualquer outra e não inferior; participação nos direitos previdenciários.¹¹¹

O manifesto se encerrava com um apelo dos jocistas para a promoção humana integral que nortearia o catolicismo social cristão: “como dirigentes jocistas, convocamos todas as jovens empregadas domésticas a se unirem a nós na luta pela

¹⁰⁷ MANIFESTO DAS EMPREGADAS domésticas. **A Fé**, Bauru, 12 fev. 1961.

¹⁰⁸ RICHARD, 1981, p. 148.

¹⁰⁹ MANIFESTO DAS EMPREGADAS domésticas. **A Fé**, Bauru, 12 fev. 1961. (destacado no original)

¹¹⁰ A Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*” do Vaticano II reservou todo o primeiro capítulo para o tema da dignidade humana. Cf. GAUDIUM ET SPES. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 143-256.

¹¹¹ MANIFESTO DAS EMPREGADAS domésticas. **A Fé**, Bauru, 12 fev. 1961.

promoção integral de todas as nossas irmãs de trabalho”.¹¹²

O encontro nacional de empregadas domésticas repercutiu em Botucatu onde “as domésticas resolveram organizar um movimento de classe com tendência para organização de um sindicato para obtenção das reivindicações aprovadas no congresso”. Como primeira ação prática, foi divulgado um manifesto readaptado daquele nacional dirigido às “patroas e ao povo de Botucatu”.¹¹³

Em 1963, a JOC se utilizou de espaço no jornal “A Fé” para divulgar eventos nacionais que tiveram a participação ou o apoio da mesma. No dia 21 de abril de 1963, a JOC local se manifestou em apoio à greve de Perus - SP, que foi declarada legal pelo poder judiciário.¹¹⁴

Em 28 de julho do mesmo ano, foi divulgado um manifesto da JOC nacional que apresentou reivindicações para a sociedade brasileira naquela conjuntura, em apoio às reformas de base propostas pelo governo: “queremos manifestar o nosso apoio radical às reformas estruturais que o povo brasileiro exige”. As reformas deveriam considerar “o respeito à dignidade da pessoa humana, rejeitando toda solução que torne o homem escravo da máquina, da produção e o Estado”.¹¹⁵

O manifesto declarou apoio a “uma reforma agrária radical”, à reforma urbana, “à reforma da empresa que concede aos trabalhadores a participação na sua direção e nos seus lucros”, à extinção do analfabetismo, à reforma eleitoral com voto do analfabeto e de “toda ingerência externa que impede o nosso desenvolvimento, como nação soberana e livre [...]”.¹¹⁶ Se o manifesto da CNBB apoiou as reformas propostas pelo governo e alertou para os riscos do marxismo, a JOC tomou uma posição, naquele momento, em apoio à posição do governo e dos bispos que apontavam para uma reforma neo-capitalista.

Em 1963, o Padre Luiz Baldini, formado dentro da nova mentalidade social do catolicismo e ordenado no ano anterior, foi nomeado assistente arquidiocesano da JOC, além de cooperador da Matriz do Divino de Bauru. Ficou registrado que “em

¹¹² MANIFESTO DAS EMPREGADAS domésticas. **A Fé**, Bauru, 12 fev. 1961. O manifesto do encontro nacional das empregadas domésticas foi divulgado no jornal O Estado de São Paulo no dia 4 fev. 1960, com comentário favorável às reivindicações das empregadas domésticas.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ JOC. Perus: resumo da greve. **A Fé**, Bauru, 21 abr. 1963. p. 3.

¹¹⁵ MANIFESTO DA JOC. **A Fé**, Bauru, 28 jul. 1963. p. 4.

¹¹⁶ Ibid. Esse tipo de publicação evidencia que não havia censura para a divulgação de ideias mais radicais. A interpolação de artigos com tonalidades ora de direita e de esquerda demonstra não haver uma linha definida nesse sentido. Ao contrário, havia espaço para divulgação daquilo que fosse aprovado pela hierarquia, independente de posição doutrinária ou autocompreensão da Igreja adotada.

Bauru há um grupo maior que já está em ponto de ser aproveitado em trabalhos apostólicos. Os meninos são poucos”.¹¹⁷

Em abril de 1963, houve um encontro diocesano “da pastoral jocista na cidade de São Manuel [...]. Presidiu-o o Padre Luiz Baldini. Presentes os vigários do Divino, São Benedito e da cidade de Lençóis Paulista e mais alguns jovens trabalhadores e duas irmãs de Jesus Crucificado da comunidade de São Manuel. Em geral, o encontro agradou a todos. Não houve conclusões práticas”.¹¹⁸

No dia primeiro de maio de 1963, “estiveram em Bauru os padres Aristeu Cirilo e Nivaldo Rosa. Aquele para reunião com Jocistas e este, com Jucistas”.¹¹⁹

Foi organizado em Bauru, no mesmo ano, pelo Padre Luis Baldini, o que foi denominado de Congresso de Jovens Trabalhadores, nos dias 8 e 15 de setembro para domésticas, operários e comerciários. O Congresso seria uma oportunidade para que os jovens tomassem consciência dos

graves problemas operários. [...] A classe operária vive uma situação de injustiças: salário de fome, sonegação do salário mínimo, desemprego, exploração do trabalho do menor, falta de união entre os trabalhadores, classe operária esmagada pelo capitalismo, falta de consciência do valor da pessoa do trabalhador. O Congresso é uma ocasião para a juventude trabalhadora tomar consciência de seus problemas e descobrir sua responsabilidade no mundo de hoje.¹²⁰

O motivo para atrair mais jovens à militância da JOC foi a reflexão sobre o baixo valor do salário mínimo e que nem todos os jovens trabalhadores o recebiam. Aquela situação trazia insegurança e revolta por parte dos trabalhadores. Pois,

ensem onde pode levar a ganância e fome do lucro: ‘E agora, vós, ricos, chorai aos gritos sobre as misérias que vos ameaçam. Está podre a vossa riqueza’ (São Tiago). Boas palavras do Apóstolo para o exame de consciência dos que exploram o salário de seus operários, deixando-os viver na miséria e na opressão.¹²¹

Para justificar a luta pelo salário justo, Padre Baldini lançou mão das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, ao afirmar que a remuneração do trabalho deveria ser feita dentro dos preceitos de justiça; e deveria ser condizente com a dignidade humana. Finalizou Padre Baldini: “os cristãos são chamados a dar uma resposta aos problemas da classe trabalhadora, uma resposta de irmãos, uma

¹¹⁷ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 45, 25 fev. 1962. **Arquivo da Paróquia.**

¹¹⁸ Ibid., f. 46, 29 abr. 1963.

¹¹⁹ Ibid., f. 46, 1 maio 1963.

¹²⁰ CONGRESSO DE JOVENS TRABALHADORES. **A Fé**, Bauru, 8 set. 1963.

¹²¹ BALDINI, Luis. Congresso de jovens trabalhadores. **A Fé**, Bauru, 15 set. 1963.

resposta cristã”.¹²² Estas ações e discursos em favor da classe trabalhadora são reveladoras da opção de classe que a JOC protagonizava em nome da Igreja diocesana e indicava uma mudança de autocompreensão da Igreja: a socialmente engajada com o movimento popular. Esta reconhece a existência da relação opressão-libertação baseada na leitura do evangelho.

Em relação à JUC, foram veiculadas raras notícias sobre a atuação do grupo existente na Faculdade de Filosofia, na Faculdade de Direito de Bauru e Faculdade de Ciências Econômicas. Havia alguns estudantes da Faculdade de Direito de Bauru que também militaram na JUC e mais tarde na Ação Popular.

Entre as poucas notícias veiculadas pelo jornal, sabe-se que houve dois dias de estudo em março de 1963 para o planejamento das ações a serem levadas a efeito naquele semestre. Neste encontro, os temas debatidos foram: “Ideologias: capitalismo, socialismo e cristianismo”.¹²³

Também, em junho de 1963, realizou-se em Bauru um encontro regional da JUC com representantes de Bauru, Lins, Marília e Araçatuba. Os temas estudados foram justamente “Consciência Histórica e Cristianismo” e “Engajamento Profissional” seguidos de círculos de estudos e revisão dos trabalhos.¹²⁴

Os temas abordados nos encontros e reuniões apontam para a integração da organização dos estudantes católicos da diocese de Botucatu junto ao movimento nacional da Ação Católica. Em Bauru, alguns estudantes que participaram das organizações lideradas pelo clero tornaram-se militantes políticos de esquerda: ‘seus militantes estudavam a fundo as encíclicas sociais e eram influenciados por ideais de esquerda. Através do método ‘ver, julgar, agir’ se discutia a realidade brasileira

¹²² BALDINI, Luis. Congresso de jovens trabalhadores. **A Fé**, Bauru, 15 set. 1963. Na mesma página publicou-se um convite aos jovens trabalhadores para participarem da JOC e do congresso, com os seguintes dizeres: “UNIDOS VENCEREMOS. Jovem trabalhador amigo! Você tem uma função importante na promoção da classe operária bauruense. Você precisa tomar consciência dos problemas que enfrentam seus colegas de trabalho. Olhe em seu redor, no seu trabalho, no seu bairro. Quantos problemas? Salário insuficiente, sonegação de salário, más condições de trabalho. Seus companheiros de trabalho ainda não tomaram conhecimento desses problemas? Que fazer? Venha discutir esses assuntos no: CONGRESSO DE JOVENS TRABALHADORES. [...]”. Ibid.

¹²³ JUC: DIAS DE ESTUDO. **A Fé**, Bauru, 5 maio 1963.

¹²⁴ JUVENTUDE ESTUDANTINA CATÓLICA. **A Fé**, Bauru, 23 jun. 1963. p. 3. Os temas debatidos foram justamente aqueles propostos pelo Padre Henrique Vaz. Cf. Introdução. Em 8/09/1963, “A Fé” publicou artigo de D. Cândido Padin, assistente nacional da JUC intermediando um diálogo entre esta e a hierarquia que passou a ter dúvidas sobre as atividades do movimento. Segundo a redação do jornal “A Fé”, D. Padin teria a missão de “tomar conta da JUC sobre cujas atividades e ideias pairavam certas dúvidas”. In: PADIM, Cândido. Visão de conjunto da JUC. **A Fé**, Bauru, 8 set. 1963. O conflito entre JUC e a hierarquia se deu em função da alegada excessiva autonomia do movimento em relação aos setores da hierarquia mais tradicionais.

sempre a procura de alternativas justas de modificar a realidade social do país'.¹²⁵

Uma das lideranças que se destacou em Bauru foi o jovem Saad Zogheib Sobrinho que militou na JEC (Juventude Estudantil Católica) e depois na JUC como estudante de direito. As reuniões dos grupos ocorriam em salas nos porões da Matriz do Divino Espírito Santo, em Bauru. Segundo Saad,

a JEC compreendia reuniões semanais, alternadas por programas de ação no próprio ambiente ou meio, utilizando a metodologia da enucleação, isto é, identificar um meio ou um núcleo e identificar entre seus membros, o líder ou a pessoa que tivesse um significativo ascendente sobre os demais. Em seguida, com leituras e sessões de formação e de ação: ver, julgar e agir se envolvia os membros, ligados a Hierarquia Católica, sustentados pela vida do evangelho e dos sacramentos, e iluminados pela Doutrina Social da Igreja e dos recentes documentos papais, interagir no próprio meio, através dos órgãos representativos como eram os Grêmios estudantis, as competições esportivas, as ações organizadas.¹²⁶

Os núcleos da JEC espalharam-se por diversos colégios de Bauru, difundidos através de palestras pronunciadas por Saad Zogheib, uma delas intitulada “Juventude transviada ou desorientada” na qual criticava o modelo de sociedade consumista que copiava o modelo norte americano. Fazia “o convite para construir um Brasil diferente”.¹²⁷

O núcleo da JUC de Bauru era muito atuante na sociedade local. O núcleo como um todo não possuía uma opinião única a respeito dos meios de luta, de acordo com Zogheib Sobrinho:

o respeito pelas opções pessoais marcaram a idoneidade da JUC à qual pertenci e fui dirigente, da mesma forma que até ser dissolvida permaneceu fiel à hierarquia católica, com todas as consequências que essa opção comportou. A Ação Católica era uma formação doutrinária, à luz da doutrina social da Igreja, onde estudávamos as encíclicas sociais baseadas nas normas do concílio Vaticano II, junto à realidade da época.¹²⁸

As lideranças da JUC, assim como de outros movimentos e associações católicas voltadas para a crítica social ou a simples ajuda aos pobres foram perseguidas pela FAC (Frente Anti-Comunista) de Bauru. Alguns foram presos logo depois do golpe, em abril de 1964, um deles passou a militar na AP e esteve preso em 1968 e outros conseguiram se esquivar da prisão vivendo algum tempo na

¹²⁵ RIBEIRO, Camila Neumam Moura. **Escola no asfalto**: a história do movimento estudantil de Bauru na década de 1960. 119 f. Monografia (TCC). UNESP, Bauru, 2005. p. 79.

¹²⁶ Apud RIBEIRO, 2005, p. 80

¹²⁷ RIBEIRO, 2005, p. 80.

¹²⁸ Apud RIBEIRO, 2005, p. 81.

clandestinidade. Aos membros da JUC o arcebispo D. Henrique Golland Trindade forneceu atestado ideológico de que não militavam em partidos clandestinos. Padre Pedro Paulo Koop também se mobilizou para retirar da cadeia os jovens católicos.¹²⁹

Na arquidiocese de Botucatu, quando sobreveio o golpe militar de abril de 1964, a organização da Ação Católica especializada possuía certa estruturação. Entretanto, foi desmantelada por razões óbvias. Mas tinha tido experiência suficiente para a constituição de uma Igreja socialmente engajada.

2.4 Igreja e política: o bom católico é bom brasileiro e vice-versa

Sem dispor de um partido próprio por orientação da hierarquia depois de experiências frustradas na segunda metade do século XIX e início do século XX,¹³⁰ a Igreja buscou uma forma de influenciar a política através da criação da Liga Eleitoral Católica (LEC). A organização tinha a Ação Católica como linha de frente e objetivava eleger candidatos que pudessem, em seus mandatos, em todos os níveis, defender os interesses da Igreja no campo legislativo, principalmente.

Embora seja difícil precisar o impacto da ação da LEC, na diocese de Botucatu durante os anos de sua existência, não é difícil entender os laços que uniram o clero e os grupos políticos no poder. Fundada em 1933,¹³¹ a LEC atuou até sua gradativa extinção nos meados da década de 1950, quando as estratégias eleitorais da Igreja foram readaptadas à época. A partir de então, embora ainda se falasse em nome da LEC, não existia mais como organização militante nas bases. Os líderes católicos, do clero ou do laicato, ofereciam, em nome da hierarquia, apenas orientações gerais sobre o dever e responsabilidade do voto, e a indicação de uma lista de candidatos nos quais os católicos deveriam votar por questão de consciência e dever moral.

Por ocasião da preparação das eleições de 1954, foram divulgados dois artigos no jornal “A Fé” que revelavam a compreensão do que se pensava da participação política dos católicos neste campo. Em artigo assinado por um juiz de direito católico, destacou-se que, para uma decisão consciente do povo nas urnas,

¹²⁹ RIBEIRO, 2005, passim.

¹³⁰ Cf. DESCHAND, Desidério. **A situação atual da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1910; LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Igreja e política no Brasil: do partido católico à LEC (1874- 1945)**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

¹³¹ PRIMOLAN, 1993, p. 147ss.

exigia-se, antes de tudo, que se começasse uma revolução interior, com o primado da vida espiritual sobre a vida material. Que somente a verdade revelada poderia conduzir a nação para o campo da paz. A política era compreendida como que conduzida e dependente do sagrado ou “cristandade sacral” como define Comblin.¹³²

O juiz de direito defendia a noção de que as eleições exigiam do católico uma atitude de “soldados da fé” para salvar o Brasil de seus vícios, pois:

quanto mais nos elevarmos, quanto mais nos sacrificarmos, quanto mais lutarmos, desinteressadamente, quanto mais pulsar em nós o amor ao Cristo, quanto mais tivermos a coragem de perdoar os que nos ofendem e os que não nos compreendem, tanto melhor, porque, assim agindo, assim lutando, assim sofrendo, estaremos sendo armados Cavaleiros da Fé, com as virtudes de Mártir e de Santo, tendo-nos a animar a Flâmula do Ideal Supremo que é redimir o Brasil dos seus vícios execrandos.¹³³

A salvação do Brasil, portanto, dependeria da conversão de todos à Igreja, numa atitude de aceitação e submissão à doutrina católica.

Esta concepção conservadora da relação entre Igreja e Estado, própria do período do regime de neocristandade, é revelada também numa publicação de uma entrevista do bispo D. Helder Câmara, concedida a um jornal no Rio de Janeiro e reproduzida pelo “A Fé” em 1954. Se a Igreja tinha definido as suas tarefas autocompreendendo-se como Igreja social cristã, isto é, tinha descoberto a dimensão social como campo de atuação com bastante objetividade, a dimensão da relação entre a Igreja e a política não evoluíra muito até início dos anos 1960. Neste aspecto, como atuava em parceria com o governo, manteve sua identidade de cristandade, mesmo na concepção de um radical D. Helder.

Assim, D. Helder quando indagado sobre os candidatos para a eleição presidencial daquele ano, ponderou que era atribuição da LEC indicar os candidatos nos quais o eleitorado católico deveria votar. A participação da Igreja nas eleições somente se faria de maneira indireta. Num período em que a Igreja combatia o comunismo como inimigo da fé cristã, posicionou-se contrário à legalização do PCB, cujas conseqüências logo seriam sentidas, segundo D. Helder.

Sobre se deveria haver separação entre Igreja-Estado, ponderou: “em teoria não, porque o Estado, como os indivíduos, são obrigados a ter religião, a verdadeira religião. Na prática, como frisei, estamos contentes com o sistema de relações que

¹³² COMBLIN, 1970, p. 108.

¹³³ MAGALHÃES, Hélio Veiga. Ordem e disciplina. **A FÉ**, Bauru, 22 ago. 1954. p. 3.

têm o poder temporal e o poder espiritual no Brasil¹³⁴ o que reforçava a postura de defesa de um regime de neocristandade. A manutenção de boas relações com o Estado deveria ser cuidada para se conseguir pressionar o mesmo em direção ao desenvolvimento social e econômico das massas. Neste caso, mantém-se uma relação estável de parceria com o Estado para se obter favorecimentos em benefício das massas populares e não simplesmente para manter os privilégios da Igreja. Deste modo, se almejava uma reforma da sociedade sem modificar as alianças políticas entre o trono e o altar.

Por ocasião da proximidade das eleições, o clero alertava os católicos para renovarem os seus títulos de eleitor para estarem aptos a votar. Conclamava o eleitor para a responsabilidade do voto:

nosso voto tem um valor insubstituível. Vivemos num regime democrático: é da escolha do povo – esse povo que é cada um de nós – de que procedem os governantes. Já não podemos nos queixar das autoridades que regem os destinos de nosso barco comum. Somos nós que as colocamos lá. Demos nosso voto conscientemente.¹³⁵

A tônica da participação nas eleições não mudara em relação à década de 1930: a Igreja indicava uma lista de candidatos que se comprometessem com suas reivindicações e deixava a escolha para o eleitor.

O jornal “A Fé”, em artigo do Padre Pedro Paulo Koop, contestou uma manifestação pública da maçonaria quanto a seu projeto político e ideias a serem defendidas: divórcio, secularização dos cemitérios. Se eles podem, questionou, por que a Igreja não? Reclamou da reação que existiria por parte dos “inimigos da Igreja” contra ação política do clero nas eleições: se os espíritas, os comunistas, os protestantes, todos se fazem representar nas assembleias legislativas em defesa de suas ideias, por que não o clero?

Em defesa da participação do clero na política, justificou que

os Sacerdotes não farão política com a religião, mas farão pura religião no campo da política. O que os adversários e os libérrimos católicos pretendem é confinar os sacerdotes nas quatro paredes do templo, condená-los na passiva espera da formação de conjunturas contrárias! Não são tão ingênuos! Sabem que, então, serão expulsos dos templos e fuzilados em praças públicas, os fiéis reduzidos a silêncio sepulcral, e os templos reduzidos a estábulos e armazéns. Sabem enxergar os verdadeiros objetivos das táticas já iniciadas

¹³⁴ A IGREJA E OS PROBLEMAS da atualidade. **A Fé**, Bauru, 15 ago. 1954. p. 3.

¹³⁵ RENOVEMOS NOSSOS títulos eleitorais. **A Fé**, Bauru, 1 set. 1957.

neste 'catolicíssimo' Brasil. Conhecem os líderes e suas tropas auxiliares e todas as cores e feitios. As hostes espíritas e zaruristas, p.e., prestam excelentes serviços aos grandes patrões anticristãos. Quando os católicos sinceros abrirem os olhos e abandonarão seu nefasto papel de inocentes úteis?¹³⁶

A reivindicação de que o clero teria o direito de "fazer religião no campo da política" ignora o processo de secularização que se difundira desde o século XIX. É evidente a inquietação quanto aos riscos da ascensão dos comunistas ao poder. Imaginava-se que se a Igreja não agisse e não impusesse sua doutrina, outros viriam e o fariam e Ela poderia ser descartada. Se a religião verdadeira era considerada necessária para a salvação eterna e o comunismo era materialista e imanente, então, antes a salvação do que a perdição, era o argumento colocado.

A autoridade eclesiástica local, em 1958, fez uma advertência no cabeçalho da primeira página do jornal "A Fé", a respeito das eleições, que teriam lugar naquele ano, nos seguintes termos: "Cidadão cristão! Sua consciência proíbe-lhe, pecado grave, votar no candidato, que tácita ou publicamente, pessoal ou 'politicamente', assumiu compromissos com o Comunismo ou com os comunistas".¹³⁷ A percepção que se tem é que, conforme o tempo foi avançando e, diante do progresso das esquerdas, restava ao clero valer-se de reação autoritária contra a liberdade de voto e da apelação, com advertência de imputação de pecado grave, para aqueles que não obedecessem ao mandato do clero.

O que se pode inferir dessa postura autoritária e ameaçadora, parece ser que os meios tradicionais de convencimento do clero aos seus eleitores não resultavam mais nos efeitos desejados. Pior ainda, alguns grupos de católicos progressistas começavam a se encantar e mesmo a se aliar a grupos declaradamente socialistas ou comunistas. Os meios de persuasão utilizados até então de combate às esquerdas e aos anticatólicos, como eram chamados, estavam se esgotando e, ao que parece, a paciência do clero também.

Era chegado o tempo, segundo a hierarquia, de se criarem novas estratégias de convencimento dos leigos para os objetivos de influência social e política da Igreja. Por outro lado, o avanço dos grupos políticos não católicos tornava-se uma

¹³⁶ KOOP, Pedro Paulo. A presença católica no campo Político. **A Fé**, Bauru, 20 jul. 1958.

¹³⁷ Cf. **A Fé**, Bauru, 31 ago. 1958. Durante o mês de outubro, 1957, o jornal "A Fé" trouxe diversos alertas para as eleições daquele ano, cujos motes foram: "O VOTO: Arma do homem livre; O voto é um dever de justiça social" e "O maior castigo para os capazes que se desinteressam da política é serem governados pelos incapazes".

ameaça mais iminente que antes.

Para motivar a participação dos católicos nas eleições, o clero se valia da representação de que o “ser católico” tornava-o um cidadão de qualidade superior aos não-católicos. O fato de não votar ou simplesmente de não votar bem (leia-se candidatos indicados pela LEC) era sinônimo de atitude de católico relapso:

é igualmente dever de consciência, aliás de todo cidadão, máxime, porém, do cidadão católico, preparar-se para votar, e para votar bem. Quem recusar votar, e deixar de votar bem, pratica uma traição à causa de Cristo; nas circunstâncias dadas, assume aspecto de traição, de inércia, a negligência de votar conscienciosamente. Esse católico inerte e negligente não se interessa, então, pelo bem da Igreja e da Pátria e não terá amanhã o direito de lamentar e criticar os maus governos que cerceiam sua liberdade, dissipam seus tributos, perseguem sua crença, fraudam seus direitos familiares, uma vez que, por sua negligência contribuiu para elegê-lo.¹³⁸

Por outro lado, o voto era considerado como um ato sagrado já que os interesses da pátria e os da Igreja se confundiam. Por isso, o exercício consciente do voto seria necessário para se “preservar a Igreja e a Pátria dos graves perigos que a ameaçam. Pois é de causar apreensões a paisagem política brasileira. Democrática e religiosamente falando, longe está ainda o Brasil de ser um país seguro e forte”,¹³⁹ ou seja, a instabilidade dos partidos, as ameaças constantes de golpe de estado e a ameaça comunista motivavam as apreensões da hierarquia. A única via para se precaver das ameaças à Igreja seria a eleição de políticos comprometidos com as reivindicações e interesses católicos, na concepção da hierarquia.

Quando se tratava de abordar o campo da política, a missão da Igreja era apresentada como de ordem sobrenatural para ensinar, governar e santificar os homens para a salvação eterna: ela se vê como apartidária ou acima dos partidos. Apesar dessa dimensão, a hierarquia achava-se no direito de intervir em questões temporais ligadas à religião, quando necessário. De acordo com Padre Koop,

à Igreja interessa sumamente manter católica uma Nação Católica como o Brasil. Ela procura ativamente atingir esse objetivo inculcando no espírito de seus fiéis o dever de desenvolver, purificar, intensificar a consciência da Sociedade Católica, a fim de que esta possa, com eficiência, trazer o espírito da Igreja à formação do Estado e banir a infeliz dissociação entre a Igreja, Governo e Povo. [...] É regra fundamental na doutrina política da Igreja que a sua intervenção direta no terreno estatal e político se faz apenas quando interesses

¹³⁸ KOOP, Pedro Paulo. Meditar. **A Fé**, Bauru, 27 jul. 1958.

¹³⁹ Ibid.

espirituais, a essência e a liberdade de exercício da sua Missão estiveram em jogo. Outra regra é que clero e Ação Católica devem atuar sempre fora e acima dos partidos políticos, o que não implica seu desinteresse pelo problema político.¹⁴⁰

Esse ideal de cristandade em que há associação entre a Igreja e o Estado existiram informalmente em todos os níveis, em termos de Brasil, de modo geral, até 1964 e não foi diferente no caso da arquidiocese de Botucatu. Cada município mantinha bem em destaque as duas autoridades máximas: o vigário e o prefeito. Mesmo no caso de Bauru que, em 1959, contava com cinco paróquias, o vigário decano fazia a intermediação entre o poder político local e a Igreja. Portanto, se o discurso é bem afinado com a doutrina dos Papas de se atuar fora dos interesses partidários, sabe-se que, na prática, a realidade das relações de poder entre o clero e os partidos políticos nas cidades da arquidiocese foi bem diferente.

No mesmo artigo, Padre Koop, apesar da visão autoritária e elitista, afirmava que “a missão da Igreja não se limita aos templos e ao culto religioso, mas abrange e atinge a realidade humana toda, na qual estado e nação, direitos naturais dos grupos e das consciências e suas mútuas interferências, são elementos concretamente indissociáveis”.¹⁴¹ Ao referir-se a toda “realidade humana” vê-se certa mudança nos rumos do discurso, isto é, além do campo da moral e da religião, estende-se, também, indiretamente, a obra salvífica ao homem integral: econômico, social, político e cultural. A Igreja social cristã predominante na década de 1950, debate-se pelas reformas sociais com base na democracia, com forte dose de populismo.

Aparece neste discurso o argumento antropológico desta pesquisa de que a centralidade da fé se desloca da busca pura e simples da salvação eterna da alma para a salvação do homem em sua totalidade.

Como não podia ser diferente, é evidente que a Igreja desejava, no terreno das concretizações o regime político que mais favorecesse o exercício de sua missão: razão precípua para a fundação da LEC na década de 1930. Enfim, os governantes dos Estados deveriam submeter-se ao poder da Igreja em virtude de seu mandato divino:

os chefes dos estados, por mais poderosos que sejam [...] estão sujeitos como qualquer outra pessoa à lei divina e natural, da qual a

¹⁴⁰ KOOP, Pedro Paulo. Missão católica. **A Fé**, Bauru, 23 ago.1959.

¹⁴¹ Ibid.

Igreja é a Depositária, Promotora, Defensora, constituída pelo próprio Deus, Cristo Senhor. Todos os homens, em todas as esferas e em todos os seus propósitos, quer nos domínios políticos, quer nos nacionais ou internacionais, têm de haver-se com a Igreja, acatar suas diretrizes e respeitar-lhe a plena liberdade de ação humano-divina.¹⁴²

Os documentos indicam que quanto mais o catolicismo se sentia ameaçado mais tendia a endurecer suas posições doutrinárias e morais. Nem parecia que um Concílio ecumênico renovador dos ares da Igreja tivesse sido anunciado. Porém, era preciso justificar, sob a ótica doutrinária a participação da Igreja na esfera da vida civil: no debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em defesa da escola particular contra a tendência estatizante do governo brasileiro; a participação da Igreja na discussão sobre a lei do divórcio; a participação da Igreja na indicação de candidatos para as eleições; a posição anticomunista do clero católico; a participação dos católicos na discussão da reforma agrária; a predileção do clero pelo partido democrata cristão, entre outros.

Não seria exagero afirmar que a posição adotada por Koop remete para o princípio de que a origem do poder político se encontra em Deus e os governantes deveriam se submeter aos poderes divinos que, afinal, na terra seriam representados pela verdadeira herdeira e zeladora do divino, a Igreja. Portanto, estaria justificada a participação da Igreja no campo da política.

Em consequência desta compreensão das relações entre fé e política, o clero teria a obrigação e o dever de participar do debate das grandes questões nacionais e, quanto possível, sua palavra deveria ser a última. Afinal, quem estava falando eram os verdadeiros representantes de Cristo na terra e estavam convencidos de que somente a Igreja tinha solução autêntica de todos os problemas humanos.

A propósito, assim se manifestou “A Fé”, por ocasião do congresso eucarístico do Paraná: “O Catolicismo possui a virtude necessária para a solução de todos os problemas individuais e sociais. Eis nos chegados ao fim da hora histórica em que é necessário a humanidade optar por um dos termos do dilema: ou Comunhão ou Comunismo”.¹⁴³

Por ocasião da comemoração do dia da pátria de 1959, Padre Natal resumiu, sem meias palavras, a orientação política conservadora da Igreja no campo da

¹⁴² KOOP, Pedro Paulo. Missão católica. **A Fé**, Bauru, 23 ago.1959.

¹⁴³ SÉTIMO CONGRESSO eucarístico na capital do Paraná. **A Fé**, Bauru, 15 nov. 1959.

política, ao abordar que as comemorações do sete de setembro deveriam ser celebradas com patriotismo. E, dentre os brasileiros,

sobretudo nós, católicos, cujos destinos históricos, Deus quis ligados aos destinos da fé católica, não podemos negligenciar a nossa responsabilidade em face dos legítimos interesses da pátria. **Não é bom brasileiro o que não bom católico, e não é bom católico o que não é bom brasileiro.** [...] Não podemos negar à pátria o nosso contributo: precisamos servi-la. E para melhor servi-la, precisamos ter um espírito cristão. No Brasil, religião e pátria se entrelaçam. Assim Deus quis, desde a sua origem. Ou católico e patriota, ou apóstata e traidor da bandeira.¹⁴⁴

A identificação entre brasilidade e catolicidade constituía-se numa postura conservadora da neocristandade que permaneceu no bojo da autocompreensão da Igreja social cristã revelando o aspecto de mistura entre o velho e novo no contexto da transição do catolicismo. A reciprocidade entre patriotismo e religiosidade era colocada como se fossem dois aspectos de natureza e de essência inerentes e inseparáveis no homem brasileiro. Como não havia uma explicação racional para tal identidade, sua origem era atribuída à vontade divina à qual todo católico deveria submeter-se. Naquele final da década de 1950 a Igreja ainda titubeava à procura da identificação de nova maneira de exercer sua missão.

2.5 D. Henrique: na vanguarda das mudanças

D. Henrique Golland Trindade nasceu em Porto Alegre, em 1897. Iniciou sua formação com os padres da Companhia de Jesus e ingressou mais tarde na Ordem de São Francisco de Assis. Foi ordenado sacerdote em 1926, trabalhou como prefeito no Colégio Seráfico de Rio Negro, no Paraná. Em 1932 passou a dirigir, em Petrópolis, as revistas franciscanas “Vozes”, “Eco seráfico”, “Arauto” e “Voz de Santo Antonio”. Em 1938, foi nomeado guardião do Convento de Nossa Senhora das Graças em Guaratinguetá e, em 1941, fora designado vigário em Ipanema, no Rio de Janeiro, quando, no mesmo ano, foi eleito bispo de Bomfim, na Bahia. Em 1948, foi transferido para Botucatu¹⁴⁵ onde permaneceu à frente da arquidiocese até 1968, quando renunciou.

¹⁴⁴ MELLA, Antonio Natal. Minha pátria e minha fé. **A Fé**, Bauru, 6 set. 1959. A ideia da supremacia da Igreja sobre o Estado era defendida como uma simples ordem natural das coisas. Nas palavras de Padre Koop, explicita-se que “mais que uma união de municípios aparece-me o Brasil como uma união de paróquias”. KOOP, Pedro Paulo. Escolas paroquiais no Brasil. **A Fé**, Bauru, 19 jun. 1960.

¹⁴⁵ KOOP, Pedro Paulo. D. Henrique G. Trindade. **A Fé**, Bauru, 24 ago. 1952.

Até 1962 D. Henrique tinha ordenado 25 sacerdotes e tinha criado oito novas paróquias, sendo que cinco delas em Bauru.¹⁴⁶

Em 1958, quando a diocese completou seu cinquentenário, foi elevada à categoria de arquidiocese por ato de Pio XII e D. Henrique Golland Trindade tornou-se o seu primeiro arcebispo.¹⁴⁷ Tinha como dioceses sufragâneas Assis, Lins e Marília. Em 1960, foi criada a diocese de Presidente Prudente, desmembrada de Assis e, em 1964, a diocese de Bauru desmembrada na quase totalidade da de Botucatu, sendo anexadas apenas duas paróquias da diocese de Lins.

D. Henrique demonstrou, desde o início de seu episcopado, uma identificação com a Ação Católica e com os movimentos de renovação litúrgica e bíblica. Esses movimentos de renovação interna da Igreja, de origem europeia, os quais foram desenvolvidos principalmente pelos beneditinos,¹⁴⁸ (bíblico e litúrgico), representavam os propósitos de renovação interna da Igreja com a finalidade de intensificar a vida espiritual do clero e dos leigos com a finalidade de manter e atrair novos fiéis para as fileiras do catolicismo.

Por outro lado, a ênfase doutrinária que, aos poucos, reservava ao homem a tarefa de artífice de sua história e como elemento central da obra da salvação, agente da Ação Católica, em íntima relação com membros da hierarquia, colocava a necessidade de o laicato tomar parte ativa da ação litúrgica com conhecimento e consciência daquilo que acontecia em torno do altar.

Em consonância com esses movimentos de renovação, em 1950, D. Henrique publicou sua 5ª pastoral “Pró Santificação do Dia do Senhor”, e desencadeou uma campanha para motivar a frequência dos leigos nas missas aos domingos. Escreveu sobre o que era necessário para se promover o que denominou de “assistência ativa” à missa:

a formação e instrução [...] e a assistência ativa à Santa Missa, com o canto e a oração em comum, muito contribuirão para diminuir essa fuga dolorosa do sacrifício dominical. Depois, horários de acordo com as necessidades do povo, pontualidade no horário, pregações breves e preparadas, atrairão mais fiéis à Igreja, nos dia do Senhor. Também não deixemos o asperges antes da Missa principal, seguido pelo Creio em Deus Padre e o ato de contrição, recitados por

¹⁴⁶ KOOP, Pedro Paulo. A vinda do Senhor arcebispo a Bauru. **A Fé**, Bauru, 13 maio 1962.

¹⁴⁷ Na ocasião, assim se expressou o vigário decano de Bauru: “Com toda e natural generosidade, congratulamos a cidade de Botucatu, cabeça de uma magnífica, larga e fértil região, pela sua elevação a sede espiritual de um arcebispado, centro, portanto, de uma nova província eclesiástica, honra que ela bem mereceu”. KOOP, Pedro Paulo. Criado o arcebispado de Botucatu. **A Fé**, Bauru, 8 jun. 1958.

¹⁴⁸ Cf. AZZI, Riolando. **Ascensão ou decadência da Igreja**. São Paulo: Edameris, 1962. p. 261-267.

todos.¹⁴⁹

Em suas cartas pastorais, deixou transparecer a imagem de um homem de vanguarda, motivador do seu clero, ao mesmo tempo com senso de respeito às iniciativas criadoras de seus auxiliares no sacerdócio, às religiosas e aos leigos militantes. Na mesma carta, expôs que

esta pastoral quer ter uma feição essencialmente prática, dando algumas normas gerais, prescrevendo certas obrigações para este ano e, depois, **deixando espaço bastante para o zelo inventivo e realizador dos nossos curas d'almas e de nossas religiosas, de nossa Ação Católica e de nossas associações, e, em geral, de nossos católicos sinceros e fervorosos.**¹⁵⁰

Nada comum na pena de um bispo, em 1950, incentivar o seu clero a tornar as práticas litúrgicas e pastorais mais atraentes e participativas e, ao mesmo tempo, permitir “espaço bastante” para iniciativas em suas comunidades.¹⁵¹

A identificação de D. Henrique com as forças de mobilização para mudanças possibilitou a vinda a Botucatu, em 1953, do líder nacional da Ação Católica, Alceu Amoroso Lima, para conferenciar para os estudantes secundários, membros da Ação Católica, clero e religiosas.¹⁵²

Na diocese, promovia-se reunião mensal do clero, noticiada a partir de 1957. Apesar do fato novo, o conteúdo tratado avançou pouco. Entretanto, a atitude é inovadora. O fato é que ao colocar o clero em contato uns com os outros possibilitaria, a troca de ideias e discussão de problemas particulares, que levaria, aos poucos, à formação de uma consciência coletiva e a programação de ações em conjunto: dos padres entre si e dos padres com o bispo diocesano. Entretanto, a abordagem dos temas ainda estava voltada, em grande medida, para preocupações sobrenaturais, algumas ações práticas foram indicadas para aproximar mais os sacerdotes em relação ao povo. Destaca-se a insistência para o múnus sacerdotal de ensinar, principalmente através da catequese, e exercer o apostolado junto aos homens. Entre as novas orientações do bispo a seu clero, em 1957, constam:

1) haja muito contato de todos com o povo, sobretudo com as crianças e doentes. Devem ser os sacerdotes sempre muito

¹⁴⁹ TRINDADE, Henrique Golland. **Pró-santificação do dia do Senhor**. Petrópolis: Vozes, 1950, p. 6.

¹⁵⁰ Ibid., p. 7.

¹⁵¹ Talvez não seja exagero afirmar que se iniciava naquele ano, com as posturas de liberdade concedidas aos membros do clero, o processo de transformação da Igreja local que levaria ao conflito de 1968. Este estaria relacionado com a personalidade e estilo de governo de D. Henrique somado a outros fatores. Cf. ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. **Padres rebeldes?** O caso de Botucatu. Aparecida: Santuário, 1996. Cf. cap. 6.

¹⁵² EM BOTUCATU: Alceu Amoroso Lima. **A Fé**, Bauru, 29 nov. 1953. p. 2.

acolhedores.

2) não olvidar jamais que a função do padre é ensinar: donde a importância da catequese. Haja a preocupação de dar sólida formação aos membros das Associações e ao povo fiel em geral.

3) nunca se insistirá o suficientemente na cuidadosa preparação das crianças para a primeira comunhão. [...] Nunca deveria haver exibição de luxo nas vestes das crianças.

4) cuidem os Revmos. Srs. Sacerdotes, de intensificar seu apostolado junto aos homens e moços.

5) no mês de julho far-se-á na sede uma Semana da Doutrina Cristã.

6) mais uma vez se falou na necessidade de prosseguir na campanha para moralização das vestes e das modas.

7) também avisou o sr. Bispo que as Servas do Senhor poderão atender os pedidos dos revmos. sacerdotes, para trabalhos de apostolado rural.

8) o sr. Bispo falou sobre a Legião de Maria, atual e providencial movimento de recristianização, deixando a critério dos srs. sacerdotes a fundação nas paróquias.¹⁵³

Dignas de nota são as advertências ao clero para modificarem seu relacionamento com o povo, para se tornarem mais acolhedores. As atitudes do clero tradicional eram normalmente elitistas, autoritárias, mal humoradas, viam-se como autoridade acima do povo simples a quem atribuíam o adjetivo de supersticiosos e viviam enclausurados em suas sacristias, com raras exceções. A atitude do bispo, de certo modo já atendia a um dos sinais dos tempos que seria o conceito e prática da Igreja-povo de Deus da década seguinte. Também é reveladoras da missão da Igreja social cristã, qual seja, cuidar da pastoral.

Essa iniciativa de reunir o clero para uma reflexão e ação conjunta resultou numa reunião dos decanatos de Bauru e Pederneiras, conjuntamente, em outubro de 1958. Além de decisões práticas fundamentais para a renovação interna da Igreja, na ocasião, durante uma tarde, o clero participou de “uma conferência dada pelo Revmo. Sr. Padre João Álvaro Ruiz sobre os temas ‘Conceitos de Ação Católica’ e ‘Movimento por Mundo Melhor’”.¹⁵⁴ Padre Ruiz fazia parte de um grupo de sacerdotes recém-ordenados e trazia para a diocese e seus decanatos, particularmente aquele de Bauru, onde atuava como coadjutor, os novos ares de uma nova autocompreensão de Igreja e a compartilhava com o clero.

Por outro lado, a insistência na atividade da catequese e no múnus de ensinar que caberia ao clero, o insere numa missão de educar para a fé e não a de

¹⁵³ REUNIÃO DO CLERO. **A Fé**, Bauru, 10 fev. 1957. p. 2.

¹⁵⁴ CONCLUSÕES DA REUNIÃO dos sacerdotes do decanato. **A Fé**, Bauru, 9 nov. 1958.

restringir-se a mero zelador da doutrina cristã católica através da pregação e administração do sacramento, embora essas funções tivessem sido destacadas, concomitantemente, pelo bispo.

O apostolado rural e a criação da legião de Maria foram, naquele ano (1957), incentivadas nas diversas paróquias da diocese. Abria-se mais uma possibilidade de participação leiga no apostolado paroquial. Saliente-se que as relações pastorais eram centralizadas no clero e os leigos não tinham ainda participação mais efetiva nas atividades eclesiais em termos práticos.

Em 1958, a diocese de Botucatu foi elevada a arquidiocese. Por essa ocasião, D. Henrique publicou sua 7ª Pastoral: “A Diocese somos Nós, são as Almas”. O título sugere, antes mesmo do final do pontificado de Pio XII, uma nova compreensão de Igreja que vinha se forjando na década de 1950: que a Igreja não seria composta apenas pelo templo, pelas posses materiais, pela boa administração dos bens eclesiásticos, mas pelas pessoas. Se ainda não utilizou o termo “pessoas”, possivelmente porque poderia se levantar, por parte do clero, de religiosas e de leigos, algum tipo de estranhamento. Também pela razão de que a missão da Igreja ainda se detinha na concepção de salvação da alma, todavia seu discurso plantava as sementes do deslocamento da compreensão da Igreja como templo para aquela composta por pessoas, o povo de Deus.

Na mesma Carta Pastoral, depois de lembrar tempos idos da diocese, as pessoas e acontecimentos que se destacaram, fez uma leitura dos tempos de então, reconhecendo que havia mudanças operando-se na estrutura da sociedade e, por isso, a Igreja deveria se adequar à nova realidade:

mas mudaram os tempos; são outras as necessidades dos homens. Mudaram, profundamente, as relações sociais. Os inimigos da Igreja se multiplicaram, por toda parte, e tomaram as formas mais diversas, e seus ataques e suas forças se revestem de aspectos, nunca antes sonhados. A liberdade de costumes, a dissolução das famílias, o materialismo de mãos dadas com a impiedade espalham, por todos os lados, a irreligião e a morte. Cinemas, rádio, televisão e revistas, em contato diuturno com multidões e multidões de almas, as tornam incapazes de aceitar e de viver Jesus Cristo, que a Igreja lhes apresenta. A fome de ouro e do bem-estar e das posições privilegiadas, o desejo incontido dos gozos baixos e o mau exemplo dos que estão alcandorados em lugares de destaque, tudo isso faz com que não se compreenda mais o sentido das bem-aventuranças, e que só sejam elas lidas, com deleite passageiro, em páginas de

algum pregador ou poeta.¹⁵⁵

Havia uma nítida consciência das mudanças sociais que estavam ocorrendo com a formação de uma sociedade urbana com seus novos costumes, meios de comunicação de massa que passavam a concorrer, de forma privilegiada, com as práticas do catolicismo tradicional que exigia sacrifícios, renúncias em lugar dos prazeres oferecidos pela vida moderna.

Por outro lado, houve o reconhecimento de que a formação do operariado urbano trazia consigo a luta de classe. Havia a preocupação em atender e acolher os trabalhadores do campo para não perdê-los também. Porém, os dois polos sociais do conflito foram reconhecidos:

a multidão de operários das máquinas, sem fé, se levanta contra seus patrões, tanta vez tiranos, e contra Deus que eles não conhecem e contra a Igreja, que eles só conhecem, pelos seus aspectos humanos, menos simpáticos. Eles já desertaram. E desertarão com eles os operários do campo, tanta vez abandonados pelos governos, porque ainda não apresentam uma força unida, explorados por seus patrões, e esquecidos até por nós, que deles nos lembramos só nas festinhas do Padroeiro, com quermesse e com foguetes. O que se ensina nas escolas que não são nossas, nós imaginamos ou sabemos. E o resultado fraquíssimo das escolas que são nossas, aí está bem claro, apesar de vidas inteiras consagradas à mocidade e ao ensino, apesar de sacrifícios ingentes. É que o espírito do mundo e a mentalidade da época estragam tudo. E o pior é que, se não prestamos atenção e não nos apegamos mais a Deus e à sua graça, a mentalidade do mundo começará a envolver também a nós, clero, almas consagradas, associações inteiras, e terminará por nos estragar completamente, mesmo com obras e realizações, na aparência louváveis e grandiosas.¹⁵⁶

Com a humildade que é própria dos autênticos franciscanos, reconheceu o esquecimento em que se encontrava o homem do campo não só pelo governo, mas pela própria Igreja, e o fracasso da escola católica que, apesar de muito esforço, não atingia seus objetivos de cristianizar os costumes. Igualmente, constatou o risco do próprio clero também ser contaminado pela “mentalidade da época”, isto é, corria-se o risco de a Igreja desviar-se de sua missão precípua de salvação da humanidade.

D. Henrique não escondia a sua preferência pelos pobres, humildes e marginalizados que marcaria a opção da Igreja uma década mais tarde. Na sua 7ª Pastoral, enfatizou a utopia dos grandes homens que marcaram a história do catolicismo pela sua dedicação aos outros: Francisco de Assis, Francisco Xavier,

¹⁵⁵ TRINDADE, Henrique Golland. **A Diocese somos Nós, são as Almas**. Petrópolis: Vozes, 1958. p. 4.

¹⁵⁶ TRINDADE, 1958, p. 5.

Vicente de Paulo. Enalteceu as atitudes do seu contemporâneo Abbé Pierre

que está revolucionando o mundo, a começar pela França, com seu grito de revolta, de compaixão e de ação em prol daqueles que morrem de fome e de frio ao lado do luxo e ostentação de Paris, que vivem e morrem sem fé, à sombra das torres de Notre-Dame.¹⁵⁷

Em seu discurso, transparece a compreensão de uma Igreja que dê preferência aos pequenos e pobres: estes teriam maior valor:

não nos enganemos: vale muito mais para uma paróquia ou diocese, um cristão de bolsos furados ou vazios, mas com a alma cheia da graça de Cristo, do que cristãos de bolsos cheios de moedas e de notas, mas almas vazias da graça, ainda que dêem, generosamente, suas esmolas para nossas Igrejas e para nossas obras. Estaremos verdadeiramente convencidos disso?¹⁵⁸

Para D. Henrique, não havia dúvidas que aquela Igreja que existia até a década de 1950 necessitava ser reformada. Essa ideia aparece explicitamente no texto de sua 7ª Pastoral e, quatro anos antes do início do Concílio, explicitou o conceito de Igreja como composta de pessoas:

recordemos a palavra de Pedro de Alcântara a um grande da Espanha, católico decerto, que se queixava das falhas e fraquezas da Igreja do seu tempo: “Senhor, não desanime. Coragem! Ponhamos mãos à obra, em um trabalho de reforma desta Igreja – divina e humana”. O fidalgo deve ter regalado os olhos: reformar a Igreja! E o santo franciscano continuou: “Senhor, a igreja somos nós. Esforcemos, seriamente, para nos corrigir, eu e vós, e a reforma verdadeira estará começada”.¹⁵⁹

Ainda no ano de 1958, poucos meses antes da morte de Pio XII, ao pretender concretizar o apelo do Papa sobre o imperativo da participação do leigo na atividade de “santificar o mundo”, D. Henrique convocou para o mês de agosto daquele ano uma reunião com os párocos para tratar do tema. A Ação Católica foi colocada novamente em destaque ao lado das outras novas associações. Nas palavras do bispo, “precisamos trabalhar. E nossas associações devem ser a guarda avançada da Igreja, as forças ligeiras que estão sempre prontas a darem o exemplo e arrastarem muitas almas consigo”.¹⁶⁰

Todo esforço estava voltado para realmente reformar a Igreja a partir da reforma dos homens e, por consequência, da sociedade. Essa intenção ficou

¹⁵⁷ TRINDADE, 1958, p. 6.

¹⁵⁸ Ibid., p. 6.

¹⁵⁹ Ibid., p. 9.

¹⁶⁰ TRINDADE, Henrique Golland. Reorganização e reafervoramento de nossas associações religiosas. **A Fé**, Bauru, 10 ago. 1958.

patente ao se evidenciar que

os membros das associações têm três obrigações principais: 1º) o seu próprio aperfeiçoamento; 2º) a dedicação ao fim específico de sua associação ou irmandade; 3º) o seu interesse concreto pelos interesses da paróquia, da diocese e da Igreja.¹⁶¹

O empenho do arcebispo para reformar a diocese pode ser mais bem apreendido nas suas próprias palavras:

só assim, com um trabalho vivo e unido, podemos esperar o reafervoramento da arquidiocese, entre outros motivos, para que ela não desmereça, de todo, a graça e honra e responsabilidade, que a Santa Sé acaba de lhe conferir, com tanto entusiasmo e compreensão de todos os seus filhos.¹⁶²

A prioridade dada à organização do laicato ocorreu num momento histórico crucial tanto no interior da Igreja quanto na sociedade em geral. Ficou explícita a inquietação da hierarquia com a participação dos comunistas ao fazer alianças com alguns partidos e grupos políticos para as eleições de outubro de 1958; em outubro, morreu Pio XII e João XXIII foi surpreendentemente eleito Papa; este, em janeiro de 1959 anunciou a convocação do Concílio Vaticano II; em 1959, houve a Revolução Cubana que deixou a hierarquia católica perplexa. Em âmbito local, Bauru foi anunciada como futura diocese; Botucatu foi elevada à arquidiocese.

O conceito de que as práticas religiosas deveriam transformar as pessoas e não apenas restringir-se ao devocional e sobrenatural evidenciou-se ao escrever sobre os resultados que se esperavam da pregação das missões redentoristas, nas cinco paróquias de Bauru, em 1960. A advertência do arcebispo insistia para

que todos se lembrem de que Missões não é apenas um movimento para rezar, cantar, ouvir pregações e se confessar... é um movimento que deseja por homens e famílias no caminho da paz, do trabalho, da honestidade e do dever. É guerra ao álcool, ao jogo, à imoralidade dos costumes, à descrença e à impiedade. É o ano santo da graça, da purificação, da reconciliação, da conversão, do afervoramento, da volta para Deus.¹⁶³

Embora estivesse ainda circunscrito aos quadros tradicionais da doutrina social católica, D. Henrique não deixou de se manifestar publicamente a respeito das questões sociais, campo incorporado à ação da Igreja social cristã. Sensível ao sofrimento das classes subalternas, desejava uma sociedade, como pregava a

¹⁶¹ TRINDADE, Henrique Golland. Reorganização e reafervoramento de nossas associações religiosas. **A Fé**, Bauru, 10 ago. 1958.

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ TRINDADE, Henrique Golland. Ano santo em Bauru. **A Fé**, Bauru, 1 maio 1960.

Igreja, plena de harmonia social, apesar das diferenças sociais. As soluções sociais apresentadas eram ainda do tipo paternalistas e em aliança com os poderosos: patrões e governo. Deste modo, em dezembro de 1959, período de certa conturbação social em face da elevada inflação e do êxodo rural com conseqüente aumento do desemprego urbano, dirigiu um apelo aos seus diocesanos:

o nosso primeiro apelo é aos que mandam, é aos que possuem grandes e pequenas fortunas, é aos que têm casa própria, fazenda, indústria, comércio, etc., aos que vivem com certa largueza ou em verdadeira abundância. Que se procure fazer alguma coisa pelas classes pobres ou desprotegidas e, sobretudo, pelos que, procurando trabalho, não o encontram. [...] aproveitemos o clima de colaboração mútua, sem cor de castas, ou de partidos.¹⁶⁴

O arcebispo reconhecia que o trabalho artesanal e de pequenas indústrias eram importantes para gerar empregos, por isso, “se formos à Alemanha no próximo ano, nos esforçaremos junto a amigos com quem já falamos, para alcançar alguma indústria, alguma nova fonte de trabalho para a nossa Botucatu”.¹⁶⁵ A Igreja social cristã se responsabilizava também pelo desenvolvimento social e econômico. Tinha aderido ao projeto desenvolvimentista do governo como possível encaminhamento de solução ou minimização da questão social. Sinalizava no sentido de que a atividade do clero não deveria se restringir ao sobrenatural, mas contribuir para o progresso material e humano, para a reforma da sociedade. Esse modelo ação, levado ao extremo ao se colocar o cristão como responsável pela construção de uma nova ordem social justa e fraterna, para além do sistema capitalista, resultaria na formação da autocompreensão da Igreja politicamente engajada..

No mesmo documento, o arcebispo emitiu um segundo apelo

aos homens do campo, ricos e pobres. Aos ricos, para que sejam amigos generosos de seus empregados. Um pouco menos de luxo e um pouco mais de justiça e de humanidade para com seus trabalhadores. [...] Aos pobres, que sejam trabalhadores honestos, eficientes, que amem o seu trabalho, que reconheçam as dificuldades dos patrões [...] sejam amigos dos patrões honestos, e sejam amigos da terra que, amanhã, poderá ser sua. Não procurem as cidades iludidos com as aparências.¹⁶⁶

As origens dos males sociais ainda eram atribuídas ao pecado dos homens e de seu conseqüente afastamento de Deus; por isso a sociedade era injusta e desumana. O problema social ainda era abordado sob o viés de uma reforma

¹⁶⁴ TRINDADE, Henrique Golland. Arcebispo de Botucatu e os problemas sociais. **A Fé**, Bauru, 27 dez. 1959.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Ibid.

conservadora cuja responsabilidade da solução era entendida como de ordem individual e não fruto de estrutura sócio-econômica injusta construída pelo homem. Mas estas reflexões se constituiriam em ponto de partida para posturas mais radicais do clero da arquidiocese na década de 1960, quando uma nova autocompreensão da missão da Igreja no mundo estaria mais amadurecida.

Em outubro de 1961, no contexto do fervor do clima da renúncia de Jânio Quadros e das resistências opostas à posse do vice Jango, momento em que crescia a polarização ideológica que precedeu o golpe militar de 1964, D. Henrique publicou artigo em que sugeriu que os católicos deveriam se abster de tomar partido nas discussões políticas, pois pertenciam ao “partido de Cristo”. Entretanto, apontou que, mesmo se as finalidades dos católicos eram de natureza sobrenatural, apesar disso, não deveriam “desprezar os legítimos interesses terrenos”.¹⁶⁷

Mesmo que o arcebispo não incentivasse a militância partidária dos cristãos naquela conjuntura de embate político, refez propósito semelhante ao de D. Sebastião Leme, em sua carta de 1916, depois de afirmar que os cristãos pertenceriam ao “partido de Cristo”: “Estamos convencidos disso? Procuramos seriamente viver as suas bases e seguir a sua orientação? Somos cristãos só de nascimento? Ou só de conveniência? Ou só de aparência? Ou só de sentimento? Ou só de interesse? Ou só de exibição?”¹⁶⁸

Há uma contradição intrínseca em afirmar que não se deveria tomar partido nas disputas políticas e, ao mesmo tempo, convocar os cristãos para a vivência do Evangelho na sua integridade e não só de fachada. Pois, na medida em que se indagava: “estamos convencidos da necessidade de que o **reino de Deus cá na terra** – o partido de Cristo – se propague cada vez mais?” e, ao mesmo se afirmava: “[...] Sabemos que seu reino não é desta terra, **mas é nesta terra que ele se desenvolve** [...]”,¹⁶⁹ funcionava como estímulo para ação concreta dos cristãos na atividade política para a transformação da realidade social e econômica, mesmo que fosse uma visão reformista. O conceito de realização parcial do Reino de Deus já neste mundo soava como um chamado à intervenção social e política dos cristãos.

Em maio de 1962, no clima da elaboração do Plano de Emergência, D. Henrique não poupou elogios ao trabalho de renovação promovido por frei Josaphat

¹⁶⁷ TRINDADE, Henrique Golland. O partido de Cristo. **A Fé**, Bauru, 22 out. 1961.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ Ibid.

e por brilhante e eloqüente palestra pronunciada sobre a encíclica *Mater et Magistra* e, sutilmente, comparou a atividade revolucionária do frei com a de Jesus. Também registrou que

não há dúvida, a encíclica *Mater et Magistra* veio chamar a atenção do mundo sobre a **dimensão social do cristianismo**, sobre a atualidade da doutrina da Igreja e sobre a missão dos cristãos, desafiados pela urgência dos problemas contemporâneos. A grande linha da encíclica não pode afastar-se do Evangelho. E Jesus dirigia-se, sobretudo, aos pobres e oprimidos, aos sofredores e perseguidos, aos pequenos e desprezados. E Jesus vergastava os ricos, os poderosos, os que se banquetavam e vestiam púrpura, e escorraçava do templo os vendilhões, os profanadores da lei. Exultava o povinho miúdo, e os grandes se iam afastando do pregador, santamente revolucionário que prometia um reino de justiça, de amor e de paz.¹⁷⁰

As pregações e palestras deviam provocar e estimular a reflexão, o silêncio e a mudança de vida. Não bastava mais uma prática cristã de mera formalidade e conforto, segundo o entendimento do arcebispo. O chamamento para uma Igreja mais evangélica voltada para os pequenos apontava para uma mudança mais radical da instituição.

Nesse contexto da publicação da encíclica *Mater et Magistra*, da elaboração do Plano de Emergência da CNBB, do clima de renovação e entusiasmo que antecedia o início do Concílio, D. Henrique passou a adotar a autocompreensão da Igreja socialmente engajada com o movimento popular. A partir da leitura do evangelho descortinava-se uma sociedade fundamentada nas relações opressor/oprimido. No texto acima citado, o arcebispo faz uma clara opção de classe social para a qual a Igreja deveria dirigir sua atenção fundamentando-se em passagens evangélicas.

Em Roma, participando do Concílio, D. Henrique enviou aos seus diocesanos algumas cartas e uma rádio-mensagem. Nesta, datada de 26/10/1962, externou que os bispos conciliares eram sinceros nas propostas de renovação da Igreja e que eles mesmos desejavam se renovar. Dirigindo-se aos seus fiéis, afirmou:

como é sincero quando diz que nós, do Concílio queremos renovar-nos, a nós mesmos, em primeiro lugar, pra tornarmos testemunhas sempre mais fiéis do Evangelho de Jesus! Como é corajosa, quando declara que a **Igreja nasceu não para dominar, mas para servir** [...]. Como é cheia de caridade de Cristo quando diz que a nossa primeira solicitude deve ser **pelos mais pobres e humildes, pelos**

¹⁷⁰ TRINDADE, Henrique Golland. As melhores pregações. *A Fé*, Bauru, 27 maio 1962.

que sofrem fome e vivem uma vida infra-humana [...].¹⁷¹

O argumento aqui proposto é o de que as posições doutrinárias e pastorais adotadas por D. Henrique favoreceram e encorajaram, sobretudo, seus jovens sacerdotes a aplicarem em suas paróquias a renovação pastoral apontada, sobretudo, pelo espírito do Vaticano II. O discurso do arcebispo era claro e objetivo quanto à necessidade da renovação.

Em sua 4ª carta enviada de Roma aos seus diocesanos, externou entusiasmo com os rumos para os quais estavam se encaminhando a renovação da Igreja. Como franciscano, não poderia deixar de se encantar com a humildade e simplicidade do Papa João XXIII. Assim, depois de audiência com o Papa juntamente com o episcopado brasileiro, exclamou: “que maravilha! Os bispos solenes, atentos, ouviram a palavra mais que paternal do Papa! Ah! **Se ‘toda’ a Igreja fosse mais humilde e mais humana, como o Papa!**”¹⁷²

Na mesma carta D. Henrique revelou, com a emoção e humildade franciscana que o caracterizava, sua participação na assembleia conciliar dirigindo a palavra a todos os bispos e membros da mesma. Nela, expôs sua defesa da renovação ao relatar sua opinião sobre o tipo de Igreja que deveria brotar do Concílio: “uma Igreja cada vez mais de Cristo e do Evangelho da caridade e da pobreza – para os pobres e humildes, os prediletos do Senhor”.¹⁷³

Na quaresma de 1963, D. Henrique procurou manter dentro da arquidiocese o espírito de renovação do Concílio. Se sua conduta anterior já apontava para uma larga confiança na ação de seus sacerdotes, naquela oportunidade, afirmou: “**nada determinamos em particular, deixando à livre iniciativa dos pastores de almas, dos guias de consciências, diretores de seminários, colégios, escolas e associações, [...] promovam uma quaresma santa, é a quaresma do Concílio**”.¹⁷⁴

Ao despedir-se do clero e dos leigos da arquidiocese, antes da segunda

¹⁷¹ TRINDADE, Henrique Golland. Alocução do nosso bispo metropolitano. **A Fé**, Bauru, 25 nov. 1962. O Papa Paulo VI em alocução ao episcopado brasileiro, assim se manifestou sobre a nova missão do bispo: “o coração do bispo é um coração de amigo e pai e não um coração comandado pelo direito canônico. Os problemas do Brasil exigem essa presença dos bispos em todos os setores”. PAULO VI. O episcopado nacional ouve Papa Paulo VI. **A Fé**, Bauru, 17 nov. 1963.

¹⁷² TRINDADE, Henrique Golland. Cartas de Roma. (IV). **A Fé**, Bauru, 30 dez. 1962. Na mesma carta D. Henrique, referindo-se à audiência com o Papa, comentou: “João XXIII tinha um relatório sobre o Brasil e o comentou. Imaginem, o único nome de Diocese, que Sua Santidade comentou foi o de Botucatu (e com certa dificuldade...) por causa de nosso segundo bispo”. Ibid. O segundo bispo de Botucatu a que se refere foi o bispo de Maura, contrário ao celibato sacerdotal e casamento indissolúvel, abandonou a Igreja católica e fundou a Igreja Católica Brasileira.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ TRINDADE, Henrique Golland. O Concílio continua. **A Fé**, Bauru, 3 mar. 1963.

sessão conciliar, D. Henrique deixou recomendações para que todos se dedicassem “pelo zelo de viver e difundir as ideias do Concílio. Temos recebido sugestões, com muita gratidão”.¹⁷⁵ Além de se colocar nos rumos da renovação, sua política de relacionamento com o clero e com os leigos continuava, até o final de 1963, em franco diálogo. Deixou para seu clero mais que uma indicação, um modelo de Igreja que pretendia que fosse adotado na arquidiocese: a autocompreensão socialmente engajada com o movimento popular ao eleger como destinatário da preferência da Igreja pobre os pobres e humilhados da terra.

2.6 A renovação paroquial, bíblica, litúrgica e catequética

A transição do catolicismo ultramontano, conservador, para o catolicismo do Vaticano II, dito progressista compreende um processo de renovação interna das práticas católicas no que se refere à vida paroquial, à compreensão interpretação da Bíblia, à vida litúrgica e doutrinária com ênfase na catequese. Todos esses movimentos de renovação encontram-se profundamente imbricados. Pois, todos eles gravitam em torno das práticas pastorais organizadas pela paróquia. Aparecem aqui tratados, separadamente, por razões de ordem metodológica.

Se, no período, a Igreja se compreendia como social cristã postulando a mudança social, internamente não podia permanecer estática. A renovação interna, à medida que se desenvolvia, tornava-se cada vez mais nítido ser impossível negar a dimensão política da paróquia, da leitura da bíblia, da prática litúrgica e da catequese.

Quanto às fontes de alimentação desse processo de mudança na arquidiocese, pode-se identificar duas vertentes. Por um lado, havia o incentivo do próprio bispo que, desde sua chegada à diocese, insistiu junto ao clero, às religiosas e aos leigos militantes sobre a necessidade de participação dos fiéis na liturgia da missa de forma ativa.¹⁷⁶ Por outro, os padres da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, a maioria deles de origem holandesa e vinculados a sua matriz na França, tinham acesso às novidades da vanguarda da renovação Católica que aconteciam naqueles países, bem como vários sacerdotes da arquidiocese tinham estudado na

¹⁷⁵ TRINDADE, Henrique Golland. Vamos ao Concílio. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963.

¹⁷⁶ Cf. Item 2.5.

Europa e um, Padre Nivaldo Rosa, tinha se especializado em pedagogia catequética em Paris.¹⁷⁷

Pode-se afirmar que, até meados do século XX, o peso do poder político da Igreja restringiu-se a duas frentes: primeiro, pela representatividade da instituição com toda sua tradição e em virtude de abranger boa parte da humanidade. Depois, pela ação política partidária ou não de cristãos leigos ou membros do clero de forma individual de acordo com o carisma pessoal. Até aquele período, a Igreja tinha acreditado que ao educar as pessoas dentro da doutrina católica estaria garantida a construção de uma sociedade melhor. A política era vista como um departamento separado das outras instâncias da vida, incluindo as práticas relativas à fé.

A ênfase na formação de comunidades paroquiais ou de outro tipo, constituiu-se num instrumento de caráter político determinante para as mudanças que se operariam, no seio da Igreja, na década de 1960. Em 1966, Cunningham e Eagleton concluíram que

só ultimamente é que os cristãos começaram, pouco a pouco, a encarar a Igreja como uma comunidade. [...] Como membros da comunidade cristã, atribuímos ao conceito de sociedade um conjunto ideal de relações humanas, que ousadamente desafia muitas das nossas concepções existentes.¹⁷⁸

O ideal de vida comunitária cristã colocaria em evidência as contradições de se viver numa sociedade capitalista que se movia na contramão da radicalidade dos princípios evangélicos da caridade e fraternidade cristãs.

Os mesmos autores salientaram o papel da liturgia na formação da comunidade:

a liturgia celebra e cria comunidade – a comunidade que, no batismo, nos confere um nome e uma identidade, a comunidade onde Cristo está sacramentalmente presente. [...] Cristo está em mim não por eu ser devoto, mas simplesmente porque eu sou parte da sua comunidade, porque estou inserido no seu Corpo. [...] este é o tipo de vida que encontramos na liturgia, e que temos de radicar no mundo. É um erro pensar que a liturgia existe por si própria, como um ilha, uma comunidade isolada, um mundo selvagem e rude onde

¹⁷⁷ Vários autores citados neste texto como Jacques Maritain, Pierre Teilhard de Chardin e Emmanuel Mounier que refletiram e apontaram para as mudanças dos rumos do catolicismo são franceses e exerceram uma forte influencia particularmente sobre a Ação Católica Brasileira. Também alguns sacerdotes da arquidiocese fizeram algum tipo de especialização na França, na década de 1950, no campo da catequese e da liturgia. Curiosamente, depois de falar aos Padres conciliares na primeira sessão, na qual expôs sua compreensão de Igreja voltada para os pobres, D. Henrique foi convidado para almoçar com os bispo franceses. TRINDADE, Henrique Golland. Cartas de Roma. (IV). **A Fé**, Bauru, 30 dez. 1962.

¹⁷⁸ CUNNINGHAM, Adrian; EAGLETON, Terry. Os cristãos contra o capitalismo. In: CUNNINGHAM, Adrian et al. **Os católicos e a esquerda**. Lisboa/São Paulo: Moraes Editores, 1968. p. 30.

podemos nos refugiar sempre que nos apetece. A Igreja não existe para os cristãos, existe para o mundo. [...] A liturgia é, portanto, uma força política – uma força que trabalha constantemente para conseguir assemelhar as sociedades humanas à sua própria imagem comunitária.¹⁷⁹

No âmbito local, em 1961, reconhecia-se que

o centro de preocupação pastoral moderna é, sem dúvida, a paróquia que está atravessando uma “crise”. Principalmente quer-se redescobrir na existência da paróquia a característica fundamental da família, núcleo, comunidade sobrenatural, e restituir à sua atividade a nota correspondente de interesse comum, mútuas relações, cooperação, apostolocidade; em poucas palavras: quer-se dar vida de “*Ecclesia*”, de assembléia, de comunidade àquela divisão jurídica territorial de que fala o Cânon 216.¹⁸⁰

Como centro da vida católica, a renovação da vida paroquial que, de lugar de atendimento a clientes à procura de produtos sagrados, entre eles a aquisição do céu, é designada para tornar-se um centro de vida comunitária dinâmica que deveria satisfazer necessidades humanas outras além das espirituais.

Entretanto, pode-se debitar ainda ao momento de “crise” da paróquia o tatear em busca de uma identidade e à ausência de uma orientação mais concreta do novo estilo de vida cristã na qual a relação entre fé e vida reivindicada fosse de imbricamento, em lugar da qualidade de “comunidade sobrenatural” a ela atribuída até então.

Ao estudar uma das experiências pioneiras de renovação paroquial, em 1960, o padre José Marins deixou relatado, nas palavras do vigário daquela paróquia, o que o motivava a fazer novas experiências:

lenta, mas firmemente, formou-se em mim a convicção: precisava ver de modo novo a Igreja e o sacerdócio. Sair de uma concepção prevalentemente jurídica, estática e tradicional, para uma visão de Igreja que a cada momento se encarna no tempo, se renova. Igreja que não é museu cheirando naftalina, nem culto de arqueologia, mas vida que nasce de Deus e transborda nos homens e nas instituições. Pactuei comigo mesmo que se um dia fosse vigário, haveria de fazer uma corajosa experiência de vida paroquial como os tempos exigem e a Igreja deseja.¹⁸¹

Intensificado desde meados da década 1950, o esforço de formação de comunidades nas paróquias na diocese de Botucatu foi expresso pelo jornal “A Fé”, em 1954, nos seguintes termos:

¹⁷⁹ CUNNINGHAM; EAGLETON, 1968, p. 33-34.

¹⁸⁰ PAIVA, Geraldo. Pastoral litúrgica. *A Fé*, Bauru, 12 fev. 1961.

¹⁸¹ MARINS, José. **Renovação da paróquia**. São Paulo: Melhoramentos, 1964. p. 6.

a Paróquia é uma comunidade que ora, que vive, que se ama, que age, no mesmo fervor espiritual e na mesma união da caridade divina. [...] Comunidade fraterna, ela se acha baseada, unida e cimentada no amor de Deus e dos irmãos, filhos do mesmo Pai, unidos em Cristo.¹⁸²

Apesar desta visão inovadora, não deixava ainda de enfatizar que o objetivo da paróquia seria a “conquista das almas” e idealizava o espírito comunitário da Igreja primitiva comparando-o com o da Idade Média, como se tivessem o mesmo valor e exemplo para a Igreja do século XX, o que revela insegurança e contradição compreensível por se tratar de um período de transição.¹⁸³ Pois, ao mesmo tempo em que o conjunto das mudanças apontava para o futuro e o novo, o peso da tradição, na concepção de certo grupo de católicos, como nesta passagem, insistia em se fazer presente. Havia uma mistura entre o velho e o novo por não ter se chegado ainda a uma configuração clara do que deveria ser a Igreja renovada.

No contexto de uma visão ainda marcada pela transição entre o tradicional e o novo, a ausência de existência de vida comunitária entre os cristãos, para além de reconhecer o afastamento dos mesmos em relação aos propósitos do primitivo cristianismo, era atribuída à modernidade, de acordo com o argumento ultramontano:

o naturalismo pagão da Renascença, o individualismo da Reforma, o racionalismo e o laicismo dos séculos que se seguiram causaram terríveis danos ao espírito comunitário cristão. É lamentável a falta de sentido comunitário no mundo moderno. A ausência da verdadeira caridade cristã deve-se atribuir à falta de sentido paroquial em muitos países tradicionalmente católicos.¹⁸⁴

Mais do que o local onde tradicionalmente se ofereciam os “serviços religiosos”, local de devoção e oração, a paróquia passa a ser compreendida no contexto de Ação Católica, como o espaço de formação de vida cristã, de todos os católicos: clero e leigos. É de se notar a utilização dos termos “família” e “comunidade” para caracterizar a paróquia:

[...] é o meio de geração e de formação fundamental do cristão. É o lugar da fonte batismal. Ela é o lugar de formação da consciência cristã pelo catecismo e instrução dominical: ela é como a família, o lar onde se burila a personalidade profunda, com a qual se viverá e reagirá toda a vida. [...] É o lar de todos e da igualdade de todos, uma coisa verdadeiramente comum. É uma coletividade onde todos

¹⁸² CATÓLICO! Sabes o que é uma paróquia? O que significa ser paroquiano? **A Fé**, Bauru, 25 set. 1954. O próprio título do artigo revela a novidade do assunto tratado.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ Ibid.

são ativos e interessados, onde, sem isso cesse de se fazer com ordem. Tudo se faz com todos. Fazer juntos, eis a lei da comunidade.¹⁸⁵

A partir de 1958, nota-se, claramente, a existência de iniciativas do clero para uma espécie de ação que, posteriormente, seria denominada de pastoral de conjunto. Muitas das decisões passaram a ser tomadas conjuntamente – entre os párocos e o bispo – no âmbito da diocese sob a coordenação do bispo e, em âmbito de decanato, sob a liderança de seus respectivos vigários decanos, com a finalidade de adequar as ações pastorais a cada realidade da diocese e, dentro da paróquia, pelos respectivos vigários.

Em reunião dos decanatos de Bauru e de Pederneiras, em outubro de 1958, no ensejo de renovação e dinamização das ações paroquiais, os párocos resolveram

fazer o levantamento estatístico das suas respectivas paróquias a fim de conhecer o verdadeiro estado religioso de cada uma, como primeiro passo para a necessária atualização e divisão dos trabalhos apostólicos: e – no que diz respeito à cidade Bauru – em preparação às Santas Missões que virão pregar os Missionários Redentoristas no decorrer do ano de 1960.¹⁸⁶

Iniciava-se, deste modo, ainda que no discurso e pouca prática, a introdução de uma tentativa de racionalização e do planejamento nas atividades pastorais e administrativas da arquidiocese e das paróquias. Entretanto, o despreparo ou desinteresse de grande parcela do clero, em geral já bastante idoso, e dos leigos, habituados a uma religião de devoção e de submissão à vontade dos respectivos vigários, constituíam-se em grande desafio e indicavam que seria longo o caminho a ser percorrido no processo de mudança interna da Igreja.

Introduzia-se, aos poucos, a prática do planejamento pastoral. Segundo relato do vigário de Cravinhos havia a convicção de que sempre se devia

partir da realidade. Não se pode trabalhar com eficiência sem dimensionar exatamente o contexto sócio religioso no qual se está. [...] trabalhar sem planejamento é tentar a Deus, porque é desperdiçar energias que Ele deu para serem utilizadas em benefício da Igreja.¹⁸⁷

Neste sentido, outra decisão tomada naquela reunião dos padres dos decanatos teria repercussões profundas na década posterior. Os sacerdotes dos

¹⁸⁵ A PARÓQUIA. *A Fé*, Bauru, 21 fev. 1954.

¹⁸⁶ CONCLUSÕES DA REUNIÃO dos sacerdotes do decanato. *A Fé*, Bauru, 9 nov. 1958.

¹⁸⁷ MARINS, 1964, p. 9-10.

dois decanatos decidiram, segundo o relato da reunião, “desde já criar o conselho das diretorias reunidas paroquiais, com reuniões bimensais”.¹⁸⁸ Estas decisões revelam dois aspectos da renovação: a valorização do laicato na participação ativa da organização e das decisões paroquiais e, por outro, a exigência de mudança na mentalidade do clero até então hegemônicos na tomadas de decisões pastorais e na direção da paróquia. Iniciava-se um processo de descentralização das decisões que exigiam a racionalização e o planejamento como instrumentos da ação pastoral.

Ainda na mesma reunião e na mesma linha de dinamização da paróquia e incrementação do “espírito comunitário paroquial” e da “catequese popular”, os membros do clero decidiram que deveriam promover a imprensa diocesana e paroquial,¹⁸⁹ o que remetia para o início da formação de uma pastoral da comunicação que seria enfatizada no Vaticano II.

Em julho de 1959, Padre Natal, ao refletir sobre a renovação da paróquia, relacionava-a com a Igreja na mesma proporção que a célula está para o corpo. É a paróquia que dá vida à Igreja. Definiu a paróquia como o local “no qual os cristãos devem se comportar como irmãos, que se amam, e procuram concentrar na sua vida o grande preceito do Senhor: o amor”. Curiosamente, foi a primeira vez, apenas em 1959, que apareceu no jornal “A Fé” a palavra “amor” como ideal de vida cristã. O primeiro e maior mandamento tinha permanecido oculto até então nas estruturas tradicionalistas da Igreja que privilegiava mais os aspetos administrativos e jurídicos do que irradiação da mensagem da salvação.

Reconheceu, ainda, que esse ideal não era vivido, mas

é preciso que todas as nossas associações, cada uma conforme sua natureza, sejam lançadas ao assalto dos irmãos ausentes. Urge uma campanha cerrada na mobilização de todos os bons, para um genuíno cristianismo, voltando a Cristo. É preciso pensar na grande batalha de reeducação do amor cristão, da família paroquial, reproduzindo, o quanto possível, aquele ambiente cristianíssimo dos primeiros fiéis que, pelo seu comportamento exemplar, arrancavam dos pagãos sempre a mesma exclamação: “vede como eles se amam” e fascinados pela beleza da vida cristã, trocavam o erro pela verdade. O leitor que nos lê, poderia pensar que somos reacionários. Concordamos com o seu pensamento desde que a reação seja tomada no sentido de transformar a nossa paróquia do Divino Espírito Santo, numa paróquia viva, operante, na grande família paroquial, onde se note que o cristianismo não é um distintivo, uma

¹⁸⁸ CONCLUSÕES DA REUNIÃO dos sacerdotes do decanato. *A Fé*, Bauru, 9 nov. 1958.

¹⁸⁹ *Ibid.*

etiqueta, um rótulo: mas o amor feito vida.¹⁹⁰

Em 1960, Padre Koop, ao escrever sobre a defesa da escola paroquial como dinamizadora da vida comunitária, afirmou: “A vida paroquial católica constitui a vida interior brasileira. A Paróquia fecunda, orienta, valoriza e dá sentido a todos os setores da vida humana brasileira qual fermento na massa, sal na comida, e sol que faz o dia”.¹⁹¹

Portanto, os programas de renovação interna da Igreja, aparentemente, se mostravam muito claros a partir da tomada de consciência, por clérigos e leigos, do tipo de Igreja existente e da percepção da necessidade urgente de mudança em face das exigências dos novos tempos. Quando um projeto se fia numa experiência passada, como a idealização do medievo, como no caso do ultramontanismo, que se almejava romanticamente recuperar, os parâmetros e limites colocados aparecem muito mais bem definidos. Neste, mesmo que seja impossível deter as forças da história, pretensamente se sabe em que chão se está pisando. Mas, um projeto futuro, pela novidade que apresenta, por mais identificado e caracterizado que seja, de algum modo poderia fugir ao controle. Assim, a renovação paroquial determinada a formar comunidades, aos poucos, começaria a colocar em questão a organização e a estrutura hierárquica e centralizada da Igreja e da sociedade em geral.

Juntamente com os discursos e práticas que visavam a renovação da paróquia, a partir de meados da década de 1950, desenvolveu-se através do jornal “A Fé”, uma intensa campanha em defesa da doutrina católica, esclarecendo aos leitores sobre os perigos representados pelas instituições surgidas a partir de uma concepção modernista do mundo, de acordo com o que era defendido pelo catolicismo ultramontano.

A campanha de esclarecimento doutrinário, nos meados da década de 1950, adotou um posicionamento de confronto com as doutrinas consideradas errôneas bem ao estilo da apologética tradicional. Ao mesmo tempo em que condenava a forma de **leitura bíblica** realizada pelos protestantes, iniciou uma campanha para que os católicos passassem a ler mais intensamente a palavra de Deus.

De início, o discurso da Igreja justificou que apenas a partir do período em que a Bíblia passou a ser impressa teria possibilitado sua difusão e leitura no meio

¹⁹⁰ MELLA, Natal Antonio. Viver para a paróquia. **A Fé**, Bauru, 19 jul. 1959.

¹⁹¹ KOOP, Pedro Paulo. Escolas paroquiais no Brasil. **A Fé**, Bauru, 19 jun. 1960.

popular. Deste modo, condenou a denominada heresia protestante da “Bíblia só Bíblia” que teria sido possível graças à impressão da mesma. Pois nos primeiros quinze séculos a Igreja teria tido o seu período áureo sem a necessidade de leitura da Bíblia pelo povo já que as cópias eram manuscritas e lidas somente nos atos litúrgicos. Quanto aos primeiros quinze séculos do cristianismo, “esses foram os melhores tempos do cristianismo! Mil vezes mais santas, mais puras do que a nossa vida moderna, eram a moral e a vida familiar desses 15 séculos de cristianismo”,¹⁹² sem a necessidade da leitura bíblica.

Foram publicados uma série de artigos no jornal “A Fé” com a finalidade de divulgar estudos sobre a Bíblia e sua interpretação, durante o ano de 1957.¹⁹³

É curiosa a contradição entre a ênfase sobre a perniciosidade da leitura da Bíblia a partir da emergência do mundo moderno ao mesmo tempo em que se fazia o lançamento de uma campanha intensa para sua leitura pelos católicos. A única diferença, e não deve ser menosprezada, estava no incentivo para a leitura coletiva em lugar da leitura individual realizada pelos protestantes. Entretanto, o incentivo à leitura não deixou de ser uma atitude nova no bojo do movimento bíblico que, junto com o movimento litúrgico, se constituíram em alavanca para a renovação interna da Igreja que teria seu ápice no Concílio Vaticano II entre 1962 e 1965.

Sem meios termos, em 1959 o jornal “A Fé” produziu quase uma página inteira de reflexões sobre o dia da Bíblia. O texto, assinado pelo bispo D. Siqueira, tentava motivar os católicos para a sua leitura comparando-a quase a um sacramento: “a mensagem divina que os livros santos nos comunicam, é uma espécie de sacramento da presença do Senhor. E sua leitura é quase uma comunhão”.¹⁹⁴ Passou-se, então, a se celebrar o mês da Bíblia durante o mês de setembro de cada ano e, dentro dele, o dia da Bíblia.

A liturgia católica constitui-se em um dos pilares da vida cristã na qual se exercita o sacerdócio de Jesus Cristo, tornando-O presente através de seu mistério. Por isso, a **renovação da liturgia** foi sempre enfatizada dentro Igreja, mormente no

¹⁹² STRABELLI, Pedro. A Bíblia e a Invenção da Imprensa. **A Fé**, Bauru, 08 jul. 1956.

¹⁹³ LEITURA DA BÍBLIA e os católicos. **A Fé**, Bauru, 10 mar. 1957; OS CATÓLICOS SEMPRE leram a Bíblia. **A Fé**, Bauru, 17 mar. 1957; A SANTA IGREJA e a leitura de Bíblias falsificadas. **A Fé**, Bauru, 14 mar. 1957; TRADUTORES da Bíblia protestante. **A Fé**, Bauru, 31 mar. 1957; QUEM ORGANIZOU a lista dos livros da santa Bíblia? **A Fé**, Bauru, 14 abr. 1957; BÍBLIA E OS APÓCRIFOS. **A Fé**, Bauru, 21 abr. 1957; ALGUMAS DEFINIÇÕES. **A Fé**, Bauru, 28 abr. 1957; A ORIGEM DA BÍBLIA. **A Fé**, Bauru, 05 maio 1957; OS LIVROS DEUTEROCANÔNICOS no antigo testamento. **A Fé**, Bauru, 12 maio 1957.

¹⁹⁴ SIQUEIRA, Antonio Maria Alves. A Bíblia, a palavra do grande Pai do céu. **A Fé**, Bauru, 27 set. 1959.

século XX e, com Pio XII, a partir da encíclica *Mediator Dei*. Por essas razões, esteve entre os principais movimentos de renovação da Igreja no século XX. Há de se destacar que o movimento litúrgico no Brasil estava inserido no bojo da Ação Católica o que ocasionou o deslocamento da espiritualidade mariana para a cristocêntrica,¹⁹⁵ um dos cerne da renovação, na medida em que a Bíblia também era trazida para o centro da espiritualidade católica.¹⁹⁶

Segundo Marins, na renovação paroquial “procurou-se que a missa fosse o centro da vida paroquial. Tudo deve levar para o altar. Dele sai tudo para a conversão do mundo. O próprio vigário fez sua revisão do modo como celebrava sua missa”.¹⁹⁷

Às vésperas do Concílio, no jornal “A Fé”, traduzindo para a região a mentalidade renovadora, o Padre Geraldo Paiva afirmou:

daí que negligenciar a liturgia é negligenciar o essencial. Daí também que devemos por todos os meios, com prudência e obediência, promover a participação dos fiéis na liturgia, onde, em virtude de seu caráter sacramental, lhes cabe um papel insubstituível e de pleno direito. [...] a participação ativa no culto valoriza a qualidade intrínseca do Cristão e é por ela exigida. Trata-se, pois, de incrementar a participação dos fiéis, **diretamente**, na AÇÃO litúrgica, para, **indiretamente**, levá-los a participar mais intensamente dos frutos, de que sempre gozam em alguma medida, pelo fato de serem cristãos.¹⁹⁸

Mas o clima de renovação que se definira desde o final da década de 1940, expandia-se na medida em que a década de 1950 findava-se. Por exemplo, a arquidiocese promovia a renovação litúrgica até com vinda de Frei Hildebrando do Rio de Janeiro para ministrar curso de liturgia em 1959,¹⁹⁹ na ânsia de acelerar a formação de nova mentalidade no clero, religiosos e leigos.

D. Henrique, na sua pastoral de 1958, novamente questionava a participação individualista na liturgia da missa, a centralidade que Cristo deveria ter na piedade católica e chamava a atenção do clero e dos leigos para a necessidade de dinamização da ação comunitária da missa. Colocava questões tais como:

não é tão individualista a nossa piedade? E para muitos e muitos católicos não está a intercessão dos santos à frente da mediação de

¹⁹⁵ ISNARD, Clemente José Carlos. O movimento litúrgico no Brasil. In: BOTTE, Bernard. **O movimento litúrgico**. São Paulo: Paulinas, 1978. p. 215-216.

¹⁹⁶ Não foi por acaso que muitos párcos simplesmente retiraram de suas igrejas as imagens dos santos depois do Concílio Vaticano II, em 1965.

¹⁹⁷ MARINS, 1964, p. 15.

¹⁹⁸ PAIVA, Geraldo. Pastoral litúrgica. **A Fé**, Bauru, 02 fev. 1961. (grifado no original).

¹⁹⁹ RENOVAÇÃO litúrgica. **A Fé**, Bauru, 15 jun. 1959.

Cristo? Preferimos a nossa oração particular à oração comunitária da Igreja, que faz todos os seus filhos, nas catedrais e nas matrizes e por toda parte, rezarem juntos, terminando, sempre, as suas súplicas com a significativa conclusão “por Cristo nosso senhor”. É assim que pedimos e rezamos?²⁰⁰

Não deixa ser significativo colocar em questão as bases da espiritualidade do catolicismo conservador como a piedade individualista e o culto dos santos. A liturgia renovada passaria a enfatizar a centralidade de Cristo e as ações comunitárias.

Para se contrapor à expansão de doutrinas religiosas não católicas como o protestantismo e o espiritismo, o bispo diocesano orientou o seu clero para a instituição da Congregação da Doutrina Cristã nas paróquias. Seria uma equipe paroquial composta pelo clero, catequistas e associados para a responsabilidade de cuidar do ensino da doutrina cristã nas paróquias e nas escolas. Segundo o clero local as doutrinas rivais, “ameaçavam e atacavam” a Igreja Católica, a única verdadeira e fundada por Cristo.²⁰¹

Pode-se afirmar que o excessivo zelo pela doutrina foi concomitante às experiências e discursos de setores da hierarquia no sentido da mudança interna da Igreja e o seu envolvimento com as mudanças sociais, além das ameaças de outras doutrinas não católicas. Conforme ocorria maior exposição dos católicos nos diversos ambientes, nos meios de comunicação e nas lutas sociais, maiores eram os riscos que enfrentaria de deturpação de sua doutrina. Por outro lado, era necessário instruir os leigos para que pudessem auxiliar a hierarquia na defesa da fé católica ante as ameaças reais ou imaginárias. A defesa da doutrina, até então, tinha ficado restrita à hierarquia, já que o laicato não tinha sido ainda admitido nas fileiras da militância católica.

No ano de 1957, promoveu-se uma intensificação da orientação para a difusão da doutrina católica, sua defesa e ensino às crianças e jovens com um “Breve Curso de Teologia Fundamental” levado a efeito em Botucatu e em Bauru, como curso de extensão da FAFIL (Faculdade de Filosofia) de Bauru, pelo recém-ordenado Padre João Álvaro Ruiz.²⁰² Esse tipo de ação tornava-se cada vez mais imprescindível para a mobilização do laicato para uma atuação na pastoral de modo mais consciente, o que se verificou, particularmente, na década seguinte.

²⁰⁰ TRINDADE, 1958, p. 7.

²⁰¹ GOVERNO DIOCESANO. Aviso: n. 182. **A Fé**, Bauru, 15 nov. 1956. Ainda teria de se esperar alguns anos até ser lançado o movimento ecumênico.

²⁰² BOTUCATU ENSINA. **A Fé**, Bauru, 25 ago. 1957.

As primeiras turmas foram formadas durante o ano de 1958 com aulas uma vez por semana, com duração de duas horas, com grupos de aproximadamente 45 inscritos. Em 1959, o curso funcionou com duas turmas.²⁰³

Como parte desse projeto de conscientizar os leigos facilitando seu acesso à leitura de livros de formação e espiritualidade renovada foi criada a primeira livraria católica de Bauru, em 1959, por iniciativa do Padre João Álvaro Ruiz, a Livraria Sapiência:

a precípua finalidade dessa livraria é facilitar aos católicos a aquisição de obras religiosas que contribuam para o progresso cultural de cada um e por preços acessíveis. [...] Se realmente quisermos fazer alguma coisa de útil para a expansão da doutrina legada por Cristo Jesus, no ambiente onde vivemos, o primeiro passo a dar será conosco mesmos: devemos estudar a santa religião que nos é transmitida com dedicação pela Herdeira d'Aquele que se fez homem para nos ensinar de modo humano a sua sabedoria infinita.²⁰⁴

Esse empreendimento fazia parte do processo de renovação bíblica, litúrgica e paroquial, para alargar a divulgação de livros, da Bíblia e outros meios de devoção popular, num momento em que se começou a enfatizar a necessidade da formação cristã dos leigos para uma maior participação na vida paroquial e social.²⁰⁵

A interpretação da história contemporânea por intelectuais católicos como momento de crise da civilização europeia²⁰⁶ calcada na chamada modernidade, em virtude do afastamento do homem em relação a Deus, colocava o problema da necessidade do reatamento dessa relação para a superação da crise. O reatamento teria lugar, de acordo como clero, somente através da Igreja com o ensino da doutrina católica, na medida em que a ignorância religiosa seria uma das causas da recusa da humanidade em aceitar a Deus. O meio para tirar a humanidade da ignorância religiosa estaria no ensino da doutrina cristã através da catequese.

A ênfase na difusão da catequese pode ser ainda evidenciada, a partir da iniciativa de Roma, ao atribuir ao movimento de Ação Católica, nos seus inícios, a tarefa principal de difundir o catecismo. Todas as associações paroquiais foram convocadas para a tarefa de iniciar crianças e adultos na doutrina católica, particularmente nas periferias das cidades.

²⁰³ RUIZ, João Álvaro. Curso de teologia para leigos. **A Fé**, Bauru, 8 mar. 1959.

²⁰⁴ VANNUZINI, J. L. A nossa livraria. **A Fé**, Bauru, 17 maio 1959.

²⁰⁵ BOTUCATU ENSINA. **A Fé**, Bauru, 25 ago. 1957.

²⁰⁶ AZZI, 1962, p. 261.

Se, desde a década de 1930, no Brasil, havia o desiderato do ensino de religião (católica) facultado às escolas, na década de 1950 e 1960 esse esforço foi incrementado. Houve, ainda, e no caso de Bauru é muito patente, o empreendimento dos católicos no sentido da expansão de unidades de escolas católicas paroquiais. Aqui se revela todo o intento não só catequético, mas de formação humana orientada segundo a doutrina católica.

Embora o clero reconhecesse que a catequese fosse um dever do sacerdote, apela ao CDC para justificar que os párocos muitas vezes necessitam “chamar os leigos em seu auxílio para o trabalho imenso do ensino religioso”, pois “os fiéis têm o dever, a obrigação de consciência de auxiliar os párocos, como catequistas”.²⁰⁷

É nesta perspectiva que se organiza, na diocese de Botucatu, uma semana catequética em 1958. Segundo o jornal “A Fé”, uma semana catequética era justificada porque

nossa maior preocupação é o catecismo: problema vital e base de toda nossa existência cristã. [...] O Catecismo, dado em linguagem acomodada à compreensão do povo (quer de adultos quer de crianças) e percorrendo toda doutrina católica em sequência clara e interessante, é a maior arma de combate à atual decadência da fé, ao desprezo da Igreja, ao gosto pelas futilidades e exterioridades vazias de significação cristã, às desastrosas misturas de práticas heréticas e supersticiosas às práticas cristãs.²⁰⁸

Embora o movimento de renovação da catequese já tivesse sido iniciado desde a reforma de Pio X no início do séc. XX, na década de 1950, ao avaliar o parco resultado obtido, procurou-se tornar mais atraente aos jovens a doutrina através de uma nova linguagem adaptada aos tempos novos. Uma semana de discussão e instrução de novos catequistas tornaria o movimento mais fortalecido.

No mês de julho de 1958, era levada a efeito a Primeira Semana de Catequética Regional em Bauru. O encontro destinava-se a orientar catequistas das paróquias de Bauru, Duartina, Gália, Cabrália Paulista, Piratininga, Pederneiras, Macatuba, Lençóis Paulista e Agudos. Dirigido por Padre Claudino, os catequistas presentes ficaram encantados com a nova pedagogia introduzida, a começar pelas dinâmicas do encontro que envolvia, além de palestras, também debates em grupos, plenária com discussões e conclusões pelo padre coordenador. A forma de participação na missa com explicações dos significados simbólicos de cada parte e

²⁰⁷ CATEQUISTA. *A Fé*, Bauru, 13 jul. 1958.

²⁰⁸ PARA QUE UMA SEMANA catequética? *A Fé*, Bauru, 06 jul. 1958.

dos objetos utilizados surpreendeu os presentes. Além disso, foram elaborados painéis sobre os diversos temas tratados no encontro.²⁰⁹ Este relato realizado por uma catequista presente é uma indicação dos novos ventos que começavam a soprar sobre a Diocese de Botucatu: pedagogia que valorizava a tomada de consciência da missão do leigo na Igreja e sua participação ativa na vida da Igreja.

A prioridade da catequese sobre outras ações da Igreja local atingiu o limite de o clero dos decanatos de Bauru e Pederneiras, em reunião no seminário seráfico da cidade de Agudos propor a “profissionalização” do catequista. Para isso, decidiram

requerer à Congregação das Revdas Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus (mantenedoras do Colégio São José e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bauru) leve adiante seu projeto de fundar o ‘INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CATEQUÉTICAS’, para o qual os párocos dos dois Decanatos mandarão candidatos criando para os diplomados por tal Instituto a carreira de ‘CATEQUISTA PROFISSIONAL’ com ordenado e aposentadoria em base igual à do professorado primário do Estado, às expensas da paróquia.²¹⁰

Propuseram-se ainda a “organizar e intensificar a catequese rudimentar ou popular, indo ao encontro dos bairros afastados, e multiplicando Centros de Catequese (de crianças e adultos) domiciliares”.²¹¹

O ano de 1959 foi dedicado, pelos bispos do Brasil, à catequese. Entretanto, Botucatu já tinha desenvolvido intensas atividades e projetos neste campo, no ano de 1958. Na ocasião, Frei Clarêncio teceu algumas considerações sobre o que esperava do ano catequético. Sugeriu que as dioceses realizassem uma semana catequética à maneira de outros eventos como a semana da Bíblia. Reafirmou o desiderato do clero do decanato de Bauru de promover

cursos especializados para diplomar professores de religião que possam suprir a dolorosa falta de padres em nosso país. Far-se-ão esforços para que todos os Estados do Brasil imitem os estados de Santa Catarina e do Paraná, onde o estudo da religião é obrigatório na escola, é matéria de exame, e onde os professores de religião são também pagos pelo estado como os demais professores oficiais. [...] a religião é mais necessária do que qualquer outra matéria escolar para a formação integral do cidadão.²¹²

²⁰⁹ 1ª SEMANA catequética regional de Bauru. **A Fé**, Bauru, 3 ago. 1958. Os temas foram os seguintes: “necessidade do catecismo; finalidade do catecismo; formação moral; formação cristã; formação para o apostolado; a catequista; recursos didáticos que tornam a aula de catecismo mais eficiente”. Ibid.

²¹⁰ CONCLUSÕES DA REUNIÃO dos sacerdotes do decanato. **A Fé**, Bauru, 9 nov. 1958.

²¹¹ Ibid.

²¹² NEOTTI, Clarêncio. 1959, ano catequético. **A Fé**, Bauru, 22 fev. 1959.

O ideal de neocristandade alcançado pelos citados estados foi apresentado como modelo a serem imitados. A religião resultaria, na prática, como mera “cultura religiosa” como se fosse o suficiente para ganhar o Reino dos Céus. Por outro lado, o que se objetivava era a consolidação da supremacia da Igreja sobre o Estado, ou seja, os recursos daquele seriam colocados a serviços dos interesses do catolicismo.

No contexto do final da década de 1950, a catequese passou a ser vista como a solução de todos os problemas de ordem religiosa, política e moral. Se o ultramontanismo tinha desenvolvido a compreensão de que os males do mundo moderno se deviam ao afastamento do homem em relação a Deus, a forma de reaproximá-lo seria, então, através do conhecimento da doutrina católica, considerada a única verdadeira e necessária para a salvação do homem, difundida através da catequese.

Entretanto, o que sustentava a nova compreensão da missão da Igreja era a determinação da nova tarefa a ser empreendida: a utopia da construção de uma nova cristandade futura e não uma volta a um passado idealizado.

Esta concepção aparece em artigo de um editorial de “A Fé”. Neste, foi citado o Padre Álvaro Negromonte, autor de uma série de catecismos de doutrina cristã, o qual afirmava:

a catequese será o verdadeiro remédio para todos os nossos males. Na raiz de todos os nossos males, está na falta de formação religiosa. A nossa melhor esperança para uma genuína reforma social é renovar e dar impulso decisivo à catequese. Não se ama o que não se conhece. No dia em que se conhecer o Evangelho, a divina Pessoa de Jesus Cristo, a Santa Igreja Católica, ainda continuarão a existir males religiosos e morais, mas estarão imensamente reduzidos. Os nossos erros são mais de inteligência que de coração, neste terreno religioso.²¹³

O autor prosseguiu:

Com a catequese criaremos famílias profundamente cristãs [...]. Melhorará o problema religioso no país [...] como a Fé anêmica. Católicos de nome [...]. Melhorará o problema moral! Nossos males morais provêm do desrespeito aos mandamentos, e este da falta de formação cristã. [...] Melhorará o problema político. Os males políticos vêm da falta de consciência dos homens públicos. [...] Melhorará também o problema econômico. [...] Não há consciência cristã que se contenta com um lucro justo, que pensa em termos do bem comum, na sorte do povo. Falta formação religiosa. Com ela

²¹³ QUEM SABE sabe. **A Fé**, Bauru, 8 mar. 1959.

[catequese] desaparecerão a escandalosa desigualdade e o desnível econômico. Com a catequese melhorará a juventude perdida que se corrompe, uma parte pelo excesso de dinheiro e outra parte pela miséria.²¹⁴

É curioso como a hierarquia tinha necessidade de eleger sempre uma espécie de frente ou lema de luta e combate, condicionada pelo momento vivido, pelas necessidades de sobrevivência e para adaptação aos tempos novos.

Já havia a intenção de reforçar a instrução da doutrina católica através da catequese frente ao avanço da doutrina protestante, espírita, laicista e comunista durante a década de 1950. Porém, aos poucos, depois da eleição de João XXIII e da convocação do Concílio, teve início um processo de mudança nítida na tática da Igreja em relação às outras agremiações religiosas, que revelava uma atitude de tolerância impensável um ano antes. Foi no início de 1960 que apareceu pela primeira vez o tratamento aos protestantes como os “irmãos separados”.²¹⁵

Padre Koop, em 1961, no início do ano letivo, insistia sobre a necessidade da catequese escolar. Criticava a concepção do mundo moderno que acreditava bastar a educação escolar para a formação de homens melhores e uma sociedade igualmente melhor. Constatava a falência dessa filosofia educacional justamente por se prescindir do ensino da religião e adotar o laicismo. E afirmou: “hoje, ninguém duvida: a escola sem catecismo falhou e falha! É uma sementeira do crime. [...] A escola leiga não dá formação moral”.²¹⁶ Para ele, a moral seria possível somente com formação religiosa.

Padre Koop ainda valeu-se do argumento de Pio XI, de que a catequese seria a primeira tarefa da Ação Católica e de que a crise moderna seria fruto da ignorância religiosa. Por isso apelou aos católicos de boa vontade e exclamou:

eis a razão de nosso apelo aos competentes casais de Bauru, esposos e esposas que possuem a formação necessária devido aos cursos superiores que tiveram (professores, médicos, advogados, engenheiros, etc.) e o nosso aviso da grave obrigação que lhes assiste de apoiar o ensino catequético em nossas escolas secundárias.²¹⁷

Naquela fase da expansão da doutrina, a hierarquia não exigia nenhum tipo de preparação especial ou se quer exercia algum tipo de controle sobre os

²¹⁴ QUEM SABE sabe. **A Fé**, Bauru, 8 mar. 1959.

²¹⁵ CAMPOS, José Melhado. Saudação do pároco do Divino espírito santo. **A Fé**, Bauru, 7 fev. 1960.

²¹⁶ KOOP, Pedro Paulo. Necessidade da catequese. **A Fé**, Bauru, 19 fev. 1960.

²¹⁷ Ibid.

candidatos a catequista nas escolas laicas e mesmo sobre o conteúdo passado: “basta tomar em mãos um manual de religião, ter alguma noção de pedagogia, (personalidade, afinal), e com boa vontade preparar uma lição”.²¹⁸ Certamente, a urgência era tamanha que não havia tempo hábil para uma preparação adequada dos catequistas. Parece que a confiança do clero na boa vontade dos leigos não tinha limites. Apesar dos apelos do arcebispo para a constituição da Liga da Doutrina Cristã nas paróquias, conforme ordenação vinda de Roma, tanto o próprio arcebispo quanto o vigário decano e os demais párocos faziam vistas grossas. Outra será a atitude da hierarquia local na diocese de Bauru quando as alegadas ameaças externas à Igreja, depois de 1964, tiverem sido exorcizadas.

Se a Igreja social cristã engajou-se em projetos próprios, do governo e da sociedade civil em prol da reforma da sociedade e da própria Igreja, suas posições políticas e pastorais apresentaram-se muitas vezes confusas e repletas de contradições de como deveria se posicionar e encaminhar as reformas. A tentativa de vivência de relações sociais democráticas colocaram dificuldades com as quais se defrontou por navegar por mares não conhecidos. Em função de se colocar no sentido da mudança, oscilou entre o antigo e novo, expondo os impasses e contradições próprios de quem se coloca em processo de mudança.

²¹⁸ KOOP, Pedro Paulo. Necessidade da catequese. **A Fé**, Bauru, 19 fev. 1960.

3 AÇÃO SOCIAL OU UTOPIA DA DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA (1956-1962)

A interpretação do social e do político e as práticas que se sucederam na tentativa de reformar a sociedade, orientavam-se pela doutrina social católica tradicional durante a década de 1950. Portanto, nesta década a predominava a defesa de uma reforma conservadora.

Porém, no final da década de 1950 e início da década de 1960, tanto o discurso quanto as práticas foram, aos poucos, influenciados principalmente pela Ação Católica, e reorientados para uma direção cada vez mais comprometida com a necessidade de mudanças mais profundas das estruturas sociais em geral e da própria Igreja em seu interior, a partir de 1959. Os fatos que marcaram essas mudanças foram a Revolução Cubana e o anúncio da abertura do Concílio Vaticano II pelo Papa João XXIII, coincidentemente em janeiro de 1959.

A adesão ao desenvolvimentismo a partir de meados da década de 1950 ofereceu os parâmetros dos compromissos sociais da Igreja. Além do discurso em prol da promoção humana, várias iniciativas práticas foram tomadas pela Igreja da arquidiocese para aliviar a miséria e socorrer os marginalizados do sistema socioeconômico. Isto é, a Igreja passou do discurso para a intervenção direta no campo do social.

Toda uma rede de instituições sociais foi criada pela hierarquia local para suprir diversas carências sociais que, a princípio, eram funções a serem exercidas pelo Estado. As condições sociais favoráveis para essas iniciativas surgiram com o agravamento dos conflitos sociais que tiveram lugar com o processo de urbanização no início da década de 1930, após o colapso da cultura cafeeira e o conseqüente êxodo rural. Esse processo prosseguiu em ritmos variáveis nas décadas seguintes; porém, foram mais intensos em Bauru ao se comparar com outros municípios do interior paulista.¹

A primeira ação social organizada pelos católicos de Bauru para atender aos excluídos social e economicamente foi a fundação da Conferência de São Vicente

¹CAMARGO, Antonio Benedito Marangone. **Região de Bauru**: uma área de recuperação demográfica. São Paulo: SEADE, 1982. p. 9-15. Na década de 1950 Bauru alcançou índice de 51% de urbanização, o terceiro maior do estado depois da capital e de Santos. Cf. SEMEGHINE, Ulisses. **Bauru**: explosão urbana regional e demandas sociais no estado de São Paulo. Unicamp, 1988. (mimeo); FARIA, César Augusto C. de. **Desenvolvimento econômico e urbanização**: estudo de caso do município de Bauru. Campinas: Unicamp, 1988. (mimeo).

de Paulo, em 1933. Em virtude do êxodo rural, da instituição de um “leprosário” nas imediações da cidade no início da década de 1930 e do fato de haver, em Bauru, o entrecruzamento de três ferrovias, o número de pedintes e mendigos aumentou consideravelmente e possibilitou a intervenção social do clero.² Isto em função de que as instituições públicas e privadas locais não possuíam recursos humanos e materiais e nem planejamento necessário para o enfrentamento da questão por se tratar de um problema inédito para a cidade. Como é largamente difundida, até 1930 a questão social era tratada como “caso de polícia”.

Somente a partir da década de 1930 é que a cidade de Bauru passou a construir sua autonomia urbana em relação ao campo. Neste, os conflitos sociais eram camuflados pelas relações de solidariedade entre os indivíduos e pelas relações de compadrio entre os proprietários e trabalhadores. As mudanças estruturais da sociedade na região pesquisada permitiu que o clero local aplicasse, na prática, as orientações doutrinárias e pastorais que já vinham sendo praticadas em outros centros urbanos que tinham sofrido as transformações do capitalismo industrial. A ampliação dos centros urbanos e a formação de um operariado urbano traziam, em seu bojo, a necessidade, segundo a doutrina e a política da Igreja, de se precaver contra o avanço do comunismo e do protestantismo.

Deste modo, em 1945, no contexto do final da guerra com suas consequências sociais, o início da redemocratização do país e, por outro lado, a urbanização, industrialização e expansão da atividade comercial em Bauru, a exigir maior quantidade de mão-de-obra, foi fundado o Círculo Operário Bauruense (COB).³ Destinava-se a oferecer cursos profissionalizantes, atendimento médico-odontológico e recreação esportiva para os jovens da classe operária.

Em 1950, foi criada a Casa do Garoto destinada a atender às crianças de rua, em regime de internato e semi-internato e o educandário Anita Costa para atendimento de meninas desamparadas.

Durante a década de 1950, além da Casa do Garoto, com escola anexa, outras escolas paroquiais foram fundadas nas periferias da cidade. Destinavam-se ao atendimento dos filhos dos operários e fundou-se uma creche em bairro de classe média para atender aos filhos de suas empregadas domésticas. Foi criado

² PRIMOLAN, 1993, p.140-144.

³ LIVRO DE ATAS n. 1. COB, out.1945, f. 1.

também um asilo para idosos desamparados pela Sociedade São Vicente de Paulo. Não bastasse, em 1959, foi criada a Cruzada dos Pastores de Belém para atender as famílias de viúvas desamparadas ou de famílias cujos chefes estavam definitiva ou temporariamente impossibilitados de trabalhar.

Por meio do jornal “A Fé” a hierarquia local difundiu seu posicionamento de como compreendia a sociedade e a missão que a igreja deveria exercer nela. Na sequência temporal é possível identificar as variações do discurso ora conservador, ora reformista outras vezes revolucionário. Essa variação torna-se compreensível por se tratar de período em que a Igreja estava em busca da construção de uma autocompreensão social cristã que substituísse aquela anterior conservadora.

Assim sendo, já em 1951, a hierarquia local reconhecia que a concentração de riqueza seria uma ameaça à paz mundial. Denunciava a existência da concentração da riqueza tanto no mundo capitalista em mãos de uma minoria quanto no comunista concentrada em poder Estado. Apresentava o que considerava a solução católica para uma sociedade ideal, todos proprietários:

em nenhum dos casos há estímulo para os interesses simplesmente materiais da massa do povo, nem para o exercício de suas aptidões e liberdades [...]. O povo conduzido pelo capitalismo ou administrado pelo totalitarismo é um povo de células escravizadas, não de pessoas preparadas para viver em comunidade e cuja consciência é respeitada. Entretanto, distribuir a riqueza não é simplesmente reparti-la sem discernimento, o que equivaleria a extingui-la [...]. O que se trata é de criar os meios legais, prudentes e eficazes para que o trabalhador possa chegar a ser proprietário; para que, como ensinou o Papa Pio XI, seja superado o sistema de salariado mediante o contrato social.⁴

Deste modo, o clero acreditava que se poderia construir uma sociedade de proprietários e fazer a distribuição da riqueza sem revolução. Através de mudanças sempre feitas por vias legais poderia se efetivar o “acesso à propriedade de maior número de cidadãos em atividade produtora”.⁵

O que não se explicava claramente era como funcionaria uma sociedade em que todos fossem proprietários individuais e muito menos se cogitava das consequências da concretização de tal ideia. De fato, esse argumento amplamente utilizado servia mais como discurso para combater o comunismo que doutrinava a coletivização dos bens e a luta de classes na sociedade capitalista: estes poderiam

⁴ A RIQUEZA concentrada ameaça a paz. **A Fé**, Bauru, 25 fev. 1951.

⁵ Ibid. Cf. PIO XII DEFENDE o sistema de livre iniciativa. **A Fé**, Bauru, 6 maio 1956. p. 3.

ser resolvidos, em tese, com o acesso de todos à propriedade.

Se em âmbito das ideias se combatia o capitalismo como sistema inadequado, as orientações práticas da alta hierarquia se encaminhavam para outros rumos. Nas declarações de Pio XII aos diretores e funcionários de uma firma italiana, defendeu o sistema de livre iniciativa num claro posicionamento em favor da economia de mercado capitalista. A posição da Igreja naquele momento era de refutar qualquer ideia sobre a possibilidade de intromissão do Estado no campo da economia ou da política, em oposição à doutrina adotada pela Igreja antes da segunda Guerra. Deste modo, o Papa Pio XII declarou que

a ingerência excessiva do Estado na economia conduz a uma “incrível ruína” para o indivíduo, a família, a nação e a religião.[...] afirmou que a Igreja Católica “se opõe, em nome dos princípios da moral, a da tentativa de uma excessiva ingerência do Estado nas questões econômicas”. Declarou o Santo Padre que “a iniciativa privada bem entendida e adequadamente livre contribui para aumentar a riqueza comum, aumentar a capacidade de riqueza comum, aliviar a fadiga do homem, aumentar a capacidade de produção, reduzir os custos de produção”.⁶

Logo, foi uma declaração nítida de adesão e apoio ao sistema de produção capitalista sem meios termos. Se no período do entre guerras fora conveniente e adequado apoiar os regimes totalitários como caminho para a sociedade idealizada, depois da derrota desses regimes na Segunda Guerra o discurso eclesiástico se modificou para apoiar a democracia burguesa agora mais conveniente e interessante para os interesses de preservação da instituição católica. Todavia, o discurso em geral se apresenta contraditório: o clero local critica levemente a economia de mercado e Roma faz apologia do capitalismo.

Em 1954, difundiu-se a posição da igreja ante as reivindicações dos sindicatos. Exortou os sindicalistas ao seguimento da orientação católica para se evitar a luta de classes nas reivindicações de direitos para os trabalhadores. Deveriam restringir-se ao campo genérico da luta pelo bem comum. Deste modo, advertiu que

para promover a ordem cristã no mundo dos trabalhadores é ainda mais importante um genuíno espírito de fé e piedade. Não é suficiente alistar membros. É necessário, acima de tudo, dar-lhes uma crença firme e uma norma de vida cristã. É desejo da Igreja que haja esforço maior para a colaboração mais acentuada entre os representantes operários e patronais, ainda quando este ideal de paz

⁶ PIO XII DEFENDE o sistema de livre iniciativa. **A Fé**, Bauru, 6 maio 1956. p. 3.

seja contraditado pela aspereza da vida cotidiana. A Santa Sé recomenda que, ao denunciar-se a injustiça, seja evitado cuidadosamente todo excesso nos julgamentos e ações. Aquele que amar seus companheiros de trabalho até o ponto de sacrificar seu tempo e, às vezes, a segurança de seu trabalho por eles, deve também afastar-se do prejudicial espírito de classe.⁷

O jornal “A Fé”⁷ ressaltou, portanto, naquele momento a recomendação tradicional da Doutrina Social Católica de manter a colaboração de classe nas negociações entre patrões e empregados. Todas as iniciativas concretas de intervenção na ordem social, na década de 1950, estavam orientadas para demonstrar que era possível, apesar das diferenças sociais gritantes, manterem um clima de ordem e paz social e que a doutrina católica colocada em prática produziria os efeitos de uma sociedade cristã preferencialmente sob a tutela da Igreja.

A contemporização do conflito de classes e de interesses fazia parte da Doutrina Social da Igreja tradicional e a hierarquia buscava formas de demonstrar a viabilidade da mesma em situações concretas. Numa época em que se iniciava o acirramento das posturas doutrinárias entre esquerda e direita, patrões e empregados, um evento aparentemente simples, ocorrido em Bauru, foi utilizado como exemplo de sucesso da aplicação da Doutrina Social da Igreja: um acordo sobre o horário de fechamento do comércio na véspera do natal de 1959 havido entre os sindicatos de patrões e empregados. O fato foi interpretado como exemplo de possibilidade de harmonização de classes. Argumentou-se que quando existia colaboração entre elas o resultado favorecia a coletividade e a religião: no caso, a festa cristã do natal. Padre Koop assim se expressou sobre o fato:

Bauru ensina. Seu comércio é dos mais sólidos, sérios e ativos. Seus comerciantes são, antes de tudo, *humanos*. Belo esteio da vida social e caridade cristã da Cidade de Bauru – comerciantes e comerciários bem se entendem, de boa vontade colaboram entre si para seu mútuo sustento e prosperidade e, exemplarmente, colocam o homem acima das coisas, e não invertidamente. Prova desta atitude humana e da mútua amizade entre comerciantes e comerciários foi a resolução tomada entre ambas as classes, e convertida em lei por uma câmara municipal compreensiva, de fechar o comércio às 18 horas na véspera de Natal e Ano Bom, para gáudio de inúmeras famílias tanto de comerciantes como de comerciários. Belíssima medida que muito honra Bauru e que a Igreja de todo coração aplaude porque, inclusive os interesses espirituais e religiosos, além de outros sociais, beneficiaram-se com esta salutar medida. [...] Parabéns aos Srs. Antonio Garcia e Oliciar de Oliveira

⁷ A IGREJA E OS SINDICATOS. *A Fé*, Bauru, 11 jul. 1954.

Guimarães! O bom caminho é este mesmo.⁸

A Igreja social cristã era antimarxista. Aceitava e defendia uma reforma da sociedade, mas dentro dos limites do capitalismo ou de um neocapitalismo. Por conseguinte, adotou uma atitude de combate ao avanço do socialismo.

Por ocasião da comemoração do 1º de maio de 1961, em função do “alerta vermelho” advindo, de um lado, do encaminhamento da Revolução Cubana, e, por outro, da polarização ideológica interna cada vez mais intensa, diversas federações e associações de centro e de direita vinculadas à Igreja e que se autodenominavam de “sindicalismo livre e democrático”, elaboraram um manifesto à nação tomando posição crítica frente ao avanço dos sindicatos socialistas.

Naquele contexto, o semanário “A Fé” divulgou também um manifesto assinado por diversos sindicatos e associações de patrões e de empregados de Bauru, inclusive pelo COB, dirigidos para o povo da região, ecoando os mesmos princípios lançados em âmbito nacional. As entidades locais, depois de examinar o manifesto à nação resolveram endossar

os termos claros e precisos com que fixaram posição contrária à infiltração nos sindicatos, de elementos que, em vez de lutar realmente pelas legítimas aspirações da classe trabalhadora, valem-se de seus cargos para propagar ideologias contrárias às nossas tradições e aos princípios constitucionais vigentes.⁹

Dirigindo-se aos trabalhadores bauruenses e da região e a todas as demais classes sociais, afirmaram que não poderiam aceitar que indivíduos se utilizassem das organizações sindicais para promover a “subversão da ordem e enfraquecimento das instituições políticas, com a finalidade de criar clima propício aos seus impatrióticos desígnios”.¹⁰

No mesmo manifesto, as entidades signatárias do documento apelaram

às demais entidades de classe do município, à Religião, aos partidos políticos, às associações estudantis, que constituem as forças vivas da nação, para que se unam a esse movimento do sindicalismo livre do estado que, ao aceitar desafio dos inimigos do regime, das tradições cristãs e da liberdade individual, construiu a primeira linha de defesa dos nossos ideais ameaçados.¹¹

Embora não se possa identificar com precisão a autoria do manifesto, o que se publicou estava em plena sintonia com a doutrina e prática política da Igreja

⁸ KOOP, Pedro Paulo. Parabéns a comerciantes e comerciários. **A Fé**, Bauru, 3 jan. 1960. (grifado no original).

⁹ MANIFESTO AO POVO de Bauru. **A Fé**, Bauru, 4 jun. 1961.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ibid.

naquele período. O movimento sindical local encontrava-se minado pelas “tradições cristãs”. Na conclusão do manifesto, esta ideia foi novamente reforçada: “expressamos nossa confiança no futuro do Brasil e nossa fé nos postulados democráticos e nas tradições cristãs de nossa gente”.¹²

A partir da segunda metade de 1961, encorajados pela encíclica *Mater et Magistra* o clero local passaria a adotar posições políticas reformistas menos conservadoras e até progressistas em apoio a mudanças sociais e políticas, como as reformas de base, propostas pelo governo de João Goulart.¹³

Somente em 1961 o poder público da região da arquidiocese passou a investir no atendimento social de forma direta através da criação do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor em parceria com a iniciativa privada. O clero local o recebeu com um misto de boas vindas e de desconfiança quanto ao seu sucesso. Estava ainda latente a compreensão conservadora de que somente a Igreja teria a solução para o problema social. Assim, segundo Padre Koop

negamos, entretanto, que a solução do problema do menor e dos lares, berços do menor, esteja inteiramente ao alcance da ciência, da técnica, da finança **apenas**. O problema do menor e do lar é, antes de tudo, um problema de ordem moral e, portanto, de ordem religiosa. [...] A alma do menor, a moral de um lar, no fundo, permanecem insensíveis a elas. Só Deus, seu Cristo e a Igreja, conseguem penetrar até o âmago da alma, controlar a consciência, converter o homem. [...] Os consórcios devem apelar para a Igreja no tocante à própria missão dela, pois só ela é legítima depositária da doutrina e moral de Cristo, de Quem fluem toda autoridade e poder, graça e eficácia espirituais. Sem Cristo, nada feito.¹⁴

O que se pode deduzir desse posicionamento é que havia, certamente, o receio de perda de poder da Igreja sobre a sociedade, coerente com a doutrina tradicional.

Apesar das colocações feitas, Koop encerrou o artigo com uma postura inesperada, mas reveladora das dúvidas que perseguiram o clero num período de mudanças:

de nossa parte dizemos aos eminentes dirigentes do consórcio: a

¹² MANIFESTO AO POVO de Bauru. *A Fé*, Bauru, 4 jun. 1961. Assinaram o manifesto os representantes das seguintes entidades sindicais: Sindicatos de Bauru: empregos do comércio; comércio varejista; contabilistas; condutores autônomos. Associações profissionais: gráficos; construção civil; metalúrgicos e COB. Sabe-se que Edson Francisco da Silva, um dos sindicalistas do setor gráfico que assinou o documento, não era católico e nem professava a ideologia do clero, mas socialista declarado. Havia divergências contundentes entre ele, defensor dos gráficos e Padre Pedro Paulo Koop, defensor da Tilibra do Sr. João Martins Coube, onde era impresso o jornal *A Fé*. Algumas das contendas ocorreram em praça pública em época de greves.

¹³ Cf. tópico 2.2 a respeito das posições tomadas sobre a reforma agrária.

¹⁴ KOOP, Pedro Paulo. O consórcio. *A Fé*, 30 abr. 1961. (grifado no original)

Igreja tudo fará para promover o bem aonde se encontrar, em qualquer medida e lugar, atuando sempre segundo sua linha própria: a linha de Deus e da **salvação de todo homem e do homem todo.**¹⁵

Esta última afirmação se tornaria comum a partir do Concílio Vaticano II e da teologia da libertação quando a Igreja se posicionou como servidora da humanidade em lugar de dominadora. Por sua vez, passaria a se preocupar não só com a salvação da alma, mas com a salvação do homem integral em todas as suas dimensões materiais e espirituais de forma equânime.

3.1 Círculo Operário Bauruense: (re)cristianização do mundo do trabalho

Em publicação de “A Fé” de julho de 1950, fez-se um esclarecimento sobre a definição, finalidade e doutrina dos Círculos Operários. O artigo esclarece que o surgimento de uma nova associação causa curiosidade de imediato e as pessoas procuram logo se informar do que se trata. E, no caso de uma organização operária, por motivos óbvios, a curiosidade seria ainda maior e haveria a necessidade de explicar, com clareza, as reais intenções e finalidades da nova associação:

quando, porém, se trata de organização de operários a curiosidade se torna ainda maior e muito maior deve ser a clareza e sinceridade de quem esclarece. De fato os operários têm sido criminosamente enganados através dos tempos. A história nos mostra com a eloquência de sua imparcialidade que jamais faltaram indivíduos sem escrúpulos que, desejosos de expandir seu egoísmo e seu espírito aventureiro, pregaram o bem e espalharam o mal para desgraça dos que de boa-fé os ouviram e seguiram.¹⁶

Para que o significado da associação fosse compreendido pelos operários, propôs-se uma definição simplificada para Círculo Operário: “é uma associação de princípios católicos, que deseja a união dos trabalhadores em geral para defender os seus direitos e ensinar os deveres correspondentes”.¹⁷ Como associação voltada para o operariado, apesar de seu caráter reformista, mesmo sem consciência e intencionalidade, constituiu-se num instrumento de mobilização social que, a médio prazo, produziu seus frutos para a renovação do catolicismo. A formação da consciência dos direitos sociais colocada em prática a serviço das classes subalternas avançou para limites além do que poderia ser tolerado pela hierarquia

¹⁵ KOOP, Pedro Paulo. O consórcio. **A Fé**, 30 abr. 1961.

¹⁶ CÍRCULO operário. **A Fé**, Bauru, 30 jul. 1950.

¹⁷ Ibid.

católica.¹⁸

A finalidade a ser atingida revelou também seu caráter reformista, qual seja, o restabelecimento do equilíbrio social do mundo. Esse equilíbrio é representado pela observância exata do dever correspondente a cada direito que se exercite. Ora, ninguém conceberá o louco propósito de reformar a sociedade equilibrando-a sem antes reformar cada indivíduo de per si.¹⁹

O desequilíbrio teria sido causado pela revolta dos operários no século XIX em virtude da exploração causada pelos “capitalistas e empregadores”. Neste contexto, a ênfase ainda era colocada na necessidade *a priori* da conversão pessoal para poder haver o retorno ao “equilíbrio ou paz social”. Assim se justificava a necessidade da educação para a convivência harmônica das classes sociais. A ação para a formação profissional e o atendimento à saúde dos associados cumpriria, no entanto, a função de minimizar os conflitos de classe.

Essa finalidade a ser alcançada inseria-se, mais uma vez, dentro do propósito de se efetivar a doutrina social da Igreja. Por isso, reconhecia que “seu programa é eminentemente reformador dentro do bom sentido do termo, visando chegar ao seu objetivo de reeducação, da instrução, de formação sólida do caráter de seus associados”.²⁰ Se os indivíduos professassem a religião católica e fossem inseridos dentro da sociedade de classes com atendimento das necessidades básicas das classes populares, a sociedade se harmonizaria e estariam afugentadas as possibilidades de revolução comunista.

Para uma Igreja que sempre se aliou às classes privilegiadas, poderia soar mal que estivesse organizando uma associação para beneficiar o operariado. Entretanto, por um lado, dependia das doações pecuniárias das classes proprietárias e do poder público e, por outro, da adesão das classes despossuídas à orientação católica. Deste modo, o propósito a ser atingido seria mesmo a harmonização das classes dentro da tradicional doutrina social da Igreja e afastar o “perigo” do comunismo minimizando a pobreza extrema.

O Círculo Operário Bauruense (COB), fundado em 1945, organizou e coordenou as comemorações do dia do trabalhador no 1º de maio de 1951, na

¹⁸ Logo depois do golpe de 1964, o presidente do COB ficou detido por mais de mês, desde dia 02 de abril, para averiguações de seu envolvimento em atividade social subversiva. Livro de atas do COB n. 2, 25 abr. 1964, f. 15v.

¹⁹ CIRCULO operário. **A Fé**, Bauru, 30 jul. 1950.

²⁰ Ibid.

cidade de Bauru, evidenciando seu reconhecimento dentro da sociedade local.

As atividades foram distribuídas durante o dia todo a começar por uma alvorada às cinco horas da manhã, seguida de desfile de diversas organizações: militares, estudantis, clubes esportivos, representantes de profissões, automóveis. Houve uma concentração em estádio de futebol, com missa campal celebrada pelo bispo de Botucatu cuja motivação foi a “oferta do trabalho a Deus” e “com oração e bênção dos instrumentos do trabalho”. Seguiram-se discursos de autoridades diversas, inclusive do prefeito municipal, e de representantes de sindicatos participantes, cujo tema foi “dignificação do trabalho. Paz social pela justiça social”.²¹

A capacidade de mobilização social de grande parte das instituições e grupos organizados da sociedade bauruense oferece uma amostra da importância política e social exercida pelo COB já naquele ano. Outrossim, o fato de o bispo diocesano deixar a sede da diocese e vir a Bauru para presidir a missa comemorativa, demonstrava a prioridade da cidade no cenário da diocese. Como articulador dos festejos, Padre Pedro Paulo Koop, comprovou o poder de persuasão que exercia sobre as forças políticas e grupos organizados da cidade.

Sem dúvida, era uma demonstração da força católica sobre a população da cidade e parecia que a doutrina social católica estaria atingindo seus objetivos de harmonizar a sociedade ao reunir grupos sociais diversos num mesmo evento. Como relatou “A Fé”, D. Henrique “[...] fez vibrante prédica, sendo ao término entusiasticamente aplaudido por **todos que naquele recinto estavam unidos fraternalmente e com um só pensamento** no Cristo Redentor”.²²

Em 1953, repetiu-se a organização dos festejos do 1º de maio. Naquela ocasião, a utopia da grande “família trabalhadora se realizou”, pois, conseguiu-se reunir numa mesma solenidade todas as forças organizadas da cidade, menos protestantes e espíritas, para celebrar a festa do “trabalho”. Esteve presente um deputado estadual, o prefeito, vereadores, representantes dos sindicatos de empregados e patronais, diretores de escolas públicas e privadas, operários e capitalistas, vice-cônsul de Portugal e da Itália, representantes do clero, clubes esportivos, e os associados do COB.²³ Dessa forma, de fato os conflitos teriam sido,

²¹ SOLENE comemoração do dia do trabalho. Bauru, **A Fé**, 29 abr. 1951. p. 4. Cf. REVESTIU-SE de inusitado brilhantismo as comemorações do dia do trabalho. Bauru. **A Fé**, 06 maio 1951. p. 3.

²² Ibid.

²³ Ibid..

em nome da paz e harmonia social, camuflados por um dia. Porém, a realidade histórica se encarregaria de mostrar que os interesses divergentes não poderiam permanecer velados por muito tempo e a Igreja teria que mudar seu discurso e suas práticas, isto é, sua autocompreensão.

Foi no contexto da participação da Ação Católica no meio trabalhista que apareceu pela primeira vez o discurso de que o catolicismo poderia contribuir para a **construção de um mundo mais humano e mais cristão** e, portanto, não somente de pessoas cristãs. Ao noticiar a criação de um programa de rádio pela Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo com a finalidade de divulgar informações do interesse dos trabalhadores, “A Fé” afirmou que “o momento que atravessamos é de decisões difíceis e exige a união dos trabalhadores e a determinação de construir um mundo melhor, mais humano e mais cristão”.²⁴

Já na edição de “A Fé”, de 27 abril de 1959, uma nota na parte superior da primeira página encontra-se uma advertência sobre a questão social que revelou o estremecimento das relações entre a Igreja e o movimento operário em Bauru:

ocorrerá no dia 1º de maio a festa de São José Operário. Jesus de Nazaré é o modelo sublime e perene da dignificação do trabalho que convida o operariado a uma **retomada do bom senso e da realidade**. Não somos os escravos do ídolo ‘trabalho’. Não somos seus subordinados, mas sujeitamos o trabalho a nós como meio para o fim: nosso aperfeiçoamento! Precisamos trabalhar para realizar ideais. Não é o trabalho que dignifica o homem, mas é o homem que dignifica o trabalho.²⁵

Conforme o tempo histórico avançava para o final da década de 1950, nota-se um acirramento dos conflitos de classe, uma maior desconfiança do operariado em relação às orientações da Igreja. A hierarquia, aliada tradicional das classes proprietárias, passou a pedir que o operariado se contivesse em suas reivindicações. O operariado, por sua vez, começou a desconfiar do discurso do clero de que a harmonização das classes não era favorável aos trabalhadores e se distanciava das comemorações organizadas pelas entidades pertencentes à Igreja. Por outro lado, o COB foi aos poucos perdendo credibilidade e força perante a sociedade organizada: possivelmente em função do declínio de verbas públicas que não acompanhavam a inflação e chegavam sempre com atraso e tornavam-se mais

²⁴ NOTÍCIA: Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo. **A Fé**, Bauru, 3 nov. 1957. p. 3.

²⁵ **A FÉ**, Bauru, 26 abr. 1959. (cabeçalho)

difíceis a realização dos projetos e o pagamento das contas,²⁶ e também porque, aos poucos, o sonho de mudanças que favorecessem os trabalhadores ficavam cada vez mais distantes da realidade. Mais ainda: o governo e as instituições empresariais passaram aos poucos a exercer as funções que antes eram reservadas ao COB. Pode-se acrescentar a esses fatores, a difusão dos ideais comunistas e seu avanço no controle do movimento operário.

Por sua vez, a organização da comemoração do dia 1º de maio de 1960 foi realizada sem grandes pompas, características que marcariam as comemorações do início da década. A ênfase recaiu sobre a comemoração da solenidade de São José Operário e não sobre o trabalho em si. O evento constou de missa celebrada pelo vigário da paróquia do Divino Espírito Santo pela manhã e, à noite, nas dependências do Colégio São José, houve uma solenidade cívica com palestra com o tema “Deus – o homem e o trabalho” e apresentação de canto pelas alunas do colégio.²⁷

A celebração do 1º de maio de 1961 também se restringiu aos atos religiosos pela manhã e uma palestra cujo tema foi “o trabalho como meio de servir a Deus”. Curioso que o convite para as festividades trabalhistas se encerrariam com uma palestra com o Padre Pedro Alagiagian sobre os “horrores que viu nas prisões da Rússia”.²⁸ De fato, o COB tinha aderido ao movimento de intensificação das ações da Igreja contra o “perigo comunista”, desencantando aqueles que acreditavam no poder dos CCOO de concretizar uma sociedade mais humana, inclusive a hierarquia local. Entre 1958 e 1964, quando encerrou suas atividades, o COB teve dificuldades para encontrar e manter um assistente eclesiástico, conforme rezava seus estatutos.²⁹

No início dos anos 60, em função da mudança da Igreja de uma posição de assistencialismo para uma ação transformadora dos homens e da sociedade, no campo social, consolidada com as encíclicas *Mater et Magistra* e *da Pacem in Terris* somada à crise política e econômica e a ações governamentais no campo social, os CCOO entraram crise. Em Bauru, não foi diferente.

Em dezembro de 1962, segundo Mons. Ramires, então assistente eclesiástico

²⁶ Livro de atas do COB n. 2, 1959, passim.

²⁷ CIRCULO OPERÁRIO BAURUENSE. **A Fé**, Bauru, 27 abr. 1960. p. 3.

²⁸ CALAZANS, Clemente Moreira. Círculo operário bauruense. **A Fé**, 30 abr. 1961.

²⁹ Livro de atas do COB, n. 2, 1958-1964.

do COB, toda diretoria renunciou em função de divergências antigas com a Federação. “Todo equipamento foi trazido para a parte de trás da Igreja, onde funcionará a nova sede. Remodelou-se a diretoria e começa a funcionar em bases mais acertadas e dinâmicas”.³⁰

O espaço onde funcionou o COB, desde dezembro de 1962, pertencia à Matriz do Divino de Bauru. Tendo o mesmo deixado de pagar o aluguel combinado com Mons. Ramires durante o ano de 1963, quando exerceu o cargo de vigário da matriz o Padre Darcy de Almeida, ao retornar à paróquia em fevereiro de 1964, exigiu o pagamento do aluguel. Como não houve acordo e afirmou ter encontrado “o círculo em estado de estagnação [...] e o estado do prédio em estado lastimável” e, depois de ter consultado Frei Celso, de São Paulo, sobre a questão e não obtendo resposta, “determinou o fechamento da sede e sua mudança para preservar o patrimônio paroquial exigindo da diretoria as devidas indenizações”.³¹

3.2 Escolas católicas

Se o catolicismo conservador tinha se voltado principalmente para a educação das classes médias e das elites para que essas controlassem e governassem a sociedade de acordo com os princípios da doutrina católica, na década de 1950, a autocompreensão da Igreja social cristã colocou como tarefa também a educação escolar das classes populares, além da catequese. A expansão demográfica da cidade de Bauru exigiu da Igreja local um esforço ingente para expandir sua rede de escolas nos bairros periféricos para atender os novos moradores da cidade. A expansão das escolas acompanhou a evolução da criação de novas paróquias.

Até o início da década de 1960, o clero de Bauru insistiu na política de criar escolas paroquiais e de proclamar um discurso em defesa da escola privada em função, naquele momento, particularmente das discussões que se processavam em torno da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que se arrastava há cerca de uma década. Naquele debate, havia os defensores da estatização do ensino vinculados ao Ministério da Educação e aqueles que, por interesses

³⁰ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 42, 23 jan. 1963. **Arquivo da Paróquia.**

³¹ Ibid. f. 65v, abr. 1964. No mesmo mês de abril decidiu-se pela instalação da Cúria Diocesana no prédio antes ocupado pelo COB. Ibid.

financeiros ou propósitos idealistas, defendiam a privatização do ensino. A Igreja se aliou, por motivos óbvios, ao segundo grupo, já que detinha boa parcela da rede de ensino e tinha planos para sua expansão.³²

Padre Koop argumentou que a escola paroquial

para a Igreja é uma luta de vida e morte, porque a escola paroquial é a grande plasmadora e nutridora da vida paroquial que, por sua vez, é a vida celular do Catolicismo. A escola paroquial primária, a inter-paroquial ou diocesana, secundária e superior, são a salvação da juventude, condição "*sine qua non*" da sobrevivência e desenvolvimento do catolicismo num país. Sem ela, a Igreja vegetará uma vida anêmica, frágil, sujeita a muitos males, vida apenas visceral e quase fictícia.³³

A escola paroquial oferecia vantagens para a Igreja sob dois aspectos: primeiro, o clero podia controlar a formação intelectual e moral da juventude dentro da doutrina católica concorrendo com outros credos e ideologias; depois, porque enquadrava o jovem desde a mais tenra idade no espaço geográfico da paróquia pautando toda sua vida em torno da comunidade religiosa local. Ali decidia sua vida futura como as amizades, o namoro, o casamento e nova família pautada pela orientação da doutrina católica sob o olhar do clero. Pode-se, assim, compreender melhor as razões da ênfase à vida paroquial como célula do catolicismo.

No mesmo artigo, Padre Koop, pleno de confiança, continuou:

não temos dúvida de que as escolas paroquiais transformarão as paróquias em verdadeiras células-mães da Igreja universal, em comunidades vívidas de fiéis que, guiados por seus sacerdotes paroquiais oram e adoram e se aperfeiçoam catolicamente para maior glória de Deus e difusão do Bem de Deus.³⁴

O Padre propôs, ainda, que as dioceses criassem um secretariado diocesano para a educação a fim de uniformizar e orientar as ações de cada escola paroquial, e pudesse exercer um controle na aplicação de diretrizes emanadas de instâncias hierárquicas superiores. Desta forma, organizados, seria possível enfrentar os opositores e até mesmo superá-los. Padre Koop, sem meias palavras, argumentou que as escolas públicas deveriam mesmo submeter-se às paroquiais pelo seu caráter de superioridade moral.³⁵

³² Entre 1959 e 1961 o semanário "A Fé" publicou nada menos que 41 artigos em defesa da escola privada. O grande receio da Igreja era o de perder o controle sobre a formação moral e religiosa da sociedade e, conseqüentemente, ter diminuído seu poder sobre ela depois de tê-la conquistado a duras penas como no caso de Bauru. Cf. PRIMOLAN, 1993, passim.

³³ KOOP, Pedro Paulo. Escolas paroquiais no Brasil. **A Fé**, Bauru, 19 jun. 1960.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibid.* Em 1960, Bauru contava com três escolas paroquiais, com aproximadamente 2 mil alunos. Havia ainda, o

Desde 1915, período no qual se introduziu, a duras penas, na região de Bauru, o catolicismo romanizado, os padres Missionários do Sagrado Coração de Jesus passaram a dedicar-se também ao objetivo de instituir, em toda a região, escolas paroquiais com o intuito de educar as crianças na doutrina católica. Apesar de todo esforço, houve resistências por parte de setores intelectualizados da sociedade local, evitados de anticlericalismo, impuseram dificuldades para consecução de tal intento. Somente em 1922, teve início o funcionamento do externato São José, o qual, em 1926, foi entregue aos cuidados da Congregação das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus.³⁶

Nas décadas de 1940 e 1950, a expansão demográfica da cidade ensejou a criação de novas paróquias, nos novos bairros que surgiam nas áreas periféricas da cidade.

À medida que foram criadas novas paróquias, novas escolas eram instituídas para se anteciparem às escolas laicas e garantir o controle da educação pelo clero. Como essas populações recém-chegadas à cidade eram constituídas por trabalhadores sem posses, expulsos do campo em virtude da modernização da agricultura, não possuíam qualquer preparação ou qualificação para o mercado de trabalho urbano. Portanto, sem renda para custear a educação das crianças e sem vagas na insuficiente e elitizada escola pública, a atividade da educação infantil para as populações periféricas passou a ser ocupado pela escola paroquial católica.

Para a hierarquia local, em sintonia com as orientações emanadas de Roma e do episcopado brasileiro, a Igreja se atribuía a missão de zelar pelo que era ensinado nas escolas oficiais e nas católicas. Se o “ser brasileiro” confundia-se com “ser católico” e vice-versa, cabia à Igreja o poder de fiscalizar se o que era ensinado estava de acordo com a doutrina católica. Assim se expressou Padre Koop:

à Igreja pertence, de pleno direito e dever, ensinar a fé, e certificar-se se nas instituições oficiais ou particulares em que se ensinam ciências profanas a alunos católicos, o ambiente seja são e a educação seja dada na linha cristã e católica. Essa é a razão de ser das Escolas Paroquiais, colégios e universidades Católicas.³⁷

Assim é que, em 1951, a Escola Paroquial Santa Maria iniciou suas atividades

colégio São José e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dirigidos pelas Irmãs Apóstolas do Sagrado coração de Jesus.

³⁶ PRIMOLAN, 1993, p. 97-104.

³⁷ KOOP, Pedro Paulo. Missão católica. **A Fé**, Bauru, 23 ago.1959.

na Vila Cardia, Paróquia de São Sebastião³⁸. A Vila Cárδια era um bairro operário da cidade de Bauru naquela década, próximo às indústrias Anderson Clayton, Cervejaria Antártica e de oficinas de estradas de ferro:

bairro pobríssimo (*sic*), quase esquecido dos poderes públicos, de numerosa população infantil originada de operários, foi o escolhido para nele ser construída a sua escola, onde as crianças, gratuitamente, irão receber as luzes de ensinamentos sãos – base para serem, amanhã, cidadãos úteis à família, à sociedade e à pátria [...].³⁹

Como se destinava ao atendimento de classe social de baixa renda, a escola funcionaria com contribuição simbólica das famílias das crianças, com a ajuda da comunidade e de contribuição dos poderes públicos.

No ano letivo de 1953, a escola passou a funcionar regularmente com o reconhecimento oficial obtido desde 1951. Para o Padre Kock (MSC), idealizador do empreendimento, a iniciativa católica contribuiria para o bem-estar e progresso da cidade. Este posicionamento evidenciava uma compreensão da religião cuja função, mais do que salvar almas, seria instrumento de evolução social e econômica: “[...] crianças bem instruídas e solidamente educadas transformam o agente religioso-social do estado que até a pouco vegetava à margem do bem-estar e progresso da cidade”.⁴⁰

Para o clero da diocese, o catolicismo seria parte intrínseca da educação, numa crítica à educação laica à margem da religião: “[...] nossa mentalidade sacerdotal a qual, obstinadamente, recusa considerar a catolicidade como fator adicional ou marginal em matéria de instrução e educação. O fator catolicismo é vida e alma de toda educação e instrução [...]”.⁴¹

Em 1951, a preocupação da Igreja com a educação fez aprovar a tese da “Igreja-Escola”, apresentada por uma “Organização das Voluntárias”. Iniciativa acatada pela diocese de Botucatu. A ideia consistia no “aproveitamento, como escolas, das capelas abandonadas do interior, onde dificilmente se realiza o culto, devido às grandes distâncias e à carência de sacerdotes como contribuição cívica e

³⁸ ESCOLA paroquial Santa Maria. **A Fé**, Bauru, 8 jul. 1951. p. 3.

³⁹ ESCOBAR, Luiz. Rabiscando. **A Fé**, Bauru, 1 fev. 1951. De acordo com Escobar, havia muita incompreensão relação ao empreendimento da escola de iniciativa de Padres e, por isso, pouca contribuição de particulares para a execução das obras, por situar-se em um bairro pobre. Frisou que as escolas católicas destinadas à classe média não recebia críticas. *Ibid.*

⁴⁰ KOCK, Teodoro. Escola Santa Maria. **A Fé**, Bauru, 1 fev. 1953. p. 3.

⁴¹ *Ibid.*

religiosa do povo e sua conseqüente alfabetização".⁴² Ao mesmo tempo essas escolas se constituiriam em centros de atendimento social: cursos de desenvolvimento humano e atendimento à saúde.

Além disso, nesta proposta se revelava o interesse precípua da iniciativa: a união das forças que se opunham à ameaça comunista, que atingiriam principalmente as camadas sociais iletradas do campo:

esse movimento, para ser concretizado, terá de conjugar três forças: o Estado, o Clero e a iniciativa particular, as quais deverão voltar-se principalmente para as populações do interior, constituindo em forma de combate à infiltração comunista no País, porque é nessas camadas que esse mal se está propagando com muita intensidade.⁴³

Em 1953, anunciava-se para Bauru a Faculdade de Filosofia das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Funcionaria nas dependências do colégio que dirigiam desde 1926. Em Bauru, havia a Faculdade de Direito desde 1950 de iniciativa particular, com ensino laicizante.

A escola católica de nível superior cumpriria duas finalidades: a necessidade de investir na formação de cabeças pensantes, formadoras de opinião para a região, com uma formação cristã com tonalidade neotomista. Era uma escola superior para formar principalmente professores para as escolas de primeiro e segundo grau. Também se constituía em oportunidade para oferecer aos jovens uma alternativa de formação cristã à Faculdade de Direito, sem compromisso confessional.

Em maio de 1953, as irmãs ASCJ recebiam autorização para o início do funcionamento da Faculdade para ano letivo seguinte.⁴⁴ Em setembro de 1953, noticiou-se sua aprovação por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação, feito nada difícil pela grande influência de membros do clero naquela instituição e pela total ausência do Estado no setor do ensino superior no interior paulista e também pelo empenho de diversas autoridades locais e nacionais para se realizar o intento.⁴⁵

A instalação da faculdade foi interpretada pelo clero como uma vitória da

⁴² VITORIOSA a campanha as "Igreja-Escola". **A Fé**, Bauru, 26 ago. 1951. p. 3.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ FACULDADE de Filosofia em Bauru. **A Fé**, Bauru, 23 maio 1953.

⁴⁵ FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus. **A Fé**, Bauru, 27 set. 1953. Entre os benfeitores da causa da faculdade encontram-se, além das irmãs religiosas, "o relator do processo o Exmo. Sr. Beni de Carvalho, o Exmo. Sr. Ministro de Educação Dr. Antonio Balbino, o deputado federal e amigo das causas de bauruenses Dr. Ulisses Guimarães, nosso amado bispo diocesano Exmo. e Revmo. Sr. Dom Frei Henrique Golland Trindade que desde o início vem dando seu pleno apoio moral a este empreendimento, nosso estimado Prefeito Municipal Exmo. Sr. Dr. Nuno de Assis, as autoridades locais, os modestos mas operosos fautores Dr. Tolentino Miraglia, Prof. Ildefonso Portal Roldan e outros". Ibid.

“Bauru católica”. Consideravam o fato como uma conquista e, ao mesmo tempo, uma responsabilidade. Apesar dos novos cursos de nível superior ministrar ensino científico, os professores não deixavam de possuir sua orientação religiosa: “não há ensino neutro ou a-religioso, porque não há ensino sem professores. [...] A orientação religiosa da diretoria e professores constitui garantia para a solidez doutrinária e moral de nossa nova Faculdade”.⁴⁶

Em 1960, depois de sete anos de funcionamento da Faculdade, o jornal “A Fé” insistia em explicar “O que é a Faculdade de Filosofia de Bauru”. E respondeu:

uma Escola Católica de nível superior, que visa oferecer aos jovens de Bauru e circunvizinhanças, oportunidade para eficiente formação profissional, e despertar a inteligência para estudos e pesquisas, de acordo com as aptidões individuais e conforme as tendências despertadas no decorrer dos cursos regulares.⁴⁷

O mesmo artigo enfatizou que os resultados da escola já se faziam patentes tanto no trabalho de profissionais por ela formados como pelo sucesso de aprovação em concursos públicos.⁴⁸

Como no caso da fundação da escola Santa Maria, o clero local destacava a contribuição da Igreja para o “prestígio da Capital da Terra Branca”, ou seja, o catolicismo oferecia sua contribuição para o progresso social e para aumentar o orgulho da cidade dentro de sua região,

além do proveito para nossa mocidade bauruense que com maior facilidade poderá cursar a faculdade e preparar-se para o magistério do ensino secundário, estamos certos da considerável afluência de estudantes de fora, que virão a Bauru à procura de verdadeira sabedoria e do preparo profissional a fim de habilitar-se para a luta por um Brasil melhor.⁴⁹

A dimensão do papel relevante desempenhado pela escola católica, em Bauru, pode ser dimensionada pelo acontecimento ocorrido em fevereiro de 1958, com a participação de D. Henrique, o qual assim descreveu:

dia 23, apesar de ser o 1º domingo da quaresma, tivemos três grandes alegrias, que o transformaram em domingo gaudioso: a bênção da Casa das Irmãs franciscanas, que dirigirão a escola Santa Maria, em Vila Cardia; a bênção da pedra fundamental da nova escola paroquial Padre João, na paróquia de Aparecida; e a bênção soleníssima da monumental escola paroquial São Francisco de

⁴⁶ FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus. **A Fé**, Bauru, 27 set. 1953.

⁴⁷ QUE É A FACULDADE de filosofia de Bauru. **A Fé**, Bauru, 29 maio 1960.

⁴⁸ Ibid. Lembrou ainda o autor do texto as atividades desenvolvidas pela Faculdade como: o centro Acadêmico Veritas; a Associação de Estudos Clássicos de Bauru; os Clubes de Línguas Vivas; a Associação de Estudos Históricos e Geográficos; o Teatro Universitário Veritas; a Juventude Universitária Católica.

⁴⁹ Ibid.

Assis, na Bela Vista.⁵⁰

A escola paroquial São Francisco de Assis que estava situada, então, na periferia da cidade, iniciou suas atividades em 1956 nas dependências do salão paroquial da paróquia de Santo Antônio, dirigida por padres franciscanos, de forma improvisada. O bairro da Bela Vista era um reduto de operários principalmente das três estradas ferro que possuíam terminais em Bauru. No final da década de 1950, havia uma tendência para a expansão da política de aliança ou compromissos de grupos políticos locais com as lideranças comunistas nacionais causando perplexidade ao clero local.⁵¹ Ressalte-se, ainda, que o sindicato dos ferroviários de Bauru, desde os primórdios, esteve vinculado com a ideologia socialista. Justificava-se, então, o empenho para atrair para a Igreja os filhos desses trabalhadores e, por meio deles, toda a família.

Nesta perspectiva, lê-se no jornal “A Fé”, que

de acordo com o delegado regional de ensino, resolveu instalar uma escola primária no salão paroquial. Essa era uma forma inteligente de instruir crianças que, por pobres, não podiam frequentar escolas e, ao mesmo tempo, inculcar-lhes a Fé, essa força extraordinária que transforma o homem em instrumento do bem.⁵²

Em 1956, a escola atendia a cerca de 500 alunos em três turnos, ocupando quatro salas. Estas foram edificadas com ajuda voluntária dos operários da Noroeste que residiam no território da paróquia. A escola foi entregue pelo bispo à direção de uma irmã da congregação das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus (IASCJ), que administravam o Colégio São José e a Faculdade de Filosofia. Isto por não haver encontrado outra congregação religiosa que aceitasse assumir a nova escola católica. O corpo docente foi constituído por professoras voluntárias que cediam parte de seu tempo em troca de pontos acumulados na carreira do magistério.⁵³

⁵⁰ TRINDADE, Henrique Golland. O sentido de uma semana. **A Fé**, Bauru, 2 mar. 1958.

⁵¹ “Com tristeza tomamos conhecimento das declarações do líder comunista atestando a existência de compromissos políticos e obrigações mútuas entre o grupo comunista e um grupo político bastante conhecido entre nós, que faz praça de seu cristianismo. Não entendemos.” KOOP, Pedro Paulo. Meditação para eleitores. **A Fé**, Bauru, 7 set. 1958.

⁵² A ESCOLA PAROQUIAL São Francisco de Assis. **A Fé**, Bauru, 23 fev. 1958. A denominação de Escola São Francisco de Assis se deve ao fato de a paróquia ser dirigida por Padres franciscanos. Deve-se lembrar que, na então diocese de Botucatu, havia um seminário Franciscano situado no município e paróquia de Agudos, o qual iniciou suas atividades em 1950. Não por coincidência, o bispo D. Henrique Golland Trindade pertencia à ordem dos franciscanos e bispo da diocese desde 1948. Ressalte-se que a vinda dos primeiros franciscanos à diocese foi anterior à vinda de D. Henrique. Porém, a criação da paróquia de Santo Antonio e sua entrega aos Padres franciscanos foi obra dele.

⁵³ *Ibid.*

A escola permaneceu no salão paroquial por apenas dois anos. Como era de praxe, a paróquia recebeu a doação de um terreno para a construção da nova escola. Como o terreno doado ficasse longe da paróquia, “com a ajuda da prefeitura conseguiu um terreno mais próximo”⁵⁴ onde foi iniciada a construção do novo prédio. Também contou com a “decisiva interferência e a sábia decisão dos senhores vereadores de Bauru que, unanimemente, concordaram com o sr. Prefeito, em permutar o terreno (próprio municipal) a fim de que se erigisse a escola”.⁵⁵

A construção do prédio ficou a cargo das IASCJ, cuja madre geral, ao visitar as obras da congregação, sentiu-se sensibilizada com o estado precário da escola improvisada no salão paroquial, e arcaram com a maior parte dos recursos. No período de onze meses, construiu-se a primeira ala com dezoito salas de aula.⁵⁶

A escola não tinha fins lucrativos e a maioria dos alunos não contribuía com recursos financeiros e ainda recebia todo material incluindo uniforme, merenda, necessários aos estudos. Portanto, “é uma obra de assistência social que tem por fim proporcionar educação intelectual, profissional, moral e religiosa às crianças e jovens reconhecidamente pobres de Bauru”.⁵⁷

Em 1958, foi lançada a pedra fundamental de novo edifício da Casa do Garoto com a presença do arcebispo D. Henrique, do prefeito municipal de Bauru, Nicola Avallone Jr. e esposa, que, para o Padre Koop o casal era “incontestavelmente os generosos e reais fundadores da mesma casa e magnífica obra assistencial bauruense”.⁵⁸

Em 1959, o projeto de expansão das escolas católicas contou com a chegada a Bauru dos irmãos Lassalistas, presentes no Brasil desde meados do século XIX, dedicando-se à educação da juventude. Com a chegada do primeiro grupo de irmãos, no início de 1959, havia a promessa de que

o Colégio La Salle será construído em grande terreno, localizado na Vila Cardia, junto com o Jardim Brasil, local ideal para um colégio. Será um prédio de linhas modernas e funcionais, como terá amplos campos de futebol, bola ao cesto, tênis e piscina. [...] Visto não

⁵⁴ A ESCOLA PAROQUIAL São Francisco de Assis. **A Fé**, Bauru, 23 fev. 1958.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Ibid. Além do curso primário também funcionariam os seguintes cursos: preparatório, cursos profissionais de bordado, costura, flores, arte culinária; haveria ainda um jardim da infância, gabinete dentário e uma praça de esportes. Ibid. O que demonstra o caráter de obra social para atendimento da comunidade carente e sua inserção na via paroquial.

⁵⁷ Ibid. A partir de 1958 passou a atender cerca de 1000 alunos.

⁵⁸ KOOP, Pedro Paulo. Novo edifício da Casa do Garoto. **A Fé**, Bauru, 8 jun. 1958. No mesmo artigo parabenizou os Padres Rogacionistas e a cidade de Bauru “por mais este grande passo dado no caminho da solução do problema do menor abandonado em Bauru”.

contarem ainda com instalações próprias, funcionarão em caráter provisório, em sala gentilmente cedida, pelo revmo. Padre Natal [...].Este ano funcionará o “curso preparatório” na parte da tarde.⁵⁹

Não se pode precisar exatamente a razão, mas seis meses depois o projeto de construção da escola para os irmãos lassalistas foi transferido para outro bairro, na época, periférico da cidade Bauru, em terreno destinado inicialmente para a construção de uma capela. De acordo com o projeto do Padre Natal, o prédio teria dois andares construídos sobre um térreo com 49 metros de comprimento por 17 de largura, assim distribuídos:

o andar térreo será ocupado pelas dependências destinadas ao semi-internato: salão de estudos, refeitório, cozinha, instalações sanitárias e pátio interno; o primeiro andar comportará as 12 salas de aula, conforme as exigências ministeriais, com 8 metros de comprimento por 7 de largura; o segundo andar será destinado à capela de Santa Rita, sem comunicação com o restante do prédio.⁶⁰

Para a época, o projeto era arrojado e procurava colocar a Igreja na vanguarda do progresso da cidade no campo da educação escolar e, ao mesmo tempo, como aquela que tinha a receita e o poder de oferecer as soluções necessárias para os problemas de ordem social. A Igreja se via como social cristã.

Entre a paróquia do Divino Espírito Santo, dentro da qual seria construída a nova escola, e os lassalistas, seria firmado acordo para construção e as formas de apropriação do imóvel:

o acordo a ser firmado [...], é o seguinte: a matriz do Divino cede seu terreno com o valor estimado em Cr\$1.000.000,00; os Irmãos Lassalistas entram com a importância de Cr\$3.000.000,00, para o início imediato da obra, assim que, para março de 1960, o prédio já esteja apto para seu funcionamento, cabendo-lhes em troca o usufruto do mesmo por 10 anos consecutivos; após o que o prédio será entregue à paróquia do Divino, como propriedade inalienável, que nele instalará a obra assistencial Santa Rita, possivelmente uma casa para recuperação de jovens decaídas, problema já angustioso para nossa cidade.⁶¹

É curioso como o Padre Natal mal acabara de elaborar um projeto, já lançava outro para dez anos adiante. Acumulava, naquela altura dos acontecimentos, a construção da nova matriz do Divino Espírito Santo, o desenvolvimento do projeto da Cruzada dos Pastores de Belém e a construção da nova escola!

O entusiasmo para a reialização das obras eram de tal dimensão, que o

⁵⁹ OS LASSALISTAS em Bauru. **A Fé**, Bauru, 1 mar. 1959.

⁶⁰ MELLA, Natal Antonio. Santa Rita será uma realidade junto com o ginásio La Salle. **A Fé**, Bauru, 30 ago. 1959.

⁶¹ Ibid.

projeto mal tinha sido lançado, e Padre Natal já tinha comprado 3.000 sacas de cimento e um caminhão para servir ao transporte de material de construção que, adquirido dos produtores no Paraná, ficava mais em conta. Afinal, eram três grandes obras que se desenvolviam ao mesmo tempo.⁶²

Os irmãos lassalistas permaneceram em Bauru até o final de 1966. Entre 1959 e 1961, ocuparam provisoriamente salas da paróquia do Divino Espírito Santo, a futura Catedral. Entre 1962 e 1966, dirigiram a escola paroquial Padre João, ao lado da paróquia Nossa Senhora Aparecida, quando deixaram Bauru por escassez de pessoal.⁶³

Todas essas obras, de acordo com a compreensão de Igreja do clero local naquele momento, constituíam-se numa demonstração cabal de que a Igreja tinha o dever de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, pois o catolicismo tinha como missão reformar a sociedade. A missão principal da Igreja, que era a salvação das almas e considerada como a base de qualquer sociedade, se confundia com a causa da cidade que era o progresso social e econômico. E os cidadãos se irmanavam para dar sua contribuição financeira, exercitando a caridade fraterna sob o governo do clero, representantes de Cristo na terra.

Entretanto, ao convocar os leigos para a reforma da sociedade abriam-se perspectivas para uma nova autocompreensão da missão da Igreja no campo do social que conduzia à conscientização e participação dos leigos para o engajamento social como sujeitos da história.

3.3 Cruzada Pastores de Belém

O projeto para a construção de uma sociedade cristã, fraterna e harmônica, de acordo com a autocompreensão da Igreja social cristã, passava pela minimização dos fatores que pudessem gerar qualquer tipo de confronto de classes sociais, no entender da hierarquia. Assim, enquanto não se efetivasse o desenvolvimento econômico e social que pudesse eliminar a extrema pobreza e miséria, era urgente que a Igreja pudesse oferecer sua contribuição e demonstrar que seria possível minimizar o espectro da fome e da insatisfação dos excluídos do acesso aos bens

⁶² MELLA, Natal Antonio. Santa Rita será uma realidade junto com o ginásio La Salle. **A Fé**, Bauru, 30 ago. 1959.

⁶³ ZONI, Vicente Marchetti. Encerra suas atividades o ginásio Lasalle de Bauru. **A Fé**, Bauru, 27 nov. 1966.

materiais. O poder de mobilização e organização que possuíam alguns membros do clero tornava a Igreja a única capaz de enfrentar e resolver os problema sociais, acreditava o clero.

Nesta perspectiva, foi criada a Assistência Social Familiar em 1959 e, dentro dela, o projeto Cruzada Pastores de Belém,⁶⁴ organizado pelo padre Natal Antonio Mella, vigário da matriz do Divino Espírito Santo de Bauru. Padre Natal divulgou através do jornal “A Fé”, que havia casos em que a assistência social oficial não conseguia atender a certas categorias de excluídos de forma a reabilitar os socorridos ao convívio social. Os católicos já ofereciam socorro para os idosos, garotos e meninas desamparadas. Os espíritas socorriam os miseráveis, mas estes ainda podiam desfrutar de algum trabalho. No entanto, afirmou,

há casos de famílias sumamente necessitadas de uma ajuda assistencial da sociedade, para vencer a fase aguda em que nenhum membro da mesma pode ter um mínimo de lucro. Suponhamos o caso de uma família atingida pela desgraça na pessoa de um dos chefes: pai tuberculoso ou leproso é internado; a mãe, jovem ainda, nem entrou na casa dos trinta anos e, como acontece, quase sempre desconhecem a maldade da limitação ou do massacre intra-uterino dos filhos. Se essa família se mantinha tão-só com o ordenado do pai, seria difícil compreender que, o mesmo faltando, a situação se torne dramática.⁶⁵

Tratava-se de instituir uma organização que pudesse amparar temporariamente famílias desagregadas, normalmente com prole extensa e sem fonte de renda para sua sobrevivência. Fazia parte do rol também as viúvas desamparadas. Segundo Padre Natal, tratava-se de uma experiência inteiramente nova:

ao instituir a nossa Cruzada em Bauru em moldes inteiramente novos, visando acima de tudo a uma substancial ajuda à família necessitada, nosso intento foi chamar a atenção dos fiéis católicos, sobretudo dos nossos paroquianos, **para as visões da pobreza e da miséria**, e principalmente para as suas desastrosas consequências. Espetáculo desolador é o apresentado por essas mães, (viúvas ou esposas de maridos doentes ou covardes que abandonam o lar), que veem definhando os filhos, absolutamente impossibilitadas de socorrê-los [...]⁶⁶

⁶⁴ Embora não haja vínculo explícito, esta iniciativa pode ter sido inspirada na iniciativa de D. Helder Câmara, na época bispo auxiliar do Rio de Janeiro, que constituiu a Cruzada de São Sebastião no final do ano de 1955, com a finalidade de promover o desfavelamento na mesma cidade. Em 1963, tinha construído cerca de 950 apartamentos para os favelados entre outras melhorias para os mesmos. Cf. PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara: o profeta da paz**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

⁶⁵ MELLA, Natal Antonio. Cruzada pastores de Belém. **A Fé**, Bauru, 25 out.1959.

⁶⁶ Id. Um Aniversário importante. **A Fé**, Bauru, 02 out. 1960.

A consciência da existência de pobres sempre existiu na Igreja e foi compreendida e atendida de diferentes formas. No início da década de 1960, o clero não se satisfazia mais somente com a ação assistencial dos vicentinos dando-lhes um pouco de pão e a fé cristã. Trata-se, então, de atuar essencialmente em duas frentes: primeiro, de sensibilizar os cristãos para a caridade fraterna junto aos pobres reconhecidos como dotados de dignidade humana; segundo, agir para além do mero assistencialismo e criar condições para que pudessem obter sua autonomia econômica numa linha social reformista.

Padre Natal justificou a sua ação como causa humanitária e social, mais do que cristã católica:

um exame mais atento e justo da situação dessas tantas famílias, sobretudo das que fogem da zona rural, onde a sua condição humana é insustentável, mostraria bem que esses casos não se resolvem com uma desculpa sumária: “são vagabundos, que se arrumem”... mas exigem um despertar da nossa responsabilidade social. São seres humanos como nós, com o mesmo direito à vida, como nós! Se sua situação é de infortunados, talvez tenham menos culpa que nós, dessa desgraça que os feria.⁶⁷

A ação que propôs o Padre Natal denominou-se Cruzada Pastores de Belém, em referência à acolhida feita a Jesus recém-nascido pelos pastores de Belém, num gesto de humanidade e generosidade. Seria mantida, desta maneira, a família unida e se conservaria os seus valores, na perspectiva do clero. Por estas razões,

eis por que nos propusemos como ensaio de compreensão, levantar até o dia de natal, como uma renovação do gesto amigo dos pastores com Cristo, levantar pelo menos 10 casas, onde abrigaremos famílias que vivem na mais desumana miséria, da qual não poderão sair sem um braço caridoso que as ajude.⁶⁸

A mudança de mentalidade pode ser verificada na nova dimensão da campanha para o natal. Esta, tradicionalmente, era feita com arrecadação de algum alimento para as famílias carentes e doação de brinquedos para as crianças. Deste modo, argumentou Padre Natal, pensa-se poder suavizar a miséria. Mas, “nós queremos um natal mais sério, para ser marco de uma infelicidade menor já que seria insulto, chamar de felicidade tal situação para nossos pobres. Com uma casa onde morar, um pouco de alimento, não só no natal, mas em todos os dias do ano [...]”.⁶⁹

⁶⁷ MELLA, Natal Antonio. Cruzada pastores de Belém. **A Fé**, Bauru, 25 out.1959.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Ibid..

Este projeto do Padre Natal, deve-se notar, foi lançado ao mesmo tempo em que se desenvolvia a construção de nova e ampla Igreja Matriz, que cinco anos mais tarde se tornaria catedral de Bauru, com a instalação do novo bispado. Este fato oferece uma mostra que a construção do templo não tinha prioridade sobre o atendimento dos social e economicamente necessitados.

Em uma reportagem publicada pelo jornal local “A Folha do Povo” e reproduzida no “A Fé”, a partir de uma entrevista concedida pelo mesmo Padre Natal, assim foi referido o fato:

o padre Natal acha que construir uma Igreja soberba é pouco. E está noutro empreendimento. Uma obra que fala de perto ao coração do pobre, e também ao coração da gente bauruense. Em linhas gerais, o leitor vai saber o seguinte: vão ser construídas em Bauru, 50 casas para famílias desajustadas. Casas de madeira, é certo, mas de quatro cômodos, bem feitas, limpas e confortáveis.⁷⁰

Na sequência, ao responder pergunta do jornalista, Padre Natal externou a mudança que estaria ocorrendo na missão da Igreja e justificou o porquê de o clero dedicar-se a uma causa social que, a princípio, caberia à sociedade civil ou ao Estado: “[...] Você sabe que a Igreja dá aos pobres o conforto moral. É bastante, mas não é tudo. Precisamos dar também aos que nos procuram, **o conforto material**”.⁷¹ Encontrou apoio junto ao juiz de direito da cidade, porque o

ilustre magistrado sabe tanto como nós, dos graves problemas familiares que ocorrem em Bauru. São muitas famílias desajustadas. Famílias que perderam seu chefe por morte, por invalidez ou que abandonam a mulher e os filhos na maior penúria e desaparece da noite para o dia. [...] só se encontra uma solução: dar moradia às famílias que não podem contar com o auxílio material do seu chefe, dando-lhe também trabalho futuramente.⁷²

Outra questão formulada referia-se à origem dos recursos para obra tão ingente. Ao que Padre Natal detalhou:

inicialmente estamos trabalhando com uma campanha que facilitará parte da jornada: a fundação do “Clube do 1%”, quer dizer, cada sócio irá contribuir com um por cento dos seus vencimentos. Só isto dará para um bom avanço. Também estamos encontrando grande apoio por parte da direção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que nos está doando materiais usados, como tábuas, tijolos, etc, para construção das primeiras casas. Três delas já estão sendo construídas na Vila Engler.⁷³

⁷⁰ GASPAR, Oswaldo. Cinquenta casas para os pobres de Bauru estão sendo erguidas. **A Fé**, Bauru, 15 nov. 1959.

⁷¹ Ibid.

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid.

Indagado obre o custo de cada casa, Padre Natal afirmou que teriam “quatro cômodos, de madeira, cobertas de telhas, modestas, mas confortáveis. Custarão em média 40 mil cruzeiros. A madeira estamos adquirindo no Paraná, e os tijolos, grande parte, conseguiremos aqui mesmo em Bauru e nas cidades vizinhas”.⁷⁴

No início de 1960, o projeto prosseguia com grande entusiasmo do Padre Natal. Fez questão de divulgar que a obra não era fruto de um capricho pessoal e nem viria ocupar o lugar e a função de outras entidades sociais. Ao contrário,

salientamos que a iniciativa resultou como consequência necessária ao apelo insistente de tantos desgraçados. Realmente, a necessidade faz o órgão. [...] Achamos pouco dar um pouco de alimento, quando faltava roupa para o corpo, e abrigo para suas dormidas. Julgamos oportuno fundar uma instituição que mais ou menos reproduzisse a situação do operário feliz: tem o trabalho certo, que lhe garante o pão; tem a sua cooperativa que lhe facilita o alimento e o vestido; tem a sua vila que lhe dá o prazer de uma vida de família, junto com seus filhos.⁷⁵

Em poucos meses, a Cruzada tornou-se uma “promissora realidade”. Com a colaboração do juiz de direito da cidade, dos diretores da Estrada de Ferro Noroeste, dos primeiros 40 inscritos no “Clube dos 1%” e ajuda de grupo de senhoras, foi adquirido lote para construção da “Vila da Fraternidade”. Em fevereiro de 1960, “o que já existe de concreto são quatro casas construídas, abrigando 4 famílias, num total de 25 pessoas; a apropriação de 10 lotes para mais dez casas; a aquisição de material para as mesmas, num valor de Cr\$250.000,00”.⁷⁶ As famílias ainda eram assistidas com alimento e roupas fornecidas pelos vicentinos e contavam com assistência médica e dentária de voluntários. Faltava ainda um poço semi-artesiano e uma lavanderia comunitária onde as mulheres pudessem trabalhar e obter renda.⁷⁷

A partir de fevereiro de 1960, Padre Natal solicitou e obteve o afastamento das funções de vigário para dedicar-se exclusivamente à obra. O sonho de construir uma sociedade fraterna e feliz era, então, alimentado:

dentro em breve, teremos a felicidade de ver a ‘Vila da Fraternidade’ transformada num pedacinho do céu na terra para os infelizes: com suas casas modestas, porém confortáveis, com seus quintais bem organizados e aproveitados; com as suas ruas arborizadas; com seus lugares de trabalho e de esporte, e mais a graciosa igrejinha da

⁷⁴ GASPAR, Oswaldo. Cinquenta casas para os pobres de Bauru estão sendo erguidas. **A Fé**, Bauru, 15 nov. 1959

⁷⁵ MELLA, Natal Antonio. Cruzada dos pastores de Belém. **A Fé**, Bauru, 7 fev. 1960.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid.

Sagrada Família que pretendemos construir, tudo isso constituirá aquele campo de ensaio, no qual pretendemos fazer renascer aquele 'comunismo cristão' do qual falam os Atos dos Apóstolos, mostrando o genuíno espírito cristão de Amor a Deus e aos homens.⁷⁸

A Cruzada dos Pastores de Belém pretendia dar uma demonstração da possibilidade de concretização da sociedade sonhada pela Doutrina Social Católica: garantir a todos o acesso à propriedade; os ricos oferecem sua contribuição financeira para minimizar os efeitos da pobreza extrema, garantem a tranquilidade de suas consciências; os operários, em troca de moradia, comida e roupa, vivem felizes em seu mundo sem se revoltar; a Igreja exerceria sua tarefa social de oferecer apoio moral e fazia a intermediação entre os ricos e pobres na distribuição de renda. Deste modo, a antecipação da construção de um suposto "comunismo cristão" cumpria a função, dentre outras, de adiar uma possível revolução comunista que tanto incomodava grande parte da hierarquia naquele período. Mas uma reforma social era o que fazia parte daquela autocompreensão da Igreja social cristã.

Impulsionada pela adesão dos fiéis à obra social, em junho de 1960, o balanço do trabalho executado concluiu que

a cruzada está dando assistência a nove famílias, extremamente necessitadas, num total de 58 pessoas, quase na totalidade crianças exigindo toda sorte de cuidados. Além disso, se orgulha de ter enriquecido o parque residencial da cidade com 12 novas casas, e isto em quatro meses e com o trabalho de apenas 3 homens. Tal realização nós a devemos quase exclusivamente à caridade generosa dos nossos 133 sócios do CLUB do 1% que com os Cr\$18.250,00 mensais nos ajudam a amenizar as pesadas dívidas de quase Cr\$120.000,00 por mês, que se gastam, com mão de obra e material empregado.⁷⁹

O sucesso da obra repercutiu nas esferas do governo do estado tendo o secretário da justiça Ávila Diniz Junqueira referindo-se a ela "[...] como a obra que melhor ideal apresenta, no que respeita ao problema do menor abandonado".⁸⁰ Padre Natal encerrou o balanço exclamando: "Oxalá encontremos entusiastas ardorosos desta nossa obra que, aos poucos ganha renome em todo o Estado, e que devolva a tantos desesperados um pouco mais de alegria de viver".⁸¹

Em outubro de 1960, ao completar o primeiro ano de existência, Padre Natal

⁷⁸ MELLA, Natal Antônio. Cruzada dos pastores de Belém. **A Fé**, Bauru, 7 fev. 1960.

⁷⁹ Id. A cruzada pastores de Belém. **A Fé**, Bauru, 12 jun. 1960.

⁸⁰ Ibid.

⁸¹ Ibid.

publicou um novo balanço das atividades da obra:

o que de concreto ela representa, nesse primeiro ano de luta, são as 14 residências que construiu, onde estão abrigadas 14 famílias, num total de 79 pessoas, sendo 53 menores de 14 anos. Além do teto que as acolhe confortavelmente, tais famílias recebem, semanalmente, uma quota de alimentos de primeira necessidade, sem falar da roupa que as vestiu com mais decência e da assistência médica que lhes foi dada. Além das 14 residências já em uso, mais três estão em final de conclusão, compreendendo 12 cômodos e mais o prédio para a escola e o grande galpão para a lavanderia, medindo 20 metros de comprimento por 12 de largura.⁸²

No final do ano de 1960, Padre Natal se retirou da diocese de Botucatu, não se sabe exatamente por qual motivo. As obras da Cruzada deixaram de ser publicadas no jornal. Em 19 de agosto de 1962, houve assembleia para eleger nova diretoria. A presidência ficou a cargo do promotor de justiça Luiz Gonzaga Machado e Mons. Ramires, vigário da Matriz do Divino, assistente eclesiástico.⁸³ Em assembleia da diretoria remanescente da Cruzada, a 31 de agosto de 1963, certamente por falta de idealistas para dar prosseguimento à obra, decidiu-se pela incorporação de seu patrimônio e de suas atividades à Sociedade São Vicente de Paulo,⁸⁴ encerrando, assim, uma obra social original autônoma na arquidiocese de Botucatu.

Um ano depois, quando Bauru já se tornara sede de bispado, D. Zioni trouxe duas irmãs da congregação da Filhas da Divina Providência Franciscanas, de São Paulo, para assumirem a Creche da Cruzada dos Pastores de Belém.⁸⁵

Em 12 de novembro de 1969, o Côn. Ramires registrou: “Cruzada Pastores de Belém: esteve hoje o cura da Sé na creche da Cruzada com membros da diretoria para uma catilinária em regra no setor das famílias”.⁸⁶ Certamente, o que restou do projeto inicial foi a creche, pois Mons. Ramires pautava suas atividades sacerdotais na autocompreensão da Igreja conservadora. Para esta, a Igreja não tem a tarefa de cuidar de projetos sociais e nem das classes populares.

⁸² MELLA, Natal Antônio. Um Aniversário importante. **A Fé**, Bauru, 2 out. 1960.

⁸³ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 36v, 8 ago. 1962. **Arquivo da Paróquia**.

⁸⁴ CRUZADA DOS PASTORES DE BELÉM: edital. **A Fé**, Bauru, 25 ago. 1963.

⁸⁵ CRECHE DA CRUZADA DOS PASTORES DE BELÉM. **A Fé**, Bauru, 6 set. 1964. p. 4.

⁸⁶ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 171, 12 out. 1969. **Arquivo da Paróquia**.

4 O NOVO BISPADO DE BAURU E A RENOVAÇÃO CONCILIAR (1958-1964)

Em 1958, quando Botucatu tornou-se arquidiocese, Padre Pedro Paulo Koop, vigário decano de Bauru, ao felicitar o novo arcebispo pela sua conquista, deixou nas entrelinhas, ao certo com grande júbilo, a possibilidade ainda maior para que Bauru pudesse tornar-se diocese. Assim se expressou: “Não há dúvida que tal ato Papal inaugura uma nova fase espiritual para estas regiões da terra paulista e talvez não deixe de esconder em seu bojo **consequências de grande alcance, inclusive para a nossa cidade de Bauru**”.¹ De fato, o entusiasmo manifestado pela elevação de Botucatu a arquidiocese oferecia como consequência, chances ampliadas para que Bauru pudesse ser elevada ao *status* de sede de bispado, o que realmente ocorreria seis anos depois, para desencanto do arcebispo que perderia a maior cidade, boa parte do território e dos recursos econômicos da arquidiocese de Botucatu.

A cidade de Bauru aparecia como candidata à sede de bispado por sua expressiva concentração populacional e por estar cercada por uma série de centros urbanos menores, num cinturão que não ultrapassava os 50 km de distância com densidade populacional razoável.

No ano seguinte, no início de 1959, foi anunciada pelo Papa, não sem surpresa, a convocação do Concílio Vaticano II.² Na primeira página do jornal “A Fé”, Frei Clarêncio, depois de proclamar que quase todos os jornais do Brasil tinham publicado a notícia, mas, segundo o Frei, sem saber dizer direito o que era um Concílio ecumênico, passou a explicar detalhadamente o seu significado formal.

Naquela data, anunciou que “o novo Concílio, agora proposto pelo Santo Padre, realizar-se-á, provavelmente, em 1962, em Roma. E como largamente se noticiou, um dos temas principais será o possível retorno das Igrejas separadas”.³

O argumento aqui apresentado consiste em demonstrar que há um

¹ KOOP, Pedro Paulo. Criado o arcebispado de Botucatu. **A Fé**, Bauru, 8 jun. 1958. No mesmo dia 8/06/1958 Padre Pedro Paulo Koop recebia carta escrita por Sérgio Túlio Coube, vereador, filho do Sr. João Martins Coube, proprietário da Tipografia Brasil (TILIBRA), na qual era impresso o Jornal “A Fé”. Na carta manifestou satisfação pela elevação de Botucatu à arquidiocese. Expôs que “este mesmo acontecimento, fez-me, entretanto, voltar a pensar na possibilidade da criação da Diocese de Bauru. [...] Creio que Bauru já comporta, necessita e exige mesmo – para o desenvolvimento e maior intensidade do catolicismo, - a criação de um Bispado. [...] O que é necessário para que seja criada a diocese de Bauru?”. Ou seja, desde o início os interesses religiosos e políticos estiveram atuando conjuntamente conforme era habitual no regime de cristandade. COUBE, Sérgio Túlio Carta datilografada. 7 jun. 1958. Pasta 16. Arquivo do Bispado de Bauru. **NUPHIS**.

² A designação do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) aparecerá no texto ora como “Concílio” ora “Vaticano II”.

³ NEOTTI, Clarêncio. Novo Concílio ecumênico. **A Fé**, Bauru, 8 mar. 1959.

entrelaçamento entre as mudanças que iriam sendo propostas já na preparação do Concílio com suas discussões e tentativas de ensaio de novas práticas pastorais, a organização da nova diocese e o contexto da instabilidade da política brasileira nos primeiros anos da década de 1960. À medida que as novidades temáticas do Concílio eram divulgadas, propiciavam mudanças de atitudes por parte da hierarquia. Por um lado, estimulava-se a mudança de mentalidade do clero ou a sua oficialização: para a euforia daqueles que desejavam e aguardavam a renovação, e para desencanto daqueles que estavam apegados às tradições.⁴ Efetivava-se, a partir daqueles estímulos, a mudança de autocompreensão da Igreja que buscava uma aproximação e compromisso com as classes populares. Estas mudanças refletiam-se, por sua vez, nas práticas pastorais e nas formas de organização da estrutura da Igreja, especialmente com a proposta de participação mais efetiva e própria dos leigos na vida eclesial de forma organizada. No Brasil e na região em estudo, a Igreja passou a se compreender como socialmente engajada com o movimento popular com o objetivo de promover a transformação da sociedade.

O anúncio oficial da criação da diocese de Bauru deu-se no dia dez de julho de 1960, na Igreja Santa Terezinha, pelo próprio arcebispo D. Henrique. Na ocasião, também foi anunciada a criação de duas novas paróquias na cidade, o que denotava o crescimento da população da área urbana.⁵

Nas palavras de Padre Koop, o próprio D. Henrique teria tomado a iniciativa para a constituição da nova diocese. Teria se encontrado com o núncio apostólico, na época D. Armando Lombardi que, indagado da possibilidade de Bauru tornar-se diocese, teria respondido: “*Bauru será sede de bispado se, quando e como V. Excia. quiser!*” Entretanto, ao que parece, a ideia de se criar o bispado teria surgido das próprias autoridades religiosas e políticas da cidade de Bauru.⁶

⁴ Estes últimos, esperançosos de que as reformas se restringissem apenas a aspectos formais e menos radicais, se decepcionaram posteriormente e mantiveram posição de reserva e mesmo de reação ao Concílio. São os casos de D. Vicente M. Zioni, primeiro bispo de Bauru (1964-1969), e do Côn. Anglo Ramires de Lucena, vigário geral e cura da catedral no período do governo de D. Zioni em Bauru.

⁵ KOOP, Pedro Paulo. A grande promessa. **A Fé**, Bauru, 17 jul. 1960. No mesmo mês de julho de 1960, tinha sido instalada a diocese de Presidente Prudente, desmembrada da de Assis, que por sua vez, tinha sido desmembrada de Botucatu. Portanto, dois anos depois da criação da arquidiocese foram criadas duas novas dioceses que se juntaram a Marília e Lins compondo o conjunto da arquidiocese. Uma das paróquias, a de São Judas e São Dimas, na cidade de Bauru, construiu seu templo em apenas 60 dias. Estava localizada em bairro de classe média. *Ibid.*

⁶ KOOP, Pedro Paulo. A grande promessa. **A Fé**, Bauru, 17 jul. 1960. (grifado no original). Havia uma opinião pública que circulava entre o clero e leigos mais ligados ao arcebispo de que não era de sua vontade a criação da nova diocese. Antes, teria agido sob certa pressão do clero e de políticos locais que tinham levantado a questão alguns anos antes, como demonstrado na nota nº 1 acima. PINTO, Darcy de Almeida. Depoimento oral

O interesse político para a criação do bispado evidencia-se ao se constatar a presença do prefeito da cidade na celebração na qual se tornou pública a notícia. Este se colocou como parceiro para a empreitada para se criar as estruturas para instalação do bispado, que se tornava interessante para a projeção da cidade na região e no cenário nacional. O mesmo, ao fazer uso da palavra, “agradeceu efusivamente a grande notícia que tanto iria honrar e dignificar a nossa cidade, prometendo, em nome dela, efetiva colaboração para tornar possível uma rápida concretização do prometido”.⁷ A aliança entre a Igreja e o poder público permaneceu forte de meados da década de 1950 até 1964, período em que estiveram comprometidos com a política do desenvolvimentismo.⁸ Mesmo tendo a Igreja local avançado para uma opção de engajamento no movimento popular, os dois irmanaram-se em Bauru para a constituição do patrimônio da futura diocese,⁹ apesar do esforço pastoral para a constituição de uma Igreja independente do poder político e econômico local.

Em julho de 1960, ao reassumir a função de pároco da Matriz do Divino de Bauru, o Padre Natal, entusiasmado com as obras de edificação que administrava, anunciou mais uma campanha para uma nova etapa da construção do templo e afirmou que

cresceu mais o entusiasmo desde que ela foi apontada oficialmente como a futura Catedral de Bauru. Deixa de ser, então, a simples Igreja Matriz da Paróquia do Divino Espírito Santo, para voltar a ser a Igreja da Cidade e de toda região circunscrita pelos limites a serem traçados pela Santa Sé, como sendo a diocese de Bauru.¹⁰

Através do jornal “A Fé”, Padre Natal valeu-se do recente anúncio da criação da nova diocese, para enaltecer a importância do templo que construía e que, como catedral anunciada, criava maiores possibilidades para obtenção de recursos de toda a cidade e não apenas dos habitantes da circunscrição paroquial: pois, estão

ao autor. Faz sentido se considerarmos que Bauru era a maior cidade da diocese e de onde provinha boa parte dos recursos para a administração da arquidiocese.

⁷ KOOP, Pedro Paulo. A grande promessa. **A Fé**, Bauru, 17 jul. 1960.

⁸ RICHARD, 1989, p. 207.

⁹ D. Zioni manteria uma estreita relação entre autoridade religiosa e civil, usufruindo daí privilégios econômicos e sociais. Para Bruneau, [...] devido a uma longa integração com o Estado, há uma tendência para se equacionar influência religiosa com poder político. A Igreja tem dificuldade em evitar depender do Estado para vários tipos de recursos, e essa situação diminui a sua independência no que diz respeito aos objetivos. “[...] a Igreja sempre dependeu, para sustentar-se, de alguns setores da sociedade, ignorando quase completamente outros, tais como a população urbana pobre e população rural”. BRUNEAU, 1979, p. 18.

¹⁰ MELLA, Natal Antonio. Tua resposta, Bauru? **A Fé**, Bauru, 31 jul. 1960.

“todos os bauruenses desejosos do progresso e do renome da cidade”.¹¹ O discurso da hierarquia se valeu do jargão bauruense da “cidade sem limites” que era utilizado pela elite política e econômica da cidade para estimular o orgulho pela mesma em face de sua expansão demográfica e significado econômico regional.¹² O clero se apropriou desse discurso e o transferiu para os interesses políticos da Igreja em seu projeto de expansão material e difusão da doutrina católica.

A notícia da elevação de Bauru a sede de bispado ensejou a retomada da memória de representações criadas em torno da cidade, expressas por leigos e pelo clero como: “boca do sertão” “terra do diabo”, “a dura Bauru”,¹³ “cidade excomungada”, “a resistente Bauru” e outras.¹⁴ Essa memória se justificava na medida em que era oportuno apresentar os resultados da evolução material e espiritual da cidade como mudanças operadas desde a introdução do catolicismo romanizado na região e que a tornava apta a sediar uma nova diocese. Para o clero local, a expansão e progresso da cidade deveriam ser debitados também ao fato do sucesso na implantação do catolicismo, desde seus primórdios. Por sua vez, a continuidade do progresso seria ainda maior se Bauru se tornasse sede de Bispado.

Entretanto, as novas abordagens sobre a implantação do catolicismo procuraram enfatizar que, apesar de todos os reveses e resistências opostas, o catolicismo tinha vencido, pelo árduo trabalho do clero, particularmente dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus (MSC).¹⁵ O vigário decano, para justificar a eleição de Bauru, ecoou as qualificações que a elite intelectual já tinha produzido sobre a “sem limites”:

há anos pairava no ar esta interrogação: Bauru não poderia receber a honra de tornar-se sede de bispado? Tinha-se tornado importante centro de intercâmbio econômico-social. Possuía fervor religioso como mostram ainda há pouco as Santas Missões. Nos últimos dez

¹¹ MELLA, Natal Antonio. Tua resposta, Bauru? **A Fé**, Bauru, 31 jul. 1960.

¹² Imagens e representações da cidade produzidas por leigos foram discutidas nas seguintes pesquisas sobre a cidade de Bauru: LOSNAK, Célio José. **Polifonia urbana: imagens e representações: Bauru (1950-1980)**. 450 f. 2000. Tese (doutorado). São Pulo, FFLCH-USP, 2000. p. 20-39. Neste trabalho, Losnak dedica um capítulo para discutir as representações construídas sobre a cidade de Bauru. O slogan “Capital da Terra Branca” criado na década de 1920 e o de “Cidade Sem limites” criado em 1953 continuam a ser aplicados à cidade. Também a dissertação de mestrado de Sant’Agostinho dedica várias páginas à discussão das representações construídas sobre a cidade de Bauru. SANT’AGOSTINHO, Lúcia Helena. **Bauru, “chão de passagem”**: entreposto de valores na rota Atlântico-Pacífico. 250 f. 1995. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FAU-USP, 1995. p. 114-229. O clero se valerá dessas representações ufanistas para justificar a escolha de Bauru para sede de bispado.

¹³ KOOP, Pedro Paulo. Cônego Anglo Ramires de Lucena. **A Fé**, Bauru, 10 fev. 1963.

¹⁴ Id. Bauru cresce em profundidade. **A Fé**, Bauru, 19 abr. 1961.

¹⁵ Cf. PRIMOLAN, Emilio D. **A romanização do catolicismo na paróquia de Bauru (1909-1937)**. 200 f. 1993. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de História, Letras e Psicologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1993.

anos, tinha crescido de 50 mil para 100 mil habitantes. Preside hoje a uma vasta região geograficamente central do Estado. Nela se cruzam importantes linhas de comunicação rodovias e ferroviárias nas quatro direções do Estado, com ligação para os Estados vizinhos. É grande centro consumidor e exportador; cidade-eixo que sustenta todo um sistema de passagens obrigatórias entre prósperas regiões do centro paulista, norte do Paraná e sul do Mato Grosso. Constitui nó dos mais importantes na grande ferrovia continental que liga entre si os oceanos atlântico e pacífico. Dista mais de 100 quilômetros das mais próximas sedes episcopais: Botucatu, Lins e Marília. Pela sua privilegiada posição estratégica, seu enorme desenvolvimento econômico-social (burocrático, industrial, comercial e cultural), sua notável rede de estabelecimentos de ensino, (primário, secundário, superior e profissional) Bauru hoje em dia concentra e une a si um bom grupo de cidades menores que gravitam em torno de sua vida civil, política e econômica.¹⁶

A Bauru “maldita”, “resistente”, “excomungada” dos primeiros tempos torna-se, então, a “Bauru predestinada”. Em claras palavras, a eleição da cidade para sediar um bispado da Igreja estaria escrito nos desígnios divinos. Para a hierarquia local, a decisão da escolha de uma cidade para ser sede de bispado seria função da Igreja com a finalidade de cumprir sua missão. Como representante de Deus na terra, estaria realizando a vontade Dele. Portanto, não seria uma decisão simplesmente da vontade política de cidadãos ou do próprio clero.¹⁷

No mesmo sentido, Padre Koop fez uma memória mostrando os caminhos trilhados pela cidade e destacou seu desenvolvimento e progresso e as mudanças ocorridas tanto no campo espiritual quanto material, mormente na década de 1950, apesar das adversidades e dos adversários do catolicismo tais como as heresias protestante e espírita.¹⁸

Padre Koop destacou que, na década de 1950, Bauru crescera não só em número de habitantes, mas em “profundidade religiosa” a partir de pequeno grupo de fiéis arrebanhados pelos padres holandeses que o precederam antes de 1950. Naquele ano, aconteceram as missões redentoristas que, juntamente com a reativação do jornal “A Fé”, programas radiofônicos e expansão das escolas paroquiais, teriam reavivado a religiosidade local.¹⁹

Para o clero, a criação do bispado trazia benefícios não só espirituais, mas o progresso em geral. Pois, “não só rejuvenesce a Igreja no seu dinamismo religioso,

¹⁶ KOOP, Pedro Paulo. A grande promessa. **A Fé**, Bauru, 17 jul. 1960. Cf. KOOP, Pedro Paulo. Preparando a criação do bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 24 set. 1961. p. 3.

¹⁷ BAURU, CIDADE predestinada. **A Fé**, Bauru, 4 jun. 1961.

¹⁸ KOOP, Pedro Paulo. Bauru cresce em profundidade. **A Fé**, Bauru, 19 abr. 1961.

¹⁹ KOOP, Pedro Paulo. Bauru cresce em profundidade. **A Fé**, Bauru, 19 abr. 1961.

mas beneficia, sobretudo, a vida cultural, social, artística, econômica de uma cidade, propugnando, indiscutivelmente, pelo seu verdadeiro progresso em todas as direções”.²⁰ Esse discurso desenvolvimentista visava, antes de tudo, preparar os ânimos da classe política, da classe média e dos cidadãos em geral para o ingente esforço de conseguir os recursos materiais necessários para a constituição da infraestrutura da nova diocese. Era indispensável que os cidadãos, em geral, não interpusessem resistências e nem criassem dificuldades para a participação do setor público para a aprovação legal de subsídios municipais e estaduais para a formação do patrimônio da Igreja local. Essa postura da Igreja local criaria dificuldades para se dissociar do poder e dos interesses das elites locais nos anos seguintes.

Para esse intento, a noção de “cidade predestinada” preenchia certos requisitos para o sucesso do projeto de bispado. Nas palavras do jornal “A Fé”, com o sucesso do bispado, esperava-se “que a Igreja se rejuvenesça e se revigore para as mais nobres lutas e vitórias espirituais, e que esta predestinada cidade, enriquecida com mais esta glória, caminha, a passos firmes, para novas conquistas na rota de seu incoercível progresso”.²¹

Em 1961, na exposição de motivos que justificassem a escolha de Bauru para sede de uma nova diocese, Koop enalteceu a cidade ao destacar os privilégios espirituais e sociais que conquistaria:

a próxima futura diocese de Bauru, portanto, será uma nova subdivisão territorial da igreja Universal; será uma parte do território da Igreja Católica, DE VIDA PRÓPRIA, subordinada diretamente à Santa Sé. A Cidade de Bauru será elevada a sede ou capital eclesiástica. A Igreja-Mãe de Bauru será elevada à dignidade de Sé Catedral (Sede, ou cadeira, ou Cátedra) de um bispo, sucessor dos apóstolos, o que significa para Bauru uma elevação das mais dignificantes na ordem vertical dos valores espirituais, com benéficas conseqüências para todos os setores de sua vida humana e social.²²

Numa tentativa de convencer o poder público e os setores empresariais privados e a comunidade católica, em geral, para a ingente obra de constituir a estrutura material da nova diocese, Koop não economizou palavras para o convencimento, argumentando que se Bauru possuía um grande corpo, necessitava também de uma alma nas mesmas dimensões:

²⁰ BAURU, CIDADE predestinada. **A Fé**, Bauru, 4 jun. 1961. Este argumento foi realçado no encaminhamento de petição ao prefeito e vereadores para a doação de um terreno público do município para a construção do seminário. Cf. KOOP, Pedro Paulo. Preparando a criação do bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 24 set. 1961. p. 3.

²¹ BAURU, CIDADE predestinada. **A Fé**, Bauru, 4 jun. 1961.

²² KOOP, Pedro Paulo. Preparando a criação do bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 24 set. 1961. p. 3.

o novo bispado significa um coração forte a pulsar no corpo social da cidade e região de Bauru. Supérfluo aqui enumerar as vantagens que nos advirão da presença destes novos fatores entre nós. Colaborarão eficientemente na solução dos problemas sociais que soem surgir numa cidade que se alarga e condensa ao mesmo tempo: problemas de paz e concórdia entre os indivíduos, famílias, grupos e classes; problemas de infância e pobreza, de moradia e economia, de organização e estabilidade sociais, de educação, higiene e moral. O novo bispo, “homem repleto do Espírito Santo”, ajudará Bauru a progredir por dentro, dando-lhe unidade e caráter, espírito e força interior. Cuidará dos alicerces morais da cidade e sua região, pois **não basta a Bauru um grande corpo. É mister possua também uma alma, grande e forte.** Os tempos pedem maturidade, exigem espiritualidade e definição nítida e acertada.²³

Para o argumento aqui desenvolvido, interessa a noção de que a ocasião da preparação para a instalação da diocese de Bauru gerou um dinamismo propício para as mudanças de autocompreensão da igreja local. A preparação da futura diocese e do Concílio aconteceu concomitantemente. Por sua vez, o contexto histórico brasileiro da futura instalação da diocese de Bauru oferecia condições suficientes para que fosse organizada dentro do novo modelo de Igreja renovada que foi consolidada pelo Vaticano II, engajando-se socialmente em favor das mudanças na sociedade. Este modelo constava no projeto de Igreja idealizado pelo Padre Pedro Paulo Koop para ser implantado na nova diocese.

4.1 Novos ares trazidos pelo Concílio Vaticano II

O anúncio da convocação do Concílio, em janeiro de 1959, coincidiu com a Revolução Cubana. Estes dois fatos aparentemente díspares apontaram o sentido da evolução da Igreja latino-americana. Segundo Richard, até o desenrolar do Concílio

[...] os fatos vividos precederam constantemente a leitura dos textos oficiais; os grandes acontecimentos da Igreja universal serão, assim, acolhidos como o momento final de uma reflexão já realizada, como ponto de chegada de um caminho já percorrido, ou como a confirmação eclesial de uma certeza já adquirida. [...] Os textos ou os acontecimentos da Igreja tinham um caráter de “sinal” para designar o engajamento já realizado ou uma etapa já superada. [...] podemos dizer que na Igreja latino-americana vivia-se a etapa pós-conciliar já

²³ KOOP, Pedro Paulo. Preparando a criação do bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 24 set. 1961. p. 4. A construção do seminário diocesano era uma das exigências para a instalação do bispado. Em sintonia com a grandeza de Bauru a previsão era de que no seminário habitariam cerca de 400 pessoas entre seminaristas, Padres, professores e funcionários. Ibid.

antes e durante o Concílio, mas nos setores de base mais significativos, e não em toda a Igreja.²⁴

De fato, mais que propulsor de um desenvolvimento da Igreja, o Concílio consistiu num ponto de chegada da evolução de um caminhar da Igreja. Consolidou um processo de mudança que vinha amadurecendo desde longos anos. Por sua vez, após o Concílio muitos setores da Igreja tentaram continuar a avançar na caminhada. Todavia, surgiram impasses e conflitos que impuseram limites a um avanço.

No início de 1961, dois anos após o anúncio da convocação do Concílio, o clero local, motivado pela iniciativa de Roma, assim se pronunciou sobre a renovação da Igreja que vinha acontecendo:

a quem segue a vida da Igreja em nosso século, será fácil constatar como fermentam em seu seio diversos movimentos de renovação; em geral revestem-se eles da característica do “*ressourcement*”, da volta às origens da vida da Igreja, isto é, de um aprofundamento da Revelação Cristã face a situações novas. Tais o movimento bíblico, o patrístico, o catequético, o ecumênico, o teológico (dogmático e moral), o pastoral.²⁵

Todos esses movimentos de renovação se desenvolveram em ritmos variáveis, mas numa evolução constante particularmente a partir da década de 1930. Porém, encontrou terreno fértil para sua difusão depois da Segunda Guerra quando a igreja se apresentou, para si mesma e para muitos católicos, como a alternativa para solucionar a crise em que a humanidade vinha sofrendo por ter se estabelecido sobre os pilares da racionalidade do mundo moderno, o qual, na concepção do catolicismo tradicional, tinha prescindido de Deus.

Entretanto, a credibilidade da Igreja dependia de uma aproximação com o mundo moderno do qual ela havia se apartado desde a Revolução Francesa e Industrial. O desfecho dos movimentos de renovação convergiu para o Vaticano II.

Este, mais do que ponto de partida da renovação, foi resultado de mudanças que se operaram lentamente nas décadas anteriores.²⁶ Ao mesmo tempo, ao se oficializar a renovação, deu-se novo impulso e segurança aos cristãos, clero e leigos, que se sentiam desconfortáveis quanto aos rumos das mudanças, habituados que estavam simplesmente a ecoar a voz vinda de Roma. Possuíam, assim, a

²⁴ RICHARD, 1981, p.183. Na arquidiocese de Botucatu a renovação se desenvolvia a passos largos desde 1958, no mínimo. Ver cap. 2 e 3.

²⁵ PAIVA, Geraldo. Pastoral litúrgica. **A Fé**, 12 fev. 1961.

²⁶ Ver capítulos 2 e 3.

retaguarda necessária para concretizar o diálogo com o mundo moderno dentro da oficialidade.²⁷

Aproximadamente um ano antes da abertura da primeira sessão conciliar, o jornal “A Fé”²⁸ iniciou a publicação de uma série de artigos específicos para divulgar o evento e, ao mesmo tempo, preparar o clero e os leigos para as mudanças que estavam se efetivando no interior da Igreja e na sua relação para com o mundo. Entretanto, desde 1959, nota-se claramente que houve uma intensificação da mudança para uma posição mais progressista, passando de uma visão social reformista para uma concepção transformadora da Igreja e da sociedade, que pode ser constatada no linguajar, no vocabulário utilizado e nos temas abordados que apontavam para a renovação.

As reflexões que foram publicadas pelo jornal já apresentavam, a partir de 1961, os temas e o sentido das mudanças que se confirmariam no Vaticano II. Assim, na primeira manifestação para pedir orações para o sucesso do Concílio pode-se ler que, ao contrário de Concílios anteriores, o Vaticano II ao se reunir

absolutamente livre de qualquer injunção política, a Igreja poderá concentrar-se com calma, na solução de seus problemas, sobretudo os de ordem interna: **questões disciplinares, adaptação aos tempos modernos, penetração mais eficaz na sociedade.** Ninguém nega que, embora intocável em sua doutrina, o catolicismo está precisando rever alguns dos seus métodos tradicionais de apostolado que parecem não mais surtir efeito em nossos dias. Não se trata de condescender com o laicismo hodierno, mas de encontrar meios para que o cristianismo seja melhor difundido e melhor praticado na sociedade atual.²⁹

Reconhece-se a necessidade da mudança interna da Igreja bem como sua adaptação às mudanças que se operavam nas sociedades de modo geral. Enfatize-se, ainda, que se tratava da expectativa oficial de uma adaptação, de um *aggiornamento* e não propriamente de mudanças estruturais da Igreja.

O dinamismo das mudanças que se anunciavam para o Concílio, no qual se pretendia vivificar o catolicismo ao se restabelecer a ponte entre a fé e a vida, foi liderada pelo entusiasta João XXIII que, às vésperas do Concílio, anunciou:

²⁷ Nos capítulos seguintes, serão abordadas as diversas reações às mudanças oficializadas pelo Concílio entre 1962 e 1965. Apesar de se poder afirmar que a maioria aderiu às reformas, a adesão foi variável do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

²⁸ Segundo o diretor do jornal, Padre Pedro Paulo Koop, “o nosso jornal quer destacar-se e colocar-se na vanguarda dos que procuram ilustrar os objetivos e a importância do próximo Concílio”. KOOP, Pedro Paulo. Notas e informações sobre o Concílio. **A Fé**, Bauru, 12 ago. 1962. p. 3.

²⁹ BEAL, Aduino Tarcísio. O Concílio Ecumênico precisa de orações. **A Fé**, Bauru, 18 jun. 1961. p. 3.

o Concílio será uma força cristã unificadora, um organismo vibrante e cheio de vida e não mera assembleia especulativa. [...] “que o clero se cerque de um novo brilho de santidade; que o povo seja instruído nas verdades da fé e da moral cristãs; que as novas gerações que crescem com a esperança de melhores dias, sejam educadas com retidão; que exista uma constante preocupação pelo apostolado social e que os cristãos tenham todos um coração missionário, isto é, fraterno e amistoso para todos os homens”.³⁰

Por outro lado, aumentava a amplitude da reforma ao se referir às denominadas Igrejas protestantes e aos não cristãos. Aqueles que tinham sido, até então, duramente taxados até mesmo de heréticos e adversários do catolicismo, passaram a ser acolhidos como os **irmãos separados e amados**. **Os outros**, excluídos da salvação pela recusa em se converter ao cristianismo, passaram a ser reconhecidos como **filhos de Deus**. As palavras do Papa foram reproduzidas pelo “A Fé” nos seguintes termos:

“que devemos fazer pelos nossos irmãos separados e sempre amados? Que devemos fazer por aqueles que não levam na frente o sinal de Cristo e são também filhos de Deus?³¹ Podeis crer que o nosso coração é muito sensível às suas vozes e atenções para conosco. Desse ponto de vista, o Concílio também não é uma assembleia especulativa, mas um organismo vibrante e vivo, que, na luz e no amor a Cristo, abraça o mundo inteiro”.³²

Em julho de 1962, o tema do ecumenismo foi abordado de maneira mais detalhada para esclarecer que o tema representava “uma palavra nova para uma realidade nova”.³³ Era visto como um movimento que nasceu de Deus, pois “cristãos, outrora alérgicos uns com os outros, crescem uns para os outros, sentem-se impelidos a colaborar para chegar a certa unidade de pensamento e ação”.³⁴ Para o desenvolvimento do espírito ecumênico foram indicadas como necessárias as seguintes atitudes: regresso às fontes da revelação; estabelecer contatos; aprender com a história; orar juntos.³⁵ Não se pode negar que para a época tratou-se de uma mudança radical em relação à pregação e mentalidade que se cultivou até bem

³⁰ OBJETIVOS do Concílio Ecumênico. **A Fé**, Bauru, 25 jun. 1961. p. 3.

³¹ Apesar de o texto conciliar haver mantido a exclusão da salvação de todos os que não fossem batizados e submissos à doutrina da Igreja, nesta fala, fica claro que o Papa João XXIII via a possibilidade do reconhecimento da não necessidade da pertença à Igreja para a salvação. Esse nó será discutido mais detalhadamente no cap. 6.

³² OBJETIVOS do Concílio Ecumênico. **A Fé**, Bauru, 25 jun. 1961. p. 3.

³³ KOOP, Pedro Paulo. O que é o movimento ecumênico? **A Fé**, Bauru, 15 jul. 1962. Inicialmente o entusiasmo e pretensões do movimento ecumênico foram tão intensos que se passou a refletir sobre a possibilidade de diálogo não só entre as Igrejas cristãs separadas, mas também sobre possibilidade para futuras aproximações mesmo entre religiões aparentemente tão diversas como o hinduísmo e o cristianismo. Cf. MONESTIER, André. **Teilhard e Sri Aurobindo**. Petrópolis: Vozes, 1967.

³⁴ Ibid.

³⁵ KOOP, Pedro Paulo. O que é o movimento ecumênico? **A Fé**, Bauru, 15 jul. 1962.

poucos anos antes, tanto para o clero como para os fiéis católicos.

Entretanto, em agosto de 1962, antes mesmo da abertura do Concílio, o sonho de ver os cristãos re-unidos em uma só Igreja já tinha sido abandonado. As divergências eram enormes e historicamente consolidadas para que as igrejas cristãs abrissem mão de suas particularidades para promoção da unificação em torno do catolicismo. Restava deixar o caminho aberto para futuras conversações e tentativas. Para isso, era preciso haver um novo tipo de relacionamento entre as igrejas para que se viabilizasse o diálogo.

O que as discussões preparatórias do Concílio proporcionaram foi uma mudança de mentalidade na relação entre as igrejas. É assim que,

os católicos começaram a interessar-se vivamente pelas igrejas orientais, pelas Igrejas da Reforma **e com amor e respeito** iguais também pela sorte espiritual de Israel [...]. De todo lado surge um ambiente de compreensão que procura remover desentendimentos, criar espaço, abrir picadas para chegar-se ao tão desejado encontro. [...] As Igrejas separadas **não mais se limitam a se espiarem e criticarem mutuamente**, mas se empenham corajosamente nos movimentos de contatos serenos e estudos de conjunto.³⁶

Tornava-se patente a impossibilidade da restauração da unidade cristã. Para Koop, naquele momento “a cristandade ainda não estava madura para a união”. A tarefa do Concílio seria de promover a verdade cristã, mas “em espírito de Amor. A Verdade sem amor cria intolerância, e afasta. Amor sem Verdade torna cego, e é instável. O primeiro trabalho será o de remover os preconceitos”.³⁷ Sem dúvida, essa atitude representava uma guinada espetacular, no mínimo, nas formas de pensamento, apesar de que, na prática, os efeitos produzidos não foram os esperados. Os católicos também não estavam ainda amadurecidos o suficiente para abrir mão de “sua” verdade detida e defendida por tantos séculos.

Em termos de renovação e mudança, o ato de humildade de grande parte da hierarquia em relação às outras Igrejas e o propósito de conversão a um Evangelho mais autêntico e original a colocou mais próxima dos homens, mais perto do povo. O Concílio, admitiu Koop, seria oportunidade para que “redescubramos a verdadeira Igreja de Cristo que nem seus próprios filhos bem conhecem”.³⁸ Essa constatação era algo muito forte e apontava para uma necessidade de reconstruir novamente

³⁶ KOOP, Pedro Paulo. Concílio de unir ou abrir caminho para a união? **A Fé**, Bauru, 05 ago. 1962. p. 3.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

uma Igreja que existia como doutrina, porém desencarnada da vida do povo.

Outro propósito do Concílio era a aproximação com o mundo moderno o qual a Igreja havia recusado e se afastado por suas posições anticlericais, particularmente a partir do século XIX. Aquele que fora condenado por ter se afastado de Deus, passou a ser compreendido pela nova autocompreensão da missão da Igreja que supõe uma nova visão da história, do homem e o sentido da vida terrena e sobrenatural.³⁹

Deste modo, o que se esperava do Vaticano II, em relação ao mundo moderno, era o de promover o reencontro do homem transformado pela modernidade ao qual a mensagem cristã não tinha sido adequada e nem direcionada, com a mensagem evangélica. Assim, a

mensagem de Cristo deve ser confrontada com o mundo moderno, nosso mundo que, do passado de tipo rural e pastoral, passou ao mundo tecnocrático e industrializado de hoje, bastante desumano, “coisificado”, anonimado, despersonalizado, mundo cheio de insegurança, a inspirar crueldades e medos.⁴⁰

Por outro lado, as novidades técnicas na área de comunicação tão fortemente criticadas por favorecerem a degradação da moral e dos bons costumes (tradicionais), seriam admitidas como instrumentos para a difusão da mensagem da Igreja: “A Mensagem encontrará facilidades técnicas e meios de rápida e universal comunicação que ajudarão a sua penetração”.⁴¹

Diante do gigantismo dos meios de comunicação existentes na época e sua poderosa influência sobre as massas, o Concílio não podia deixar de tomar posição: “fenômeno de tal amplitude, que dá ao mundo uma nova face, não pode deixar indiferente a Igreja e o Concílio, que devem representar uma tomada de posição diante de todos os problemas do mundo moderno, para inserir-se devidamente na solução dos mesmos”.⁴²

A nova atitude da Igreja de aproximação ao mundo moderno e suas conquistas possibilitou que se passasse a utilizar dos instrumentos técnicos no

³⁹ Cf. Introdução.

⁴⁰ NOVA E PODEROSA investida da mensagem de Cristo. **A Fé**, Bauru, 29 jul. 1962.

⁴¹ Ibid. Os meios de comunicação de massa como rádio, cinema, TV, revistas e outros até então condenados como veículos da difusão das doutrinas contrárias ao catolicismo, produtos do tecnicismo do mundo moderno e causa dos males do mundo, passarão, depois do Concílio a ser utilizados como instrumentos de evangelização. Embora o clero já utilizasse alguns deles antes do Concílio, neste foram oficialmente incorporados aos meios de ação da Igreja e mereceu um decreto específico: OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. (*Inter Mirifica*). In: COMPÊNDIO DO VATICANO II: constituições, decretos, declarações. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

⁴² BARAÚNA, Guilherme. A Igreja preocupada pela imprensa e espetáculos. **A Fé**, Bauru, 6 jan. 1963. p. 4.

campo da comunicação. Adotou-se uma postura mais otimista diante das novas técnicas aplicadas nos meios de comunicação:

1) Tais instrumentos, resultado do progresso técnico, são bons como tais, embora muitas vezes usados perigosamente. 2) Eles têm por finalidade facilitar a comunicação de ideias e doutrinas entre os homens e grupos humanos. 3) Com tal extensão e poder de sugestão, tendem a exercer influência sobre grupos sempre mais vastos, até abranger toda a humanidade.⁴³

Colocava-se para a Igreja como um desafio novo aquele da utilização dos meios de comunicação como instrumentos para difundir a sua doutrina e, a partir da década de 1960, do evangelho. Em lugar da tradicional palavra escrita que atingia somente os alfabetizados, agora através do uso do rádio e da TV, a palavra poderia chegar a todos os homens instantaneamente.

Para a hierarquia, naquele momento, havia dificuldades que a Igreja teria que enfrentar para viabilizar seu acesso à utilização dos meios de comunicação. Entre eles, Frei Baraúna mencionou as dificuldades de ordem técnica e psicológica. Se os leigos poderiam suprir essas deficiências, havia a questão da relação entre eles e a hierarquia. Uma segunda dificuldade seria de ordem financeira. Seriam dispendiosos demais e havia os monopólios numa área em que os empresários tinham reservas quanto à mensagem da Igreja. Uma terceira dificuldade constatada eram os monopólios estatais e a diversidade das realidades entre países capitalistas e socialistas.⁴⁴

Enfim, havia a consciência de que problemas graves dificultariam a implementação dos objetivos da Igreja discutidos no Concílio: problemas “de ordem teórica e prática, num tempo em que a Igreja não vive mais em ambientes puramente católicos e sacrais, mas em países pluralistas e inter-confessionais”.⁴⁵

Por sua vez, havia o reconhecimento da existência de um contraste entre as mudanças que aconteciam no mundo e na sociedade e a inércia da instituição eclesial apegada às suas tradições, presa a um passado e distante do mundo dos homens onde viviam os católicos. Neste sentido,

esta Mensagem deve ser confrontada com o mundo, **outrora preso em formas estáticas, em tradições secularmente conservadas, hoje ultra-rápido, progressista ao extremo, inventando a toda**

⁴³ BARAÚNA, Guilherme. A Igreja preocupada pela imprensa e espetáculos. **A Fé**, Bauru, 6 jan. 1963. p. 4..

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid. Em função dessas e outras dificuldades, boa parte do clero preferiu continuar encastelado em suas sacristias e esquecer o espírito do Vaticano II. Estes, quando aceitaram algumas mudanças, essas não passaram de aspectos meramente formais e exteriores; para alguns poucos, nem essas.

hora, novidades que modificam profundamente o proceder dos homens e a face das cousas. Mundo, porém, cheio de inquietações, descontroles psíquicos, mundo agitado, em luta contra o fatalismo das cegas forças materiais, cujos segredos arrancam sem conseguir, ao depois, dominar os engenhos fabricados graças a eles. **A Mensagem virá ao encontro dos anseios humanos por uma presença nova, operante,** atualizada de Deus.⁴⁶

Implicitamente, reconhece que o Deus pregado pela Igreja não era Aquele que pudesse ser compreendido e aceito pelo homem moderno. Não por acaso, neste período estudado, em lugar da imagem de um Deus severo, que castiga, condena, pune o pecador, que aguarda o fiel para ser julgado depois da morte, constrói a imagem de um Deus bíblico como pai que ama a seus filhos, caminha com os homens em suas lutas, está presente na história, na vida do povo e em seus projetos de libertação.

Nesta preocupação de reatamento da Igreja com mundo o moderno, torna-se até curioso o *mea culpa* do clero ao se afirmar que a mensagem de Cristo “irá ao encontro da sede espiritual dos modernos e **devolverá Deus ao mundo** em nova descida do Espírito Santo sobre a Igreja, o grande instrumento de Cristo sobre a terra”.⁴⁷ Em outros termos, reconhece que a Igreja teria roubado Deus do mundo moderno cujas conquistas foram recusadas pela Igreja e O teria escondido em outro plano, impedindo o acesso do homem a Ele. Ao se comparar o renascimento da Igreja a um novo pentecostes, reconhecia que Ela deveria retornar às suas origens: recomeçar tudo de novo, ser reinventada, reencontrar a sua originalidade desvirtuada ao longo da história.⁴⁸

Em junho de 1962, depois que o Papa marcou a data para início do Concílio Vaticano II para dia 11 de outubro do mesmo ano, Padre Koop, valendo-se de leituras oriundas de informações diretamente da Europa, expôs ao seu público algumas tensões, dúvidas, ansiedades e possibilidades vislumbradas para o Concílio. Demonstrou haver apreensões e pressa para certas definições, particularmente pastorais, que indicasse qual deveria ser o rumo a ser tomado no trabalho pastoral. Porque, “a situação dramática da Igreja no mundo clama por

⁴⁶ NOVA E PODEROSA investida da mensagem de Cristo. **A Fé**, Bauru, 29 jul. 1962.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ “O próximo Concílio será um autêntico Pentecostes quando o vento da Revolução cristã, com grande ruído e veemência, provocará a retomada do primitivo impulso. A mensagem reapresentada na novidade e vigor do princípio, descoberta em sua pura originalidade, ganhará ímpeto. Arremessada século XX adentro, empolgará, e renovará a face da terra, do presente e do futuro”. NOVA E PODEROSA investida da mensagem de Cristo. **A Fé**, Bauru, 29 jul. 1962.

urgentes medidas pastorais”.⁴⁹ O clima criado demonstra a ansiedade do clero para que as mudanças fossem efetivadas com urgência.

Menos de seis meses antes do Concílio, Padre Koop destacou um grande problema que dominaria as discussões do Vaticano II entre as diferentes correntes doutrinárias que se defrontariam nas congregações conciliares: “Nota-se que, sem afetar a unidade de fé, é problemática a própria unidade da Igreja no terreno da vivência prática do imutável tesouro da fé. Há correntes e divergências na própria Igreja”.⁵⁰ As preocupações se voltavam, particularmente, para que as definições internas não criassem obstáculos para a aproximação com os cristãos não católicos. Por outro lado, era fundamental definir questões novas dentro da ortodoxia católica, colocadas tanto por teólogos quanto por leigos, estes cada vez mais influentes dentro da Igreja.⁵¹

Outra questão que chamava a atenção era a existência de um debate entre os defensores do que denominou de “uma Igreja mais aberta ou uma Igreja mais fechada”.⁵² Em outras palavras, se a Igreja iria optar por manter certa distância do mundo conservando suas tradições ou se iria abrir-se ao diálogo para com o mundo moderno e se renovar. Essa questão político-doutrinária tornava-se particularmente melindrosa na medida em que era necessário, para a hierarquia, estabelecer os limites em que se dariam as mudanças e a renovação. Se a reforma da Igreja era quase consensual dentro da alta hierarquia, o mesmo não se dava a respeito da intensidade e extensão das mudanças.

Koop também registrou a existência de uma opinião pública capaz de influir

⁴⁹ KOOP, Pedro Paulo. O Concílio Ecumênico Vaticano II. **A Fé**, Bauru, 17 jun. 1962.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ No Brasil, naquele momento pode-se afirmar com Mainwaring a existência de quatro “tipos ideais” de Igreja que correspondem, genericamente, às quatro autocompreensões adotadas neste estudo: neocristandade (conservadora), modernizadora (social cristã), reformista (socialmente engajada com o movimento popular) e popular (politicamente engajada). Cf. MAINWARING, 1989, p. 11. Cada bispo brasileiro presente no Concílio para se limitar ao âmbito mais próximo desse estudo, tendia a enfatizar o tipo de Igreja que correspondia às suas opções doutrinárias e convicções pessoais.

⁵² Ibid. “**A Igreja mais fechada** seria a Igreja que se apresente ao mundo como **fortaleza inexpugnável**, que reforce sua disciplina interna, incuta com mais empenho ainda a letra da Lei, formule com nitidez mais clara a própria doutrina frente a todo tipo de erros ambientes, controle severamente o diálogo intra-eclesial, prefira manter intatas as vigentes formas de governo eclesial. **A Igreja mais aberta** seria a visão inspirada pelas concretas necessidades **pastorais** da Igreja, a solicitude pela **União dos Cristãos**; visão dos que preferem que o Concílio se preocupe com operar uma profunda **renovação da Igreja e sua adaptação** às prementes necessidades e exigências de nosso tempo, com que, portanto, o Concílio, em seus decretos vise principalmente o exercício da Pastoral Católica e promova uma Igreja que, renovada, possa tornar-se um **‘convite irresistível’** aos irmãos separados e aos transviados, um **caridoso diálogo** com o mundo recuperável e se não for possível chegar a um diálogo, seja, pelo menos, um grito, **uma conclamação**, uma profecia, uma pregação aberta! Os que trabalham por uma Igreja mais aberta, desejam um Concílio verdadeiramente reformador, evitando que a Igreja se prejudique a si mesma e a causa da unificação”. Ibid.

nas discussões preparatórias do Concílio. Tinha como porta-voz alguns bispos, padres e leigos defensores de que o “Concílio não perca tempo e energias preciosos em debates teológicos e morais, mas se empregue a fundo na teologia pastoral”.⁵³ Indicativo de tensões e oposições entre os encarregados de preparar o Concílio foi a polêmica criada em torno do livro denominado “A Hora do Concílio”⁵⁴ do padre Ricardo Lombardi, protagonista do Movimento por um Mundo Melhor. Em seu livro

apresenta numerosas ideias e propostas acerca de uma radical reforma em cada terreno eclesialístico. [...] o livro põe em dúvida a capacidade de algumas das atuais formas governamentais eclesialísticas e critica a exagerada ‘italização’ da Igreja, a magnificência e ostentação que, cá e lá, às vezes acontecem em alguns meios da corte romana, e quebra uma lança pela instituição de um ‘senado de leigos’ na Igreja.⁵⁵

O livro do Padre Lombardi foi criticado até mesmo pelo *L’Osservatore Romano*, jornal do Vaticano, expondo e antecipando os debates conciliares e as tensões entre conservadores e reformistas. A alegação era de que as ideias veiculadas eram pessoais e não possuía representatividade entre os católicos. Deste fato, se depreendia que havia um temor de que se formasse uma opinião pública dentro da Igreja capaz de pressionar os padres conciliares “por medidas concretas em matéria de reforma eclesialística”, que extrapolassem aqueles limites admitidos pela alta hierarquia.⁵⁶

O artigo do Padre Koop também traduziu a perspectiva de alguns bispos europeus reformistas que expressaram aos seus fiéis a intenção de que no Concílio atuariam “não somente como testemunhas da vossa fé, como também portadores de vossas esperanças e desejos. [...] que o Concílio não se limite a apresentar-se como

⁵³ KOOP, Pedro Paulo. O Concílio Ecumênico Vaticano II. **A Fé**, Bauru, 17 jun. 1962.

⁵⁴ LOMBARDI, Ricardo. **La Hora del Concílio**. Salamanca: Gráficas Marsiega, 1961.

⁵⁵ *Ibid.* Sobre o Padre Lombardi, SJ, ver cap. 2. A autoridade de Padre Lombardi para propor mudanças na Igreja se originou de suas andanças por várias regiões do mundo fazendo pregações e difundindo o curso “Por um Mundo Melhor”. Esteve inclusive na Diocese de Botucatu na década de 1950. O bispo D. Henrique era admirador de seu trabalho bem como do trabalho de Frei Josaphat, dois baluartes da renovação da Igreja pré-conciliar, este último limitado ao Brasil.

⁵⁶ KOOP, Pedro Paulo. O Concílio Ecumênico Vaticano II. **A Fé**, Bauru, 17 jun. 1962. Dias antes do início do Concílio, D. Henrique fez uma visita ao Padre Lombardi, em Roma, na casa do Mundo Melhor. Em sua primeira carta de Roma para os diocesanos, relatou: “À tarde de hoje, outra visita importantíssima [...] ao edificantíssimo Padre Lombardi, no Mundo Melhor, lá perto de Castel Gandolfo, sacerdote humilde e de visão universal, que diz as verdades, como os santos. Falamos hora e meia. E de lá saímos, mais preocupados com o Concílio, mas, também, mais cheios de confiança [...]”. TRINDADE, Henrique Golland. Cartas do Concílio. **A Fé**, Bauru, 18 out. 1962. p. 3. Este fato nos faz crer que D. Henrique estava convicto e ao lado daqueles que defendiam mudanças profundas na Igreja e, portanto, na própria arquidiocese. No dia 16/10/1962, recebera a visita de Tristão de Ataíde, um leigo da Ação Católica brasileira a participar do Concílio e esteve na arquidiocese difundindo a renovação da Igreja e a participação do laicato nela. TRINDADE, Henrique Golland. Correspondência do Concílio II. **A Fé**, Bauru, 25 nov. 1962. p. 3.

fato consumado, mas seja uma troca fecunda de ideias e ponderações”.⁵⁷ Salientou ainda, que os bispos do Norte da Europa, queriam que o Concílio trilhasse

os caminhos de novas formas de cura de almas tão urgentemente necessárias, de uma evangelização e catequese mais eficientes, de uma liturgia que fale mais ao povo, de um aprofundamento da vida de oração, da promoção da tolerância frente às outras religiões de sincero cristianismo, de uma aplicação de fato da doutrina social cristã, da descentralização, de uma revisão do direito canônico, de um ‘sincero exame de consciência’, como deve ser o Concílio.⁵⁸

Em julho de 1962, na efervescência das discussões e especulações de como seria o Concílio, foi muito significativa a publicação de artigo com o título: “Senhor! Aonde iremos?”⁵⁹ Era um indício de uma situação nova e incerta vivenciada pelo clero local e, pode-se dizer, mundial. Habitados a agir de acordo as tradições, construir um caminho novo requeria um aprendizado e um esforço de leitura da realidade social e eclesial. Lidar com a liberdade de fazer a própria história e uma nova história para a Igreja significava trabalhar com o incerto, com a novidade que assombrava num primeiro momento, para não dizer por muito tempo. Mas era o que a maioria esperava: respirar novos ares dentro de uma Igreja renovada!

O ponto de partida para tentar esclarecer o questionamento colocado era uma leitura da realidade. Era preciso compreender o mundo que envolvia a vida eclesial e dentro do qual ela deveria navegar como guia de uma humanidade considerada pelo clero como perdida, desesperada, sem valores, materialista e sem rumo. Para o clero era o momento de a Igreja assumir o papel de condutora da humanidade, como tinha sido apregoado desde a Segunda Guerra Mundial.

O mundo passou a ser visto pelo clero local como uma unidade, como uma grande família aproximada pelos encantos do rádio, da TV que se anunciava mundial, do cinema e de empresas aéreas encurtando os espaços entre os lugares. O Concílio deveria funcionar como uma espécie de túnel do tempo: trazer a Igreja da Idade Média, onde ela havia se encastelado, para a era do capitalismo pós-industrial.

Para o clero,

o homem moderno perdeu a confiança em si mesmo. Perdeu a segurança do rumo a tomar ou perseguir, e espanta-se diante das

⁵⁷ KOOP, Pedro Paulo. O Concílio Ecumênico Vaticano II. **A Fé**, Bauru, 17 jun. 1962.

⁵⁸ Ibid. Os bispos italianos, logicamente comandando a cúria, não eram afeitos às mudanças das estruturas de poder e tampouco à democratização das decisões ou da participação laica nas questões eclesiais.

⁵⁹ KOOP, Pedro Paulo. Senhor! Aonde iremos? **A Fé**, Bauru, 15 jul. 1962.

maravilhas que da matéria soube evocar, mas que ameaçam superá-lo, o ferem e traem em cada instante. **Não está seguro de que suas conquistas materiais redundem em conquistas de felicidade humana.**⁶⁰

Era em busca desse “homem sem rumo” que a Igreja se colocava no caminho da renovação: “testemunha una, viva, e atuante do divino Mestre através dos séculos a oferecer ao mundo de todo tempo e lugar o **Código da Felicidade e a Graça da Caridade**”.⁶¹ Afinal, se a Igreja desejasse prosperar deveria reaprender a se posicionar perante a história e definir qual deveria ser sua nova missão e objetivos institucionais.

Para a realização de sua nova missão,

em nossa época de total renovação, a Igreja [...] concentra-se em Concílio Ecumênico para um **magno exame de consciência**. Examinará seu imenso tesouro [...] numa visão de conjunto sobre a realidade cristã, melhor respondendo ao espírito dos tempos modernos. Examinará a Igreja sua conduta passada, pesquisará seus traços primitivos e fundamentais e renovar-se-á para imagem mais unida e correspondente ao seu divino original. Examinará sua posição, firme imutável porque divina, frente a um mundo movediço e mutável porque humano e volúvel, a fim de reformular em termos novos e reformar para atitudes modernas a Verdade e Santidade divinas do Senhor Jesus.⁶²

Às vésperas do Concílio, a Igreja estava decidida a fazer uma revisão de tudo o que “mais se choca contra o pensamento moderno, resultante de erros antigos, hoje expressos de maneira diferente”. Desse processo de purificação, deveria nascer “uma igreja rejuvenescida, mais atraente, mansa e humilde pastora”. A igreja renovada seria aquela “de face resplandecente, eternamente jovem e bela, sem mancha e sem ruga, será irresistível convite às Igrejas separadas para que nela realizem a sonhada e ardentemente desejada união”.⁶³

O leitor do jornal “A Fé”, no final do mês de agosto de 1962, foi alertado de que o Concílio não seria apenas um encontro de bispos. Ao contrário,

todo católico precisa tomar consciência de que pode e deve influir eficazmente no êxito do Concílio. As metas conciliares são vastíssimas, de longo alcance e inspiradas por Deus. A execução das metas dependerá da nossa pronta aceitação e do enérgico esforço de melhorarmos a vida particular e pública. O Concílio produzirá os frutos na medida em que fizermos as suas finalidades: incremento da fé, renovação dos costumes e adaptação da disciplina

⁶⁰ KOOP, Pedro Paulo. Senhor! Aonde iremos? **A Fé**, Bauru, 15 jul. 1962. (grifado no original)

⁶¹ *Ibid.* (grifado no original)

⁶² *Ibid.*

⁶³ *Ibid.*

eclesiástica às necessidades atuais.⁶⁴

Uma nova autocompreensão de Igreja começava a ser definida ao se reatar a separação existente entre a hierarquia e os leigos. Na medida em que todos os batizados fossem incorporados no processo de construção da nova Igreja, esta redefiniria sua missão: incrementar a fé e se adaptar às exigências do mundo moderno.

Esta exigência de vivência da fé aparece também no tocante à discussão sobre a catequese. Esta não deveria mais se reduzir à memorização de fórmulas doutrinárias. Mas, valendo-se das modernas técnicas didáticas “deve levar à compreensão e assimilação da verdade, formar a mente e o coração, constituir-se em ciência da vida cristã”.⁶⁵

No final de setembro de 1962, cerca de vinte dias antes do início do Concílio, “A Fé” publicou uma série de perguntas e respostas numa espécie de síntese para esclarecer o que era um Concílio e sua vinculação com o povo cristão, como uma convocação do Papa para a participação de todos. À pergunta: quem é a Igreja, o clero ainda titubeante, colocou a tradicional resposta de que seriam os cristãos obedientes à hierarquia. Na sequência, pela primeira vez, no jornal, ousou-se publicar:

A IGREJA SOMOS NÓS. NÓS - o povo cristão e seus dirigentes espirituais: o Papa, os bispos e sacerdotes. NÓS – você e eu, sua família, seu vizinho, seu amigo, seu companheiro ou colega, os batizados de todo o mundo. TODOS NÓS, PORTANTO, FOMOS CONVOCADOS PARA O CONCÍLIO. [...] O Papa João XXIII pede a nossa participação no Concílio. Pede que ajudemos a renovar a Igreja. Nós somos a Igreja. Esta renovação começa, portanto, com a transformação corajosa da vida cristã de cada um de nós. Depende de você e de mim que essa renovação comece hoje e agora.⁶⁶

Portanto, já antes do início do Concílio, estava elaborado o novo conceito de Igreja. Contudo, entre a elaboração conceitual e doutrinária e sua execução prática, os caminhos seriam tortuosos e conflitantes. Entre os que acreditavam numa Igreja renovada, a esperança era imensa. Nem todos perseveraram em suas convicções e tergiversaram. Entre os afeitos às tradições e conservação das velhas estruturas, a novidade era assustadora, aterradora, herética até. Quais foram as opções da alta hierarquia romana? E as do episcopado e sacerdotes? O desafio estava colocado.

⁶⁴ A IGREJA EM ESTADO conciliar. **A Fé**, Bauru, 26 ago. 1962. p. 3.

⁶⁵ O CONCÍLIO DE TODOS os povos e problemas. **A Fé**, Bauru, 16 set. 1962. p. 3.

⁶⁶ O PAPA CONVOCA a Igreja para o Concílio. **A Fé**, Bauru, 23 set. 1962. p. 4.

Na edição especial do jornal do dia da abertura do Concílio, praticamente já se sabia com clareza o que seria discutido e a autocompreensão de Igreja que seria consolidada nos textos finais. De tradicional, conservadora

o Concílio mostrará como a Igreja é ao mesmo tempo histórica, atual e futura; que ela é eterna dentro do tempo; criadora de culturas sem se prender a qualquer uma delas, porque está acima delas. [...] **Sua missão é nunca voltar ao passado** senão para consulta e inspiração, nunca estar presa a qualquer forma do passado, mas **caminhar do passado para o presente, e do presente para o futuro.**⁶⁷

Em vez de se fixar num passado idealizado e exemplar como tinha feito nos séculos anteriores, a Igreja que nascia com o Concílio adquiria um novo conceito de tempo, de história. Embora não seja explícito nos textos oficiais, admite uma evolução do universo, que o ato criador divino continuava em ação e que os cristãos tinham uma missão especial na construção desse mundo novo.⁶⁸

Embora certos limites fossem estipulados, havia uma clara noção de que as mudanças necessárias estavam acontecendo. Pois, “a Igreja, neste Concílio, entra numa fase aguda de metamorfose, de atualização formal, sem perder sua substância. Com o perdão dos neologismos, direi: **a Igreja em estado conciliar está se ‘dessecundarizando’ para mais ‘essencializar-se’**” (*sic*).⁶⁹ Portanto, reconhecia que a Igreja ultramontana tinha se preocupado com aspectos secundários de sua missão como a disciplina e a burocracia, e tinha se esquecido da sua finalidade principal de difundir o evangelho para a libertação e salvação da humanidade.

Essa Igreja transformada se atribuiu uma nova finalidade, uma nova função: “sua missão é levar Cristo e Sua mensagem ao mundo moderno, a cada tempo mais moderno, mais atual do que aquele que o precede. Sua missão é ir e não ficar, andar e não parar”.⁷⁰

A Igreja nova que emerge do Concílio adquire ares de humildade, reconhece falhas e não se envergonha de penitenciar-se pelos erros do passado. É assim que “o Concílio Vaticano II já está se tornando o Concílio da depuração das falhas humanas da maior penetração e universalização da mensagem cristã. Tornará esta mensagem [...] mais adaptável e aceita por todos os homens, culturas, tempos e

⁶⁷ KOOP, Pedro Paulo. Dia para sempre memorável (11-10-1962). **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962.

⁶⁸ Ver Introdução.

⁶⁹ KOOP, op. cit., (grifado no original)

⁷⁰ KOOP, Pedro Paulo. Dia para sempre memorável (11-10-1962). **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962.

lugares”.⁷¹

Na cerimônia de abertura do Concílio, em 11 de outubro de 1962, João XXIII pronunciou uma frase que marcaria o Concílio e a vida da Igreja daquele momento em diante. Se, em outros tempos, ainda muito próximos de 1962, a Igreja tinha usado de métodos nada cristãos no tratamento daqueles que divergiram de sua filosofia e mesmo das outras denominações religiosas cristãs, ameaçando seus seguidores com a condenação eterna, com o Concílio, o Papa deu uma lição esplendorosa aos próprios católicos ao afirmar: “nos nossos dias, a Esposa de Cristo, a Igreja, prefere usar a medicina da misericórdia e não da severidade”.⁷² Afirmou ainda que a “igreja quer ser uma mãe amorosa, boa e paciente com os cristãos separados dela e evocou a possibilidade de que o Concílio assinale o retorno à unidade do gênero humano”.⁷³

O aparecimento da figura do Papa João XXIII para o mundo, na abertura do Vaticano II, teve um significado muito particular pelo seu otimismo em relação ao mundo e à renovação da Igreja que contrastou com a visão negativista que predominava, particularmente, no meio clerical de então. Frente à pregação da crise moral da humanidade, crise da civilização, crise religiosa, do excesso de materialismo, do perigo do comunismo, o Papa aparece como um oásis a trazer a esperança, otimismo em relação ao futuro, uma confiança imensa no ser humano.⁷⁴ O mundo deixa de ser visto como o local do pecado, da maldade, do sofrimento, de onde se deveria fugir ou negar. O tempo histórico torna-se lugar onde se operaria a salvação e onde positivamente se situaria o início do reino de Deus que deveria ser construído pela ação dos cristãos.

No início de 1963, já se difundiam alguns resultados parciais das discussões e algumas deliberações do Concílio. Destacava-se que, a partir do Concílio, “a Igreja será compreendida mais profundamente pelos fiéis e, como consequência aumentará seu prestígio no mundo”.⁷⁵ A noção de Igreja como povo de Deus seria o

⁷¹ KOOP, Pedro Paulo. Dia para sempre memorável (11-10-1962). **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962.

⁷² DINIZ, Albino. Assim principiou o Concílio Ecumênico Vaticano Segundo. **A Fé**, Bauru, 28 out. 1962. O Padre Abílio Diniz, MSC, foi enviado a Roma “como correspondente especial e exclusivo” do semanário “A Fé”, de onde enviou uma série de crônicas sobre o andamento do Concílio. “A FÉ” E O PRÓXIMO Concílio Ecumênico. **A Fé**, Bauru, 30 set. 1962. No dia 11 de outubro de 1962, houve uma edição especial para marcar o início do Concílio.

⁷³ INSTALADO O CONCÍLIO: a Igreja vive seus grandes momentos. **A Fé**, Bauru, 21 out. 1962.

⁷⁴ Cf. BAGGIO, Hugo. Encontro marcado. **A Fé**, Bauru, 21 out. 1962; INSTALADO O CONCÍLIO: a Igreja vive seus grandes momentos. **A Fé**, Bauru, 21 out. 1962.

⁷⁵ HIRSCHMANN, Hans. Resultados da primeira fase do Concílio. **A Fé**, Bauru, 24 fev. 1963.

canal de comunicação com todos os homens e a colocaria na vanguarda da condução da história da humanidade, como apregoado pela hierarquia, teólogos e filósofos católicos.

Já naquele momento, se vislumbrava, a partir da nova compreensão de igreja, a missão dos bispos como colegiado e, como consequência, uma nova missão: “o episcopado se tornou mais cômico das próprias responsabilidades e mais apto para o desempenho da missão que lhe compete num mundo em contínua evolução”. A renovação que os bispos deveriam levar a cabo em suas dioceses seria uma consciência mais profunda da Igreja com a “volta às origens e às fontes da vida da Igreja e adaptação ao mundo de hoje, isto é, atualização”.⁷⁶

Em contradição com a doutrina conservadora que insistia na salvação individual de cada católico, a noção de Igreja como povo de Deus ou Comunidade, ou Corpo Místico de Cristo trouxe a compreensão de que a salvação seria um ato comunitário: “Ninguém se salvará sozinho. Seremos salvos ou pereceremos juntos!”.⁷⁷

Essa dimensão trazia para a reflexão católica que a história da salvação seria uma construção que teria início na história terrena e se consumaria no juízo final. Considerava, ainda, que a Igreja não era constituída apenas pela hierarquia e que a salvação da humanidade não dependeria somente de sua oração e ação sacramental. Se os leigos eram parte constituinte da Igreja, sua ação seria necessária para a salvação da humanidade. De uma atitude passiva, a espera do céu na outra vida, pela oração ou pela aquisição de indulgências, a salvação seria o resultado de uma conquista coletiva da caminhada a Igreja como Povo de Deus.

Nesta concepção, o sacerdote perdia seus ares de homem divino, separado do mundo, enclausurado na sacristia, revestido por uma batina que o segregava do povo, para admitir suas qualidades e defeitos humanos. Deste modo, alertava-se que

é preciso que o elemento cristão, batizado e crismado, mas leigo em relação ao sacerdócio, se coloque à altura da vocação cristã, e atue como a outra parte da comunidade cristã. Os leigos também são a Igreja, e não os sacerdotes somente. Os leigos mantêm em relação aos sacerdotes a mesma relação que o corpo à cabeça: 80% do corpo total no mínimo. E esta parte ficaria inativa em relação à vida? É o mesmo que condenar o todo à morte! Fruto de mentalidade

⁷⁶ HIRSCHMANN, Hans. Resultados da primeira fase do Concílio. **A Fé**, Bauru, 24 fev. 1963.

⁷⁷ KOOP, Pedro Paulo. Salvar ou perecer juntos. **A Fé**, Bauru, 10 mar. 1963.

anormal e condenável esse abandono do sacerdócio por parte dos leigos.⁷⁸

Uma das adaptações, certamente muito esperada por grande parte do clero, estava na abolição da obrigatoriedade do uso da batina, que o distinguia e separava do povo. D. Henrique, em março de 1963, dispensou o clero da arquidiocese da obrigação da batina e adotou o *clergyman* em substituição, seguindo orientações advindas de Roma.⁷⁹ Este ato, colocou D. Henrique em sintonia com as mudanças permitidas por Roma. Neste caso específico, buscou uma autorização provisória do Vaticano até que fosse divulgada uma posição definitiva.

No retorno de D. Henrique para Roma, para a 2ª sessão conciliar, em 1963, deixou uma mensagem aos diocesanos na qual manifestou uma atitude otimista em relação à reforma eclesial:

olhamos, sem pessimismo, para o futuro da Igreja, que santamente se renova. Só não a vêem os cegos voluntários. [...] e vê-se uma Igreja que dialoga com todos os homens como verdadeira Mãe e verdadeira Mestreira [...]. Uma Igreja cada vez mais firme em seus princípios eternos, **mas modificando-se em suas estruturas humanas e hábitos, talvez seculares**, ontem ótimos, menos bons ou prejudiciais, hoje. **Uma Igreja que possui internamente a paz**, que ela prega entre todos os homens, classes e nações [...]. Olhemos, portanto, com imensa confiança para a doutrina e trabalho da Igreja. E ajudemo-la a cumprir a sua missão sobrenatural, mas com decisiva influência na vida das famílias e dos povos.⁸⁰

A Igreja renovada, segundo o arcebispo, não tinha a receita pronta para a solução dos problemas. Nos novos tempos, a Igreja tinha a “vontade de acertar, tendo em vista os problemas de todas as nações, onde a mesma Igreja vive, cumprindo a sua missão de pacificar, iluminar, unir e salvar”.⁸¹

O arcebispo deixou registradas as razões de seu otimismo com a renovação ao citar vários exemplos concretos de mudanças de atitudes constatadas na realidade da vida da Igreja: sacerdotes seculares vivendo espontaneamente em

⁷⁸ KOOP, Pedro Paulo. Salvar ou perecer juntos. **A Fé**, Bauru, 10 mar. 1963. Deixa a impressão de que os leigos seriam os responsáveis pela sua separação em relação ao clero. De fato, a ação do clero na região em estudo desde 1908, ao introduzir o Catolicismo Romanizado, teria provocado esse distanciamento. Cf. PRIMOLAN, 1993, passim.

⁷⁹ TRINDADE, Henrique Golland. Batina ou *clergyman*, com dignidade. **A Fé**, Bauru, 24 mar. 1963. De acordo com a orientação de D. Henrique, “Todos os sacerdotes, não é preciso requerimento, poderão usar o *clergyman*: 1) em viagens mais longas a seu critério; 2) quando dirigindo qualquer viatura; 3) em excursões ou assistindo a competições esportivas; 4) exercendo seu apostolado em fábricas, escolas, cadeias e hospitais leigos; 5) em encontros de caráter cultural ou social; 6) em trabalhos pesados; 7) em circunstâncias especiais, avisando a cúria”. Ibid.

⁸⁰ TRINDADE, Henrique Golland. A Igreja se renova santamente. **A Fé**, Bauru, 6 out. 1963.

⁸¹ Ibid.

comunidades; muitos bispos tiraram o nome palácio de suas residências, passando a chamar de casas com as portas abertas aos fiéis, outros deixando seus peitorais e objetos de ouro e doavam os recursos para projetos sociais; religiosas deixando seus privilégios e passando a viver na simplicidade; sacerdotes trabalhando em minas e fábricas; a indumentária do clero tornado-se mais simples; as liturgias mais vivas; seminaristas, padres e até bispos negros recebendo as ordens sacras e a pastoral rural em pleno desenvolvimento.⁸²

Na segunda parte do Concílio, já no pontificado do Papa Paulo VI, a perspectiva de uma renovação destituída de ufanismo, riqueza ou nobreza continuava a entusiasmar os adeptos de uma Igreja pobre e para os pobres. D. Henrique traduziu o pensamento do Papa Paulo VI: “sua preocupação com uma Igreja pobre e dos pobres e a sua sincera humildade, pedindo perdão aos irmãos separados [...]. E uma Igreja pobre e humilde, há de vencer, realizando a sua missão divina de salvar e pacificar o mundo”.⁸³

O Papa Paulo VI, dirigindo-se ao episcopado brasileiro, manifestou esperança na Igreja latino americana e no seu importante papel a ser desempenhado dentro da renovação da Igreja universal. Convocou os bispos brasileiros para reorganizar a Igreja no Brasil:

em certo sentido vós sois chamados a fundar, ou melhor, a fundar novamente a Igreja no vosso Continente. Hoje, o Brasil se encontra em período de evolução jamais registrado em época alguma da história. É absolutamente necessário que os métodos pastorais acompanhem essa evolução.⁸⁴

Certamente, nessa convocação, estavam lançadas as sementes das conferências de Medellín (1968) e de Puebla (1978) as quais adaptaram as mudanças do Concílio para a Igreja da América Latina.

4.2 Urgência para renovação: Plano de Emergência

Mudanças mais aceleradas em âmbito do episcopado brasileiro vinham ocorrendo desde a fundação da CNBB em 1952. Em vez de cada bispo agir de forma isolada e prestar conta de suas atividades pastorais e administrativas direta e

⁸² TRINDADE, Henrique Golland. A Igreja se renova santamente. **A Fé**, Bauru, 6 out. 1963.

⁸³ Id. Carta do Concílio (1ª). **A Fé**, Bauru, 27 out. 1963.

⁸⁴ PAULO VI. O episcopado nacional ouve Papa Paulo VI. **A Fé**, Bauru, 17 nov. 1963.

exclusivamente a Roma, o episcopado passou a adotar uma forma mais coletiva de ação organizada formando um colegiado. Além da força maior que essa reunião propiciava para a ação pastoral, as discussões e ações em conjunto favoreciam o diálogo e, por consequência, uma maior dinamicidade no processo de mudança, facilitando, de certa maneira, sua aceitação pelos bispos mais reticentes. Entretanto, a entidade ficou marcada por certa divisão em função da autocompreensão da Igreja adotada por um dos bispos.

Em meados de 1961, os bispos da província eclesiástica de Botucatu composta, na época, pelas dioceses de Botucatu, Marília, Lins, Assis e Presidente Prudente,⁸⁵ se reuniram pela segunda vez e produziram um documento que continha orientações gerais de ação comum para as diversas dioceses. Foram os primeiros passos para o que ficou depois popularizado como “pastoral de conjunto”. Esta fazia parte da estratégia da Igreja para se fortalecer perante o Estado e a sociedade, intensificar sua penetração no meio popular, combater aqueles que acreditava serem seus adversários como o espiritismo e o comunismo e buscar uma convergência na ação pastoral nas diversas dioceses.

A motivação para dirigirem uma palavra coletiva ao clero, religiosas e fiéis foi atribuída à preocupação com o momento vivido: “nesta hora tão séria para a Igreja e para o mundo livre”.⁸⁶ Por um lado, o catolicismo tinha desencadeado a possibilidade de mudança que trazia angústia e espanto para uma instituição historicamente tradicionalista; por outro, a Igreja enfrentava o avanço do comunismo com a recente Revolução Cubana e com o agravante, para o clero conservador, de existir simpatizantes entre os católicos.

O documento revelou preocupação com o futuro da Igreja. Se o catolicismo tradicional se fiava em alianças e em acordos com o poder político e se detinha nos aspectos sobrenaturais da missão da Igreja com a confiança absoluta de que a Providência cuidaria de perpetuar e expandir os domínios do catolicismo, na virada da década de 1950 para a de 1960, aquela certeza tinha se convertido numa séria dúvida. Dessa constatação, procedia o apelo aos fiéis esclarecendo que a sobrevivência da Igreja “depende muito de nós, clero e fiéis, isto é, da nossa união,

⁸⁵ Eram bispos respectivamente: D. Henrique G. Trindade, D. Hugo Bressane, D. Henrique Gelain, D. José Lázaro e D. José de Aquino Correia.

⁸⁶ PRIMEIRA PASTORAL COLETIVA da província eclesiástica de Botucatu. **A Fé**, 30 jul. 1961. A reunião dos bispos da província ocorreu em 6/06/1961, na cidade Lins.

do nosso exemplo, da nossa oração, do nosso sacrifício e do nosso trabalho”.⁸⁷ No que se refere à condução e ao futuro da Igreja, houve um claro deslocamento do entendimento de que o futuro da Igreja não dependeria somente de Deus ou da hierarquia, mas da ação dos católicos leigos também.

Os bispos da província enfatizaram seu irrestrito apoio ao governo da Igreja liderado Papa João XXIII e suas iniciativas de renovação do catolicismo. Possivelmente já influenciados pelos gestos de humildade e desapego material do novo Papa, os bispos afirmaram que “o prestígio da Igreja está na vida sobrenatural e moral, na sua caridade, na sua independência do dinheiro e da política, e **na sua convivência com os pequenos, os humildes, os desprezados, os que sofrem e são explorados**”.⁸⁸ Prenunciava já a possibilidade de um engajamento social da Igreja com as classes sociais populares e sua desvinculação dos interesses das classes dominantes tradicionais.

A pastoral enfatizou o apoio às associações religiosas tradicionais, mas destacou a necessidade de confiança na Ação Católica, particularmente na JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JAC (Juventude Agrária Católica), HAC (Homens da Ação Católica) e SAC (Senhoras da Ação Católica): “[...] dessas organizações, por pequeno que seja o número dos componentes, grandes podem ser os resultados”.⁸⁹ Uma das características da Igreja socialmente engajada estava justamente em abandonar a prioridade de apoio exclusivo às grandes manifestações públicas de fé e apostar na formação e ação de pequenos grupos de cristãos organizados em suas bases, comprometidos com as transformações da Igreja e da sociedade a partir de sua realidade de vida concreta.

O caráter antropocêntrico da pastoral da Igreja foi explicitado ao se afirmar que as mudanças nas pessoas, na Igreja e no mundo não dependem somente da

⁸⁷ PRIMEIRA PASTORAL COLETIVA da província eclesiástica de Botucatu. **A Fé**, 30 jul. 1961.

⁸⁸ Ibid. A simplicidade e informalidade de João XXIII impressionaram não somente o mundo, mas particularmente o episcopado mundial. As atitudes práticas do Papa contagiaram e influenciaram, certamente, a renovação conciliar. Durante a primeira sessão do Concílio, o Papa reunira-se com quase todas as conferências episcopais nacionais e o que se evidenciou foi que “em todas as suas relações com os Bispos, o Papa parece ter esquecido a sua dignidade de ‘Bispo da Igreja Universal’ e ‘vigário de Cristo’ na terra para comportar-se como um irmão mais velho entre irmãos mais jovens. Foi essa linha que seguiu desde o início de seu pontificado e durante o Concílio em relação aos Padres Conciliares. Revela-se isto numa série incontável de pequenas atitudes e gestos tomados aqui e acolá. O procedimento de João XXIII dá testemunho de um Papa que, antes de se considerar ‘Vigário de Cristo’ quer ser Pastor e Pai”. BARAÚNA, Guilherme. O Papa acompanhou com interesse o Concílio. **A Fé**, Bauru, 10 fev. 1963. p. 4.

⁸⁹ Ibid.

graça, mas da força que se origina do interior do homem: [...] “a nossa confiança na força interior e nos valores morais do homem, unidos à graça do Senhor, única capaz de levá-lo ao espírito de afirmação, de luta pacífica e de transformação cristã, no ambiente em que vive”.⁹⁰ Percebe-se, nitidamente, que o documento assinado pelos bispos da província foi elaborado fundamentando-se na espiritualidade da Ação Católica.

Com o incentivo que partiu do Papa para toda a Igreja da América Latina a fim de que se tomassem medidas para a renovação da pastoral, o episcopado nacional empenhou-se para que fosse elaborado um plano de ação pastoral que se convencionou de “Plano de Emergência”.

Na sede da arquidiocese, no dia 30 de julho de 1962, pela primeira vez foi anunciada publicamente, pelo próprio arcebispo, a existência do Plano de Emergência, numa reunião no salão da cúria. Estavam presentes os sacerdotes da cidade, religiosas e membros das associações religiosas e da Ação Católica. Contava um total de 300 pessoas.⁹¹

Na reunião, o arcebispo pediu a união de todos para enfrentar as adversidades do momento, que deveria ir desde “o banal aperto de mão e bom dia, até o planejamento de um apostolado em conjunto”.⁹² Dos relatos, percebe-se um clima de dramaticidade e espanto diante da situação do mundo, de forma que não restava outra saída senão se organizar para agir. Pela adesão dos fiéis, percebe-se que muitos católicos estavam piamente convictos de que a Igreja teria condições de dar respostas aos desafios que o mundo apresentava então. Havia uma certeza de que não bastava mais só fazer procissões e horas santas para a conversão e salvação de todos. Era preciso uma ação planejada, racional e metódica para construir a história futura, o reino de Deus já neste mundo.

Uma decisão muito significativa foi tomada naquela reunião, a título de sugestão do arcebispo: que “**não haja mais lugares marcados** nas igrejas para as associações uniformizadas. Estas, espalhadas entre os fiéis, serão exemplo contagiante, serão o fermento na massa”.⁹³ Esta atitude correspondia à uma compreensão mais comunitária e democrática de Igreja. As associações, até então,

⁹⁰ PRIMEIRA PASTORAL COLETIVA da província eclesiástica de Botucatu. **A Fé**, 30 jul. 1961.

⁹¹ TRINDADE, Henrique Golland. Grande reunião para maior união. **A Fé**, Bauru, 19 ago. 1962. p. 3.

⁹² Ibid.

⁹³ Ibid.

representavam uma espécie de elite católica intermediária entre o clero e os outros não associados.⁹⁴ A eliminação de lugares privilegiados realizava a concepção de vida fraternal que se desejava na liturgia e na vida prática da paróquia que vinha sendo refletido desde a década de 1950.⁹⁵

O empenho e a adesão do arcebispo D. Henrique para com a renovação pode ser percebida desde este início do planejamento. A atitude de expor os fatos e as reflexões e pedir sugestão para os presentes em uma reunião, já denotava que a mentalidade começava a se modificar também no comportamento da própria hierarquia. A iniciativa de dispor de um sacerdote exclusivo para divulgar e implantar o plano de pastoral era um indicativo importante da prioridade dada à implantação das mudanças na arquidiocese.⁹⁶

As associações religiosas que tinham desempenhado um papel de auxiliares nas funções dos respectivos párocos, com *status* privilegiado na paróquia, ao limite de formarem grupos fechados e concorrentes entre si, a partir daquele momento, segundo o arcebispo, “devem viver em função da paróquia; as paróquias em função da Igreja Universal. Hoje, mais do que nunca, se condenam as chamadas ‘igrejinhas’, os grupos ou associações que vivem para si mesmos ou em sua vaidade. Nenhum cidadão ou moço será bom vicentino ou mariano, se não for um bom paroquiano”.⁹⁷

Em setembro de 1962, um mês antes do início do Concílio, foi apresentado aos fiéis da arquidiocese de Botucatu o Plano de Emergência já elaborado, por meio de jornais locais. Depois de tanto tempo acomodada em suas tradições e em conflito com a secularização trazida pela modernidade, havia pressa para a mudança.

Incentivada pelo Papa João XXIII, a Igreja da América Latina e, mais especificamente a do Brasil, liderada pela CNBB sob a dinâmica ação de seu secretário geral D. Helder Câmara, elaborou um plano de ação para refletir e implantar as reformas requeridas pela Igreja e urgidas pelos ventos novos que sopravam na época.

⁹⁴ Segundo Marins, ao relatar a renovação da paróquia de Cravinhos, quando o Padre Luís chegou a paróquia tinha o estilo tradicional com seus mais de 60 anos de existência. E “o povo acostumara-se a esperar tudo do vigário. Até os menores particulares traduziam um clima de instalação – na Igreja paroquial não só cada associação religiosa, mais ainda cada membro da associação, tinha seu lugar marcado nos bancos”. MARINS, 1964, p. 8. A renovação da Igreja requeria a mudança de mentalidade acompanhada de atitudes que correspondessem ao novo conceito de Igreja.

⁹⁵ Cf. cap. 2.

⁹⁶ TRINDADE, op. cit.

⁹⁷ Ibid.

Afinal, a década de 1960 se iniciava com uma promessa esperançosa de efetivação de projetos vários de mudanças que viriam trazer um tempo novo para os brasileiros. Basta citar que o Brasil saíra de um Plano de Metas que prometia crescer 50 anos em cinco; estavam em plena discussão as chamadas reformas de base: agrária, educacional, bancária e tributária; os socialistas se organizavam em partidos e defendiam a ação armada para redimir o homem do peso do capitalismo opressor; havia uma revolução cultural em marcha com diversas manifestações, no campo das artes e da moral. Uma instituição que tinha decidido adaptar-se aos tempos novos não podia mais permanecer passiva perante um mundo em ebulição sob o risco de perder novamente o bonde da história.

Para a execução do Plano de Emergência o Brasil foi dividido em zonas e setores. O 1º setor abrangia os Estados de São Paulo e Paraná, dentro a zona sul. Nos dias 11 e 12 de setembro de 1962 ocorreu o 1º encontro do 1º setor, em São Paulo, sob a presidência de D. Helder Câmara. Naquela reunião, o arcebispo D. Henrique se fez presente acompanhado por padres, irmãos e leigos da arquidiocese. O tema discutido foi a “renovação da paróquia”.⁹⁸

No dia 27 de agosto, reuniu-se o secretariado arquidiocesano designado para difundir o Plano de Emergência e viabilizá-lo na prática. Pois, tratava-se de

um plano de conjunto, uma pastoral em equipe com 9 sacerdotes, 1 irmão lassalista, 5 religiosas e 3 leigos ficou organizada a comissão que tratou dos seguintes pontos: 1. Reestruturação e revitalização dos decanatos; 2. Cursos do mundo melhor; 3. Monitor diocesano e Boletim de experiências pastorais; 4. Departamentos de trabalhos: a) Vocações sacerdotais; a) Catequese e ensino religioso; c) Ação Católica e apostolado leigo; d) Ação social.⁹⁹

Uma das características da renovação da Igreja era a sua descentralização. Como é próprio de uma instituição hierárquica como a Igreja, mesmo que haja anseios de mudança em algum setor ou promovida por algum agente local, ela ganha agilidade à medida que a alta hierarquia admite e incentiva as mudanças. Deste modo, “o planejamento já foi comunicado às dioceses sufragâneas, pois é só o Prelado que fará a aplicação em sua própria diocese, conforme achar

⁹⁸ TRINDADE, Henrique Golland. Plano de emergência. **A Fé**, Bauru, 1 set. 1962. Cf. PLANO DE EMERGÊNCIA. **A Fé**, Bauru, 16 set. 1962. O tema da renovação paroquial vinha sendo discutido na diocese de Botucatu desde a década de 1950. Cf. cap. 2.

⁹⁹ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 37, 22 ago. 1962. **Arquivo da Paróquia**.

conveniente”.¹⁰⁰ Em função dessa especificidade, cada diocese com seu bispo aplicou o plano em função, principalmente, da autocompreensão de Igreja que adotava naquele momento e, também, conforme sua realidade social e religiosa específica, a mentalidade do clero, os recursos humanos e materiais disponíveis, a demanda da realidade social e política, a pressão do laicato ou outra.

Para janeiro de 1963, foi marcado um encontro de todas as dioceses da província de Botucatu, em sua sede, para um encontro de sacerdotes, religiosas e leigos envolvidos com a aplicação do Plano de Emergência. Para o clero envolvido, “é edificante e animadora, sem dúvida, a boa vontade dos senhores bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, cooperando todos em uma pastoral de conjunto, para uma Igreja mais santa, dentro de um mundo melhor”.¹⁰¹

Na primeira reunião do secretariado provincial do Plano de Emergência, no dia 27 de agosto de 1962, sob a presidência do arcebispo, foi divulgada a estrutura dos órgãos executivos e iniciou-se a discussão da aplicação prática do mesmo. Entre as várias sugestões, decidiu-se pela reestruturação e revitalização dos decanatos, a organização de cursos do Mundo Melhor para sacerdotes, religiosas e leigos, elaboração de boletim relatando as diversas experiências realizadas e criação de departamentos diocesanos para as diversas atividades apostólicas.¹⁰²

O Plano de Emergência introduziu, na ação da Igreja, a noção de pastoral de conjunto. Entre as justificativas encontrava-se a de que o Evangelho deveria ser adaptado aos tempos. Esta era necessária para poder atingir o âmago dos homens e não apenas a superficialidade, com os meios aptos para os novos tempos.¹⁰³

A ação conjunta era justificada pelo clero ao se constatar que se vivia numa época em que o individualismo dos tempos modernos tinha promovido como reação o social e havia um clamor pela ação em conjunto. Para a hierarquia, no início da

¹⁰⁰ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 37, 22 ago. 1962. **Arquivo da Paróquia**. Na arquidiocese “a nossa equipe já foi constituída pelo Sr. Arcebispo, Padre Aristeu, Irmã superiora das Marcelinas e Sr. Enéas Papa. São convidados, como auxiliares da equipe, Cônego Soares, Padre Getúlio, Padre Nivaldo, um Lassalista, uma irmãzinha da Imaculada Conceição e uma Serva do Senhor e mais dois leigos. Como colaboradores são indicados Mons. Sílvio, Padre Pedro Paulo, Cônego Ulisses, Cônego Oswaldo, Padre Caetano, Frei Humberto e Padre Natal Facchini”. Ibid. O que se esperava, certamente, era que houvesse uma adesão em massa à reforma. Como esta dependia de cada prelado e de sua “conveniência”, explica-se uma das teses desse trabalho: a arquidiocese de Botucatu introduziu a reforma em função de seu bispo e de grupo mais jovem do clero que receberam uma nova formação. No caso de Bauru, a reforma não aconteceu durante o episcopado de D. Zioni porque sua visão de igreja permaneceu profundamente conservadora e tinha um clero que se submeteu aos seus caprichos.

¹⁰¹ PLANO DE EMERGÊNCIA. **A Fé**, Bauru, 16 set. 1962.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ CNBB: Regional Sul 1. Introdução a uma pastoral de conjunto. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962. p. 3.

década de 1960, quando as distâncias estavam se anulando em função do desenvolvimento da astronáutica, não havia razão para se permanecer no isolamento. Para problemas de longo alcance, se faziam necessárias soluções de conjunto.¹⁰⁴

Outra justificativa colocada para a pastoral de conjunto era a necessidade que se impunha de união de forças para atingir fins comuns. Para isso, era necessária planificação dos trabalhos, com revisão periódica, definição de meios e prazos para execução dos planos.¹⁰⁵

Embora o planejamento fosse elaborado pelas cúpulas da hierarquia, a base de execução seria a paróquia, unidade básica da estrutura jurídica da Igreja. A nova missão que a Igreja se atribuía incluía um engajamento na realidade social e econômica, voltada para a construção de uma sociedade futura ancorada nos valores evangélicos: construir o mundo melhor tão apregoado desde o início da década de 1950.¹⁰⁶ Para se adequar à realidade paroquial e construção do novo, era necessário “um planejamento flexível, corajoso, realista, com subsequente e constante avaliação de resultados e revisão de metas, garante o funcionamento da Pastoral de Conjunto”.¹⁰⁷

O funcionamento da Pastoral de Conjunto requeria um trabalho de equipe entre bispos e sacerdotes. Certamente que o princípio da autoridade tal qual tradicionalmente era exercido tinha que ser revisto: a autoridade

[...] funciona hoje realmente no debate franco dos problemas comuns. Sem esse espírito, haverá imposição e a Pastoral de conjunto é, em parte, fruto de anseios, estudos e trabalhos dos que integram a frente de combate. Há diálogos que não destroem o princípio de autoridade e hierarquia.¹⁰⁸

A execução do Plano contaria com a participação de todas as forças vivas da Igreja: clero, religiosos e leigos. O método de ação era aquele baseado no jocismo do ver a realidade, refletir sobre ela e buscar as soluções para os diversos desafios. Há uma ênfase para que as ações não fossem executadas de forma isolada, mas

¹⁰⁴ CNBB: Regional Sul 1. Introdução a uma pastoral de conjunto. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962. p. 3.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Cf. cap. 2 o papel desempenhado pelo Movimento por um Mundo Melhor para a renovação da Igreja.

¹⁰⁷ CNBB: Regional Sul 1. Introdução a uma pastoral de conjunto. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962. p. 3. À missão sobrenatural da Igreja de orientação espiritual e moral tradicional, acrescenta-se o aspecto de que o reino Deus deve começar a ser construído já neste mundo.

¹⁰⁸ Ibid. Ao agir de acordo com esse princípio do diálogo como solução de conflito, os jovens sacerdotes da arquidiocese de Botucatu provocariam um movimento de rebeldia de padres com repercussão internacional, em 1968. Cf. cap. 6.

integradas dentro do plano geral, para dar um sentido de universalidade.¹⁰⁹

Um plano que envolvia uma guinada tão radical poderia representar riscos futuros de desagregação das comunidades ou formação de grupos isolados que não se enquadrassem dentro do projeto da hierarquia. Esta não estava habituada a trabalhar de forma planejada, olhando para futuro incerto, repleto de riscos que poderiam levar a equívocos e com a necessidade de se fazer revisões constantes. Habitados às práticas tradicionais de exercício da autoridade clerical centralizadora e autoritária, nas paróquias ou dioceses, a adaptação do clero às novas orientações demandava mudanças de comportamento nem sempre fácil ou possível ao clero mais idoso.

Em tempos de mudanças, reinam incertezas, angústias, anseios, inseguranças, ausência de norte. Assim, para os católicos, particularmente à hierarquia encarregada de conduzir os seus fiéis, o plano de pastoral de conjunto representou, certo conforto, pelo menos para os que estavam dispostos a promover a renovação pastoral. Pois,

dentro da confusão reinante em nossos dias, o apelo enérgico e paternal do Santo Padre para um Plano de Emergência nos deve levar a uma mobilização total de forças. Uma Pastoral de conjunto fará somar forças, evitar desperdícios e entrechoques. Sob o comando do bispo diocesano e com a união de vistas da hierarquia podemos andar muito e rapidamente. Para isso, precisamos de um caminho e um caminho viável e certo.¹¹⁰

A pastoral de conjunto englobava uma série de reformas a serem implantadas nas dioceses a começar pelas paróquias. Entre as reformas previstas, a primeira e principal seria a renovação paroquial. Através desta, a renovação deveria atingir toda a diocese e todas as dioceses. Constatava-se que “a paróquia constitui a base primeira e indispensável de nossa ação pastoral. Urge, pois, vitalizar e dinamizar nossas paróquias, tornando-as instrumentos aptos de evangelização das novas circunstâncias em que nos encontramos”.¹¹¹

Nas palavras de Marins,

a paróquia é um todo com a diocese. O responsável é o bispo. Neste local o padre é o vigário do bispo, isto é, exerce uma função no lugar dele. Então não é a paróquia em si que, em última análise deve interessar ao vigário, e sim a diocese – unidade de base do

¹⁰⁹ CNBB: Regional Sul 1. Introdução a uma pastoral de conjunto. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962. p. 3.

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ CNBB: Regional Sul 1. Renovação paroquial. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962, p. 4. Cf. cap. 2 sobre a evolução da renovação paroquial.

apostolado e da implantação do Reino de Deus.¹¹²

A renovação paroquial deveria inserir-se no plano geral da diocese sob o comando do bispo. Certos cuidados foram tomados para impedir que cada pároco fizesse sua reforma independente e em direção diferente da planejada em âmbito mais amplo.¹¹³

A nova paróquia deveria deixar de ser mera referência administrativa ou um território, para se tornar “célula orgânica da Igreja, parte viva do Corpo Místico de Cristo”, como comunidade de fé, culto e caridade. Imagem muito difundida na época era de que o cristão deveria ser fermento na massa. Deste modo, cabia à paróquia a “função de orientar, santificar e dirigir a consciência dos leigos para que construam uma civilização que realize melhor, o melhor possível, o bem comum temporal e possibilite a todos a realização de seu destino sobrenatural”.¹¹⁴

Na paróquia renovada, o pároco não poderia mais continuar como aquele que domina pela força, mas o “mestre que ilumina, o sacerdote que a qualquer um santifica, o pastor que conduz suas ovelhas e dá a vida por elas”. Deveria trabalhar em equipe com outros sacerdotes da paróquia numa pastoral de conjunto.¹¹⁵

Dentro da nova paróquia, outra função do sacerdote seria a de educador, assistente para

fazer com que o leigo assuma a iniciativa e principal responsabilidade. Para isso, é necessário que o pároco: confie nas possibilidades do leigo; suscite militantes e líderes nas suas comunidades naturais; procure conhecer a psicologia do leigo no momento atual.¹¹⁶

Os leigos, então, deveriam constituir-se como membros atuantes dentro da comunidade paroquial e assumir a iniciativa e a plena responsabilidade. Portanto, muito distante do leigo visto como mero auxiliar das funções sacerdotais dos tempos do ultramontanismo e mesmo dos inícios da Ação Católica.¹¹⁷

Para que houvesse, de fato, a renovação paroquial seria necessário que o pároco decidisse fazer as mudanças. Em seguida, a ação deveria partir da própria realidade paroquial e, por fim, que a renovação fosse planejada e continuada.¹¹⁸ O

¹¹² MARINS, 1964, p. 10.

¹¹³ CNBB: Regional Sul 1. Renovação paroquial. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962. p. 4

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ Sobre a Ação Católica cf. cap. 2.

¹¹⁸ CNBB: Regional Sul 1. Renovação paroquial. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962. p. 4.

procedimento de “partir da realidade” seria um lugar comum que apareceria em todos os planos de ação pastoral. Ou seja, a Igreja não admitia mais uma ação pastoral que fosse imposta de cima para baixo, de forma autoritária. Porém, ao contrário, o que se desejava seria uma Igreja construída a partir da realidade concreta dos homens que os conduzisse a uma vida melhor já neste mundo onde se iniciaria o Reino de Deus. E essa ação concreta requeria revisão, retomada, consciência de limites e possibilidades e, certamente, oferecia muita dificuldade para aqueles que sempre tinham trabalhado com a “verdade” e “certezas” emanadas do direito canônico e da obediência cega aos hierarcas superiores.

Entre os objetivos propostos pela CNBB para a renovação paroquial, estava o de formar uma comunidade de fé na qual fosse valorizada a pregação, dinamizada a catequese e promovido e incentivado o movimento bíblico. O outro era o de formar uma comunidade de culto com incentivo ao movimento litúrgico e à vivência dos sacramentos para além do simples ritualismo canônico. O terceiro objetivo almejava a formação de uma comunidade de caridade que envolvia a participação dos grupos de Ação Católica especializada nos seus diversos meios de vida, das associações tradicionais, do movimento de vocações sacerdotais, do secretariado de assistência social, do comitê administrativo e o conselho paroquial de pastoral.¹¹⁹

Algumas dificuldades podem ser constatadas como a de harmonizar as associações tradicionais dentro desse projeto. Ao mesmo tempo, não era desejável simplesmente descartá-las depois de tantos serviços prestados à Igreja tradicional, como alguns sacerdotes mais afoitos tentaram fazer ou fizeram. Por outro lado, o desafio estava em (re) formar tanto os agentes para as diversas necessidades e criar condições e mentalidade para trabalharem em conjunto, o que seria uma tarefa árdua ao se considerar que a formação do clero, em geral, tinha sido feita dentro da Igreja tradicional!

De acordo com Marins, no contexto da renovação paroquial “[...] ou as nossas associações religiosas se tornem autenticamente sacramento da Igreja (que é sacramento de Cristo) e, portanto, devem estar exercendo uma função ministerial a serviço da comunidade paroquial, devem ser missionárias, ou devem desaparecer”.¹²⁰

¹¹⁹ CNBB: Regional Sul 1. Renovação paroquial. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962. p. 4..

¹²⁰ MARINS, 1964, p. 26.

Durante o período em que predominou o catolicismo ultramontano, a Igreja tinha condenado toda a ciência moderna porque oriunda unicamente da razão. A partir da renovação e aproximação com o mundo moderno, a Igreja não só admite, mas passa a produzir e se utilizar dos conhecimentos racionais científicos para servir de suporte para as práticas pastorais. Haja vista a constituição do CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais), em 1958, para dar suporte ao planejamento pastoral. Muitos sacerdotes seriam incentivados a se especializar em Sociologia ou Estatística para se dedicarem à atividade de levantamento de dados socioeconômicos que subsidiassem e assessorassem cientificamente a tomada de decisões e as revisões de objetivos propostos em todos os níveis de planejamento: paroquial, diocesano ou nacional.

Estes instrumentos científicos se adequavam ao Plano de Emergência que reclamava o que foi denominado de “pastoral encarnada”. Esta demandava que as ações pastorais partissem da realidade concreta de cada região, cidade ou bairro onde estivesse instalada a paróquia. Para isso, eram necessários instrumentos outros de ação que não somente a fé e o catecismo. Fazia-se necessário o conhecimento do homem local de maneira integral e, por isso, o auxílio das ciências sociais tornara-se imprescindível.¹²¹

Para a atividade pastoral, sob uma nova compreensão da missão eclesial, não bastava trazer as pessoas para a Igreja e convertê-la ao catolicismo. Era necessário apresentar-lhes em germe o Reino de Deus e isso implicava o acesso a uma vida digna que permitisse acesso a bens elementares como saúde, educação, moradia, salário digno e trabalho. Quando esses direitos básicos não eram realidade, a organização popular para a luta pela sua conquista era alimentada pelos agentes e líderes comunitários.

No plano da mobilização e das realizações práticas para a concretização do Plano de Emergência, há indicações de que, até janeiro de 1963, todo o clero da província eclesiástica de Botucatu estava afinado com as reformas, pois, conforme divulgado pelo jornal a Fé, “os padres da cura paroquial em Bauru, estarão todos

¹²¹ Segundo Koop, “não será possível renovar uma comunidade, se dela não obtivermos primeiro uma visão global, numérica e sociográfica. O levantamento que ora se inicia tem por fim indicar os problemas, as energias sobrenaturais, as correntes de ideias, as forças humanas e os recursos econômicos existentes na paróquia. Mediante um levantamento sério será possível identificar as comunidades e grupos em que se subdivide a grande comunidade paroquial”. KOOP, Pedro Paulo. Salvar ou perecer juntos! **A Fé**, Bauru, 10 mar. 1963.

ausentes desta cidade desde a tarde de 2ª feira (dia 7) até a noite de sexta-feira (dia 11 de janeiro). Unidos ao clero de toda a província eclesiástica em Botucatu, ali farão os estudos e exercícios do curso ‘Por um Mundo Melhor’”,¹²² conforme estava previsto no Plano de Emergência e constava do calendário das atividades da arquidiocese.

Nesse curso, estiveram presente cerca de cem sacerdotes e todos os bispos das dioceses sufragâneas da Província Eclesiástica de Botucatu. Os sacerdotes reunidos nos seminário arquidiocesano “procuraram receber alguma coisa de vital para o seu apostolado e para renovação de sua vida espiritual, através do admirável e nunca suficientemente esclarecido Movimento por um Mundo melhor”.¹²³

No curso, foram discutidos os temas candentes da época, entre eles

a Pastoral de Conjunto mereceu as atenções dos participantes do Curso que a encararam sob as luzes havidas durante o mesmo curso. Interessantes foram os círculos, durante os quais se discutiam ardorosamente os temas propostos nas Conferências.¹²⁴

Durante a semana de estudos, os sacerdotes presentes procuraram “atualizar seus métodos de apostolado”.¹²⁵

Portanto, antes de se iniciar o Concílio, os Bispos do Brasil, com a adesão incondicional de D. Henrique, já tinham iniciado o processo de renovação que seria consolidado formalmente nos anos seguintes, apesar de seus limites e impasses. O Plano de Emergência, antes mesmo de iniciado o Concílio, ofereceu as diretrizes para a definição da autocompreensão da Igreja socialmente engajada.

4.3 O novo bispado de Bauru no espírito da renovação da Igreja

O comando da preparação para a instalação do bispado de Bauru esteve sob a responsabilidade de seu vigário decano, Padre Pedro Paulo Koop, MSC, vigário da paróquia de Santa Terezinha na cidade de Bauru.¹²⁶ Padre Koop, de origem

¹²² DOIS AVISOS IMPORTANTES. **A Fé**, Bauru, 6 jan. 1963.

¹²³ EM BOTUCATU SACERDOTES de toda a arquidiocese. **A Fé**, Bauru, 20 jan. 1963.

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ Ibid. Naquela semana, as liturgias foram celebradas na catedral de Botucatu que já estava adaptada às novas exigências litúrgicas, ou seja, o altar voltado para o público e a liturgia rezada na língua vernácula. Ibid.

¹²⁶ KOOP, Pedro Paulo. Preparando a criação do bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 24 set. 1961. p. 3. Interessante que a nomeação foi para as “[...] deliberações que visam chegar à formação das comissões que devem cuidar do patrimônio da próxima futura diocese ou bispado de Bauru”. Ibid. Não se menciona a organização pastoral nem de recursos humanos. Frise-se que a cidade Bauru dista aproximadamente 100 km de Botucatu sede da diocese até 1964, quando Bauru foi elevada a sede de bispado. O trabalho de Padre Koop na formação da nova diocese foi reconhecido pelo Frei H. Baggio no dia da instalação da diocese: “Ao lado do

holandesa, chegou a Bauru em 1946 e, desde a criação do decanato de Bauru, em 1952, vinha ocupando o cargo de vigário decano. Desde 1950, dirigia o jornal “A Fé”. Os Missionários do Sagrado Coração estiveram à frente da administração pastoral de Bauru e da vasta região da noroeste paulista desde dezembro de 1913.¹²⁷

O jornal “A Fé” foi um dos instrumentos para a divulgação tanto das notícias da preparação do bispado quanto de reflexões sobre o espírito da nova igreja particular que surgia. Trabalha-se aqui com o argumento de que o clima que ensejou a preparação da nova diocese se confundiu com aquele do Concílio e do otimismo existente para a solução dos problemas econômicos e sociais tanto pelo projeto político populista-desenvolvimentista e pela esquerda, quanto pelos católicos. Esta coincidência possibilitaria que a estrutura da nova diocese fosse concebida tanto no aspecto administrativo quanto na concepção pastoral, no espírito do Plano de Emergência e da renovação conciliar de uma Igreja adaptada aos novos tempos.

A partir de setembro de 1961, Padre Pedro Paulo Koop iniciou uma série de artigos no jornal “A Fé” com o título “Preparando o Bispado de Bauru” com o intuito de predispor o espírito e convocar todos os bauruenses e católicos das cidades vizinhas, para a empreitada dos preparativos para a instalação do novo bispado.

De início, o principal propósito consistia em mostrar que, na “nova” Igreja, cabia aos leigos um papel especial na formação de comunidades paroquiais, evocando um tema muito debatido na época do Concílio, qual seja, o retorno às fontes do cristianismo na tentativa de recuperar o espírito de comunidade dos primeiros cristãos. Deste modo, segundo Padre Koop,

proporemos alguma novidade, é verdade, mas em tudo assiste-nos a preocupação principal de criar entre os nossos católicos um espírito novo, direi melhor: de restaurar aquele antigo espírito que animava os primeiros cristãos em suas principiantes Igrejas, futuras dioceses e paróquias. É o espírito da **solidariedade na caridade** de que Jesus fez a nota distintiva de sua Igreja.¹²⁸

arcebispo avulta a figura do entusiasta Padre Pedro Paulo Koop, MSC, verdadeiro construtor da nova diocese. Quantos passos pelas ruas da cidade, quantas batidas às portas daqueles que poderiam ajudar, quantos apelos a todos quantos sentiam a necessidade de tal benefício, quantas horas de insônia, calculando espiritual e materialmente as possibilidades da nova circunscrição eclesiástica, quantos brados do púlpito e do jornal a todos os futuros diocesanos de Bauru. Pode hoje descansar: atingiu a meta!”. BAGGIO, Hugo. Ergue-te Bauru. **A Fé**, Bauru, 17 maio 1964.

¹²⁷ PRIMOLAN, 1993, passim. Padre Pedro Paulo Koop foi eleito bispo de Lins em agosto de 1964, logo depois de ter preparado a instalação da diocese de Bauru. Cf. ZIONI, Vicente Marchetti. Clero e povo de Bauru a D. Pedro Paulo Koop. **A Fé**, Bauru, 9 ago. 1964; PEDRO PAULO KOOP, DE BAURU, nomeado novo bispo de Lins. **A Fé**, Bauru, 23 ago. 1964. Participou da 3ª e 4ª sessão conciliar defendendo ideias radicais para renovação da Igreja. Em Lins, desenvolveu uma pastoral de acordo com o espírito do Vaticano II.

¹²⁸ KOOP, Pedro Paulo. O papel dos leigos: preparando o bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 3 set. 1961. (grifado no original)

Padre Koop, depois de expor sobre a tarefa dos leigos na nova Igreja, tratou da questão da formação do clero para a futura diocese. Uma das justificativas para se preocupar com o aumento do número de sacerdotes, além de seu limitado número, estava vinculada com a constatação das mudanças ocorridas na sociedade bauruense. As mudanças na sociedade, em geral, teriam acontecido em virtude da introdução dos

rápidos meios de divulgação, os 'modernismos' avançaram interior adentro e alteraram profundamente a fisionomia moral da nossa gente. Bauru, no curto espaço de 15 anos, mudou notavelmente seus traços sociais. Virou cidade capital, burocrática, atacadista, ferroviária, estudantil e universitária. Devemos confessar que tudo isso não se processou sem uma vertical queda de nível religioso, e por quê? Julgamos que a Igreja em Bauru jamais conseguiu dispor do número de sacerdotes de que para cura geral e especializada necessitava a fim de acompanhar-lhe o progresso quase que anormal.¹²⁹

Não seria mais admissível, segundo Padre Koop, a Igreja manter um pároco que pudesse cuidar de setores tão específicos que exigiam profissionais especializados, assim como estaria ocorrendo em vários campos científicos no início da década de 1960. Mesmo que a nova diocese fosse limitada em número de paróquias, argumentou-se que o seminário da diocese “no prazo de 15 a 20 anos, deverá estar produzindo, anualmente, um contingente de 15 a 20 sacerdotes, o que significa uma média de 300 candidatos, desde o início, dada a alta porcentagem de perdas durante o curso de 15 anos”.¹³⁰ Mostrou também a necessidade de prover as paróquias com os respectivos párocos e insistiu na necessidade de padres para trabalhar na zona rural junto aos camponeses. Há indicações de que o motivo para se pensar na formação de padres especializados para atuar em áreas específicas fosse consequência da experiência da Ação Católica especializada. Esta tinha como objetivo a cristianização e transformação dos ambientes específicos onde se encontravam os cristãos e também da necessidade de padres que tivessem sensibilidade necessária para considerar a realidade social e econômica das paróquias como ponto de partida para o planejamento e ação pastoral.

Como já foi discutido,¹³¹ desde 1950 a Igreja no Brasil passou a preocupar-se

¹²⁹ KOOP, Pedro Paulo. As necessidades da Igreja. **A Fé**, Bauru, 10 set. 1961.

¹³⁰ Ibid. Em 1982 havia apenas um seminarista cursando Teologia em São Paulo pela diocese. (testemunho do autor)

¹³¹ Cf. cap. 2, item 2.2.

mais diretamente com o homem do campo. No início da década de 1960, diante do avanço dos comunistas na área rural, aquela preocupação aumentou ainda mais. Como consequência, era necessário que houvesse

sacerdotes que, organizadamente, com conhecimento de causa e bem a par da situação, venham ao encontro dos anseios do operariado rural. Esse operariado esquecido, agora desperto sob o toque de amigos e inimigos da Religião, tenta organizar-se para sua redenção e elevação na escala social e clama por sacerdotes e líderes que lhe façam justiça, o guiem no caminho da justiça, paz e liberdade evangélicas, o instruem na conquista de um justo pedaço de terra e seu cultivo racional e produtivo, a fim de que possa ganhar o suficiente em bens terrestres que o ajudem (e não estorvem) no caminho do bem eterno.¹³²

Mais que um pastor de almas, a atuação do novo sacerdote deveria ser a do líder a conduzir os trabalhadores rurais organizados em suas lutas pela conquista da terra e melhoria de suas condições de vida. Muitos sacerdotes se envolveram na formação de sindicatos de trabalhadores rurais e em projetos de educação popular não só no campo, mas também nas periferias dos centros urbanos. A Igreja projetava seu envolvimento com o movimento popular como parte de sua missão.

Entre as exigências da nunciatura apostólica para a criação da diocese, estava a criação do seminário para a formação do clero.¹³³ Como a carência de padres era uma das principais preocupações da Igreja no período, o seminário era visto como o “coração de cada diocese”. Deste modo, envidaram-se esforços para conseguir um terreno junto ao poder público local para a construção do seminário, e que

levantem os bauruenses e moradores das cidades vizinhas o Seminário do Divino Espírito Santo, joia de arquitetura, e bem equipado, para atestar a pujança da nossa fé, a largura de nossa caridade para com a Igreja que nós mesmos somos. Um orgulho

¹³² KOOP, Pedro Paulo. Sacerdotes e edifícios: preparando o bispado. **A Fé**, Bauru, 17 set. 1961. Além de sacerdotes especializados para a área rural também menciona a necessidade de formar sacerdotes para as funções de: “substitutos, assistentes, catequistas, escritores, jornalistas, conferencistas e missionários”. Ibid. Para isso seria necessário uma revitalização da vida comunitária paroquial (como descrita no capítulo 2.6) que lotasse o seminário e suscitasse numerosas vocações especializadas. Na Igreja renovada a administração dos bens materiais da Igreja caberia aos leigos e liberaria o clero para as atividades espirituais e pastorais. Em 15 dez. 1961, o jornal “A Fé” publicou a Declaração da Comissão Central da CNBB intitulado “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro” no qual se propunha trazer a público “as precisões e desenvolvimentos trazidos à *Rerum Novarum* pela *Mater e Magistra* e para divulgar os novos aspectos da questão social indicados e analisados pelo Vigário de Cristo”. Cf. A IGREJA e a situação do meio rural brasileiro. **A Fé**, Bauru, 15 out. 1961. p. 4.

¹³³ No esquema de discussão do Vaticano II as vocações sacerdotais ocuparam um lugar de destaque como um dos “problemas mais vivos, mais universais e mais necessitados de urgente solução. [...] Para o Papa este assunto é uma preocupação diária, é uma contínua oração, é o ardente desejo de sua alma”. KOOP, Pedro Paulo. Estudos e propostas sobre temas conciliares. **A Fé**, Bauru, 18 ago. 1962. p. 5.

para toda região.¹³⁴

O projeto do seminário ofereceu uma mostra do que se esperava de pujança e poder da Igreja na nova diocese. Pensava-se em manter “300 alunos” com a necessidade de a um alto investimento para a manutenção do mesmo, cuja previsão girava em torno de “5 milhões de cruzeiros” por ano.¹³⁵

A constituição do patrimônio da nova diocese foi desenvolvida, como era praxe, com doações de particulares em bens ou dinheiro, doações dos católicos em geral com diversas campanhas como a doação de “um dia de trabalho” e recursos conseguidos do poder público estadual e municipal.

Entre as grandes doações, consta uma de 5 milhões de cruzeiros conseguida junto ao governo do Estado de São Paulo, intermediada pelo então deputado Avallone Jr, amigo pessoal do Padre Koop desde longa data, cuja notícia saiu estampada em primeira página do jornal bauruense “Diário de Bauru”, de propriedade do próprio Avallone.¹³⁶

Por outro lado, era imprescindível se programar para a manutenção do patrimônio, depois de constituído e garantir o funcionamento da futura diocese. O Padre Koop propunha uma nova postura cristã ante a aquisição dos recursos materiais que não deveria ser mais função do clero, mas dos leigos, cujas contribuições mensais ou dízimos, seria uma forma mais evangélica para se manter os serviços da Igreja, pois tinha respaldo na bíblia. Pois, mais que o dinheiro, agora,

importa a **vontade de contribuir**, importa o amor com que se contribui, a confiança no destino para o qual se contribui. Dízimos e coletas devem ser frutos de uma mentalidade convictamente cristã, de uma atitude de solidariedade comunitária cristã, de um senso de co-responsabilidade pelas cousas de Deus, pelos interesses de Cristo e sua Igreja entre os homens. **A Igreja é ou não é a concretização, a encarnação social do Reino de Cristo na terra?** Dela depende ou não **depende a salvação temporal** e eterna dos

¹³⁴ KOOP, Pedro Paulo. Sacerdotes e edifícios: preparando o bispado. **A Fé**, Bauru, 17 set. 1961.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ “O deputado Avallone Jr desincumbindo-se de compromisso com o arcebispado de Botucatu e o vigário forâneo de Bauru, Padre Pedro Paulo Koop, está pagando, através da secretaria da fazenda 5 milhões de cruzeiros, de sua verba pessoal, contribuindo assim, de maneira objetiva para a concretização do Bispado da ‘Cidade sem Limites’, incluindo seu nome entre os beneméritos ao lado do Comendador José da Silva Martha, doador da área de terra para o futuro palácio episcopal, e a Prefeitura que doou terreno na Vargem Limpa”. CHEQUE DE 5 milhões entregue para o futuro bispado local. **Diário de Bauru**, Bauru, 24 out. 1963. Há de se enfatizar a tendenciosidade da notícia ao tentar passar a ideia de que a doação teria sido feita do patrimônio do próprio deputado. A amizade que unia Avallone e Padre Koop foi herdada por D. Zioni. Em setembro de 1964, D. Zioni, de Roma, onde participava da 3ª sessão conciliar, enviou carta ao mesmo para “[...] agradecer-lhe a atenção demonstrada para com o Seminário de Vocações de Adultos que tanto me está preocupando. Ademais, não posso esquecer sua generosidade, para com o mesmo porque, em nome da diocese, reitero o máximo agradecimento”. DOM VICENTE: “PEÇO A DEUS faça com que os seus ideais de progresso sejam coroados de êxito”. **Diário de Bauru**, Bauru, 11 out. 1964.

indivíduos e dos povos? Das gerações presentes e futuras? Somos ou não somos a Igreja e, portanto, a representação de Cristo no mundo? ¹³⁷

O conceito de igreja entendido como o conjunto dos templos, do clero e dos religiosos é abandonado e, aos poucos, emerge a noção de Igreja composta pelas pessoas cristãs. Da noção de clientes de bens sagrados, passa-se a construir a noção de Igreja como “povo”. Da concepção da salvação sobrenatural, eterna e moral do homem, surge o conceito de que o reino começa neste tempo histórico, possui uma dimensão política, social e econômica, e todos os católicos são responsáveis pela sua construção.

Se existia dificuldade para angariar os recursos materiais necessários para a constituição da estrutura da nova diocese, aquela era atribuída à falta de “espírito cristão”. Esta ausência se constituía em atraso para a Igreja nas obras que poderia realizar. Segundo Padre Koop, “todos os membros da Comunidade têm o dever de colaborar, de praticar o amor mútuo, principalmente preenchendo necessidades e comungando preocupações”. ¹³⁸

A proposta para a fonte de renda para a manutenção da nova diocese estaria na introdução dos “dízimos”, que fazia parte da renovação da Igreja e se atribuiria aos leigos uma função antes exercida pelo clero. Pois, de acordo com a proposta de reforma das fontes de renda,

desligados do econômico mesmo no tocante à manutenção da vida e casa própria e às preocupações materiais, ganharão os sacerdotes em espírito de religião e pobreza, em força evangelizadora, em desprendimento e virtude, em estima e veneração. ¹³⁹

As necessidades materiais do clero se colocavam também em função das “exigências do moderno apostolado e de uma cura de almas que clama por renovação”, ¹⁴⁰ mas que dependem de recursos econômicos.

Se até então a origem das rendas destinadas à manutenção das paróquias estava na cobrança de taxas ou espórtulas pelos serviços prestados pelo clero por ocasião da realização dos sacramentos, na coleta durante a missa, nas quermesses e doações voluntárias ¹⁴¹, os dízimos constituíam-se em doação de parte da renda

¹³⁷ KOOP, Pedro Paulo. Espírito que vivifica: preparando o bispado (VIII). **A Fé**, Bauru, 5 nov. 1961. (grifado no original)

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Id. Preparando o bispado. **A Fé**, Bauru, 8 out. 1961. p. 4,

¹⁴⁰ Ibid.

¹⁴¹ Segundo KOOP, “Às taxas desejamos uma morte suave, mas certa. Devem ser abrogadas aos poucos como

familiar dos paroquianos para a manutenção dos serviços eclesiais. No caso da nova diocese, 70% da renda seriam destinadas para as despesas paroquiais e 30% para as despesas diocesanas: casa do bispo, cúria e seminário.¹⁴²

Segundo Padre Koop, os dízimos

[...] criarão no espírito do nosso povo a **necessária consciência comunitária** cristã, **o espírito e co-responsabilidade** e de amor à causa de Cristo no mundo e sua Igreja. [...] Tempos novos exigem costumes novos, mas o sistema dos dízimos remonta aos antigos tempos católicos e aos primeiros tempos cristãos.¹⁴³

Portanto, o sistema de dízimos se inseria na proposta da Igreja renovada cuja ênfase recaía na vida comunitária paroquial.

Em novembro de 1961, Padre Koop demonstrou uma consciência clara da necessidade de se fazer mudanças na organização interna da Igreja, ao ritmo das discussões em preparação ao Vaticano II. Também demonstrou que existiam dificuldades enormes para se concretizar as mudanças em função das resistências colocadas por aqueles que não a desejavam. É assim que, ao refletir sobre a novidade da organização das comunidades para a coleta dos dízimos, tentou vencer as resistências colocadas por alguns leigos e por parcela do clero. Afirmou que

toda novidade é recebida com desconfiança. Reformas de base costumam impressionar mal no princípio, como se fossem revoluções bárbaras! Tentar quebrar tabus, vencer resistências, implantar cousas antes nunca vistas, mesmo que estas impliquem reais progressos e melhorias, são ocupações assaz perigosas que podem levar seus autores à fogueira. Mas saibam todos: os tempos mudam, a humanidade progride, e permanecer, então, nas posições antigas, é não avançar, é não alcançar mais o próximo futuro, é perder a batalha da nova geração.¹⁴⁴

A coleta dos dízimos implicava tanto a participação dos leigos quanto a sua organização nas paróquias da futura diocese. Seria criada uma comissão diocesana denominada “União Diocesana” que teria como uma de suas funções a criação de

comissões paroquiais cujos respectivos presidentes, auxiliados pelos respectivos párocos, dividirão as paróquias em quadras e setores, de limitada superfície cada, confiando-as a **Coletores**. Estes,

superadas e antiquadas. As taxas ou contribuições tabeladas [...] implicam algo que diminui o respeito às funções sagradas, fazem avaliar erroneamente os santos sacramentos e sacramentais e ferem o caráter comunitário da Família de Deus. [...] Na questão dos estipêndios da missa vigora uma mentalidade errada. Parece que nosso povo, ao encomendar uma missa, pensa em termos de fornecedor e freguês. Acha que, pagando um estipêndio, adquire o domínio completo da missa, passando esta a ser propriedade sua, exclusiva e particular [...]”. KOOP, Pedro Paulo. A coleta dominical: preparando o bispado (VII). **A Fé**, Bauru, 22 out. 1961.

¹⁴² KOOP, Pedro Paulo. Preparando a criação do bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 24 set. 1961. p. 3,

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ Id. O resto tudo é livre: preparando bispado IX. **A Fé**, Bauru, 12 nov. 1961.

mensalmente, visitarão as exmas. famílias de sua quadra ou setor, solicitando o dízimo do corrente mês. Os Coletores de quadras ou setores receberão uma porcentagem (10%) sobre o dízimo recebido para contrabalançar os gastos de tempo, roupa e sapatos.¹⁴⁵

A atividade do coletor não deveria reduzir-se a coletar o dinheiro e entrega-lo à comissão central. Deveriam cumprir uma função de intermediários entre as famílias e o pároco aproximando este do povo. Por isso,

o coletor de quadra ou setor deve ser pessoa educada, compreensiva, religiosa, que saiba transmitir uma mensagem do pároco, informar sobre o movimento religioso da paróquia, interessar-se pela difusão do jornal católico, etc.; e saiba também informar-se sobre o estado de um doente, ouvir uma queixa e receber um pedido a fim de, a pedido, transmiti-lo ao pároco, à comissão paroquial ou à presidência de uma associação religiosa.¹⁴⁶

Naquele momento, novembro de 1961, a expectativa seria que se as coletas dos dízimos funcionassem durante o ano de 1962, em janeiro de 1963 todos os recursos materiais necessários para a instalação da diocese como prédios e terrenos estariam prontos.¹⁴⁷

Uma nova diocese enfrentaria diversos desafios, particularmente em função da reforma que se fazia no catolicismo, acelerada desde a convocação do Concílio. Em outubro de 1961, Padre Koop elencou alguns dos problemas que a nova diocese teria:

problemas de pregação; de catequese; de vida litúrgica; do uso dos sacramentos; da observância dos mandamentos; da **penetração popular do espírito ecumênico**; das **relações humanas com os que não pertencem visivelmente à Igreja**; de como sanar as falhas pastorais; de qual **a posição do Laicato na Igreja**, não tanto como objeto de cuidados pastorais nem como aliado do sacerdócio, mas no quadro dessa enorme realidade de que, juntos: **bispo, sacerdotes e leigos, formam a própria Igreja**. Tais assuntos não podem ser considerados no nível de um passatempo ou como amadorismo. Trata-se de **cousas essenciais** do pensamento da Igreja, da figura sob a qual Ela deve apresentar-se ao mundo de hoje. Trata-se da **unidade de fé e vida** de seus fiéis, envolvidos em graves lutas e problemas, aos quais a **Igreja deve falar uma linguagem inteligível**, dar-lhes uma mensagem de esperança e alegria que repercuta na vida deles.¹⁴⁸

Ecumenismo, relação dos cristãos com não cristãos, missão dos leigos na Igreja, compreensão da Igreja composta pelo bispo, padres e leigos, a unidade entre

¹⁴⁵ KOOP, Pedro Paulo. O resto tudo é livre: preparando bispado IX. **A Fé**, Bauru, 12 nov. 1961.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ Id. Preparando o bispado. **A Fé**, Bauru, 8 out. 1961. p. 4.

fé e vida e a adaptação da linguagem da Igreja na comunicação com seus fiéis seriam temas a serem discutidos no Concílio e passariam fazer parte dos objetivos da Igreja pós Vaticano II, por mais de uma década. Para a realização destas tarefas seria necessária uma fonte contínua de financiamento. Os dízimos seriam a solução cristã e co-responsável para essa questão, segundo o projeto do Padre Koop.

Em junho de 1962, poucos meses antes do início do Concílio e depois de ter realizado uma visita pastoral a Bauru, D. Henrique fez um paralelo entre a primeira visita feita em 1949 e esta última mostrando que as mudanças ocorridas tornavam a cidade de Bauru apta para sediar o novo bispado.

Em 1949, havia duas paróquias, em 1962, sete matrizes e seis capelas onde havia missa aos domingos. Antes, somente padres holandeses dos MSC; agora, além deles há franciscanos, rogacionistas e o clero diocesano. Em 1949, somente um colégio católico; agora, em 1962, havia mais três em funcionamento e um em construção. Funcionava o jornal “A Fé”, “um baluarte” e a livraria católica Sapiência. A cidade contava com quatro hospitais atendidos por capelães. Os pobres eram atendidos pelos vicentinos. Havia a Cruzada Pastores de Belém, “organização original que em casas individuais, decentes e isoladas, mantém perto de 20 famílias desmanteladas”.¹⁴⁹

Na visita, foram feitas mais de 1500 crismas de crianças com mais de sete anos devidamente preparadas. Em 1949 eram crismadas crianças de qualquer idade. Foi instalada na “matriz do Divino Espírito Santo a Congregação da Doutrina Cristã de todas as paróquias”. O arcebispo dirigiu a palavra aos bauruenses através da televisão.¹⁵⁰

Enfim, o arcebispo registrou impressões elogiosas sobre o desenvolvimento do catolicismo em Bauru:

o espírito litúrgico se espalha e se aprofunda em todas as matrizes e capelas, dando-nos a promissora visão de um cristianismo mais autêntico, que procura glorificar a Deus, santificar-se a si mesmo e viver a união fraterna, tão característica dos primórdios da Igreja. [...] Bauru que precisa e merece, o quanto antes ser, de fato, cidade episcopal – cabeça e coração – de uma nova diocese do Brasil, pois lá já existem, em parte, ao menos, os grandes problemas das grandes cidades.¹⁵¹

¹⁴⁹ TRINDADE, Henrique Golland. A cidade episcopal de Bauru. **A Fé**, Bauru, 10 jun.1962. Sobre a Cruzada de Belém, cf. cap. 2.

¹⁵⁰ Ibid.

¹⁵¹ Ibid.

Em fevereiro de 1963, Padre Pedro Paulo Koop voltou a publicar orientações para a constituição do bispado de Bauru. Depois da divulgação do Plano de Emergência de setembro de 1962 e do encerramento da 1ª sessão do Concílio, havia maior clareza em relação à renovação do catolicismo e, portanto, a nova diocese poderia nascer dentro do novo estilo de organização pastoral.

Ao divulgar o conceito de “conselho paroquial”, esperava para breve a instalação do bispado em “moldes novos” com o relevante “papel dos leigos na Igreja”. Esclareceu que o conselho paroquial “é o órgão de contato entre os sacerdotes e os leigos da paróquia acerca de tudo que se refere à cura de almas, ao trato dos homens e das famílias com o Evangelho de Cristo, à Mensagem de Deus aos homens e ao caminho dos homens para Deus”.¹⁵²

O conselho paroquial deveria funcionar como um órgão executivo de certas tarefas e deveria assistir o sacerdote na “introdução de novas formas de apostolado”.¹⁵³ Pode-se inferir que havia uma convicção firme de que a nova diocese se inserisse desde o nascedouro dentro da proposta do Concílio e da CNBB de envolvimento do laicato nas atividades pastorais com funções próprias. Deixou ainda entrever a questão de se poder inovar e criar de acordo com a realidade local como previa o Plano de Emergência. Provavelmente, ao tentar se precaver da formação das “igrejinhas” dentro das paróquias e destacar a prevalência do espírito democrático, ressaltou que o conselho, quanto aos “membros, deve estar sujeito à lei da renovação e do desenvolvimento” e que seriam “escolhidos em consideração às suas qualidades pessoais”. Ao lado do conselho paroquial funcionaria o conselho administrativo que cuidaria das finanças e o secretariado social-caritativo para cuidar da área social nas atividades paroquiais.¹⁵⁴

Ao enfatizar que a Igreja era composta pela hierarquia e pelo laicato, e assim deveria funcionar na nova diocese, Padre Koop colocou quais seriam as funções dos diocesanos e paroquianos: “a primeira, é a pregação e vivência da palavra de Deus. [...] A segunda é a oferta de bens [...]. A terceira é a fraternidade comunitária ou caritativa-social”.¹⁵⁵ Portanto, planejou a futura diocese na qual as paróquias

¹⁵² KOOP, Pedro Paulo. Conselho paroquial. **A Fé**, Bauru, 17 fev. 1963.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Ibid. “O conselho paroquial é, por excelência, o instrumento inspirador e planejador, executivo e coordenador da vida e atividades paroquiais”. KOOP, Pedro Paulo. O bispado é com os leigos: as três faces do Evangelho. **A Fé**, Bauru, 24 fev. 1963.

¹⁵⁵ KOOP, Pedro Paulo. O bispado é com os leigos: as três faces do Evangelho. **A Fé**, Bauru, 24 fev. 1963.

contariam com os leigos como articuladores das pastorais juntamente com o pároco.

Na quaresma de 1963, depois da 1ª sessão conciliar, D. Henrique propôs aos sacerdotes que se iniciasse na arquidiocese a introdução da renovação do Vaticano II, com um “ensaio de reforma paroquial”. Naquele início, a preocupação se voltava ainda para a expansão da paróquia em busca de novos adeptos, limitada pelas velhas práticas eclesiais clientelistas. Entretanto, sem estas iniciativas, não se teria evoluído para formas comunitárias mais de acordo com o espírito conciliar. Por isso, deveria iniciar por “despertar as nossas velhas e beneméritas associações, dentro do seu espírito tradicional, mas, sobretudo, trata-se de despertar nelas um **novo espírito de conquista e de fraternidade**, dentro das realidades paroquiais modernas”.¹⁵⁶

Para o trabalho de expansão e transformação paroquial, era importante contar com os voluntários leigos. D. Henrique tinha convicção de que o clero sozinho

pouco ou nada poderemos alcançar para o reino de Cristo aqui na terra. Precisamos de colaboradores leigos, que nos ajudem a atingir aqueles que vivem mais afastados de nós e que esperam, talvez, uma palavra, um convite, um exemplo, um sinal de amizade e de amor fraterno.¹⁵⁷

A preocupação inicial era de que as pregações do clero fossem preparando o terreno e buscando a adesão de líderes e voluntários leigos para as futuras atividades pastorais planejadas dentro de um novo espírito de Igreja. Deste modo, as paróquias,

com estes Líderes ou Voluntários, os sacerdotes farão depois a **Reforma paroquial a longo prazo**, procurando atingir a todos [...]. a paróquia tem 10 ou 15 mil habitantes. Quantos desses nós conhecemos? A quantos deles nós conhecemos? Quantos ouvem as nossas palavras? De quantos nós conhecemos os problemas e os sofrimentos? Quantos conhecem a Cristo? [...] e nesta renovação paroquial, todos estamos convencidos de que a renovação verdadeira deve começar por nós mesmos, por cada um de nós, sacerdotes e leigos, que devemos viver nosso cristianismo autêntico, assim como deseja João XXIII, que as reformas do Concílio Ecumênico comecem pela reforma por cada indivíduo, de cada cristão.¹⁵⁸

Na páscoa de 1963, o arcebispo avaliou o trabalho iniciado de renovação e emitiu um parecer otimista de sua evolução. Com um pronunciamento que trazia como título “e todos trabalham”, enfatizou: “mas, agora, é um trabalho diferente”.

¹⁵⁶ TRINDADE, Henrique Golland. Um trabalho diferente... **A Fé**, Bauru, 17 mar. 1963. (grifado no original)

¹⁵⁷ Ibid.

¹⁵⁸ Ibid. (grifado no original)

Sob o comando de João XXIII, no clima do Concílio, do Plano de Emergência e da pastoral de conjunto “e todos trabalham. O arcebispo feliz vê vida nova e novas esperanças em toda parte [...]. Os grupos de Ação Católica, Hac, Sac, Joc, Jec, Juc, e, nos primeiros passos a Jac, se estão movimentando, alguns já com bons resultados”.¹⁵⁹

Além do dinamismo da catequese, existiam os congregados marianos, embora fossem

menos numerosos [...]. As associações, tomando consciência de suas responsabilidades. [...] Os legionários, as famílias. [...] As paróquias renovando-se em curto prazo, como o experimentam agora, [...] sendo o momento mais expressivo dos debates à noite, quando se observou, consolado, **o despertar do laicato**, que começa a compreender que a paróquia é sua também; e o arcebispo e os sacerdotes sempre presentes.¹⁶⁰

Outro aspecto da renovação elogiado pelo arcebispo referia-se às “equipes de sacerdotes, para uma revisão periódica de sua vida espiritual e pastoral, organizando-se espontaneamente”.¹⁶¹

As novas práticas litúrgicas mais animadas e participativas levavam D. Henrique a se convencer de que com o trabalho de todos “se desperta, como nunca, em toda parte, a consciência do corpo Místico de Cristo, a Igreja que somos nós [...]”.¹⁶²

Com a morte do Papa João XXIII, toda a mobilização para a eleição de Paulo VI e seguinte preocupação com os preparativos para a segunda sessão do Concílio, a decisão para a instituição da diocese de Bauru fora protelada mais uma vez. Dúvidas surgiam, a partir da opinião pública, se realmente Bauru reunia as condições materiais, humanas e espirituais para se tornar sede de diocese. Essas dúvidas dificultavam o trabalho das comissões para preparar o bispado, especialmente a comissão de finanças. Por isso, de Roma, D. Henrique se informou com o núncio a esse respeito. Foi então anunciado que até a Páscoa de 1964, enfim, a diocese seria criada e que, portanto,

clero e povo aceitem o conselho de cuidarem já da formação de

¹⁵⁹ TRINDADE, Henrique Golland. E todos trabalham. **A Fé**, Bauru, 26 maio 1963.

¹⁶⁰ Ibid. A única restrição feita pelo arcebispo e que continuaria até depois do Concílio foram os vicentinos. Estes, segundo o arcebispo, “só com uma mudança que venha do alto, poderão entrosar-se na vida da paróquia e da Igreja”. Ibid.

¹⁶¹ Ibid. A constatação do entrosamento do clero botucatuense, desde então, dentro do espírito de renovação conciliar, é fundamental para se compreender a reação de 32 deles contra a tomada de posse de D. Zioni em 1968 como bispo de Botucatu (ver cap. 6) que adotava uma visão de Igreja conservadora. (Cf. cap. 5.).

¹⁶² Ibid.

comissões cogitando nomes e congregando forças vivas a fim de todos se encontrarem de prontidão para enfrentar convenientemente os próximos acontecimentos. Chegou a hora de se proceder, dentro do esquema do plano de emergência, à profunda reforma da estrutura paroquial, **transformando as paróquias em verdadeiras comunidades vivas e atuantes de fé, culto e caridade, verdadeiras fraternidades em regime de governo democrático e colegial com leigos**, sem que se desconheça o lugar dos que, por ordenação de Cristo, foram separados e constituídos para regerem a Comunidade do Senhor.¹⁶³

O anúncio, enfim, da instalação da nova diocese foi oficializado na véspera do dia de Páscoa e a instalação se deu no dia 17 de maio de 1964.

A mudança interna da Igreja pode se originar de transformações que acontecem na sociedade, isto é, para realizar sua missão salvadora, a Instituição se adapta em função de pressões externas que emanam da evolução social. A tomada de consciência pelo clero das mudanças na sociedade fez com que se buscassem uma readequação para a realização de sua missão. No caso da preparação da diocese de Bauru, houve uma conjugação de fatores externos e internos que formaram um conjunto de forças em prol das mudanças, como este estudo tem procurado mostrar. De Roma, vieram os novos ares e a segurança para a mudança: a encíclica *Mater et Magistra*. Segundo Koop, ela chamou a “atenção para as modificações radicais que se processam na presente conjuntura socioeconômica e suas repercussões nos padrões de vida, religiosa inclusive”.¹⁶⁴

Naquele contexto de reformismo, o clero da diocese de Botucatu voltou-se para a análise do presente e a construção do futuro. Tomava consciência que não havia um modelo pronto de Igreja vivido no passado que pudesse ser copiado: a nova missão da Igreja deveria ser construída de acordo com os “sinais dos tempos”. Adotou-se uma atitude de racionalidade no entendimento dos acontecimentos históricos presentes e de planejamento de ações para o futuro. Sem dúvida que o projeto de preparação da nova diocese se enquadrava nessa perspectiva.

Nas exatas palavras do Padre Koop, “é hoje que devemos meditar e providenciar, entrosar-nos nos processos de mudança, adaptação e ajustamento, a fim de enfrentar com êxito o próximo futuro”. Como a Igreja tinha procedido por séculos no passado “nada mais ingrato que correr atrás dos fatos consumados e tentar salvar o que já foi crescendo torto. Mais vale prevenir e influir, de modo

¹⁶³ KOOP, Pedro Paulo. E quando virá o bispado? *A Fé*, Bauru, 5 jan. 1964.

¹⁶⁴ Id. As necessidades da Igreja. *A Fé*, Bauru, 10 set. 1961.

diretivo, nas modernas formas de pensar e viver que se nos apresentam hoje em dia”.¹⁶⁵

Certamente que o avanço dos denominados “inimigos da Igreja” como o protestantismo, o comunismo, o espiritismo, os meios de comunicação de massa, como a TV, tinha mostrado que a Igreja não era mais aquela pedra inabalável e indestrutível como a doutrina tradicional tinha apregoado.¹⁶⁶ O momento era de revisão das tarefas de que devia se ocupar a Igreja para adequá-la aos novos tempos, na visão do clero local.

4.4 Um novo laicato para a comunidade paroquial

Desde o século XIX, após a Revolução Francesa e Revolução Industrial, com a elaboração e difusão da doutrina ultramontana, a Igreja manteve os fiéis na vida eclesial através da criação de associações laicas. Estas organizações se constituíram em meios para dispor dos leigos para as atividades da Igreja no momento em que a mesma tinha perdido o controle doutrinário e político sobre as populações europeias, principalmente sobre o proletariado urbano.

Como desdobramento do afastamento da Igreja em relação ao mundo moderno, para garantir seu espaço de ação na vida social e poder disputar o controle político com outras doutrinas políticas e igrejas cristãs, foi criada a Ação Católica: os leigos foram convidados, inicialmente, a exercer um papel auxiliar do clero para a recristianização das sociedades nos diversos ambientes da vida social.¹⁶⁷

A participação leiga na Igreja por meio da Ação Católica; o movimento litúrgico que reclamava uma participação ativa dos leigos na liturgia e na vida paroquial; do movimento bíblico que colocou, cada vez mais, a Bíblia nas mãos dos leigos; o movimento catequético que possibilitou um maior acesso ao conhecimento da doutrina cristã pelos leigos: esses movimentos de renovação geraram uma crise na constituição hierárquica e clerical da Igreja. Essa crise resultou na elaboração de

¹⁶⁵ KOOP, Pedro Paulo. As necessidades da Igreja. **A Fé**, Bauru, 10 set. 1961.

¹⁶⁶ Ao solicitar a participação dos leigos com a ajuda financeira para a constituição e manutenção da futura diocese, Koop escreve que, se não aparecer os recursos necessários “a igreja, com toda sua missão espiritual, está fadada a fracassar, a paralisar-se, rudimentarizar-se e perder contra os assaltos bem organizados e remunerados do mundo pagанизador, dos inimigos da fé”. KOOP, Pedro Paulo. Aos leigos o que é dos leigos. **A Fé**, Bauru, 25 fev. 1962.

¹⁶⁷ Cf. cap. 2.

uma teologia do laicato e do reconhecimento do leigo como parte constitutiva do sacerdócio cristão em virtude do batismo.

Quando os leigos foram chamados a participar da missão da Igreja através da Ação Católica, na primeira metade do século XX, sua missão consistia em auxiliar temporariamente na tarefa própria do clero em virtude de sua exiguidade. Entretanto, a noção de leigo evoluiu para aquele que possui missão própria dentro da Igreja independente da hierarquia: “Os católicos leigos devem meditar seriamente sobre o dever de assumir uma **tarefa e responsabilidade própria** que lhes compete na vida da Igreja”.¹⁶⁸

Ao abordar a igreja como o Corpo Místico de Cristo, da qual fazem parte a hierarquia e os leigos, destacou-se que

todos os membros devem ser membros vivos, organicamente ligados ao corpo animado que os move a bem da unidade comum. A ninguém, seja sacerdote ou leigo, é permitido ficar passivo, inativo, ou apenas receptivo e não produtivo. Peca contra a lei da vida um membro alheio, indiferente, que não ajuda e estorva por isso. Na comunidade inteira, sacerdote e leigo, quais cabeça e corpo, devem assistir-se, completar-se mutuamente. [...] Nosso intento é fazer o laicato católico compreender e crescer rumo à participação completa dele na vida e manutenção da Igreja. Queremos que o leigo conviva com sua Igreja, entrose-se nela, identifique-se com ela. [...] A Igreja é o reinado de Cristo na terra, é o Cristo atuando sobre o mundo como Luz, Verdade e Vida. E, nos momentos cruciais da Igreja, o leigo não pode fazer o papel da plebe debaixo da cruz: passar indiferente, sacudindo ombros ou zombando.¹⁶⁹

Essa doutrina logicamente ainda não estava amadurecida o suficiente, o que iria ocorrer durante o Concílio. Evidentemente, naquele momento a concepção da missão do leigo na Igreja estava em processo de evolução e limitadamente se reduzia a um papel de atuação no campo material e, particularmente, quando a arrecadação de fundos era necessária para formação do patrimônio da nova diocese de Bauru. Em virtude desses fatores, compreendia-se que “dupla era a responsabilidade do leigo na Igreja: a obediente colaboração com a hierarquia no ensino e na assistência litúrgica e social; e o cuidado econômico-financeiro-administrativo da Igreja”.¹⁷⁰

Caberia, ainda, na definição do campo específico do laicato “reconhecer a necessidade de **leigos especializados** em catequese e propaganda, liderança e

¹⁶⁸ KOOP, Pedro Paulo. O papel dos leigos: preparando o bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 3 set. 1961.

¹⁶⁹ Ibid.

¹⁷⁰ Ibid.

fomento, e bem, leigos ‘profissionais’ que adotem o apostolado como ofício exclusivo”,¹⁷¹ deixando apenas as tarefas clericais e espirituais aos sacerdotes.

Tendo como pano de fundo o Concílio; as ações para a implantação do Plano de Emergência da CNBB; os preparativos para a instalação da diocese de Bauru dentro das novas orientações para a reestruturação da pastoral diocesana e paroquial, o convite para a participação do laicato ocorreu com muita insistência e com algumas ações práticas também.

Segundo Padre Koop, a paróquia não podia mais ficar restrita à ação do pároco. Pois, “a paróquia perecerá se não houver um corpo organizado de colaboradores paroquiais”. Se a paróquia não atingia seus objetivos, a responsabilidade não seria somente de um, mas “a culpa é de muitos que, convocados para colaborar, recusam ou não levam a sério a vocação apostólica, inerente ao batismo e crisma recebidos”.¹⁷²

A urgência para a participação dos leigos era reclamada principalmente em virtude da carência de sacerdotes. Se havia escassez de sacerdotes era em função da falta de lares cristãos, segundo Padre Koop. A fórmula para multiplicar a efetividade da ação pastoral estava em “catolisar (*sic*) os lares pelos lares. Um casal profundamente cristão tome conta de outros dez, pastoreando, catequizando, sob a direção desse pároco, um só para tantos”. Essa tarefa a ser executada pelos leigos seria uma decorrência da nova autocompreensão da Igreja como “povo de Deus” e como Corpo Místico de Cristo, cabeça e membros.¹⁷³

O exemplo apresentado pelo clero seria que um eixo necessitava de duas rodas para funcionar: de um lado, a hierarquia e, de outro, os leigos:

falta montar a outra roda (o laicato, os leigos). Não utilizados paroquialmente, os leigos refugiaram-se em organizações extra-paroquiais e, mais longe ainda, em neutras, acatólicas. Eles querem trabalhar não só sob responsabilidade alheia, mas também **com iniciativas e responsabilidades próprias**.¹⁷⁴

Aos poucos, as paróquias tornaram-se campo de experimentação das novas diretrizes emanadas do Concílio e da CNBB. Essa novidade exigia uma mudança de atitude por parte da hierarquia e dos leigos:

processos de adaptação nos são aconselhados. As paróquias se

¹⁷¹ ¹⁷¹ KOOP, Pedro Paulo. As necessidades da Igreja. **A Fé**, Bauru, 10 set. 1961. (grifado no original)

¹⁷² Id. Restabelecer o eixo paroquial: sacerdote e leigo. **A Fé**, Bauru, 3 mar. 1963.

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Ibid.

esforçam para executá-los, cada qual de acordo com sua realidade, feitiço, recurso, configuração histórica e biotípica. As paróquias estão experimentando! Fase sumamente renovadora e interessante! As paróquias observam umas às outras e trocam experiências. Na uniformidade de ideias e diretrizes, há uma linda variedade de concretizações. Vingar-se o que há de melhor e mais eficiente. Todos têm o direito e o dever de experimentar; de contribuir e receber contribuição. De receber e dar conselhos! Assim como não há duas fisionomias iguais, não há também duas paróquias idênticas.¹⁷⁵

De fato, em torno de três anos, o discurso eclesial se alterou profundamente. Na realidade, nem parecia se tratar do discurso da mesma hierarquia anterior.

Digno de nota é a segurança com que se investiu na busca do novo, da experiência, da ação conjunta, mas, ao mesmo tempo, respeitando peculiaridades e realidades distintas. Incentivavam-se as mudanças, mas elas se sucediam ao ritmo de cada agente. Em lugar de regras fixas e impostas de cima, a liberdade para inventar, inovar e dialogar. Em lugar da uniformidade, a pluralidade.

Na perspectiva do Padre Koop, as paróquias da nova diocese deveriam respeitar algumas regras gerais que orientassem a ação do clero menos sensibilizado ante as novidades, tais como: aproveitar das forças existentes na paróquia; trazer para o convívio paroquial o que já funciona à margem dela; entrosar os trabalhos já iniciados “à linha paroquial”; os líderes das associações se coloquem a serviço da paróquia; todas as coletas de recursos econômicos sejam uniformizadas no dízimo; praticar a triplicidade da ação comunitária paroquial: construir, contribuir e distribuir.¹⁷⁶

Em março de 1963, embora sem se precisar os reais motivos, mas muito provavelmente em razão da demora de uma resposta do laicato ao chamado da hierarquia, Padre Koop publicou uma espécie de desabafo em defesa dos sacerdotes. Advertiu que os sacerdotes mesmo tendo dedicado a vida para a salvação do próximo não eram reconhecidos e tratados como mereceriam. Afirmou que “muitas vezes estranhemos fortemente a indiferença da grande maioria dos cristãos em relação aos seus padres”. Reclamou que os leigos se aproveitavam dos serviços da Igreja e nada retribuía: “pelo contrário, trataram-nos como a funcionários públicos, exigindo-lhes, asperamente, serviços religiosos a desoras, em

¹⁷⁵ KOOP, Pedro Paulo. Restabelecer o eixo paroquial: sacerdote e leigo. **A Fé**, Bauru, 3 mar. 1963.

¹⁷⁶ *Ibid.*

troco de nada ou ninharias. Nem sequer oram por eles”.¹⁷⁷

A renovação da Igreja demandava uma revisão e mudança nas relações entre o clero e os leigos. Certamente habituados que tinham sido por longas décadas com a submissão, obediência e passividade, submetidos a uma severa autoridade centralizadora e monopolizadora do clero, muitos dilemas dificultavam a mudança de atitudes. Afinal, já tinham se passado mais de meio século de doutrinação ultramontana na arquidiocese de Botucatu.

Bem diferente da concepção clerical do catolicismo tradicional, na década de 1960, “urge que os leigos entendam que a sorte dos seus padres é a própria sorte deles. E cabe a todos, não só aos padres, o grave dever batismal de tornar Cristo conhecido e amado de todos os homens, a começar pelos de casa, e da vizinhança local ou trabalho”.¹⁷⁸

O clima de humildade e mudança na Igreja iniciado por João XXIII parece ter contagiado o clero da arquidiocese. Padre Koop fez um exame de consciência e um *mea culpa* em relação à ação do clero e reconheceu os exageros e erros cometidos até então:

erraram os curas de almas, os padres, em se sobre-estimarem, achando que eram os *responsáveis únicos* pela vida paroquial; em subestimarem os leigos (capacidades, direitos, deveres) em relação à Ordem de Cristo: Ide, ensinai, santificai, organizai! A Igreja esteve excessivamente clericalizada. Foi esquecida a verdade elementar de que os leigos também são a Igreja, ativa, operante! Por pretenderem tudo planejar, decidir e realizar *sozinhos*, os sacerdotes esgotaram rapidamente, saúde, anos e nervos.¹⁷⁹

Apesar dos equívocos cometidos, o clero não merecia ser tratado com tanta indiferença e mesmo com hostilidade tanto pelos próprios fiéis como pelos próprios inimigos do clero, segundo Padre Koop. Afirmou que os sacerdotes nunca tinham sido bem compreendidos: em todas as iniciativas, sempre tinham sido criticados por agir de uma maneira ou outra:

se pedir dinheiro para socorrer ou construir é suspeito do pior; se nada realiza no temporal, é taxado de incapaz. Se, por falta de recursos, não consegue satisfazer a multidão de pobres que, diariamente, batem à sua porta (mandados por quem?) é chamado de avaro e descaridoso. Se prega justiça social, é comunista; senão, esteio dos capitalistas. Defensor da Verdade, é indolente; se

¹⁷⁷ KOOP, Pedro Paulo. Nós os leigos somos os guardas de nossos Padres? **A Fé**, Bauru, 24 mar. 1963.

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Ibid. (grifado no original)

calado, é culpado do avanço de heresia.¹⁸⁰

A conclusão a que chegou era que os leigos deveriam cuidar melhor de seus sacerdotes e ajudá-los em sua missão espinhosa. No novo tempo da Igreja, o que se esperava era “que as incompreensões, de lado a lado vão pertencer ao passado. Sabemos todos que a sorte dos padres e a dos leigos é uma sorte conjugada, ambos são a Igreja”.¹⁸¹ Para o clero local, tinha chegado a hora do laicato na Igreja renovada. O grande desafio estava em convencer e motivar os leigos para tal empreitada.

Pois, o papel do leigo na Igreja adquirira tal dignidade que passou a ser dotado de uma “vocação” específica. Reconheciam que, até então (1963), na vida eclesial, “o leigo, cidadão da Igreja, parece ter renunciado, com freqüência, às suas obrigações. De certo modo, acomodou-se a certo grau de minoridade, sem voz ativa, reduzindo-se a mero executor, na ordem prática”.¹⁸²

Entretanto, o leigo passou a ser valorizado positivamente pela Igreja renovada e requisitado para o cumprimento de uma missão específica na construção do Reino de Deus. Pois,

o leigo é um cristão. Pertence ao povo de Deus. É batizado. Consagrado a Deus. Seu antônimo não é clérigo, mas pagão. Distingue-se do clérigo, enquanto o leigo é secular, isto é, vive no mundo. Participa do sacerdócio de Cristo, a seu modo, oferecendo o sacrifício do Altar. Membro da Igreja e filho de Deus. Por isso mesmo, é a presença viva e atuante da Igreja nas estruturas temporais. E aí o leigo é insubstituível.¹⁸³

Atribui-se o temporal como campo exclusivo do leigo, mas lhe cabia ainda tarefas específicas na ordem da vivência e práticas sacramentais dentro da Igreja. O leigo reconhecido em sua maioria possuía, portanto, “uma vocação própria, uma missão própria, na construção do Reino e Deus”.¹⁸⁴

Na prática, em julho de 1963, a paróquia da Catedral organizou a “semana litúrgica” com o objetivo de “alimentar a participação dos fiéis na liturgia”. A semana foi liderada por seminaristas teólogos do seminário Central do Ipiranga. “No domingo, [...] nas missas, houve pregação no sentido de uma participação maior dos leigos na vida paroquial, tomando consciência do valor e da responsabilidade de ser

¹⁸⁰ KOOP, Pedro Paulo. Nós os leigos somos os guardas de nossos Padres? **A Fé**, Bauru, 24 mar. 1963.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² ROSA, Nivaldo. A vocação do leigo. **A Fé**, Bauru, 16 jun. 1963.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ Ibid.

cristão”.¹⁸⁵

O jovem padre Luiz Baldini fez um trabalho de dinamização da juventude ao organizar diversos grupos de jovens: “movimento promissor no sentido de evangelização da juventude”.¹⁸⁶

Em setembro de 1963, o vigário da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru, promoveu uma reunião de homens “com o intuito de formar o Conselho Paroquial”.¹⁸⁷ O Conselho Paroquial elaborou estatutos e fez a primeira eleição da diretoria a 15 de outubro de 1963.¹⁸⁸ Entretanto, com o retorno do Mons. Ramires de Lucena à paróquia, o Conselho Paroquial foi transformado em Conselho Administrativo para as obras de construção da matriz e outras.¹⁸⁹

Em março de 1963, Padre Pedro Paulo Koop, vigário decano de Bauru, designado pelo arcebispo para preparar a instalação da nova diocese, apresentou um plano que se avalia importante ser citado na íntegra, apesar de longo, dentro do propósito de mostrar que a nova diocese de Bauru reunia todas as condições para funcionar dentro do espírito do Vaticano II, com destaque para a participação dos leigos na nova estrutura organizacional e pastoral.

O plano para o novo bispado consistia no seguinte:

I – A CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

A – EM BASE PAROQUIAL:

1. Dividir as paróquias em quadras (ou lugares) bem delineadas.
2. Promover o levantamento demo, religioso e sócio-gráfico dos seus moradores.
3. Constituir sobre cada quadra uma Equipe Mista, responsável por ela sob o tríplice aspecto: pastoral, social e econômico. Se houver quadras e lugares pouco habitados e de território pouco reduzido, uma equipe mista pode tomar conta de dois, nunca mais de três. A Equipe é ‘mista’ por constar de elementos diversos para o contato pastoral, catequética e social, e para a coleta do dízimo ou centésimo.
4. Constituir sobre cada grupo de Equipes Mistas de quadra uma Equipe Mista de Grupo, constando de representantes de cada setor acima referido (pastoral-social-catequética e do dízimo).
5. Constituir: a) o Conselho paroquial; b) o Comitê administrativo; c) o Secretariado

¹⁸⁵ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 51, 29 jul. 1963. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁸⁶ Id., f. 57, 11 ago. 1963.

¹⁸⁷ Id., f. 57, 9 set. 1963.

¹⁸⁸ Id., f. 59, 15 out. 1963.

¹⁸⁹ Id., f. 62, 24 mar. 1964.

de assistência social para direção e tomada de contas das Equipes Mistas de Grupo.

B – EM BASE DIOCESANA:

Constituir a tríplice Comissão Diocesana, composta de elementos das respectivas cúpulas paroquiais mencionadas acima.

II – COMPOSIÇÃO E AÇÃO DAS EQUIPES MISTAS DE QUADRA

1. Um casal assume a responsabilidade de tipo pastoral (paroquial) de uma quadra (de duas, no máximo de três, menos habitadas, mas contíguas), e nela promove, uma semana sim, outra não, um ENCONTRO de todas as famílias nela residentes, numa casa sita na própria quadra.

Este ‘Encontro Familiar’ constará de leitura bíblica, oração, e diálogo (sempre em comum), dirigidos pelo Casal responsável (animador), anteriormente preparado para isso. O encontro realizar-se-á em dia, hora e local que mais convierem. (Destes contatos em comum, poderão resultar contatos particulares sobre problemas familiares e pessoais!).

2. Um (o mesmo) Casal promove, uma semana sim outra não, alternando (com as de cima) um ENCONTRO exclusivo com todos os jovens, de ambos os sexos, maiores de 16 anos, numa casa sita na própria quadra. O ‘Encontro dos Jovens’ constará principalmente de estudo em comum dos interesses sociais e dos problemas morais de sua idade, sob a luz da Religião. Realizar-se-á em dia, hora e local que mais convierem nas condições acima. Destes contatos em comum, poderão resultar contatos pessoais, entre o casal e o (a) jovem.

3. Um(a) catequista (ou mais) marca semanalmente um ‘Encontro Vivo’ com as crianças da quadra em dia, hora e local que mais convierem na mesma quadra. Nesse encontro, conversa, brinca e reza com as crianças, conta histórias bíblicas e ministra noções vivas de iniciação ou desenvolvimento cristãos.

4. Um(a) coletor visitará mensalmente as residências da mesma quadra a fim de receber o dízimo (cêntimo) combinado e anteriormente preparado.

5. Mensalmente, haverá alguma forma de contato entre as Equipes de quadra e a correspondente Equipe de grupo para troca de impressões, avisos, conselhos e entrega do dízimo.

III – COMPOSIÇÃO E AÇÃO DAS EQUIPES MISTAS DE GRUPO

1. Um casal assume a responsabilidade de tipo pastoral (paroquial) dos Casais de um grupo (+10) de Equipes de quadra, marcando com eles encontro mensal para o indispensável contato: ouvindo-lhes impressões, recebendo e transmitindo

sugestões, avisos e soluções.

2. Um(a) catequista assume a responsabilidade dos(as) Catequistas do mesmo grupo de Equipes de quadra; e entre mensalmente em contato com eles(as), transmitindo programas, ouvindo, explicando, etc.

3. Um(a) Coletor(a) trata da mesma forma com os coletores ou as coletoras do mesmo Grupo de Equipes de quadra.

4. Os diversos membros das Equipes de Grupo encontrar-se-ão, mensalmente, também, com as Comissões que lhes correspondem: os Casais e Catequistas com o Conselho paroquial ou com o Secretariado de assistência social conforme os casos encontrados e os setores de que cuidam. Os coletores e coletoras encontrar-se-ão com o comitê administrativo.

IV – COMPOSIÇÃO E AÇÃO DAS COMISSÕES COOPERATIVAS PAROQUIAIS

A – O CONSELHO PAROQUIAL

1. O Pároco é o chefe natural, o presidente nato do conselho. É assistido, principalmente, por um secretário leigo, possivelmente liberado.

2. O conselho compõe-se de um grupo de paroquianos (casados, solteiros e casais), mais velhos e mais jovens, escolhidos, inicialmente, por suas qualidades pessoais, pelo pároco. É completado depois pelos próprios leigos.

3. Sua missão principal é dialogar com o Pároco e com o povo de Deus (com este, mediante as Equipes mistas de grupo, de contato imediato). Em seguida: planejar, executar, coordenar, inserir, supervisionar, em nível paroquial (= pastoral e comunitária).

4. Seus membros representam camadas sociais e não determinadas organizações.

5. Estão sujeitos à lei da renovação (exceto o Pároco, à disposição do bispo).

6. O Conselho reúne-se mensalmente com os membros das equipes de grupo, para ouvi-los e transmitir-lhes diretrizes.

Observação: Nos lares completos, há pais, filhos e outros (hóspedes, empregadas e pensionistas). Na sociedade, temos chefes e servidores, patrões e empregados, professores e alunos, grande variedade de classes e posições, de culturas e profissões. **Na comunidade cristã, não prevaleçam essas diferenças.** Em toda humildade e cordialidade, cada um viva com seu irmão e o edifique de acordo com o dom recebido. Tanto os que têm capacidade para ensinar quanto os que devem receber ensino, dê e receba com humildade e simplicidade. Está em jogo, sempre, a honra de Deus e a salvação nossa ligada à dos nossos irmãos.

B – O COMITÊ ADMINISTRATIVO.

1. Cuida das finanças paroquiais. É o único responsável por elas. Administra os bens (edifícios, terrenos, ações) do patrimônio da paróquia. Atua em regime de administração pública, prestando conta ao bispo e ao povo. Promove a renda ordinária (dízimo, cêntimo) e a extraordinária (festas, campanhas). Conduz a propaganda educativa pró-Tributo Sacro.

2. O pároco é o chefe natural, o presidente nato do comitê. É assistido por um secretário geral e um tesoureiro geral.

3. O Comitê tem dois vice-presidentes que assumem a responsabilidade dos respectivos subcomitês, o da receita e o da despesa.

O da receita cuida da arrecadação, coletoria, propaganda. O da despesa cuida da administração, aplicação, balancete. Os vice-presidentes devem ser técnicos em contabilidade.

4. O subcomitê da receita inclui entre seus membros os coletores das Equipes de grupo e alguns especialistas de imprensa, rádio, TV e propaganda.

5. O subcomitê da administração inclui entre seus membros figuras expressivas dos meios comercial, industrial, agropecuário, liberal, cultural e sindical.

6. O Comitê administrativo manterá contato estreito com o conselho paroquial e o Secretariado de Assistência social.

C – O SECRETARIADO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. Faz os bens da Caridade e Amizade Cristãs circularem entre todos os irmãos em Cristo: paroquianos, diocesanos, todos os filhos de Deus já realizados ou a se realizarem ainda, esse mundo de Deus afora, mas a começar pelos da Casa e da sua da Fé.

2. Seu campo específico é o das relações humanas, o da promoção das obras de justiça e misericórdia, de assistência social e auxílio mútuo, de partilha dos com haveres com os sem haveres, sob os ardores da divina caridade.

3. Seus membros são os que traduzem seu espírito de caridade em atividades assistências, lembrados do lado direito de Cristo no dia do Juízo (Mt, 25, 31).

4. O pároco é o chefe natural deste secretariado, assistido por um secretário e um tesoureiro.¹⁹⁰

O plano tecnicamente bem elaborado se enquadrava perfeitamente dentro

¹⁹⁰ KOOP, Pedro Paulo. Preparação última: o plano proposto. **A Fé**, Bauru, 17 mar. 1963. p. 3-4. (cópia literal).

dos propósitos do espírito do Vaticano II e do Plano de Emergência elaborado pela CNBB em 1962, incentivado pelo Papa João XXIII. Entretanto, foi totalmente ignorado pelo primeiro bispo de Bauru, D. Vicente Marchetti Zioni. Este se prendeu a uma autocompreensão da conservadora Igreja pré-conciliar tanto na estrutura organizativa quanto nas práticas pastorais, ignorando o espírito do Vaticano II.

4.5 Momento histórico: pessimismo *versus* otimismo

No contexto da pós-renúncia de Jânio Quadros e do impedimento da tomada de posse do vice João Goulart, na segunda metade de 1961, criou-se no país uma conjuntura de crise política que levou a uma tomada de posição da Igreja, através dos meios de comunicação. Se desde meados da década de 1950, depois da morte de Vargas o cenário político era de instabilidade, com a crise crescente do populismo, a partir de 1961 apresentava ares de agitação que deixou a hierarquia em estado de alerta. Este cenário adquiria uma conotação toda especial ao se considerar a tendência de expansão da esquerdização na política brasileira e o surgimento de conflitos ideológicos daí decorrentes.

Este sintético cenário nacional era completado pela ameaça de expansão comunista pela América Latina, especialmente depois da Revolução Cubana. O contexto internacional da guerra fria colocava o mundo em alerta sob o risco de uma nova guerra com possível utilização de armas de destruição em massa.

Se havia por parte de setores católicos conservadores uma interpretação pessimista em relação ao futuro da humanidade, naquela primeira metade da década de 1960, não faltaria motivos para uma visão catastrófica do futuro próximo da história nacional: a ameaça comunista que rondava o Brasil. A adoção da autocompreensão da Igreja socialmente engajada titubeava entre a direita e a esquerda: ficar ao lado do movimento popular e torna-lo um aliado da Igreja ou combatê-lo aliando-se à política da direita.

Não seria exagero afirmar que a tendência de setores do clero de afirmar que estava em curso uma decadência da humanidade se constituía em argumento para, por meio do temor, manter os católicos vinculados à Igreja como o único meio de salvação da humanidade diante da iminência de uma catástrofe.

Em se tratando de período de conflito entre diversas autocompreensões da missão da Igreja, pode-se compreender que os setores da hierarquia mais

conservadores, resistentes às mudanças na sociedade e na Igreja, identificassem o futuro próximo como catastrófico.

Entretanto, a partir da tomada de consciência por setores mais progressistas do clero de que, no presente e futuro próximo, o cristão deveria tornar-se cooperador na obra da construção do reino de Deus já neste mundo terreno, o pessimismo cederia lugar ao otimismo evolutivo como tinham doutrinado teólogos e filósofos cristãos e pela insistência otimista do Papa João XXIII em relação à evolução da Igreja e do mundo.

No contexto da agitação da política brasileira, em setembro de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, D. Henrique publicou artigo advertindo os católicos e a sociedade em geral para os riscos de uma guerra civil: “Não há brasileiro sincero que não esteja vivendo a angústia do momento tão incerto e tão grave para o futuro da pátria. Quem se alegra neste instante não é brasileiro”.¹⁹¹ O momento foi caracterizado de “confusão e anarquia” propícia para a propagação do mal, ou melhor, do comunismo:

é gravíssimo o momento. Culpa nossa? Culpa dos governos? Culpa das classes militares? Culpa das igrejas? Culpa das famílias? Culpa das escolas? Culpa da imprensa? Culpa do cinema, rádio e televisão? Não atiramos pedra em ninguém. [...] Mas é certo que, se o mundo, se os homens, se as igrejas e famílias e coletividades, se todos nós tivéssemos procurado viver a doutrina básica do Evangelho, não estaríamos onde estamos, no mundo e no Brasil. É gravíssimo o momento.¹⁹²

Depois de conclamar todas as forças sociais para uma ação pacificadora, continuou:

mas, nem de longe, se pense ou se imagine, que a luta fratricida traria o entendimento e a paz para o Brasil. Seria horrível! Não pensemos em armas ou em fronteiras. Não pensemos em partidos ou em homens. Pensemos na grande família brasileira coberta de luto a chorar a morte inglória de seus filhos que começavam a viver. [...] Amaldiçoado o primeiro tiro que provocasse a luta! Seria tiro de louco. Não se vingue a morte de um filho, matando outro filho. Mas, amaldiçoado, por isso, talvez seria o segundo tiro, que aceitasse a luta, transformando a pátria em presa, cobiçadíssima pelos inimigos de todas as pátrias.¹⁹³

Todo otimismo demonstrado para com a reforma da Igreja pelo Concílio contrastava com o pessimismo sobre o momento vivido. Assim, D. Henrique pediu

¹⁹¹ TRINDADE, Henrique G. Tudo, menos uma guerra civil. **A Fé**, Bauru, 17 set. 1961.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Ibid.

orações para que o Papa conseguisse conduzir a Igreja em situação mundial tão crítica: o Papa “[...] João XXIII, que o Espírito Santo escolheu para governar a Igreja de Jesus Cristo, nesta hora tão conturbada da história”.¹⁹⁴

A síntese deixada pelo Mons. Ramires de Lucena sobre o panorama da época retratou a preocupação e angústia dos setores conservadores da hierarquia, mas não sem uma pitada de profecia:

a nação não caminha por estradas tranquilas. É enorme a angústia, a incerteza e a expectativa do povo. É praticamente um país sem governo. A inflação é galopante e asfixia as camadas trabalhadoras. Na ordem política surgem caudilhos inteiramente alheios das aspirações do povo brasileiro. Há uma tendência para a política ambígua de aventura perigosa a que chamam política independente como se fosse possível haver independência entre um policial que acode em nosso favor e um bandido que procura agredir-nos. A política exterior do Brasil vem nesse ritmo desde a aventura de Jânio Quadros. Agora o chanceler Santiago Dantas também deu de continuar no mesmo caminho de loucura e demência. Felizmente, a Câmara dos Deputados repeliu a indicação desse nome apresentado pelo Presidente Jango Goulart para 1º ministro. Em todo o Brasil, se percebe um descontentamento crescente. É certo que neste estado de profunda insatisfação não fica um país por muito tempo. Percebe-se o rumorejar de uma catástrofe nacional.¹⁹⁵

A declaração da comissão central da CNBB, em outubro de 1961, como tentativa de aplicar a encíclica *Mater et Magistra* à realidade brasileira, passou a orientar a tomada de posição do clero e de leigos militantes em relação aos temas críticos da época como a reforma agrária, o comunismo e a revolução.¹⁹⁶ Embora a ênfase pudesse variar de uma posição moderada, reformista para a progressista com viés revolucionário, a posição reformista foi a adotada pela Diocese de Botucatu, à qual acompanhou o jornal “A Fé”, a princípio.

Como a Igreja do Brasil em geral apoiava as reformas propostas pelo governo João Goulart, a ascensão de Franco Montoro ao Ministério do Trabalho, como partidário da Democracia Cristã, representava, para o clero e católicos reformistas, a possibilidade de um político católico concretizar, através do poder político, a doutrina social católica numa área socialmente tão delicada como as relações de trabalho.

Não tardou para o jornal expor o pensamento de Montoro para a orientação de seus leitores, ecoando as declarações da CNBB e da doutrina social da Igreja:

¹⁹⁴ TRINDADE, Henrique G. *Oremus pro Pontífice...* **A Fé**. Bauru, 5 nov. 1961.

¹⁹⁵ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 35, 1 jul. 1962. **Arquivo da Paróquia**.

¹⁹⁶ COMISSÃO CENTRAL DA CNBB. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. In: CNBB. **Pastoral da terra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977. passim.

falam-nos, com frequência no perigo comunista. Mas como combater o comunismo? O combate ao comunismo é a luta contra a miséria. Vamos então lutar contra a miséria! Não é com cartazes, nem com *slogans*, nem com passeatas que se pode fazer frente a regimes que não servem ao Brasil. É mostrando que o Brasil pode dar solução aos seus problemas, mas soluções efetivas. [...] É preciso cumprir aquilo que consta na Constituição, no que se refere ao princípio de propriedade. Mas propriedade não como direito de alguns. À solução capitalista de poucos proprietários, ou à solução comunista de nenhum proprietário, vamos apor a solução cristã: todos proprietários.¹⁹⁷

Na mesma tonalidade das palavras orientadoras da CNBB, Montoro, como ministro do governo, se colocou como modelo de ação cristã na política em prol das reformas que acreditava serem suficientes para exorcizar o comunismo:

o Brasil precisa deixar de ser farisaica e decorativamente cristão, para ser autêntica e vitalmente cristão, realizando estas reformas. [...] Aqueles que pensam que o cristão é um tímido, um conformado e um acomodaticio, haverão de se surpreender com a presença de um democrata-cristão no Ministério do Trabalho em Brasília.¹⁹⁸

Em julho de 1962, numa reunião histórica para a arquidiocese, quando se anunciou o plano de pastoral emergencial, D. Henrique não deixou de salientar a crise de mudança que o mundo, o Brasil e a Igreja estavam vivendo, a fim de motivar a ação dos católicos como resposta e tentativa de solução oferecida pela Igreja. Na ocasião, lembrou “**a situação do mundo e da Igreja** e os insistentes apelos do Santo Padre para que nos unamos cada vez mais e formemos a grande família de Deus, capaz de milagres, certos de que Jesus estará conosco, se nós estivermos com o **Evangelho de Jesus** que é amor, oração, renúncia e verdadeira fraternidade”.¹⁹⁹

O clima criado em torno da ideia de mudança somado ao projeto de prática pastoral que deveria partir da análise social da realidade, colocou a Igreja frente a frente com a questão da pobreza e miséria dos povos da América Latina, do Brasil, das periferias urbanas e do campo. Todos esses ingredientes representavam um

¹⁹⁷ MONTORO, Franco. Cristianismo é a revolução da humanidade. **A Fé**, Bauru, 03 dez. 1961. De acordo com a Declaração da CNBB sobre a expansão do comunismo no meio rural, “assim, como não podemos parar no mero anticomunismo simplista e contraproducente, não podemos ser ingênuos a ponto de entregar-nos a grandiosos planos de recuperação econômico social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos invadidos pelos guerrilheiros. Em cada diocese, caberá à perspicácia do Pastor descobrir os meios práticos de defender o rebanho”. COMISSÃO CENTRAL DA CNBB. **A Igreja e a situação do meio rural brasileiro**. In: CNBB. **Pastoral da terra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 127. Ou seja, passaram a acreditar que era insuficiente a pregação doutrinária e a espera de mudanças econômicas de longo prazo para enfrentar o avanço do comunismo. Ações práticas e imediatas eram urgentes.

¹⁹⁸ Ibid.

¹⁹⁹ TRINDADE, Henrique Golland. Grande reunião para maior união. **A Fé**, Bauru, 19 ago. 1962. p. 3. (grifado no original)

campo fértil para ação dos socialistas que prometiam a redenção do proletariado. A Igreja se apercebeu que não era suficiente apenas a difusão de uma doutrina condenatória do comunismo como o fizera até então. Reconhecia que sua missão principal não era “encher as barrigas vazias e cuidar de doentes”, mas não podia ficar insensível ante a miséria humana enfim “descoberta”. Por isso, havia uma convicção generalizada de que “era hora da Igreja. [...] desta Igreja que somos todos nós, desta Igreja que deve descer de seu jumento do sossego e bem-estar para socorrer o pobre próximo atirado nas mãos da pobreza e da miséria. E há tanta gente sem nada, saqueada, junto dos caminhos”!²⁰⁰

O acontecimento do Concílio Vaticano II (1962-1965), foi interpretado em seu início como um marco histórico para a Igreja e para o mundo. As expectativas e esperanças colocadas naquele fato pelo clero eram enormes. Pois,

não será um acontecimento qualquer, mas realmente excepcional, que merece nossa atenção, toda e concentrada. Este Concílio influirá profundamente no curso da História e dele falarão, com todo respeito, as gerações posteriores, gratas pelas repercussões e resultados que terá, então, produzido para elas: mundo maior e melhor.²⁰¹

De Roma, em carta de 8/10/1962, D. Henrique não escondeu a emoção, o medo diante de tão grandioso acontecimento:

o Concílio é tudo. É hora da Igreja. Depende de cada um de nós. Como gostaria de estar longe, rezando, escondido, pela Santa Igreja, pelo Santo Padre, pelos Bispos! Que responsabilidade a nossa, em momento tão sério! Garanto-lhes que não vim para passear. Mas, que posso fazer?! Que o Senhor Jesus nos conceda sua luz e sua coragem.²⁰²

Por ocasião das eleições de outubro de 1962, o professor católico bauruense, José Benedito Pinto, fiel às práticas católicas tradicionais, ao conclamar os católicos a votarem corretamente em função do momento que se vivia, afirmou:

o Brasil atravessa uma hora amarga. De um lado, a ameaça comunista, de outro, o capitalismo mal orientado que nos asfixia e nos desespera, abrindo caminho ao comunismo. O que os comunistas esperam é que os latifundiários, os detentores do poder econômico, os imorais e os inconscientes tomem o poder para poder continuar a sua obra de opressão, terreno fértil para o desenvolvimento do comunismo.²⁰³

²⁰⁰ TONIN, Neylor. Estive nu e não me vestiste! **A Fé**, Bauru, 2 set. 1962. p. 3.

²⁰¹ KOOP, Pedro Paulo. Dia para sempre memorável (11-10-1962). **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962.

²⁰² TRINDADE, Henrique Golland. Cartas do Concílio. **A Fé**, Bauru, 18 nov. 1962. p. 3.

²⁰³ PINTO, José Benedito. A responsabilidade do voto dos que se julgam cristãos. **A Fé**, Bauru, 30 set. 1962. p. 4.

Se bem que os maus agouros sobre o mundo moderno tivessem tido início no século XIX, certamente em função de a Igreja ter perdido a hegemonia sobre os destinos da humanidade nos campos da política e do saber,²⁰⁴ as predicções pessimistas se intensificaram na pena do clero e de teóricos tradicionais logo no pós-guerra. Mas, neste contexto, a Igreja se colocou como objetivo a retomada da vanguarda da condução histórica quando, teoricamente na visão da Igreja, havia um vazio de liderança mundial com a derrocada da Europa na condução modelar da civilização ocidental e o temor da expansão do comunismo.

Esclarecedoras foram as palavras de Pio XII, datadas de 1952, que justificariam o lançamento do Movimento por um Mundo Melhor:

o mundo encaminha-se hoje para a ruína. É todo o mundo, pois, que cumpre refazer desde os fundamentos, que cumpre transformar de selvagem em humano, e de humano em divino, segundo o Evangelho. Com resolução digna dos grandes momentos da História, reexamine cada homem de boa vontade tudo quanto pessoalmente possa e deva fazer como contribuição sua para a obra salvífica de Deus, para essa renovação total da vida cristã que, como milhões de homens reconhecem, só pode ser feita sob a direção da Igreja de Cristo, única timoneira capaz de comandar com eficácia tamanha empresa.²⁰⁵

Os anos 1962 e 1963 apresentaram um cenário de instabilidade política em função das transformações políticas e econômicas do Brasil. A fragilidade do governo, que recebia apoio de amplos setores da hierarquia católica favorável às reformas de base, não recebia os mesmos aplausos de setores que reivindicavam uma postura mais autoritária no campo da moral e costumes e no controle das classes trabalhadoras. Alegando que as autoridades governamentais federais teriam concedido licença para o funcionamento de uma casa de *streap-tease*, motivou a qualificação da época como de 'fim do mundo'. Para esses grupos de católicos conservadores, naquele momento histórico,

a juventude vive desnorteada, diante da balbúrdia, diante do relativismo absoluto, diante da corrupção e diante do espírito decrépito e fraco do adulto. [...] Então os inimigos da democracia se rejubilam, porque sentem que está na hora de implantar um regime de força. [...] Quando o governo, que encarna a legalidade, comete imoralidade, está próxima a catástrofe.²⁰⁶

Esse tipo de manifestação conservadora propiciaria a formação de um clima

²⁰⁴ Cf. MANOEL, Ivan A. O pêndulo da História. Maringá: Eduem, 2004. p. 47-49.

²⁰⁵ KESSELMEIER, Breno. A grande esperança. **A Fé**, Bauru, 7 abr. 1963. p. 3.

²⁰⁶ DIDONET, H. Quando o governo comete imoralidade. **A Fé**, Bauru, 12 maio 1963.

favorável ao golpe de Estado levado a efeito pelos militares menos de um ano mais tarde. Por outro lado, prejudicaria a introdução das inovações pastorais emanadas do Vaticano II.

Em meados de 1963, logo depois da publicação da encíclica *Pacem in Terris* pelo Papa João XXIII, a CNBB publicou um manifesto sobre a situação nacional divulgada na arquidiocese de Botucatu através do jornal “A Fé”. Neste manifesto tomou-se uma posição de denúncia das disparidades existentes na sociedade brasileira. Pois, “por um lado, se operam rápidos progressos em escala cada vez mais ampla e, por outro, subsistem a miséria e a mortalidade prematura em números clamorosos”. Porém, não deixou de fazer um alerta frente aos riscos oferecidos pelo marxismo.²⁰⁷ Ao se referir à conjuntura da época, expôs que

nossa ordem é, ainda, viciada pela pesada carga de uma tradição capitalista, na qual o poder econômico, o dinheiro, ainda detêm a última instância das decisões econômicas, políticas e sociais. A angústia do momento [...] se acentua, ainda, pelo fato de se tentar a substituição dessa ordem anti-humana por soluções marxistas desumanizadoras.²⁰⁸

Naquele manifesto, a CNBB adotou uma postura mais arrojada ao defender a “desapropriação por interesse social” como forma de viabilizar a “função social da propriedade rural” desde que se fizesse uma “justa indenização”.²⁰⁹ Direccionava-se no sentido da renovação da Igreja do Vaticano II ao tomar posição em defesa do homem como um todo e não somente do católico: “O ponto capital é a recuperação do homem oprimido [...]”. Particularmente, alertou sobre a situação do homem do campo que “sem poder participar dos benefícios do desenvolvimento, encontra-se em condições de miséria que constituem uma afronta à dignidade humana”.²¹⁰

A partir de certo momento, a visão pessimista em relação ao mundo contemporâneo e futuro, ao devir histórico, a qual identificava este mundo terreno como um vale de lágrimas, lugar do pecado e do mal, se transformou num otimismo esperançoso. Essa transição deu-se em função de diversos fatores: ao diálogo entre Igreja e mundo moderno ensejado pelo Concílio Vaticano II, sob a liderança de João XXIII; reflexão teológica e filosófica que projetavam um ideal histórico futuro;²¹¹ a

²⁰⁷ O EPISCOADO NACIONAL e as reformas. *A Fé*, Bauru, 26 maio 1963, p. 3.

²⁰⁸ *Ibid.*

²⁰⁹ *Ibid.*

²¹⁰ *Ibid.*

²¹¹ Cf. MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral*: uma nova visão da ordem cristã. 4. ed. São Paulo: Dominus: 1962.

história universal finalizada como síntese evolutiva progressiva;²¹² a história vista como movimento de personalização,²¹³ e, como síntese, a centralidade do homem como agente co-construtor da história e do Reino de Deus e não mais como mero apêndice do divino.

Uma voz que destoou completamente de quase todas as outras, dos Papas anteriores, de boa parte do episcopado e do clero em geral, foi a de João XXIII. Na abertura do Concílio, em 1962, procurou espantar o pessimismo e os pessimistas. Estes,

nos tempos modernos, só veem prevaricação e ruína; dizem que a nossa época, em confronto com as anteriores, vai piorando sempre mais; comportam-se como se nada tivessem aprendido com a história, como se aos tempos dos Concílios anteriores tudo fosse triunfo da vida cristã e da justa liberdade religiosa. **A nós, parece, devemos discordar destes profetas de desventura, que anunciam acontecimentos sempre infaustos, como se iminente estivesse o fim do mundo. No momento histórico atual, a Providência nos está conduzindo a uma ordem nova de relações humanas**, que tende ao cumprimento de desígnios superiores e inesperados; e tudo, mesmo as adversidades humanas, reverte em maior bem para a Igreja.²¹⁴

Em 1963, com João XXIII e com o Concílio em andamento, havia

a grande esperança de que o mundo se encaminha para uma nova primavera. [...] Estamos vivendo o maravilhoso despontar de uma nova era para a vida cristã e para o mundo inteiro. Depende de nós a grande esperança dos tempos hodiernos: levar novamente o mundo para Cristo.²¹⁵

O anúncio da reabertura do Concílio logo depois da posse de Paulo VI, em setembro de 1963, ensejou a reflexão de que o momento histórico, no contexto brasileiro, necessitava de algo que pudesse redirecionar os rumos dos acontecimentos. Assim, a convocação para a segunda fase do Concílio, surgia

em boa hora para tantas nações – exemplo palpitante o Brasil – que estranguladas por mil problemas, mormente da incompetência de seus dirigentes, pensam, utopicamente que a solução está no abandonar sua milenar cultura e estrutura cristãs e voltar-se para novas teorias e doutrinas, em cuja base se encontra desordem e a subversão. Neste momento, quando se firma a crença de que somente a revolução e a destruição podem estabelecer uma nova ordem, Deus nos envia a segunda parte do Concílio [...].²¹⁶

²¹² Cf. CHARDIN, Pierre Teilhard de. **O fenômeno humano**. 3. ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1970.

²¹³ Cf. MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

²¹⁴ BARAÚNA, Guilherme. O Papa começou e continua o Concílio com otimismo. **A Fé**, Bauru, 17 fev. 1963.

²¹⁵ KESSELMEIER, Breno. A grande esperança. **A Fé**, Bauru, 7 abr. 1963. p. 3.

²¹⁶ BAGGIO, HUGO. Pai nosso que estais nos céus. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963.

Na mesma edição e página do jornal, o clima tenso foi revelado pelo Padre Koop:

os dias são de confusão e de perda do bom senso. A visão humana anda distorcida, os ânimos estão exaltados, opiniões e reações se seguem extremadas a ponto de as próprias palavras do Evangelho, serenas e objetivas, serem mal entendidas. Cada um ouve e entende conforme o diapásão de seus ouvidos e espírito. Anormalizou-se tudo. A normalidade não tem vez. Atitudes de bom senso e juízo equilibrado são taxadas de insustentáveis e superadas, ou de covardes.²¹⁷

No segundo semestre de 1963, a polarização ideológica entre a esquerda e a direita, para a alta hierarquia, funcionava mais como divisora da sociedade, acirrava conflitos e não contribuía para solução dos problemas brasileiros. Pior, dividia também os católicos em duas facções. Para o arcebispo de Botucatu, “nem o perfume da direita, nem a graxa da esquerda, mas o bom odor de Cristo”, embora não duvidasse das atitudes sinceras de um ou outro, apesar de ver contradições nas manifestações de cada um deles:

e todos ou muitos, não duvidamos, querem colaborar para a salvação do mundo. Entretanto, sobretudo os cristãos [...], vivamos, autenticamente o nosso cristianismo, que ele seria a salvação, também, ou, exatamente, para nossos tempos. Cristianismo de renúncia, de pobreza, de fraternidade, de amor.²¹⁸

Antes de viajar para Roma para a 2ª sessão conciliar, D. Henrique deixou uma mensagem aos seus diocesanos destacando a renovação da Igreja e enfocando a conjuntura de então de maneira preocupante: “a situação do mundo é muito grave. É gravíssima a situação do Brasil. E não menos grave é a situação da Igreja que tantos desejam empurrar para a esquerda ou compará-la inteiramente com a direita”.²¹⁹ A Igreja socialmente engajada fez esse jogo entre a esquerda e a direita em função do momento, oportunidade e conveniências.

Ao findar o ano de 1963, em clima de instabilidade e mudança, o momento foi oportuno para se chamar à responsabilidade de todos dentro da concepção de que os homens são os agentes da história:

viver um determinado momento da História é uma responsabilidade,

²¹⁷ KOOP, Pedro Paulo. Justiça seja feita. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963.

²¹⁸ TRINDADE, Henrique Golland. Nem perfume, nem graxa. **A Fé**, Bauru, 15 set. 1963.

²¹⁹ Id. A Igreja se renova santamente. **A Fé**, Bauru, 6 out. 1963. Como já foi explicitado em outras partes, D. Henrique adotou nos seus escritos uma posição moderada ao defender o princípio de que a Igreja é para todos: ricos e pobres, embora condenasse tanto o socialismo quanto o capitalismo conforme a orientação tradicional da hierarquia. Embora visse a realidade com pessimismo, depositava muita esperança no futuro da igreja renovada pelo Concílio.

e mais responsabilidade se torna no momento presente, quando nos damos conta da tarefa ingente que se abre diante dos cristãos, os herdeiros dos meios de fazer a humanidade um só rebanho, obediente ao aceno de um só pastor. O Concílio Ecumênico Vaticano II é o poderoso grito de despertar lançado a quantos se haviam recolhido ao indiferentismo do privilégio da fé. [...] a vocação oferecida aos próprios leigos de passarem da concepção inerte e passiva de cristãos mais de nome do que de fato, estranhos à compreensão e participação dos problemas da Igreja.²²⁰

Na passagem de ano 1963/1964 o jornal “A Fé” publicou um alerta aos católicos a respeito das incertezas que pairavam no ar para o ano que se iniciava nas seguintes palavras:

o Brasil está passando por profundas transformações sociais. É preciso que os cristãos estejam presentes nesse processo, pois se ele se fizer, será feito contra nós. Nos nossos dias, é impossível fazer chegar às grandes massas a mensagem de Jesus Cristo sem usar os meios de comunicação social. É, portanto, decisivo o papel da opinião pública cristã e dos que nela militam tanto nos destinos de nossa pátria, como nos da Igreja em geral.²²¹

O cenário histórico visto pelo clero apresentava-se contraditório em função das rápidas mudanças que se operavam no mundo e na Igreja. As contradições se acentuavam ainda mais ao se contemplar as mudanças que a Igreja tentava efetivar em seu interior. Engajada socialmente, a Igreja local, nesse período de 1958-1964 apresenta-se insegura, despolitizada, reticente entre apoiar os avanços ou as permanências no campo sócio-político e eclesial.

A solução para as contradições sofreram inspiração do Evangelho quando a Igreja redescobriu que o caminho e a saída para a nova humanidade poderia ser, afinal, o mandamento do amor!

4.6 A redescoberta do mandamento cristão maior: o amor

O catolicismo tradicional ultramontano tinha como característica o cultivo de um tipo de espiritualidade individualista, intimista. Apesar de ter fomentado a formação de associações laicas, estas foram doutrinadas sob uma espiritualidade e moral de salvação individual. A palavra de ordem era sintetizada na frase “salva tua alma”.²²² Deste modo, a fé e as obras deveriam ser canalizadas para tal finalidade:

²²⁰ BAGGIO, Hugo. A responsabilidade é nossa. **A Fé**, Bauru, 29 dez. 1963.

²²¹ A FÉ – semanário católico para Bauru e região. **A Fé**, Bauru, 5 jan. 1964.

²²² Esta frase era inscrita na cruz que os missionários redentoristas fincavam nos pátios das igrejas, matrizes e

salvar a alma na outra vida, praticando boas ações que se reduziam, na realidade, às práticas sacramentais e obediência aos mandamentos da Igreja.

Aos poucos, a renovação paroquial com a introdução do senso de comunidade; a mudança do conceito de autoridade e de hierarquia; o conceito de leigo como participante do sacerdócio de Cristo e do corpo místico de Cristo; a organização de pequenos grupos de católicos nas bases deslocando-se geograficamente da igreja matriz; a ideia de que a Igreja não era apenas o prédio, mas as pessoas; o conceito de Igreja como o povo de Deus; o entendimento de que salvação seria conquistada de maneira coletiva; a noção de que o Reino de Deus deveria iniciar-se já no mundo terreno; a volta às fontes do cristianismo primitivo relatado nos Atos dos Apóstolos e outras, traduziu-se na recuperação da necessidade da prática do amor fraterno como condição para se amar a Deus e buscar a salvação da humanidade.

Esta mudança de atitude estava em sintonia com o deslocamento do homem da periferia para o centro do universo, como agente e promotor da história; da descoberta da história, tempo e espaço, como período e local da salvação; com a introdução da defesa da dignidade humana; que a construção do reino de Deus se iniciaria na história terrena.²²³

A pregação e doutrinação em torno da necessidade da vivência do amor cristão passaram a fazer parte do vocabulário católico a partir da renovação do Vaticano II, iniciada em 1959, com a convocação do Concílio pelo Papa João XXIII. Esta atitude dos católicos, hierarquia e leigos, constituiu-se em um dos elementos da transição do catolicismo tradicional para aquele do Vaticano II. Esta prática se tornaria um dos fundamentos para a formação das “comunidades eclesiais de base” e da teologia da libertação.

Ao publicar artigo com o título “a linguagem do amor”, Padre Koop consolidou uma abordagem de um novo tema no processo de renovação do catolicismo: a relação com o outro, a começar pelos sofredores, como condição para se chegar ao divino. Para Padre Koop, nas relações entre os homens, “o que mais importa é que

capelas, para manter a memória e lembrar aos católicos constantemente o principal objetivo da religião. Numa capela rural, no interior paulista, município de Alvarez Machado – SP, na qual o autor foi catequizado, a cruz de madeira fincada nas missões de 1968 só foi retirada no início deste milênio, não por convicção religiosa, mas por apodrecimento da madeira. Isto faz pensar nos limites da renovação que teria ocorrido no catolicismo cultivado por aquela comunidade.

²²³ CHARDIN, 1970, passim.

os homens entre si falem essa língua por excelência, a língua de todos os homens, que todos entendem, que tem sua raiz num só pensamento: aquele que sofre mais, deve ser assistido por primeiro!”. O reconhecimento de uma nova missão da Igreja socialmente engajada exigia que ela se voltasse para os pequenos, os fracos, assim como uma mãe forte cuida de seu filho frágil até que se torne forte, colocava como fundamento a prática do princípio maior do cristianismo, o amor fraterno. Assim, “amar é o verdadeiro modo de se usar deste mundo”.²²⁴ Com isto, passou-se a compreender, que a felicidade pessoal e do outro só poderia ser alcançada coletivamente: “a legítima felicidade pessoal inclui-se espontaneamente na promoção da felicidade do irmão, porque a felicidade é essencialmente comunitária e social. A felicidade própria está sempre ligada à alheia e vice-versa”.²²⁵ Isto é, descobriu-se que o sentido da felicidade cristã passava pela vivência da vida fraterna, da vivência do amor cristão.

A própria salvação eterna estaria vinculada à vivência do amor: “Não convém esquecer nunca: seremos julgados pelo critério do amor a Deus e ao próximo, pela lei do primeiro mandamento. Primeiro e principal, por encerrar em si todo o sentido da vida humana. Servir é reinar. Reinar é servir”.²²⁶

A nova autocompreensão da Igreja socialmente engajada passava a interpretar o Evangelho a partir de uma nova ótica: a do fraco e oprimido. Amar passou a significar que os cristãos deveriam ser fiéis ao mandato evangélico: “o Deus forte que se fez homem vulnerável, tudo fez e sofreu para aliviar os oprimidos e fracos [...]”. A lição a ser executada naquele tempo era: “amar e servir ao próximo, a começar pelo mais necessitado, é dom de Deus [...]. É exatamente nesse dom que se saboreia a essência divina, porque Deus é amor”.²²⁷

A imagem de Deus é deslocada da figura de pai severo, que castiga, pune, salva os bons e condena os maus, para aquela do Deus como Amor: “Na mesma hora que entendemos que Deus é amor, que Ele é bom e amável, alcançamos a

²²⁴ KOOP, Pedro Paulo. A linguagem do amor. **A Fé**, Bauru, 11 ago. 1963. Na prática da fé cristã até então tinha prevalecido a concepção de religião reduzida ao espaço da consciência, uma prática de foro íntimo que se devia prestar conta diretamente com o divino. A partir do início do Concílio a prática religiosa deixa o âmbito do privado e tornar-se uma prática pública, passa a ser politizada. “À concepção de religião como questão privada, conceito característico da idade moderna, sucede-se a ênfase no caráter público da mensagem evangélica” a partir do Vaticano II. FIERRO, Alfredo. **O Evangelho beligerante**. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 33.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ Ibid.

²²⁷ Id. Lição de amor. **A Fé**, Bauru, 25 ago. 1963.

metade da Santidade”. Em lugar do Deus que estava céu, distante, diante da pequenez do homem, Ele se encontraria presente nos pobres e necessitados: “trata-se primeiro de provar ou degustar como é bom amar. Na comunhão elementar e fundamental com Deus, presente nos necessitados, é que se concretiza a essência da vida humana que é amar!”.²²⁸

A moral e a prática da caridade, na ótica do catolicismo tradicional ultramontano, visava a garantir a salvação eterna, um lugar no céu depois da vida terrena. A esta perspectiva vista com desconfiança pelos anticlericais e críticos da doutrina católica, o catolicismo, gestado no Vaticano II, apresentou uma outra concepção para o princípio do amor cristão. Para a hierarquia,

a moral caritativa ou cristã, na verdade, é imensamente superior à chamada moral natural ou filantrópica porque, em absoluto, não visa ao interesse pessoal nem se move pelo desejo de uma recompensa, nem mesmo a celestial. [...] Esta caridade, amor a Deus e ao próximo, sem segundas intenções, sem a mínima dose de egoísmo ou auto-procura, é a forma suprema de viver, urgentemente necessária a toda a sociedade. Sem ela o mundo vira inferno.²²⁹

Longe de esperar que a Providência interferisse na história humana para sanar seus males; sem esperar que o poder político exercido por católicos convictos fizessem as reformas do capitalismo para evitar o socialismo, a nova concepção de amor cristão apontava o caminho da transformação pessoal e social por meio da ação social desinteressada e altruísta. Este estado de espírito se constituiria em fundamento para a formação de novas comunidades cristãs na base.

Se, tradicionalmente, a Igreja pregava que a adesão à doutrina cristã pura e simples garantiria a construção de um mundo melhor, depois do anúncio do Concílio Vaticano II, passou-se a acreditar que estaria na convivência entre as pessoas como verdadeiros irmãos a essência do cristianismo: “que torna o mundo habitável e o transforma em autêntico céu antecipado. [...] O amor ao próximo (Caridade) é o laço de toda união e perfeição entre os homens. Na medida exata em que esse amor predominar, o mundo irá a melhor”.²³⁰

A possibilidade de mudanças sociais com base em ações individuais de líderes isolados passa a ser rejeitada em função de sua ineficácia. As novas concepções de ação social organizada que se originaram das experiências da Ação

²²⁸ KOOP, Pedro Paulo. Lição de amor. **A Fé**, Bauru, 25 ago. 1963.

²²⁹ Id. Ser livre para amar. **A Fé**, Bauru, 1 set. 1963.

²³⁰ Ibid.

Católica e daquelas oferecidas pelas ciências sociais aplicadas, passaram a ser utilizadas pela ação pastoral nas paróquias. Em razão da aproximação da Igreja com o mundo moderno, as ciências e as técnicas passaram a ser incorporadas à ação pastoral do clero.

A vida em comunidade de amor fraterno é sugerida como solução à alternativa socialista. A conclusão a que chegou a hierarquia indicava que

mais do que nunca é patente que o individualismo conduz ao nada, ao fracasso total. Faltando o amor, logo será preciso recorrer à polícia, à tirania! **As mudanças que atualmente se processam por toda parte, colocam nossa geração diante de situações e problemas que exigem solução.** O individualismo é incapaz de solucionar esses grandes problemas. Será necessário, então, recorrer ao coletivismo, a não ser que o amor os resolva voluntariamente. **Os problemas materiais da atualidade não podem ficar por mais tempo sem solução.** [...] Em caso de não ser dada a solução do encontro caritativo cristão, sobrevirá inexoravelmente a tirania.²³¹

Ao contrário de algumas abordagens da Igreja que afirmam que a mudança na Igreja ocorre apenas para manter seu poder de influência sobre a sociedade, esse estudo considera que a mudança também é resultado de influências internas promovidas por convicções teóricas, demandas espirituais, econômicas ou sociais.²³² Apesar da pressão exercida pelo avanço do socialismo, a iniciativa da formação de comunidades fraternas pelo catolicismo não pode ser atribuída apenas a esse fator. No bojo da renovação havia o objetivo da volta às fontes originais do cristianismo para purificá-lo das mazelas culturais incorporadas a ele ao longo dos séculos.

O fundamento do autêntico ecumenismo, de acordo com o pensamento do clero, estaria não nas discussões teológicas, mas nas práticas caritativas de todos os cristãos. A prática do amor fraterno seria capaz de romper as barreiras que separavam entre si os cristãos. O clero acreditava que os cristãos das diversas igrejas ao chegarem à conclusão de que os laços que os uniriam seria o amor, as divergências seriam aparadas. Para Padre Koop, “em nome dessa essencialidade cristã, vamos ajudar essas crianças, esses pobres, esses infelizes” excluídos dos bens econômicos. Esse seria o autêntico ecumenismo.²³³

A introdução da relação “eu-tu”, no âmbito das práticas religiosas existenciais, como prática do amor fraterno, constitui-se em momento de superação das práticas

²³¹ KOOP, Pedro Paulo. Ser livre para amar. **A Fé**, Bauru, 1 set. 1963.

²³² LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. p. 33-34.

²³³ KOOP, Pedro Paulo. Ser livre para amar. **A Fé**, Bauru, 1 set. 1963.

privadas da religião cujas consequências levariam a uma nova etapa da transição do catolicismo enfatizando o espírito comunitário surgido com o Vaticano II. Este espírito comunitário levaria a um compromisso político das comunidades de base que então estavam sendo gestadas.

4.7 Primeiros impasses na renovação

Aos poucos, as contradições do processo de transição começavam a se manifestar. Por um lado, havia divergências entre membros do clero quanto ao ritmo das mudanças. Por outro, o desenvolvimento e aplicação do conceito de Igreja como comunidade ou povo de Deus evidenciavam as diferenças sociais entre os membros de uma mesma paróquia colocando dificuldades à convivência comunitária. Tomava-se consciência de que patrões e empregados frequentavam o mesmo espaço, a mesma “família”, embora setores da Igreja apontassem sua preferência pelos trabalhadores e excluídos e, outros, pelos capitalistas.

Outros conflitos ocorriam quanto ao comportamento do clero em relação aos costumes arraigados e às ordens episcopais. Conflitos se verificaram quanto à forma de se reorganizar os espaços internos dos templos como a quantidade de imagens a ser mantida, a colocação do altar mais próximo e no mesmo plano em que ficavam os fiéis em acordo com o novo espírito litúrgico e comunitário em desenvolvimento.

Exemplo de impasse surgido na renovação interna foi a regulamentação para a dispensa do uso da batina que, em algumas situações, teria sido extrapolado por membros do clero arquidiocesano.

Em setembro de 1963, os limites ditados para o uso do *clergyman* tinham sido ultrapassados por alguns sacerdotes da arquidiocese. Uma circular assinada pelo vigário geral lembrava aos membros do clero os limites que tinham sido regulamentados em março do mesmo ano. Ao que parece, em outras dioceses, a liberação tinha sido mais ampla por parte de bispos mais liberais neste campo. Pois, advertia-se que o clero local estaria seguindo costumes adotados em outras dioceses, os quais não deveriam ser imitados.²³⁴

²³⁴ DARIO, Silvio Maria. *Clergyman* com dignidade. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963. “O uso do colarinho romano é obrigatório, assim como é proibido, severamente, o uso do *clergyman* na celebração da Santa Missa e administração dos sacramentos. E se é permitido o uso do *clergyman* em viagens, etc., não o é nas reuniões do clero e outras reuniões semelhantes”. *Ibid.*

Os conflitos de classe colocaram dificuldades que o clero não estava habituado a enfrentar. Como era costume, o clero tradicional sempre emitia uma palavra segura de orientação e, ao mesmo tempo, tinha convicção de que seria portador da “verdade” que a Igreja afirmava deter, sempre em sintonia com as classes dominantes. No novo contexto, foi impelido a aprender a tomar posição nos conflitos ou simplesmente ignorá-los por falta de clareza ou de coragem em função das incertezas quanto aos resultados das decisões. Se a Igreja socialmente engajada tinha feito a opção pelas classes subalternas, não tardou para que o clero fosse apontado como comunista pela direita política e pelo clero conservador.

Neste caso, e naquela altura do processo de mudança da Igreja (setembro de 1963), os interesses tradicionais falaram mais alto na Igreja local. Não bastassem as mudanças internas da Igreja, o contexto político brasileiro vivia a plena efervescência da polarização política e muitos católicos, membros do clero e leigos, tinham se alinhado à esquerda, motivados, principalmente, por uma interpretação política mais liberal das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII.²³⁵

Padre Pedro Paulo Koop, vigário decano de Bauru, diretor do jornal “a Fé”, depois de ter planejado a estrutura de funcionamento da futura diocese de Bauru, de acordo com as orientações do Vaticano II e do Plano de Emergência da CNBB, em artigo intitulado “justiça seja feita”, tomou posição publicamente em nome do clero local. Surpreendentemente, uma posição contraditória em relação aos textos que havia publicado e em relação ao modelo de Igreja que estava em construção, mas compreensível dentro de um quadro de transição no qual as posições políticas entram em conflito e se explicitam suas contradições:

a objetividade católica nos obriga a dizer que não há meio termo entre o ter e o não ter, ser e não ser. É preciso ter! É necessário possuir, para ser! Pondo termo a uma relativa tolerância observada até hoje para com certas interpretações do Evangelho por parte de homens da Igreja (nunca por parte da Igreja!), **declaramos nossa posição capitalista, simples, útil, moderada, social, comunitária, produtiva, base de liberdade, fraternidade e felicidade humanas!** Este semanário, enquanto nós estivermos em sua direção manterá

²³⁵ A opção da Igreja socialmente engajada foi brindada em 1962/1963 com duas publicações que indicavam o caminho da revolução para os cristãos: JOSAPHAT, Carlos. *O evangelho e a revolução social*. São Paulo: Duas Cidades, 1962 e TARSO, Paulo. *Os cristãos e a revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. Os dois textos defendem uma “revolução não violenta”, fiéis à doutrina cristã e à doutrina social da Igreja. Mas o fato de insistirem que os cristãos deveriam lutar pelas “transformações das estruturas sociais” num contexto de polarização das disputas políticas nas quais muitos cristãos da Ação Católica se aliavam aos socialistas ou deixavam de ouvir a hierarquia, era suficiente para inflamar ainda mais os ânimos.

numa linha puramente religiosa, acima das correntes políticas e econômicas, taxadas de esquerdas e direitas, anti-isto e anti-aquilo (*sic*). Não aderimos a atitudes puramente negativas, estéreis contra-producentes. Seguiremos [o princípio]: “vencer o impasse das divisões esclerosadas de católicos de esquerda ou de direita”.²³⁶

Como afirma Richard, a Igreja socialmente engajada era realmente vacilante. Era capaz de se mover para a esquerda ou para direita de acordo com suas conveniências ou interesses. “É uma Igreja difícil de ser caracterizada”.²³⁷

Ao que parece, a revelação de conflitos dentro da comunidade católica a partir da “redescoberta do amor” deixou o clero literalmente desnorteado. Nem a tradicional condenação do capitalismo pela doutrina social da Igreja fora considerada,²³⁸ muito menos a tendência já iniciada para a aproximação da Igreja aos pobres. Nota-se uma total miscelânea de conceitos contraditórios para tentar colocar-se acima da esquerda ou da direita, como se fosse possível uma posição de neutralidade entre os interesses de classe em jogo, uma tentativa de despolitizar a doutrina católica!

Os argumentos apresentados para justificar tal posição se originam de princípios filosóficos e teológicos contraditórios em defesa de uma situação praticamente indefensável, mas com a pretensão de se atingir a ‘objetividade’ cristã, se é que fosse possível. Em vez de esclarecer, a confusão de ideias se instalou. Entretanto, dois mil anos de história em defesa da propriedade privada não podia se esvaír em alguns meses apenas! Para o Padre Koop, naquela oportunidade, valia o argumento de que

o homem foi criado para ser e possuir, trabalhar e aumentar seus bens. O homem é natural e necessariamente “capitalista”, isto é, possuidor de bens, de recursos, de meios, de frutos. O capital representa bens que Deus criou e que são bons e são meios para o homem viver dignamente em si, em família, em comunidade. O resto é fábula e má intenção. Sem ser escravo do capital, usa-o para sua felicidade pessoal, bem-estar familiar e prosperidade comunitária. O homem tem obrigação de valorizar e multiplicar os bens deste mundo e, via destes, aperfeiçoar-se, enriquecer-se e alcançar o Bem

²³⁶ KOOP, Pedro Paulo. Justiça seja feita. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963. Naquele mesmo mês, tinha sido fechado o jornal “Brasil Urgente”, dirigido pelo Frei Josaphat o qual Padre Koop tinha defendido dois anos antes da acusação de “comunista”. O contexto indica que para Padre Koop, além de garantir a continuidade da impressão do jornal “A Fé” numa empresa capitalista em expansão (TILIBRA), era preciso cuidar para que o jornal não sofresse nenhuma censura por parte do arcebispo ou outra autoridade da Igreja.

²³⁷ RICHARD, 1989, p. 217.

²³⁸ Segundo Paulo de Tarso “tem-se dito que a estrutura capitalista em si não é condenada pela doutrina social cristã, que se limitaria a condenar apenas os excessos. Não é exato. O capitalismo tem sido reiteradamente rejeitado pelo cristianismo social, tanto em sua realização histórica, quanto em sua base filosófica – o liberalismo”. TARSO, 1963, p. 34.

Supremo, o Capital celeste. Cristo nunca condenou as riquezas, mas ensinou qual a atitude perfeita do homem “rico” e “capitalista” (e TODO HOMEM o deve ser em medida pelo menos suficiente!) perante os bens da terra. Capital é fruto de trabalho, e trabalho é fonte de capital. São como corpo e alma. Formam uma unidade natural.²³⁹

As diferenças de classes sociais eram explicadas a partir de argumentos liberais individualistas, atribuindo ao próprio Deus a origem das desigualdades como algo natural. Ao mesmo tempo, recorre à ética paternalista medieval tomista para justificar a existência de ricos e pobres:

donde nos vem a diferença de posses e classes? Da própria natureza do homem. O grau de posse depende da própria liberdade do homem, do seu talento, do seu esforço, da sua inteligência, da sua persistência e aplicação. Deus criou os homens diferentes um do outro. Deu maiores talentos e disposições e oportunidades a uns do que a outros. A todos deu a respectiva responsabilidade com a correspondente prestação de contas no dia do juízo. A uns mais, a outros menos. A todos o necessário para se tornarem felizes. Constituiu a uns dirigentes de outros, os fortes, protetores dos fracos, os ricos dos pobres. Só condenou e maldisse os preguiçosos, os gozadores, os ébrios, os esbanjadores, os culposamente inúteis, os desordeiros, os que fazem mau uso do dinheiro e da posição. Deu ao homem o direito de multiplicar os bens e os “seus bens”, a bem de sua família e comunidade dele dependente. Deu ao homem o direito de viver dos frutos do seu trabalho, acumulá-los para sua idade avançada. E para garantia de esposa e filhos. **A todos o suficiente.** A uns mais, a outros menos. É justo que um homem empreendedor associe auxiliares à sua empresa e recompense a cada um na medida de seu talento e esforço e conforme sua posição familiar. Sem capital não é possível trabalhar. Quem fornece, além de trabalhar, ainda o capital como fruto do seu trabalho, é duplamente merecedor e benfeitor!²⁴⁰

Estavam, assim, expostos os dilemas da renovação da Igreja na sociedade de classes e sua relação com o conjunto da sociedade. De fato, este artigo, repleto de contradições, foi escrito em defesa de João Martins Coube, amigo pessoal do Padre Pedro Paulo Koop, proprietário da livraria e tipografia TILIBRA na qual era impresso o jornal “A Fé” desde 1950, de maneira vantajosa para o jornal. No desenrolar do ano de 1963, como ocorreu em todas as cidades industriais, houve muitas greves. Na TILIBRA, não foi diferente. Ocorreram debates públicos entre o sindicato dos gráficos e o proprietário nos quais Padre Koop colocou-se ao lado da empresa.²⁴¹

²³⁹ KOOP, Pedro Paulo. Justiça seja feita. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963.

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ Ao referir-se ao caso concreto da TILIBRA, afirmou que empregador e empregados, “no justo grau de proximidade e mérito, cada um – neste ‘capital’ – é capitalista, vive dos frutos da combinação ‘capital-

Ao mesmo tempo, no Vaticano II, se discutia uma autocompreensão de Igreja pobre e voltada para os pobres:

frisou-se que a Igreja tem por tarefa promover uma elevação das classes sociais menos favorecidos, e insistir ativamente na eliminação da miséria e da indigência profundamente anti-evangélicas. Cristo quer a elevação material e espiritual dos indigentes. Haja na Igreja uma grande preocupação social e crie-se na Cúria Romana um departamento para os assuntos sociais.²⁴²

Embora o discurso apresentado no planejamento da nova Diocese, até então, apontasse para um compromisso da igreja local com as camadas mais pobres, na ocasião do conflito concreto o clero mostrou seus limites e recuou. Todo processo de adaptação é lento e doloroso. Nenhuma conquista se faz sem dor. A segunda sessão do Concílio continuou com o processo de adaptação da Igreja aos tempos modernos: “e não pode haver adaptação perfeita sem reformas e, não raro, reformas profundas. Ora, toda reforma exige cortes de costumes e tradições que se foram cristalizando no correr dos tempos. E todo corte dói”.²⁴³ Para muitos a dor da metamorfose era insuportável!

Todavia, a reação contra a renovação também se originava de leigos, de quem Padre Baggio reclamava uma “atitude receptiva” às mudanças. Estas deveriam ser não apenas

dos seus dirigentes. [...] E se não houver recepção por parte dos fiéis, como se poderá efetuar a adaptação? E o perigo existe. [...] Reforma não significa destruição. Não se quer substituir a fé que recebemos por outra nova fé. Quer-se apenas criar ambiente,

trabalho’, dela auferindo suficiente para uma vida humanamente digna, para si e para sua família. O patrão - ‘operário mor’ – mais que patrão é um pai para seus auxiliares. **Sempre foi mais longe que a própria lei.** [...] Firma modelar no sentido humano, social e técnico, não poderia deixar de ter opositores”. KOOP, Pedro Paulo. Justiça seja feita. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963. Naquele setembro de 1963, setores da hierarquia mais moderados ou conservadores, deram uma guinada para refrear certos avanços e posições católicas mais à esquerda. Pois na mesma primeira página do jornal “A Fé” do dia 29/09/1963, saiu uma nota do cardeal do Rio de Janeiro de telegrama enviado ao arcebispo com os dizeres: “A Comissão central (da CNBB) declara que o jornal BRASIL URGENTE não pertence à imprensa católica nem aprova tudo que vem sendo divulgado por esse jornal. CARDEAL CÂMARA. Rio”. BRASIL URGENTE. **A Fé**, 29 set. 1963. Depois do golpe militar de abril de 1964 e de cinco anos de governo da Diocese de Bauru por D. Zioni, em fevereiro de 1970 o Côn. Ramires, então vigário capitular da diocese, celebrou missa para a “família” Tilibra. Sobre o fato, registrou: “missa na Tilibra: os operários das oficinas da tipografia Brasil haviam preparado uma festa de aniversário do Sr. João Martins Coube. Este, entretanto, adoeceu gravemente, e, estando ausente, em tratamento, fez que a festividade perdesse parte de sua alegria. Contudo, o cura da Sé celebrou missa no pátio das oficinas, estando presentes os parentes e os operários”. Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 174, 1 fev.1970. **Arquivo da Paróquia.**

²⁴² CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **A Fé**, Bauru, 20 out. 1963.

²⁴³ BAGGIO, Hugo. Atitude receptiva. **A Fé**, Bauru, 1 dez. 1963. O que Chardin coloca para referir-se à passagem do mundo medieval para o moderno vale, *mutatis mutandis*, para a passagem da Igreja ultramontana para aquela do Vaticano II: “Impossível aceder a um meio fundamentalmente novo sem passar pelos transe de uma metamorfose”. CHARDIN, Pierre Teilhard de. **O fenômeno humano**. 3. ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1970. p. 244. O transe pelo qual a Igreja passava era profundo o suficiente para deixar muitos dos membros do clero e do laicato desnorteados.

circunstâncias mais favoráveis para o desenvolvimento da fé. Por isso, não há razões para oposições. Embora pareça estranho, essas oposições existem.²⁴⁴

No caso do Brasil, especificamente, o processo de mudanças vindas do Concílio e implantadas pelo Plano de Emergência, coincidiram com aquelas da política oficial que estava em pleno auge das lutas pelas Reformas de Base, com envolvimento pleno das forças de esquerda, incluindo os comunistas. A aproximação cada vez maior da Igreja para com os pobres, especialmente camponeses e operários de um lado e, por outro, a utilização das ciências sociais para o planejamento pastoral, oportunizou uma aproximação natural entre o clero e os ativistas de esquerda.

Deste modo, não tardou para que certos padres que se envolveram com as questões sociais fossem advertidos pela hierarquia e até afastados de suas atividades como o caso do Frei Josaphat, do jornal “Brasil Urgente”, e outros. Também a denominada “imprensa neutra” e mesmo a católica conservadora fez severas acusações a membros do clero e agentes envolvidos nos trabalhos com os pobres.

Em Bauru, Padre Luiz Baldini encarregado da pastoral Jocista, envolveu-se em conflitos trabalhistas na busca de solução que fosse favorável à classe trabalhadora. Em dezembro de 1963, uma dessas oportunidades surgiu com a greve dos “barnabés”. Cerca de 600 trabalhadores da prefeitura entraram em greve por causa da falta de pagamento do 13º salário e pagamento de um abono através de promissórias.

Segundo relato do Padre Darcy de Almeida, então vigário da matriz do Divino Espírito Santo,

o comércio não quis aceitar as promissórias. Muitos operários foram extorquidos com até 50% de descontos. Estando a greve no terceiro dia e não havendo solução, o coadjutor da matriz entrou em ação. Constatou: 1º - a prefeitura não dispunha de dinheiro; 2º - os bancos não queriam financiar; 3º - as autoridades municipais enquadraram os grevistas na lei de segurança nacional e declaram a todos demitidos. Solução: um grupo de 15 homens católicos endoçou títulos no valor de 15 milhões. O Banco Sotto Mayor, que estava preparando a abertura de nova agência em Bauru fez o empréstimo. De início, as autoridades municipais não queriam aceitar a mediação do Padre Luiz Baldini, que também reivindicava a anulação do decreto do prefeito e o não castigo dos grevistas. Depois de 48 horas

²⁴⁴ BAGGIO, Hugo. Atitude receptiva. **A Fé**, Bauru, 1 dez. 1963.

de trabalho, tudo se resolveu a contento dos operários. Foi uma vitória cristã, porque os comunistas estavam de posse da greve.²⁴⁵

A autocompreensão da Igreja socialmente engajada, ao se colocar ao lado dos trabalhadores, fazia sua opção de luta em favor dos mesmos. Esse posicionamento, de uma forma ou outra, resultava por ferir algum interesse das elites políticas e econômicas locais. Por reivindicar a mudança social, mesmo não tendo muitas vezes nem conhecimento da doutrina socialista passavam a se acusados de comunistas.

A acusação da existência de padres comunistas em Bauru, partiu da FAC (frente anticomunista). Esta funcionava, pelas indicações existentes, com anuência do arcebispo D. Henrique. A acusação contra os padres foi publicada no jornal Diário de Notícias:

todo o clero de Bauru e, de modo especial, os padres Darcy de Almeida Pinto, Luiz Baldini e Pedro Paulo Koop foram chamados de comunistas. A estas afrontas, um grupo de católicos deu uma resposta com a colhida de cerca de 8 mil assinaturas de desagravo ao clero bauruense.²⁴⁶

A 15/12/1963, o jornal “A Fé” publicou dois esclarecimentos sobre a acusação da existência de padres comunistas:

de vez em quando, ouvem-se acusações sérias a sacerdotes devido à sua posição em favor da justiça social. Diante da penúria, da miséria, do abandono, dos abusos repetidos, de uma mentalidade e uma estrutura granítica em que só o rico é que tem razão, da justiça morosa e difícil, natural é que sacerdotes sintam ardores da revolta e santa indignação. Daí, a tomar posição e fazer declarações veementes é apenas um passo. O excesso da parte de alguns – temos de reconhecer lealmente que houve excesso de linguagem e de posição, tanto que vários foram advertidos pela autoridade eclesiástica, provocou diversas reações em vários grupos. [...] O escândalo foi grande dos fiéis. A confusão, enorme e densa, a ponto de se atirar a pecha de comunistas contra padres, que tem por si, a aprovação dos seus superiores.²⁴⁷

Apesar das acusações aos padres e escândalos provocados, o articulista concluiu que “o sacerdote, como tal, não pode ser comunista. Nem colaborar com seu movimento, nem direta, nem indiretamente. Também não pode aceitar a ordem social vigente, Á base do dinheiro, da ganância e do supérfluo”.²⁴⁸ Portanto, a neutralidade se tornava impossível, particularmente ao se considerar que, naquele

²⁴⁵ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 59, 15 dez. 1963. **Arquivo da Paróquia.**

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ PADRES COMUNISTAS. **A Fé**, Bauru, 15 dez. 1963.

²⁴⁸ Ibid.

momento histórico, as polarizações ideológicas reinantes exigiam a tomada de posição de todos. Deste modo, a dança de setores do clero, que tentava uma adaptação às novas exigências sociais e eclesiais, entre uma e outra posição política conservadora e a revolucionária, pode ser perfeitamente compreendida.

Na arquidiocese de Botucatu, em virtude da ausência do arcebispo que participava da 2ª sessão do Concílio, o vigário geral fez divulgar uma circular para orientar o clero e os fiéis sobre os acontecimentos do final do ano de 1963. No documento, lembra que o magistério da Igreja tinha oferecido orientações sobre as novas condições sociais, e que, para a Igreja, a orientação deveria vir do Evangelho. Entretanto, naquele contexto, ocorria

o entrelaçamento de ideias e o **despertar de consciência** que se notam em todas as classes sociais, abrangendo também, os mais humildes, **puseram, em plena luz, exigências que sempre existiram no Evangelho**, mas que **estavam como que adormecidas**. Estas exigências de dignidade da pessoa humana e de fraternidade cristã trarão profundas mudanças e importarão em medidas, que, às vezes, nos poderiam chocar um tanto. A atitude que olha para estas exigências se situa em linha inteiramente diferente da do comunismo, ideologia atea e materialista [...].²⁴⁹

A autocompreensão da Igreja socialmente engajada fez aflorar as contradições opressão-libertação a partir da interpretação do Evangelho à luz da realidade social, econômica e política. O Plano de Emergência tinha consolidado a necessidade de se planejar a ação pastoral e executá-la depois do levantamento da realidade concreta da paróquia. Desse levantamento e confrontação com a mensagem evangélica afloraram as contradições sociais e o posicionamento da Igreja local ao lado dos mais fracos. Em virtude da situação de “transe” por que passava a Igreja, os titubeios podem ser considerados como parte do processo de mudança.

Para justificar o posicionamento social do clero em favor da justiça social, o vigário geral lembrou a mensagem dos bispos do Brasil, de abril de 1963, e pediu que o clero cuidasse para suas atitudes não fossem confundidas com a de um socialista. No documento se lê:

“ninguém pode supor que tal ordem de coisas seja uma ordem cristã”. Em outro lugar diz ser “anti-humana”. Ninguém, pois, poderá supor que os sacerdotes de nossa Arquidiocese, ao se interessarem pela solução dos problemas sociais, vejam no comunismo remédio

²⁴⁹ DARIO, Silvio Maria. Esclarecimento da Cúria metropolitana. **A Fé**, Bauru, 15 dez. 1963. p. 3.

para os problemas atuais. A Cúria Metropolitana se acha no dever de fazer este esclarecimento, exigido pelas circunstâncias do momento em que atitudes de vários sacerdotes poderiam ser mal interpretadas.²⁵⁰

Em Bauru, havia o promotor público Sílvio Marques Júnior, católico de direita, líder da FAC e, portanto, reacionário ao ponto de enxergar comunismo ao menor indício e mesmo quando não o havia, ele o criava.

Embora não se saiba exatamente o que escrevera em Carta a D. Henrique, em setembro de 1963, antes de sua viagem a Roma, entretanto, teve a resposta publicada pelo jornal “A Fé” no dia 6/10/1963. Segundo o arcebispo, Marques Júnior tinha solicitado uma palavra de orientação de como deveria proceder naquele momento conturbado politicamente. O arcebispo respondeu:

a missão de todos nós é, no momento, não combater, mas construir; não negar, mas afirmar; não nos afastarmos de quem quer que seja, mas de nos aproximarmos de todos e de cada um, para ganharmos todos para Cristo. Pelo que temos escrito, [...] somos contra o comunismo ateu e, do mesmo modo, contra o capitalismo ateu, um e outro igualmente injusto, um e outro negando o Evangelho da fraternidade universal e do amor.²⁵¹

Pelo teor da resposta, Marques Júnior provavelmente já deveria ter pedido permissão para acusar católicos, padres e leigos, de estarem mancomunados com os comunistas. O experiente arcebispo retrucou mostrando o caminho da humildade, do diálogo, do amor cristão como solução. Porém, enquanto esse ideal não fosse construído, não se chegaria a ele

com discussões ou acusações, nem com as armas mais modernas, a um entendimento, a uma esperança de paz e de união, isso, nas grandes esferas internacionais, como nas pequenas esferas de nossa cidade ou de nossa vizinhança. Olhemo-nos, reciprocamente, com respeito. Não julguemos a ninguém, a menos que nos consideremos puros, sem falta alguma [...]. E me lembro de Thomas Merton [...]: “Durante vinte séculos, nos demos o nome de cristãos, sem, entretanto, termos ainda compreendido um décimo do Evangelho. Temos considerado César como se fora Deus e a Deus com se fora César”. E mais adiante, **“ler o Evangelho, com os olhos bem abertos, pode ser algo perigoso”**.²⁵²

Até aquele momento, antes da segunda sessão do Concílio, o discurso de Dom Henrique revelou que ainda comungava da autocompreensão da Igreja

²⁵⁰ DARIO, Sílvio Maria. Esclarecimento da Cúria metropolitana. **A Fé**, Bauru, 15 dez. 1963. p. 3.

²⁵¹ TRINDADE, Henrique Golland. Do Sr. Arcebispo ao Sr. Dr. Sílvio Marques Junior. **A Fé**, Bauru, 6 out. 1963. Esta fala do arcebispo, naquele contexto, contradiz a posição tomada em Bauru pelo Padre Koop em relação ao conflito de classe na indústria da TILIBRA poucos meses antes.

²⁵² TRINDADE, Henrique Golland. Do Sr. Arcebispo ao Sr. Dr. Sílvio Marques Junior. **A Fé**, Bauru, 6 out. 1963.

socialmente engajada ao afirmar que a leitura do evangelho com “olhos bem abertos” poderia ser “perigosa”. Afirmou o caráter subversivo e revolucionário do evangelho. Entretanto, como é característica desta autocompreensão da Igreja, procurava manter um posicionamento equidistante entre a esquerda e a direita. Embora D. Henrique tivesse acreditado que seria cedo para acusar alguém de comunista, particularmente os católicos, depois de realizado o golpe militar, não há indícios de que tivesse se oposto à ação da FAC na perseguição dos acusados de “comunistas”, católicos ou não. Mesmo porque o núcleo de comando da FAC da região se encontrava em Bauru e não na sede o arcebispado em Botucatu, o que facilitou sua ação praticamente autônoma. Saliente-se que em maio de 1964, menos de dois meses depois do golpe militar, D. Zioni tomou posse na nova diocese.

5 O GOVERNO DE D. VICENTE ZIONI: IMPASSES NAS MUDANÇAS (1964-1969)

Vicente Marchetti Zioni nasceu em São Paulo, a 11 de dezembro de 1911. Frequentou o seminário menor em Pirapora, SP, o seminário arquidiocesano de São Paulo e a Universidade Gregoriana em Roma, licenciando-se em Teologia e Direito Canônico. Foi ordenado sacerdote em Roma, a 11 de abril de 1936. Exerceu as funções de professor e reitor do Seminário Central de São Paulo quando foi elevado a bispo auxiliar de São Paulo, em 1955. Em março de 1964, foi designado primeiro bispo da recém-criada Diocese de Bauru.¹

A diocese de Bauru abrangia os seguintes municípios: Bauru, Iacanga, Arealva, Boraceia, Pederneiras, Agudos, Piratininga, Cabrália Paulista, Duartina, Lucianópolis e Gália, todos eles desmembrados da diocese de Botucatu, exceto Arealva e Iacanga que foram desmembrados da diocese de Lins. Ao todo, eram doze municípios e dezessete paróquias. Bauru contava com sete paróquias e os municípios de Gália e Lucianópolis formavam uma única paróquia. Possuía uma área de 5.845 Km² com uma população aproximada de 260 mil habitantes. O município de Bauru, sede do bispado, reunia cerca de 140 mil habitantes. A cidade de Bauru ocupava o 8º lugar entre as mais populosas do Estado de São Paulo.²

A ação pastoral de D. Vicente Marchetti Zioni, entre 1964 e 1969, como bispo de diocese de Bauru, foi marcada por atitudes francamente reacionárias apesar de se tratar de um período de afirmação e consolidação das mudanças emanadas do Concílio Vaticano II, do qual participara.

Entre as razões que possibilitaram a introdução de uma pastoral conforme a autocompreensão da Igreja conservadora, praticamente com pouca oposição ao bispo e, aparentemente, sem grandes conflitos internos e externos, podem-se elencar as seguintes: a) o forte enraizamento do catolicismo ultramontano na região em função da árdua obra dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, na sua implantação, com sucesso extraordinário, apesar dos desafios e das resistências encontradas; b) a coincidência da posse do bispo – maio de 1964 -, com o golpe militar de abril do mesmo ano. Toda militância da Ação Católica com viés

¹ ZANLOCHI, Terezinha S. Padres rebeldes? Aparecida: Santuário, 1996. p. 148; Cf. VICENTE MARCHETTI ZIONI: primeiro bispo de Bauru. **A Fé**, Bauru, 17 maio 1964.

² KOOP, Pedro Paulo. Ao povo. **A Fé**, Bauru, 3 maio 1964. Cf. Mandato da criação da Diocese de Bauru. (s/n) **Arquivo do Bispado de Bauru**.(s/n); Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 85, 21 maio 1964. **Arquivo da Paróquia**.

esquerdizante, pouco numerosa, ainda que muito atuante, foi colocada na clandestinidade pela ação do novo regime com o auxílio dos católicos conservadores, reunidos na Frente Anticomunista (FAC); c) a “ampliação das faculdades episcopais em suas próprias sedes e na Igreja universal e reduzindo sua dependência da administração central da Igreja, a cúria Romana”,³ favoreceu, paradoxalmente, tanto o avanço das reformas quanto a conservação da mentalidade canônica e ultramontana. O caso de D. Zioni em Bauru se encontra na segunda alternativa.

Depois da saída do Padre Pedro Paulo Koop da diocese de Bauru (agosto de 1964), no início da terceira sessão do Concílio, o jornal “A Fé” passou a ser controlado pelo Bispo D. Zioni que adotou uma linha editorial de acordo com a concepção de Igreja defendida pelo mesmo. As notícias passaram a ser selecionadas dentro do perfil do bispo controlador da doutrina, das ideias e das práticas católicas:

o jornal tornou-se órgão oficial da Diocese de Bauru e sua propriedade. A parte administrativa foi entregue aos cursilhistas. O padre Darci de Almeida Pinto foi nomeado assistente eclesiástico. O jornal deveria reservar uma parte para o bispo diocesano e outra para os comunicados da cúria. A linha do jornal deveria ser “totalmente apolítica”. [...] “O jornal não admitirá nada que se desvie da linha católica e diocesana, devendo sempre sintonizar com a orientação pastoral do bispo diocesano. Na preferência redatorial, observem-se as seguintes normas: a) artigos doutrinários e documentos apostólicos diocesanos; b) vida paroquial de Bauru e dos municípios da diocese; c) noticiário religioso; d) noticiário civil dos municípios da diocese; e) noticiário geral nacional e mundial; f) esportes e diversões, ciência e arte; g) sociais”.⁴

A notícia da criação da nova diocese de Bauru e a nomeação de seu primeiro Bispo foi divulgada no dia 12/04/1964 com uma simples nota no jornal “A Fé”, na qual se fez uma exaltação à cidade que se tornaria o centro das atenções até o

³ PROMULGADOS 5 DECRETOS CONCILIARES (28-10-1965). *A Fé*, Bauru, 31 out. 1965. A CNBB reconheceu nas suas diretrizes pastorais em 1975 que o “nível central, como ponto de referência do planejamento pastoral, é o nível diocesano. Realmente, a Igreja particular é a unidade fundamental das decisões que orientam, condicionam e expressam a ação da Igreja”. CNBB. **Diretrizes gerais da ação pastoral da igreja no Brasil, 1975-1978**. São Paulo: Paulinas, 1975. p. 96. Até 1964 a CNBB elaborava projetos e tomava posição que eram implementadas em todas as suas subdivisões. Depois de 1964, provavelmente para minimizar as divisões de posições em relação ao Golpe Militar e diante das inovações trazidas pelo Vaticano II, passou a reafirmar a primazia do bispo em sua diocese, numa situação ambivalente. Cf. BRUNEAU, 1979, p.121-122. D. Zioni, ao tomar posse em Bauru cuidou de fechar todos os grupos de Ação Católica que tinham vínculos regionais como JUC, JEC e JOC sobre os quais não teria controle. Inclusive ordenou o encerramento das atividades do COB (Círculo Operário Bauruense) existente desde 1945.

⁴ Carta Circular (s/n). **Arquivo do Bispado de Bauru** (s/n).

momento da posse do novo bispo pelo núncio apostólico, D. Armando Lombardi.⁵

No dia 19/04/1964, publicou-se uma saudação do bispo nomeado dirigida ao clero, fiéis, autoridades em geral. Pronunciou uma mensagem de fé, esperança e caridade, porém “condicionada ao perdão sincero e generoso, dentro da justiça; à destruição dos preconceitos e da desconfiança dentro da **ordem e da disciplina**; [...]”.⁶ Antes mesmo da posse como bispo de Bauru, D. Zioni dava mostras de como seria seu governo: fundamentado **na ordem e na disciplina** do clero, religiosas e fiéis.⁷

Se o bispo da nova diocese adotara uma concepção de Igreja conforme o antigo e desatualizado Código de Direito Canônico, durante o Concílio e enquanto o bispo não tinha ainda imposto suas orientações e determinações pastorais, o seu clero, ainda que a maioria pertencente às ordens religiosas, e o jornal “A Fé”, então órgão oficial da diocese, contraditoriamente, insistiam na possibilidade da introdução da renovação conciliar. Renovação que havia sido projetada e elaborada pelo clero sob a coordenação do Padre Pedro Paulo Koop.⁸

Padre Geraldo Paiva, MSC, dirigindo-se aos católicos da diocese, enfatizou que o “Concílio é um fato dentro da vida da Igreja, e você também é a Igreja!”⁹ Portanto, todos os cristãos deveriam se comprometer com as mudanças. Segundo o mesmo autor, o Concílio era considerado o acontecimento do século também para os cristãos separados e os não cristãos: “E para nós, católicos? Infelizmente, muitos católicos ainda não conseguiram desvencilhar-se das ideias errôneas de que ‘a Igreja’ são os padres, os bispos e o Papa” e falam da Igreja como se fosse algo externo a eles e como se os problemas que ela enfrentava não lhes dissessem respeito.¹⁰ O próprio bispo reafirmaria esse conceito de Igreja denunciada pelo Padre Paiva, durante o período em que permaneceu em Bauru.

Em artigo de 13/12/1964, o jornal diocesano destacou as mudanças proporcionadas pelo Concílio ao fazer uma comparação entre o que a Igreja pré-

⁵ ESCOBAR, Luiz. O primeiro bispo de Bauru. **A Fé**, Bauru, 12 abr. 1964. p. 3.

⁶ ZIONI, Vicente Marchetti. À nova diocese de Bauru. **A Fé**, Bauru, 19 abr. 1964.

⁷ Em seus escritos, não se lê a palavra “leigo” consagrada no Vaticano II à qual se atribuiu uma missão especial dentro da comunidade paroquial e nas organizações comunitárias católicas. Emprega o tradicional termo “fiel”, genérico e difuso, que expressa uma visão de “massa” dos adeptos da Igreja.

⁸ Cf. cap. 4.

⁹ PAIVA, Geraldo. Em plena III sessão do Concílio. **A Fé**, Bauru, 25 out. 1964.

¹⁰ Ibid. Naqueles dias o bispo participava da 3ª sessão conciliar. Estava, portanto, ausente da diocese. Há indícios de que até 1965, quando se encerrou o Concílio, D. Zioni tolerou e acompanhou as discussões em torno das mudanças para depois tomar atitude mais conservadora quando discordou da extensão e rumos tomados pelas mudanças.

conciliar e a nova Igreja que nascia a partir dos debates dos padres conciliares, com palavras bastante claras e incisivas:

quem conhece, no entanto, por dentro o clima de inautenticidade que se apoderou da Igreja de Cristo, antes do início do Concílio, deve reconhecer que houve progresso. [...] A fraqueza da Igreja Romana, consiste na ambiguidade, na hipocrisia, na falta de sinceridade e de autenticidade. A força, a juventude e o futuro da Igreja residem na veracidade e na fidelidade à Mensagem do Evangelho. [...] Afastando corajosamente todo o acúmulo de tabus e preconceitos históricos, os bispos procuram inspirar-se no Evangelho de Jesus Cristo, para libertar a Igreja de tudo aquilo que a desviou da sua meta principal ao longo da história. O tronco e a raiz permanecem sendo os mesmos e nem poderia ser diferente. Os padres conciliares pretendem apenas libertar esse tronco de toda sorte de cipós que o foram mascarando ao longo dos séculos. E parece que estão conseguindo fazê-lo. Cada dia com pouco mais de realismo e decisão.¹¹

Em setembro de 1965, quando D. Zioni já tinha viajado para a última sessão conciliar, Frei Baggio publicou artigo no “A Fé” reafirmando a importância da reforma e sua necessidade diante dos reticentes. Para o franciscano, as palavras de João XXIII quando perguntado sobre o que esperava da convocação do Concílio, respondera que deixassem entrar “ar fresco” na Igreja e que aquelas palavras continuavam oportunas e essa esperança continuava viva. Essas palavras do Papa deveriam ser entendidas como um deixar que as reformas avançassem sem os cálculos de riscos ou medos de perder o controle. E continuou:

e absurdos são, pois, os temores – sem dúvida temores farisáicos – de que o Concílio venha a “desintegrar a Igreja”, como escreveu alguém. E mais: que essa desintegração seria um objetivo previamente procurado pelas forças da esquerda. Essa simples afirmação, esse falso temor vem negar a finalidade do Concílio. Abramo-nos com ele.¹²

As divergências de compreensão da Igreja e da ação pastoral na diocese não tardaram a aflorar e apareceram publicamente na edição do “A Fé” de 18/09/1966. O bispo, através do jornal diocesano, fez uma conclamação pública para se resolver as diferenças sobre a autocompreensão da Igreja que o separavam tanto de setores do clero da diocese quanto de setores de leigos comprometidos com as adaptações do Concílio. Entretanto, em seu discurso, desviou o núcleo do conflito interno para o campo do sobrenatural, da caridade cristã e evitou enfrentar as contradições existentes. Para D. Zioni,

¹¹ JESUS CRISTO ARQUIVO DO CONCÍLIO. **A Fé**, Bauru, 13 dez. 1964.

¹² BAGGIO, Hugo. Ao menos... Ar fresco. **A Fé**, Bauru, 19 set. 1965. p. 3.

parece não haver dúvida de que nossas possíveis desinteligências e incompreensões e desacertos e dificuldades em ler e viver o Evangelho e a doutrina do Concílio Vaticano II, vêm da ausência, maior ou menor do elemento sobrenatural no cristianismo de hoje, no qual vivemos.¹³

Para o bispo, a vida cristã sobrenatural era aquela baseada na “renúncia”, na “humildade”, na “caridade” e na “oração” para se merecer a “liberdade” de que tanto se falava.¹⁴ A liberdade de ação pastoral, na realidade concreta, ansiada por setores do clero, religiosas e alguns leigos foi canalizada para uma abstração espiritualista bem ao estilo ultramontano: uma Igreja descolada da realidade da vida do povo e centrada numa espiritualidade intimista e servil.

No mesmo artigo, não deixou de mencionar os limites que se deveria impor à liturgia, como de discórdia com o clero e, particularmente, com a juventude. A tônica da crítica se repetia:

não se tire [...] da liturgia, a nota de sacrifício do Cristo e da comunidade e o nosso. Ela tomou, é verdade, também a forma grandiosa da Ressurreição, da Páscoa Eterna, mas também, o que se consegue somente pela cinza da ascética – portanto, pela morte do homem velho.¹⁵

Procurou-se argumentar que a vida cristã seria constituída de cruz. Apesar de lembrar a ressurreição, esta seria efetivada apenas na outra vida, pois esta vida terrena seria fundamentada apenas no sacrifício. O mundo moderno continuou caracterizado em termos de dualidade profano/sagrado. A liturgia, realizada apenas dentro do recinto sagrado da Igreja deveria evitar a utilização de elementos considerados profanos como os instrumentos musicais que a juventude e os jovens sacerdotes começavam a introduzir nos atos litúrgicos.

Enfim, a visão da pastoral que os padres religiosos de Bauru tinham de D. Zioni pode ser resumida, conforme carta do Padre Huberto Rademakers, MSC, dirigida aos “padres rebeldes”¹⁶ de Botucatu, o qual tinha acompanhado a ação pastoral de D. Zioni, em Bauru, por quase quatro anos. Na carta, afirmou:

não fui aluno de D. Zioni, mas fui súdito dele, por três longos anos.

¹³ ZIONI, Vicente Marchetti. A luz e a paz de Cristo. **A Fé**, Bauru, 18 set. 1966. Os bispos que tiveram a sensibilidade para abrir-se às solicitações do clero e dos leigos acabaram por converter-se à Igreja popular conforme orientação conciliar e do episcopado brasileiro (CNBB). Os que permaneceram em suas trincheiras mantiveram-se distantes da vida do clero e leigos engajados impondo limites estreitos à sua ação até sua desistência do ministério sacerdotal ou mudança para dioceses com bispos mais sensíveis aos apelos para as mudanças.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Conflito ocorrido em Botucatu. Cf. cap. 6.

Súdito no sentido mais canônico, jurídico e feudal. D. Vicente não aceita colaboradores. Conhece apenas servos. Não aceita iniciativas, porque tudo deve vir de cima. Não aceita co-responsabilidade, porque considera seus padres imaturos. Não aceita conselho nem sugestão, porque sabe tudo sozinho. Na diocese de Bauru, não há até hoje nenhum Conselho Pastoral ou Presbiteral. Do Vaticano II, conhece todas as datas, desde a abertura até o encerramento. Sei porque assisti a três conferências dele sobre o Concílio. O assunto exclusivo era que dia e que hora começaram e terminaram as sessões. O que é uma sessão no sentido canônico da palavra, quantos bispos votaram. Do próprio conteúdo do Concílio, guardou alguns textos soltos que, no entender dele, comprovam que cada bispo é doravante “papinha” em sua Diocese.¹⁷

Ao dirigir-se à juventude, em outubro de 1966, quando iniciou uma experiência de missa para a mesma, revelou que havia um distanciamento entre ele e os jovens e haveria uma opinião pública que expressava uma falta de diálogo do bispo para com os jovens, como parte do conflito com os “fiéis”: “é preciso que nos conheçamos para nos compreender e amar. É imprescindível nos queiramos teimosamente bem, isto é, mesmo contra toda evidência em contrário”.¹⁸

Para convencer os jovens a se aproximar da Igreja que o bispo representava, argumentou que as pessoas eram naturalmente diferentes. Portanto, “seja tomado os homens como eles são [...] e não como gostaríamos que eles fossem; [...] seja respeitando-nos, mesmo quando divergimos uns dos outros; seja procurando entre nós um denominador comum, que nos faça viver em paz”.¹⁹ Como príncipe da Igreja acreditava que os “fiéis” deveriam moldar-se de forma obediente e serviçal à personalidade e compreensão de Igreja que defendia. Assim sendo, o diálogo tornava-se monólogo e ordenações a serem cumpridas numa época em que se cultuava justamente a rebeldia e a irreverência, especialmente pela juventude.

O Concílio prometia uma Igreja diferente, progressista, e esta era esperada por parte do clero, particularmente pelos religiosos; entretanto, ela não chegaria a Bauru antes de 1970.

5.1 O alívio trazido pelo golpe militar de 1º de abril

Os bispos brasileiros, ao retornarem da segunda sessão Conciliar, no final de

¹⁷ Os verdadeiros motivos da rebelião dos Padres. **Jornal da Cidade**, Bauru, 8 jun. 1968.

¹⁸ ZIONI, Vicente Marchetti. Encontro com a juventude. **A Fé**, Bauru, 9 out. 1966.

¹⁹ Ibid.

1963, encontraram o cenário político e religioso brasileiro bastante conturbado: crise governamental, “iminente ameaça comunista” e setores significativos do clero envolvidos radicalmente nas questões sociais. Alguns setores do clero tinham feito a opção pelo apoio às reformas do governo e tinham se colocado ao lado das classes populares.

Setores representativos do episcopado sentiram-se um tanto desorientados principalmente em função da falta de experiência em administrar a novidade das mudanças que estavam se operando. Ao se colocar em prática o discurso de que a Igreja deveria posicionar-se ao lado dos pobres, a hierarquia sentiu-se insegura diante do risco de se perder os privilégios do poder e as fontes de renda que financiavam o funcionamento da Igreja. Um dos desafios apresentados seria de como manter e ampliar o patrimônio da Igreja colocando em segundo plano as classes que tinham sempre financiado os projetos eclesiais e mantido seus privilégios políticos. Retornavam de Roma com uma nova compreensão da missão da Igreja, mas os desafios e os limites de sua aplicabilidade permaneciam.

Diante do golpe de abril de 1964, a reação do episcopado nacional foi, inicialmente, de apoio. Parecia que a justificativa de conter o avanço comunista era suficiente para apoiar o golpe e que os militares no poder poderiam, enfim, com “ordem social”, fazer as mudanças “democráticas” necessárias para consolidar a doutrina social da Igreja.

O arcebispo de Botucatu, em um artigo escrito em forma de oração de ação de graças pelo golpe militar, agradeceu ao “Senhor dos exércitos” e ao “Senhor da Paz” pela vivência da paz em momento tão grave de transformações. Agradeceu porque o Brasil continuava sua vida com todas as pessoas realizando seus afazeres em “plena liberdade”, e porque a “paz e a liberdade” tinham sido conquistadas sem derramamento de sangue.²⁰

Na segunda parte do artigo, a ação de graças se torna prece. Pediu que fossem extirpados o comunismo, a miséria e a fome, as intrigas entre brasileiros. E “extirpai, vo-lo pedimos, sem ódio e sem inveja, pois ter fortuna não é crime, extirpai as fortunas quando criminosamente amontoadas e quando empregadas criminosamente também”.²¹ A tradicional condenação do capitalismo como sistema

²⁰ TRINDADE, Henrique Golland. Em praça pública. **A Fé**, Bauru, 26 abr. 1964.

²¹ Ibid. Parecia que a conquista de um tipo de paz seria suficiente para suspender, pelo menos

anticristão e anti-humano foi substituída por uma condenação relativa como se fosse possível separar os bons e os maus capitalistas.

A prece se encerrava confiante de que a reforma capitalista seria feita para o bem dos brasileiros e da fé católica. Que

nossos governantes, cheios de fé e coragem e de patriotismo autêntico, nos quais nós confiamos, nos deem, o quanto antes, as reformas pelas quais anseiam todos os brasileiros sinceros, reformas porém, não ditadas pela cartilha do comunismo ateu, mas exigidas pela reta consciência humana e iluminadas pelos ensinamentos do Evangelho [...].²²

Mons. Ramires de Lucena, vigário da futura catedral de Bauru, deixou relatadas suas impressões sobre o golpe militar, no início de abril de 1964:

consolida-se o regime democrático com o fortalecimento do Congresso e da Junta Revolucionária. [...] Uma rigorosa “operação limpeza” prendeu os principais responsáveis pela infiltração comunista. Foram cassados os mandatos de grandes personalidades políticas do país, implicadas no movimento subversivo ou causadores de desordem. É grande e incontida a satisfação do povo brasileiro que parece viver um doce sonho. De Norte a Sul do país, há “marcha de família com Deus pela liberdade” para manifestação de júbilo que invade todas as cidades e os campos.²³

Logo depois da posse do Marechal Castelo Branco como presidente da república, os setores conservadores se regozijavam com a imposição da “ordem e disciplina”. Festejavam o que conseguiam ver:

em todo território nacional articulam-se movimentos populares de regozijo pela vitória sobre o comunismo. As cidades promovem grandes marchas com o nome de “marcha da família com Deus pela liberdade”. Hoje foi o dia de Bauru. O vigário da paróquia tomou parte ativa por entender que é preciso agradecer a Deus tal benefício e também demonstrar publicamente a força do país pela democracia.²⁴

Depois da posse de D. Zioni como bispo de Bauru e enquanto Padre Koop permaneceu como diretor do jornal “A Fé”, o formato do jornal continuou como antes. Apenas a primeira página, ocupada até então por artigos anticomunistas de Frei Hugo Baggio, não fazia mais sentido. Padre Koop, que tinha exercido a função de vigário decano de Bauru, ficou um tanto desnorteado e desconfortável quanto às suas devidas atribuições já que seu plano de organização de Igreja, para a nova

momentaneamente, a mensagem do “poverelo”.

²² TRINDADE, Henrique Golland. Em praça pública. **A Fé**, Bauru, 26 abr. 1964.

²³ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 64v, 9 abr. 1964. **Arquivo da Paróquia**.

²⁴ Id. f. 65v, 21 abr. 1964. **Arquivo da Paróquia**.

diocese, tornou-se inviável ante a autocompreensão conservadora de Igreja adotada pelo bispo eleito. Aos poucos, o jornal passou a ser ocupado por artigos do novo bispo, com matérias de cunho doutrinário e moralizante e procurou sutilmente induzir a todos que aceitassem resignadamente os novos rumos políticos do Brasil após o golpe militar.

A 14/06/1964, “A Fé” publicou mensagem de grupo de bispos brasileiros, entre os quais não se encontrava nem o arcebispo de São Paulo, nem o de Botucatu, em apoio ao golpe militar, augurando que os direitos da Igreja e missão dos bispos não fossem prejudicados. Reafirmou que a “revolução” fora feita para debelar o comunismo e preservar as liberdades. Depois do golpe de abril teria havido uma “sensação de alívio e de esperança” diante da ameaça de guerra civil. Que a revolução viria para “fazer valer a justiça, o Direito e o bom senso” e fazer o expurgo das causas da desordem.²⁵

No mesmo documento, os bispos aspiravam a que

o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas saneadoras e as penalidades não são atribuições da força como tal, mas de outros valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que os acusados tenham o amplo direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vendeta.²⁶

Os bispos signatários do documento protestaram contra a acusação de comunistas dirigida a alguns membros do clero e agentes leigos bem como a movimentos católicos como a Ação Católica e o MEB (Movimento de Educação de Base). Atribuíram os excessos de alguns católicos à infiltração comunista ou à ingenuidade de parte dos agentes. Concluíram o documento augurando “a necessidade de restauração da ordem social em bases cristãs e democráticas, [...] e extirpação das injustiças sociais”. Colocaram-se à disposição das autoridades para colaborar com o Estado, como sempre teria ocorrido na tradição brasileira.²⁷

Foi nesse clima e com essas convicções que D. Zioni tomou posse da

²⁵ ESCLARECIMENTO, CONFORTO, ESTÍMULO. (bispos). **A Fé**, Bauru, 14 jun. 1964. Há uma interpretação bíblica às avessas como se os militares tivessem agido em nome de Deus como salvadores do povo ameaçado pelo comunismo e pela desordem social, trazendo a justiça e o direito. Cf. Amós, 5,7; Miquéias, 6,5; Isaías, 5,16.

²⁶ Ibid. Os acontecimentos mostrariam justamente o contrário. Cf. BRASIL: nunca mais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

²⁷ Ibid. Os bispos que permaneceram fiéis à autocompreensão da Igreja social cristã e da Igreja conservadora tenderam a apoiar os militares apesar da incompatibilidade entre a Doutrina da Segurança Nacional e a doutrina da Igreja católica, como demonstraram estudos feitos por D. Cândido Padin. Cf. PADIN, Cândido. **Itinerário de uma vida**. Bauru: Edusc, 2002. p. 183-180.

diocese de Bauru, em maio de 1964. O cenário apresentava-se favorável à adoção de uma pastoral de cunho tradicional e conservadora, para quem acreditava que a “ordem e a disciplina” deveriam imperar em lugar das mudanças e da pastoral de conjunto. A pastoral da Igreja conservadora não se preocupa com a evangelização e a promoção humana, apesar desses temas constarem em seu discurso.

Seu vigário geral, que comungava de posição conservadora até um pouco mais à direita, não tinha hábito de omitir seu pensamento, corroborou expressando as esperanças no novo regime, um mês depois da posse de D. Zioni:

desde o 1º de abril, da revolução vitoriosa, o Brasil vem assistindo ou vivendo dias de comoção político-social, com as notícias sobre os escândalos e roubalheiras e fraudes dos governos anteriores. Assim é que hoje todo o país foi abalado com a cassação do mandato do senador Sr. Juscelino Kubitschek e suspensão por dez anos de seus direitos políticos. Outras cassações e suspensões foram publicadas. A revolução procura assim punir os responsáveis pela crise do Brasil e limpar o terreno para a reconstrução nacional.²⁸

Em 1965, D. Zioni em consonância com o arcebispo de São Paulo, D. Agnelo Rossi, fez questão de demonstrar as vantagens do golpe militar e as boas relações entre a Igreja e o Estado dirigido pelos militares. Em junho de 1965, o jornal diocesano estampou, em larga manchete, que a Igreja e o governo estavam unidos na “defesa do povo” com foto do Marechal Castelo Branco frente a frente com D. Agnelo Rossi. Difundiu notícia de visita do presidente da república ao arcebispo de São Paulo em retribuição a uma visita anterior na qual o cardeal expusera o drama do desemprego para o qual presidente prometera tomar providências.²⁹ Os setores conservadores que apoiavam os militares faziam questão de evidenciar que não existia conflito entre a Igreja e o Estado. Todavia, os setores esquerdizantes da Igreja, particularmente a JUC, e numerosos membros do clero passaram a entrar em conflitos com o poder público.

Em dezembro de 1967, D. Zioni endossou um documento divulgado pelo cardeal de São Paulo no qual fez uma abordagem da relação entre Igreja e Estado argumentando que não existia nenhum tipo de conflito entre as duas. A Igreja, por seu lado, segundo o Cardeal, colocava-se como colaboradora das intenções “democráticas” do governo para enfrentar os problemas que então se colocavam

²⁸ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 86, 13 jun. 1964. **Arquivo da Paróquia.**

²⁹ IGREJA E ESTADO unidos na defesa do povo. **A Fé**, Bauru, 20 jun. 1965. .

“nesta hora grave de nossa história”.³⁰

Instado a dar sua palavra sobre a ordem política de então, D. Zioni mandou publicar o documento no jornal diocesano, adotando as palavras de D. Rossi como suas:

endossando, destarte, a manifestação do eminente prelado, seja-nos permitido, no entanto, observar que, passando para o lado prático, não concordamos com quantos vêm um litígio entre Igreja e Estado no Brasil, em nossos dias. Haverá, isso sim, manifestações individuais, nem sempre concordantes, entre os que, dotados de mando ou não, querem, no entanto, chegar a um mesmo fim: o bem social.³¹

Para esse grupo conservador da hierarquia do qual fazia parte D. Zioni, diante das possíveis ameaças ao catolicismo, entre elas o comunismo ou uma guerra interna, seria preferível manter a antiga política da união entre o trono e o altar. Isto, mesmo à custa do sacrifício da renovação da Igreja e de limitar sua contribuição à construção de uma nova sociedade com base na vida fraternal e comunitária. De certo modo, privilegiava-se a instituição em detrimento da “comunidade”.

Ao se pronunciar sobre a conjuntura brasileira no início de 1968, D. Zioni não encontrou palavras para se expressar de forma autônoma para guiar seus diocesanos. Afirmou que, diante da multiplicidade de manifestações de membros do clero brasileiro e mesmo de elementos do laicato, preferiria o silêncio a colocar mais uma opinião. Na falta dela e sob pressão para se expor, limitou a reproduzir de forma esquemática algumas indicações genéricas oriundas de texto do Vaticano II.

Por ocasião da comemoração do 1º ano da revolução, a 31 de março de 1965, Mons. Ramires registrou sua perspectiva do clima reinante:

cessou aquele ambiente inquietante e quase sufocante de ameaças veladas, greves ostensivas, roubalheiras e pregações subversivas com que, paulatinamente, os comunistas costumam turvar as águas tranquilas de um país para levá-lo à perdição. Se o país não está inteiramente purificado é porque houve uma revolução pela metade. Mas não deixa de ser notável a diferença de segurança e tranquilidade.³²

³⁰ ROSSI, Agnelo. Igreja e Estado no Brasil. **A Fé**, Bauru, 24 dez. 1967.

³¹ ZIONI, Vicente Marchetti. Igreja e Estado no Brasil. **A Fé**, Bauru, 24 dez. 1967. Até então, D. Zioni não tinha se manifestado publicamente sobre o golpe militar. Interessante que não tinha ideias próprias para divulgar. Ao se manifestar, sempre reproduziu palavras de outros prelados superiores, teoricamente, na hierarquia. Esta publicação sobre a política, mais de um ano depois do golpe, foi consequência, como ele próprio admitiu, de “solicitações” externas para que tomasse posição. Em relação à pastoral, sempre se ateuve apenas a reproduzir a palavra de Roma, principalmente, ignorando as orientações da CNBB, a pastoral de conjunto e mesmo seus pares de arquidiocese, transformando a diocese num verdadeiro feudo.

³² Livro tombo da Paróquia do Divino Espírito de Bauru. f. 106v, 31 mar. 1965. **Arquivo da Paróquia**.

Em outubro de 1965, o governo baixou o AI - 2 que ampliava os poderes da ditadura. Na ocasião, o comentário de Mons. Ramires foi de aplauso ao ato governamental. Para ele,

o presidente Castelo Branco relaxou o ritmo tomado pela revolução de 31 de março de 1964. Foram aos poucos tomando força e posição os causadores do pesadelo da nação até aquela data. Estando de novo em perigo a pátria com sintomas alarmantes em toda parte do país, as forças revolucionárias forçaram o Presidente a promulgar o 2º Ato Institucional que retira por algum tempo a autoridade das instituições e reveste o primeiro mandatário do país de poderes ilimitados, a fim de repor a nação naquele ritmo de ordem que subversivos e corruptos tentam quebrar. É notável a sensação e alívio que este gesto de energia trouxe ao país. Todos, menos os atingidos, respiraram aliviados. E menos também aqueles que, como acontece em toda parte, deixando-se lavar o cérebro com a insistente e gigantesca máquina da propaganda marxista, já pensam segundo categorias pré-fabricadas nas forjas diabólicas do príncipe deste mundo. Estes também não gostaram!³³

Três anos depois, a promulgação do Ato Institucional n. 5 trouxe alívio novamente aos conservadores, pela “paz” trazida por ele em meio aos acontecimentos daquele ano, que consideravam grave ameaça ao equilíbrio social. Naquele dezembro de 1968, para Mons. Ramires,

parecia que o país já se achava de novo desmantelado, sem autoridade, com o número crescente de indisciplina e anarquia em todos os escalões da sociedade. A revolução parecia amortecida e vencida pelos mesmos inimigos de ontem. Vai quando surge poderoso e forte o Ato Institucional n. 5, pondo em recesso o Congresso Nacional, onde a anarquia já se havia instalado e dando autoridade indiscriminada ao Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva. Foi água na fervera. [...] Foi antes um desafio para a população laboriosa que só quer trabalhar e viver em paz. Este ato trouxe consigo todo o vigor da Revolução de 1964, e visa principalmente, ao desenvolvimento do país, mediante a punição dos corruptos e dos violentos.³⁴

Na comemoração do 5º aniversário do golpe de 1964, segundo Mons. Ramires,

encontrou o governo mais fortalecido [...] e o país em ritmo de grande progresso e atividade. Excetuando a ordem econômica que ainda se encontra em dificuldade de completa recuperação [...], a ordem civil pública vai encontrando o seu caminho de recuperação junto ao povo, apesar do estrago que os inimigos da pátria e da religião fizeram às claras e ainda fazem às ocultas.³⁵

³³ Livro tombo da Paróquia do Divino Espírito de Bauru. f. 115, 28 out. 1965. **Arquivo da Paróquia.**

³⁴ Id., f. 159, 13 dez. 1968.

³⁵ Id., f. 163, 31 mar. 1969.

Neste quadro é que se desenvolveu a administração episcopal de D. Zioni em Bauru entre 1964-1969. O bispo manteve-se submisso à política autoritária. Considerava que a fé e a política pertenciam a instâncias autônomas e independentes. Isto é, a religião continuava como uma prática intimista e individualista.

5.2 Perfil doutrinário e pastoral de D. Vicente M. Zioni

O Papa Paulo VI, em seu primeiro encontro com o Episcopado Brasileiro, em Roma, durante a segunda sessão conciliar, em novembro de 1963, fez uma exortação afirmando que “o coração do bispo é um coração de amigo e pai e não um coração comandado pelo direito canônico. Os problemas do Brasil exigem essa presença dos bispos em todos os setores”.³⁶

Entretanto, desde o início de seu governo, D. Zioni deixou clara a sua concepção de Igreja, do papel a ser exercido pelo bispo, pelos párocos e pelos leigos nas comunidades.

De acordo com Richard, a autocompreensão da Igreja conservadora “[...] não aceitou as reformas do Concílio Vaticano II, ou que aplicou apenas as reformas superficiais e secundárias”.³⁷ Se D. Zioni não negou explicitamente o conteúdo do Concílio, pois insistia muito na fidelidade ao Papa e à Igreja, se enquadrava entre aqueles que não saíram dos aspectos secundários e superficiais da reforma proposta pelos textos conciliares, como bem caracteriza Richard.

Em sua primeira missa pontifical na catedral de Bauru, logo depois da posse, com a presença de “boa porção de fiéis de todas as categorias, assistiu à primeira missa solene oficiada com **toda pompa** litúrgica pelo Exmo. Sr. D. Vicente, que falou ao Evangelho sobre o **mistério da Santíssima Trindade** e concedeu a **bênção Papal** no fim, com **indulgência plenária**”.³⁸ O estilo litúrgico, o tema tratado na missa com os fiéis presentes, a ênfase na hierarquia e a concessão de indulgências: esses elementos juntos num primeiro e mesmo ato episcopal, expressam por si só a autocompreensão da Igreja abraçada o primeiro Bispo de Bauru.

Cerca de um mês após tomar posse no bispado, o clero já tinha se

³⁶ Paulo VI (Papa). O episcopado nacional ouve o Papa Paulo VI. **A Fé**, Bauru, 17 nov. 1963.

³⁷ RICHARD, 1981, p. 206.

³⁸ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 85v, 24 maio 1964. **Arquivo da Paróquia**.

apercebido da linha pastoral a ser adotada. Deste modo, a orientação episcopal esclareceu:

o Exmo Sr. Bispo diocesano vem, desde o início de seu governo, imprimindo uma **orientação rigorosa e enérgica** nos destinos desta nova diocese, no tocante à **questão social e apostolados e configuração paroquial**. Assim, é que tem posto muita reserva às atividades de Ação Católica que ultimamente se ressentiram de certas ideologias estranhas ao verdadeiro Espírito de Deus e de santidade pessoal. As associações religiosas estão tomando nova vida e novo vigor e a paróquia se configura mais ao redor da família e do altar.³⁹

Uma das primeiras preocupações do primeiro bispo de Bauru foi dispersar os grupos de Ação Católica existentes na diocese como a JOC, JEC e JUC e até o assistencialista COB. O objetivo parece bem claro: dissolver as organizações católicas que possuíam uma organização supra diocesana, as quais escapavam ao controle do Bispo por possuírem uma organização autônoma em âmbito nacional, submetendo-se diretamente à CNBB. Também por se tratarem de grupos de cristãos que lutavam por uma autocompreensão de Igreja socialmente engajada que entrava em conflito com os governantes, os quais recebiam o apoio da Igreja conservadora. Por sua vez, o bispo diocesano tentou reerguer as antigas associações, feito dificultado por duas razões: já tinham sido desmobilizadas pelo projeto de renovação elaborado pelo Padre Koop para a nova diocese e já não correspondiam às novas expectativas sociais, culturais e religiosas dos católicos.

Logo depois que tomou posse em Bauru, D. Zioni quis saber qual era a situação da Ação Católica em Bauru. Para obter uma posição oficial, consultou um dos assistentes regionais, Padre Ari de Souza, que, não tendo sido recebido pessoalmente pelo bispo, através de uma carta⁴⁰ relatou as informações que possuía

³⁹ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 86v, 21 jun. 1964. **Arquivo da Paróquia**.

⁴⁰ Carta manuscrita do Padre Ari de Souza a D. Zioni. Arquivo do Bispado de Bauru. **NUPHIS**. "Encontrei um grupo de uns 10 rapazes bastante dispostos a realizar seu trabalho apostólico no meio estudantil, mas vivendo algumas dificuldades internas de saída de dirigente bem como os decorrentes da situação política. Como V. Exma. sabe, o movimento de ação católica estava atuando na conversão e santificação do próprio meio, através do testemunho de vida explicitado pela palavra e vivido através da inserção nas estruturas e organizações do próprio meio. Isso nos levou, no setor estudantil, ao engajamento nas entidades políticas do meio estudantil (grêmios, entidades municipais e estaduais). A radicalização de posições que vivíamos e vivemos no Brasil leva-nos a perder, em certo sentido, a visão total de nosso engajamento cristão e do sentido do movimento – presença cristã nas organizações, construindo a comunidade humana, com as dimensões evangélica e apostólica. Aqui em Bauru, como em outros lugares, verificou-se isso também. Absorção da ação política e seguimento da ação apostólica. Entretanto, o pessoal daqui, que já chegou a refletir sobre isso, e constatou os contra valores em sua ação, se encontram em estado de prontidão para cumprir sua missão de cristãos no meio, sem contudo ter ainda encontrado o ponto de partida para um novo trabalho. Mas o que me alegrou sobremaneira foi a disposição em recomeçar. A este propósito, pude perceber que o fato de não terem ainda procurado V. Exa., se prende justamente a esse 'desnortear'. Acredito que uma palavra paternal de V. Exa. será suficiente para encorajá-los mais ao trabalho. Também, embora não fosse de minha

e impressões pessoais, confiando, ingenuamente, que D. Zioni pudesse apoiar a retomada e a reorganização do movimento, apenas dois meses depois do golpe. Permanece a questão do porque D. Zioni não teria procurado os jovens diretamente para dialogar. Ao contrário das conclusões de Zanlochi,⁴¹ para quem D. Zioni teria tentado retomar a Ação Católica, o mais provável é que tenha ocorrido o contrário. Isto é, D. Zioni, em sintonia com sua autocompreensão de Igreja pretendia eliminar os focos de militantes cristãos em entidade politizadas e formar grupos de jovens que se restringissem a uma ação cristã social de cunho assistencialista e despolitizada.

Suas primeiras intervenções através do jornal “A Fé” foram relativas ao culto dos santos e sobre a moralização de um colégio de Bauru que estaria permitindo atitudes laxas por parte de seus estudantes.⁴²

O esclarecimento e incentivo ao culto dos santos se inseriam justamente na contra mão do Concílio que passou a incentivar a leitura da Bíblia e uma espiritualidade cristocêntrica que levava muitos padres a retirarem as imagens do interior dos prédios das igrejas. Por outro lado, o controle moral se inseria numa atitude repressiva contra a chamada “juventude transviada” a cuja atitude autoritária do bispo viria somar-se a de outras autoridades locais, particularmente a judiciária. Fazia parte da autocompreensão da Igreja conservadora zelar pela vida moral da sociedade.

 responsabilidade como assistente regional, mantive rápido contato com a JECF que se encontra em situação semelhante. A diferença consiste em que as meninas ainda continuam a se reunir semanalmente. Sirvo-me da oportunidade para outros assuntos: 1. Tomo a liberdade de pedir a V. Exa. que considere a necessidade de nomear algum padre que possa assistir o movimento. 2. Estamos em São Paulo tentando agora organizar o Secretariado regional de A. C., reunindo todos os setores. É mais uma maneira de encontrarmos possibilidade de colaborar para a realização do Plano de Emergência, no sentido da pastoral ambiental. Se em Bauru fosse possível pensar na possibilidade de organização de um secretariado diocesano. Caso V. Exa. Julgue isso necessário, a participação de alguém daqui nos dias de estudo que teremos em São Paulo em 28, 28 e 30 de agosto. 3. Confio no apoio do V. Exa. Não só ao movimento aqui em Bauru, como em âmbito maior. Qualquer observação de V. Exa. ao nosso trabalho ser-nos-á extremamente útil para evitarmos erros e desacertos. O que pretendemos é acertar e servir à Igreja. A título apenas de desabafo, há três dias atrás, ouvi de um bispo, diretamente a mim, a propósito de uma conclusão apressada que ele tirou de uma frase minha, o seguinte: ‘Vocês assistentes fazem mal à A. C.’ claro que isso magoou-me profundamente, visto que a maior parte de meu curto sacerdócio de 5 anos dediquei a esse trabalho e espero não ter de reconhecer que , ao invés de servir a A. C. e por ela, à Igreja, eu simplesmente a tenha prejudicado. Agradeço sua atenção e interesse, apesar de não ter podido atender pessoalmente, pude perceber, pode crer, Exa., que poderemos conversar sempre, num diálogo que só pode ser útil à Igreja. Não sei bem porque, (queira perdoar-me) fiquei um tanto receoso e apreensivo quanto ao 1º contato com V. Exa. A apreensão e o receio não mais existem. V. Exa. Poderá contar inteiramente conosco e, de uma maneira especial, comigo”. Ibid.

⁴¹ ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. (org.). **Trilhas da Cristandade**: a Igreja católica em Bauru. Bauru: EDUSC, 1997. p. 25.

⁴² ZIONI, Vicente Marchetti. Culto aos santos e urgente problema moral. **A Fé**, Bauru, 14 jun. 1964. A Igreja conservadora está “[...] preocupada fundamentalmente com problemas morais, pessoais ou familiares (sexo, aborto, divórcio, educação dos filhos”. RICHARD, 1981, p. 206.

Em viagem para a 3ª sessão conciliar, em 1964, cerca de três meses depois de ter tomado posse em Bauru, deixou mensagem que incentivava o interesse em torno do Concílio. Que o interesse fosse “bem ajustado, porém ao mais disciplinado espírito de ordem, aguardando pacientemente a nossa palavra para a aplicação das pequenas ou grandes adaptações ou mudanças que a Igreja em Concílio houver por bem determinar”.⁴³ Destaque-se o aspecto hierárquico: nenhuma mudança, por menor que fosse sem o controle do bispo. Com certeza conhecia o procedimento do bispo antecessor, D. Henrique, a quem seu clero esteve governado anteriormente, e que deixava margem para a iniciativa e criatividade de cada pároco, de acordo com sua própria realidade e habilidades pessoais, aliás, como rezava o Plano de Emergência. Assim, explicitou desde o início qual seria seu procedimento quanto à introdução das reformas.

As atividades do bispo durante os sete primeiros meses de trabalho, segundo Mons. Ramires, se desenvolveram em “ritmo intenso”:

está S. Excia. presente em administrações de crismas, batismos e primeiras comunhões; ordenou um padre em Gália; deu posse ao novo vigário de Arealva; solenizou inúmeras festas de padroeiros; fez uma pequena missão entre os índios de Avaí; inúmeras missas de ocasião, solenidades, comemorações, inaugurações, festas de formatura, etc.⁴⁴

Além dessas atividades ritualísticas pessoais, organizou a cúria com diversos departamentos: arquivo, chancelaria, sala de espera e audiência, sala do clero, secretaria do ensino religioso, secretaria dos estudos religiosos e investigações sociais, departamento jurídico e administrativo. Tinha projeto para construção do seminário menor e seminário maior.⁴⁵ No campo da assistência social, entregou todas as atividades sob a coordenação dos vicentinos, conhecidos por sua ação social assistencialista. Porém, manteve as atividades que não envolvessem algum risco de conflito político e promoveu apenas a criação de uma paróquia hospitalar para atender aos enfermos e de um convento de religiosas contemplativas. Na área da comunicação social manteve o jornal “A Fé” com algumas adaptações.⁴⁶ Os feitos de D. Zioni que ficaram registrados evidenciam sua visão restrita da pastoral e o

⁴³ ZIONI, Vicente Marchetti. Mensagem de despedida por motivo de viagem a Roma. (governo diocesano). **A Fé**, Bauru, 20 set. 1964.

⁴⁴ Livro tombo da Paróquia do Divino Espírito de Bauru. f. 102v, 2 jan. 1965. **Arquivo da Paróquia**.

⁴⁵ Cf. cap. 5, item 4. Naquele momento, janeiro de 1964, havia 40 seminaristas espalhados em seminários diversos: Botucatu, Lins, São Paulo e Belo Horizonte.

⁴⁶ Livro tombo da Paróquia do Divino Espírito de Bauru. f. 103, 2 jan. 1965. **Arquivo da Paróquia**. A paróquia hospitalar foi criada oficialmente a 5 maio de 1965. Id. f. 109, 5 maio 1965.

caráter canônico de suas atividades.

Naquele intervalo entre a 3ª e 4ª sessão conciliar, fez questão de divulgar seu conceito de Igreja, o qual mostrava suas desconfianças ante as mudanças propostas pelo Concílio, apesar de serem almeçadas pelo seu clero, de modo geral. Numa coluna do jornal diocesano, destinada a esclarecer os documentos conciliares, em fevereiro de 1965, ano da última sessão conciliar, na manchete principal da primeira página, publicou-se: “Igreja – sociedade perfeita”. Para quem já tinha lido no mesmo jornal em 1962 que a Igreja passara a ser entendida como o “povo de Deus”, significava um claro retrocesso. Além, disso a Igreja foi descrita como instituída por Cristo, única Verdadeira, única com poderes de salvação, “indefectível porquanto infalível em seus ensinamentos da fé e dos costumes”,⁴⁷ bem distante do texto e espírito do Vaticano II.

D. Zioni compreendia a Igreja como **sociedade perfeita**, dotada de poderes necessários à sua tríplice função: “o poder de ordem (ministério), o poder de governo dos fiéis para a vida eterna (jurisdição) e poder de ensino da verdadeira doutrina (magistério)”.⁴⁸ Todo o poder estaria concentrado na pessoa do Papa como o ápice da hierarquia, recebido de Cristo. De forma que a Igreja, na concepção de D. Zioni, continuaria a ser constituída apenas pela hierarquia excluindo os leigos de sua composição.

D. Zioni completou ainda a caracterização da Igreja considerando-a como “entidade jurídica de direito internacional, constituindo ela, de direito e de fato, com sua constituição, uma sociedade soberana, confirmada ainda, desde o Tratado de Latrão (11-02-1929), no ‘Estado da Cidade do Vaticano’”.⁴⁹ Ao expressar esse conceito de Igreja construído no Concílio de Trento manifestou sua rejeição do conceito da Igreja concebida como Povo de Deus. Por outro lado, negou a inserção do laicato em sua composição ao afirmar que a Igreja é equivalente à sua estrutura hierárquica e de cunho sobrenatural. Além disso, essa compreensão de Igreja

⁴⁷⁴⁷ ZIONI, Vicente Marchetti. Para entender o Concílio: Igreja – sociedade perfeita. **A Fé**, Bauru, 28 fev. 1965. p. 5. Curioso o artigo não citar nenhum documento do Vaticano II.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid. Na sequência, o artigo apresenta a listagem total de todos os Papas para provar que a genealogia dos Papas tem vínculo com Jesus Cristo. Portanto, a Igreja Católica seria a única verdadeira. A 14 de março de 1965, escreveu artigo enfocando a função do Papa como herdeiro de Cristo e relatando a vida de Paulo VI, como se estivesse nos planos divinos desde sempre a predestinação para tornar-se Papa. ZIONI, Vicente Marchetti. Para entender o Concílio: o Papa – chefe da igreja. **A Fé**, Bauru, 14 mar. 1965. p. 5. No dia 28 março, publicou-se sobre o papel da Cúria Romana no governo da Igreja. ZIONI, Vicente Marchetti. Para entender o Concílio: o Papa e a cúria romana. **A Fé**, Bauru, 28 mar. 1965. p. 5.

afastava qualquer possibilidade de uma pastoral com viés ecumênico, um dos propósitos fundamentais da convocação do Concílio pelo Papa João XXIII.

As posições conservadoras de D. Zioni em relação à renovação conciliar encontraram respaldo parcial no discurso, inicialmente moderado, adotado pelo Papa Paulo VI a partir de agosto de 1965, antes mesmo do início da última sessão conciliar. As primeiras advertências abordaram os cuidados que se deveria tomar tanto em relação às chamadas “reformas radicais” quanto “àqueles” que não pensam que seja necessária a “mudança de mentalidade”. Assim, advertia que não estariam com o Concílio aqueles que

por ocasião de problemas e das discussões dos mesmos procuram adotar uma atitude de inquietação e de reformismo radical, tanto no setor doutrinário como no disciplinar, como se lhes tivesse sido apresentada uma oportunidade de colocar em julgamento os dogmas e as leis [...] da Igreja.⁵⁰

Por outro lado, naquela altura dos acontecimentos era ainda oportuno lembrar aos que resistiam em aceitar as reformas do Concílio que “não são bons intérpretes da ortodoxia os que desconfiam das deliberações conciliares e que se reservam em aceitar só as que consideram válidas como se fosse permitido duvidar de sua autoridade”,⁵¹ como se a obediência à palavra do Concílio não exigisse nenhuma mudança de mentalidade, o que se aplicava, nas devidas proporções, ao caso de D. Zioni.

Na despedida para a 4ª sessão conciliar, em 1965, não deixou de advertir os diocesanos de Bauru para aquilo que interpretava como a “renovação” desejável para a Igreja. Se havia uma convergência de interesses do mundo todo em relação ao Concílio, almejava que fosse

realmente uma atitude sincera e sem preconceitos ou segundas intenções. Seja ela, na verdade, um ATO DE FÉ NA IGREJA, assistida pelo divino Espírito Santo, e não apenas uma fuga para justificar espírito **de independência, indisciplina ou desobediência**, sob a falsa roupagem de nova pastoral e novas orientações apostólicas.⁵²

Para o bispo, as reformas não deveriam modificar a face da Igreja, ou seja, reformar correspondia apenas a retocar a maquiagem, tirar o pó, sem transformar, ao contrário do que tinha desejado João XXIII ao convocar o Vaticano II. Assim,

⁵⁰ PAPA FALA SOBRE O CONCILIO. **A Fé**, Bauru, 1 ago. 1965.

⁵¹ Ibid.

⁵² ZIONI, Vicente Marchetti. Despedida de D. Vicente: aos leitores de “A Fé”. **A Fé**, Bauru, 5 set. 1965. p. 5.

“quando as experiências deformam a face da Igreja, saem da linha do Concílio, não são mais legítimas. Devem, então, ser rejeitadas por todos aqueles que realmente amam a Igreja e a querem sempre mais perfeita, formosa e eficiente”.⁵³

De Roma, em carta dirigida aos diocesanos, o Bispo destacou justamente os aspectos negativos e pessimistas em relação ao Concílio. Transmitiu aos diocesanos que a abertura do Concílio apresentava

[...] ambiente de preocupação geral. Santo Padre impressionantemente triste. Em Roma falava-se muito da possibilidade de novos cismas, novas heresias, no terreno dogmático eucarístico. Preocupação pelas experiências avançadas demais. **Esta preocupação é de todos.**⁵⁴

Se for considerado que a absoluta maioria dos pronunciamentos vindos de Roma era otimista em relação aos avanços das reformas conciliares, pode-se entender que o temor revelado pelo bispo de Bauru representava um argumento em favor da limitada reforma que desejava introduzir na diocese, mais que uma preocupação geral dos padres conciliares.

Ao regressar da última sessão conciliar, a 25 de dezembro de 1965, a popularidade de D. Zioni não era das melhores, pois foi “recepionado por um grupo muito limitado de pessoas”.⁵⁵

Em reunião dos bispos da província eclesiástica de Botucatu, em agosto de 1966, a postura de controle hierárquico quanto à implantação das reformas conciliares foi adotada em documento conjunto dos bispos, assim expressa pelo jornal “A Fé”: os bispos

[...] irão proibir terminantemente inovações de entidades religiosas e de eclesiásticos, desde que não aprovadas pelos bispos diocesanos ou que estejam em desacordo com as reformas conciliares: será uma chamada à ordem para atendimento em todas as oportunidades, e em todos os casos, da legítima autoridade, nunca diminuída em nenhuma fase dos trabalhos conciliares.⁵⁶

A partir do segundo semestre de 1966, após o término do Concílio, as atitudes reacionárias de D. Zioni passaram a ser corroboradas por um discurso de cautela, censura e restrições à aplicação do Vaticano II, pronunciados pelo Papa Paulo VI. Certamente, como era do interesse do bispo, passou a ser publicado pelo

⁵³ ZIONI, Vicente Marchetti. Despedida de D. Vicente: aos leitores de “A Fé”. **A Fé**, Bauru, 5 set. 1965. p. 5.

⁵⁴ Id. Carta do Sr. Bispo diocesano ao governador da diocese. **A Fé**, Bauru, 24 out. 1965. p. 2.

⁵⁵ Livro Tombo da Paróquia de Santa Terezinha de Bauru. f. 17, 25 dez. 1965. **Arquivo da Paróquia**.

⁵⁶ REUNIDOS BISPOS da província, traçam normas precisas de pastoral e disciplina. **A Fé**, Bauru, 14 ago. 1966.

jornal “A Fé” como um prolongamento das posições conservadoras do mesmo.⁵⁷

O conservadorismo de D. Zioni evidenciou-se também por ocasião de campanha encetada pelo jornal Folha de São Paulo com o jargão “confiamos no Brasil”, nos finais de 1966, justamente no momento em que era perpetrada a revisão da constituição que limitava os direitos dos cidadãos. O bispo de Bauru foi um dos que aderiram a essa campanha remetendo à “Folha de São Paulo” a seguinte mensagem:

[...] Eu vejo nesta programação de brasileirismo e nestas frases de incentivo, o equivalente de outra [...] porque me ufano de meu país. Hoje a Folha de São Paulo desfralda a bandeira do otimismo sadio, em torno da grandeza e do progresso do Brasil. Seguir por esse rumo é dever de autêntico patriotismo e brasilidade.⁵⁸

Habitado a encampar manifestações políticas ou eclesiásticas mantenedoras da ordem e da disciplina, mas impotente para propor qualquer alteração à realidade vivida, D. Zioni, depois do Plano de Emergência da CNBB, e em pleno andamento do Vaticano II, ainda insistia em exigir, como condição para a criação de uma paróquia, a construção de uma escola paroquial. Esta exigência era uma prática da Igreja da cristandade enfatizada até a década de 1950. Foi o que exigiu de uma comissão encarregada para construir a igreja de Santa Rita, em território da igreja Catedral:

apresento-vos uma condição para a criação da paróquia de Santa Rita: a organização e o funcionamento de uma escola paroquial dirigida por freiras. Sem isto, não tenho intenção alguma de criar novas paróquias. Aliás, o melhor meio de garantir a vida cristã, as vocações sacerdotais e o dinamismo na paróquia é a escola paroquial nessas condições. As irmãs educarão bem vossos filhos, cuidarão deles e Deus suscitará entre eles grandes homens e eleitos do altar.⁵⁹

Apesar de ter participado da Conferência de Medellín, em agosto e setembro de 1968,⁶⁰ até sua saída de Bauru em abril de 1969, não há indícios de que tenha

⁵⁷ Para exemplificar, pode-se citar: PAULO VI (Papa). Paulo VI incisivo na mensagem de advertência ao congresso dos teólogos. **A Fé**, Bauru, 9 out. 1966 (dirigindo-se ao Congresso de Teólogos reunidos em Roma para discutir a teologia católica a partir das conclusões do Vaticano II); OBEDIÊNCIA PEDE O PAPA. **A Fé**, Bauru, 16 out. 1966 (discurso por ocasião do quarto aniversário da abertura do Vaticano II); PAULO VI. Paulo VI e a fé católica. **A Fé**, Bauru, 11 dez. 1966 (afirmou que “a fé é impossível sem a graça e a assistência da Igreja”); PAULO VI. Advertência Papal à Igreja na Holanda. **A Fé**, Bauru, 18 dez. 1966 (“Aplicação sábia, cautelosa e vigilante do Concílio é o que recomenda Paulo VI”); ATUALIZAÇÃO DA IGREJA: qual o verdadeiro sentido desse imperativo. **A Fé**, Bauru, 25 dez. 1966;

⁵⁸ ZIONI, Vicente Marchetti. Confiamos no Brasil: bispo de Bauru aplaude campanha da Folha de São Paulo. **A Fé**, Bauru, 1 jan. 1966.

⁵⁹ Id. Instruções aos membros da comissão de obras da futura paróquia de Santa Rita. In: Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 94v, 31 ago. 1964. **Arquivo da Paróquia**.

⁶⁰ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 152, 11 ago. 1968. **Arquivo da Paróquia**.

citado o texto do encontro nos meios de comunicação da diocese.

A opinião de Mons. Ramires sobre a Conferência foi assim registrada:

em Medellín, [...] com a augusta presença de Paulo VI, reuniram –se os bispos [...] a fim de estabelecer **novas leis** pastorais para toda a América Latina. O ambiente de **crise, de confusão** ajuda os aproveitadores de águas turvas, para confundir a serenidade dos bispos. O Santo Padre traçou as normas para o estudo da notável reunião. Esteve presente, escolhido pelos bispos do Brasil, o bispo bauruense D. Vicente M. Zioni.⁶¹

Ao se discutir a introdução da prática do dízimo em agosto de 1968, a discussão não incidia ao aspecto pastoral e comunitário, mas restringia-se essencialmente ao financeiro. Em reunião do clero, “tratou-se de modo muito especial da introdução do dízimo paroquial em todas as paróquias da Diocese, fazendo-se conhecer que a situação financeira do bispado não é boa. Há, sim, patrimônio, mas não há renda bastante para as despesas”.⁶²

Entretanto, o dízimo, conforme o catolicismo renovado pelo Vaticano II, requeria uma participação consciente por parte dos leigos. Deste modo, somente em 1975, no governo de D. Padin, o clero decidiu implantar o dízimo para o ano seguinte, mas em substituição à cobrança de taxas por ocasião da administração dos sacramentos e, por isso, “todas as paróquias deveriam conscientizar o povo para esta medida”.⁶³

De fato, em janeiro de 1976, “foi oficialmente implantado dízimo em todas as paróquias da diocese. Esta foi a forma de suprimir todas as taxas, muitas vezes odiosas. No início, houve reações; contudo, a maioria acolheu muito bem a ideia”.⁶⁴ Somente em julho de 1976, foi impresso o 1º Plano de Pastoral da Diocese.⁶⁵

O movimento bíblico que, desde os anos 50, vinha se desenvolvendo no Brasil e fincando raízes em muitas paróquias e dioceses que optaram pela Igreja na base, em 1968 ainda não havia chegado a Bauru. Pois, em setembro, mês no qual desde há mais de uma década se celebrava o mês da Bíblia, em Bauru, em setembro de 1968, apesar de reconhecer que “em todo mundo [houve] solenidades

⁶¹ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 152v, 24 ago. 1968. **Arquivo da Paróquia.**

⁶² Id., f. 152, 12 ago. 1968. O sucesso do dízimo é medido somente em função da arrecadação: “Supera um milhão de cruzeiros (1.000,00 novos) antigos”. Id., f. 152v, 8 set. 1968. Bem diferente era a proposta do Padre Koop no plano para a diocese, quando se visava a formação de “comunidade corresponsável” na manutenção paróquia, liberando o clero para as atividades pastorais e de coordenação. Cf. cap. 4.

⁶³ Id., f. 22, 27 ago. 1975.

⁶⁴ Id., f. 22v, 15 fev. 1976.

⁶⁵ Id., f. 22v, 30 jul. 1976.

e estudos sobre o livro divino; na paróquia, apenas pregações”.⁶⁶

O discurso e as práticas do bispo diocesano em torno da liturgia também evidenciam sua posição conservadora. Apesar de o Concílio ter consolidado uma compreensão antropocêntrica de mundo, da teologia, da Igreja e da pastoral, D. Zioni continuou a cultivar a visão cristocêntrica. Esta ficou explicitada em seus escritos e práticas litúrgicas. Cristo era confundido com a Igreja, e esta com Ele. Toda a vida do fiel deveria girar em torno de Cristo que teria, como ponto culminante, a celebração litúrgica. A Igreja era, para o Bispo, essencialmente hierárquica e tudo que se fazia dentro da Igreja “está necessariamente na dependência” das determinações da hierarquia.⁶⁷

O próprio Papa Paulo VI, em encontro com os bispos brasileiros, em novembro de 1963, ao referir-se ao Brasil, cujo país já tinha tido a oportunidade de conhecer alguns anos antes, expôs:

gostaria de dizer mais uma coisa em relação ao povo brasileiro, que conheço. A pastoral deve partir das qualidades naturais do povo. O brasileiro é, sobretudo, rico de poesia e canto. Um povo que canta é um povo que reza. Em vez de corais solenes nas Igrejas, o povo todo deve ser convidado a cantar.⁶⁸

Ao contrário do espírito litúrgico recomendado pelo próprio Papa, para D. Zioni, a “eficácia da nossa participação litúrgica depende da **obediência às normas estabelecidas** pela legítima e competente autoridade eclesiástica” e da disposição e da piedade dos fiéis. Não bastaria, então, uma liturgia em português na qual se poderia compreender o que se desenvolvia no altar para garantir a participação:

esta será, quando muito uma participação material, à qual se deve sobrepôr a PARTICIPAÇÃO JURÍDICA da observância das prescrições emanadas das competentes autoridades em liturgia, entre as quais se encontram os bispos diocesanos [...] e, finalmente, a PARTICIPAÇÃO ESPIRITUAL da mente e do coração à ação que o Celebrante, a Igreja e Cristo estão realizando sobre o altar.⁶⁹

Estava, assim, decretada a centralização das regulamentações sobre liturgia na pessoa do bispo diocesano recém-empossado. Por outro lado, sedimentava-se uma liturgia fundamentada no cumprimento de rituais normatizados pré-

⁶⁶ Id. f. 153, 28 set. 1968. Cf. cap. 1 sobre as origens do movimento bíblico. Frise-se que a paróquia era a Catedral da diocese de Bauru.

⁶⁷ ZIONI, Vicente Marchetti. A verdadeira participação litúrgica. **A Fé**, Bauru, 26 jul 1964.

⁶⁸ Paulo VI (Papa). O episcopado nacional ouve Paulo VI. **A Fé**, Bauru, 17 nov. 1963.

⁶⁹ ZIONI, Vicente Marchetti. A verdadeira participação litúrgica. **A Fé**, Bauru, 26 jul 1964. Os termos “leigo” e “comunidade” não faziam parte do vocabulário de D. Zioni. A centralidade da liturgia deveria reduzir-se à ação do celebrante, de Cristo e da Igreja como instituição e não ação do povo de Deus. Caberia ao fiel a participação apenas “espiritual”.

estabelecidos. Os espaços à criatividade e às necessárias adaptações estavam completamente descartados.

A autorização para usar a língua vernácula em algumas partes da missa foi autorizada por D. Zioni, em julho de 1964, somente após receber autorização expressa de Roma. O clero estava ansioso e reclamava esta mudança: “determinou o Sr. Bispo, de acordo com o anseio dos padres, começar ou introduzir o uso da língua vernácula no santo sacrifício da missa, de acordo com a licença já chegada de Roma”.⁷⁰

De Roma, por carta, D. Zioni advertiu o clero para que aguardasse seu retorno e os prazos indicados pelo Concílio para colocar em prática as adaptações da liturgia, mesmo depois de aprovadas. Determinou “que o revmo. clero de Bauru não modifique coisa alguma do que até agora foi estabelecido para a diocese, aguardando, pacientemente, instruções oportunas”.⁷¹

Ao traduzir, finalmente, para os diocesanos a aplicação da instrução sobre a liturgia, colocou em destaque que “a realização prática das novas determinações sobre o culto divino na diocese convém seja feita sucessiva e gradativamente sob a direção do Bispo diocesano”.⁷² Apesar da renovação litúrgica ter como finalidade a participação dos fiéis, foi enfatizado que a função de instruir e a ação pastoral são de responsabilidade do bispo da diocese apenas.

Deste modo se justificou a publicação de artigo originado do Vaticano sobre o “perigo da experiência na liturgia”. Fez advertência às comunidades que estariam fazendo experiências sem a autorização expressa do Vaticano. Tais iniciativas “deverão ser realizadas somente por determinados grupos adequadamente preparados para essas experiências e durante um período fixo de tempo” e dentro de limites determinados pela comissão de reforma da liturgia do Concílio.⁷³

⁷⁰ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 86v, 13 jun. 1964. **Arquivo da Paróquia.**

⁷¹ ZIONI, Vicente Marchetti. Carta de Dom Vicente. **A Fé**, Bauru, 1 nov. 1964. p. 4. Consta que alguns sacerdotes da diocese ansiosos para introduzir as mudanças conciliares passavam as madrugadas ouvindo a rádio BBC e assim que as mudanças fossem aprovadas imediatamente eram colocadas em prática. Algumas beatas fiéis ao bispo se encarregavam de comunicar ao bispo a “desobediência”. Isto explicaria os cuidados do bispo na aplicação das mudanças para que os limites fossem aqueles impostos pela autoridade diocesana. Padre Darci de Almeida Pinto – depoimento pessoal ao autor.

⁷² ZIONI, Vicente Marchetti. Instrução sobre a sagrada liturgia. **A Fé**, Bauru, 22 nov. 1964.

⁷³ O PERIGO DA EXPERIÊNCIA LITÚRGICA. **A Fé**, Bauru, 8 ago. 1965. Nos anos de 1967 e 1968 o jornal oficial da diocese publicou diversos artigos advindos do Vaticano, nos quais o Papa chamava atenção para os exageros cometidos nas inovações litúrgicas. D. Zioni se utilizou desse expediente para justificar sua inoperância no campo da adaptação litúrgica. Algumas das manchetes em primeira página: GRAVE ADVERTÊNCIA Papal sobre abusos na liturgia. **A Fé**, Bauru, 27 ago. 1967; SANTA SÉ URGE aos bispos vigilância sobre fidelidade à legislação litúrgica. **A Fé**, Bauru, 3 set. 1967; A IGREJA NÃO É ‘democrática’

Em virtude da carência de sacerdotes, D. Zioni se utilizou muito do trabalho de religiosas, particularmente na liturgia e na catequese. Entretanto, mantinha um controle minucioso das atividades pastorais e até da vida particular delas. Fazia com elas uma reunião mensal na qual passava suas orientações e cobrava as atividades agendadas.

Em uma das reuniões com as religiosas da diocese, D. Zioni insistiu sobre alguns itens da constituição sobre a Sagrada Liturgia, do Vaticano II. Porém, enfatizou os itens que destacava a necessidade da autoridade do bispo para a aplicação da renovação. Assim destacou o

art. 22 §1 – A ordenação da Sagrada Liturgia depende unicamente da Autoridade da Igreja. Esta autoridade cabe à Santa Sé apostólica e segundo as normas do Direito do Bispo. § 3 – Portanto, jamais algum outro, ainda que sacerdote, acrescente, tire ou mude por própria conta qualquer coisa da liturgia.⁷⁴

Demonstra-se uma clara intenção de que as religiosas funcionassem como uma espécie de fiscais do bispo junto ao clero para inibir a introdução das inovações admitidas e incentivadas pelo espírito pastoral do Concílio.

Além das religiosas, havia alguns leigos da confiança do bispo que também exerciam a função de fiscais junto ao clero. Em abril de 1967, quando já era largamente difundida e praticada a distribuição da eucaristia, permanecendo as pessoas em pé, ao reclamo de alguns leigos, o bispo proibiu que se continuasse a tal prática que ele mesmo havia autorizado, sob alegação de “constrangimento” de algumas pessoas.⁷⁵

Nas atas das reuniões com as religiosas, pode-se ler entre os diversos assuntos, sempre colocados pelo bispo ou, na sua ausência, pelo vigário geral, temas relativos à normatização da conduta das religiosas bem como expondo as regras da liturgia ou sobre o papel das religiosas numa diocese. Entre os temas frequentemente abordados encontra-se o da obediência para o qual D. Zioni tinha especial apreço e sobre a qual insistia incansavelmente. Para o bispo havia uma

afirmou Papa Paulo VI. **A Fé**, Bauru, 11 fev. 1968; RUMOS DA REFORMA angustiam o Papa. **A Fé**, Bauru, 5 maio 1968.

⁷⁴ REUNIÃO MENSAL DAS RELIGIOSAS (11ª). **A Fé**, Bauru, 13 jun. 1965. p. 2. Na ata da reunião de 7 mar. 1965 lê-se: “Liturgia é disciplina, rege-se por meio de leis [...]. Na diocese [...]: o bispo pode legislar sem consultar ninguém e pode fazer leis sem promulgá-las por escrito. [...] Eis portanto a linha fundamental da reforma: a) participação maior dos fiéis; b) participação que deve ser regulamentada pela autoridade. Dentro dessa linha, como se fazer as participações? As cerimônias fora do altar que não são estritamente sacerdotais tem participação profunda dos fiéis; nas cerimônias feitas no altar, **a participação é remota**”. Ata da 8ª reunião do SDAR. 7 mar. 1965. **Arquivo do Bispado de Bauru**.

⁷⁵ ZIONI, Vicente Marchetti. Sobre o modo de se distribuir a sagrada comunhão. **A Fé**, Bauru, 2 abr. 1967.

“crise de obediência” e “a maior tortura para os superiores nesta época deve ser a de mandar”.⁷⁶ Para D. Zioni, se “todo poder vem Deus”,⁷⁷ era inadmissível que a palavra dita pelos superiores não fosse acatada humildemente como palavra de Deus pelo religioso.

Ao se referir à renovação da Igreja trazida pelo Vaticano II, afirmou às religiosas que “a adaptação não é anarquia, deve seguir os dispositivos da autoridade competente”. Pois a autêntica adaptação suporia: “humildade, submissão, obediência”.⁷⁸ O mesmo padrão de comportamento que praticava tentava exigir de seus comandados. Se a adaptação do Concílio dependia da leitura da realidade como ponto de partida, como previa o já o Plano de Emergência, o diálogo e o debate sobre a mesma para levantar as necessidades e possibilidades, deveriam ser o caminho mais lógico, sem qualquer aviltamento da obediência. O método proposto pela pastoral oficial sugeria o caminho inverso ao da imposição de padrões pré-elaborados sobre qualquer realidade, como defendiam os conservadores.

Uma iniciativa que poderia ser um campo interessante de participação e ação dos leigos nas comunidades periféricas ou distantes das paróquias, nas quais não havia a presença do sacerdote para a celebração dominical da missa, seriam os centros de Celebração da Palavra Divina. Entretanto, o próprio bispo montou um roteiro que deveria ser seguido à risca com homilia escrita por ele para ser lida nas comunidades e dirigidas por uma religiosa designada por ele próprio, autoridade diocesana. Os locais também deveriam ser autorizados pelo bispo. Esses centros, aproximadamente, vinte, funcionaram por cerca de dois anos.⁷⁹

Dada a precariedade do funcionamento da maioria dos centros, em julho de 1967, D. Zioni passou a responsabilidade dos mesmos para revisão, reformulação e multiplicação deles para o Padre Ivo Martinelli e ao Padre Lino. Entretanto, segundo D. Zioni

para maior eficácia dessa ação litúrgica recomendada pelo Concílio Vaticano II, na Constituição sobre a liturgia, possa revestir-se de maior eficácia, deve ser ela feita de acordo com as prescrições da autoridade diocesana. [...] os padres Ivo e Lino ficaram oficialmente encarregados de estudar uma reformulação mais eficiente e eficaz

⁷⁶ Ata da 6ª reunião das religiosas. 10 jan. 1965. **Arquivo do Bispado de Bauru.**

⁷⁷ Ata da 10ª reunião das religiosas. 2 maio 1965. **Arquivo do Bispado de Bauru.**

⁷⁸ Ata da 22ª reunião das religiosas. 5 jun. 1966. **Arquivo do Bispado de Bauru.**

⁷⁹ Cf. Livro tombo da Celebração da Palavra Divina. **Arquivo do Bispado de Bauru.**

do texto e do modo de se realizar a celebração da palavra divina, ressaltadas as normas supra-acenadas.⁸⁰

O que indica o livro de atas, esses centros funcionaram até meados de 1968 de forma organizada e centralizada. Depois foram delegados para o controle do vigário de cada paróquia.

As posições conservadoras de D. Zioni encontraram resistências e oposição de alguns padres mais arrojados em termos de adaptação. É o caso do vigário da Paróquia de Santa Terezinha que tomou algumas iniciativas no setor da liturgia desafiando a orientação restritiva do bispo. Assim, escreveu o vigário,

iniciou-se no mês de maio deste ano [1967] uma nova experiência: missa da juventude às 11 horas com ritmo jovem e violão. Houve várias reações, mas o resultado inicial foi muito compensador. A autorização inicial foi aprovada verbalmente entre o bispo D. Zioni e o vigário Padre Luiz. Em seguida, num artigo de jornal, o bispo condenou o uso de instrumentos como o violão. Nem por isso a missa deixou de ser feita.⁸¹

De modo geral, o Padre Luiz Batistela, explicitamente, durante o ano de 1967, não se intimidou com as imposições do bispo. Pois, “toda e qualquer iniciativa que não partisse do bispo diocesano, era suspeita e recebia do mesmo muitas reservas, mas nem por isso se deixou de tomar iniciativas paroquiais”.⁸²

Ao setor da catequese e do ensino de religião em geral, D. Zioni impôs também um controle pessoal severo, tendo sido mais acentuado no início de 1968. A esta atividade, determinou o seguinte “mandamento”: “Sobre os cursos de instrução religiosa ministrados em quaisquer estabelecimentos de ensino, na Diocese de Bauru, desde o curso primário ao superior universitário e às especializações”. Nesta instrução expôs: “[...] determinamos [...] os professores de instrução religiosa católica de qualquer estabelecimento de ensino - sejam eles religiosos ou leigos – devem ser canonicamente provisionados, à semelhança do que se faz no campo civil”.⁸³

Os responsáveis por estabelecimentos de ensino deveriam pedir à autoridade diocesana a competente provisão canônica dos professores de religião: “a) antes do início de cada ano letivo; b) indicando o programa a ser exposto bem como o livro que deseja seguir e o método que empregará no ensino de religião”.⁸⁴ Fica evidente

⁸⁰ ZIONI, Vicente Marchetti. Reunião mensal do clero diocesano na cidade de Gália. **A Fé**, Bauru, 22 jul. 1967.

⁸¹ Livro Tombo da Paróquia de Santa Terezinha de Bauru. f. 18, 21 maio 1967. **Arquivo da Paróquia**.

⁸² Ibid.

⁸³ ZIONI, Vicente Marchetti. Mandamento. **A Fé**, Bauru, 25 fev. 1968. p. 2.

⁸⁴ Ibid.

que, à medida que o movimento social no mundo inteiro se intensificava, em 1968, e setores do episcopado e do clero brasileiro acirravam suas posições em defesa da implantação das inovações apontadas pelo Concílio, D. Zioni apertou ainda mais o cerco para que seus sacerdotes e religiosas e mesmo leigos que mantinham algum contato com outras Dioceses, não ousassem introduzir práticas que não estivessem contidas na cartilha conservadora do Bispo.

Em relação ao conteúdo dos livros de catequese das paróquias o bispo examinou-os e não tendo gostado do que vinha sendo ensinado, ele próprio editou três cadernos de catecismo e “indicou” para uso em toda a diocese. Ao divulgar o 3º caderno, D. Zioni afirmou: “é nosso insistente desejo que tais cadernos sejam adotados em todo o território da diocese, na instrução e formação religiosa das crianças. [...] oficializamo-lo para toda a diocese [...]”⁸⁵.

No início de 1968, a Cúria Diocesana estendeu seu controle sobre as festas populares e as quermesses. Ao alegar ter havido “reiterados abusos e incompreensões, [...] a autoridade diocesana vê-se na grave obrigação [...] de comunicar as normas que deverão ser rigorosamente observadas”.⁸⁶ Ou seja, mesmo as atribuições simples que o próprio clero poderia e deveria cuidar, a autoridade diocesana também monopolizou.

5.3 D. Zioni e o laicato

Na prática, a autocompreensão da Igreja conservadora “não é apenas uma Igreja antipopular, mas também uma Igreja oposta a toda participação democrática ou promoção popular”.⁸⁷

Deste modo, a abordagem do laicato católico, quando aparece no discurso de D. Zioni, restringe o papel do leigo ao seu meio social e profissional e não no desempenho de uma missão dentro da Igreja, no exercício de algum ministério

⁸⁵ ZIONI, Vicente Marchetti. 3º Caderno de “religião divina”. **A Fé**, Bauru, 4 fev. 1968. Padre Nivaldo Rosa, na época pertencendo à diocese de Botucatu, tinha elaborado um catecismo moderno depois de ter feito uma especialização em catequese em Paris. Nem aquele serviu!

⁸⁶ ZIONI, Vicente Marchetti. Sobre festas religiosas populares e quermesses beneficentes. **A Fé**, Bauru, 11 fev. 1968. p. 2. As normas consistiam resumidamente no seguinte: 1. Solicitar provisão canônica para qualquer festa ou quermesse; 2. Sem as provisões as festas não serão permitidas; 3. Até dez dias depois da festa o tesoureiro deveria prestar conta ao vigário; 4. Em seguida o vigário deveria prestar conta à cúria pagando as devidas taxas; 5. Em caso da não observância da norma a cúria poderá proceder judicialmente contra os responsáveis; 6. Ficam extintas todas as comissões de festas que não tiverem provisão da cúria diocesana. *Ibid.*

⁸⁷ RICHARD, 1981, p. 206

pastoral; nem se lembra de uma Igreja inserida no meio popular.⁸⁸

Assim, expôs o que seria a missão da Igreja, dos pastores, dos leigos e sua relação com a ordem temporal: aos leigos, caberia, particularmente, assumir a “renovação da ordem temporal” buscando a “justiça do reino de Deus”. Quanto à ordem temporal, “deve ser reformada: a) conservando-se integralmente suas leis próprias; b) conformando-se aos princípios mais altos da vida cristã; c) adaptando-se às diferentes condições de lugar, tempo e pessoas”.⁸⁹ Para os conservadores, como D. Zioni, a Igreja deveria continuar a se fortalecer perante a sociedade combatendo a secularização com uma presença mais efetiva nos meios secularizados, na educação e nos partidos políticos.⁹⁰

Em 1966, ao se divulgar um curso para leigos sobre o papel do cristão no “mundo de hoje”, evidenciou-se o projeto do bispo para os leigos dentro da diocese. Apesar de grande parte dos temas estarem relacionados com aqueles tratados no Vaticano II, as pessoas escolhidas para ministrar o curso eram compostas de elementos da elite local, líderes intelectuais, empresariais e membros do clero.⁹¹ Não se tratava propriamente de militantes cristãos das bases que tivessem alguma vivência de Igreja na prática, mas membros de grupos de elite que tinham acesso aos temas por via de leitura ou estudo. Por outro lado, seu discurso se dirigia também a uma elite de classe média de mentalidade conservadora formada nos quadros do catolicismo ultramontano que não tinha interesse em refletir sobre o catolicismo aberto ao mundo moderno e às mudanças na Igreja e na sociedade. Portanto, ao final, este esforço finalizava por proporcionar nenhum tipo de mudança na vida da Igreja local.

No final de 1966, os setores conservadores do laicato paulistano conservador emitiu um manifesto dirigido ao episcopado brasileiro denunciando algumas ações e experiências norteadas pelos textos do Vaticano II praticadas por setores do clero, de seminaristas e de leigos, as quais foram consideradas nocivas à religião. O bispo D. Zioni mandou que fosse divulgado o texto na íntegra pelo jornal diocesano e que fosse lido na íntegra em todas as paróquias à hora da missa. Dessa forma, de um

⁸⁸ No jornal vários artigos retratam essa abordagem: Cf. DIRIGENTES cristãos. **A Fé**, Bauru, 2 maio 1965. p. 3; FUNÇÃO DAS EMPRESAS. **A Fé**, Bauru, 2 maio 1965. p. 3.

⁸⁹ ZIONI, Vicente Marchetti. Para uma reta instituição da ordem universal das coisas temporais. **A Fé**, Bauru, 7 jan. 1968. p. 2.

⁹⁰ MAINWARING, 1989, p. 57.

⁹¹ O CRISTÃO NO MUNDO DE HOJE. **A Fé**, Bauru, 5 jun. 1966. p. 3.

lado, dava voz aos leigos e movimentos conservadores e, por outro, colocava um freio nas possíveis experiências que um ou outro membro do clero intencionasse fazer no sentido de tornar eficazes as orientações emanadas do Concílio.

O manifesto, para D. Zioni, consistia

numa prova evidente de especial assistência do Divino Espírito Santo, iluminando Pastores e Fiéis, membros autênticos e disciplinados do laicato, com fé, subordinação e amor à Igreja, dirigem-se respeitosamente ao Episcopado Nacional expondo seus anseios, suas angústias e suas esperanças. Nós, na qualidade de bispo diocesano de Bauru, acatamos esta demonstração filial de respeito à Igreja e de fé na assistência do Divino Espírito Santo [...] ⁹².

A identificação de D. Zioni com os católicos conservadores fez com que endossasse também o Manifesto de Católicos mineiros sobre a “situação religiosa da Igreja”. No dia 26 de abril de 1967, o jornal diocesano trouxe com destaque de primeira página a manchete: “Respeitoso Manifesto de Católicos Mineiros de Belo Horizonte a Propósito da situação religiosa da Igreja – no mundo, no Brasil e diga-se também, em Bauru”.

Sobre o documento, escreveu D. Zioni:

os estonteantes abusos que, dominados por um falso conceito de DIÁLOGO, sinônimo de concessão e de conversão do próximo ou pelas próprias ideias e errôneas concepções de ADAPTAÇÃO AOS TEMPOS, sinônimo de modificação substancial das estruturas não excluídas da Igreja, a ponto de atingir o imutável do seu dogma e a veneranda antiguidade da sua disciplina de raízes fincadas em dois mil anos de experiência ESTÃO PROVOCANDO AS MAIS FORTES, BEM FUNDAMENTADAS E IRREFUTÁVEIS REAÇÕES E RESISTÊNCIAS por parte dos mesmos fiéis”. ⁹³

A euforia do bispo se manifestou como se o documento fosse representativo

⁹² ZIONI, Vicente Marchetti. Oportuna e realista manifestação do laicato. **A Fé**, Bauru, 8 jan. 1967. O manifesto valeu-se do direito concedido ao leigo de participar da Igreja para justificar sua intervenção. O documento denuncia que os “católicos brasileiros vêm sentindo um mal-estar ante o que lhes é dado ver e ouvir em algumas associações religiosas, em colégios de padres e freiras, nas universidades católicas [...] e até nos púlpitos”. As expressões usadas revelam o teor do documento: “[...] há uma onda de desordem e insânia no mundo de hoje [...]”; “[...] um iconoclastismo furioso invadiu alguns meios eclesiásticos [...]”; “[...] desprezando a vida interior e dando primazia à ação, sobretudo às atividades econômicas, com critérios tipicamente marxistas”.[...] “A Igreja nunca foi e nem é revolucionária”. Ibid. De acordo com Mons. Ramires, em seu manifesto, os leigos de São Paulo “com um discernimento sincero e julgamento sensato apelaram para os bispos e pastores da Igreja no sentido de opor uma barreira aos desvios doutrinários que uma ala vai ensinando”. Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 167, 29 jun.1969. **Arquivo da Paróquia**.

⁹² Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 130v, 1 jan.1967. **Arquivo da Paróquia**.

⁹³ ZIONI, Vicente Marchetti. Respeitoso Manifesto de Católicos Mineiros de Belo Horizonte a Propósito da situação Religiosa da Igreja – no mundo, no Brasil e diga-se também, em Bauru. **A Fé**, Bauru, 23 abr. 1967. O manifesto dos mineiros percorre a mesma linha do paulista. Ver nota 46. O que difere um do outro é o apelo dos mineiros para que o episcopado interviesse para limitar as novas experiências de Igreja que estavam acontecendo. Solicitavam aos bispos o retorno à “unidade” de formas das práticas católicas anteriores ao Concílio.

da vontade de todos os “fiéis” e que desejassem que a Igreja retrocedesse. Continuou:

aqueles que principiavam a desanimar, veem de novo acender-lhes as esperanças no coração. Aliás, as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Os católicos leigos equilibrados e bons, cheios de verdadeiro amor a Deus e fé, encontram-se, desta vez, na vanguarda. [...] Comungo das mesmas ideias. Quero-o registrado no órgão oficial da diocese de Bauru, homologando-o, fazendo-o meu, para maior justificativa ainda, tecendo, no fim, alguns comentários.⁹⁴

Os comentários feitos ao documento original enfatizaram que a Igreja estaria vivendo um momento “doloroso” no pós-concílio com as confusões que estariam sendo cometidas por setores do clero, inclusive relativas a alguns dogmas que estariam sendo desrespeitados como a existência do inferno e presença de Cristo na eucaristia.⁹⁵

Em outubro de 1967, diante das pressões emanadas dos seus pares, da CNBB e de leigos diocesanos que tinham conhecimento dos avanços feitos nas dioceses vizinhas, D. Zioni decidiu tomar uma iniciativa para articular o laicato para a ação pastoral diocesana. Em vez de convocar uma assembleia dos interessados: sacerdotes, religiosas e representantes dos próprios leigos, redigiu uma carta pastoral bem ao estilo do catolicismo tradicional.

O documento caracterizou-se, primeiramente, por uma abordagem da religião em que a vida espiritual se opõe à vida secular, a Igreja se contrapõe mundo, bem ao contrário das práticas que se universalizavam em outras dioceses. Relatou que “o nosso dever primordial é levar Deus ao homem que o desconhece, a fim de que O possa atingir com sua mente, amar com seu coração [...]. É preciso fazê-lo entrar nos corações, através de muita bondade e nas inteligências, mediante a luz da verdade”⁹⁶

A proposta de Igreja apresentada é aquela tradicional de levar Deus para os que não o conhecessem através da ação dos “fiéis”, fazer proselitismo, em vez de se voltar para o interior da Igreja para uma renovação cristã e evangelizadora. Aqueles que se desinteressassem do bem dos outros foram designados de “apóstatas”. A urgência de converter os que se encontravam distantes de Deus se

⁹⁴ ZIONI, Vicente Marchetti. Respeitoso Manifesto de Católicos Mineiros de Belo Horizonte a Propósito da situação Religiosa da Igreja – no mundo, no Brasil e diga-se também, em Bauru. **A Fé**, Bauru, 23 abr. 1967.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ Id., Carta Pastoral: planificação do apostolado leigo. **A Fé**, Bauru, 1 out. 1967. p. 4. A carta parece ter mais o objetivo de dar uma satisfação à proposta de pastoral de conjunto da CNBB do que ser um plano efetivo de ação transformadora conforme as propostas Conciliares. Cf. cap. 4.

justificava em função da iminência do encaminhamento do mundo para a “balbúrdia, para a confusão, para a hecatombe de catástrofe universal”.⁹⁷ Pois uma nova guerra mundial era iminente, afirmava, e urgia que todos conhecessem a “verdade” antes do fim. Se não se podia convencer pela caridade, então que fosse pelo tradicional medo da perdição da alma. Entretanto, os tempos eram outros!

A carta fez um diagnóstico da realidade com base em dados genéricos, ao contrário do que propôs o Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB e, refere-se somente à cidade de Bauru, ignorando-se os outros onze municípios da diocese.⁹⁸

A proposta de ação diante da realidade se dividia entre o plano religioso e de promoção humana. No campo religioso, o apostolado dos leigos se daria pela participação na liturgia e na catequese em geral. Como tradicionalmente sempre se praticara, a ação dos leigos se reduziria à assistência à missa dominical animada, dentro das regras permitidas por Roma e pelo bispo e na atividade catequética. No plano promocional, se organizaria um mutirão de catequistas, de profissionais da saúde para levar às periferias a verdade da fé e assistência à saúde.⁹⁹ Na Igreja conservadora “a preocupação social está ausente, e ela insiste pouco sobre a Doutrina Social da Igreja”, conforme Richard.¹⁰⁰ Quando muito organiza algum tipo de ação assistencialista para cumprir a obrigação cristã da caridade fraterna. Esta visava mais a preocupação com a salvação da alma daqueles que fazem a caridade do que promover a humanidade de quem recebe.¹⁰¹

Duas semanas depois de publicada a carta pastoral do bispo no jornal, este trouxe estampada em primeira página a seguinte manchete: “respondem ao apelo de nosso bispo pessoas e entidades da mais elevada expressão social”.¹⁰² Isto é, as elites intelectuais, profissionais e leigos da classe média dispuseram-se a participar de inócua ação paternalista como é próprio do pensamento conservador. Em outras e claras palavras, os pobres e excluídos continuaram a ser tratados como meros objetos da caridade da classe média intelectualizada, sem possibilidade de se

⁹⁷ Ibid., p. 5.

⁹⁸ ZIONI, Vicente Marchetti. Carta Pastoral: planificação do apostolado leigo. **A Fé**, Bauru, 1 out. 1967. p. 5.

⁹⁹ Ibid., p. 6.

¹⁰⁰ RICHARD, 1981, p. 206.

¹⁰¹ PRIMOLAN, Emílio Donizete. Alimentar o corpo para salvar a alma: a Instituição da Sociedade São Vicente de Paulo. In: **Construindo o serviço social**: revista do Instituto de Pesquisas e estudos: Divisão Serviço Social da Instituição Toledo de Ensino. v. 15, Bauru, jan./jun. 2005. p. 97-109.

¹⁰² Respondem ao apelo de nosso bispo pessoas e entidades da mais elevada expressão social. **A Fé**, Bauru, 22 out. 1967. Entre os que responderam ao apelo do bispo foi citado um único nome: o do promotor público Damásio Evangelista de Jesus. Ibid.

organizar como Igreja e, menos ainda, de questionar as estruturas eclesiais e sociais existentes.

Em continuidade à carta pastoral convocando os leigos para ação, no mês seguinte, novembro de 1967, publicou-se o que D. Zioni chamou de “Plano Diocesano de Ação Apostólica e sua Linha Fundamental”. Neste documento, ao contrário do proposto pela CNBB, parte de considerações sobrenaturais sobre o ser humano e sua ligação com o divino. Na sequência, desenvolve o que denominou de “objetivos humanos” os quais deveriam almejar a promoção do homem na sua união com Deus. Para uma bem sucedida aplicação do plano, deveria buscar o conhecimento de Deus e, por último, conhecer a realidade concreta “nos aspectos demográfico, econômico, educacional, social e religioso”.¹⁰³

Neste “plano”, o espaço reservado para a leitura da realidade e planificação foi menosprezado. E o método de procedimento para a ação pastoral proposto pela CNBB, inspirado no método da Ação Católica do Ver, Julgar e Agir, ficou invertido: partiu-se do ponto de chegada – Deus – para depois fazer a leitura da realidade que deveria se constituir em ponto de partida.

Se for considerado que, no início de 1968, D. Zioni foi transferido para a arquidiocese de Botucatu, embora só tenha tomado posse um ano depois, os projetos pastorais, mesmo que organizados de forma autoritária, não tiveram o encaminhamento devido e contribuíram para adiar a chegada do Vaticano II a Bauru.¹⁰⁴

No início de 1968, ao augurar aos leigos bons propósitos para ano novo, o bispo diocesano interrogou-se: “como luz de relâmpago num céu de ameaçadora tempestade, passou 1967, e já se esboça figura do ano novo. Como será ele? De luta? De paz? De agitação? De trabalho construtivo e patriótico?”¹⁰⁵ Talvez nem imaginasse de quanta agitação seria! Mas também muito construtivo! “O ano novo será o que quisermos que ele seja. Se não afastarmos de nós o fantasma da discórdia e quebrarmos o espectro do ódio, continuará sendo um ano de angústia, de retrocesso e de estagnação estéril”.¹⁰⁶

¹⁰³ ZIONI, Vicente Marchetti. Plano diocesano de ação apostólica e sua linha fundamental. **A Fé**, Bauru, 22 nov. 1967. p. 2.

¹⁰⁴ No cap. 6 será discutida a transferência de D. Zioni para Botucatu e suas conseqüências. Bauru só receberia o novo bispo, D. Cândido Padin, no ano de 1970.

¹⁰⁵ ZIONI, Vicente Marchetti. Governo diocesano. **A Fé**, Bauru, 7 jan. 1968. p. 2.

¹⁰⁶ *Ibid.*

Por outro lado, o bispo propôs que o ano de 1968 fosse o ano do perdão: “que o ano de 1968 seja o ano do perdão, do esquecimento das injúrias. Seja o ano das mãos dadas e da aproximação dos corações para a implantação do reino da paz e da verdadeira fraternidade humana universal”.¹⁰⁷ Embora tivesse feito menção da fraternidade universal, indicava que os conflitos se davam no interior da diocese entre o bispo e parte do clero, religiosos e leigos.

Apesar do chamado aos leigos para o trabalho pastoral no final do ano de 1967, o início do ano seguinte, 1968, foi marcado por um grande acontecimento: a recepção da imagem de Nossa Senhora Aparecida e sua peregrinação pelas diversas paróquias da diocese entre o dia 29 de fevereiro e o dia 7 de março. Este “privilégio” foi concedido em retribuição à articulação e participação de D. Zioni para a concessão da Rosa de Ouro para o Santuário de Aparecida por ocasião da comemoração dos 250^o anos da aparição da imagem da padroeira do Brasil.

O evento foi saudado como um “grande acontecimento na vida social e religiosa da região”.¹⁰⁸ O ato religioso da recepção da imagem original de Nossa Senhora Aparecida se transformou num ato cívico-político no qual, além das autoridades religiosas, também o prefeito municipal de Bauru dirigiu a palavra ao público presente.¹⁰⁹ No contexto dos conflitos internos da Igreja, justamente no ano da Conferência de Medellín, quando a Igreja da América Latina fez a opção pela participação e promoção popular e por uma pastoral comprometida com a história do povo; no quadro dos conflitos políticos mundiais e, particularmente, do Brasil, esse gesto da diocese deixou bem explícita qual era a missão da Igreja para o bispo diocesano.

Além disso, foi introduzido em Bauru, em 1968, o movimento dos Cursilhos de Cristandade. Havia alguns leigos que tinham participado de encontros, mas em outras dioceses. No dia 3 de março de 1968, iniciou-se o 1^o Cursilho da diocese de Bauru.¹¹⁰ Destinava-se a atrair os casais da classe média para a vida das paróquias com uma proposta de apelo mais emotivo do que para o compromisso com a transformação da Igreja e do mundo.

¹⁰⁷ ZIONI, Vicente Marchetti. Governo diocesano. **A Fé**, Bauru, 7 jan. 1968. p. 2. Interessante notar que a menção ao perdão foi uma constante entre D. Zioni e seus diocesanos. Certamente sua forma de governar produzia inúmeros atritos e divergências. A forma mais adequada de conviver, para ele, estaria no perdão das ofensas de ambas as partes.

¹⁰⁸ A SENHORA APARECIDA será acolhida por toda Bauru. **A Fé**, Bauru, 28 jan. 1968.

¹⁰⁹ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 145v, 29 jan. 1968. **Arquivo da Paróquia**.

¹¹⁰ Id., f. 146, 3 mar. 1968.

Uma das finalidades da renovação da Igreja no diálogo com o mundo moderno era justamente a atração da juventude para o seu interior. Apesar das muitas experiências em diversas dioceses, em Bauru a posição conservadora do bispo o distanciava dos jovens e dificultava participação deles de forma mais ativa na vida da Igreja local.

Pesquisa realizada nos anos 1960, entre os jovens cristãos, revelaram que os mesmos recebiam influências ideológicas de outras fontes além da Igreja e estavam abertos para vivenciar as novidades da modernidade. Como classe média, tinham acesso aos

padrões e valores de uma “cultura jovem”, com sua carga de secularismo racional, antiautoritário e antifatalista, suas orientações valorativas para a modernização e democratização, sua luta pela aquisição de “*status*” e suas críticas das aristocracias: todos esses componentes [...] estão, via de regra, em amplo contraste com os padrões eclesiais e familiares dos jovens cristãos. Quem sabe, o comportamento divergente do jovem, e sua evasão das Igrejas, podem ser em grande parte explicado por uma necessidade de atualização da pedagogia e da vivência eclesial, face às novas exigências de “modernidade” no nosso mundo?¹¹¹

A renovação da Igreja colocava em dúvida se deveria continuar a existir as antigas associações católicas de origem ultramontana, como as congregações marianas. Estas teriam se tornado anacrônicas ante a organização da Ação Católica especializada, dos novos movimentos como o MFC e as equipes de Nossa Senhora. Portanto, não ofereciam nenhum atrativo à participação da juventude nos movimentos da Igreja. Sem uma atualização pedagógica da pastoral da Igreja tornava-se difícil atrair os jovens face às alternativas que lhes eram acessíveis.

Apesar disso, o primeiro apelo dirigido à juventude por D. Zioni foi para convidá-la a participar e retomar os movimentos marianos tradicionais.¹¹² No planejamento levado a efeito pelo então Padre Pedro Paulo Koop para a nova diocese, previa-se uma nova forma de organização da paróquia em pequenas comunidades nas ruas e nos bairros. Dentro desse espírito de renovação do Vaticano II, as associações de leigos de origem ultramontana não corresponderiam mais ao novo espírito da Igreja e, assim, houve uma desmobilização geral daquelas no período da preparação da nova diocese (1958-1964).

Apesar de insistentes apelos do bispo para se retomar o movimento mariano

¹¹¹ KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 21.

¹¹² ZIONI, Vicente Marchetti. Caloroso apelo à juventude. **A Fé**, Bauru, 12 jul. 1964.

desde sua chegada a Bauru, apenas dois anos mais tarde houve tentativas para se reorganizar a associação dos marianos¹¹³, ao que tudo indica sem sucesso e, de certo modo, na contra mão da evolução da Igreja e das expectativas da juventude formada nas famílias católicas de classe média.

A partir de outubro de 1966, o bispo diocesano decidiu estabelecer canais de contato com a juventude: uma coluna no jornal diocesano e uma missa semanal na catedral. A coluna no jornal era redigida pelo próprio bispo e a missa também presidida por ele!

Através do jornal, colocou os termos do contato a ser estabelecido para resolver as diferenças entre ele e os jovens. A aproximação ocorreria, segundo D. Zioni,

se rezarmos piedosa e constantemente uns pelos outros e todos por todos. [...] se dermos dócil atenção e acolhida às orientações do nosso grande Chefe, o Sumo Pontífice que está regulamentando, com autoridade suprema, as decisões atualizadas do Vaticano II, que a palavra de vosso bispo interpreta oficialmente ou transmite na diocese. [...] se vivermos em ambiente de confiança e cordialidade¹¹⁴.

No mesmo discurso, seguiu solicitando aos jovens que orassem pela paz mundial ante a ameaça de guerra, rememorando as catástrofes e horrores da Primeira e Segunda Guerra Mundiais e os números das matanças ocorridas. Lembrou o apelo do Papa à ONU e aos governantes em prol da paz. Os meios humanos para se evitar a guerra teriam sido colocados em prática e fracassado; restariam “o recurso aos céus”.¹¹⁵

A concepção de Igreja que emerge destas colocações é totalmente sobrenatural e universal sem vínculos com a realidade vivida pelos leigos, muito menos pelos jovens. O argumento da espera pela regulamentação do Vaticano II não podia ser aceito já que em muitas paróquias, a contragosto do bispo, e também em outras dioceses, as mudanças se operavam com intensa rapidez.¹¹⁶

Houve uma tentativa de se organizar alguma ação concreta, certamente

¹¹³ REORGANIZAM-SE OS MARIANOS. *A Fé*, Bauru, 28 ago. 1966.

¹¹⁴ ZIONI, Vicente Marchetti. Encontro com a juventude. *A Fé*, Bauru, 9 out. 1966.

¹¹⁵ Ibid. Essa postura do bispo explica porque o primeiro grupo de jovens da catedral foi formado somente em 1970 quando da chegada a Bauru do bispo D. Cândido Padin e o pároco da catedral já não era mais o Côn. Ramires, mas o jovem Padre diocesano Ivo Martinelli. Cf. Livro Tombo Catedral, f. 175, 11 out. 1970. **Arquivo da Paróquia.**

¹¹⁶ No capítulo 6 será discutido o desenvolvimento da pastoral na arquidiocese de Botucatu, da qual a diocese de Bauru foi desmembrada, conforme as orientações conciliares e será colocado o exemplo da pastoral desenvolvida na vizinha diocese de Lins, da qual Bauru herdou duas paróquias, sob o governo de D. Pedro Paulo Koop, bispo conforme a renovação conciliar, o qual tinha preparado a estrutura do Bispado de Bauru.

reivindicada pelos próprios jovens, que motivasse algum tipo de ação social para a participação da juventude. A oportunidade apresentou-se quando, D. Zioni, ao visitar um bairro periférico da cidade de Bauru, no qual constatou a existência de crianças vivendo de forma miserável e onde “havia também alguns meninotes e rapazes de olhar indiferente e triste sem saber o que fazer, ou **sem nada querer fazer. Indolência? Desânimo? Desespero?** Não sei. Talvez tudo isso amalgamado”.¹¹⁷ Diante do fato, propôs formar grupos de jovens para um trabalho de “solidariedade humana e ajuda fraterna”, bem ao estilo assistencialista. Diante de uma concepção de que a pobreza é fruto da indolência, não havia muito a se fazer além de se rezar pela paz mundial e aguardar as ordens de Roma para colocar o Concílio em prática.

Como o grupo de jovens que comparecia à missa com o bispo era composto de estudantes, ao final do ano letivo de 1966, D. Zioni tentou motivá-los a continuar, durante as férias, a participar dos encontros. Ao mesmo tempo em que elogiou a iniciativa da juventude, não poderia deixar de lembrar os limites e obediência à autoridade eclesiástica: “a par do entusiasmo natural à idade, a par de certa ânsia de avançar desordenadamente, essa mesma juventude quer colaborar dentro dos justos limites e das imposições que devem regular suas atividades”.¹¹⁸ Por razões óbvias, esse foi o último artigo dirigido à juventude pelo bispo diocesano e as missas com os jovens foram encerradas.

Segundo Krischke, na década de 1960, “a palavra de ordem do jovem cristão mais militante é ‘engajamento’, ‘justiça’, ‘luta por liberdade e igualdade para todos’, não só no Brasil mas em todos os países do mundo”.¹¹⁹ Portanto, o que o jovem menos desejava era submeter-se aos chamados “justos limites” e “imposições” que o bispo julgava adequados. Por isso o fracasso na tentativa de circunscrever o jovem dentro de esquemas autoritários e retrógrados que aquela Igreja desejava implantar.

5.4 Seminários, mosteiro e as religiosas

Entre as exigências estabelecidas por Roma para a constituição da nova diocese de Bauru, constava a construção de um seminário menor. Para isso, a

¹¹⁷ ZIONI, Vicente Marchetti. Encontro da juventude: sob o olhar de Deus. **A Fé**, Bauru, 6 nov. 1968.

¹¹⁸ *Ibid.*, 20 nov. 1966.

¹¹⁹ KRISCHKE, 1979, p. 22.

equipe de preparação da diocese já tinha conseguido um terreno doado pela prefeitura. Depois da posse do bispo, o desafio era a construção do mesmo para cumprir a exigência vinda de Roma.¹²⁰

Ao viajar para Roma em setembro de 1964, para participar da 3ª sessão do Vaticano II “em obediência à convocação” feita pelo Papa, D. Zioni deixou, na mensagem de despedida, o registro de alguns problemas urgentes para serem resolvidos. Dentre eles, destacou a preocupação com a constituição do clero diocesano:

a manutenção dos seminaristas da diocese de Bauru; a construção do seminário menor e a organização imediata de um seminário para vocações de adultos. Que possamos encontrar, também, alguns sacerdotes sábios e santos, de reconhecido zelo e coração verdadeiramente sacerdotal que de bom grado se prestem a nos ajudar no apostolado.¹²¹

Em março de 1965, por falta de melhor opção e não desejando mais que os seminaristas pudessem receber uma formação mais aberta que se verificava em grande parte dos seminários, foi instalado o seminário para adultos.¹²² A solução encontrada propiciaria uma formação de acordo com a visão de Igreja do Bispo que, além do mais, possuía larga experiência como reitor de seminário.

O local escolhido foi a casa paroquial da paróquia de São Judas e São Dimas. Sua instalação constou de missa solene, leitura da provisão da criação, nomeação do corpo docente, entrega aos alunos das “normas diocesanas”. Havia seis alunos para iniciar aquele ano letivo.¹²³

No dia 15 de agosto de 1965, foi lançada a pedra fundamental para a construção do prédio do Seminário de adultos em terreno ao lado da mesma paróquia em cuja casa estavam alojados 6 seminaristas.¹²⁴

Em carta enviada de Roma, publicada no dia 24 de outubro de 1965, depois de relatar os acontecimentos do Concílio, D. Zioni escreveu que recebia os jornais de Bauru e algumas notícias a mais da cidade. Afirmou ainda: “já escrevi muitas cartas a pessoas de influência e a entidades, visando a conseguir sacerdotes e

¹²⁰ Mandato da criação da Diocese de Bauru. **Arquivo do Bispado de Bauru.**

¹²¹ ZIONI, Vicente Marchetti. Mensagem de despedida por motivo de viagem a Roma. (governo diocesano). **A Fé**, Bauru, 20 set. 1964.

¹²² Livro tomo da Paróquia do Divino Espírito de Bauru. f. 106, 19 mar. 1965. **Arquivo da Paróquia.**

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Id., f. 112v, 15 ago. 1965. Havia já um contrato para o início da construção do prédio imediatamente. Ibid.

meios materiais para os nossos seminários”.¹²⁵

Uma das respostas recebidas foi a do prefeito municipal Dr. Nuno de Assis que, através de carta, comunicou à cúria diocesana a doação de dois milhões de cruzeiros ao seminário diocesano.¹²⁶

Em junho de 1966, ainda no clima do Concílio, o projeto para a construção do seminário menor mantinha seu encaminhamento. A 29/06 o terreno destinado à obra recebeu simbolicamente a bênção episcopal e foi feita a tomada de posse da área concedida pela prefeitura, com a colocação de uma cruz de madeira rústica. Este ato foi revestido de intensa solenidade com a presença não só de vários sacerdotes, mas também do prefeito, que discursou na ocasião, e alguns vereadores. No discurso do vigário geral, Côn. Ramires de Lucena, a noção da missão da Igreja pré-Vaticano II persistia. Em seu discurso, manifestou-se “falando sobre a cruz que abre horizontes de civilização, como na descoberta do Brasil, e sua Excia. Revma. D. Vicente sobre a grande necessidade de se ter em Bauru um seminário que seja fator de progresso, cultura e espiritualidade”.¹²⁷

A escassez de sacerdotes e de vocações em função do envelhecimento daqueles vindos da Europa, o abandono do ministério por grande número de sacerdotes durante e logo após o Vaticano II, estimularam o episcopado a buscar alternativas para suprir as vagas existentes não só nas paróquias, mas para dar conta de outras funções especializadas que surgiram com a Igreja do Vaticano II.

No caso de Bauru, entre 1964 a 1969, no governo de D. Zioni, além dessas dificuldades já aludidas, ainda havia os entraves de relacionamento entre o clero religioso com o bispo. Vários padres vieram para a Diocese no período, mas não permaneceram. Assim, em 1967, por exemplo, Padre Guerino Ninin tinha de cuidar de duas paróquias em dois municípios relativamente distantes um do outro. Com a saída do Padre Lázaro da paróquia de São Sebastião, em Bauru, aquela ficou

¹²⁵ ZIONI, Vicente Marchetti. Carta do Sr. Bispo diocesano ao governador da diocese. **A Fé**, Bauru, 24 out. 1965. p. 2.

¹²⁶ 2 MILHÕES PARA O SEMINÁRIO. **A Fé**, Bauru, 5 dez. 1965.

¹²⁷ SEMINÁRIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA de Vargem Limpa. **A Fé**, Bauru, 26 jun. 1966. BÊNÇÃO DO TERRENO inicia a construção do seminário local. **A Fé**, Bauru, 10 jul 1966. Segundo Mons. Ramires, a bênção e posse oficial do terreno de vinte alqueires cedido pela prefeitura com cláusula de devolução caso o seminário não fosse construído, ocorreu “porque estávamos sabendo que os senhores vereadores, pelo menos os que exprimem a ala oportunista, já antegozavam a automática volta do terreno doado, para a municipalidade [...]. Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 97, 122v, jun.1966. **Arquivo da Paróquia**. Por sua vez, a diocese recebeu 50 milhões de cruzeiros da *Adveniat* da Alemanha para a construção do seminário. Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 121v, 27 maio 1966. **Arquivo da Paróquia**.

vacante. Na ocasião, Mons. Ramires desabafou: “com a escandalosa falta de sacerdotes, dificilmente será preenchida esta ausência e a paróquia em vacância vai ser precariamente servida por outros sacerdotes”.¹²⁸

Uma das alternativas possíveis para se conseguir sacerdotes em tempo mais breve e em quantidades maiores que a tradicional formação de meninos depois de terminado o primário, foram as tentativas de criação de seminários para adultos. Na diocese de Bauru, ante o quadro de um clero diocesano com idade avançada e a incerteza e precariedade da presença do clero religioso no cuidado de paróquias, D. Zioni inaugurou a primeira ala de um prédio que abrigaria o seminário de adultos, a 15 de agosto de 1966. A pedra fundamental do prédio do seminário de adultos tinha sido lançada há um ano antes exatamente.¹²⁹

Depois de inaugurada a primeira ala do seminário de adultos, no mesmo dia foi lançada a pedra fundamental para a construção do seminário menor dedicado a N. Sra. Aparecida, em terreno doado pela prefeitura no bairro da Vargem Limpa.¹³⁰ Entretanto, se o prédio do seminário de adultos teve seu prosseguimento até o final, o mesmo não se pode dizer do seminário menor que permaneceu na pedra fundamental.

No final de 1966, a crise de vocações para o sacerdócio passou a ser reconhecida e discutida pela hierarquia. O projeto que vislumbrava atrair os jovens católicos para vida clerical em função da renovação da Igreja foi frustrado. Por isso mesmo, o seminário da diocese de Bauru não prosperou.

Por ocasião da visita ao Brasil de Mons. Garrone, pró-prefeito da Congregação para os Seminários, em dezembro de 1966, publicou-se um artigo sobre a crise dos seminários. Segundo o Mons. “a crise dos seminários brasileiros apenas reflete em termos regionais os problemas enfrentados em todo o mundo para a formação de padres”. O problema dos seminários estava vinculado ao

¹²⁸ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 135, 18 maio 1967. **Arquivo da Paróquia.**

¹²⁸ Id., f. 167v, 5 jul. 1969.

¹²⁹ LUCENA, Ângelo Ramires de. Como surgiu o seminário. **A Fé**, Bauru, 21 ago. 1966. Um garoto que entrava para o seminário para cursar o então ginásio e colegial permanecia internado por sete anos. Se o curso de Filosofia pura podia ser feito em 3 anos e mais quatro para a Teologia, a formação não se concluíria em menos de 14 anos. Além do relativo longo tempo, os investimentos eram muito altos em função da baixa taxa de seminaristas que se formavam. Além desses fatores, após o Concílio muitos padres abandonaram o ministério logo nos primeiros anos depois de formados. As vocações adultas poderiam representar uma alternativa mais segura já que o adulto estaria, supostamente, mais amadurecido para fazer sua opção de vida.

¹³⁰ ATA DA CERIMÔNIA do lançamento da primeira pedra. **A Fé**, Bauru, 21 ago. 1964. O ato foi revestido de solenidade com a presença de autoridades civis, eclesásticas, religiosas e leigos. A pedra foi colocada pelo prefeito de Bauru. Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 124v, 1 ago. 1966. **Arquivo da Paróquia.**

“problema da Igreja que atravessa uma fase difícil, porque as normas do Vaticano II devem ser adaptadas à estrutura existente”. Ao contrário da forma como se pretendia realizar a implantação do Concílio na diocese Bauru, acrescentou Mons. Garrone: “é necessário, no entanto, desfazer o equívoco de que o Concílio pretendeu **ditar uma fórmula de reforma**. O que fez foi ditar os princípios e apontar os fins. Compete aos bispos e aos seminários fazer o resto”.¹³¹

Em âmbito interno, a diocese de Bauru sofreu outro revés no final do mesmo ano quando os irmãos Lassalistas anunciaram sua retirada de Bauru. As congregações religiosas padeciam dos mesmos problemas de vocações que as dioceses. As dificuldades aumentaram para o bispo porque os seminaristas diocesanos, na falta de um seminário que oferecesse os estudos, frequentavam o colégio La Salle como solução paliativa até que o seminário fosse construído.¹³²

Em maio de 1967, D. Zioni apresentou à VIII Assembleia Geral da CNBB um relatório sobre os seminários da Diocese. Reconhecia que ainda não tinha organizado propriamente um “apostolado vocacional” estruturado. Relatou que tinha começado a construir o seminário para abrigar seus seminaristas. A ideia que tentou colocar em prática era a do seminário-paróquia, a qual acreditava estar mais de acordo com “os tempos”. A fórmula seria a seguinte: “o reitor do seminário seria ao mesmo tempo vigário da paróquia anexa ao mesmo seminário, cuja igreja seria comum para os atos públicos”; seminário e paróquia não deveriam ser estranhos um ao outro: “deveriam encontrar uma fórmula pastoral que facultasse o entrosamento de ambos” [...].¹³³

Diante da falta de sacerdotes e da crise do seminário, uma solução inovadora, se bem que não a pioneira no Brasil, foi a concessão de uma comunidade aos cuidados de irmãs religiosas. Em meio a tanto controle e ortodoxia, esse foi um evento realmente diferente e até certo ponto surpreendente.

¹³¹ SEMINÁRIOS DO MUNDO inteiro enfrentam as mesmas crises. **A Fé**, Bauru, 4 dez. 1966.

¹³² ZIONI, Vicente Marchetti. Encerra suas atividades o ginásio Lassale de Bauru. **A Fé**, Bauru, 27 nov. 1966. Cf. ZIONI, Vicente Marchetti. A propósito da supressão da comunidade Lassalista do “ginásio La Salle” de Bauru. **A Fé**, Bauru, 11 dez. 1966. Segundo Mons. Ramires “a congregação dos irmãos Lassalistas trabalhado por crise interna, ameaça abandonar a casa de Bauru. [...] Um grande desgosto para o bispo diocesano. Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 126v, 7 nov.1966. **Arquivo da Paróquia**.

¹³³ ZIONI, Vicente Marchetti. Observações prestadas sobre os seminários da diocese de Bauru. VIII Assembléia Geral da CNBB, Regional Sul I. 6 maio 1967. **Arquivo do Bispado de Bauru**. O prédio anexo à Paróquia São Judas e São Dimas abrigaria os alunos do ginásio com aulas no próprio prédio a partir de 1967; alunos do colegial com aulas no colégio do estado Instituto de Educação Ernesto Monte no período noturno. Havia 4 alunos de filosofia que funcionava no mesmo prédio. Os estudantes tinham certa liberdade para visitar os pais e participar de atividades religiosas nas paróquias da cidade, embora o regime fosse internato. Ibid.

Deste modo, a 15 de novembro de 1967,

as quatro primeiras religiosas da Congregação do Coração Imaculado de Maria, recém-chegadas de Roma com especial finalidade de constituírem a “Missão Paulo VI” destinada a exercer ação apostólico-pastoral nos lugares destituídos de sacerdote e ao mesmo tempo preparar o terreno para o advento do mesmo e a ereção de novas paróquias no território da Diocese.¹³⁴

No início de 1968, a um mês da nomeação de D. Zioni como arcebispo de Botucatu, ao que parece, o projeto de construção do seminário em Vargem Limpa já tinha sido abandonado. Todo esforço que ainda era empregado para arregimentar seminaristas tinha sido direcionado para o seminário de adultos, no qual também tinham se estabelecido os seminaristas menores que, depois da saída dos Lassalistas, passaram a frequentar, provisoriamente, o colégio estadual Instituto de Educação Ernesto Monte. No início deste mesmo ano, foi construída mais uma ala do seminário de adultos e foi iniciada a matrícula de seminaristas para cursar a primeira série.¹³⁵

Em maio de 1969, quando da saída de D. Zioni de Bauru, restavam apenas seis seminaristas em regime de internato. Havia, ainda, um que cursava Filosofia e, outro, Teologia em São Paulo.¹³⁶

Uma das iniciativas contraditórias do governo de D. Zioni em Bauru relaciona-se com a criação de um mosteiro de irmãs enclausuradas trazidas por ele. Num contexto em que a Igreja se abria para o mundo moderno numa direção oposta àquela da tradição ultramontana e, no qual, a contemplação cedia espaço para a ação transformadora, o sentido de tal fato pode ser interpretado como uma reação ao espírito do Vaticano II.

As razões alegadas pelo bispo também levam a concluir pela insistência na conservação de uma Igreja separada do mundo: que o homem é “composto de corpo e alma” e peregrina rumo a Deus, seu destino eterno. A realidade do mundo era entendida em termos de separatividade entre matéria e espírito: em tudo “há uma parte que pertence à matéria e outra ao espírito; uma subordinada ao sensível e outra ao imaterial, ao insensível, ao espiritual: uma ordem natural e outra sobrenatural”. Deste modo, todas as atividades do plano inferior, natural, devem

¹³⁴ ATA DA INSTALAÇÃO da missão Paulo VI no município de Lucianópolis. **A Fé**, Bauru, 3 dez. 1967.

¹³⁵ ZIONI, Vicente Marchetti. O porquê do prosseguimento das obras do seminário diocesano de Bauru. **A Fé**, Bauru, 3 mar. 1968. p. 3.

¹³⁶ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 165, 26 maio 1969. **Arquivo da Paróquia**.

servir de base para o andamento do plano considerado superior.¹³⁷ Esse modo de justificar a relação entre Igreja e mundo era contraditório com o que tinham decidido os bispos no Concílio.¹³⁸

Em junho de 1965, chegaram as primeiras notícias de que as irmãs concepcionistas, de Itu, tinham aceitado, a convite de D. Zioni, abrir uma casa em Bauru. Viriam ao todo oito monjas. Sua instalação se daria no espaço do Grêmio Betânia¹³⁹ cedido pelos seus sócios à diocese para aquela finalidade.¹⁴⁰

Tal qual a função do clero e dos mosteiros medievais, do mosteiro das Irmãs da Imaculada e de S. José, segundo D. Zioni, esperava-se que

através da oração e do sacrifício, penitência e de constantes atos de virtude, conseguisse do céu o auxílio, a força fecundante e a necessária luz de Deus que assegurasse o êxito de todas as boas empresas e ao mesmo tempo desse a Deus uma reparação pelos pecados e falhas que não raro viciam e comprometem a eficácia dos nossos trabalhos.¹⁴¹

Curioso que, além de ter que orar pelos pecados da sociedade civil, ainda caberia às irmãs contemplativas reparar os pecados do clero que, certamente, numa época de mudança, as ciladas para o “pecado” poderiam ser ainda mais intensas.

Em março de 1970, o mosteiro contava com oito monjas: cinco com votos solenes, duas com voto simples e uma noviça. Estava aos cuidados do vigário da Catedral que celebrava três missas durante a semana e em todos os domingos.¹⁴²

5.5 Mons. Ramires de Lucena: no reverso da história?

¹³⁷ ZIONI, Vicente Marchetti. Mosteiro de contemplativas. **A Fé**, Bauru, 13 fev. 1966. Campanhas internas das paróquias tinham arrecadado até essa data catorze milhões e duzentos mil cruzeiros. Ibid. Somam-se a esse valor os dois milhões doados pela prefeitura.

¹³⁸ O Vaticano II concluiu que a Igreja é uma “[...] sociedade provida de órgãos hierárquicos e o corpo místico de Cristo, a assembleia visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja enriquecida de bens celestes, não devem ser considerados duas coisas, mas formam uma só realidade complexa em que se funde o elemento divino e o humano”. *Lumen Gentium*, n. 8, in: COMPÊNDIO DO VATICANO II. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 46.

¹³⁹ Criado pelo então jovem Padre João Álvaro Ruiz, em 1958, momento em que setores do clero passaram a se utilizar do lazer como meio para atrair principalmente os jovens da classe média para a vida da Igreja. Em Bauru, foi fundado esse clube em uma chácara nas proximidades da cidade.

¹⁴⁰ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito de Bauru. f. 110, 10 jun. 1965. **Arquivo da Paróquia**.

¹⁴¹ ZIONI, Vicente Marchetti. Mosteiro de contemplativas. **A Fé**, Bauru, 13 fev. 1966. No dia 13/02/1966 foi inaugurado o mosteiro por D. Zioni e as irmãs ingressaram no mosteiro para a “vida contemplativa e de reclusão voluntária”. ZIONI, Vicente Marchetti. Mosteiro da Imaculada e São José. **A Fé**, Bauru, 20 fev. 1966. Em 19 de março de 1969, foi lançada a pedra fundamental em cerimônia presidida por D. Zioni para o lançamento da pedra fundamental do novo mosteiro das Irmãs de São José. ZIONI, Vicente Marchetti. Primeira pedra do mosteiro de vila Betânia. **Jornal da Cidade**, Bauru, 21 mar. 1969. Mons. Ramires assim justificou a criação do convento: “[...] religiosas contemplativas que se imolem cada dia pelos membros todos da família diocesana e afastem os castigos merecidos pelo paganismo do nosso tempo”. Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito de Bauru. f. 103, 2 jan. 1965. **Arquivo da Paróquia**.

¹⁴² Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 174v, 1 mar.1970. **Arquivo da Paróquia**.

Demonstrativo dos impasses e contradições trazidas pelo Concílio Vaticano II foram o discurso e as práticas da singular figura do Padre Cônego Ângelo Ramires de Lucena que, como vigário geral da diocese, foi o fiel auxiliar de D. Zioni na vivência da autocompreensão da Igreja conservadora. Originário da cidade de São Manoel, era funcionário da empresa Tilibra de Bauru quando se decidiu pela vida religiosa. Depois de passar por algumas paróquias da Arquidiocese, assumiu o paróquiato da matriz do Divino Espírito Santo de Bauru, futura catedral, exercendo a função praticamente durante toda a década de 1960. Durante o episcopado de D. Zioni, exerceu a função de vigário geral, ocupando o governo diocesano durante as ausências do bispo. Era seu braço direito!¹⁴³

Para os membros do clero que adotavam a autocompreensão da Igreja conservadora, as mudanças proporcionadas pelo Concílio e seu diálogo com o mundo surgido no pós-guerra, eram simplesmente inaceitáveis e foram por eles rejeitadas. Alguns deles não suportaram os caminhos pelos quais trilham a Igreja e simplesmente abandonaram o barco; outros buscaram refúgio em alguma diocese cujo bispo também tivesse ficado indiferente às reformas do Concílio. Entre os primeiros encontra-se Mons. Ramires de Lucena.

De acordo com Libanio, haveria dois tipos de leitura do Concílio possíveis: a de continuidade e a de ruptura. Os conservadores adotavam, em consonância com sua visão de Igreja, a leitura de continuidade. Esta,

acentua a unidade entre os concílios, perscrutando-lhes o elemento permanente, retendo e valorizando a tradição. Considera a história um fluxo contínuo, atenuando-lhes as diferenças e os cortes. [...] Em tempo de incertezas e mudanças rápidas, as pessoas anseiam por esse tipo de interpretação. Ela lhes oferece maior segurança. É o caminho preferido do poder, das hierarquias, dos governantes que se identificam com as instituições. No afã de conservá-las e defendê-las das incursões adversas, mostram como os inimigos são os de sempre e que não há nenhuma originalidade nas críticas e nos ataques.¹⁴⁴

Mons. Ramires fez essa leitura do Vaticano II. Ao contrário de muitos outros, não abdicou de demonstrar sua visão de Igreja e, assim, deixou muitos registros detalhados que permitem elaborar o perfil do homem e do sacerdote conservador,

¹⁴³ Cf. Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. 1962-1970. **Arquivo da Paróquia**.

¹⁴⁴ LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005. p. 9; 10.

bem ao estilo de D. Zioni, que se desencantou totalmente com os rumos tomados pela Igreja renovada após o Concílio.

Em agosto de 1962, logo depois da elaboração do Plano de Emergência pela CNBB e a poucos meses do início do Vaticano II, quando a Igreja vivia um clima de otimismo e esperança sob a liderança do Papa João XXII, observou:

nota-se uma frieza glacial no sentido religioso. Os fiéis se afastam facilmente dos sacramentos e das práticas da vida Cristã. É nulo o testemunho de fé dos católicos no sorvedouro pagão do mundo de hoje. Lamentável e triste quando se pensa na responsabilidade eterna de cada um e nas contas que darão o sacerdote de sua paróquia.¹⁴⁵

Em seu 1º artigo publicado no “A Fé”, no dia da abertura do Concílio, esperava que este fosse um evento para “levar os fiéis cristãos a uma vida de perfeição e por meio deles o mundo inteiro [...] E fora da santidade, tudo diante de Deus é da menor importância. [...] Se o Concílio não fosse um esforço para a santidade católica seria perder tempo com o ‘resto’”.¹⁴⁶ Em outros termos, a expectativa era uma reforma conservadora voltada apenas para a interioridade espiritual individualista na senda da doutrina ultramontana.

A adaptação da Igreja para dialogar com o mundo moderno não era bem recebida por ele. Caberia aos católicos, como seres em aperfeiçoamento, o papel de santificar o mundo moderno como resultado apenas da conversão pessoal: “santificar os católicos nos seus diversos estados de vida e por meio deles santificar o mundo moderno”,¹⁴⁷ como tinha sido proposto pelo ultramontanismo.

Curiosamente, em janeiro de 1963, Mons. Ramires decidiu abandonar o estado de sacerdote secular e recolher-se ao convento dos monges cistercienses em Itatinga, SP, cidade pertencente à arquidiocese de Botucatu, para ingressar na vida monástica. Certamente, uma série de boatos sobre o destino tomado pelo padre e, depois de cobrada uma explicação pela opinião pública, fez publicar uma carta de despedida no jornal “A Fé”, a 10 de fevereiro de 1963, acompanhado de um comentário do vigário decano e diretor do jornal, Padre Koop.

Na carta, ele afirmou que deixava Bauru “levado por inspiração superior. [...] Nenhum outro motivo me leva para longe de vosso saudoso convívio. [...] Todos vós

¹⁴⁵ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 36, 8 ago. 1962. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁴⁶ LUCENA, Ângelo Ramires. Concílio Ecumênico e a perfeição cristã. **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962.

¹⁴⁷ Ibid.

estareis comigo neste santo aconchego de Deus que é a vida religiosa”.¹⁴⁸ Muito provavelmente o início da renovação conciliar tinha marcado o cônego com a insegurança e descontentamento e o refúgio num convento poderia ser a solução para escapar ao enfrentamento com a realidade da mudança. Mas, com certeza, os ventos da renovação também atingiriam a vida religiosa rapidamente e, um ano depois, estava de volta a Bauru exercendo a função de pároco da mesma futura catedral que deixara um ano antes.

No último trimestre de 1964, quando exerceu a função de governador da diocese em substituição ao bispo que participava do Vaticano II, deixou registrado no livro tombo sua visão do Concílio e da realidade social da época.

A afinidade e confiança entre o bispo e Mons. Ramires pode ser aquilatada também por ter sido escolhido por D. Zioni para representar a diocese em encontro para discutir o Plano de Emergência, em setembro de 1964, durante a sessão conciliar, como coordenador do Plano na diocese de Bauru.¹⁴⁹

Quanto ao Concílio, insistia em apresentá-lo justamente como uma realidade dicotômica, exatamente ao contrário do espírito do mesmo: aspecto interno e externo; material e espiritual; elemento divino e elemento humano; o falível e o infalível: “quem lesse o noticiário dos jornais liberais assim desprevenido poderia tornar-se desedificado com a diversidade de pronunciamentos humanos. Não tenhamos dúvida, no entanto, porque é o Espírito Santo que está preparando sua Igreja para o futuro”.¹⁵⁰

Em relação à realidade social e eclesial, Mons. Ramires detectava um

paganismo envernizado de Cristão [...]. Há uma sede tremenda de conforto e uma avidez de bem-estar. E é esta a categoria suprema da vida. Os cristãos perderam a noção dos valores eternos e sobrenaturais e trocaram-nos por esta categoria de gozo. [...] Infelizmente, os homens de Igreja e os sacerdotes antes e em lugar de influir beneficentemente nestas trevas se deixaram influenciar por elas e já não fazem efeito no ambiente. [...] Há no fundo um equívoco nefasto nesta agitação de apostolado e consiste, não em fazer os homens do mundo semelhantes a Deus senão em fazer os cristãos semelhantes ao mundo. E quem não segue esta linha é arcaico, não evoluído, fossilizado e outras belezas deste estilo. **E as almas vão**

¹⁴⁸ LUCENA, Ângelo Ramires de. Despedida. **A Fé**, Bauru, 10 fev. 1963. Padre Koop ao comentar a saída de Côn. Ramires afirmou que “a dura Bauru” necessitava de uma vocação assim: “Uma vida reparadora... não insistamos!”. KOOP, Pedro Paulo. Ângelo Ramires de Lucena. **A Fé**, Bauru, 10 fev. 1963.

¹⁴⁹ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 97, 14 set. 1964. **Arquivo da Paróquia**. Ramires registrou que “assistiu em Lins à reunião [...] com 100% de presença”. Este Plano não chegou a Bauru enquanto D. Zioni e Côn. Ramires estiveram por lá!

¹⁵⁰ Id. f. 97v, 13 set. 1964.

se perdendo.¹⁵¹

Fica patente a negação do diálogo entre a Igreja e o mundo moderno, da renovação que se operava dentro da própria Igreja pelos seus companheiros de sacerdócio, de elementos que eram colocados já antes do Concílio, que já se encontrava em pleno desenvolvimento.

O tom de negatividade e desconfiança em relação à renovação do Concílio adotado por D. Zioni era compartilhado também por Mons. Ramires. Por ocasião da abertura da 4ª sessão conciliar, registrou suas angústias:

[Papa Paulo VI] fez um discurso [...] sobre a pressão marxista nas consciências e conseqüente desvios progressistas devendo então a Igreja ir buscar dos mestres mártires nas catacumbas o espírito de fidelidade e de força. [...] No discurso de abertura [...] não só se percebe, mas sabe-se de fonte límpida que o Santo Padre está sofrendo muito com as novidades e prurido doentio de inovações na Igreja.¹⁵²

Esta visão de ambigüidade foi enfatizada por ocasião de comentários a respeito do carnaval em 1965, quando os católicos progressistas já tinham adotado, por orientação do próprio clero, uma posição de diálogo com o mundo moderno, desculpando de pecado a participação nos carnavais:

nota-se com tristeza um aumento enorme dos festejos carnavalescos em toda parte. A paganização invade até a área da Igreja. Os espíritos superficiais interpretam esse fenômeno a seu modo [...]. Querem santificar o egoísmo e o individualismo e não percebem que a vida cristã autêntica está bem distante desse clamor que sobe para os céus em ritmos sensuais. [...] O fato é que o carnaval com todo o seu estrépito e o ardor dos carnavalescos outra coisa não é senão a febre do prazer de um povo vazio de sentido e de ideal. [...] Pobres cristãos! Que susto se prepara para o tremendo dia do juízo. Mas também **pobres ministros da Igreja** que perderam também o rumo e amam a mentira [...].¹⁵³

Em maio de 1966, apenas alguns meses findo o Vaticano II, Mons. Ramires anotou no livro tombo da paróquia sua desilusão com a renovação do catolicismo conduzida por seus pares:

velada ou abertamente insinua-se no ensino de muitos sacerdotes e catequistas o materialismo que acompanha o modernismo destes dias. Há um pastoralismo que não passa de **catolicismo ateu**, é feita de antropocentrismo, esquerdismo, sócio-economismo (economia e humanismo). É um ensino pragmático e hipereclesial, coletivo, onde se percebem todos os erros e negações e até blasfêmias. Tenta-se

¹⁵¹ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 98v, 14 set. 1964. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁵² Id., f. 114, 14 set. 1965.

¹⁵³ Id., f. 105v, 10 mar. 1965.

mundanizar a Igreja, trazendo para dentro do templo as aberrações mímicas e soreantes do século. **Padres, freiras e catequistas e, sobretudo, frades parecem tomados do espírito de satanás.** Um escritor católico chega a apelidar isso de bestialogia e creio que não há exagero e consideramos que é no seio da Igreja que se localiza esse frenesi paranóico. Parece com uma possessão diabólica. Manda-se às urtigas tudo que é santo, inclusive Jesus no seu sacramento de amor, as imagens, a devoção a Nossa Senhora, as virtudes da humildade e da obediência dentro do claustro, a obsessão de novidade, sei que mais...

[...] O regulamento do Vicariato de Roma dispõe que “a batina é a vestimenta normal de todos os sacerdotes e religiosos da diocese de Roma”. Com essa decisão do Vaticano, teve fim a “pequena revolução” realizada no traje dos sacerdotes, que irão trabalhar na Cúria Romana usando o “*clergyman*”. Conheço todo o nosso continente americano e, nas nações descendentes de Espanha e Portugal, o Brasil entre elas, não se justifica absolutamente o uso do mundano *clergyman*, pois o povo respeita plenamente a Igreja e seus sacerdotes de batina. A necessidade alegada por certos sacerdotes para o uso do *clergyman* é falsa, escandalosa e mentirosa, encobre, apenas, a perda do espírito sacerdotal desses infelizes. Não querem usar tonsura nem batina, porque esses sagrados símbolos separam do mundo e advertem o povo sobre a consagração a Deus dos seus portadores. Assim, identificados estão sujeitos à atenta observação dos fiéis e, não podem descambar para a licenciosidade impunemente.¹⁵⁴

Em novembro de 1966, ao refletir sobre o cenário mundial e, dentro dele, a Igreja, manteve sua crítica severa em relação às mudanças que estavam sendo praticadas:

sintomas alarmantes! Percebe-se grande crise em todos os ramos das instituições humanas. Delas o mais grave é o que se passa no interior da Igreja. Deturpa-se o espírito do Concílio Ecumênico com experiências pessoais, arbitrárias e ridículas. Há uma tendência de negar tudo quanto constitui o patrimônio antigo do cristianismo. Os abusos chegam a tal ponto que o Santo Padre está continuamente esclarecendo o verdadeiro sentido do Concílio. Os fiéis se acham perturbados e perplexos diante de transformações tão precipitadas. Bispos e padres se colocam em posições diferentes. Percebe-se claramente que uma ala da Igreja toma a direção do mundo e de sua ciência com uma independência imprudente, cortando todos os laços que ligam o patrimônio da fé com o passado, como se tudo devesse ser reformado. Outros se apegam demais ao passado como se tudo o que cheira a moderno devesse ser condenado. O Espírito de Deus prepara com isto alguma coisa nova para o futuro como sempre aconteceu nas crises da Igreja.¹⁵⁵

Em janeiro de 1967, ao fazer um relato do panorama do mundo, enfatizou os

¹⁵⁴ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 115, 2 maio 1966. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁵⁵ Id. f. 167, 29 jun.1969.

¹⁵⁵ Id. f. 127v, 14 nov.1969.

conflitos existentes em várias partes do globo terrestre, o desenvolvimento que atingia a América Latina e alguns países da África. Lembrou-se da revolução cultural chinesa e os conflitos existentes dentro e entre os países ditos comunistas. Relatou que

o santíssimo Papa nosso Paulo VI se mostra preocupado com a sorte do mundo e não cessa de falar com governantes e responsáveis, em apelos clamorosos de paz [...] Parece que o mundo será levado a explodir **quando seus pecados fizerem transbordar a taça.**¹⁵⁶

Cientificamente, reconheceu, o mundo obteve conquistas fabulosas tanto no desvendamento da natureza quanto na conquista espacial. Uma concepção de mundo antropocêntrica, à qual se aproximavam tanto a teologia quanto a pastoral, tornava-se inaceitável. Pois,

nunca o homem se mostrou tão irrequieto e tão cheio de si. O ar se satura do homem e se esvazia de Deus. Moralmente, a desgraça dos costumes é terrificante. A sociedade apodrece na depravação sexual. O nudismo é envolvente e o sexo é o tema de filmes eróticos, de estudos altissonantes, das revistas, da imprensa, da televisão. Criou-se um ambiente malsão de podridão moral. O cristianismo atinge as almas apenas superficialmente e a multidão que se acotovela nas igrejas e nas procissões dão sua vida por qualquer outra coisa que seja elemento de seu conforto menos por Deus. [...] A juventude está sendo enganada por dois caminhos: um sexual, erótico que se manifesta no homossexualismo e no nudismo das modas, em atitudes esquisitas e provocantes; outro, ideológico, que se manifesta no inconformismo, na independência a qualquer tutela, na revolta contra o passado e contra toda e qualquer autoridade. A juventude está presa de líderes medíocres e artistas sensuais que se tornam ídolos e mitos. Há qualquer coisa de tremendo neste desvio da juventude porque assim formados tomarão conta do mundo.¹⁵⁷

Em abril de 1968, desolado diante do fato de ter a Catedral interditada para reformas que se promovia desde 1966, a matriz passou a funcionar na capela do Colégio das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, e via o movimento de fiéis debandarem para outras paróquias. Sem a igreja, os fiéis, para ele, ficavam ainda mais à mercê de um mundo onde o “progressismo e a apostasia se vestem de roupagem bonitas e linguagem lírica em todo o mundo e vai enganando uma multidão de papalvos e patifes surgem como cogumelo na Igreja, anotando as mais

¹⁵⁶ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 167, 29 jun.1969. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁵⁶ Id., f. 130, 1 jan.1967.

¹⁵⁷ Ibid.

¹⁵⁷ Id., f. 167v, 5 jul.1969.

disputadas doutrinas e ensinamentos”.¹⁵⁸

A 29 de junho de 1969, enquanto vigário capitular, ao celebrar o Dio do Papa, escreveu:

mais do que nunca, celebrou-se esta festividade com pregações positivas sobre o Cristo da terra que é a pedra inamovível, é a rocha inquebrável, é o chaveiro divino que abre e ninguém fecha e fecha para ninguém abrir. Deus te guarde Santo Padre Paulo VI de todos os inimigos. Deste barco, ninguém deve descer.¹⁵⁹

O cura da sé, como sói ser denominado, recebeu em sua paróquia um grupo de moços da TFP, quando comentou:

moços da TFP estiveram na cidade e à saída das missas venderam o jornal “catolicismo”. Formam um sinal de contradição, porque a verdade é hoje moeda rejeitada como o foi Jesus em sua paixão. Tudo tem curso livre desde as maiores bandalheiras do sexo e as mais sórdidas revistas, mas este jornal não encontra senão o repúdio daqueles que se calam diante da mentira e da devassidão.¹⁶⁰

No mês de outubro, se costumava celebrar o mês do rosário. No ano de 1969, foi registrado no livro tomo o seguinte comentário: “pouquíssima frequência está havendo neste ano. As causas são várias como as novelas da TV, etc. Entretanto, a mais profunda devemos procurar no resfriamento do Espírito de Deus na sociedade”.¹⁶¹

Em dezembro de 1969, por ocasião do tríduo de natal fez observação semelhante: “pouquíssimo frequentado foi realizado, contudo, nestes três dias, a cerimônia do tríduo natalino. A televisão mata a piedade, a moral e a fé do povo”.¹⁶²

Nas primeiras sextas-feiras de 1970, as missas também tiveram pouca frequência: “2 missas, às 6:30 e 19:30 horas. Pouco fervor e pouquíssima frequência, infelizmente. O apostolado da oração vai se apagando em toda parte”.¹⁶³ Para os conservadores era prioridade manter a quantidade de fiéis na Igreja; a Igreja renovada enfatizava mais a qualidade da formação de pequenas comunidades de base onde fosse possível a participação democrática de todos os membros.

Quando da morte de Marighela e o envolvimento dos dominicanos com a guerrilha urbana, assim se manifestou Côn. Ramires:

com imenso escândalo dos fiéis católicos e de todo o Brasil, soube-

¹⁵⁸ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 147v, 1 abr.1968. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁵⁹ Id., f. 167, 29 jun.1969.

¹⁶⁰ Id., f. 167v, 5 jul.1969.

¹⁶¹ Id., f. 168, 7 out.1969.

¹⁶² Id., f. 172v, 22 dez.1969.

¹⁶³ Id., f. 173v, 2 jan.1970.

se da morte do terrorista-chefe Carlos Marighela que se fazia acompanhar de alguns frades dominicanos. Estes pobres apóstatas, de queda em queda, de abismo em abismo, puseram seu convento e suas vidas a serviço dessa asquerosidade. Mas, o que é mais para lastimar é a atitude de homens de Igreja que escamoteiam sua consciência e acham meio de justificar e desculpar tão grande crime.¹⁶⁴

Inconformado com as mudanças que os fiéis passavam a exigir que fossem feitas e, na surdina, tentavam incorporar novos hábitos na liturgia, particularmente na missa da passagem de ano de 1970, assim escreveu: “O coral diocesano veio de beca e de boca para fazer um fiasco escandaloso, enchendo de angústia o bom Deus e o padre cura da sé”.¹⁶⁵

A visão de mundo que Côn. Ramires continuava a cultivar era aquela típica do ultramontanismo: mundo sem Deus, cada vez mais distante Dele, repleto de maldades, o vale de lágrimas, lugar do pecado e da perdição. No início da década de 1970, pintou um panorama, no mínimo assustador:

situação do mundo: guerra no Oriente Médio entre Israel e Árabes, guerra no Vietnã, guerra na Nigéria onde é aniquilada pelo terror e pela fome a pobre população de Biafra, guerra surda entre os gigantes China e Rússia, saques, sequestros em todo o universo, greves infundáveis e continuadas nos países democráticos, o fantasma do crescimento demográfico a desafiar as técnicas e líderes do mundo, o maremoto envolvente do erotismo, de devassidão e de sem-vergonhice humana até à degradação suprema de leis protetoras de abortos, divórcios e homossexualismo e consumo gigantesco de pílulas anticoncepcionais muitas outras coisas mais deste teor dão uma amostra do **tecido que está para pegar fogo**.¹⁶⁶

Se a situação do mundo era tingida com essas cores terríveis, seria de imaginar que a Igreja renovada poderia ser a solução, a salvação como defendiam os ultramontanos antes do Concílio. Entretanto, para o Cônego, a Igreja também caminharia para a derrocada:

situação da Igreja: caótica. Dizem uns ingênuos e cegos que é crise de crescimento como se fora possível crescer um navio que está a ponto de afundar, uma casa que está a ponto de desabar, uma floresta que arde e incandesce com fogo que não é de Deus. Apostasias em nível apocalíptico, deserção em massa de pessoas consagradas, devassidão moral e sexual no clero, perda do temor de Deus e negação das verdades da fé, nenhum sentido de pecado, transformações litúrgicas inconcebíveis, arbitrarias, feridas

¹⁶⁴ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 171, 5 nov.1969. **Arquivo da Paróquia**.

¹⁶⁵ Id. f. 172v, 1 jan.1970.

¹⁶⁶ Id. f. 173, 1 jan.1970.

dogmáticas no terreno da fé, indisciplina orgulhosa contra a autoridade, absoluta falta de vocações com seminários e casa religiosas que se vão fechando uma após outra, assombro, desolação e desarticulação entre os fiéis, eis um pouco de amostra do que vai pelo interior da Igreja!¹⁶⁷

No ano de 1968, o contexto político mundial e brasileiro reforçou ainda mais os conflitos internos que a Igreja vivia originados da renovação do Vaticano II e dos preparativos e realização da Conferência do CELAM, em Medellín.

Em abril de 1968, a visita da Imagem de Fátima à cidade São Paulo provocou divisão de opinião dentro do clero, apesar de ter sido recebida com festa pelos fiéis. Mas para tristeza de Mons. Ramires, “desgraçadamente alguns padres se insurgiram contra essas manifestações demonstrando claramente a crise que lavra e corrói a Igreja, sobretudo, nos meios eclesiais”.¹⁶⁸

Ao iniciar o ano de 1969, Mons. Ramires relatou, como de costume, o cenário dos conflitos mundiais e “as guerrilhas, greves e ódio vermelho” na América Latina, numa referência a Cuba. Neste quadro,

na parte moral, a podridão invade todas as camadas da sociedade e a devassidão sodomítica senta-se no trono da virtude. E a Igreja sofre as consequências deste momento tendo-se a impressão de que a justiça divina acabará por castigar tremendamente os homens desta geração.¹⁶⁹

A nomeação de D. Cândido Padin para bispo de Bauru foi a gota de água que faltava para a saída do Côn. Ramires da diocese e seu afastamento da vida da Igreja. O último registro no Livro Tombo data de 16/03/1970. Quando da posse do Padre Ivo Martinelli como vigário da Catedral, em outubro do mesmo ano, fez o seguinte registro: “esta paróquia esteve anteriormente, a cargo do Mons. Ângelo José Ramires de Lucena, que, por motivos de saúde, já estava ausente por alguns meses e se sentia sem saúde suficiente para continuar cuidando da mesma”.¹⁷⁰

¹⁶⁷ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 173, 1 jan.1970. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁶⁸ Id. f. 148, 21 abr.1968.

¹⁶⁹ Id. f. 160, 1 jan. 1969.

¹⁷⁰ Id. f. 175v, 11 out. 1970.

6 AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES DAS MUDANÇAS (1968-1970)

O conjunto de conflitos eclesiais ocorridos no interior da Igreja, e da Igreja com a sociedade, na região e períodos aqui abordados, deve ser entendido nos quadros de uma crise geral da Igreja ocorrida durante e após o Vaticano II, no âmbito da Igreja em seu conjunto. A formação de diversas autocompreensões da Igreja foi viabilizada como desdobramento da adaptação do Concílio à América Latina. Esta passou, a partir dos anos 1960, pela experiência das ditaduras militares com as quais a Igreja se relacionou das mais diversas formas, dependendo de cada conferência episcopal e de cada bispo em sua diocese, variando desde o apoio irrestrito até crítica radical.

O “caso” dos padres da Diocese de Botucatu constitui parte das contradições porque passava a Igreja no Brasil, no final da década de 1960. Pesquisas empíricas realizadas na época mostraram “a aguda divisão existente na instituição eclesial, e a quebra de consenso quase total acerca do papel da Igreja no processo político”.¹ Estas contradições, por sua vez, devem ser vistas à luz das transformações por que passava o mundo, a América Latina e, particularmente, a sociedade brasileira, no final da década de 1960.

Se até a Segunda Guerra Mundial as ameaças contra a Igreja eram atribuídas ao mundo moderno hostil à religião e aos seus valores, após o Vaticano II os “inimigos” da Igreja passaram a ser localizados em seu interior, segundo a interpretação dos setores conservadores da hierarquia.² As experiências concretizadas a partir da aplicação dos resultados das discussões, dos textos e do “espírito” do Vaticano II passaram a provocar escândalos entre aqueles, clero e leigos, apegados a uma concepção de Igreja imutável. Enfatizava-se, entre os conservadores, a necessidade de se impor limites àquilo que era considerado excesso nas práticas e discursos de amplos setores da hierarquia e do laicato. Para os setores contrários à radicalização da aplicação do Vaticano II, além de se impor limites à aplicação do seu texto nas práticas pastorais, era inaceitável que setores da Igreja levassem a cabo sua missão de engajamento na política com vistas à transformação social colocando-se ao lado das classes populares.

¹ KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.12.

² Cf. cap. 5.

Mons. Ramires, valendo-se de uma reunião de excertos retirados de pronunciamentos do Papa Paulo VI, em ocasiões e contextos diversos, naquele agitado ano de 1968, que, reunidos, resultam na formação de um quadro exageradamente caótico da crise da Igreja, deixou explícito que a crise de valores e as mudanças por que passava o Ocidente poderia levar de roldão também a Igreja para uma catástrofe total. Assim se expressou:

crise de **tempestade na Igreja!** Paulo VI deplorou hoje em discurso aos fiéis da Praça de São Pedro a espantosa crise que assola a Barca de Pedro, chegando a expressões aterradoras, como “a Igreja entrou na linha da autodestruição e do naufrágio”, confiando, é certo, em seu Divino Fundador. O Papa já havia feito, em Medellín, aos bispos da América Latina a angustiada confiança: “Do alto da barca mística da Igreja, sentimos a tempestade que nos cerca e nos assalta”. Humanamente falando, como aconteceu com os apóstolos no mar da Galileia, para os homens tudo parece perdido. O abalo em toda a parte, em todos os países, em todos os escalões da *Mater Ecclesia* é tão profundo que não se encontra semelhante em sua história. As **forças da destruição estão dentro da Igreja** e atiram-se com frenesi, diabolicamente, contra tudo o que é sagrado. Vão derrubando coisa por coisa em toda parte. E os que ainda percebem e distinguem o mal e o bem estão **simplesmente assombrados de uma mudança tão brusca e tão destruidora**. [...] Pronunciamentos insistentes do Santo Padre Paulo VI: 13-11-68: falando a 400 religiosos advertiu severamente os católicos para que não sigam “uma Igreja imaginária, que cada um pensa conceber, mas sim a Igreja Católica tal como ela é”. Condenou as reformas excessivas e inconvenientes que dão aos objetivos humanos mais importância que à “comunhão com Deus”. Em 28-8-68: “Parece que atualmente um cego instinto de confusão e a moda do protesto sistemático desviam os passos de muitos homens do bom caminho”. Em 5-12-68: “**A Igreja é intransigente e dogmática** no que se refere aos seus próprios ensinamentos” numa enérgica censura aos católicos que desejam escolher do catolicismo somente aquelas verdades que lhes agradam. E pediu aos membros da Igreja “respeito absoluto à integridade da verdade revelada”. Denunciou também as “reticências” de alguns que estão obrigados a defender os ensinamentos sagrados. Em clara alusão ao catecismo holandês, desaprovado nesta semana pela Santa Sé, por conter pontos que divergem dos dogmas católicos, Paulo VI disse: “uma coisa é necessária: o respeito absoluto à integridade da mensagem revelada”. E acrescentou: “Neste ponto, a autoridade docente da igreja, mesmo a custo de suportar as consequências adversas do conteúdo impopular de suas doutrinas, não transige nem poderia fazê-lo”. No dia 8 deste mês: “A Igreja católica atravessa um período de inquietação, de autocrítica e do que se poderia chamar até de autodestruição, tendo chegado bem perto do ponto de naufrágio”. Enquanto isso, o jornal do Vaticano denunciava os “falsos profetas que procuram identificar o espírito dos Evangelhos com o anti-capitalismo”. **Tratando da crise de autoridade** com a qual a Igreja se defronta, reconheceu o Papa que Ele mesmo se transformou num signo de controvérsia dentro da igreja. “Esperávamos, disse Paulo

VI, que, depois do Concílio Vat. II, houvesse um florescimento, uma serena expansão dos conceitos amadurecidos nas reuniões da grande assembléia. A Igreja já chegou muito perto de ferir-se a si própria. **As divergências na Igreja** repercutem especialmente no Papa. As provações são difíceis e, às vezes, duras. Mas a realidade de nosso sacerdócio nos leva a agradecer ao Senhor essas provações, que nos infundem um sentimento de profunda confiança e fé”.³

Diante das mudanças que se operavam dentro da Igreja, em consequência imediata do Vaticano II, consideradas como grave ameaça à sua existência, a hierarquia romana viu-se diante de um impasse. Este resultou numa imposição de limites em relação às conquistas obtidas no Concílio as quais, aos poucos, foram configurando o *modus operandi* da alta hierarquia no pós-Concílio: exercício de poder autoritário, nomeação de padres e bispos para equilibrar as mudanças e dosá-las ao sabor da política da alta hierarquia.

Uma abordagem da instituição, como a que ora se desenvolve, centra sua discussão naqueles personagens que possuíam maior poder de decisão nos destinos do catolicismo como doutrina e como prática pastoral. Dentro do espaço geográfico e do período no interior do qual se desenrolam os fenômenos aqui analisados, envolvem a presença e atividade de seis bispos: D. Henrique Golland Trindade, bispo de Botucatu, entre 1948 e 1958, promovido a arcebispo em 1958, governou a arquidiocese até abril de 1968 quando, aos 71 anos de idade alegou motivos de saúde e o Papa Paulo VI aceitou seu afastamento; D. Sílvio Maria Dario, vigário geral da arquidiocese de Botucatu, eleito bispo em 1965, auxiliou D. Henrique até abril de 1968, quando foi transferido para a diocese de Itapeva, então criada; D. Vicente Marchetti Zioni, bispo de Bauru, entre 1964 e abril de 1968, quando foi promovido a arcebispo de Botucatu, governando a arquidiocese entre 1969 e 1989; D. Pedro Paulo Koop, vigário decano de Bauru, o qual, entre 1958 e 1964, preparou a cidade e região para a criação da diocese de Bauru, foi eleito bispo da vizinha diocese de Lins, em setembro de 1964; D. Cândido Padin, transferido da diocese de Lorena para Bauru, em 1970, tomou posse em agosto do mesmo ano; D. Romeu Alberti, bispo da diocese de Apucarana, exerceu a função de administrador apostólico da arquidiocese de Botucatu, durante a crise dos padres entre junho de 1968 a abril de 1969.

³ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 158v, 8 dez. 1968. **Arquivo da Paróquia.**

Diante das ações destas autoridades eclesiais diversas, surgem alguns questionamentos: qual a natureza dos conflitos havidos no interior da Igreja na arquidiocese de Botucatu? Que tipo de interesses estava em jogo? O que levou setores da hierarquia a maquiagem ou ignorar as conclusões do Vaticano II? Quais os receios de se levar adiante o “projeto” de reformas da Igreja consolidados nos textos Vaticano II? A Igreja, como instituição, correu real risco de esfacelamento?

Inicialmente, podem-se identificar diversas autocompreensões da Igreja adotadas pelos bispos nas duas décadas em estudo, variando em função de diversos fatores, mas, particularmente de dois: o Concílio Vaticano II (1962-1965) e do golpe militar de abril de 1964. Praticamente, as Igrejas que entraram em conflito, no caso de Botucatu, refletem as contradições entre a Igreja antes e depois do Concílio e aquela de antes e depois do golpe de 64. Poucos foram os membros do clero conservador que tiveram a ousadia de se opor publicamente às conclusões do Vaticano II. No caso de D. Zioni, em Bauru, procurou “vender” a ideia de que aplicava o Concílio, mas fez prevalecer antigas práticas autoritárias, centralizadoras e canônicas predominantes no período pré-conciliar.

Frei Leonardo Boff, em 1982, elaborou uma síntese de artigo publicado por Frei Boaventura Kloppenburg, em 1967, por ocasião da elevação deste ao episcopado em 1982. Kloppenburg tinha retratado, com extrema sensibilidade, as qualidades e atitudes pastorais que se esperava de um bispo renovado pelos ventos novos do Vaticano II, em comparação com as atitudes recorrentes dos bispos conservadores da fase pré-conciliar. Essa oportuna comparação reflete, com muita propriedade, os elementos comportamentais conflitantes sobre a determinação de qual deveria ser a missão da Igreja depois do Concílio, os quais se pretende discutir nesta parte do trabalho:

1. O bispo deve ser e agir como sinal vivo e eminente de Cristo em sua tríplice missão: - e **não como mero vigário do Papa ou como tendo autoridade e poder por conta própria.**
2. O Bispo deve ser membro do Colégio Episcopal com poder próprio e dever de solicitude para o bem de toda a Igreja; - e **não pode quedar-se limitando-se apenas à Diocese.**
3. O Bispo deve desempenhar seu ofício em viva comunhão hierárquica; - e **não em espírito independente do senso eclesial.**
4. O Bispo deve inserir-se com afeto colegial na Conferência dos Bispos; - e **não imperar como pequeno Papa plenipotenciário, dono único da Diocese.**
5. O Bispo deve tornar presente na Diocese a Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica; - e **não transformá-la num posto administrativo de uma organização central.**
6. O Bispo deve governar a Igreja particular em colaboração direta e fraterna com o Presbitério; - e **não**

com ares de intransigente administrador ou rigoroso fiscal. 7. O Bispo deve primeira e principalmente anunciar o Evangelho aos homens de seu tempo; - e **não reduzir-se a um repetidor de fórmulas recebidas e conservador da ordem externa da Diocese.** 8. O Bispo deve ser o sumo sacerdote de sua grei, sinal da kénosis de Cristo; - e **não um simples ecônomo dos bens ou até um príncipe em busca de glória ainda que aparente.** 9. O Bispo deve exercer seu múnus de pai e pastor em espírito de diakonia; - e **não como quem domina e quer ser servido.** 10. O Bispo deve ser pastor, com poder próprio ordinário e imediato de tomar decisões exigidas pelas circunstâncias existenciais; - e **não mero executor de leis universais ou funcionário subalterno que recebe e executa ordens vindas duma autoridade superior.** 11. O Bispo deve dar ao leigo lugar ativo na missão da Igreja; - e **não açambarcá-la para si ou para o clero.** 12. O Bispo deve estar aberto aos sinais dos tempos; - e **não reacionariamente fechado em gueto.**⁴

Conforme já discutido, não é difícil identificar as características das decisões e ações de D. Zioni como bispo conservador.⁵ Os outros bispos acima citados adotaram ou tentaram adotar, se não inteiramente, variando de acordo com as posições mais ou menos radicais de cada um deles, grande parte das qualidades do modelo de bispo proposto pelo Vaticano II.

O argumento aqui desenvolvido pretende demonstrar que, no período imediato pós-conciliar, houve uma política articulada por Roma para equilibrar o que considerava posturas extremas entre os membros do episcopado e do clero que, em geral, tendiam para as reformas de modo mais ou menos radical e aqueles que tendiam para a manutenção das tradições.

Entretanto, as mudanças na Igreja não aconteceram somente em função da vontade ou opção da hierarquia, seja da romana ou da diocesana. Mas dependeu também da existência ou não de um clero jovem formado dentro do espírito da renovação; de um grupo de padres dispostos a mudar bem como da existência de um laicato com experiência de Ação Católica para o exercício da liderança entre seus pares. Dependeu, também, da conjuntura social, econômica e política local vivida. Diferentemente do que defende Bruneau (1974), as mudanças na Igreja não procedem unicamente por pressão externa e interesse político da instituição para manter sua influência social, mas por convergência de circunstâncias externas e

⁴ BOFF, Leonardo. Igreja: carisma e poder: uma justificação contra falsas leituras. **REB**, Petrópolis, Vozes, n. 42, fasc. 166, jun. 1982. p. 227-260. O artigo de Boaventura Kloppenburg com o título: *A perigosa arte de ser bispo*, sintetizado por Boff, foi publicado originalmente na revista REB em 1967, dois anos depois de encerrado o Concílio. A publicação de Boff na REB em 1982, a pedido do Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação da Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger, foi uma resposta às críticas publicadas por frei Kloppenburg ao livro: Igreja: carisma e poder, publicado em 1981.

⁵ Cf. cap. 5.

internas à Igreja concomitantemente.⁶

A arquidiocese de Botucatu reunia condições suficientes durante e após o Vaticano II para promover as mudanças sugeridas pelo Concílio. Desde 1958, assistiu-se a um rápido processo de mudança interna na Igreja de Botucatu, em função, particularmente, da liberdade concedida pelo bispo à ação do clero e dos leigos (foi um incentivador da Ação Católica) e por contar com muitos padres diocesanos e em grande parte recém-ordenados⁷ que, por constituir um grupo significativamente numeroso, passou a liderar o clero arquidiocesano, as religiosas e os leigos militantes. Esta região do interior paulista também passava por mudanças demográficas intensas e a política democrática, até 1964, favorecia a militância dos cidadãos na política que, sendo estes também cristãos, passaram a militar dentro da própria Igreja no sentido de que esta deveria aproximar-se do mundo moderno.⁸

Após 1964, a Igreja foi se constituindo, aos poucos, num espaço de luta e defesa das liberdades e da democracia contra a ditadura militar em termos de América Latina⁹ que, na devida proporções, se aplica à arquidiocese de Botucatu. Nesta, da tradicional luta pela mudança social, passou-se a reivindicar, através da militância de membros do clero e de leigos, a mudança no campo da política variando da crítica à ditadura até ao próprio sistema capitalista.

Embora a diocese de Bauru (criada em 1964) possuísse as condições necessárias para a introdução de nova autocompreensão da Igreja politicamente engajada, o projeto de organização pastoral¹⁰ elaborado pelo então padre Pedro Paulo Koop foi abortado pela postura conservadora de D. Zioni cuja atividade pastoral funcionava no sentido de cima para baixo. Contava com um clero diocesano em número reduzido e a maioria em idade avançada, ou ordenados antes de 1958. A maior parte deles não era sensível e nem tendente às mudanças. Várias paróquias contavam com clero religioso o qual, em função de estar submisso ao

⁶ BRUNEAU, 1974, p.16. Cf. LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. p. 33-36. Para este autor as mudanças ocorreram tanto por influências do contexto histórico-social quanto por influência de movimentos e pressões internas tanto de setores do clero quanto de leigos.

⁷ Somente no ano de 1962, ano do Plano de Emergência e da abertura do Concílio Vaticano II foram ordenados sete novos Padres seculares na arquidiocese. Cf. Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. 1962. **Arquivo da Paróquia**.

⁸ Zanlochi (1996) afirma em seu estudo sobre os Padres de Botucatu que havia "as crises entrelaçadas". Na verdade, os Padres, os estudantes, bispos, autoridades, políticos envolvidos são todos cristãos e a maioria católicos. Portanto, a crise é uma só com dimensões variadas. A separação das crises em sua abordagem deve ser vista como opção metodológica e não factual.

⁹ RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982. p. 221.

¹⁰ Cf. cap. 4.

superior da congregação, podia ser remanejado facilmente quando manifestasse alguma divergência para com a orientação do bispo local.

As religiosas sofriam uma fiscalização intensa no cumprimento às determinações do bispo. Ademais, escolheu, para auxiliá-lo, alguns leigos católicos de classe média pouco ou nada afeita à mudança. Suas atividades se reduziam a executar as decisões episcopais ou a executar apenas aquilo que tivesse passado pelo crivo da autoridade diocesana.

Na diocese de Lins, governada por D. Pedro Paulo Koop a partir de 1965, implantou-se o que o Padre Koop tinha planejado para a nova diocese de Bauru: uma Igreja popular e democrática com grande participação e responsabilidade dos leigos. Contou com o apoio de diversos sacerdotes nacionais e alguns estrangeiros comprometidos com as mudanças não só na Igreja, mas também da sociedade. Em sua diocese, acolheu vários padres que saíram de Botucatu quando da posse de D. Zioni, em abril 1969.¹¹

A vinda de D. Padin a Bauru, em 1970, faz sentido ao se procurar entender as razões de tal transferência. Ora, para a alta hierarquia, era prudente que em todas as dioceses fossem introduzidas as reformas conciliares e, ao mesmo tempo, era conveniente controlar o discurso e as práticas pastorais de membros do clero e leigos considerados como excessivamente radicais. Ao que parece, a vinda de D. Cândido a Bauru resolvia dois problemas de uma só vez: o catolicismo conservador implantado na Diocese de Bauru limitaria os excessos de radicalismo de D. Padin e, ao mesmo tempo, afastava-o dos grandes centros de influência como Rio de Janeiro e São Paulo. Criavam-se, outrossim, as condições para a introdução das reformas conciliares na mesma diocese.¹²

A escolha de D. Romeu Alberti para administrar a crise criada pela recusa da nomeação de D. Zioni para Botucatu, deu-se a partir da apresentação de dois bispos comprometidos com a reforma conciliar: D. David Picão, da diocese de Santos, e D. Romeu Alberti. Qualquer um deles seria aceito pelo clero de Botucatu. A simpatia por D. Romeu pode ser dimensionada pela opção de 10 padres terem escolhido

¹¹ ZANLOCHI, 1996, p. 182

¹² Cf. JOANONI NETO, Vitale. **Estudo sobre a comunidade católica da Imaculada Conceição**. 146 f. 1996. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 1996. As comunidades na base da Igreja de Bauru surgiram apenas na década de 1980, apesar da recomendação e insistência de D. Padin desde sua chegada a Bauru em 1970. Ibid.

aquela diocese após o fim da crise de Botucatu.¹³

Os conflitos entre setores da hierarquia com compreensões diferentes de como deveriam ocorrer as mudanças e as adaptações ao Vaticano II podem ser mais eficazmente entendidas ao se considerar o processo de descentralização das decisões na Igreja desejado pelo Vaticano II. Este acentuou a vivência comunitária na paróquia como prioridade sobre a estrutura rígida e jurídica até então existente, como já vinha sendo experimentado desde o final da década de 1950, em diversas paróquias no Brasil.

Não se pode esquecer que a Igreja, frequentemente, em sua história, vivenciou inúmeros conflitos desde os doutrinários, em suas origens, até os políticos com a separação entre o Oriente e o Ocidente. Mesmo no século XX, houve, frequentemente, membros do clero que, individual ou coletivamente, se opuseram ou discordaram das orientações disciplinares ou doutrinárias emanadas de Roma, sofrendo as sanções cabíveis dentro das normas eclesiásticas, indo desde uma simples advertência até a excomunhão.¹⁴

Os conflitos surgidos após o Vaticano II, entretanto, teriam como componente diverso a forma de sua solução. Antes do Concílio, bastava a aplicação do Código de Direito Canônico e as verdades expressas nos dogmas, por uma hierarquia autoritária e centralizada, ciente de que agia de acordo com o poder divino recebido na ordenação ou consagração episcopal.¹⁵

Depois do Vaticano II, ao se defender a dignidade humana como princípio e ponto axial de sua doutrina e a salvação do “homem todo e de todo homem”, concluiu-se que a autoridade se exerceria como “serviço aos homens” e não meramente como mandato divino. As soluções dos conflitos deveriam passar, então, pelo diálogo respeitoso, por argumentos racionais e lógicos e não mais por uma obediência cega dos subordinados aos superiores.

Portanto, a solução das contradições das opções doutrinárias, pastorais, normativas e políticas pós-conciliares exigiriam um aprendizado a duras penas pela rapidez com que a Igreja necessitou fazer mudanças há muito tempo exigidas pela

¹³ ZANLOCHI, 1996, p. 149.

¹⁴ BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 62. A partir de 1984 o próprio Leonardo Boff sofreu pressão para rever suas teses defendidas nesta mesma obra, tendo recebido a pena do “silêncio obsequioso”. Outros sacerdotes protagonistas da Teologia da Libertação também sofreram penalidades pelos seus escritos no último quartel do século passado.

¹⁵ Ibid., p. 72.

evolução histórica. Lembre-se, ainda, o peso de uma instituição com dois mil de história, seu caráter sobrenatural e a convicção de que detinha a verdade e poder exclusivo de salvação de toda a humanidade. Ao admitir a possibilidade de salvação fora dela, abriu caminhos para o diálogo com outras igrejas e religiões. Se havia sido iniciada a abertura para o diálogo com “os de fora” da Igreja, nada mais natural seria utilizar-se o diálogo como meio para se solucionar os conflitos internos.

O enfrentamento dos conflitos e a busca de soluções seria o caminho a ser percorrido na construção de um novo consenso, do mínimo aceitável, entre os membros da hierarquia e os seguidores da doutrina católica.

Em fevereiro de 1965, Mons. Sílvio Maria Dário,¹⁶ sacerdote originário da própria diocese e membro do clero de Botucatu desde sua ordenação, em 1944, foi nomeado bispo auxiliar de Botucatu. Já se vislumbravam as dificuldades e limites para D. Henrique continuar na administração da Diocese. Havia, então, a possibilidade de se preparar um sucessor para comandar a renovação do catolicismo local, no espírito do Vaticano II, sob a direção de um novo bispo que conhecia profundamente a realidade social, política e religiosa local. Conhecia muito bem os sacerdotes da diocese dos quais tinha sido diretor espiritual no seminário menor e com os quais convivia na pastoral como vigário geral. Demonstrava perfeita adequação com a nova concepção de Igreja estabelecida pelo Vaticano II e possuía uma sensibilidade social bastante aguçada. O contexto encaixava-se plenamente dentro das diretrizes de renovação conciliar, concretizado no Brasil através do Plano de Emergência em 1962.¹⁷

O arcebispo D. Henrique tinha viabilizado as condições necessárias¹⁸ para que na arquidiocese houvesse uma transição intensa, profunda, séria e rápida do catolicismo conservador, ultramontano, cujo conceito de Igreja era aquele tridentino da “sociedade perfeita”, para o catolicismo progressista que se fundamentava no conceito de Igreja “povo de Deus” proposto pelo Concílio Vaticano II.

No registro da visita pastoral realizada em Bauru, em maio de 1962, D.

¹⁶ Natural da cidade Pederneiras fez seus estudos no seminário menor de Botucatu; em 1938, iniciou seus estudos superiores no seminário maior da Imaculada Conceição do Ipiranga, em São Paulo, onde cursou também a Teologia, ordenando-se sacerdote em Botucatu, em 1944. Trabalhou no seminário menor de Botucatu por muitos anos, dirigiu o jornal diocesano “O Monitor Diocesano”. Quando da posse de D. Henrique, em 1948, tornou-se seu secretário e chanceler da Cúria diocesana, onde trabalhou até 1965. Exerceu a função de pároco em Anhembi. BISPO AUXILIAR DE BOTUCATU. **A Fé**, Bauru, 12 fev. 1965. p. 7.

¹⁷ Cf. cap. 2.

¹⁸ Cf. cap. 2 e 3.

Henrique deixou anotadas algumas orientações ao vigário da Paróquia de Santa Terezinha, de Bauru, que indicam sua posição em favor da reforma do catolicismo, antes mesmo do início do Concílio. Em relação ao ambiente físico e pastoral da paróquia, orientou para

que nada mais se ponha na igreja, que é bonita; antes, que se **procure tirar, prudentemente**, o que nela há em demasia, como, por exemplo, **imagens**; que, pouco a pouco, se procure fazer o **levantamento de toda a paróquia**, por visitas domiciliares do pároco e de seus coadjutores, **auxiliados por leigos**, que, cada vez mais devem tomar parte ativa e interesse, na vida e pela vida paroquial. Quanto mais os sacerdotes tiverem contato direto com as famílias, conhecendo-as e dando-lhes atenção (pobres e ricos) tanto mais a **paróquia será uma só família de Deus**. Que se aproveitem casos de doença, de morte, de aniversário ou de qualquer data especial da família – é o grande apostolado, do conhecimento e da caridade sobrenatural.¹⁹

Os objetivos do arcebispo se voltavam para a organização de um ambiente mais singelo, livre de todo e qualquer elemento que pudesse desviar a atenção do povo dos atos litúrgicos que deveria preponderar.²⁰ Outrossim, a função do sacerdote passava a ser vista como a daquele que vive no meio do povo e não mais como mero burocrata dos livros paroquiais e dos rituais litúrgicos. O conhecimento da realidade social e religiosa da paróquia passava a ser recomendado como meio de aproximação da Igreja ao povo.

Na década de 1950, D. Henrique, segundo Zanlochi, “apresentou-se inicialmente avançado para a época, permitindo a participação do clero e dos leigos em seu governo. Promovia cursos de preparação para o casamento e criou um clima de inovações na liturgia, ainda nos anos 50”. Criou, também, o folheto “sigamos a missa”²¹ para proporcionar maior participação dos leigos na liturgia.

Há indicações de que D. Henrique acercou-se do que considerava os melhores sacerdotes, mais atualizados, mais capacitados intelectualmente, o que, contraditoriamente, no futuro próximo, lhe trariam muitas dificuldades por possuírem nível elevado de consciência social e política. Tinham convicção de que a missão da Igreja estaria no engajamento político e estavam determinados a levar adiante seu

¹⁹ Livro Tombo Paróquia Santa Terezinha de Bauru. f. 7, 24 maio 1962. **Arquivo da Paróquia**. Certamente, quando o futuro vigário da mesma paróquia Padre Luis Batistella entrou em conflito com as restrições impostas por D. Zioni, se valia do modelo de renovação antes proposto por D. Henrique.

²⁰ Na liturgia tradicional, um grande número de imagens de santos e vitrais coloridos servia para “distrain” os fiéis enquanto o padre oficiava a missa. Geralmente, o povo rezava o terço enquanto não chegava o momento de receber a comunhão. No espírito litúrgico do Vaticano II, os fiéis deveriam tornar-se membros participantes do sacrifício da missa e não meros ouvintes.

²¹ ZANLOCHI, 1996, p. 180; 185.

projeto de luta pela transformação da sociedade. O bispo, apesar de apresentar uma posição progressista em seu discurso, não possuía repertório suficiente para entender, acompanhar e governar um clero que estava determinado a avançar de posições sociais reformistas para posições políticas radicais transformadoras. Em outras palavras, para um catolicismo de libertação.

No final do ano de 1964, portanto depois do golpe militar, na 3ª sessão conciliar D. Henrique voltou a defender uma Igreja pobre para os pobres, falando aos padres conciliares. Ao discutir o tema da relação da Igreja com o mundo, afirmou:

este milagre de primeira ordem da aproximação e compreensão entre a Igreja e os homens de hoje [...], deve em primeiro lugar ter como objeto os pobres, os que sofrem, os humildes. [...] O esquema diz que se deve ouvir a voz de Deus na voz dos tempos. Mas a voz dos tempos é a voz dos homens, dos povos, da multidão anônima e ignorada que clama, tantas vezes no deserto, ou com voz alta, ou com voz baixa por temor, a nós ou contra nós, Bispos, sacerdotes, Religiosos, que recebemos o mandato de viver e pregar o evangelho do amor e da pobreza.²²

A sua intervenção na aula conciliar ainda insistia na importância de que a doutrina muito bem elaborada não permanecesse letra morta, mas ganhasse vida ao ser colocada em prática na pastoral da Igreja, no que se refere ao diálogo que a Igreja deveria manter com o mundo. A esse assunto fez duas propostas: primeiro,

A Igreja [...] deve descer dos palácios, dos tronos, dos lugares eminentes e excelentes e sem ornatos verdadeiros ou aparentes, para entrar em contato com os homens e com ele dialogar. [...]. A segunda proposta [...] refere-se à criação de um secretariado ou uma comissão aqui em Roma, onde sacerdotes e leigos designados para tal recebam com benevolência, todos aqueles que desejem dialogar com a Igreja, falando de nós ou contra nós.²³

Entretanto, depois do Concílio D. Henrique fez uma guinada conservadora, receoso das consequências da autocompreensão da Igreja politicamente engajada adotada por seu clero. Entre elas, a opção pastoral pelos pobres fez com que a classe média se sentisse excluída da Igreja e ofendida com a pregação dos jovens padres cujos temas passavam pela justiça social e a construção de uma nova sociedade fundamentada em princípios evangélicos. Colocava-se, para D. Henrique, o dilema da impossibilidade de harmonização das classes sociais como tinha sido

²² HENRIQUE GOLLAND TRINDADE: A Igreja precisa descer os palácios e dos tronos para dialogar com os homens. *Diário de Bauru*, Bauru, 11 out. 1964. p. 5

²³ *Ibid.*

postulada pela tradicional doutrina social da Igreja. Como não tinha mais poder moral para reverter uma caminhada que ele próprio tinha iniciado com seu clero e, já sem a saúde necessária para administrar a arquidiocese, restou-lhe a saída da renúncia.

Sobre a renúncia e o trabalho de D. Henrique, no pós-Concílio, Padre Getúlio afirmou que:

o que nós tínhamos certeza, é de que ele não estava mais atuando na diocese: que ele não estava mais dando conta do recado. Nem ele e nem o auxiliar dele, D. Silvio. Um santo homem, mas incapaz. Quando apelávamos para D. Silvio, ele falava para nós: não conte conosco. Tanto é que nós partimos para pressionar a situação, para ver aonde nós podíamos passar. E D. Henrique, talvez magoado por isso, ele mesmo repetia a frase lapidar dele: quem ri por último vai rir melhor.²⁴

Ao oferecer explicações sobre as razões que teriam levado à crise do clero de Botucatu, instalada com a nomeação de D. Zioni, a 19 de abril de 1968, no manifesto dos “padres rebeldes”, D. Henrique é descrito como parte responsável pelos acontecimentos. Declararam que, nos últimos anos, o clero não vivia em unidade, que o bispo não confiava no seu clero, que não havia estabilidade no exercício dos trabalhos pastorais, que as orientações não eram de acordo com as exigências do Vaticano II. Afirmaram que o bispo considerava o plano da CNBB “muito humano e estruturado e pouco sobrenatural” e se opunha a um planejamento baseado na realidade concreta. D. Henrique foi descrito como pessoa maravilhosa para os visitantes, mas de difícil convivência no dia-a-dia e contraditória para se trabalhar junto. Que, aos poucos, “iniciou-se a destruição psicológica e moral de nossas pessoas”.²⁵

Ao reagir às afirmações do manifesto dos “padres rebeldes” de Botucatu, que qualificou o arcebispo como “praticamente incompreensível”, Padre Violante, que liderava a ala do clero favorável à posse de D. Zioni, em consonância com informações de outros documentos consultados, reconheceu que

parece que essa afirmação não é totalmente sincera. Sempre deu muita liberdade; acho até que o princípio do mal foi isso. É certo que tinha dificuldade para coordenar, etc. Com agrado, que alguns chamavam de bajulação – tudo se resolvia. Sentimental, emotivo, um tanto vaidoso. Mais coração do que inteligência. Conhecia os seus

²⁴ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 11.

²⁵ Manifesto dos Padres de Botucatu. In: Padres rebelaram-se e rejeitam novo arcebispo. **O Globo**, Guanabara, 1 jun. 1968. p. 4.

padres; perdeu o controle. Não quis condenar ou punir ninguém; dizia não ter coragem de exigir, de por a mão, etc. – Eu acho que, individualmente, ouvido a maioria dos padres não tem queixas ou censuras graves para afirmar em consciência e diante de Deus que ele foi um homem “praticamente incompreensível”. Acho que tolerou demais certos desaforos.²⁶

A convivência entre o clero de Botucatu e seu bispo sucedeu-se de maneira harmônica até o limite por ele admissível para a aplicação da renovação conciliar, ou seja, a reforma social.²⁷ Quando se deu conta de que a pregação evangélica voltada para os “pobres e pequeninos”, que sempre tinha defendido, radicalizou-se em confronto de classe, passou a intervir para tentar retomar o controle da administração da arquidiocese. Os limites admitidos por D. Henrique se encerravam num discurso reformista e o clero desejava uma pastoral politicamente engajada, popular, que levasse à transformação da estrutura da Igreja bem como da vida social.

Como antes do Concílio D. Henrique tinha liberado o clero para a criatividade e livre iniciativa em suas paróquias, resultou por perder de vez o comando da pastoral diocesana logo depois que retornou da última sessão conciliar. Os novos padres, ao fazerem uma interpretação mais progressista das mudanças resultantes dos documentos conciliares, passaram a caminhar a passos mais largos que o arcebispo. Por outro lado, o clero jovem trabalhava em conjunto, o que lhes oferecia um poder maior nas decisões da pastoral da arquidiocese.

As dificuldades para administrar a arquidiocese se acentuaram a partir do final de 1967. O clero reclamava que a pastoral de conjunto proposta pela CNBB não acontecia. Na reunião do clero, em dezembro daquele ano, D. Henrique chamara a atenção publicamente do Padre Nivaldo, acusando-o de desunir o clero, revelando que os ânimos se acirravam cada vez mais.²⁸

Houve, por parte do clero de Botucatu, em setembro/outubro de 1967, a tentativa de sugerir a renúncia do arcebispo; porém, não houve unanimidade entre os sacerdotes. Também não encontraram meios jurídicos e éticos para levar adiante

²⁶ Subsídios para estudo da situação do clero de Botucatu. Padre Osvaldo André Violante. In: **Dossiê Botucatu – 1968-1969**. Padre Osvaldo André Violante apesar de inicialmente ter assinado o documento de recusa de D. Zioni, voltou atrás e admitiu permanecer na arquidiocese.

²⁷ ZANLOCHI, 1996, p. 185. Discordo da “impressão de Zanlochi (1996, p. 186) de que o retraimento de D. Henrique teria ocorrido em função do “transporte de parte de sua autoridade, enquanto príncipe da Igreja” já que em seu discurso e modo de vida franciscana parece mais plausível o argumento que utilizo da opção de classe adotada pelo clero. D. Henrique pode ser considerado reformista nos moldes da doutrina social da Igreja tradicional, antes das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*.

²⁸ Cf. ZANLOCHI, 1996, p. 188-189.

a proposta. Diversas possibilidades foram aventadas. Entretanto, “no fim do ano, e no começo do novo ano, os boatos da próxima renúncia de Dom Henrique se tornavam mais insistentes”.²⁹

Ao mesmo tempo, difundia-se o boato de que um bispo de pulso forte deveria ser escolhido para Botucatu. O clero advertira D. Henrique que não aceitariam o bispo de Bauru, D. Zioni. Mesmo assim, no final de 1967, D. Henrique convidou D. Zioni para uma conferência para as Irmãs Marcelinas na cidade de Botucatu. Na ocasião, D. Zioni teria referido à irmã superiora sobre “a crise geral de autoridade no meio do clero, não desejando o episcopado [de Botucatu] para o pior de seus inimigos”.³⁰

Segundo Padre Getúlio, “então ele [D. Henrique] sabia que nós não gostávamos da pastoral de D. Vicente: sua relação com a comunidade, a forma como conduzia a catequese e não aceitava o nosso catecismo; ele não aceitava a forma como era conduzido o seminário”.³¹ Mesmo ciente dessas incompatibilidades D. Henrique levou adiante a promessa de trazer um bispo de pulso forte que pudesse controlar o clero. Certamente não cogitava a possibilidade de uma debandada geral dos seus padres para outras dioceses provocando um episódio único, que se conheça, na Igreja brasileira.

6.1 A igreja se fez povo na arquidiocese de Botucatu

Com a renovação trazida pelo espírito do Vaticano II, houve a necessidade de uma remodelação na pedagogia da formação dos novos padres. Aquele modelo tridentino de separar os seminaristas do convívio da família e do mundo, tal como era praticado na Igreja ultramontana, foi substituído por uma prática mais condizente com o conceito de Igreja povo de Deus e com a pastoral de aproximação da Igreja com o mundo moderno que exigia um novo perfil de sacerdote.

²⁹ Subsídios para estudo da situação do clero de Botucatu. Padre Osvaldo André Violante. In: **Dossiê Botucatu – 1968-1969**. Pensou-se nas possibilidades de um afastamento de um ano do arcebispo deixando a diocese nas mãos de D. Sílvio, o coadjutor; inversão das funções: D. Henrique ficaria como coadjutor e D. Sílvio como arcebispo; solicitação à nunciatura da renúncia do arcebispo. Ibid. De forma que o pedido de renúncia aceita pelo Vaticano e anunciada a 19/04/1968 não foi em si surpresa. O que não esperava o clero era a concomitante nomeação de D. Zioni como novo arcebispo e a transferência de D. Sílvio para Itapeva. O clero já havia comunicado a D. Henrique que não aceitaria a nomeação de D. Zioni. Esse ato deu início ao movimento dos Padres de Botucatu.

³⁰ Id. p. 190.

³¹ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 12.

Getulio Siqueira Machado, sacerdote reduzido ao estado laical na década de 1970, exercera a função de reitor do seminário de Botucatu, entre 1962 e 1968, afirmou que havia entre 80 e 100 meninos no seminário. Sua inquietação maior consistia em fornecer uma “formação humana para eles” com palestras com profissionais qualificados sobre “fisiologia, anatomia” para ter uma visão mais científica sobre a vida e poder superar os tabus. Padre Getúlio afirmou que, antes de introduzir mudanças no seminário, “consultei o D. Henrique, consultei o clero, antes de abrir bastante o seminário”.³²

O seminário da arquidiocese de Botucatu “foi o primeiro seminário do Brasil a colocar os seminaristas para estudar fora, em contato com as meninas, com os rapazes, com todo mundo, para ser gente. Porque eu sabia que 95% deles não seriam padres”. O estilo de formação do seminário era tão reconhecido “que nós tínhamos muitos de outras dioceses. Porque nós tínhamos uma formação que seria, no momento, a ideal”.³³

A mentalidade dos padres era aberta a todas as necessidades das pessoas ao limite de acolher, no interior do seminário, estudantes da Faculdade de Medicina que tinham dificuldades econômicas. Segundo Padre Getúlio,

naquela época, havia um número razoável de estudantes que não podiam pagar pensão. E moravam comigo lá! Eu tinha treze alunos da Faculdade que moravam comigo lá, e eu cobrava uma pensão deles, razoável, o que podiam pagar. Eles viveram todos os anos lá até a hora deles saírem. [O seminário] era uma casa aberta. Era do povo. O pessoal até hoje tem saudade daquela liberdade que tinha. Os seminaristas, aos domingos, iam para as igrejas e ajudavam nas cerimônias, na catequese, junto aos jovens”.³⁴

Estas características da formação dos novos padres eram condizentes com as orientações pastorais e educacionais de inserir o clero na vida do povo, preparar líderes para organizar e educar o povo em todos os aspectos da vida, já que na nova concepção de Igreja e de salvação, não cabia mais a tradicional separação entre a vida de fé e a vida cotidiana.³⁵

Além das posições mais abertas e democráticas de D. Henrique, Botucatu

³² MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 10.

³³ Ibid.

³⁴ Ibid., p. 14. O seminário não tinha o ensino reconhecido pelo Estado. Se alguém saísse deveria cursar todas as séries novamente. Essa foi uma das razões para mandar os seminaristas para o colégio La Salle, pelo Padre Getúlio.

³⁵ Para essa visão de unificação entre fé e vida, muito contribuiu o programa da JOC que, por sua vez, influenciou toda a Ação Católica e, indiretamente, a renovação da espiritualidade católica no Vaticano II.

possuía uma tradição de formação do clero, na época com mais de 50 anos. Assim, em

toda diocese que demorou cem anos para ser formada, com um clero preparado, que se reunia mensalmente para aprofundar todos os temas do momento, para estudar. Um pessoal que tinha vários campos de atuação. De uma hora pra outra, tudo isso foi por terra.³⁶

No seminário, entre 1962 e 1968, moravam seis padres. Eram professores e coordenadores de alguma pastoral diocesana. Segundo o Padre Getúlio, fazia reuniões toda semana para reflexões e estudos em comum.³⁷

Para a formação superior de Filosofia e Teologia, o denominado seminário maior, normalmente os seminaristas se dirigiam ou para o Seminário Central do Ipiranga, em São Paulo, ou para a Universidade Gregoriana, em Roma. Dos 23 padres que assinaram o documento recusando D. Zioni, cinco deles tinham estudado em Roma, e um tinha feito uma especialização em catequese em Paris durante dois anos. Dois deles participaram do Concílio Vaticano II como acompanhantes do bispo D. Henrique.³⁸

Além da boa formação intelectual, pastoral e espiritual, em sintonia com os tempos, o clero de Botucatu tinha se habituado desde o final da década de 1950, além das reuniões mensais de todo o clero com o Bispo, também a se reunir uma ou mais vezes por mês entre os padres de cada decanato. Essas reuniões serviam para planejar, avaliar as atividades pastorais em comum em suas respectivas localidades, bem como para propiciar uma confraternização maior entre os membros do clero. Essas práticas, além de unir e entrosar cada vez mais o clero, possibilitaram a formação de uma opinião comum, de ações práticas pastorais conjuntas, o hábito da prática do diálogo: essas experiências foram fundamentais para a união dos 23 jovens padres que recusaram a posse de D. Zioni. Diante do impasse criado pela insistência de D. Zioni em tomar posse mesmo contra a vontade do clero, não houve dificuldade para a sua articulação e tomada de posição em conjunto, pois já viviam de certo modo articulados.³⁹

O grupo de padres que se recusaram a receber D. Zioni como arcebispo de

³⁶ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 11.

³⁷ *Ibid.*, p. 15.

³⁸ ZANLOCHI, 1996, p. 178. Estudaram em Roma: Arnaldo Beltrami, Nivaldo Pires Rosa, Luis Soares Vieira, Alberto Martins e Clarêncio Gusson. Acompanharam o Concílio: Arnaldo Beltrami e Alberto Martins. *Ibid.* p.178-179.

³⁹ *Id.*, p. 184.

Botucatu, definiu a missão da Igreja à qual estavam vinculados pelo sacerdócio:

nossa aceitação da pessoa e da missão de Jesus Cristo faz-nos ver a Igreja como o Vaticano II a apresentou. Ela é sinal e instrumento da comunhão dos homens entre si e destes com Deus (*Lumen Gentium*, 1). Sacramento universal da salvação, a Igreja é para nós, fundamentalmente, um povo de Deus chamado à santidade. Nela, vemos, portanto, uma realidade de amor que se exprime no relacionamento de pessoas através de um diálogo de verdade, de justiça e de caridade que se cristaliza na celebração eucarística.⁴⁰

Ao refletir por que a Igreja se tinha se envolvido na defesa dos estudantes em Botucatu, em 1968, e por que vinte e sete padres deixaram a diocese em 1969, Padre Getúlio afirmou que

a Igreja é um veículo que trabalha com pessoas humanas. E tudo aquilo que é humano deve interessar à Igreja. [...] Então a Igreja deve estar dentro da sociedade, ser fermento para transformar a sociedade no veículo do Reino de Deus. [...] Então, a missão da Igreja não é se isolar numa sacristia, cheirando a mofo. [...] por que a hierarquia vive mais ou menos assim? Porque ela é monolítica, é de cima para baixo, ela determina. A obediência para ela era mais importante que o amor. Então, preferiu-se naquela época, que saíssem trinta padres por causa de uma pessoa.⁴¹

O referencial para se determinar a missão da Igreja passou a ser a realidade latino-americana e brasileira, apesar de se negar a aproximação com a teoria marxista na leitura do mundo:

vendo a situação do Brasil, e sabendo que Jesus Cristo veio para os pobres. Pobres em todos os sentidos: de riqueza e de espírito. A visão de trazer aqueles que são menos apoiados, que devem receber o apoio de alguém. Nós pensávamos nessa linha. Nada, absolutamente nada de marxismo. Isso aí é ignorância.⁴²

As ações do clero, segundo Padre Getúlio não tinham base no marxismo e nem na política partidária: “aí é que está: quando o cristianismo entra na sua verdadeira realidade, você é um marxista. Você quer mais controvertido do que foi Jesus Cristo? [...] Ele foi um ‘fulano perigoso’. Então, como ele foi mal visto na sua época, se voltasse hoje seria morto antes dos trinta”.⁴³

A grande mudança na missão da Igreja que os novos padres buscavam vivenciar era a de um catolicismo que antes do Concílio afirmava que

a Igreja é a única fonte de salvação. No Concílio, mudou-se para: A

⁴⁰ Manifesto dos Padres de Botucatu. In: Padres rebelam-se e rejeitam novo arcebispo. **O Globo**, Guanabara, 1 jun. 1968. p. 4.

⁴¹ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 11. De fato, na chegada de D. Zioni, saíram 27 Padres.

⁴² *Ibid.*, p. 13.

⁴³ *Ibid.*, p. 13.

Igreja católica também é a salvação. É muito diferente. Então a salvação, a redenção de Cristo, está no mundo inteiro. Não está num grupinho pequeno. Aqueles que amam a Deus e amam ao próximo estão colaborando com o Reino de Deus, que será implantado. E isso em qualquer ambiente, em qualquer religião, em qualquer circunstância. Porque seria injusto Deus querer salvar a humanidade dando preferência para um pequeno grupo de privilegiados.⁴⁴

A Igreja que estavam cultivando era aquela encarnada na realidade, que tinha uma mensagem que deveria provocar uma transformação já neste mundo terreno. De acordo com Padre Getúlio, a Igreja renovada pelo Vaticano II

não prega uma vida póstuma, só. Ela prega o Reino de Deus agora. [...] Portanto, ela deve se encarnar na realidade como obra de Deus. Deus está presente em sua obra constantemente. [...] Ele continua sendo o criador do mundo. O sustentador deste mundo. Ele é o dono deste mundo. Ele não perdeu as rédeas.⁴⁵

Esta nova missão que a Igreja local se propunha a levar a cabo necessitava de um clero com formação sólida, unido para o trabalho em conjunto e afinados com as novas orientações pastorais adequadas à realidade concreta e aos novos tempos. Neste aspecto, a diocese de Botucatu era privilegiada quanto às possibilidades de se vivenciar a renovação advinda do Vaticano II.

Em consequência da nova missão da Igreja, deveria ser reconhecido que “os padres são iguais aos demais cidadãos e como tal devem participar de seus problemas e não terem uma vida privilegiada como a que estavam vivendo”, segundo Padre Soares.⁴⁶ Isto é, não se podia mais admitir um clero que vivesse divorciado da vida povo.

A ideia da integração entre o clero e povo foi enfatizada pelo Padre Augusti ao relatar episódio do dia de sua primeira prisão:

celebrei a missa no colégio das irmãs Marcelinas. As irmãs estavam

⁴⁴ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 17. O texto conciliar expressa o seguinte: “Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste na Igreja Católica governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele, [...]”. (LG, 21) In: COMPENDIO DO VATICANO II. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 47. Subsídios para estudo da situação do clero de Botucatu. Padre Osvaldo André Violante. In: **Dossiê Botucatu – 1968-1969**. Esta foi a interpretação ao texto do Concílio por Boff ao afirmar que “a Igreja católica, apostólica, romana é por um lado a Igreja de Cristo e por outro não o é. É a igreja de Cristo porque nesta mediação concreta ela aparece no mundo. Mas também não o é porque não pode pretender se identificar exclusivamente com a Igreja de Cristo, porque esta pode subsistir também em outras Igrejas cristãs”. BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 124-125. Entretanto, esta interpretação de Boff constituiu-se numa das teses condenadas pela Congregação para a Doutrina Fé e afirmou que no texto conciliar foi “[...] escolhida a palavra “*subsistit*” exatamente para esclarecer que há uma única “subsistência” da verdadeira Igreja, enquanto fora de sua estrutura visível existem somente “*elementa ecclesiae*”, que – [...] - tendem e conduzem para a mesma Igreja Católica”. RATZINGER, Joseph. Sagrada Congregação da Doutrina da Fé. Roma, 11 mar. 1985. **Arquivo da Diocese de Bauru**.

⁴⁵ Ibid., p. 17.

⁴⁶ Bispo de Botucatu fora da renovação da Igreja. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jun. 1968.

estreado o hábito novo. Francamente, não gostei. Preferia que tivessem trocado pela roupa comum. Aliás, não gosto de batina nem de hábito. Precisamos ser iguais. Tudo que nos separa para mim é abominável. Foi a separação que desacreditou a Igreja. Para mim, ser padre é ser profundamente diferente sem deixar de ser igual: nós devemos ser marcados pelo serviço. Este é o hábito de quem se consagrou. [...] A missão é dar testemunho da verdade.⁴⁷

A crise entre os jovens padres e o arcebispo na arquidiocese de Botucatu vinha se acentuando a partir de 1967, também em virtude do comprometimento social cada vez maior do clero e sua opção de crítica social. Segundo Padre Nivaldo Rosa, a crise cresceu,

e cresceu muito mais ainda nos últimos nove meses: nossas atitudes, atitudes novas, querendo engajar a Igreja na linha dos homens, causou uma série de conflitos com os grupos econômicos e políticos. Quando a gente falava em justiça social, muitos outros sentiam-se incomodados; muito patrão ficou pensando em nós de um modo que não esperávamos. E o clube dos incomodados foi aumentando, e com ele a crise.⁴⁸

No extremo oposto da autocompreensão de Igreja do Con. Ramires encontra-se o Padre José Eduardo Augusti, encarregado da pastoral estudantil da cidade de Botucatu. Sua compreensão de Igreja reflete a visão do grupo de padres que abandonou a arquidiocese de Botucatu em 1969. Em consequência de suas atitudes corajosas, na defesa dos interesses dos estudantes e de outros projetos sociais que incomodavam a elite local,

o padre José Eduardo Augusti, de Botucatu (SP), foi preso em flagrante, naquela cidade, em 17 de julho de 1968, quando apoiava um acampamento de estudantes de Medicina da faculdade local, em luta por melhores condições de ensino. É acusado também de ter oferecido o seminário para abrigar os estudantes, quando tropas policiais ocuparam e desfizeram o acampamento. Os autos estudados acusam ainda o padre Augusti de realizar propaganda subversiva em vários números do jornal "Manifesto" e nos programas de rádio que a emissora da cidade reservava à Igreja. Augusti foi réu também em outro processo, [...] acusado de ajudar nos preparativos do que seria o 21º congresso da UBES. Permaneceu preso em São Paulo, no presídio Tiradentes, durante cerca de um ano.⁴⁹

Ao avaliar o trabalho pastoral do padre Augusti, responsável pela pastoral universitária, Padre Getúlio afirmou, algumas décadas mais tarde, que

ele fazia um trabalho de assessoria junto aos estudantes. E eu achava muito válido. Ele falava a linguagem dos estudantes, convivia

⁴⁷ Diário de Prisão. Pe. J. E. Augusti. In: **Dossiê Botucatu – 1968-1969**. p. 9.

⁴⁸ Por isso recusam o bispo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1968.

⁴⁹ BRASIL: nunca mais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 149-150.

com os estudantes. [...] Agora ele precisava ser mais prudente. Porque uma coisa é ter ideias claras, outra coisa é saber como colocá-las em prática. Tanto é que ele foi preso e isso me custou um grande trabalho. Porque ninguém se importou com ele. Ele foi preso em São Paulo. E eu fiz uma campanha aqui, na cidade, para arrumar dinheiro para pagar o advogado, para conseguir o *habeas corpus* dele. [...] Ele estava fazendo um trabalho muito bom. Mas ele era um pouco imprudente.⁵⁰

Se já havia sido cavado um fosso separando os padres em relação ao bispo D. Henrique, o cenário ficou ainda mais conflitante quando o clero de Botucatu recebeu a notícia da nomeação de D. Zioni para exercer a função de arcebispo. Viam cair por terra um projeto de Igreja renovada em virtude da impossibilidade de realização da nova missão da Igreja: o engajamento político.

A consequência inevitável da aliança do clero com os interesses das classes populares, além do conflito com o bispo reformista, foi o conflito criado com as forças políticas locais habituadas com a aliança secular estabelecida com a Igreja. Tradicionalmente, as autoridades maiores das cidades de pequeno e médio porte eram o prefeito e o padre que, normalmente, conviviam em plena harmonia na defesa dos interesses sociais e econômicos estabelecidos.

À medida que a Igreja passou a fazer um discurso de crítica e de denúncia do sistema social, econômico e político, com vistas a uma transformação radical, resultou por atingir os interesses dos grupos detentores do poder local. Se for considerado que, nas pequenas cidades, como o caso de Botucatu, praticamente todas as pessoas se conheciam e viviam como se fosse uma “grande família” sustentada pelos valores cristãos tradicionais corporativistas, a “repentina” guinada do clero em favor dos menos aquinhoados, caiu como uma bomba de efeitos imprevisíveis.

A tensão tornava-se extrema à medida que do discurso e da teoria passava-se para a prática. A ação se desenvolvia em diversas frentes: reforma da pedagogia na formação do clero; catequese comprometida com a realidade concreta da criança; valorização do leigo na atividade paroquial; incentivo à formação de sindicatos de camponeses; renovação da paróquia, da liturgia e introdução da leitura

⁵⁰ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999, p. 15. “Um dia o telefone toca e eu vou atender: era o governador Abreu Sodré. Escuta uma coisa: o Augusti está por aí? Eu disse sim. Fala para ele sumir, que a polícia está à procura dele”. Ibid. Além do Padre Augusti, também esteve preso o Padre Antonio Soares de Almeida, assistente da JOC, por ocasião da greve de Osasco em julho de 1968. ZANLOCHI, 1966, p. 53.

e estudos da Bíblia; projetos de promoção humana nas periferias; intensificação da organização dos jovens trabalhadores em torno da JOC e a pastoral universitária em torno da JUC.

Concomitante à luta dos padres contra a posse de D. Zioni, os estudantes organizados, sob a coordenação do Padre Augusti, faziam reivindicações em torno de verbas para a Faculdade de Medicina e Ciências Biológicas. À medida que a ditadura militar que governava o país restringia cada vez mais as liberdades individuais e coletivas, os grupos organizados se radicalizaram e passaram a pressionar por mudanças na política. Assim, o movimento reivindicatório de verbas tornou-se um movimento político de reivindicação de liberdade e os estudantes se solidarizaram com os propósitos dos “padres rebeldes” que reagiram ao autoritarismo da nomeação do arcebispo, aumentando ainda mais a tensão do conflito.

Se o conflito dos padres com a alta hierarquia tinha ganhado um tempo para uma possível solução de consenso, depois que a hierarquia tinha reconhecido o equívoco na forma de nomeação de D. Zioni, o mesmo não ocorreu no caso dos estudantes, atingindo o Padre Augusti que os liderava em suas lutas.

Segundo Padre Augusti, em 1968 a igreja de Botucatu encontrava-se desfigurada pelas atitudes engendradas pela hierarquia. Neste contexto, diante de uma igreja fragilizada perante a sociedade, permitia

ao mesmo tempo a orquestração tétrica dos bajuladores provincianos do sistema de força, gritando como loucos pedindo a cabeça dos padres “subversivos”, e dos estudantes que queriam o direito de melhores condições de ensino e o direito de protestar contra arbitrariedades policiais.⁵¹

Diante da divulgação da reação dos padres contra a nomeação de D. Zioni, em fins de maio de 1968, rapidamente as forças sociais locais se posicionaram. De um lado os estudantes e membros mais politizados das organizações religiosas se solidarizaram com a posição tomada pelos “padres rebeldes”. As elites, representadas pelos líderes políticos e militares, posicionaram-se a favor da posse do bispo eleito. De imediato esse grupo organizou uma caravana até Bauru, onde

⁵¹ Diário de Prisão. Pe. J. E. Augusti. In: **Dossiê Botucatu – 1968-1969**, p. 1.

residia D. Zioni, para felicitá-lo pela nomeação.⁵²

De acordo com o grupo de padres contrários à posse,

há um interesse imenso das forças reacionárias para que se efetue a posse de D. Zioni e que nós, jovens padres, sejamos afastados da arquidiocese de Botucatu onde atrapalhamos tanto a vida dos que insistem na manutenção de um sistema incoerente com a aspiração dos cristãos verdadeiros, que lutam pela implantação da mensagem de Cristo.⁵³

As autoridades de Botucatu, em julho de 1968, se uniram para se opor à ação dos estudantes orientados pelos padres. O prefeito, o presidente da Câmara, o deputado eleito pela cidade e o superintendente da rádio local se reuniram para discutir sobre as passeatas dos estudantes e o apoio oferecido pelos padres aos mesmos. Tentavam articular uma passeata só de autoridades para se contraporem aos estudantes. Segundo o delegado local, Carlos Augusto Boncristiano “esses padres estão incitando à subversão, principalmente este padre Augusti, um dos principais mentores do movimento estudantil”.⁵⁴ Alguns dias antes, logo após ordenar a prisão do Padre Augusti, afirmou: “o padre é dos mentores de toda essa baderna: ele é um subversivo, ele prega nas ruas e na Igreja a revolução armada, ele foi preso em flagrante [...], pois estava incitando publicamente a subversão”.⁵⁵

Segundo os estudantes, num dos comícios, o Padre Augusti também tinha falado ao povo. Essa liderança do Padre Augusti sobre os estudantes e a comunidade local impacientava as autoridades. Entretanto, para alívio das mesmas, “esse padre, ontem, foi levado preso para São Paulo; segundo os policiais de Botucatu, incurso na lei de Segurança Nacional”.⁵⁶

Por sua vez, os estudantes também preparavam outra manifestação para

⁵² Botucatu vive a crise. **Folha da Tarde**, São Paulo, 4 jun. 1968. Segundo o mesmo jornal, “em Bauru, onde D. Zioni ainda permanece, estranhou-se o fato de que os Padres que lá trabalharam durante quatro anos sob sua orientação ainda não tenham se manifestado publicamente a favor de seu bispo”. Ibid.

⁵³ Igreja de hoje. **Folha da Tarde**, São Paulo, 5 jun. 1968.

⁵⁴ Uma passeata só de autoridades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1968.

⁵⁵ Seminário que esconde estudantes da polícia. **O Estado de São Paulo**, 19 jul. 1968. A mobilização dos estudantes de Botucatu tinha ganhado as ruas a partir da chamada “operação andarilho” na qual os estudantes fizeram uma caminhada até a sede do governo estadual em São Paulo diante da qual acamparam para reivindicar as verbas prometidas para a Faculdade de Medicina e Ciências Biológica no primeiro semestre de 1967. Entretanto, apesar da promessa de enviar o dinheiro prometido para 1968, apenas uma parte foi enviada. Por isso, houve nova onda de greve e manifestações de rua cobrando o que havia sido prometido pelo governo. Padre Augusti como responsável pela pastoral estudantil colocava-se ao lado da luta dos estudantes orientando-os em suas ações. Cf. ZANLOCHI, 1996, *passim*.

⁵⁶ Seminário que esconde estudantes da polícia. **O Estado de São Paulo**, 19 jul. 1968. “Mais de 200 soldados cercaram o seminário de Botucatu e prenderam o Padre José Eduardo Augusti, acusado de ser um dos líderes do movimento grevista estudantil. Mas os estudantes negam, dizendo que o padre é visado na cidade por ter participado de um movimento contra Dom Zioni”. Soldados cercam seminário. **Última Hora**, São Paulo, 19 jul. 1968.

pedir a liberdade do Padre Augusti que, naqueles dias já se encontrava preso em São Paulo. Nas missas do domingo anterior, todos os padres da cidade se solidarizaram com o Padre Augusti lendo um manifesto que, entre outros tópicos, se lia: “se precisarmos voltar às catacumbas, voltaremos”. E a leitura bíblica referia-se ao relato do apóstolo Paulo sobre suas experiências de prisões.⁵⁷

Catorze padres da diocese de Botucatu divulgaram um manifesto em solidariedade ao Padre Augusti pela arbitrariedade das circunstâncias da prisão. O trabalho do Padre Augusti junto aos estudantes universitários

é um testemunho e uma presença da Igreja numa luta pelo desenvolvimento integral do homem. Qual o motivo desta prisão? Teria sido por real subversão. Em quê? Que fez? Que é, afinal subversão? Seria denunciar injustiças? Trabalhar pela promoção de famílias infelizes? Dando condições dignas de habitação, saúde, higiene e cultura? É subversão a presença educadora da Igreja no meio da juventude estudantil, principalmente universitária? É subversão apoiar reivindicações justas e oportunas de alunos que pleiteiam condições para se tornarem profissionais competentes? Ou será que o motivo de tudo é a atitude vingativa de grupos desta cidade por causa de interesses pessoais prejudicados, sob pretexto da própria Lei de Segurança Nacional? À interpelações como estas muita gente terá que responder perante Deus e perante a História! [...] Por isso, Padre Augusti, agora nós o respeitamos ainda mais. Você está “enquadrado” no Reino dos Céus. [...]⁵⁸

No final de julho, Padre Augusti foi denunciado por subversão, incurso na Lei de Segurança Nacional. O promotor denunciante alegou que o sacerdote exercia atividades

junto aos estudantes, os discursos violentos contra as autoridades constituídas, a orientação do jornal “O Manifesto”, a participação em programa da Rádio Municipalista de Botucatu durante algum tempo e outros fatos, concluindo que os atos praticados pelo denunciado revelam, sem sombra de dúvida, a guerra psicológica praticada pelos adeptos do comunismo internacional, sendo, portanto, elemento subversivo, agitador, sempre à testa de qualquer movimento que vise combater o poder constituído, gerando a desavença entre as diversas classes sociais e políticas em Botucatu, e comprometendo a religião que abraçou. Segundo o promotor, o sacerdote confessa que pugna por uma verdadeira transformação social de nossa pátria, sem violência e operada pela revolução do Evangelho e quer que o povo

⁵⁷ Seminário que esconde estudantes da polícia. **O Estado de São Paulo**, 19 jul. 1968. Os Padres Nivaldo Rosa, Ulisses Moreira Araújo e Padre Claudino Nascimento assistiram-no por diversas oportunidades enquanto esteve preso. Médicos da Faculdade de Botucatu prestaram-lhe assistência à saúde. Cf. Padre Augusti no Dops. **Correio de Botucatu**, Botucatu, 25 jul 1969.

⁵⁸ D. Alberti impede prisão de estudantes em Botucatu. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul. 1968. Manifesto datado de 19 jul. 1968.

participe realmente dos problemas de nossa comunidade.⁵⁹

Em junho de 1968, o Vaticano nomeou o bispo de Apucarana, D. Romeu Alberti, para administrar a crise em Botucatu. Tomou posse no dia 22 do mesmo mês. Entretanto, uma de suas passagens por Botucatu coincidiu com a Assembleia Geral da CNBB, em meados de julho de 1968, no auge dos conflitos político e religioso. Tomou conhecimento da situação junto ao clero local para relatar aos bispos reunidos no Rio de Janeiro.

Entretanto, a sua passagem por Botucatu também coincidiu com um dos conflitos dos estudantes com a polícia. Aqueles se refugiaram no interior de uma Igreja para escapar da ameaça de iminente prisão. Surpreendentemente para os setores conservadores da cidade, o bispo, para proteger os estudantes, os conduziu até o seminário, que estava vazio por causa das férias escolares, concedendo refúgio para cerca de 80 de estudantes. O seminário foi decretado “território livre” pelo bispo, o que impediu a prisão dos mesmos onde permaneceram por quase um mês.⁶⁰

Por sua vez, as autoridades locais sentiram-se envilecidas por não terem sido consultadas por D. Alberti. Segundo o prefeito, era uma afronta às autoridades o bispo não tê-las consultado. Os mesmos enviaram um telegrama à CNBB denunciando a atitude do bispo. A reação das elites locais foi interpretada pelos estudantes como medo de sucumbir diante da crise.⁶¹

As autoridades passaram a acusar os padres de subversivos pelo trabalho de promoção humana desenvolvido junto às camadas sociais populares:

esses padres – fala o presidente da Câmara – fazem tudo menos a sua missão espiritual. O meu albergue noturno está lá, sem um padre para nos ajudar. [...] Enquanto eles eram verdadeiros padres eles eram bons. Mas quando começaram a fazer o que estão fazendo e,

⁵⁹ Promotor denuncia Padre por subversão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1968. No mesmo dia noticiava-se que D. Agnelo Rossi tinha visitado dois Padres presos no DOPS: o Padre-operário francês Pierre Joseph Vauthier e Padre José Eduardo Augusti, de Botucatu. “O primeiro dos Padres é acusado de ter participado da organização da greve operária em Osasco, na semana passada. O segundo é acusado de ter participado na organização do movimento estudantil de Botucatu, que culminou recentemente com a instalação de um acampamento de estudantes em praça pública naquela cidade. Esse acampamento foi removido pela força pública”. Também esteve visitando os presos no DOPS no dia 24/07 o bispo D. Romeu Alberti. D. Agnelo visita Padres presos do DOPS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1968. Tendo permanecido preso por cerca de um mês em 1968, foi libertado por força de um habeas corpus. A 24 de junho de 1969, após “julgamento” Padre Augusti foi condenado a um ano de prisão. Estava exercendo o ministério na diocese de Lins. Cf. Padre condenado à Prisão. **Jornal da Cidade**, Bauru, 25 jun. 1969.

⁶⁰ D. Romeu: seminário é território livre. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul 1968. Cf. Botucatu luta para vencer a crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1968; Cf. D. Alberti impede prisão de estudantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 jul 1968.

⁶¹ Uma passeata só de autoridades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1968.

especialmente, pelas ideias que pregam, nós temos de reprimi-los – fala o deputado.⁶²

Decepcionados com a atitude adotada por D. Romeu, as autoridades locais dirigiram um abaixo assinado com cerca de 200 assinaturas dirigidas ao Cardeal D. Agnelo Rossi, solicitando a imediata posse de D. Zioni como solução para os conflitos na cidade. Entretanto, na resposta, o cardeal considerou que cabia unicamente a Roma decidir e definir sobre a solicitação feita.⁶³

Essa iniciativa de pedir a posse de D. Zioni evidenciou a dimensão da força social e política da Igreja tanto para provocar uma mudança social quanto como fator de conservação. A imediata posse de D. Zioni como arcebispo, com sua autocompreensão conservadora da Igreja, que apoiava o governo militar, certamente poria fim tanto ao conflito interno da Igreja com a saída dos padres contrários à sua posse, quanto colocaria os espaços e as organizações da igreja a serviço da “ordem e da disciplina” social, como tantas vezes escrevera. Significava também o fim de uma experiência de Igreja que tinha feito a opção pelas classes populares e seu consequente retorno aos braços da elite local conservadora.

6.2 A reação do clero de Botucatu à posse de D. Zioni

Fiel escudeiro de D. Zioni durante seu episcopado em Bauru, Mons. Ramires escandalizado com a atitude dos chamados “padres rebeldes”, deixou relatada no livro tombo da Catedral de Bauru sua visão e interpretação dos acontecimentos.⁶⁴ Foi assim registrada por ele a nomeação de D. Zioni para o arcebispado de Botucatu:

graves acontecimentos: os jornais noticiaram: D. Henrique G. Trindade renunciou ao cargo de arcebispo de Botucatu. Para substituí-lo, foi nomeado D. Vicente M. Zioni, nosso bispo diocesano. E D. Sílvio Maria Dário foi eleito bispo diocesano da recém-criada diocese de Itapeva. Por esse mesmo tempo, em meio a manifestações hostis e violentas da juventude em várias capitais do Brasil, vão explodindo bombas mortíferas. Uma, de grande poder

⁶² Uma passeata só de autoridades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1968

⁶³ Botucatu pede a posse de D. Zioni. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1968.

⁶⁴ O relato e interpretação dos fatos por Mons. Ramires aqui colocados representa o contraponto à posição dos Padres rebeldes no conflito entre as duas principais compreensões de Igreja que se opõem uma à outra, mas que conviveram contiguamente, pois o diálogo se tornou impossível nessa condição, dentro de um mesmo clero diocesano desde o início das mudanças a partir de 1958. O fato de Mons. Ramires conviver e partilhar da mesma Igreja de D. Zioni e de ter recebido as visitas dos padres que aceitaram a posse de D. Zioni em Botucatu o coloca como porta-voz desse grupo naquilo que deixou registrado em seus escritos.

destrutivo, explodiu no prédio do jornal “Estado de São Paulo”.⁶⁵

Ao colocar lado a lado essas duas notícias, talvez não imaginasse o cura da Sé, que a primeira teria tanto ou maior poder “explosivo” para a Igreja e a sociedade, como se verificou nos dias seguintes.

Diante da reação do clero à nomeação de D. Zioni como arcebispo de Botucatu que resultou uma crise inédita na Igreja, Mons. Ramires viu confirmadas as previsões que tinha feito sobre o conflito interno da Igreja. Seu relato expõe os fatos e sua percepção da radical contestação pelos padres de Botucatu do modo tradicional de se tomar decisões na Igreja:

aconteceu, porém, que, numa **reação insólita nunca vista na Igreja**, pelo menos no Brasil, um número grande de padres se opuseram à nomeação e transferência de D. Zioni, numa **evidente desobediência às ordens da Santa Sé**. Feita uma convenção na cidade de Avaré, elegeram Mons. Francisco Claudino do Nascimento, vigário capitular, e redigiram mensagem de repúdio a D. Zioni, enviando-a ao Sr. Núncio Apostólico do Brasil, D. Sebastião Baggio, que a transmitisse ao Papa Paulo VI, ao Sr. Arcebispo resignatário D. Henrique e ao arcebispo eleito D. Vicente. Chegaram mesmo a ameaçar com o afastamento das suas paróquias e de seus cargos, caso se concretizasse a posse de D. Zioni. Nisto, pressionados pelo ambiente preparado a rigor em métodos escusos de intimidação, quase todos os sacerdotes presentes estiveram solidários. Todos assinaram o manifesto, nem todos, porém se propuseram a sair da arquidiocese.

Foi imensa a repercussão e comoção popular diante do manifesto de 23 desses padres, publicado no jornal paulistano “Folha de São Paulo” (no dia 1º de junho). De norte a sul do país e mesmo no exterior, tomaram partido pró e contra essa atitude dos padres de Botucatu. Todos os jornais entraram na dança e, no Brasil, durante duas ou três semanas, não se falou de outra coisa.

Manifestou-se claramente o que há muito tempo lavrava no subterrâneo da Igreja. Apenas veio a lume o **espírito que anima uma grande parte do clero, de insurreição, desobediência, petulância, orgulho e mediocridade**. É o **progressismo católico** [...] onde **se acomodam todas as heresias passadas**, todas as **devassidões**, todas as negativas dos séculos passados.⁶⁶

⁶⁵ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 148v, 19 abr.1968. **Arquivo da Paróquia**.

⁶⁶ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f.148v, 26 abr.1968. **Arquivo da Paróquia**. A reação do conservador Mons. Ramires pode ser compreendida à luz da concepção de poder presente na mentalidade desse setor do clero. A estrutura de poder da Igreja é regida de forma autoritária. Suas representações podem ser exemplificadas pelo modelo do “poder romano e pela estrutura feudal”. Estas se caracterizam “por uma hierarquia piramidal” e “personalizada: o poder é vitalício e sua vontade é lei”. Também por uma “hierarquia sagrada e cósmica”: sua legitimação vem de Deus, não de baixo. Assim, “obedecer ao superior é basicamente obedecer a Deus. A obediência mesmo civil, é um ato religioso. Por fim, “é uma hierarquia intocável e não sujeita a nenhuma crítica interna”. Se a reação do clero de Botucatu pareceu algo absurdo e inaceitável, era porque “uma revolução surgida de baixo equivaleria a uma revolução no universo, a uma convulsão universal. Daí, toda **mentalidade transformadora equivaleria a um atentado contra Deus**, autor da ordem e da pirâmide do poder sagrado”. BOFF, 1981, p. 71-72. Por isso a caracterização de “hereges” aos “Padres rebeldes” de Botucatu feita por Mons. Ramires.

Embora fosse de difícil compreensão para os setores conservadores do clero e para muitos cristãos, havia uma incompatibilidade entre a autocompreensão da Igreja dos padres de Botucatu e aquela do bispo D. Zioni: “problemas de doutrina, de modo de pensar da Igreja, porque ele é extremamente legalista, canônico”.⁶⁷ Em outros termos, o bispo D. Zioni e o clero de Botucatu defendiam autocompreensões da Igreja praticamente opostas: de um lado, o catolicismo conservador e, de outro, o catolicismo politicamente engajado. Cada um deles situava-se em polos opostos no modo de interpretar a missão que deveria ser exercida pela Igreja.

O antagonismo entre a visão da missão do sacerdote na Igreja adotada pelo clero de Botucatu, e aquela de D. Zioni foi expressa pelo Padre Nivaldo ao responder a uma provocação feita pelo bispo ao afirmar que “eram apenas 23 padres que iriam sair da diocese”. Em resposta, Padre Nivaldo afirmou:

D. Zioni, ao fazer uma afirmação dessa natureza, somente podia estar pensando num padre que unicamente celebra missa. Não é nada disso. A missa é apenas uma consequência. Não se pode ter, como D. Zioni, uma visão de paróquia tradicionalista. Igreja é comunidade, é algo aberto.⁶⁸

O que desejavam os padres de Botucatu era a realização do novo conceito de Igreja entendida genericamente como Povo de Deus adaptada ao contexto latino-americano: uma Igreja identificada com os anseios das classes populares, uma Igreja que caminharia rumo ao futuro, o que seria impossível de acontecer se o bispo fosse D. Zioni. Os padres que assinaram um documento, optando pela saída da arquidiocese, afirmaram que a crise “tem profundas implicações no processo de encarnação da Igreja no mundo de hoje. [...] [Os padres] vinham desenvolvendo um intenso trabalho no sentido de aproximar a Igreja do povo, dos jovens, dos operários e dos pobres”.⁶⁹

Essa Igreja voltada para as camadas populares requeria um novo modelo de

⁶⁷ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 11.

⁶⁸ Por isso recusam o bispo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1968.

⁶⁹ Igreja de hoje. **Folha da Tarde**, São Paulo, 5 jun. 1968. p. 7. Os estudantes de Palmital, paróquia da arquidiocese, assim descreveram a ação da Igreja que os jovens Padres desenhavam: “Pela primeira vez na história, a Igreja alia-se aos oprimidos, clama por reformas, condena veementemente a sempre crescente fossa que separa os poucos opulentos dos muitos miseráveis, desfazendo-se de sua acomodação milenar aos padrões vigentes, de sua quase que exclusiva dedicação às práticas litúrgicas, a Igreja Católica está estendendo a mão aos necessitados, isto é, ao povo. Sabemos, entretanto, que dentro da própria Igreja há fortes divergências, antagonismos, entre o velho e o novo, entre o inconformismo e a convivência. Sabemos que há Padres tachados de comunistas pelo simples motivo de reclamarem para o povo as mesmas coisas que os comunistas reclamam e, com isso, irem contra os interesses daqueles que querem os sacerdotes tão-somente para rezarem missa”. Manifesto contra a posse de D. Zioni. **Tempo de Avanço**, Palmital, 11 jun. 1968.

catequese que fosse mais atrativo, com uma didática adequada às crianças e resultasse num processo de tomada de consciência do papel do leigo na Igreja. Padre Nivaldo Rosa, que tinha se especializado em Pedagogia Religiosa Renovada, em Paris, elaborou um catecismo ainda enquanto exercia a função de coadjutor, em Bauru, entre 1961 e 1962.

Segundo Padre Nivaldo, não bastava a criança memorizar a doutrina. A criança se sentiria mais atraída se o aprendizado da “Iniciação à Doutrina Cristã” partisse da realidade concreta, de acordo com a pedagogia adotada pela Igreja na pastoral e na educação popular:

comecei a escrever fazendo uma adaptação de partes de livros franceses. Eu sabia que esse meu catecismo se inseria no ritmo de renovação que dinamiza a Igreja de hoje, esta Igreja que volta às fontes de origem. [...] Eu acho que a criança quer alguma coisa de concreto, pois ela parte desse concreto para depois chegar ao abstrato, elas são assim mesmo.⁷⁰

Esse catecismo lançado em Bauru e utilizado em diversas dioceses de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, tornou-se proibido em Bauru após a chegada de D. Zioni. Este elaborou outro, de acordo com suas características pastorais. Além do catecismo, Padre Nivaldo organizou uma estrutura de formação de catequistas para poder trabalhar com o novo método dinâmico e participativo, para toda a arquidiocese. O método consistia em levar a criança a perceber que não havia separatividade entre a vida material e espiritual, entre fé e vida.⁷¹ A partir do estudo da fé cristã, a criança seria levada a fazer uma crítica social e o Evangelho se tornaria, assim, fermento de transformação pessoal e social.

Entretanto, segundo os “padres rebeldes”, a Igreja, e a de Botucatu não era diferente, historicamente sempre tinha permanecido ao lado dos interesses da classe dominante,

comprometida com estruturas incompatíveis com o Evangelho. Ainda existem muitos interessados e privilegiados de uma Igreja alienada dos verdadeiros problemas do povo. Os políticos, os grupos econômicos sempre ‘prestigiaram’ uma igreja que os acobertava. Não podem tolerar uma Igreja que passa a denunciar seus erros.⁷²

Portanto, uma Igreja profética e denunciadora do que acreditava ser injusto, segundo a orientação do discurso da Igreja emanado de Roma, do CELAM e da

⁷⁰ O que diz o catecismo proibido por D. Zioni. **Folha da Tarde**, 12 jun. 1968.

⁷¹ Ibid. Cf. ZANLOCHI, 1996, p. 181-182.

⁷² Igreja de hoje. **Folha da Tarde**, São Paulo, 5 jun. 1968. p. 7.

CNBB elaborado desde o final da década de 1950,⁷³ entrou em confronto com a tradicional acomodação entre os interesses das classes dominantes e os interesses da Igreja mediados pelo Estado populista.⁷⁴ Neste regime, a Igreja admitia e incentivava o envolvimento social dos leigos e do clero, numa postura reformista da sociedade e do capitalismo. Mas, o que os “padres rebeldes” propunham era o envolvimento político da Igreja ao lado das classes populares e de seus interesses. Isto é, a luta política contra a ditadura e pelo Estado de direito seria a estratégia para a superação das injustiças sociais e a construção de uma sociedade orientada pelos princípios evangélicos.

A união das forças conservadoras que se opunham à pastoral dos jovens padres já tinham se organizado desde há muito tempo

no sentido de enfrentarem a nova força que começa a surgir em Botucatu, liderada pela ala jovem do clero, e que visa apenas à luta pela verdade e pela justiça. D. Zioni representa para esses conservadores uma última esperança de sobrevivência. Por isso, eles estão empenhados num apoio irrestrito ao arcebispo nomeado e não aceito pelo clero.⁷⁵

O incômodo que representava a pregação e a ação dos jovens padres antecedia o episódio da nomeação do arcebispo. Pois,

há bem pouco tempo as autoridades policiais tentaram agir contra os padres, tachando-os de subversivos, quando orientávamos grupos de jovens, discutindo com eles os problemas da comunidade. Dentro de um contexto dessa natureza deu-se a renúncia do arcebispo e a nomeação de D. Zioni. Ninguém ouviu ninguém. A delicada situação existente nesta comunidade jamais foi considerada pelos órgãos competentes, que apresentaram ao Santo Padre um nome que de modo algum poderia, nestas circunstâncias, ser nomeado arcebispo de Botucatu. Nós não estamos contra o Papa. Lamentamos a injustiça cometida, pela falta de objetividade e de conhecimento dos responsáveis pela nomeação.⁷⁶

A decisão dos padres em deixar a arquidiocese, caso D. Zioni tomasse posse, fundamentava-se, principalmente, no conhecimento que possuíam do mesmo desde os tempos de estudantes como reitor ou professor no seminário central do Ipiranga, em São Paulo, onde muitos tinham feito seus estudos superiores. Pois, “a maioria desses padres já tinha sido aluno dele no Seminário Central. Também já conheciam

⁷³ Cf. cap. 4.

⁷⁴ Cf. RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982. passim. Esta aliança entre Estado e Igreja continuou a ser defendido pelo clero conservador: união entre “trono e altar”. Entretanto, a nova Igreja popular rompeu com o antigo esquema de aliança por cima para se aliar aos pobres excluídos pelo sistema social e político e denunciar as injustiças como pecado social.

⁷⁵ Igreja de hoje. **Folha da Tarde**, São Paulo, 5 jun. 1968.

⁷⁶ Ibid.

D. Vicente pela fama. Então se tornou bispo de Bauru. Aí nós o conhecemos também na parte pastoral. Então nós completamos a ficha dele”.⁷⁷

O que desconcertou ainda mais o clero foi o fato de não terem sido consultados quando da nomeação do novo arcebispo. Consideravam que havia nos textos do Concílio indicações de que o clero deveria ser ouvido em tais situações, o que não aconteceu.⁷⁸

Em depoimento do Padre Augusti sobre a forma de escolha do novo arcebispo, avaliou que “nós temos consciência de que a grande angústia do Papa Paulo VI é a falta de diálogo no mundo moderno. Para a nomeação de D. Zioni, não foi aplicado o diálogo. Estamos denunciando uma grande omissão”.⁷⁹ Isto é, revelava-se uma contradição entre o discurso que apontava que as soluções para os conflitos mundiais deveria ser buscada por meio do diálogo o que não era empregado para as soluções dos conflitos internos à Igreja.

Entretanto, como não podia ser diferente, na perspectiva monárquica e canônica de D. Zioni,

os padres não têm nenhum direito de protestar. E como fui nomeado, irei assumir meu posto, mesmo que alguns abandonem a arquidiocese. Não será ainda este mês, mas irei. [...] A nenhum de nós cabe o direito de declarar ilícito ou nulo um ato do Papa, nomeando livremente alguém. Agir em desacordo é mostrar espírito de rebeldia.⁸⁰

Nas conversações, a alta hierarquia representada pelo núncio apostólico que intermediava as “negociações” do conflito em nome de Roma, os argumentos dos “padres rebeldes” não foram considerados. Nas palavras de Padre Getúlio,

tivemos duas reuniões com o núncio apostólico para mostrar qual era a situação, o porquê que nós não queríamos o D. Vicente. [...] Os padres sabiam que não iam se juntar a ele. [...] então pensamos: como a ordem vem de cima, ele toma posse e nós vamos embora. Vamos para outro lugar. Eu fui para Apucarana. Outros foram para São Paulo, outros foram para Lins, outros foram para o Rio.

⁷⁷ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 11.

⁷⁸ Ibid., p. 11. A ponderação do Padre Emilio Dion, diretor da Ação Católica nacional, sobre a autoridade da hierarquia na escolha dos bispos, expôs: “A autoridade do bispo vem de Cristo, mas os modos de nomeá-los são humanos e podem perfeitamente ser reformulados. Creio que esse impasse de Botucatu deve ser reestudado pelo Núncio Apostólico. É preciso insistir que esse movimento não é de rebeldia, mas de protesto contra certas linhas pastorais contrárias ao Concílio Vaticano II”. Essa é a rebeldia. **Folha da Tarde**, São Paulo, 11 jun. 1968. “Podemos dizer que o diálogo esteve ausente muito antes da crise, isto é, durante o silêncio que permeou a renúncia e indicação do novo arcebispo, ou mesmo durante as organizações pastorais progressistas executadas mais ou menos à revelia do arcebispo. Ocorre que o diálogo era algo novo nas relações da hierarquia da Igreja. Anteriormente cumpriam-se ordens. Portanto, faz parte da mentalidade nova, sendo buscado no início do conflito e rejeitado em seu final.” ZANLOCHI, 1996, p.196.

⁷⁹ A greve dos Padres. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1968.

⁸⁰ Não sabe quando, mas irá. **Folha da Tarde**, São Paulo, 4 jun. 1968.

Espalhados. Foram arrancados daqui, no fruto natural, para alguém entrar.⁸¹

O clero de São Paulo, Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, ao se solidarizarem com o clero de Botucatu através de abaixo-assinados, expressaram que os padres, premidos pela situação criada, tiveram que fazer uma opção entre dois tipos de Igreja:

acusações e insinuações se abatem sobre os padres da Igreja de Botucatu, que vivem num momento histórico e talvez decisivo para o futuro da Igreja Católica, o drama de uma opção particularmente difícil. Opção entre uma cômoda e aparente fidelidade a uma concepção pré-conciliar de Igreja que tinha a comunidade dos fiéis a seu serviço e uma outra Igreja, revitalizada pelo exame dos seus fundamentos bíblicos e redefinida pelo Vaticano II: a Igreja a serviço do povo de Deus.⁸²

Ao discorrer sobre os fatos e as decisões tomadas algumas décadas antes, Padre Getúlio lembrou que “tudo aquilo que nós imaginávamos de D. Vicente, aconteceu quando ele tomou posse: ele fechou o seminário, ele não aceitou a linha de pastoral que nós estávamos seguindo, todos os trabalhos com os leigos, praticamente [...] Ele inventou outros, aos poucos”.⁸³

Se o clero progressista de Botucatu tomava uma decisão histórica com consequências não só para a Igreja, mas também para as instituições e a sociedade em geral, o clero conservador e obediente à nomeação de D. Zioni se escandalizava diante de tanta ousadia. Ora, se o poder do bispo era um poder sagrado e tinha sua origem em Deus, desobedecer a uma ordem do Papa significava desobedecer a Deus, cometer um pecado grave, subverter a ordem natural do universo.

É evidente a centralização do poder de decisão na Igreja Católica que foram se cristalizando aos poucos, ao longo da história, e que faziam sentido em certos contextos. Aqueles que se organizaram, como os padres de Botucatu, para fazer uma reivindicação, para serem ouvidos numa decisão que afetaria não somente a eles mas a toda uma porção do povo de Deus, passaram a ser motivo das mais diversas acusações por parte da alta hierarquia. Nos tempos pós-Vaticano II, segundo Boff, as decisões tomadas de forma autoritária

provocam conflitos com a consciência do direito e da dignidade da

⁸¹ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999, p. 12. “O diálogo foi forçado a acontecer quando a crise tornou-se pública, porém mutilado, uma vez que as partes se haviam radicalizado em suas posições”. ZANLOCHI, 1996, p. 196-197.

⁸² Abaixo assinado do clero de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. In: **Dossiê de Botucatu - 1968-1969**.

⁸³ MACHADO, op. cit., p. 12.

pessoa humana que possuímos [os cristãos]. [...] Os próprios sacerdotes não são considerados aptos a refletir, a se organizar e decidir, respeitando a unidade na Igreja, sobre os assuntos que lhe dizem respeito. Nos Concílios, nos Sínodos e Encontros eclesiais, são os bispos que por eles pensam, fazem e decidem. São tidos juridicamente, como auxiliares do bispo e, no que tange aos direitos de sua própria “ordo”, como apêndices episcopais. Todas as vezes que grupos se têm organizado com expressão própria, contaram, imediatamente, com a suspeição, a maledicência, as pressões superiores, quando não com a suspensão e a excomunhão.⁸⁴

Sobre os desdobramentos da crise de Botucatu, no início de maio de 1968, Mons. Ramires anotou:

tem sido contínuas as visitas de sacerdotes da vizinha cidade de Botucatu, fiéis à posse de D. Vicente. Há grande divisão no clero de Botucatu motivada pela rejeição de alguns à transferência de D. Zioni. Tem mesmo havido um tempo quente de posições radicais de ambas as partes à procura de base legal e adesão popular. Mas como a roda quebrada do carro é que faz mais barulho, a parte rebelde tem feito muita publicidade na imprensa. E como é notícia que os órgãos de publicidade procuram, é de ver a falação e o escândalo que provocou esta crise. **Atinge-se de cheio a autoridade do Santo Pontífice e da Igreja.** Daí o pasmo entre os pequeninos de Deus.⁸⁵

Em julho de 1968, D Zioni “viajou para São Paulo e Rio de Janeiro. A crise de Botucatu se complicava cada vez mais. Em todo o mundo e em toda a Igreja, aparece um refinado orgulho com o rótulo de obediência adulta”.⁸⁶ nas palavras, não sem um tom de sarcasmo, do conservador Mons. Ramires.

Em julho de 1968, a crise se agravou com a prisão do Padre Augusti em Botucatu, assim descrita por Mons. Ramires:

com o agravamento da crise em Botucatu, a complicação é tão difícil e tão estranha que espanta ver a que ponto as coisas chegaram na Igreja. Hoje foi preso pelo Dops (Departamento de Ordem política e Social) um dos padres rebeldes, por subversão da ordem. É o Padre Jose Eduardo Augusti, um dos signatários do manifesto contra D. Vicente.⁸⁷

⁸⁴ BOFF, 1981, p. 61. Os setores conservadores do clero não podiam mesmo compreender que os mesmos tinham direitos a serem tratados com dignidade e respeito pela instituição eclesial. Para estes, a instituição deveria prevalecer sobre as pessoas.

⁸⁵ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 149, 7 maio 1968. **Arquivo da Paróquia.**

⁸⁶ Ibid., f. 150, 10 jul. 1968.

⁸⁷ Ibid., f. 151, 17 jul. 1968. Segundo o católico conservador Gustavo Corção “a vontade dos Padres em participar ativamente das transformações políticas e sociais é subversão e não condiz com o papel de guia espiritual que a Igreja deve desempenhar”. In: Bispos denunciam miséria e apóiam Padres rebeldes. **O País.** 4 jun. 1968. p. 3. Entretanto, naquele momento, em meados de 1968, era elaborado o documento base de Conferência de Medellín, que se realizou em agosto do mesmo ano. Neste, depois de reconhecer a existência da miséria e exploração na América latina, se lê que a “Igreja tem a obrigação de denunciar as injustiças existentes, assinalar as reformas e a prestar sua colaboração para a realização de reformas urgentes e globais”. Ibid.

Em 8 de outubro de 1968,

todo o clero de Botucatu esteve hoje reunido na cidade Laranjal, com a presença do Sr. Núncio Apostólico D. Sebastião Baggio e o administrador apostólico D. Romeu Alberti, para estudar e resolver o caso de Botucatu. **Pobre autoridade de São Pedro!** Precisa acomodar-se aos caprichos dos novos padres. Dia virá que se hão de se arrepender amargamente.⁸⁸

No dia 21 de outubro, “os padres de Botucatu devem dirigir uma ‘opção’ sobre a posse ou não de D. Vicente Zioni, em Botucatu. **Opção que ridiculariza a autoridade do Papa**”.⁸⁹

Em janeiro de 1969, D. Zioni viajou novamente para o Rio de Janeiro para conversar com D. Sebastião Baggio: “tratou-se do complicado problema de Botucatu, que, vai para um ano, vai, não vai, vai, não vai. Quanto prejuízo para a glória de Deus, para **autoridade pontifícia** e para as almas!”.⁹⁰

Solidário com os padres que apoiavam a posse de D. Zioni em Botucatu, “o pároco vai até a cidade de Piraju [...] em visita ao Côn. Oswaldo Violante que lidera o movimento dos sacerdotes que romperam com o bloco dos padres contrários à posse de D. Vicente M. Zioni na sede de Botucatu”.⁹¹

Por outro lado, diversos membros dos “padres rebeldes” apresentaram diversas justificativas de ordem doutrinária e pastoral para a recusa da posse de D. Zioni. Os argumentos apresentados evidenciam as contradições e os conflitos entre as autocompreensão da Igreja conservadora e a politicamente engada que se confrontaram logo depois do Concílio.

Para Padre Soares, a justificativa para não aceitar a posse de Zioni consistia em que “o bispo não tem vivência do espírito de renovação da Igreja e sua posição pastoral é absolutamente contrária à praticada pelo clero diocesano”.⁹²

Segundo o Padre Getúlio, a rebelião do clero de Botucatu contra a posse de D. Zioni deve ser atribuída à qualidade intelectual, moral e compromisso com as mudanças da Igreja em direção às conclusões do Vaticano II. Por isso, o movimento foi apoiado por todo o setor do clero e dos leigos comprometidos com a nova compreensão de Igreja:

⁸⁸ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 156v, 8 out. 1968. **Arquivo da Paróquia.**

⁸⁹ Ibid., f. 156v, 21 out. 1968.

⁹⁰ Ibid., f. 160v, 7 jan. 1969.

⁹¹ Ibid., f. 160v, 20 jan. 1969.

⁹² Bispo de Botucatu fora da renovação da Igreja. **Diário de Pernambuco.** Recife, 15 jun. 1968. Padre soares concedeu entrevista ao jornal por ocasião de participação em encontro da JOC em Recife naquela ocasião.

os padres de Botucatu tinham um nível intelectual muito bom. Uma mentalidade muito boa. Foi dito por muita gente que era um dos melhores cleros do Brasil. Mais avançado e mais conscientizado. Tanto é que esse movimento que nós fizemos para não receber D. Vicente, foi um movimento admirado pelo mundo inteiro. Nós chegamos a receber abaixo-assinado de padres da Europa, de mil assinaturas numa lista. Obtivemos o apoio de todos. De uma infinidade de dioceses do Brasil e do mundo. [...] Porque era o momento de questionar tanto os poderes políticos como os poderes eclesiásticos.⁹³

A popularidade do setor do clero que recusou a posse de D. Zioni era muito grande. Pois “nós trabalhávamos muito no reduto familiar, na catequese, trabalhávamos muito com a juventude, com os estudantes. Uma grande parte pensava como nós”.⁹⁴

Os padres contrários à posse estavam seguros de que com D. Zioni as diversas atividades pastorais populares em andamento seriam interrompidas e substituídas por outras sem compromisso político. Não por acaso, receberam o apoio de diversos movimentos e organizações que dirigiam, tais como: “Movimento Familiar Cristão; Arregimentação Fraternal de Auxílio; Centro de Estudos Pedagógicos da Faculdade de Filosofia; comunidades de jovens das paróquias; estudantes e professores da Faculdade de Medicina local; catequistas; Campanha de Higiene e Alfabetização de Botucatu”.⁹⁵

Em carta dirigida ao Papa Paulo VI, em outubro de 1968, pelos “padres rebeldes”, foram expostas várias razões que inviabilizavam a posse de D. Zioni, decididas em comum pelo grupo.

Entre as razões alegadas estava a mentalidade pastoral do bispo que os padres conheciam através do jornal “A Fé”, de Bauru, e as manifestações públicas a respeito da reação dos padres de Botucatu contrários à sua posse. Além do clima criado pela insistência do bispo em tomar posse, “a permanência em Botucatu exigiria um ato heróico para salvar uma situação criada, sacrificando a grei do Senhor, a pretexto de salvar uma situação jurídica (com repercussões diplomáticas), com sacrifício da verdade e da pastoral”.⁹⁶ Aos poucos o clero começava a perceber

⁹³ MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-Padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999. p. 16. Entretanto, para D. Zioni ocorria justamente o contrário: “entre os Padres que assinaram o manifesto, vários foram seus alunos, e que, ‘por conhecer o nível intelectual desses religiosos’, não dava a menor importância ao fato”. Bispos denunciam miséria e apóiam Padres rebeldes. **O País**. São Paulo, 4 jun. 1968.

⁹⁴ MACHADO, op. cit., p. 16.

⁹⁵ Botucatu vive a crise. **Folha da Tarde**, São Paulo, 4 jun. 1968.

⁹⁶ Carta documento dos Padres rebeldes ao Papa. In: **Dossiê Botucatu – 1968/69**. O qualificativo “Padres

que as pessoas pertencentes à instituição eclesiástica não podiam mais ser sacrificadas e desrespeitadas como pretexto para salvaguardar a instituição. Que a instituição deveria estar a serviço das pessoas e não o contrário.

Outra razão para vetar a posse de D. Zioni estaria nas “sérias omissões, mas também obstáculos para o crescimento de um laicato adulto e engajado nas realidades terrestres” e que a arquidiocese necessitava de “uma fonte de união. De união afetiva e efetiva e não será possível manter com D. Zioni uma união de amizade, de preocupações, de interesses e de trabalhos, depois de tudo o que dissemos ou fizemos”.⁹⁷

No documento, também se referiram às atitudes “ditatoriais e centralizadoras” de D. Zioni e o fato de o mesmo ter admitido “preconceitos” contra os padres. Por outro lado, acentuaram que

na pessoa e pastoral de D. Zioni vejo a impossibilidade de uma animação e uma comunhão de apoio para ser fiel ao compromisso de luta cristã pela libertação real do homem latino-americano e a instauração de uma sociedade justa e fraterna, assegurando aos cristãos uma ampla margem de liberdade na escolha dos meios que eles acharem mais aptos para obter esta libertação e construir essa sociedade.⁹⁸

O arcebispo D. Henrique que, depois do Concílio, desencantou-se com as reformas da Igreja e, particularmente, com a guinada radical do seu clero diocesano sobre o qual perdera o controle, acreditava que um bispo centralizador e autoritário pudesse ser a solução para frear o que considerava exageros cometidos pelo seu clero. Na carta documento ao Papa, enfatizaram que “o novo metropolitano foi por D. Henrique apresentado ao povo ‘como o homem que viria corrigir e consertar um clero desobediente e decaído’. D. Zioni acolheu e fez sua essa ideia”.⁹⁹

rebeldes” foi criado pela imprensa e utilizado por Zanlochi como título de sua pesquisa sobre o “caso de Botucatu”. Não me parece um termo adequado. A posição de D. Davi Picão, bispo de Santos, parece mais adequada: “a palavra rebeldes não corresponde ao verdadeiro sentido da atitude dos Padres de Botucatu. São apenas **inconformados** e merecem encontrar compreensão e apoio entre o clero, por isso a diocese de Santos está disposta a receber, se necessário, alguns desses Padres”. Essa é a rebeldia? **Folha da Tarde**, São Paulo, 11 jun. 1968. (grifado no original).

⁹⁷ Carta documento dos Padres rebeldes ao Papa. In: **Dossiê Botucatu – 1968/1969**.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid. Em seu manifesto, os Padres rebeldes alegaram pertinentemente a falta de diálogo para a solução do conflito e citaram como argumento em sua defesa o texto conciliar que afirma: “Como é dever da Igreja estabelecer o diálogo com a sociedade humana na qual vive, é principalmente tarefa dos bispos irem ao encontro dos homens, procurarem e promoverem o diálogo com eles. A fim de que andem sempre unidas a verdade e a caridade, a inteligência e o amor, este diálogo de salvação se distinga pela perspicácia da palavra e simultaneamente pela humildade e afabilidade, e ao esmo tempo pela devida prudência unida à confiança, porquanto esta se destina a unir os ânimos”. (*Christus Dominus*, 13). Manifesto dos Padres de Botucatu. In: Padres rebelam-se e rejeitam novo arcebispo. **O Globo**, Guanabara, 1 jun. 1968. p. 4. Também mencionam no mesmo documento que “difundiu-se a ideia (cuja fonte também conhecemos) de que o novo metropolitano viria

Outro argumento alegado pelos “padres rebeldes” para recusar trabalhar com D. Zioni afirmava que, “ao ser desmembrada de Botucatu a nova diocese de Bauru, D. Zioni rejeitou todos os trabalhos e métodos desenvolvidos por vários sacerdotes de Botucatu. Como trabalhar agora com ele em nossa Arquidiocese?”.¹⁰⁰

Segundo o documento dos padres ao Papa, haveria da parte de D. Zioni desconfiança quanto à ortodoxia da doutrina da Igreja aplicada pelos padres, os quais afirmaram que o bispo teria divulgado que “nossa renovação está baseada em doutrinas debatidas nos bastidores do Concílio”.¹⁰¹ Portanto, aceitar o novo arcebispo seria um retrocesso como teria ocorrido em Bauru.

Por fim, no documento, os padres contrários à posse de D. Zioni argumentaram que “não estamos mais na hora de arriscar ou tentar ver se conseguimos mudar a mentalidade do Bispo, para podermos depois trabalhar com ele. O clero não pode aceitar ser um fator de ‘*aggiornamento*’ do bispo”.¹⁰²

Particularmente, o Padre Augusti, em seu documento pessoal, optando por retirar-se da arquidiocese, argumentou, além do contido em outras manifestações, que

estamos na hora de união do presbitério ao derredor de um Pastor, perfeitamente aberto às amplas perspectivas da Igreja e que seja um líder autêntico do povo de Deus em marcha. A Igreja não são apenas os bispos e os padres como infelizmente transparece nessa estrutura de nomeação impostas.¹⁰³

Diante da evidente impossibilidade de voltar atrás e aceitar trabalhar com D. Zioni e também diante da improvável revisão da posição da hierarquia quanto à decisão tomada cerca de um ano antes, em março de 1969 confirmou-se, por parte

com pulso forte para impor disciplina a um clero revoltado”. Ibid. De acordo com o Padre Milton Santana, da diocese de Limeira, “diante de uma Igreja que se renova, novas concepções vão surgindo. Autoridade, ordem, não violência, continuam sendo valores intrinsecamente concebidos. O modo de conceber, porém, estes valores, é que estão mudando, de acordo com a capacidade daqueles que a concebem. Dentro deste processo de mutação, os mais velhos, concebem um mundo estático, Deus nada mais tem o que nele fazer. Os da nova geração, assim não pensam. O mundo é dinâmico, pois, seu Criador é o dinamismo por essência. Daí a crise”. SANTANA, Milton. Escândalo dos Padres. **Jornal de Limeira**, Limeira, 9 jul. 1968.

¹⁰⁰ Carta documento dos Padres rebeldes ao Papa. In: **Dossiê Botucatu – 1968/1969**. Referem-se particularmente ao catecismo do Padre Nivaldo e aos grupos de Ação Católica desmobilizados por D. Zioni, particularmente o grupo da JUC e da JOC. Também encerrou as atividades do Círculo Operário Bauruense, cujo presidente encontrava-se encarcerado quando D. Zioni tomou posse como bispo em Bauru. Todo o alojamento e os móveis do COB foram incorporados aos bens da diocese, fazendo parte da Cúria Diocesana. A reunião de encerramento do COB foi feita na casa de um dos membros da diretoria. Já tinham sido desalojados antes de encerrar suas atividades por pressão do bispo. Cf. Livro de atas do COB, ano 1964, f. 35. **Arquivo do Bispado de Bauru**.

¹⁰¹ Carta documento dos Padres rebeldes ao Papa. In: **Dossiê Botucatu – 1968-1969**.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ AUGUSTI, José Eduardo. Opção por se retirar da arquidiocese. In: **Dossiê Botucatu - 1968-1969**. (grifado no original)

da hierarquia, a tomada de posse de D. Zioni e a saída de 23 padres da arquidiocese.

A D. Romeu Alberti, como administrador apostólico da arquidiocese, coube publicar a decisão de Roma:

anunciamos à família arquidiocesana botucatuense uma notícia marcante para sua história: o Santo Padre, após ter reexaminado a situação da arquidiocese, à luz dos recursos a ele chegados, de várias partes, houve por bem decidir que o Exmo. e Revmo. D. Vicente Marchetti Zioni, digníssimo arcebispo eleito, tome posse da arquidiocese, não impedindo, apesar de um paternal apelo, opções anteriormente assumidas por parte do clero.¹⁰⁴

Assim descreveu Mons. Ramires o anúncio da posse de D. Zioni em Botucatu, em março de 1969:

finalmente após quase um ano de aflitiva espera, o Santo Padre Paulo VI, determinou a posse de D. Zioni na sede arquiépiscopal de Botucatu. Será na oitava da páscoa, sábado, dia 12 de abril de 1969. Entra assim a diocese de Bauru num compasso de espera entre apreensiva e esperançosa na perspectiva do novo titular. Apesar da situação flutuante, S. Excia. trabalhou regularmente, planejou, dispôs muita coisa pelo bom andamento do Bispado, e é certo que deixará a cama feita para o novo bispo.¹⁰⁵

A 15 de abril de 1969, mons. Ramires deixou registrado o que considerava o estado em que se encontravam as dioceses de Bauru e de Botucatu:

[...] o bispado de Bauru se encontra num **estado de harmonia** entre os sacerdotes e o povo fiel, fruto da ação pastoral de D. Vicente. **Afora alguma reserva do clero religioso** sobre o sistema de governo do primeiro bispo, que, aliás, vem desde o princípio e **não é porque se trata deste bispo, mas porque é superior**, todos trabalham nas suas paróquias ou nos seus ofícios com proveito. Quanto a Botucatu, com a saída dos padres rebeldes, **tudo se harmoniza e se entrosa**, tendo o clero restante o cuidado de se unir entre si e com o novo arcebispo. E assim com o tempo, sua ação junto ao povo fiel, acabará se **esclarecendo e arrefecendo o conceito errado** porventura restante sobre a pessoa do arcebispo.¹⁰⁶

Entretanto, se o que aparecia ao olhar do conservador afeito à ordem e ao cumprimento do dever era uma situação de acomodação, paz e tranquilidade, na consciência de outros, daqueles tendentes à autenticidade, os quais tiveram a ousadia de manifestar a frustração por ter aceitado permanecer na arquidiocese, permaneceu latente a decepção por ter ficado. Provavelmente na expectativa de que

¹⁰⁴ D. Zioni vai tomar posse. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 mar. 1969.

¹⁰⁵ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 162, 15 mar. 1969. **Arquivo da Paróquia**. O que não imaginou é que o bispo seguinte teria que construir nova cama!

¹⁰⁶ *Ibid.*, f. 162v, 15 abr. 1969.

houvesse um encaminhamento e uma mudança futura, quase duas décadas se passaram. Foi quando o Padre Osvaldo André Violante que, inicialmente, tinha assinado a lista dos que deixariam Botucatu, voltou atrás, liderou o grupo dos que optaram pela permanência em Botucatu e aceitou “conviver” com D. Zioni.

Duas décadas depois do episódio, Padre Violante encontrava-se, então, decepcionado, desanimado e sem rumo, talvez refém de um arrependimento pela opção que fizera. Em carta dirigida ao Bispo de Bauru, em janeiro de 1987, procurava ainda entender o acontecido e dar um sentido à vida sacerdotal, aos 61 anos de idade apenas:

peço entenda, D. Padin: enquanto não surge fato novo ou nova perspectiva, fica tudo muito difícil para mim: “quase precisar sair e ainda não poder, não querer ou não saber sair”. Não consigo, Sr. Bispo, ver um palmo mais claro, à minha frente, naquilo que sempre disse respeito à participação pastoral, no passado, e à mesma sucessão episcopal, o presente e no futuro de nossa diocese... Tendo me entregado decidida e lealmente à obra de recomposição e integração, em nossa diocese, após a crise de Botucatu e posse de Dom Vicente, usado e desgastado nos impasses e conflitos internos e externos, vejo que embarquei no barco da decepção e da frustração, navegando por águas aparentemente pacíficas, mas perigosas; aqui me acho, ainda buscando sofredamente a Verdade nas pessoas, nas palavras, nos gestos e nos acontecimentos, almejando chegar quanto antes ao porto seguro... Também aos 61 anos, o que hei de esperar, querer ou exigir?... Por isso vou me acomodando, sem ânimo sequer para assumir outra paróquia, caso tenha que deixar esta; talvez, um dia poderia ser um auxiliar eventual no ministério, a título precário dando alguma ajuda sem muita ênfase, morando aqui mesmo ou alhures. Ainda espero uma manifestação de Deus.¹⁰⁷

Aparentemente as situações se harmonizavam. Aos olhos dos expectadores externos, a autoridade da alta hierarquia se impôs sobre a chamada “rebeldia”. A Instituição, apesar de arranhada, manteve *grosso modo* seu *modus operandi*. Para os ocupantes de cargos burocráticos em qualquer instituição tradicional o que vale é perpetuação da instituição. As pessoas simplesmente passam!

De fato, houve, no geral, uma acomodação de situações entre as partes divergentes, conservadores e progressistas. Mas as oposições entre setores divergentes, casos individuais discordantes dos dois lados, continuariam a alimentar conflitos.¹⁰⁸ A introdução da renovação conciliar em Bauru, na década de 1970, por

¹⁰⁷ Carta do Padre Osvaldo André Violante a D. Cândido Padin. 17 jan. 1987. **Arquivo do Bispado de Bauru.**

¹⁰⁸ O auto afastamento de Mons. Ramires das fileiras do clero antes da idade limite por motivos de discordância

D. Padin, deu-se não sem conflitos, embora com repercussões apenas de âmbito local e regional.

6.3 Nomeação de D. Padin para a diocese Bauru: acomodando situações

O conflito gerado pela nomeação de D. Zioni para a arquidiocese de Botucatu sem algum tipo de sondagem junto ao clero e o desgaste posterior sofrido pela hierarquia católica, parece ter produzido alguma lição quando da nomeação do novo bispo que viria substituir D. Zioni em Bauru.

Assim, dez meses depois da posse de D. Zioni e a saída de 23 sacerdotes daquela diocese, o núncio apostólico fez uma visita à diocese de Bauru, ao que parece, para sondar o clero local sobre a nomeação de novo bispo. Não há registro sobre o que foi tratado, mas a partir do contexto pode-se deduzir que o objetivo do encontro com o clero seria o de preparar os ânimos para a nomeação do novo bispo. Assim relatou o vigário capitular: “foi preparada uma reunião do clero, onde S. Excia. se entretive em útil conversação com os sacerdotes da Diocese. A reunião foi na Casa do Garoto que ofereceu depois um festivo almoço a D. Humberto Mozzoni”.¹⁰⁹

Ainda como bispo de Lorena em 1968, D. Padin foi um dos que abriram as portas de sua diocese para receber os padres de Botucatu: “sabe-se, com certeza, que duas delas são a de Lorena, chefiada por Dom Cândido Padin e a de Santos, que tem à frente D. Picão”.¹¹⁰

Antes de tornar-se monge, o então Rubens Padin tinha cursado as Faculdades de Filosofia, no Mosteiro beneditino, e de Direito, no Largo de São Francisco. Ainda como bispo de Lorena, em 1969, realizou um gesto incomum para um bispo da época: o advogado-bispo defendeu o Padre Jose Eduardo Augusti

 dos rumos da Igreja é um deles. Cf. Diário de Mons. Ramires, **Arquivo particular de Padre Carlos Siqueira**, 4 v.

¹⁰⁹ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 174, 16 mar.1970. **Arquivo da Paróquia**. No caso da nomeação de um bispo para substituir D. Zioni, poderia resultar numa resistência oposta à de Botucatu: a reação do clero conservador à escolha de um bispo progressista. Entretanto, mesmo os sacerdotes mais conservadores não opuseram nenhuma objeção à escolha de D. Padin, a não ser a resistência pessoal à introdução da renovação do Vaticano II à qual o novo bispo de Bauru também não fez nenhuma pressão. Um dos sacerdotes que não aceitou trabalhar com D. Padin, pelo que se deduz dos documentos, foi o Mons. Ramires que se afastou por decisão própria da atividade pastoral da Igreja. Para ele, bispos como D. Padin levaria a Igreja ao caos total. Cf. Diário do Mons. Ramires. **Arquivo particular do Padre Carlos Siqueira**, 4. v.

¹¹⁰ Bispo chega, clero sai. **Folhada da Tarde**, São Paulo, 4 jun. 1968.

perante o Tribunal Militar.¹¹¹

No intervalo entre a saída de D. Zioni de Bauru, a 14 de abril de 1969, e a chegada de D. Padin em agosto de 1970, o escolhido para vigário capitular da diocese foi o Côn. Ramires de Lucena, o mesmo que tinha exercido a função de vigário geral no governo de D. Zioni.¹¹²

O vigário da catedral e, então, vigário capitular, deixou registrado no Livro Tombo da paróquia anotações sobre a procissão de *Corpus Christi* de 5 de junho de 1969, a primeira depois da saída de D. Zioni:

enfeites mais artísticos nas ruas, mais organização de todo o trajeto com hinos, cânticos e orações, mais silêncio e piedade e, sobretudo, uma multidão de povo que causou a admiração dos mais otimistas. Desde madrugada, as turmas de enfeite chamaram a atenção pelo devotamento e espírito de fé.¹¹³

Mesmo que pudesse ser casual, o relato deixa entrever, mesmo para um adepto da linha pastoral de D. Zioni, um clima de júbilo pela melhor organização, empenho da comunidade na preparação e participação dos festejos e o clima menos pesado reinante.

Nascido Rubens Padin, em 1915, na Cidade de São Carlos, SP, o bispo D. Cândido Padin, antes de entrar para o mosteiro de São Bento, em 1941, tinha cursado Direito, na São Francisco e Filosofia no mosteiro de São Bento, onde doutorou-se em filosofia. Depois de fazer o noviciado e o curso de Teologia, ordenou-se sacerdote a 15 de setembro de 1946.

Entre 1946 e 1949, exerceu a função de Reitor do Colégio Beneditino. Em 1948, foi nomeado Diretor da Faculdade de Filosofia da PUC onde já exercia magistério na disciplina de Sociologia. Em 1955, foi designado Celeireiro do mosteiro e, em 1956, passou a exercer a função de Mestre de Noviços. No ano de 1960, tornou-se presidente da AEC (Associação das Escolas Católicas) o que lhe permitiu participar intensamente dos debates finais para a elaboração das Leis, Diretrizes e Bases da Educação, votada e sancionada em 1961.

A partir de 1962, tornou-se membro do Conselho Federal de Educação e voltou à função de Reitor do Colégio Beneditino. Em agosto, no dia 5, foi sagrado

¹¹¹ “Um gesto que marcou foi a coragem de D. Padin, que me defendeu diante do tribunal militar que me condenou”. Diário de Prisão. Padre J. E. Augusti. In: **Dossiê Botucatu – 1968-1969**. p. 3.

¹¹² Ata da eleição e posse do vigário capitular da Diocese de Bauru. 14 abr. 1969. **Arquivo do Bispado de Bauru**. (s/n).

¹¹³ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 166, 5-6-1969. **Arquivo da Paróquia**.

Bispo. Participou, no Vaticano II, da segunda sessão em diante. Em 1965, passou a presidir o Departamento de Educação do CELAM e a exercer a função de Secretário da Comissão Central da CNBB para a Educação. Entre 1966 e 1970 exerceu o episcopado na diocese de Lorena. Entre agosto de 1970 a setembro de 1990, exerceu a função de bispo em Bauru, quando se retirou novamente para o mosteiro de São Bento em São Paulo.¹¹⁴ Faleceu em janeiro de 2008.

Como membro da Ordem Beneditina, D. Cândido pode, desde cedo, entrar em contato com os movimentos de renovação da Igreja que eram impulsionados pelos monges: principalmente o movimento litúrgico e o bíblico. Além disso, os estudos efetuados no mosteiro, em São Paulo, possibilitou que entrasse em contato com o movimento da Ação Católica

como vocação específica do leigo na Igreja. Tratava-se de uma inovação, que podemos chamar de revolucionária na Igreja, por alterar inteiramente o conceito e a presença do cristão leigo, deixando de ser um mero assistente passivo do culto e, na melhor hipótese, um usuário dos sacramentos e das devoções. A inovação, criada pelo grande Papa Pio XI, consistia em conferir ao membro da Ação Católica uma participação e uma colaboração no próprio mandato da hierarquia. Essa nova categoria do leigo resultava de uma verdadeira delegação do bispo, para uma atuação desses leigos na Diocese.¹¹⁵

Em São Paulo, o primeiro núcleo da JUC (Juventude Universitária Católica) foi organizado em 1937 com um grupo de antigos Congregados Marianos com incentivo do Bispo Auxiliar D. José Gaspar: “fiz parte desse grupo fundador da JUC, prestando o compromisso, no início de 1937, perante D. José Gaspar”. Foi essa experiência que conferiu a D. Padin a “dimensão apostólica voltada para a necessária transformação social”.¹¹⁶

Já no início dos anos 1950, como sacerdote beneditino, D. Padin foi convidado pelo Cardeal Carlos Carmelo Motta a fazer uma experiência nova: a formação de um grupo de diplomados que já tinham passado pela JUC. Reuniu um grupo que se encontrava semanalmente. A organização foi denominada de Liga Universitária Católica (LUC). Aos poucos, o grupo foi aumentando e ao solicitarem um curso de Teologia para leigos a D. Padin, este, inspirando-se nas famosas Semanas dos Intelectuais Católicos da França, organizou a I Semana de Intelectuais

¹¹⁴ PADIN, Cândido. **Dom Cândido Padin, OSB**: itinerário de uma vida. Bauru: EDUSC, 2002. passim.

¹¹⁵ Ibid., p. 52.

¹¹⁶ Ibid., p. 53.

Católicos em 1951. Contou com a participação do assistente nacional da Ação Católica, D. Helder Câmara. A semana de estudos se repetiu em 1953.¹¹⁷

Depois de um período em que acumulou diversas funções no mosteiro e fora dele como professor e como presidente da AEC participando junto aos deputados no Rio de Janeiro nas comissões que discutiam a LDB, em junho de 1962 foi surpreendido com sua eleição para o episcopado. Relutou por uns dias, mas acabou por aceitar o desafio. Por indicação do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, foi escolhido para a missão de substituir a D. Helder Câmara como Bispo auxiliar de D. Jaime e Assessor Nacional da Ação Católica. D. Helder tinha sofrido desgastes e perdido a confiança perante muitos bispos pelo posicionamento doutrinário esquerdizante tomado pela JUC.

Diante do Núncio D. Lombardi, tentou argumentar que ele não seria o melhor para ocupar a função:

“receio que meu temperamento não seja adequado para lidar com a juventude da Ação Católica, pois muitas vezes sou bastante exigente com a observância dos princípios e determinações”. Queria referir-me à críticas que estavam sendo feitas ao que se considerava *desvios* de certos setores jovens da Ação Católica. D. Lombardi respondeu-me que tais aspectos haviam sido apontados e avaliados no processo de indicação.¹¹⁸

Portanto, coube a D. Padin aceitar ou não sua indicação ao episcopado. Três dias depois, enviou telegrama respondendo sim à designação feita pelo Papa João XXIII. A compreensão de Igreja de D. Padin pode ser sintetizada no lema escolhido: *Veritatem in caritate* - A Verdade na Caridade. Para D. Padin, a proclamação do Evangelho deveria ser feita “por meio do amor fraterno e não por uma imposição autoritária. Essa inspiração serviu-me muito na missão de bispo, procurando respeitar a índole de cada um e a capacidade de assimilar o conteúdo da verdade”.¹¹⁹

Ao recordar o fato da consagração e a missão para a qual tinha sido convocado, D. Padin enfatizou o significado de ter sido eleito pelo carismático Papa João XXIII. Ainda mais oportuno e significativo pela

perspectiva de ter de rever a caminhada da Igreja, para adequá-la às exigências dos tempos modernos. Missão que se identificava com o chamado que tive para participar da Ação Católica. Na verdade,

¹¹⁷ PADIN, 2002, p. 99-100.

¹¹⁸ PADIN, 2002, p.134. (grifado no original)

¹¹⁹ Ibid., p. 138.

minha juventude, como cristão, foi marcada pela participação em três manifestações renovadoras: Ação Católica, movimento bíblico e movimento litúrgico, sempre estimulado por uma presença beneditina.¹²⁰

D. Padin assumiu a função de assessor da Ação Católica em momento dos mais críticos e, por isso, viu-se diante de uma espinhosa missão. Entretanto, adquiriu uma visão não só abrangente da Igreja brasileira como pôde conhecer nas diversas regiões a realidade social e econômica do Brasil. De início, segundo D. Padin,

aos poucos, fui conhecendo os leigos das várias equipes procedentes de todas as regiões do país. Gente de muito valor e com boa experiência de atuação apostólica. Ao mesmo tempo, percebia-se sua atualização quanto à capacidade de análise da realidade social brasileira. Por isso mesmo, eram exigentes na tomada de posição da Igreja, diante das situações de carência com que vivia grande parte da população. O contato com os Assistentes Eclesiásticos das equipes revelou outro aspecto da realidade eclesial. Eram sacerdotes liberados por seus Bispos ou Superiores Religiosos, dedicando-se totalmente à formação espiritual e à animação apostólica dos membros das equipes, que eles acompanhavam nas viagens pelas regiões, orientando encontros de militantes de seu setor. Lamentavelmente, poucas vezes contavam com o interesse e estímulo de seu Bispo ou Superior para seu trabalho nas Dioceses.¹²¹

Das duas intervenções de D. Padin no Concílio, é oportuno mencionar sua concepção do “apostolado dos leigos” junto aos bispos em suas dioceses. D. Padin ao dirigir-se ao plenário do Vaticano II, quis “chamar a atenção para a íntima comunhão que deve haver entre a missão do fiel cristão na Igreja e a missão dos bispos, sucessores dos apóstolos e Pastores que conduzem o rebanho de Cristo”.¹²² Essa posição estava diretamente vinculada à concepção de Igreja como povo de Deus que D. Padin procurou traduzir na prática pastoral nas dioceses que dirigiu. O texto enfatizou a inexistência de separatividade entre a missão da hierarquia e a dos leigos. Para D. Padin a Igreja tinha uma missão de engajamento político para a transformação da sociedade capitalista.

No final do Concílio, em 1965, D. Padin foi convidado a ocupar a Presidência do Departamento de Educação do CELAM. Destacou-se ao discutir a implantação

¹²⁰ PADIN, 2002, p. 140.

¹²¹ Ibid., p. 143-144.

¹²² Ibid., p. 151. A intervenção de D. Padin também ensejou a redação do n. 37 da *Lumen Gentium*: “Manifestem (os leigos) aos pastores suas necessidades e seus desejos, com aquela liberdade e confiança que convém a filhos de Deus e irmãos em Cristo. Segundo sua ciência, competência e habilidade, têm o direito e, por vezes, até o dever de exprimir sua opinião sobre as coisas que se relacionam com o bem da Igreja”. (LG, 37).

do planejamento educacional nas escolas católicas. Apesar do apoio de diversos setores, não deixou de sofrer fortes críticas:

alguns poucos chegaram a acusar-nos de influências “marxistas”! Tratava-se de um mero preconceito oriundo de uma estreita mentalidade anticomunista da época da Guerra Fria. A simples palavra planejamento era associada ao sistema de economia planejada, dos Planos Quinquenais da União Soviética. Ignoravam, portanto, os sentidos pedagógico e técnico de uma escola planejada, cujo processo educativo é conduzido com a participação de todos os integrantes da escola, inclusive os pais dos alunos, e levando em conta sua integração na problemática social da época. Só assim se evitará o predomínio de um processo autoritário e a caracterização da escola como uma ilha na sociedade.¹²³

Ao final do Concílio, D. Padin celebrou o clima de renovação e a euforia de poder vivenciar aquele momento único. Com os documentos conciliares,

a Igreja desfazia-se das crostas de um falso envelhecimento criado pela associação espúria com as ilusórias vantagens dos poderes temporais. Firmava-se em nós a esperança de que nunca mais as deformações do aburguesamento viessem desfigurar a imagem da Esposa incorrupta do Cristo. Imagem, porém, marcada pelas cicatrizes da cruz e do martírio.¹²⁴

Essa nova Igreja que se propôs dissociar do poder entrou em conflito com o governo militar no Brasil a partir de 1964, justamente quando, no Vaticano II, foram criadas as condições para a construção de uma Igreja autenticamente evangélica devotada para os excluídos do sistema econômico e social vigente. Os primeiros a serem perseguidos pelo regime militar foram os militantes da Ação Católica pela sua atuação no campo da política. D. Padin, em função de não se poder mais se organizar e nem se reunir sem ser vigiado e perseguido, preferiu abandonar o sistema de organização nacional, renunciando à sua função de assessor nacional da Ação Católica, indicando que seria mais prudente organizar-se separadamente por cada especialidade.¹²⁵

Como bispo sem função, solicitou ao núncio uma diocese onde pudesse trabalhar com o povo. Assim, em fevereiro de 1966 tomou posse como bispo da diocese de Lorena onde permaneceu até meados de 1970. Lá, “a mentalidade predominante tanto na população quanto no clero, era bastante conservadora, concentrada nas práticas das devoções”, segundo D. Padin.¹²⁶ Iniciou, então, um

¹²³ PADIN, 2002, p. 166.

¹²⁴ Ibid., p. 167.

¹²⁵ Ibid., p. 168.

¹²⁶ Ibid., p. 169.

trabalho de divulgação e estudo dos documentos do Concílio, primeiro entre o clero e, depois, junto aos leigos.

Nesse período, D. Padin continuou seu trabalho nos altos escalões da CNBB e desenvolveu estudos muito pertinentes, na época, sobre a ideologia da segurança nacional. Nestes, traçou um paralelo mostrando a incompatibilidade entre a doutrina católica contida nos documentos da Igreja e as ideias que justificavam o estado de exceção mantido pelos governos militares.¹²⁷

D. Padin participou ativamente da preparação e da própria Conferência de Medellín, em agosto de 1968, como presidente do Departamento de Educação do CELAM. Participou da elaboração tanto do texto base quanto do texto final no que se refere à educação o qual focalizou a necessidade de a Igreja empreender uma educação libertadora. A partir de Medellín, afirma D. Padin,

pude sentir de perto as diferenças de mentalidade e de estilo pastoral em relação ao episcopado brasileiro. É bem verdade que essas diferenças eram condicionadas também pela diversidade das composições étnicas de cada povo e pelos embates históricos vividos. [...] Descortinava-se uma nova fase da Igreja comprometida com as angústias dos homens e das mulheres da sociedade contemporânea, mas trazendo-lhes novas esperanças pela face profética do Evangelho de Cristo.¹²⁸

Porém, se o bispo voltava com novo ânimo para sua diocese, lá encontrou uma cidade que continuava no seu ritmo de sempre sem perceber o que ocorria na Igreja. Os seus sacerdotes, nem pelos jornais tinham acompanhado a nova efervescência que tomava conta da Igreja. No ano seguinte, 1969, D. Padin organizou encontros para difundir o texto de Medellín com a ajuda da Faculdade de Filosofia e das irmãs Salesianas. E continuou a difundir Medellín também para o Brasil inteiro.

Neste clima de revisão da missão da Igreja e com aquele plano em mente, em abril de 1970 foi transferido para a Diocese de Bauru. Afirmara ao núncio estar satisfeito em Lorena, mas como religioso estaria disponível a servir a Igreja aonde fosse enviado. Como tinha um planejamento de ação pastoral a ser desenvolvido até o meio do ano, pediu para permanecer em Lorena por mais alguns meses. Tomou posse em Bauru a 2 de agosto de 1970. Segundo D. Padin, sua nomeação

causou uma certa inquietação nos meios sociais de Bauru,

¹²⁷ PADIN, 2002, p. 173-179.

¹²⁸ Ibid., p. 188.

especialmente entre os elementos simpatizantes do grupo conhecido como CCC (Comando de Caça aos Comunistas). A inquietação permaneceu latente, não tendo qualquer manifestação pública. Tive conhecimento disso, porém, só mais tarde. Na verdade, não tinha maior conhecimento da situação de Bauru.¹²⁹

No dia da posse, em sua alocução, D. Padin expôs praticamente seu programa pastoral a ser executado como novo bispo da diocese. Centrou seu discurso

no conceito de Igreja e de Diocese firmado pelo Concílio Vaticano II, acentuando a participação de todos os membros da Igreja na missão comum de anunciar e propagar a vivência do Evangelho de Jesus Cristo em toda a sociedade. Não apenas os Bispos, o clero, os religiosos, mas todos os leigos são responsáveis por essa missão. Um anúncio que não seja meramente teórico ou uma declamação de citações de textos evangélicos. A proclamação da Palavra de Deus deve gerar um compromisso de promover plena vida participada por todos, principalmente pelos mais pobres e esquecidos. As exigências do Evangelho devem levar a uma revisão do conceito de desenvolvimento, que não pode ser reduzido ao aumento dos resultados econômicos, mas deve ser um desenvolvimento integral que atenda às necessidades humanas e sociais de toda a população, especialmente das periferias. É nessa direção que o Concílio pede uma revisão da pastoral da Igreja pela ação de todos os cristãos.¹³⁰

Depois de empossado, ao novo Bispo de Bauru não restava alternativa do que começar o trabalho e repetir o mesmo plano desenvolvido em Lorena: divulgar as conclusões do Concílio e de Medellín. Segundo D. Padin,

uma rápida sondagem entre o clero não foi muito consoladora. Apenas alguns Padres conheciam e procuravam aplicar essas orientações. O mesmo ocorria com os subsídios elaborados pela CNBB. Nem faltou a manifestação explícita de dois Padres, recusando-se a seguir o Concílio. A esses concedi a liberdade e a licença para se retirarem da Diocese.¹³¹

D. Padin fez uma reunião com o clero e declarou que desejava ouvir a opinião dos sacerdotes sobre o desenvolvimento da pastoral na diocese. Nessa reunião, indagou sobre uma pesquisa que a CNBB tinha feito junto ao clero de todas as dioceses do Brasil sobre a situação do próprio clero e da pastoral. Para espanto do bispo, os padres não tinham recebido a pesquisa:

indo à Cúria, após a reunião, descobri num armário os pacotes ainda fechados com os volumes enviados pela CNBB. Só então

¹²⁹ PADIN, 2002, p. 193. Ao deixar Lorena, D. Padin demonstrou satisfação pelo seu primeiro trabalho como bispo e declarou: “Não chegamos, porém, a uma formação mais ampla do laicato para uma ação social transformadora, pois exigiria mais longo tempo de preparação”. Ibid., p. 195.

¹³⁰ Ibid., p. 196.

¹³¹ Ibid., p. 198.

compreendi por que o clero estava tão pouco sensibilizado pelo processo de revisão recomendado pelo Concílio. Fiz remeter a todos os Padres os referidos volumes, analisando o resultado do inquérito em outra reunião.¹³²

Uma das mudanças que o novo bispo propôs foi a alteração do sistema de espórtulas (cobrança de taxas para a celebração dos sacramentos e da missa) pelo sistema do dízimo, no qual cada fiel faz uma contribuição voluntária mensal para manutenção dos serviços religiosos. Encontrou resistência entre os Padres que afirmaram ser difícil mudar a mentalidade do povo. Porém, segundo D. Padin,

logo percebi que as dificuldades para o processo de avaliação pastoral não residiam apenas nos fiéis, mas também no clero, quanto ao próprio conceito de Igreja. Alguns Padres, porém, acreditaram na possibilidade de um trabalho nesta direção. Com eles, foi possível estudar e preparar algumas medidas, sabendo que a caminhada seria longa.¹³³

O estilo de governo de D. Cândido Padin, bispo de acordo com o Vaticano II, como demonstram sua atividade e conceito de Igreja expresso, pode ser observado mesmo a partir de documentos formais como uma provisão de vigário para uma determinada paróquia. Assim, em lugar de enfatizar a submissão e obediência a Roma, prioriza a relação de “comunhão”. O ato em apreço era instituído “pelo vínculo de comunhão e obediência que mantém com o vigário de Jesus Cristo”. A designação do sacerdote para as funções de vigário não ocorria por uma determinação divina e romana e que se deveria prestar conta somente a Deus, mas em primeiro lugar “fazemos saber ao **povo de Deus** que compõe a paróquia da Catedral [...] que **após madura reflexão e consulta**”,¹³⁴ era realizada a nomeação do vigário.

A responsabilidade pela paróquia não se reduzia apenas ao vigário:

recebam todos os paroquianos o seu vigário como ministro de Jesus Cristo e enviado nosso, assumindo com ele a responsabilidade comum da missão de salvação do mundo que Deus nos confiou por Jesus Cristo. Assim, todos juntos, Pastor e fiéis, se esforçarão por formar uma paróquia viva onde cada um exerça a parte de responsabilidade que lhe cabe seguindo as normas e orientações do Concílio Vaticano II e II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, reunidos em Medellín no ano de 1968.¹³⁵

¹³² PADIN, 2002, p. 198.

¹³³ Ibid., p. 200. Para este estudo interessar traçar esse início da atividade de D. Padin em Bauru para comprovar o argumento de que o Concílio começou a chegar, realmente, na Diocese de Bauru, somente depois de sua posse. O sistema comunitário do dízimo para substituir as espórtulas tinha sido proposto já pelo Padre Koop em 1963 no projeto pastoral diocesano por ele elaborado. Cf. cap. 3.

¹³⁴ Livro Tombo Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 175v, 10 out.1970. **Arquivo da Paróquia.**

¹³⁵ Ibid., f. 167, 29 jun.1969.

As antigas funções do sacerdote de administrar a paróquia de acordo com o Código de Direito Canônico, como provedora de bens espirituais e administração do patrimônio da Igreja, foram substituídas pelas novas atribuições conferidas pelo Vaticano II:

as funções essenciais do pastor, de anunciar a palavra de Deus, santificar a convivência dos fiéis pela celebração da Sagrada liturgia [...] e dirigir a comunidade cristã para o exercício ordenado da caridade entre todos, seriam impossíveis ou incompletas **sem a adesão e a participação organizada dos leigos**. Cuide, portanto, o vigário de incentivar os leigos a **formarem as pequenas comunidades de base**, por vínculos de vizinhança ou de convivência em ambientes comuns, que ajudarão a todos ao exercício da **reflexão evangélica e da verdadeira fraternidade cristã**. Assim, de acordo com as orientações da Conferência de Medellín, a paróquia será “um conjunto pastoral, vivificador e unificador das comunidades de base para congregar, num todo as diversas diferenças humanas que encontre e inseri-las na universalidade da Igreja”.¹³⁶

A pastoral diocesana, com a chegada de D. Padin, ganhou nova vida e dinamismo, apesar da resistência por grande parte do clero e de leigos. Dos relatos deixados pelo Padre Ivo Martinelli nos dois primeiros anos de atividade pastoral na catedral de Bauru, pode-se verificar as inúmeras reuniões, treinamentos para a formação de liderança clerical e leiga e participação em eventos de outras dioceses. Essa troca de experiências dificultada nos tempos de D. Zioni resultava na criação de uma mentalidade de pastoral de conjunto e não da visão da Diocese como se fosse um feudo.

Dois meses depois de sua posse, D. Padin organizou uma “Semana de Estudos e Planejamento Pastoral da Diocese de Bauru”, de 19 a 24/10/1970 para o clero e religiosas. D. Padin trouxe dois sacerdotes de fora que tinham já alguma experiência para orientar os estudos e foi realizada em regime de internato no Seminário Franciscano de Agudos.¹³⁷ Segundo D. Cândido, “para muitos era a primeira vez que se dedicavam a um estudo sistematizado dos documentos

¹³⁶ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 176, 10 out. 1970. **Arquivo da Paróquia**. Enfim, a renovação paroquial iniciada ainda anos 50, fomentada pelo Plano de Emergência em 1962, consolidada pelo Vaticano II (1962-1965) foi finalmente trazida a Bauru no final do ano de 1970. Entretanto, entre a introdução do discurso e efetivação de uma prática renovada o caminho seria longo e tortuoso em função da resistência do clero e dos fiéis. Essas bases da Igreja renovada já tinham sido propostas pelo então Padre Pedro Paulo Koop em 1963 quando da preparação da diocese de Bauru. Cf. cap. 4. Entretanto, o movimento de renovação paróquia provinha dos anos 1950. Cf. cap. 2.

¹³⁷ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 177, 25 out. 1970. **Arquivo da Paróquia**.

conciliares”.¹³⁸

Até o final daquele ano, várias reuniões se sucederam: 4/11: reunião dos coordenadores de pastoral; 17/11: reunião do Regional I em São Paulo, da qual participaram D. Padin e Padre Ivo; dia 7/12: reunião do clero; 14/12: reunião dos consultores diocesanos; 17 e 18/12: Encontro em Lins dos bispos e coordenadores de pastoral diocesana das Dioceses de: Lins, Marília, Bauru, Santos e Jales.¹³⁹ Estas eram as dioceses da região cujos Bispos tinham despertado de forma colegiada para a pastoral de conjunto já prevista no Plano de Emergência de 1962.¹⁴⁰

Praticamente, o novo bispo de Bauru iniciou quase todas as atividades pastorais a partir do ponto zero. Havia pouco ou quase nada que se pudesse dar continuidade. O maior desafio estava na mentalidade tradicionalista existente que precisava ser modificada: tanto a dos leigos quanto a dos sacerdotes.

A introdução de ministérios leigos possibilitados pelo Vaticano II foi oficialmente implantada a partir de novembro 1971, em Bauru, com grande júbilo dos que ansiavam por uma Igreja-povo, e como grande escândalo para aqueles adeptos da Igreja tradicional. Essa iniciativa de D. Padin se fez realizar provocando reações favoráveis e resistências dos tradicionalistas em receber a eucaristia das mãos de “ministros extraordinários da eucaristia”, especialmente preparados para essa função.

No livro tombo da Paróquia de Santa Terezinha de Bauru, lê-se:

numa tentativa de integrar os leigos em novos ministérios eclesiais, na diocese de Bauru, pela primeira vez, após seis meses de preparação intensa, o bispo diocesano D. Cândido concedeu a faculdade de exercer a função de ministros extraordinários da eucaristia a um grupo de 6 mulheres e 12 homens. [...] Houve grande repercussão por parte da imprensa local, inclusive com forte oposição. Oposição essa que se fez sentir, quando muitos cristãos jovens e idosos, não aceitaram receber a comunhão em mãos de leigos, nem a celebração da palavra. A maioria, no entanto, recebeu

¹³⁸ PADIN, Cândido. Caminhada da pastoral da diocese de Bauru. In: **Cadernos diocesanos**: 25 anos de pastoral. Bauru, 1991, n. 1. p. 19. D. Padin insistiu junto ao clero para mostrar como deveria ser a nova missão do bispo colocada pelo Vaticano II. Muitos padres e leigos ficavam enciumados com as constantes ausências do bispo para cumprir seus compromissos junto aos órgãos nacionais e internacionais e no atendimento para pregar retiros e fazer palestras. Assim, junto ao clero argumentou que agia “como Bispo da Igreja e não apenas de sua Diocese, sentido-se participante da missão universal da Igreja. Não deviam estranhar, portanto, as viagens para atender às outras solicitações pastorais, sem omitir as responsabilidades diocesanas. Aos poucos, modificava-se a mentalidade predominante antes do Concílio, que conservava um zelo ciumento do Bispo diocesano, de modo a evitar qualquer presença estranha na Diocese. É claro que essas presenças deverão ocorrer com toda discrição e respeito, até por uma norma de boa educação”. PADIN, 2002, p. 200.

¹³⁹ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 177 e v, out./dez 1970. **Arquivo da Paróquia**.

¹⁴⁰ Cf. cap. 4.

com muito entusiasmo a iniciativa, especialmente para atendimento de doentes e celebrações da palavra tanto na matriz quanto em outros setores da diocese.¹⁴¹

O estilo de governar do bispo, de acordo com o Vaticano II, transparece também no novo formato das visitas pastorais realizadas nas paróquias. D. Padin passou a organizar

sua visita pastoral nas várias paróquias num estilo novo, de mais contato informal com os grupos que lideram o movimento paroquial ficando o contato geral com o povo, nas missas de domingo. Esta primeira experiência no novo estilo de visita pastoral me parece muito bem aceitável, pois **transparece mais a missão do bispo como pastor, orientador, estímulo e ponto de união.**¹⁴²

A opção pastoral de D. Padin de aproximar-se do povo, especialmente dos pobres, deixou enciumada a classe média, a qual por longos anos, tinha tido a preferência da Igreja e tinha conduzido as atividades pastorais junto ao bispo anterior e ao clero. O próprio D. Padin relatou a esse respeito que:

aliás, uns quatro ou cinco anos após a minha chegada aqui, eu comecei a divulgar os documentos da Igreja. Um grupo aqui da [paróquia] Nossa Senhora de Fátima veio se queixar comigo: -“O senhor agora está se ocupando com os pobres, com os da periferia, o Sr. nos abandonou!”. Eu falei: “Não. Se vocês quiserem ouvir as coisas que eu falo para eles marque um dia em qualquer das casas de vocês, que eu vou lá. Mas desde que vocês queiram. Estejam dispostos a ouvir”. Me convidaram. Fui à casa de um deles, aí bem na Nossa senhora de Fátima. Tinha lá umas dez ou quinze pessoas mais ou menos. Toda essa nata aí da... e eu li o documento “As exigências cristãs de uma ordem política”, comecei a ler ponto por ponto e ia explicando. Chegou no fim fizeram algumas perguntas, tudo bem, eu fui embora. Nunca mais me convidaram.¹⁴³

Apesar das oposições e contradições, finalmente o espírito do Concílio, acrescido com sua tradução por Medellín à realidade latino-americana, chegava também à Diocese de Bauru. Pessoalmente D. Padin acreditava na autocompreensão da missão da Igreja politicamente engajada. Entretanto, não encontrou na diocese de Bauru nenhuma receptividade por parte do clero e dos leigos. Apenas no final da década de 1970 trouxe para Bauru as Irmãs da

¹⁴¹ Livro Tombo da Paróquia de Santa Terezinha de Bauru. f. 18, 27 nov. 1971. **Arquivo da Paróquia.** A celebração da palavra tinha sido autorizada por D. Zioni apenas para as irmãs religiosas. Com D. Padin os ministros extraordinários da eucaristia tinham a faculdade de fazer a celebração da palavra com distribuição da eucaristia nos lugares e ocasiões onde e quando não havia o padre para celebrar a missa.

¹⁴² Livro Tombo da Paróquia de Santa Terezinha de Bauru. f. 20v, 14 mar. 1972. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁴³ PADIN, Cândido. Entrevista (set. 1995). In: JOANONI NETO, Vitale. **Estudo sobre a comunidade católica da Imaculada Conceição.** 146 f. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Franca, 1996. p. 61. A paróquia Nossa Senhora de Fátima situa-se no Bairro do Estoril, em Bauru, no qual se encontra o m² mais caro da área urbana.

Imaculada Conceição que, com o aval do bispo, realizaram uma experiência de Igreja politicamente engajada em dois bairros periféricos da cidade Bauru por aproximadamente uma década.¹⁴⁴

6.4 D. Pedro Paulo Koop: compromisso com a promoção humana

No dia 4 de setembro de 1964, Padre Pedro Paulo, depois de ter recebido nomeação para tornar-se bispo de Lins, fez o único registro em livro tomo nos doze anos de existência da paróquia na qual exercera a função de vigário. Além de vigário da paróquia, foi o vigário decano de Bauru ao longo de 12 anos (1952-1964). Relatou uma visão panorâmica de sua vida, particularmente em Bauru, onde permaneceu de 1947 a 1964, na comunidade dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, Paróquia de Santa Terezinha.

Naquele relato, expôs, entre outras coisas, uma exclamação: “quanta coisa mudada em Bauru e em minha pessoa”, desde 1947 quando chegara a Bauru. “Fui mandado a Bauru para edificar a Igreja de pedras vivas!”. Com o crescimento populacional de Bauru

de 51 mil em 1947 para 135 mil em 1964 [...] O que fazer? Impunha-se a necessidade de dar a Bauru um bispo residencial. Desde 1956, levantamos a ideia; desde 1958, lutamos pela promoção de Bauru para sede de bispado; em 1960, ela foi prometida; em 1964, instalada. Em seguida deu-se a nomeação deste pobre pároco de Santa Terezinha para Bispo de Lins [...].¹⁴⁵

Reconheceu que a qualidade de sacerdote não o colocava acima dos homens e assumiu com humildade sua sujeição aos limites humano:

peço perdão, pela misericórdia de Jesus Cristo, por todos os erros, ofensas e negligências cometidas ao longo desses anos todos. Às orações de todos, recomendo minha pobre alma antes e depois da minha morte. [...] Deus Nosso Senhor me absolva de meus pecados, guarde, proteja e abençoe a mim e a todos que estiveram confiados aos meus cuidados, supra o que faltou cumprir ao seu frágil vigário e o acompanhe na nova e última fase de vida que ora se inicia como bispo de Lins.¹⁴⁶

Menos de três meses da posse de D. Zioni em Bauru, o padre Pedro Paulo

¹⁴⁴ JOANONI NETO, 1996, passim. Nas duas décadas que permaneceu em Bauru D. Padin ficou conhecido na opinião pública local como o “bispo viajante”. Isto é, como não encontrava interlocutores dentro da diocese, andou pelo mundo fazendo conferências e participando de eventos internacionais da Igreja politicamente engajada.

¹⁴⁵ Livro Tombo da Paróquia de Santa Terezinha de Bauru. f. 9, 4 set. 1964. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁴⁶ Ibid., f. 10, 4 set. 1964.

Koop, MSC, foi eleito bispo da diocese de Lins, limítrofe da diocese de Bauru. Côn. Ramires assim registrou o fato do dia 8 de agosto de 1964:

às 12 horas, explodiu como uma bomba a notícia divulgada pela emissora “9 de julho” de São Paulo, de que o Santo Padre Paulo VI havia escolhido o Revmo. Sr. Padre Pedro Paulo Koop, para bispo residencial de Lins, em substituição ao Exmo. Sr. D. Henrique Gelain que se transferiu para Vacaria, no Sul do país. A paróquia da Catedral presta às 18 horas de hoje festivas homenagens ao exmo. Mons. Pedro Paulo que veio officiar como prelado já, a missa da tarde. Com a catedral toda tomada, o Exmo. Sr. Bispo diocesano, fez o elogio em nome da Diocese de Bauru, do grande batalhador que foi o Padre Pedro Paulo.¹⁴⁷

D. Pedro Paulo tomou posse em Lins a 14 de março de 1965 depois da 3ª sessão conciliar e de uma estada na Europa junto à família e amigos.¹⁴⁸

Uma das bandeiras de luta D. Koop foi a tentativa de obter de Roma a liberação para a ordenação sacerdotal de homens casados. Desde sua participação nas 3ª e 4ª sessões do Vaticano II já vinha defendendo essa solução para a carência de sacerdotes na América Latina. Ao colocar que o bispo D. José Maria Pires tinha feito esta proposta aos bispos latino-americanos reunidos em Medellín, Colômbia, em 1968, em artigo do Diário de Bauru se lê:

também no Brasil, D. Pedro Paulo Koop, bispo de Lins, pediu aos bispos brasileiros, recentemente reunidos no Rio [julho – 1968], uma comissão para estudar, com urgência, a ordenação sacerdotal de homens casados para atenderem às pequenas Comunidades de Base. O pedido de D. Pedro Paulo foi apoiado por um manifesto de 350 padres de vários Estados do País, reivindicando as mesmas reformas, apontadas como decisivas para o desenvolvimento da Igreja.¹⁴⁹

Mons. Ramires, ao receber em sua residência, em Bauru, o antigo colega de sacerdócio, o então bispo de Lins Pedro Paulo Koop, deixou registrada sua impressão sobre o mesmo: “está às voltas com o caso do Padre José Eduardo Augusti que foi processado e condenado a um ano de prisão. Segue os ventos da Holanda e defende até a obsessão a tese do padre casado. É preciso o conselho de Paulo a Timóteo: ‘foge também destes’”.¹⁵⁰

Em junho de 1968, enquanto iniciava-se a crise dos padres de Botucatu, D. Koop dirigia-se à Europa em busca de apoio financeiro para seus projetos de

¹⁴⁷ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 87, 8 ago. 1964. **Arquivo da Paróquia.**

¹⁴⁸ Ibid., f. 105v, 14 mar. 1965.

¹⁴⁹ BISPOS DEFENDEM OS DIREITOS DO POVO. **Diário de Bauru.** Bauru, 20 set. 1968.

¹⁵⁰ Livro Tombo da Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru. f. 175v, 10 out. 1969. **Arquivo da Paróquia.**

promoção humana. O Diário de Bauru noticiou que:

[...] o bispo diocesano de Lins, seguiu para a Europa [...], levando seis projetos integrados de promoção humana, elaborados por técnicos do Instituto Paulista de Promoção Humana, do qual é presidente. Refere-se à educação de base, cooperativismo, comunicação social, piscicultura e zootecnia.¹⁵¹

Assim, na diocese de Lins, vizinha a Bauru e participante da Arquidiocese de Botucatu, o então bispo D. Pedro Paulo Koop devotou todos os seus esforços para levar adiante a implantação de uma pastoral dentro espírito do Vaticano II. Ao mesmo tempo, em Botucatu, se destruía um projeto progressista de Igreja para retornar tradicional pré-conciliar.

¹⁵¹ BISPO DE LINS vai à Europa: recursos para seus projetos. **Diário de Bauru**. Bauru, 23 jun. 1968.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando uma instituição como a Igreja Católica se propõe a fazer uma reforma com vistas a um *aggiornamento*, da profundidade requerida, depois de uma longa jornada de estabilidade firmada sobre os princípios do ultramontanismo conservador, por mais de um século e meio, as consequências daí advindas tornam-se complexas demais, para não dizer impossíveis, para serem previstas ou controladas, pois a tensão dialética foi levada ao extremo pela atitude de resistência da instituição milenar à mudança diante da pressão exercida pelos movimentos internos de renovação e pelas contradições infligidas pela própria evolução da humanidade.

Enquanto a instituição permaneceu com o olhar voltado ao passado medieval, os parâmetros, valores, normas, doutrina, dogmas, filosofia e teologia tomista forneciam a base sobre a qual mantinha seu discurso e suas práticas afinadas e distantes da vida real do povo católico. Para manter aquela estrutura, contou com a formação de um clero padronizado e espiritualizado, em seminários fechados separados da vida social natural, como garantia para o cumprimento da missão da Igreja, entendida como a de salvar as almas expostas aos riscos de um mundo repleto de ciladas armadas para capturar o homem para a perdição.

Enquanto a estrutura eclesiástica do mundo medieval forneceu as bases nas quais se fundou a autocompreensão da Igreja ultramontana: monárquica, hierárquica e canônica, a instituição da Igreja católica se valeu de uma falsa segurança de que a barca de Pedro não poderia sucumbir ante as ameaças das tormentas, supostamente causadas pelos ventos dos tempos modernos. Convenceu-se de que o modelo medieval de sociedade perfeita era aquele desejado pelo divino, isto é, sacralizou e petrificou uma concepção histórica como se fosse eterna, ignorando as mudanças ocorridas na cultura, na filosofia, na ciência e na técnica.

Mais intensamente, a partir da década de 1930, começou a configurar-se uma lenta, mas firme contestação ao conservadorismo ultramontano especialmente em duas vertentes: a Ação Católica e uma produção intelectual de membros do clero e do laicato católico nos campos da filosofia, teologia e da pastoral.

A partir do momento que os leigos foram chamados para agir no mundo e na Igreja, depararam-se com uma doutrina e prática pastoral voltadas para a manutenção do *status quo* da Igreja e da sociedade fixadas em esquemas conceituais e em práticas de há muito superadas pela evolução histórica. Houve

uma espécie de choque entre o que era pregado pela Igreja e a realidade vivida pelos cristãos; constatou-se a existência de um fosso entre a vivência da fé e a vida concreta.

À medida que o movimento de leigos iniciou suas atividades “como um exército organizado” em combate com as outras doutrinas, particularmente o comunismo e o capitalismo, percebeu-se que caminhavam na contramão da história: enquanto aquelas pensavam a construção de um mundo futuro, a Igreja resistia contra o mesmo indicando um caminho oposto àquele indicado pelo mundo moderno.

A partir dessa constatação, estavam criadas as condições para uma elaboração hermenêutica revolucionária oferecida aos cristãos como instrumento para a construção de uma história futura com base na radicalidade evangélica, adotando como pressuposto o princípio da dignidade da pessoa humana e o conceito da construção do Reino de Deus já neste mundo terreno, através da ação política dos cristãos.

A produção de ideias levada a efeito por alguns intelectuais leigos e membros do clero católico possibilitaram uma revisão da missão dos cristãos no mundo, iluminados por uma volta às origens cristãs autênticas. Uma reinterpretação teológica e histórica da missão dos cristãos à luz da caminhada do povo de Deus relatada na Bíblia, possibilitou um volver de olhos da Igreja de um passado nostálgico e estruturado, para a construção da história rumo a um futuro incerto. Em vez de conservar simplesmente uma concepção de fé ancorada numa instituição anacrônica, a missão dos cristãos consistiria no envolvimento concreto para a construção de um mundo futuro idealizado que poderia tornar-se realidade pela atividade organizada dos homens.

Essa realidade futura fora sonhada como a possibilidade de uma nova sociedade construída sobre novos valores éticos, políticos, econômicos, jurídicos e religiosos. Essa construção não seria obra apenas da Providência divina, mas do homem cristão agora incorporado à concepção moderna como o agente da história e como prolongamento dos braços divinos agindo na criação e evolução do mundo. Não um homem propenso à consumação da obra divina circunscrita ao mundo terreno, mas aquele que buscaria a realização plena que se consumaria para além do âmbito do terreno, na transcendência, de acordo com a filosofia da história cristã.

A aceitação da ideia de que o mundo moderno não se constituía em inimigo

da Igreja, mesmo porque era nele que viviam os cristãos e, nele deveriam, como mandava a Ação Católica, construir uma nova sociedade inspirada nas descrições originais da vida comum das primeiras comunidades cristãs, alguns grupos de católicos chegaram a sonhar com um socialismo cristão. Outros cristãos, por não aceitarem os limites impostos pela doutrina e pela hierarquia católica, optaram por outras formas de luta em busca da construção de uma nova sociedade, inclusive a luta armada.

A ideia que conduziria esse processo era a de que o reino de Deus já estaria presente em germe neste mundo histórico. Em outras palavras, em vez de esperar pela outra vida para ser salvo e ser feliz, a missão do cristão consistiria em iniciar a construção do Reino já neste mundo. Ora, esse Reino de Deus só poderia ser construído pela ação do homem utilizando-se de todo o saber científico, técnico, filosófico e revelado (bíblico) que fora desenvolvido pela humanidade, inclusive nos tempos modernos.

Se na Idade Média o homem ocupava um lugar secundário no sistema-mundo submetido aos desígnios da Providência, neste novo modo de pensar o mundo passou a ocupar um lugar central como ponto de reflexão da nova teologia com consequências pastorais incomensuráveis. Ao homem cristão caberia um lugar especial na construção de um futuro melhor abarcado pelo conceito de Reino de Deus e, portanto, inclusive no próprio interior da Igreja.

Internamente, a renovação da Igreja já tinha uma história de décadas de desenvolvimento. No afã de oferecer uma prática sacramental e pastoral e uma espiritualidade mais adequada aos tempos e que fosse mais atraente aos fiéis, alguns grupos de cristãos se organizaram para promover os movimentos litúrgicos e bíblicos, inicialmente. Depois da Segunda Guerra, surgiram os movimentos de renovação paroquial, a organização mais dinâmica da Ação Católica por especialidades, a difusão do Movimento por um Mundo Melhor e a renovação da catequese, entre outros. Se a Igreja desejava exercer sua missão como povo de Deus deveria, então, passar também por profundas transformações de mentalidade, das estruturas administrativas e das políticas internas. Sair de seus castelos e tornar-se povo.

Os meios utilizados pelos militantes católicos para atingir suas finalidades eram justamente os instrumentos criados pelo homem moderno: as ciências sociais; as teorias revolucionárias do marxismo; a organização do clero e dos leigos para

ação conjunta em diversos níveis: comunidades na base, paróquia, diocese e âmbito nacional; o planejamento e racionalização das ações; a proposição de objetivos, avaliação e revisão dos projetos de ação; a utilização dos meios de comunicação social e outros.

Se desde o século XIX a Igreja já tinha elaborado sua Doutrina Social, somente a partir da década de 1950 Ela passou a exercer uma ação efetiva ao se colocar ao lado, pouco a pouco, dos setores mais fragilizados da sociedade como os camponeses, operários e estudantes. Da postura tradicional paternalista em busca da harmonização das classes sociais, passou a admitir, depois das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII, que os agentes da transformação social deveriam ser os próprios integrantes dos movimentos organizados, isto é, a Igreja passou a reconhecer uma relativa autonomia do movimento social.

Dentro do processo de renovação, mereceu um destaque especial a Ação Católica especializada e, dentro dela, a JOC e a JUC. Dos bispos mencionados neste estudo, todos os que se orientaram para a renovação conciliar tinham tido algum tipo de vínculo com a Ação Católica. São os casos de D. Henrique Golland Trindade, D. Cândido Padin, D. Pedro Paulo Koop, D. Romeu Alberti e D. Sílvio Maria Dário.

A partir da iniciativa do Papa João XXIII, ao abrir as portas da Igreja para sua renovação oficial, convocando o Concílio Vaticano II, em janeiro de 1959, estava a oferecer uma resposta positiva a um intenso e organizado movimento de renovação interno e externo à Igreja que se consolidara a partir da década de 1930 e que se fortaleceu mais intensamente depois da Segunda Guerra Mundial.

O cenário de sensação de crise e de impotência das diversas doutrinas políticas, para oferecer uma saída viável para o desenvolvimento histórico da denominada civilização ocidental cristã, criou a possibilidade para a Igreja oferecer ao mundo a Sua Doutrina Social como a redentora de uma humanidade aparentemente sem rumo. Portanto, para poder sonhar com o exercício dessa missão, seria urgente realizar o *aggiornamento* da Igreja para poder dialogar com o mundo e conseguir ser entendida e ouvida não só pelos cristãos, mas por toda a humanidade.

A vitória dos países democráticos na Segunda Guerra e a experiência de violência da própria guerra, sinalizaram para a Igreja que, se quisesse aproximar-se do povo, deveria rever sua estrutura de exercício do poder hierárquico clerical. Para

poder dialogar com outras agremiações religiosas cristãs e não cristãs, seria necessário que o diálogo existisse primeiro dentro dos muros da instituição. Nesse sentido, o Vaticano II viabilizou a valorização do leigo ao atribuir-lhe uma missão própria em face do batismo em lugar de mero auxiliar da hierarquia embora os propósitos do Concílio, em muitos aspectos, nunca tivessem saído do papel.

Por outro lado, era necessário descer dos céus para pisar o mesmo chão em que os homens se encontravam. Em lugar de uma missão exclusivamente sobrenatural, em oposição ao mundo natural que eram interpretados como dois mundos separados e opostos, o espírito da renovação da Igreja viabilizou, como ponto de partida para a vivência da fé e da ação pastoral, o conhecimento da realidade social e econômica concreta de cada Paróquia e de cada Diocese. Tal postura fez com que alguns católicos, clero e leigos, identificassem essa atitude de marxista, pouco sobrenatural e humana demais. Entretanto, a partir do Plano de Emergência da CNBB, de 1962, a ação pastoral da Igreja passou a ser planejada empregando o método criado pela Ação Católica do ver, julgar, agir e rever. Contou também, a partir de então, com o auxílio dos métodos das ciências sociais para o levantamento da realidade social e interpretação de seus dados.

A circunscrição mínima na qual se elabora e executa o planejamento e ação pastoral dentro da igreja universal é a diocese. Deste modo, ao se estudarem as dioceses de Botucatu e de Bauru, verificou-se que o encaminhamento da pastoral dependeu em grande escala do bispo diocesano. Pôde-se constatar que, mesmo em dioceses tão próximas e com uma história anterior em comum, a organização da pastoral tomou um formato próprio de acordo com a orientação da autocompreensão da Igreja de cada bispo em seu período de governo.

Por outro lado, evidenciou-se que o bispo, para estabelecer sua orientação não dependeu apenas de si: há de se ter um clero que aceitasse sua orientação. O caso de Botucatu, com a reação do clero ante a nomeação de D. Zioni, bem o demonstrou. Quando o clero diocesano possui coesão interna e uma autocompreensão da Igreja unificada e não houver a contrapartida do bispo, torna-se inviável a convivência. O caso de Bauru, com a vinda de D. Padin, mostrou o inverso: um bispo politicamente engajado não pôde contar com a colaboração de um clero que era, em sua maioria, conservador. Toda experiência e vontade para promover a renovação em Bauru foram insuficientes diante da inércia do clero. Sintomático que dois deles deixaram a diocese com a chegada de D. Padin, por não

aceitarem as inovações do Vaticano II. Anteriormente, tinham convivido em harmonia com D. Zioni.

A formação de diversas autocompreensões de Igreja e sua coexistência, em alguns momentos, foi possível graças ao processo de transição entre dois períodos bem definidos na história da Igreja: antes e depois do Vaticano II. De fato, deve-se considerar não somente os anos do Concílio (1962-1965), mas todo o movimento de mudança da Igreja que vinha se desenvolvendo desde o início da década de 1950, bem como as discussões em torno dos textos e sua efetiva aplicação nos anos que seguiram ao seu encerramento, até 1969, quando Roma passou a frear e vigiar as experiências de Igreja concretizadas em nome do Concílio. Rigorosamente, o Vaticano II nunca chegou a ser totalmente aplicado até os dias de hoje, em termos de Igreja católica.

O termo utilizado “abertura” da Igreja ao mundo moderno, efetivada pelo Vaticano II, permite refletir que, ao “abrir-se”, a Igreja criou condições para que os “ventos novos” trouxessem inúmeras possibilidades de criação, recriação, até “refundação” da Igreja na América Latina, para usar expressão do Papa Paulo VI. Quem se dispõe a inventar, criar, mesmo que saiba o que deseja produzir, jamais poderá controlar totalmente a possibilidade de extrapolar os limites desejados. Pois a inventividade humana e os fatores históricos podem conduzir para rumos não previstos e resultar por criar o que não tinha imaginado inicialmente. Nas devidas proporções foi o que aconteceu com a Igreja no pós Vaticano II: havia tanta energia estancada por séculos de controle que, quando liberada, emergiu com força incontrolável e inaceitável pela alta hierarquia. Por isso o movimento de renovação necessitou ser revisto e abrandado. O caso de Botucatu bem o revelou.

Por outro lado, ao propor que a edificação da vida eclesial deveria partir da realidade concreta da vida do povo, se for considerada a diversidade das realidades, mesmo se se restringir ao exemplo do Brasil, pode-se imaginar a diversidade de autocompreensões que poderiam surgir. A princípio, não se trataria de dividir a Igreja, como muitos imaginaram, mas de realizar a missão da salvação do homem assumindo tarefas diferentes de acordo com o universo social, econômico e político em que estaria situada.

Enquanto a Igreja das dioceses estudadas adotou a autocompreensão social cristã na década de 1950, quando passou a desvelar a existência da desigualdade e da injustiça social e se aliou ao governo em seus projetos desenvolvimentistas, não

causou nenhum desconforto nem para os cristãos nem para o governo nem para as elites, já que Sua ação não tinha nenhuma conotação radical ou marxista. Embora esse tipo de Igreja não incentivasse a politização dos cristãos, a reflexão e a ação em torno das questões sociais resultaram por inserir os cristãos no campo da política.

No início dos anos 1960, a Igreja local passou a apoiar o movimento popular engajando-se no processo de luta pela transformação social, pois tomou consciência de que o desenvolvimentismo não era suficiente para melhorar as condições de vida da maioria. Ela engajou-se na luta pelas reformas de base, no movimento sindical, apoiou as greves, quando considerada por motivo justo, iniciou o processo de formação de comunidades nas bases paroquiais e abandonou os projetos sociais assistencialistas (Cruzada Pastores de Belém, COB). Esse engajamento da Igreja junto ao movimento popular lhe granjeou a pecha de comunista atribuída ao clero e leigos engajados na luta pela transformação social.

Contraditoriamente, na região estudada, a autocompreensão da Igreja conservadora ressurgiu em pleno Vaticano II, no governo de D. Zioni, na diocese de Bauru, entre 1964 e 1969. O planejamento da nova diocese elaborado pelo Padre Pedro Paulo Koop, de acordo com a concepção da Igreja socialmente engajada, foi abandonado e, em seu lugar, optou-se por uma pastoral centralizada na pessoa do bispo o qual impôs de forma autoritária sua autocompreensão de Igreja.

No mesmo período, na vizinha arquidiocese de Botucatu, protagonizada por um grupo de jovens padres, construía-se a autocompreensão da Igreja politicamente engajada. Enquanto em Bauru, a Igreja se aliava ao regime militar e se esquivava do movimento popular e da luta pela democracia, em Botucatu, a opção da Igreja pelos operários, camponeses, estudantes e pelos habitantes das periferias urbanas levou a um confronto interno entre os sacerdotes e os bispos de um lado, e, por outro, entre a Igreja e as elites sociais locais que não admitiam uma Igreja comprometida com as classes subalternas, depois de uma longa história de parceria com as classes dominantes conservadoras. Essa experiência reafirmou a tese da transição do catolicismo na qual emergiram uma série de dilemas, conflitos, avanços e retrocessos que permitiram a formação de diversas autocompreensões da Igreja ante as incertezas e possibilidades de como a Igreja deveria exercer sua missão no mundo.

A transição do catolicismo entre aquele anterior e o posterior ao Vaticano II se

deu, portanto, em meio ao confronto de diversas autocompreensões da Igreja. O nascimento de uma Igreja renovada ocorreu por meio de um parto doloroso em meio a contradições, dilemas, conflitos, avanços e recuos. Para a alta hierarquia, algumas interpretações do Vaticano II e diversas experiências levadas a efeito, no imediato pós-Concílio, pareciam atingir um limite tão extremo que não poderia ser aceito pela Cúria Romana. Esta, ao exercer o poder de nomear e remover bispos de suas cátedras, passou a se utilizar deste instrumento para moderar as reformas e as mudanças: acalmar bispos mais radicais e introduzir o Vaticano II lá onde não tinha chegado, segundo os critérios da hierarquia romana. Conforme mostra a história posterior, a alta hierarquia preferiu se fiar em grande medida no conservadorismo do que na autêntica aliança da Igreja com a libertação do povo oprimido, embora tivesse até um discurso oficial nesta linha. Mas este é assunto para outra pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO CATOLICO. **Agencia Eclésia**. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/anuario/ficha_instituicao.asp?instituicaoid=6>. Acesso em: 29 jan. 2009.

APOSTOLICAM ACTUOSITATEM, (decreto conciliar). In: COMPENDIO DO VATICANO II: constituições, decretos e declarações. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 527-564.

AUBERT, Roger. **Nova história da igreja**. Petrópolis: Vozes, 1975, v. 1. p. 181- 197.

AZZI, Riolando. **Ascensão ou decadência da Igreja**. São Paulo: Edameris, 1962, p. 286-287.

AZZI, Riolando. A teologia no Brasil: considerações históricas. In: PELAES, Augustin Churruca. **História da teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.

AZZI, Riolando. O episcopado brasileiro frente à Revolução de 1930. **Síntese**, São Paulo, Loyola, n.12, p. 47-78, 1977.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOTTE, Bernard. **O movimento litúrgico**. São Paulo: Paulinas, 1978.

BRASIL: nunca mais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BRUNEAU, Thomas. **Religião e politização no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1979.

CAMARGO, Antonio Benedito Marangone. **Região de Bauru: uma área de recuperação demográfica**. São Paulo: SEADE, 1982.

CHARDIN, Pierre Teilhard de. **O fenômeno humano**. 3. ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1970.

_____. **Mundo, homem e Deus**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.

CAUCHARD, Paul. **O homem em Teilhard de Chardin**. 2. ed. São Paulo: Herder, 1965.

CNBB: Regional Sul 1. Introdução a uma pastoral de conjunto. **A Fé**, Bauru, p. 3, 11 out. 1962.

CNBB. **Diretrizes gerais da ação pastoral da igreja no Brasil, 1975-1978**. São Paulo: Paulinas, 1975.

- COLLINS, Francis S. **A linguagem de Deus**. 2. ed. São Paulo: Gente, 2007.
- COMBLIN, José. **Mitos e realidades da secularização**. São Paulo: Herder, 1970.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- COMISSÃO CENTRAL DA CNBB. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. In: CNBB. **Pastoral da terra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 120-127.
- CUNNINGHAM, Adrian; EAGLETON, Terry. Os cristãos contra o capitalismo. In: CUNNINGHAM, Adrian et al. **Os católicos e a esquerda**. Lisboa/São Paulo: Moraes Editores, 1968. p. 41-61.
- DALE, Romeu. **A Ação Católica brasileira**. São Paulo: Loyola, 1985.
- DECLARAÇÃO DOS ARCEBISPOS e bispos presentes à reunião das províncias eclesiais de São Paulo. In: CNBB. **Pastoral da terra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas:1977. p. 103-112.
- DESCHAND, Desidério. **A situação atual da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.
- ENGELKE, Inocêncio. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. In: CNBB. **Pastoral da Terra**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 43-53.
- FIERRO, Alfredo. **O Evangelho beligerante**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- FRANCA, Leonel. **A crise do mundo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- GARRONE, Monsenhor. **Ação Católica**: sua história, sua doutrina, seu panorama, seu destino. São Paulo: Flamboyant, 1960.
- GAUDIUM ET SPES. In: Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 143-256.
- GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- HENRY, A. M. **Simone de Beauvoir ou o malogro de uma cristandade**. São Paulo: Dominus, 1963. (tradução da 8ª edição Francesa de 1961)
- HOUTART, François. **A undécima hora**. São Paulo: Herder, 1969.
- ISNARD, Clemente José Carlos. O movimento litúrgico no Brasil. In: BOTTE, Bernard. **O movimento litúrgico**. São Paulo: Paulinas, 1978.
- JOANONI NETO, Vitale. **Estudo sobre a comunidade católica da Imaculada Conceição**. 146 f. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e

sociais, Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1996.

JOSAPHAT, Carlos. **O evangelho e a revolução social**. São Paulo: Duas Cidades, 1962.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KUNG, Hans. O Papa comete um erro após o outro. **Isto É**, São Paulo, ano 32, n. 2049, p. 6-1118 fev. 2009.

LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo: Loyola, 2005.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Ontologia e história**. São Paulo: duas Cidades, 1968.

LOMBARDI, Ricardo. **Pio XII por um mundo melhor**. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1958.

_____. **La Hora del Concílio**. Salamanca: Gráficas Marsiega, 1961.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia urbana: imagens e representações: Bauru (1950-1980)**. 450 f. 2000. Tese (doutorado). FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

LUBAC, Henri de. **Blondel e Teilhard de Chardin**. Lisboa: Moraes editores, 1968.

LUMEN GENTIUM (constituição dogmática). In: COMPENDIO DO VATICANO II: constituições, decretos e declarações. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 39-113.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Igreja e política no Brasil: do partido católico à LEC (1874- 1945)**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANOEL, Ivan A. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980): notas prévias para uma pesquisa. **Estudos de História**. Franca, UNESP, v.7, n.1, 2000, p.135-148.

_____. **O pêndulo da História**. Maringá: Eduem, 2004.

MARIA, Júlio. **A Igreja e o povo**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983.

MARIAE, Servus. **Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARINS, José. **Renovação da paróquia**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. Comunidades eclesiais de base na América Latina. In: Comunidades eclesiais de base. **Concilium**, n.104, 1975

_____. **Curso do mundo melhor**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo Integral: uma nova visão da ordem cristã**. 4. ed. São Paulo: Dominus: 1962.

MONDOMIGLIORE. **Centro Mondomigliore**. Disponível em: < http://www.mondomigliore.it/mm/p.php?il_centro/pt>. Acesso em: 29 jan. 2009.

MONESTIER, André. **Teilhard e Sri Aurobindo**. Petrópolis: Vozes, 1967.

MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

ORTIZ, Carlos. **Ação Católica e jocismo**. Taubaté: Publicações S. C. J., 1937.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. (Inter Mirifica). In: COMPÊNDIO DO VATICANO II: constituições, decretos, declarações. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1975, p.565-578.

PADIN, Cândido. **Dom Cândido Padin, OSB: itinerário de uma vida**. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. Caminhada da pastoral da diocese de Bauru. In: **Cadernos diocesanos: 25 anos de pastoral**. Bauru, 1991, n. 1, p. 19-24.

_____. Entrevista (set. 1995). In: JOANONI NETO, Vitale. **Estudo sobre a comunidade católica da Imaculada Conceição**. 146 f. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1996.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara: o profeta da paz**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PIO X, Papa. **Motu próprio de Pio X sobre a Ação Popular Católica (1903)**. Petrópolis: Vozes, 1947.

PIO X, Papa. **E supremi apostolatus (1903)**. Petrópolis: Vozes, 1952.

PIO X, Papa. **Il fermo proposito (1905)**. Petrópolis: Vozes, 1947.

PIO XI, Papa. **Caritate Christi compulsi (1932)**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1963.

PIO XII. (Papa). **Mediator Dei**. Petrópolis: Vozes, 1962.

PRIMOLAN, Emilio D. **A romanização do catolicismo na paróquia de Bauru (1909-1937)**. 200 f. 1993. Dissertação (mestrado em História). Faculdade de História, Letras e Psicologia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita filho, Assis, 1993.

PRIMOLAN, Emílio Donizete. Alimentar o corpo para salvar a alma: a Instituição da Sociedade São Vicente de Paulo. In: **Construindo o serviço social**: revista do Instituto de Pesquisas e estudos: Divisão Serviço Social da Instituição Toledo de Ensino. v. 15, Bauru, jan./jun. 2005. p. 97-109.

RATZINGER, Joseph. **O novo povo de Deus**. São Paulo: Paulinas, 1974.

RIBEIRO, Camila Neumam Moura. **Escola no asfalto**: a história do movimento estudantil de Bauru na década de 1960. 119 f. Monografia (TCC). Faculdade de Artes e comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2005.

RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

SANT’AGOSTINHO, Lúcia Helena. **Bauru, “chão de passagem”**: entreposto de valores na rota Atlântico-Pacífico. 250 f. 1995. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FAU-USP, 1995.

TARSO, Paulo. **Os cristãos e a revolução social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

TRINDADE, Henrique Golland. **Ação Católica no sertão**. Salvador: Mensageiro da Fé, 1944.

_____. **Não nos iludamos**. Petrópolis: Vozes, 1948.

_____. **Pró-Santificação do dia do Senhor**. Petrópolis: Vozes, 1950.

_____. **A Igreja somos nós, são as almas**. Petrópolis: Vozes, 1958.

ZANLOCHI, Terezinha Santarosa. **Padres rebeldes?** O caso de Botucatu. Aparecida: Santuário, 1996.

_____. (org.). **Trilhas da Cristandade**: a Igreja católica em Bauru. Bauru: EDUSC, 1997.

WERNET, Augustin. **A igreja Paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

TRABALHOS NÃO PUBLICADOS:

SEMEGHINE, Ulisses. **Bauru**: explosão urbana regional e demandas sociais no estado de São Paulo. Unicamp, 1988. (mimeo);

FARIA, César Augusto C. de. **Desenvolvimento econômico e urbanização**: estudo de caso do município de Bauru. Campinas: Unicamp, 1988. (mimeo).

ARTIGOS DO JORNAL “A FÉ” (Paróquia de Santa Terezinha de Bauru):

1ª SEMANA catequética regional de Bauru. **A Fé**, Bauru, 3 ago. 1958.

25 DE AGOSTO de 1957: peregrinação mundial da JOC. **A Fé**, Bauru, 28 jul. 1957.

30.000 JOVENS OPERÁRIOS: concentrados Na Praça de São Pedro em Roma. **A Fé**, Bauru, 1 set. 1957.

2 MILHÕES PARA O SEMINÁRIO. **A Fé**, Bauru, 5 dez. 1965.

A AÇÃO CATÓLICA tem no parlamento italiano, mais de 200 representantes. **A Fé**, Bauru, 12 fev. 1952.

AÇÃO CATÓLICA: participação no apostolado hierárquico. **A Fé**, Bauru, 22 out. 1950.

A ESCOLA PAROQUIAL São Francisco de Assis. **A Fé**, Bauru, 23 fev. 1958.

“A FÉ” E O PRÓXIMO Concílio Ecumênico. **A Fé**, Bauru, 30 set. 1962.

A FÉ – semanário católico para bauru e região. **A Fé**, Bauru, 5 jan. 1964.

A IGREJA EM ESTADO conciliar. **A Fé**, Bauru, p. 3, 26 ago. 1962.

A IGREJA E A SITUAÇÃO do meio rural brasileiro. **A Fé**, Bauru, p. 4, 15 out. 1961.

A IGREJA E OS PROBLEMAS da atualidade. **A Fé**, Bauru, p. 3, 15 ago. 1954.

A IGREJA E OS SINDICATOS. **A Fé**, Bauru, 11 jul. 1954.

A IGREJA NÃO É ‘democrática’ afirmou Papa Paulo VI. **A Fé**, Bauru, 11 fev. 1968.

A JOC de Botucatu em Roma. **A Fé**, Bauru, 11 ago. 1957.

ALGUMAS DEFINIÇÕES. **A Fé**, Bauru, 28 abr. 1957.

ALIANÇA ELEITORAL PELA FAMÍLIA. **A Fé**, Bauru, p. 4, 27 jun. 1962.

ALIANÇA ELEITORAL PELA FAMÍLIA. **A Fé**, Bauru, p. 3, 2 set. 1962.

A ORIGEM DA BÍBLIA. **A Fé**, Bauru, 05 maio 1957.

A PARÓQUIA. **A Fé**, Bauru, 21 fev. 1954.

A RIQUEZA concentrada ameaça a paz. **A Fé**, Bauru, 25 fev. 1951.

A SANTA IGREJA e a leitura de Bíblias falsificadas. **A Fé**, Bauru, 14 mar. 1957.

A SENHORA APARECIDA será acolhida por toda Bauru. **A Fé**, Bauru, 28 jan. 1968.

ATA DA CERIMÔNIA do lançamento da primeira pedra. **A Fé**, Bauru, 21 ago. 1964.

ATA DA INSTALAÇÃO da missão Paulo VI no município de Lucianópolis. **A Fé**, Bauru, 3 dez. 1967.

ATUALIZAÇÃO DA IGREJA: qual o verdadeiro sentido desse imperativo. **A Fé**, Bauru, 25 dez. 1966.

BAGGIO, Hugo. Encontro marcado. **A Fé**, Bauru, 21 out. 1962.

_____. Pai nosso que estais nos céus. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963.

_____. Atitude receptiva. **A Fé**, Bauru, 1 dez. 1963.

_____. A responsabilidade é nossa. **A Fé**, Bauru, 29 dez. 1963.

_____. Ergue-te Bauru. **A Fé**, Bauru, 17 maio 1964.

_____. Ao menos... Ar fresco. **A Fé**, Bauru, p. 3, 19 set. 1965.

BALDINI, Luis. Congresso de jovens trabalhadores. **A Fé**, Bauru, 15 set. 1963.

BARAÚNA, Guilherme. A Igreja preocupada pela imprensa e espetáculos. **A Fé**, Bauru, p. 4, 6 jan. 1963.

_____. O Papa acompanhou com interesse o Concílio. **A Fé**, Bauru, p. 4, 10 fev. 1963.

_____. O Papa começou e continua o Concílio com otimismo. **A Fé**, Bauru, 17 fev. 1963.

BAURU, CIDADE predestinada. **A Fé**, Bauru, 4 jun. 1961.

BEAL, Tarcísio. A reforma agrária e seus inimigos. **A Fé**, Bauru, p. 4, 11 fev. 1962.

_____. O Concílio Ecumênico precisa de orações. **A Fé**, Bauru, p. 3, 18 jun. 1961.

BÊNÇÃO DO TERRENO inicia a construção do seminário local. **A Fé**, Bauru, 10 jul 1966.

BISPO AUXILIAR DE BOTUCATU. **A Fé**, Bauru, p. 7, 12 fev. 1965.

- BÍBLIA E OS APÓCRIFOS. **A Fé**, Bauru, 21 abr. 1957.
- BOTUCATU ENSINA. **A Fé**, Bauru, 25 ago. 1957.
- BOURNIER, Martinho P. Ouçamos o Apelo do Papa. **A Fé**, Bauru, p. 04, 19 out. 1952.
- BRASIL brasileiro. **A Fé**, Bauru, 20 out. 1957.
- BRASIL URGENTE. **A Fé**, 29 set. 1963.
- CALAZANS, Clemente Moreira. Círculo operário bauruense. **A Fé**, 30 abr. 1961.
- CAMPOS, José Melhado. Saudação do pároco do Divino espírito santo. **A Fé**, Bauru, 7 fev. 1960.
- CAMPOS, José Melhado. Solução ou agitação? **A Fé**, Bauru, p. 03, 05 nov. 1961.
- CATEQUISTA. **A Fé**, Bauru, 13 jul. 1958.
- CATÓLICO! Sabes que é uma paróquia? O que significa ser paroquiano? **A Fé**, Bauru, 14 fev. 1954.
- CARDIJN, Joseph. Os três fins da JOC. **A Fé**, Bauru, p. 3, 11 nov. 1952.
- _____. O que é a JOC? **A Fé**, Bauru, p. 2, 26 ago. 1951.
- CINTRA, Jorge do Amaral. Reforma Agrária ou Revolução? **A Fé**, Bauru, 4 fev. 1962.
- CÍRCULO operário. **A Fé**, Bauru, p. 3, 30 jul. 1950.
- CIRCULO OPERÁRIO BAURUENSE. **A Fé**, Bauru, p. 3. 27 abr. 1960.
- CNBB: Regional Sul 1. Introdução a uma pastoral de conjunto. **A Fé**, Bauru, p. 3, 11 out. 1962.
- CNBB: Regional Sul 1. Renovação paroquial. **A Fé**, Bauru, p. 3, 11 out. 1962.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **A Fé**, Bauru, 20 out. 1963.
- CONCLUSÕES DA REUNIÃO dos sacerdotes do decanato. **A Fé**, Bauru, 9 nov. 1958.
- CONGRESSO DE JOVENS TRABALHADORES. **A Fé**, Bauru, 8 set. 1963.
- CONHEÇA o sentido da “revisão agrária”. **A Fé**, Bauru, p. 04, 12 fev. 1961.
- CRECHE DA CRUZADA DOS PASTORES DE BELÉM. **A Fé**, Bauru, p. 4, 6 set. 1964.

CRUZADA da bondade: seus projetos e realizações. **A Fé**, Bauru, 26 abr. 1953.

CRUZADA da bondade. **A Fé**, Bauru, 23 abr. 1953.

CRUZADA DOS PASTORES DE BELÉM: edital. **A Fé**, Bauru, 25 ago. 1963.

CURSINHOS DO MUNDO MELHOR. **A Fé**, Bauru, 17 fev. 1963.

DARIO, Silvio Maria. Clergyman com dignidade. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963.

_____. Esclarecimento da Cúria metropolitana. **A Fé**, Bauru, p. 3, 15 dez. 1963.

DEBATE na TV local sobre as “Ligas Camponesas”. **A Fé**, Bauru, p.3, 20 maio 1962.

DIDONET, H. Quando o governo comete imoralidade. **A Fé**, Bauru, 12 maio 1963.

DINIZ, Albino. Assim principiou o Concílio Ecumênico Vaticano Segundo. **A Fé**, Bauru, 28 out. 1962.

DIRIGENTES cristãos. **A Fé**, Bauru, p. 3, 2 maio 1965.

DOIS AVISOS IMPORTANTES. **A Fé**, Bauru, 6 jan. 1963.

DO MONITOR diocesano. **A Fé**, Bauru, 09 fev. 1962.

DOM VICENTE AGRADECE povo e autoridades. **A Fé**, Bauru, 5 set. 1965.

DOM VICENTE ZIONI promovido à arquidiocese de Botucatu-SP. **A Fé**, Bauru, 28 abr. 1968.

ELIAS, Mirna. Para um mundo melhor. **A Fé**, Bauru, p. 6, 12 out. 1958.

EM BOTUCATU: Alceu Amoroso Lima. **A Fé**, Bauru, p. 2, 29 nov. 1953.

EM BOTUCATU SACERDOTES de toda a arquidiocese. **A Fé**, Bauru, 20 jan. 1963.

ENCONTRO diocesano da JOC de Botucatu – 16, 17 e 18 de janeiro de 1954. **A Fé**, Bauru, p. 4, 14 mar. 1954.

ESCOBAR, Luiz. Rabiscando. **A Fé**, Bauru, 1 fev. 1951.

_____. O primeiro bispo de Bauru. **A Fé**, Bauru, p. 3, 12 abr. 1964.

ESCOLA paroquial Santa Maria. **A Fé**, Bauru, p.3, 8 jul. 1951

ESCLARECIMENTO, CONFORTO, ESTÍMULO. (bispos). **A Fé**, Bauru, 14 jun. 1964.

EXTRAORDINÁRIO êxito alcançou a Semana Rural do clero de Botucatu. **A Fé**, Bauru, 17 ago. 1952.

FACULDADE de Filosofia em Bauru. **A Fé**, Bauru, 23 maio 1953.

FACULDADE de Filosofia, Ciências e Letras, Sagrado Coração de Jesus. **A Fé**, Bauru, 27 set. 1953.

FUNÇÃO DAS EMPRESAS. **A Fé**, Bauru, p. 3, 2 maio 1965.

GASPAR, Oswaldo. Cinquenta casas para os pobres de Bauru estão sendo erguidas. **A Fé**, Bauru, 15 nov. 1959.

GOVERNO DIOCESANO. Aviso: n. 182. **A Fé**, Bauru, p. 3, 15 nov. 1956.

GRAVE ADVERTÊNCIA Papal sobre abusos na liturgia. **A Fé**, Bauru, 27 ago. 1967.

HIRSCHMANN, Hans. Resultados da primeira fase do Concílio. **A Fé**, Bauru, 24 fev. 1963.

IGREJA E ESTADO unidos na defesa do povo. **A Fé**, Bauru, 20 jun. 1965.

INSTALADO O CONCÍLIO: a Igreja vive seus grandes momentos. **A Fé**, Bauru, 21 out. 1962.

INSTRUÇÃO Religiosa. **A Fé**, Bauru, 7 mar. 1954.

JESUS CRISTO ARQUIVO DO CONCÍLIO. **A Fé**, Bauru, 13 dez. 1964.

JOC. Bauru, **A Fé**, p. 4, 5 mar. 1951.

JOC. Perus: resumo da greve. **A Fé**, Bauru, p. 3, 21 abr. 1963.

JOCISTAS de Bauru. **A Fé**, Bauru, p. 2, 13 nov. 1953.

JUC: DIAS DE ESTUDO. **A Fé**, Bauru, 5 maio 1963.

JUVENTUDE ESTUDANTINA CATÓLICA. **A Fé**, Bauru, p. 3, 23 jun. 1963.

KESSELMEIER, Beno. A grande esperança. **A Fé**, Bauru, p. 3, 7 abr. 1963.

KOCK, Teodoro. Escola Santa Maria. **A Fé**, Bauru, p. 3, 1 fev. 1953.

KOOP, Pedro Paulo. D. Henrique G. Trindade. **A Fé**, Bauru, 24 ago. 1952.

_____. Bauru penitente aos Pés da Virgem Fatimense. **A Fé**, Bauru, p.1, 19 maio 1957.

_____. Meditação para eleitores. **A Fé**, Bauru, 7 set. 1958.

_____. Criado o arcebispado de Botucatu. **A Fé**, Bauru, 8 jun. 1958.

- _____. Novo edifício da Casa do Garoto. **A Fé**, Bauru, 8 jun. 1958.
- _____. Meditar. **A Fé**, Bauru, 27 jul. 1958.
- _____. A presença católica no campo Político. **A Fé**, Bauru, 20 jul. 1958.
- _____. O jubileu sacerdotal de Monsenhor José Melhado de Campos. **A Fé**, Bauru, 09 ago. 1959.
- _____. Missão católica. **A Fé**, Bauru, 23 ago. 1959.
- _____. Parabéns a comerciantes e comerciários. **A Fé**, Bauru, 3 jan. 1960.
- _____. Necessidade da catequese. **A Fé**, Bauru, 19 fev. 1960.
- _____. Escolas paroquiais no Brasil. **A Fé**, Bauru, 19 jun. 1960.
- _____. A grande promessa. **A Fé**, Bauru, 17 jul. 1960.
- _____. O consórcio. **A Fé**, 30 abr. 1961.
- _____. Bauru cresce em profundidade. **A Fé**, Bauru, 19 abr. 1961.
- _____. O papel dos leigos: preparando o bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, 3 set. 1961.
- _____. As necessidades da Igreja: preparando o bispado. **A Fé**, Bauru, 10 set. 1961.
- _____. Sacerdotes e edifícios: preparando o bispado. **A Fé**, Bauru, 17 set. 1961.
- _____. Preparando a criação do bispado de Bauru. **A Fé**, Bauru, p. 3, 24 set. 1961
- _____. Preparando o bispado. **A Fé**, Bauru, p. 4, 8 out. 1961.
- _____. A coleta dominical: preparando o bispado (VII). **A Fé**, Bauru, 22 out. 1961.
- _____. Espírito que vivifica: preparando o bispado (VIII). **A Fé**, Bauru, 5 nov. 1961.
- _____. O resto tudo é livre: preparando bispado IX. **A Fé**, Bauru, 12 nov. 1961.
- _____. Frei Carlos Josaphat, O. P. **A Fé**, Bauru, 18 fev. 1962.
- _____. Reforma agrária. **A Fé**, Bauru, 11 fev. 1962.
- _____. Aos leigos o que é dos leigos. **A Fé**, Bauru, 25 fev. 1962.

_____. A vinda do Senhor arcebispo a Bauru. **A Fé**, Bauru, 13 maio 1962.

_____. O Concílio Ecumênico Vaticano II. **A Fé**, Bauru, 17 jun. 1962.

_____. O que é o movimento ecumênico? **A Fé**, Bauru, 15 jul. 1962.

_____. Senhor! Aonde iremos? **A Fé**, Bauru, p. 3, 15 jul. 1962.

_____. Concílio de unir ou abrir caminho para a união? **A Fé**, Bauru, p. 3, 05 ago. 1962.

_____. Notas e informações sobre o Concílio. **A Fé**, Bauru, p. 3, 12 ago. 1962.

_____. Estudos e propostas sobre temas conciliares. **A Fé**, Bauru, p. 5, 19 ago. 1962.

_____. Dia para sempre memorável (11-10-1962). **A Fé**, Bauru, 11 out. 1962.

_____. Cônego Ângelo Ramires de Lucena. **A Fé**, Bauru, 10 fev. 1963.

_____. Conselho paroquial. **A Fé**, Bauru, 17 fev. 1963.

_____. O bispado é com os leigos: as três faces do Evangelho . **A Fé**, Bauru, 24 fev. 1963.

_____. Restabelecer o eixo paroquial: sacerdote e leigo. **A Fé**, Bauru, 3 mar. 1963.

_____. Preparação última: o plano proposto. **A Fé**, Bauru, p. 3-4, 17 mar. 1963.

_____. Salvar ou perecer juntos! **A Fé**, Bauru, 10 mar. 1963.

_____. Nós os leigos somos os guardas de nossos padres? **A Fé**, Bauru, 24 mar. 1963.

_____. A linguagem do amor. **A Fé**, Bauru, 11 ago. 1963.

_____. Lição de amor. **A Fé**, Bauru, 25 ago. 1963.

_____. Ser livre para amar. **A Fé**, Bauru, 1 set. 1963.

_____. **A Fé**, Bauru, 5 jan. 1964.

_____. Ao povo. **A Fé**, Bauru, 3 maio 1964.

LEITURA DA BÍBLIA e os católicos. **A Fé**, Bauru, 10 mar. 1957.

LOMBARDI, Ricardo. Nosso momento na história. **A Fé**, Bauru, 15 maio 1951.

LUCENA, Ângelo Ramires. Concílio Ecumênico e a perfeição cristã. **A Fé**, Bauru, 11

out. 1962.

_____. Despedida. **A Fé**, Bauru, 10 fev. 1963.

_____. Como surgiu o seminário. **A Fé**, Bauru, 21 ago. 1966.

MAGALHÃES, Hélio Veiga. Ordem e disciplina. **A Fé**, Bauru, p. 3, 22 ago. 1954.

MANIFESTO AO POVO de Bauru. **A Fé**, Bauru, 4 jun. 1961.

MANIFESTO DA JOC. **A Fé**, Bauru, p. 4, 28 jul. 1963.

MARTINESCHEN, Basílio. Reforma de base: responsabilidade pessoal. **A Fé**, Bauru, 5 ago. 1962.

MELLA, Natal Antonio. Viver para a paróquia. **A Fé**, Bauru, 19 jul. 1959.

_____. Santa Rita será uma realidade junto com o ginásio La Salle. **A Fé**, Bauru, 30 ago. 1959.

_____. Minha pátria e minha fé. **A Fé**, Bauru, 6 set. 1959.

_____. Cruzada pastores de Belém. **A Fé**, Bauru, 25 out. 1959.

_____. Cruzada dos pastores de Belém. **A Fé**, Bauru, 7 fev. 1960.

_____. Tua resposta, Bauru? **A Fé**, Bauru, 31 jul. 1960.

_____. A cruzada dos pastores de Belém. **A Fé**, Bauru, 12 jun. 1960.

_____. Um Aniversário importante. **A Fé**, Bauru, 02 out. 1960.

MIRNA, Elias. Para um mundo melhor. **A Fé**, Bauru, p. 6, 12 out. 1958.

MONTORO, Franco. Cristianismo é a revolução da humanidade. **A Fé**, Bauru, 03 dez. 1961.

NOTÍCIA: Federação dos Círculos Operários do Estado de São Paulo. **A Fé**, Bauru, p. 3, 3 nov. 1957.

NEOTTI, Clarêncio. Novo Concílio ecumênico. **A Fé**, Bauru, 8 mar. 1959.

_____. 1959, ano catequético. **A Fé**, Bauru, 22 fev. 1959.

_____. Os leigos estão em primeira linha. **A Fé**, Bauru, 4 out. 1959.

NOVA E PODEROSA investida da mensagem de Cristo. **A Fé**, Bauru, 29 jul. 1962.

OBEDIÊNCIA PEDE O PAPA. **A Fé**, Bauru, 16 out. 1966

- OBJETIVOS do Concílio Ecumênico. **A Fé**, Bauru, p. 3, 25 jun. 1961.
- O CONCÍLIO DE TODOS os povos e problemas. **A Fé**, Bauru, p. 3, 16 set. 1962.
- O CRISTÃO NO MUNDO DE HOJE. **A Fé**, Bauru, p. 3, 5 jun. 1966.
- O EPISCOADO NACIONAL e as reformas. **A Fé**, Bauru, p. 3, 26 maio 1963.
- O PAPA CONVOCA a Igreja para o Concílio. **A Fé**, Bauru, p. 4, 23 set. 1962.
- O QUE É Ação Católica? **A Fé**, Bauru, 08 out. 1950.
- O QUE É A JOC? **A Fé**, Bauru, p. 2, 26 ago. 1951.
- O PERIGO DA EXPERIÊNCIA LITÚRGICA. **A Fé**, Bauru, 8 ago. 1965.
- REORGANIZAM-SE OS MARIANOS. **A Fé**, Bauru, 28 ago. 1966.
- OS CATÓLICOS SEMPRE leram a Bíblia. **A Fé**, Bauru, 17 mar. 1957.
- OS LASSALISTAS em Bauru. **A Fé**, Bauru, 1 mar. 1959.
- OS LIVROS DEUTEROCANÔNICOS no antigo testamento. **A Fé**, Bauru, 12 maio 1957.
- PADIM, Cândido. Visão de conjunto da JUC. **A Fé**, Bauru, 8 set. 1963.
- PADRES COMUNISTAS. **A Fé**, Bauru, 15 dez. 1963.
- PAIVA, Geraldo. Pastoral litúrgica. **A Fé**, Bauru, 12 fev. 1961.
- PAPA FALA SOBRE O CONCILIO. **A Fé**, Bauru, 1 ago. 1965.
- PASTORAL COLETIVA. A Igreja ante os problemas atuais. **A Fé**, Bauru, 1952.
- PARA QUE UMA SEMANA catequética? **A Fé**, Bauru, 6 jul. 1958.
- PAULO VI (Papa). O episcopado nacional ouve Papa Paulo VI. **A Fé**, Bauru, 17 nov. 1963.
- PAULO VI (Papa). Paulo VI incisivo na mensagem de advertência ao congresso dos teólogos. **A Fé**, Bauru, 9 out. 1966.
- _____. Paulo VI e a fé católica. **A Fé**, Bauru, 11 dez. 1966.
- _____. Advertência Papal à Igreja na Holanda. **A Fé**, Bauru, 18 dez. 1966.
- PEDRO PAULO KOOP, DE BAURU, nomeado novo bispo de Lins. **A Fé**, Bauru, 23 ago. 1964.

PINTO, José Benedito. A responsabilidade do voto dos que se julgam cristãos. **A Fé**, Bauru, p. 4, 30 set. 1962.

PIO XII DEFENDE o sistema de livre iniciativa. **A Fé**, Bauru, p. 3, 06 maio 1956.

PLANO DE EMERGÊNCIA. **A Fé**, Bauru, 16 set. 1962.

PRIMEIRA PASTORAL COLETIVA da província eclesiástica de Botucatu. **A Fé**, 30 jul. 1961.

PROMULGADOS 5 DECRETOS CONCILIARES (28-10-1965). **A Fé**, Bauru, 31 out. 1965.

QUE É A FACULDADE de filosofia de bauru. **A Fé**, Bauru, 29 maio 1960.

QUEM ORGANIZOU a lista dos livros da santa Bíblia? **A Fé**, Bauru, 14 abr. 1957.

QUEM SABE sabe. **A Fé**, Bauru, 8 mar. 1959.

RENOVEMOS NOSSOS títulos eleitorais. **A Fé**, Bauru, p. 1, 1 set. 1957.

REVESTIU-SE de inusitado brilhantismo as comemorações do dia do trabalho. Bauru. **A Fé**, p. 3, 06 maio 1951.

REUNIDOS BISPOS da província, traçam normas precisas de pastoral e disciplina. **A Fé**, Bauru, 14 ago. 1966.

REUNIÃO DO CLERO. **A Fé**, Bauru, p. 2, 10 fev. 1957.

REUNIÃO MENSAL DAS RELIGIOSAS (11ª). **A Fé**, Bauru, p. 2, 13 jun. 1965.

ROSA, Nivaldo. A vocação do leigo. **A Fé**, Bauru, 16 jun. 1963.

ROSSI, Agnelo. Igreja e Estado no Brasil. **A Fé**, Bauru, 24 dez. 1967.

RUIZ, João Álvaro. Curso de teologia para leigos. **A Fé**, Bauru, 8 mar. 1959.

SANTA SÉ URGE aos bispos vigilância sobre fidelidade à legislação litúrgica. **A Fé**, Bauru, 3 set. 1967.

SEMINÁRIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA de Vargem Limpa. **A Fé**, Bauru, 26 jun. 1966.

SEMINÁRIOS DO MUNDO inteiro enfrentam as mesmas crises. **A Fé**, Bauru, 4 dez. 1966.

SÉTIMO CONGRESSO eucarístico na capital do Paraná. **A Fé**, Bauru, 15 nov. 1959.

SIQUEIRA, Antonio Maria Alves. A Bíblia, a palavra do grande Pai do céu. **A Fé**, Bauru, 27 set. 1959.

SOLENE comemoração do dia do trabalho. Bauru, **A Fé**, p. 4, 29 abr. 1951.

SOLENE comemoração do dia do trabalho. **A Fé**, Bauru, p. 4, 26 abr. 1953.

STRABELLI, Pedro. A Bíblia e a Invenção da Imprensa. **A Fé**, Bauru, 08 jul. 1956.

TOMADA de posição. **A Fé**, Bauru, 11 fev. 1962.

TONIN, Neylor. Estive nu e não me vestiste! **A Fé**, Bauru, p. 3, 2 set. 1962.

TRADUTORES da Bíblia protestante. **A Fé**, Bauru, 31 mar. 1957.

TRINDADE, Henrique Golland. O sentido de uma semana. **A Fé**, Bauru, 2 mar. 1958.

_____. Reorganização e reafervoramento de nossas associações religiosas. **A Fé**, Bauru, 10 ago. 1958.

_____. O sentido de uma semana. **A Fé**, Bauru, 2 mar. 1958.

_____. Padre Lombardi. **A Fé**, 16 set. 1951.

_____. Cruzada da bondade pregada pelo padre Lombardi. **A Fé**, Bauru, 16 set. 1951.

_____. Servas do senhor. **A Fé**, Bauru, 25 out. 1959.

_____. Arcebispo de Botucatu e os problemas sociais. **A Fé**, Bauru, 27 dez. 1959.

_____. Não tivemos audiência pontifícia. **A Fé**, Bauru, 30 Out. 1960.

_____. Conosco, sem nós ou contra nós, a reforma agrária se fará. **A Fé**, Bauru, p. 01, 18 dez. 1960.

_____. Ano santo em Bauru. **A Fé**, Bauru, 1 maio 1960.

_____. Três movimentos importantes. **A Fé**, Bauru, 3 jul. 1960.

_____. Tudo, menos uma guerra civil. **A Fé**, Bauru, 17 set. 1961.

_____. A cidade episcopal de Bauru. **A Fé**, Bauru, 10 jun. 1962.

_____. Grande reunião para maior união. **A Fé**, Bauru, p. 3, 19 ago. 1962.

_____. Plano de emergência. **A Fé**, Bauru, 01 set. 1962.

_____. Cartas do Concílio. **A Fé**, p. 3, Bauru, 18 nov. 1962.

- _____. Correspondência do Concílio II. **A Fé**, Bauru, p. 3, 25 nov. 1962.
- _____. Alocução do nosso bispo metropolitano. **A Fé**, Bauru, 25 nov. 1962.
- _____. Cartas de Roma. (IV). **A Fé**, Bauru, 30 dez. 1962.
- _____. O Concílio continua. **A Fé**, Bauru, 3 mar. 1963.
- _____. Um trabalho diferente... **A Fé**, Bauru, 17 mar. 1963.
- _____. Batina ou clergyman, com dignidade. **A Fé**, Bauru, 24 mar. 1963.
- _____. E todos trabalham. **A Fé**, Bauru, 26 maio 1963.
- _____. Nem perfume, nem graxa. **A Fé**, Bauru, 15 set. 1963.
- _____. Em praça pública. **A Fé**, Bauru, 26 abr. 1964.
- _____. Vamos ao Concílio. **A Fé**, Bauru, 29 set. 1963.
- _____. A Igreja se renova santamente. **A Fé**, Bauru, 6 out. 1963.
- _____. Do Sr. Arcebispo ao Sr. Dr. Silvio marques Junior. **A Fé**, Bauru, 6 out. 1963.
- _____. Carta do Concílio (1ª). **A Fé**, Bauru, 27 out. 1963.
- UMA CONGREGAÇÃO PARA A ZONA RURAL. **A Fé**, Bauru, 5 maio 1963.
- UMA REVOLUÇÃO para construir um mundo melhor. **A Fé**, Bauru, 20 set. 1953.
- UM MUNDO melhor. **A Fé**, Bauru, 20 jun. 1954.
- VANNUZINI, J. L. A nossa livraria. **A Fé**, Bauru, 17 maio 1959.
- VICENTE MARCHETTI ZIONI: primeiro bispo de bauru. **A Fé**, Bauru, 17 maio 1964.
- VITORIOSA a campanha as "Igreja-Escola". **A Fé**, Bauru, p. 3, 26 ago. 1951.
- ZIONI, Vicente Marchetti. À nova diocese de Bauru. **A Fé**, Bauru, 19 abr. 1964.
- _____. i. Culto aos santos e urgente problema moral. **A Fé**, Bauru, 14 jun. 1964.
- _____. Caloroso apelo à juventude. **A Fé**, Bauru, 12 jul. 1964.
- _____. A verdadeira participação litúrgica. **A Fé**, Bauru, 26 jul 1964.
- _____. Clero e povo de Bauru a D. Pedro Paulo Koop. **A Fé**, Bauru, 9 ago. 1964.
- _____. Mensagem de despedida por motivo de viagem a Roma. (governo

diocesano). **A Fé**, Bauru, 20 set. 1964.

_____. Carta de Dom Vicente. **A Fé**, Bauru, p. 4, 1 nov. 1964.

_____. Instrução sobre a sagrada liturgia. **A Fé**, Bauru, 22 nov. 1964.

_____. Para entender o Concílio: Igreja – sociedade perfeita. **A Fé**, Bauru, p. 5, 28 fev. 1965.

_____. Para entender o Concílio: o Papa – chefe da igreja. **A Fé**, Bauru, p. 5, 14 mar. 1965.

_____. Para entender o Concílio: o Papa e a cúria romana. **A Fé**, Bauru, p. 5, 28 mar. 1965.

_____. Despedida de D. Vicente: aos leitores de “A Fé”. **A Fé**, Bauru, p. 5, 5 set. 1965.

_____. Carta do Sr. Bispo diocesano ao governador da diocese. **A Fé**, Bauru, p. 2, 24 out. 1965.

_____. Mosteiro de contemplativas. **A Fé**, Bauru, 13 fev. 1966.

_____. Mosteiro da Imaculada e São José. **A Fé**, Bauru, 20 fev. 1966.

_____. Encontro com a juventude. **A Fé**, Bauru, 9 out. 1966.

_____. Encontro da juventude: sob o olhar de Deus. **A Fé**, Bauru, 6 nov. 1968.

_____. Encerra suas atividades o ginásio Lasalle de Bauru. **A Fé**, Bauru, 27 nov. 1966.

_____. A propósito da supressão da comunidade Lassalista do “ginásio La Salle” de Bauru. **A Fé**, Bauru, 11 dez. 1966.

_____. Confiamos no Brasil: bispo de Bauru aplaude campanha da Folha de São Paulo. **A Fé**, Bauru, 1º jan. 1966.

_____. Oportuna e realista manifestação do laicato. **A Fé**, Bauru, 8 jan. 1967.

_____. Sobre o modo de se distribuir a sagrada comunhão. **A Fé**, Bauru, 2 abr. 1967.

_____. Respeitoso Manifesto de Católicos Mineiros de Belo Horizonte a propósito da situação religiosa da Igreja – no mundo, no Brasil e diga-se também, em Bauru. **A Fé**, Bauru, 23 abr. 1967.

_____. Plano diocesano de ação apostólica e sua linha fundamental. **A Fé**, Bauru, 22 nov. 1967.

_____. Igreja e Estado no Brasil. **A Fé**, Bauru, 24 dez. 1967.

_____. Para uma reta instituição da ordem universal das coisas temporais. **A Fé**, Bauru, p. 2, 7 jan. 1968.

_____. Governo diocesano. **A Fé**, Bauru, p. 2, 7 jan. 1968.

_____. Mandamento. **A Fé**, Bauru, p. 2, 25 fev. 1968.

_____. O porque do prosseguimento das obras do seminário diocesano de Bauru. **A Fé**, Bauru, p. 3, 3 mar. 1968.

_____. 3º Caderno de “religião divina”. **A Fé**, Bauru, 4 fev. 1968.

_____. Reunião mensal do clero diocesano na cidade de Gália. **A Fé**, Bauru, 22 jul. 1967.

ARTIGO DO “JORNAL DA CIDADE” (Bauru):

ZIONI, Vicente Marchetti. Primeira pedra do mosteiro de vila Betânia. **Jornal da Cidade**, Bauru, 21 mar. 1969.

ARTIGOS DO JORNAL “DIÁRIO DE BAURU”:

BISPO DE LINS vai à Europa: recursos para seus projetos. **Diário de Bauru**. Bauru, 23 jun. 1968.

BISPOS DEFENDEM OS DIREITOS DO POVO. **Diário de Bauru**. Bauru, 20 set. 1968.

HENRIQUE GOLLAND TRINDADE: A Igreja precisa descer os palácios e dos tronos para dialogar com os homens. **Diário de Bauru**, Bauru, 11 out. 1964.

ARQUIVO DO BISPADO DE BAURU:

Ata da 8ª reunião das religiosas. 7 mar. 1965. **Arquivo do Bispado de Bauru**.

Ata da 6ª reunião das religiosas. 10 jan. 1965. **Arquivo do Bispado de Bauru**.

Ata da 10ª reunião das religiosas. 2 maio 1965. **Arquivo do Bispado de Bauru**.

Ata da 22ª reunião das religiosas. 5 jun. 1966. **Arquivo do Bispado de Bauru**.

Livro tombo da Celebração da Palavra Divina. **Arquivo do Bispado de Bauru**.

RATZINGER, Joseph. Sagrada Congregação da Doutrina da Fé. (Igreja: carisma e poder). Roma, 11 mar. 1985. **Arquivo do Bispado de Bauru.**

PERIÓDICO:

MACHADO, Getúlio Siqueira. Ex-padre revela bastidores da Igreja. **Boca de Cena**, Botucatu, jun. 1999, p. 9-19.

DOCUMENTOS AVULSOS:

Diário de Mons. Ramires, arquivo particular do Padre Carlos Rodrigues. 4 v.

Mandato da criação da diocese de Bauru. Arquivo do Bispado de Bauru.

Carta Circular (s/n). Arquivo do Bispado de Bauru (s/n).

ZONI, Vicente Marchetti. Observações prestadas sobre os seminários da diocese de Bauru. VIII Assembléia Geral da CNBB, Regional Sul I. 6 maio 1967. Arquivo do Bispado de Bauru. (mimeo).

LIVROS TOMBO E DE ATAS:

Paróquia do Divino Espírito Santo de Bauru.

Paróquia de Santa Terezinha de Bauru.

Bispado de Bauru

Livro de Atas do COB (1945-1964) – Bispado de Bauru.

BISPADO DE BAURU – NUPHIS:

COUBE, Sérgio Túlio. Carta datilografada ao Padre Pedro Paulo Koop. 7 jun. 1958. Pasta 16. Arquivo do Bispado de Bauru. **NUPHIS.**

Carta de Sérgio Túlio Coube ao Padre Pedro Paulo Koop. Pasta 16. **Arquivo do Bispado de Bauru. NUPHIS.**

Carta manuscrita do Padre Ari de Souza a D. Zioni. **Arquivo do Bispado de Bauru. NUPHIS.**

DOSSIÊ BOTUCATU – NUPHIS:

Carta documento dos padres rebeldes ao Papa. In: **Dossiê Botucatu – 1968-1969.**

Abaixo assinado do clero de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. In: **Dossiê de Botucatu.- 1968-1969.**

Manifesto dos padres de Botucatu. In: Padres rebelam-se e rejeitam novo arcebispo. **O Globo**, Guanabara, p. 4, 1 jun. 1968.

Bispo de Botucatu fora da renovação da Igreja. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jun. 1968.

Por isso recusam o bispo. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1968.

Igreja de hoje. **Folha da Tarde**, São Paulo, p. 7, 5 jun. 1968.

Os verdadeiros motivos da rebelião dos padres. **Jornal da Cidade**, Bauru, 8 jun. 1968.

Essa é a rebeldia. **Folha da Tarde**, São Paulo, 11 jun. 1968.

Manifesto contra a posse de D. Zioni. **Tempo de Avanço**, Palmital, 11 jun. 1968.

O que diz o catecismo proibido por D. Zioni. **Folha da Tarde**, 12 jun. 1968.

Uma passeata só de autoridades. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 1968.

Seminário que esconde estudantes da polícia. **O Estado de São Paulo**, 19 jul. 1968.

Padre Augusti no Dops. **Correio de Botucatu**, Botucatu, 25 jul 1969.

D. Zioni vai tomar posse. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 mar. 1969.

D. Romeu: seminário é território livre. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul 1968.

Botucatu pede a posse de D. Zioni. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 jul. 1968.

Promotor denuncia padre por subversão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1968.

D. Agnelo visita padres presos do DOPS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1968.

Botucatu luta para vencer a crise. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1968.

Botucatu vive a crise. **Folha da Tarde**, São Paulo, 4 jun.1968.

Não sabe quando, mas irá. **Folha da Tarde**, São Paulo, 4 jun. 1968.

SANTANA, Milton. Escândalo dos padres. **Jornal de Limeira**, Limeira, 9 jul. 1968.

Diário de Prisão. Pe. J. E. Augusti. 250 p. (Datilografado)